



2
HISTÓRIA
DA QUEDA
DO IMPÉRIO

HEITOR LYRA

brasiliiana

volume 320-A



HISTÓRIA DA QUEDA
DO IMPÉRIO

TOMO II

BRASILIANA

Volume 320-A

Direção de

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

HEITOR LYRA, 1893

HISTÓRIA DA QUEDA DO IMPÉRIO

TOMO II

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

981
B823
v.320/t.2

manuscrito 205524
desta edição 35.572.60

Exemplar Nº 7470

1964

Direitos desta edição reservados à
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo 2, SP

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

UNIVERSIDADE DO BRASIL
SEÇÃO REGISTRO

SUMÁRIO

TOMO II

62	— Os positivistas e a República	1
63	— O discurso de Benjamim Constant na Escola Militar	10
64	— O caso do Coronel Mallet	18
65	— Despertam os civis republicanos	22
66	— Militares e civis	28
67	— “Exército desorganizado e insubordinado”	39
68	— O papel da imprensa oposicionista	44
69	— Republicanos por moda	50
70	— A fraqueza dos republicanos	55
71	— Evolução da idéia republicana	61
72	— Da Regência ao Manifesto de 1870	69
73	— O golpe da Coroa em 1868 e o renascimento da idéia republicana	77
74	— Os republicanos em São Paulo	82
75	— Os republicanos em Minas Gerais	90
76	— Os republicanos em Pernambuco	95
77	— Os republicanos no Rio Grande do Sul	100
78	— Os republicanos na Província do Rio	107
79	— Os republicanos na Bahia	110
80	— Os republicanos nas demais províncias	112
81	— País dos “fatos consumados”	117
82	— A imprensa republicana da Côrte	125
83	— A cisão republicana de 1888	134
84	— Início da conspiração contra o Governo	145
85	— Triste fim de vida do Imperador	152
86	— Os republicanos paulistas são informados da cons- piração	161
87	— Novas afirmações de Dodoro em favor da República	166
88	— A sessão de 9 de novembro do Clube Militar	171

89	— O baile da Ilha Fiscal	179
90	— O embarque do 22.º Batalhão de Infantaria	183
91	— Primeiro encontro de Deodoro com os civis republi- cianos	187
92	— A contribuição da Marinha de Guerra	198
93	— Procura-se fixar o dia da revolta	202
94	— Ouro-Prêto é informado da conspiração	210
95	— O fatídico dia 11 de novembro	218
96	— Ouro-Prêto se precavém contra a revolta	227
97	— O papel de Floriano Peixoto	232
98	— Os acontecimentos se precipitam	239
99	— O ministério toma providências	244
100	— A ida do ministério para o Quartel-General	249
101	— A coluna revolucionária em marcha	253
102	— O ministério numa “ratoeira”	265
103	— Os revoltosos no Quartel-General	272
104	— Deposição de Ouro-Prêto	284
105	— Que é isso?	289
106	— Ainda não era a República	293
107	— A verdade sôbre os telegramas de Ouro-Prêto	303
108	— O Imperador desce de Petrópolis	309
109	— Possibilidade de salvar a Monarquia	314
110	— No Paço Isabel	322
111	— O Imperador no Paço da Cidade	333
112	— Reunião do Conselho de Estado	346
113	— Saraiva é encarregado de organizar um nôvo ministério	354
114	— O bruxolear de uma república	360
115	— É instituída a república	365
116	— “Recreio de mandarins”	383
117	— A última sessão da Câmara dos Deputados	388
118	— A instituição da República e as Províncias	392
119	— O Imperador é convidado a retirar-se do País .. .	402
120	— Prisioneiros no Paço da Cidade	413
121	— Embarque da Família Imperial	423
122	— Partida para o exílio	432
	<i>Bibliografia</i>	441
	<i>Índice onomástico</i>	447

Os positivistas e a República

Tem-se querido atribuir aos positivistas brasileiros um papel preponderante tanto na propaganda quanto na implantação e organização da República. Ora, há nisso um grande exagêro. Que a pregação positivista, tal como foi feita nas Escolas militares por Benjamim Constant e uns poucos mais, haja concorrido para republicanizar uma parte da mocidade militar de então, é um fato que não pode ser honestamente contestado; como é igualmente verdade que o Positivismo, como doutrina ou filosofia política, converteu ao republicanismo muitos de seus adeptos civis. Foi tudo. Mas isso não basta para atribuir aos nossos positivistas um papel que seguramente não tiveram na mudança de regime político que se operou no Brasil em 1889. Ainda porque a concepção republicana dos discípulos de Augusto Comte era uma coisa muito discutida, inclusive entre êles próprios, divididos que estavam não somente nesse particular como na aceitação e na aplicação da própria doutrina.

Veja-se, a êste propósito, o caso de Benjamim Constant, dos positivistas brasileiros o único que teve um papel preponderante na implantação da República. Ora, é um fato hoje sabido que êle sempre relutou em aceitar a pregação doutrinária de Miguel Lemos, chefe espiritual

2 — HISTÓRIA DA QUEDA DO IMPÉRIO

do Apostolado Positivista Brasileiro, a quem acusava de pretender impor a doutrina através de processos condenáveis, isto é, “com protestos cheios de indignação e de censura contra as crenças e atos daqueles que não o reconhecem”. Lemos, por seu lado, dizia que Benjamim era um trânsfuga (hoje diríamos um “divisionista”), que por ter assimilado mal ou incompletamente a doutrina positivista, se afastara dos ensinamentos do “divino Mestre”⁴⁰⁶. Foi uma divergência que só serviu para enfraquecer o Positivismo brasileiro, com a abertura de um cisma em suas fileiras, concorrendo assim para que o grupo ortodoxo chefiado por Miguel Lemos e Teixeira Mendes não desempenhasse na propaganda e no estabelecimento da República, o papel que lhe estaria certamente reservado se outras fôssem as circunstâncias⁴⁰⁷.

Preferiram, assim, os dois chefes do Apostolado se retrair, patenteando com essa atitude o desejo de não serem confundidos com os demais republicanos, sobretudo com os que se diziam discípulos de Benjamim Constant, que não passavam, para êles, de meros “metafísicos democratas”. Timbraram em não contribuir para a implantação de uma República que não correspondia em nada aos princípios pregados por Augusto Comte.

(406) João Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*.

(407) O primeiro descordando entre Miguel Lemos e Benjamim Constant se deu por volta do ano de 1881, por uma questão aliás de somenos, mas que bastou para abrir uma fenda entre os dois. Foi causa uma Circular de Miguel Lemos aos membros do Apostolado Positivista (entre os quais se incluía Benjamim), propondo que êstes contribuíssem com algum dinheiro para a subsistência do chefe do Apostolado, vale dizer, dêle próprio. Alguns positivistas se mostraram discordantes. Não Benjamim, que aceitava a sugestão, mas entendia -- o que valia contrariar, num certo sentido, a Miguel Lemos -- que o subsídio proposto fôsse distribuído pelo chefe supremo do Positivismo, Pierre Laffitte. Foi o bastante para ferir a susceptibilidade sempre viva e o feitio autoritário do chefe do Apostolado, abrindo entre os dois um fôssco que só faria aumentar nos meses seguintes, já agora não somente em tórno da doutrina como da maneira de propagá-la. Daí por diante as relações entre os dois foram piorando, até culminar com um quase rompimento em janeiro de 1882, quando Benjamim se desligou do Apostolado Positivista.

“Fiéis e respeitosos a tãda autoridade constituída, — diz João Cruz Costa, — segundo a doutrina traçada pelo Mestre, os positivistas [*entenda-se, do Apostolado*] muito pouco fizeram pelo advento da República democrática, julgada por êles *uma triste imitação do empirismo francês*”⁴⁰⁸. “Estávamos alheios a tudo quanto se tramava, — confessaria mais tarde Teixeira Mendes, — quando já se tinha como imprescindível o concurso militar para a implantação da República; não aconselhamos nem aconselharíamos a revolta, porque seria infringir os preccitos do nosso Mestre”. A mesma coisa diria êle aludindo ao Golpe de Estado do Marechal Deodoro: “Fômos alheios ao levante; não o aconselhamos nem o aconselharíamos se houvésemos sido previamente consultados”. E com uma sinceridade e uma isenção de ânimo dignas de todo elogio, acrescentaria:

“Depois do fato consumado, muitos têm julgado que a nossa conduta devia ter sido outra, isto é, que nos cumpria ter opinado pelo que se fez. Nenhuma apreciação, porém, pode ser mais superficial. Com efeito, por mais crítica que fôsse a situação do Império, estava garantida a plena liberdade de opinião; e a liberdade de associação só era violada nas assembléias políticas com tendências mais ou menos subversivas. Apesar do seu caráter reacionário, o Ministério ia ser forçado a dar-nos a liberdade do culto público, o casamento civil e a secularização dos cemitérios. O conjunto dessas medidas patentearia o esgotamento político e moral da igreja oficial e faria surgir o problema da separação do Estado. Por outro lado, a liberdade do ensino não tardaria a impor a extinção dos privilégios acadêmicos, de fato eliminado pelos costumes populares. Quanto à descentralização administrativa, era ela inadiável. A agitação republicana e a indisciplina incorrigível da força pública, dados os manejos da política imperial, manteriam o govêrno do ex-Monarca em contínuo sobressalto, e o forçariam a proclamar a República, servindo-se talvez desse mesmo Parlamento que fôra eleito para esmagá-la.

(408) *Op. cit.*

4 — HISTÓRIA DA QUEDA DO IMPÉRIO

Já a Abolição fôra feita por uma Câmara escravagista. Essa evolução consumiria por ventura alguns anos; mas era inevitável, fôssem quais fôssem as tortuosidades da ditadura monárquica”⁴⁰⁹.

*

“Em vez de uma revolução militar — diria Teixeira Mendes — ter-se-ia operado uma surpreendente evolução pacífica, pela transformação voluntária da ditadura imperial em ditadura republicana”. A persuasão em que estavam os chefes do Apostolado, de que não valia a pena precipitar o advento da República por meio de uma revolta popular (aliás impossível de se dar, por falta de ambiente que a provocasse) ou de uma sublevação militar, porque o nôvo regime teria que vir por seus próprios pés, à proporção que fôssem se desgastando os pilares que sustentavam a Monarquia, podia ter, num certo sentido, a sua razão de ser. Mas não havia de ser pela pregação da doutrina positivista, quer nos comícios populares quer nas Escolas militares. E a prova era que apesar de antiga de mais de trinta anos no Brasil, seus aderentes, na quase totalidade entre a juventude militar, não passavam, no fim do Império, de uma meia centena — “que cabiam folgadoamente no salão do Clube Militar”, dirá Oliveira Viana.

Tem-se procurado valorizar a contribuição “positivista” que êsses jovens militares, discípulos quase todos de Benjamim Constant, deram para a implantação do nôvo regime. Como, por exemplo, o brilhante historiador mineiro João Camilo de Oliveira Tôrres, quando diz que Deodoro contou, como “principal instrumento da revolta”, com o apoio da Escola Militar, já espiritualmente preparada pela pregação positivista de Benjamim Constant; e que se não fôsse isso, o 15 de Novembro

(409) Apud João Cruz Costa, *op. cit.*

seria um nôvo 7 de Abril — “ou menos ainda, um Gabinete Pclotas”, quer dizer, um Ministério militar ou simpático aos militares. “Foi graças à sua influência considerável que Deodoro, em lugar de um nôvo 7 de Abril, preferiu mudar o regime”⁴¹⁰.

Sôbre isso caberia lembrar: 1.^o — que Deodoro, quando apareceu defronte do Quartel-General à frente das tropas sublevadas, não estava absolutamente decidido a acabar com a Monarquia: seu propósito era apenas obrigar o Gabinete a demitir-se, a fim de ser substituído por um outro da sua confiança — ou da confiança dos militares; 2.^o — que a Escola Militar não foi o “principal instrumento da revolta”, nem na sua preparação nem na sua eclosão, sabido que tôda a sua fase conspiratória como a sua eclosão, se processaram nos quartéis do 1.^o Regimento de Artilharia e dos 2.^o e 9.^o Regimentos de Cavalaria, com a participação da Escola Superior de Guerra, fôrças essas que formaram a coluna revolucionária que marchou para o Quartel-General, comandadas por Deodoro. A Escola Militar, sediada longe do centro da cidade, na Praia Vermelha, só apareceu no Campo de Santana quando a situação ali se definia claramente a favor de Deodoro; 3.^o — que se é verdade que a atitude de Benjamim Constant a favor da República foi decisiva, não é menos certo que êle hesitou em tomá-la durante todo o correr do dia 15, só se decidindo a seu favor ao cair da tarde dêsse dia, pressionado por Quintino Bocaiúva e por Aristides Lôbo — que não eram positivistas.

Que a Escola Militar da Praia Vermelha era um fóco de republicanismo positivista, todos sabemos. Como sabemos que ela foi dos primeiros corpos militares da Côrte a dar sua adesão à sublevação dos quartéis de

(410) *O Presidencialismo no Brasil.*

São Cristóvão, muito embora só tenha podido aparecer no “teatro da luta” quando a revolta já estava praticamente ganha. Fora disso, tôda a sua contribuição para a implantação da República se limitou, a igual dos demais corpos militares, a “aguardar os acontecimentos” — uma vez que o golpe de Estado dado pela manhã pelo Marechal Deodoro tinha caído em ponto morto, e o Imperador continuava “reinando” no Paço da Cidade.

Pode-se, pois, dizer que a única contribuição dada pelos positivistas, nessa famosa jornada de 15 de Novembro — e que foi, aliás, decisiva — em favor da República foi a aquiescência de Benjamim Constant aos apelos de Quintino e de Aristides para que se decidisse desde logo pela implantação imediata do nôvo regime. Quanto aos demais positivistas, a começar pelos chefes do Apostolado, sua ação foi meramente passiva. Não passaram de espectadores. Contrários, muitos dêles, por princípio, a uma República produto de uma sedição militar, só se decidiram a aceitá-la quando viram que se tratava de um *fato consumado*. Deram-lhe, então, como todo o mundo, a sua adesão. Já não mais importava que tivesse nascido de um parto prematuro, com a agravante da ilegitimidade. O que importava agora era perfilhá-la, e sem tardança, na esperança de poderem ainda modelá-la de conformidade com a ortodoxia positivista, a tempo portanto de a salvarem do pecado original que a marcava.

“Proclamada a República, — diz João Cruz Costa, — os chefes positivistas [*Miguel Lemos e Teixeira Mendes*] que ainda há pouco tempo não haviam poupado críticas a Benjamim Constant, em virtude de sua heterodoxia, achegavam-se àquele que fôra a alma do movimento de 15 de Novembro, que tudo fizera para transformar um acontecimento que poderia ter sido apenas

uma demonstração militar para a derrubada de um Ministério, em uma mudança das instituições políticas do País"⁴¹¹. Aliás, os próprios chefes do Apostolado foram os primeiros a confessarem o *empressement* com que foram levar sua adesão ao ainda ontem trãnsfuga do Positivismo e hoje poderoso Ministro da Guerra do nôvo Govêrno: "Dois dias depois dos acontecimentos, — dirão Miguel Lemos e Teixeira Mendes, — quando já nos havíamos certificado do verdadeiro caráter da transformação que acabava de se operar, fomos levar ao Ministro da Guerra, a fim de que êle a transmitisse ao chefe do nôvo Govêrno, uma mensagem de adesão"⁴¹².

*

A participação que êsses positivistas tiveram na organização e estruturação da nova República ultrapassa os limites dêste livro. Contudo, sempre diremos, para encerrar o presente capítulo, que essa participação, ao contrário do que se tem dito ou do que geralmente se pensa, foi muito limitada, senão mesmo insignificante, se considerarmos o muito que êles pretendiam obter e o pouco ou quase nada que tiveram. De fato, não sòmente não conseguiram imprimir uma feição positivista ao nôvo regime, como foram repelidos na tentativa que fizeram nesse sentido.

Assim que pouco depois de sua instalação no Rio de Janeiro, o Apostolado apresentava ao Govêrno Provisório uma série de sugestões "urgentes" sòbre a "organização política que convinha dar à nova República": conservação, a título permanente, da ditadura republicana; acumulação dos Poderes executivo, legislativo e

(411) *Op. cit.*

(412) "Mensagem ao General Deodoro", apud João Cruz Costa, *op. cit.*

judiciário na pessoa do Ditador, livre êste de escolher o seu sucessor; abolição do regime parlamentar, do ensino oficial e de quaisquer privilégios; regime federativo; Câmara única, exclusivamente orçamentária; separação da Igreja e do Estado; secularização dos cemitérios; e registro civil dos nascimentos. Eram as principais. “Um aglomerado de idéias francesas, feitas para a França, e que se queria impor ao Brasil”, diz Leôncio Basbaum⁴¹³, na quase totalidade deixadas de lado pelo nôvo regime, sendo que as poucas que foram aproveitadas, como a separação da Igreja e do Estado, a supressão do regime parlamentar, secularização dos cemitérios etc., não eram de inspiração positivista, vinham já sendo reclamadas desde muitos anos não só pelos republicanos como pelos próprios liberais monarquistas. E quanto ao registro civil, embora ainda não aplicado, já era lei desde o Gabinete João Alfredo. Há evidente exagêro, escreve Oliveira Viana, referindo-se à suposta influência exercida pelos positivistas sôbre as nossas instituições. “Muitas dessas liberdades, que êles julgavam conquistas suas, já estavam nas preocupações dos nossos velhos liberais, desde os progressistas de 1862 aos radicais de 1868. Por outro lado, a aspiração federativa teve origem inteiramente fora do campo de influência do Apostolado Positivista”⁴¹⁴. Em suma, as sugestões que êles apresentaram para a organização política da nova República não foram, em sua quase totalidade, levadas a sério.

Concluindo: tudo que os positivistas ortodoxos obtiveram, nos curtos dois meses em que êles desfrutaram de um certo prestígio junto ao Governô Provisório, quer dizer, durante o tempo em que tiveram um dos seus nesse Governô, Demétrio Ribeiro (“filho exclusivo de

(413) *Op. cit.*

(414) *O Ocaso do Império.*

nossa propaganda, e que chegava ao poder com o programa positivista em mão”, dirá Miguel Lemos), foi o que todos sabemos: a modificação da bandeira nacional com o enxêrto nela do lema positivista — *Ordem e Progresso*, que por uma dessas coisas inexplicáveis até hoje não se teve coragem de suprimir; e a adoção da fórmula *Saúde e Fraternidade* e do *Vós* na correspondência oficial, mas que por uma questão de bom senso foram abolidas uns poucos anos depois⁴¹⁵.

(415) Correu por essa ocasião na Europa a notícia de que o novo regime ia adotar também o calendário positivista. “Ao saber disso Rui Barbosa, que nunca teve grande simpatia pelo Positivismo”, declarou, desmentindo o boato, que isso era um “disparate em que ninguém nunca pensou e que nem ousará propor ao Governo”. Acrescenta João Cruz Costa (*op. cit.*) que “os positivistas nunca perdoaram a Rui haver êle dito que o calendário de Comte era um disparate”.

O discurso de Benjamim Constant na Escola Militar

Apesar de todos os tropeços que o Ministério encontrava, bem ou mal as coisas iam indo, sem nada indicar, por ora, que as instituições estivessem realmente em perigo. A indisciplina militar continuava, é verdade, a se alastrar nas fileiras do Exército, sobretudo entre os alunos das Escolas Militares, Cadetes e Tenentes; e os republicanos, por seu turno, não descansavam na busca de novos adeptos ou de simples simpatizantes. Mas limitavam suas atividades a meras reuniões sem nenhum alcance político, a artigos de imprensa atacando o Gabinete e a Monarquia, a algumas conferências em recintos fechados e a um e outro discurso em praça pública — mas tudo em ordem e dentro da lei, não dando, assim, motivo para qualquer ação contra êles por parte das autoridades públicas. As instituições podiam, assim, se considerar a salvo de qualquer surprêsa, com tanto maior razão quanto a Família Imperial continuava a merecer o respeito e a estima que lhe haviam sempre dispensado, inclusive os donos do Palácio Isabel, alvos, em geral, da malevolência e dos ataques de um grande número de brasileiros.

Teve-se a prova disso nas festas pelo 25.º aniversário do casamento da Princesa Imperial (bôdas de prata), celebradas a 15 de outubro de 1889, quer dizer, um mês, exatamente, antes da queda da Monarquia. Foram

inúmeras, então, as provas de simpatia que ela e o marido receberam, o que emprestava a essa data de família um significado muito além do que ela podia, de fato, exprimir. Os presentes recebidos foram muitos, sendo particularmente notados os da Associação Comercial e da Guarda Nacional da Côrte. A noite dêsse dia o alto comércio da Capital deu um grande baile no Cassino Fluminense (atualmente Automóvel Clube), festejando ao mesmo tempo a data festiva para o casal e o regresso do Conde d'Eu de sua viagem ao Norte, viagem tida como um sucesso pessoal para êle, não só pelas provas de aprêço que lhe foram tributadas, como pelas manifestações de apoio à Monarquia que a sua presença provocou por tôda a parte. Foram tão expressivas as simpatias dispensadas ao casal por essa ocasião, inclusive a atitude da imprensa, sempre tão má disposta para com êles, que o Conde d'Eu não deixou de estranhar em carta dirigida ao pai: "A maior parte da imprensa foi nesse dia de uma amabilidade a que não estávamos mais acostumados, e os dissidentes se limitaram a guardar silêncio"⁴¹⁶.

Escrevendo, pôr essa ocasião, ao seu Govêrno, o Ministro da Bélgica acentuava essas provas de *attachement*, como êle dizia, à Família Imperial, o que fazia supor, segundo êle, que *aussi longtemps que la Providence protège la vie de l'Empereur, aucun changement révolutionnaire n'est à craindre, et les idées républicaines ne sont guère redoutables*. E, para maior certeza disso, salientava que nas últimas eleições legislativas grande número de republicanos se haviam apresentado candidatos, mas que nenhum tinha conseguido se eleger, sendo a Câmara a se reunir no próximo novembro inteiramente monarquista⁴¹⁷. O que não era, aliás, rigorosamente

(416) Alberto Rangel. *op. cit.*

(417) Offício de 20 de outubro de 1889.

exato, porque Minas Gerais sempre conseguira eleger dois Deputados republicanos.

Presentes ao baile do Cassino estavam o comandante e vários oficiais do cruzador chileno *Almirante Cochrane*, chegados ao Rio fazia poucos dias e por tôda a parte festejados. Entre as homenagens que lhes foram prestadas houve um banquete na Escola Militar da Praia Vermelha, com a presença do Conselheiro Cândido de Oliveira, que desempenhava interinamente a Pasta da Guerra, na ausência, por doença, do Visconde de Maracaju. Realizou-se o banquete a 23 dêsse mês de outubro. Foi quando se viu Benjamim Constant, que era, como se sabe, professor da Escola, pedir a palavra e, sob o pretexto de saudar os chilenos, proferir um discurso da maior inconveniência, em todos os sentidos escandaloso, fazendo as mais severas e descabidas críticas ao Govêrno, em têrmos não só impróprios da ocasião como sobretudo do local onde era proferido. Defendendo a tese, quando menos não fôsse extravagante e fora de propósito, de que a instrução científica, cívica e moral era mais importante e contava de modo primordial, numa Escola de oficiais, do que a instrução militar pròpriamente dita, protestava contra a “pecha de indisciplinado e de desordeiro que os partidários do Govêrno atiravam constantemente à face do Exêrcito, o qual não era composto de janízaros, pois debaixo da farda do soldado palpitava o coração do patriota”.

Não se precisa dizer da estupefação de todos ali presentes, brasileiros e estrangeiros, diante de um tal espetáculo, dado por um homem que não era, afinal, uma criança ou um adolescente apenas saído da Escola, mas um senhor já de meia-idade, que, pelo pôsto que ocupava no Exêrcito, pelo conceito que soubera granjear como professor e a honestidade de sua linha de conduta na vida privada, devia, quando menos não fôsse,

não se deixar dominar pelo sectarismo doutrinário ou pela paixão política de que fazia praça naquele momento, e guardar um pouco o decôro, já não diremos de si próprio, mas da cerimônia em que haviam consentido que falasse. “Insólita provocação, diz Alberto Rangel, e com tanto menos elegância quanto era feita à vista de oficiais e guardas-marinhas estrangeiros, pondo-os, assim, numa situação de real constrangimento”.

Como era de esperar, dado o ambiente deteriorado que já reinava na Escola, êsse discurso foi acolhido com ruidosas manifestações de aprovação por parte dos alunos ali reunidos, aos gritos de *Viva a República... do Chile!* — “desdobrados êsses gritos, diz Rangel, numa pausa intencional, para bem marcar o efeito da incitação que o Tenente-Coronel e profcissor semeara para assanhar aquêles moços”. Rangel acrescenta que o Govêrno não se sentiu com fôrças para “fazer recolher a uma fortaleza o oficial excitável e belicoso, que expandia as arrufagens das Fôrças Armadas em tão imprópria ocasião”⁴¹⁸. De fato, Benjamim nada sofreu. Ou porque o Govêrno não se sentisse com fôrça moral para puni-lo, ou porque receasse que uma punição pudesse provocar represálias por parte dos militares, tôda a reação do Govêrno se limitou à atitude do Ministro interino da Guerra, retirando-se ostensivamente do recinto sob os olhares estupefatos dos presentes. A ausência de um corretivo para tão escandaloso espetáculo só serviu, como era, aliás, natural, para provocar outras manifestações do mesmo gênero. De fato, três dias depois dêsses incidentes na Praia Vermelha, os mesmos alunos da Escola Militar dirigiam uma mensagem a Benjamim, dizendo que o Império não passava de “uma banca de jôgo”, e o Imperador de “um espectro de Rei”. E terminava:

(418) *Op. cit.*

“Mestre, seja o nosso guia em busca da terra da promessa — o solo da liberdade!”

No dia seguinte Benjamim recebia uma outra manifestação, desta vez dos alunos da Escola Superior de Guerra, aos quais se juntaram numerosos oficiais do 2.º Regimento de Artilharia, do 1.º e do 9.º de Cavalaria⁴¹⁹, que incorporados foram hipotecar-lhe solidariedade. À frente dos manifestantes viam-se o Capitão Mena Barreto, que terá, daí por diante, um papel dos mais salientes contra o Governo, o Tenente Saturnino Cardoso e os Alferes Joaquim Inácio e Tasso Fragoso, rapazolas republicanos, que pretendendo interpretar o sentimento de tóda a classe militar hipotecavam ao “Dr. Benjamim” tóda a “gratidão do Exército pela defesa do brio e da dignidade militar” que êle fizera na Escola da Praia Vermelha, assegurando que “êles e todos os seus companheiros, e certamente todo o Exército, estavam sempre

(419) As mesmas unidades que iriam formar a coluna revolucionária comandada pelo Marechal Deodoro na manhã de 15 de novembro. Seja dito de passagem que êsse 1.º Regimento de Cavalaria era o mesmo cujos oficiais e soldados haviam assassinado o jornalista Apulcro de Castro, diretor do *O Corsário*, na tarde de 25 de outubro de 1883, bem ao lado da Repartição da Polícia, à Rua do Lavradio, apesar de êsse jornalista, sentindo-se ameaçado, haver pedido, dias antes, a proteção da Polícia, e de estar, no momento do atentado, aparentemente protegido pelo ajudante-de-ordens do Ajudante-General do Exército. Apesar disso foi retirado violentamente do carro em que se encontrava e apunhalado em plena rua. E não contentes com isso, os oficiais e soldados do mesmo regimento completaram a sua obra destruindo as oficinas do jornal. Crime hediondo, que causou a mais profunda repulsa no espírito público, mas que ficou impune graças à fraqueza do Gabinete então no Poder, presidido pelo Conselheiro Lafayette, e à condescendência inexplicável do Imperador, tão severo, entretanto, e até mesmo sem motivo para tanto, em outras coisas de muito menor importância. “O *Corsário* era um difamador, comentava o General Tibúrcio em carta a João Brígido, todo o mundo estava ciente disso”, mas parecia-lhe inconcebível e simplesmente intolerável que “uns quantos espadachins assassinassem a um homem desarmado, às portas do palácio da Polícia, quando da Polícia tinha o direito de esperar proteção”. Alberto Rangel dirá anos depois que “tal crime demonstrava o escândalo do intervencionismo indébito de militares ou de outros quaisquer, que procuravam, dessa vez mascarados, arrugar-se o direito de executores da vindicta anônima e popular, fazendo justiça por mão própria”. *Magotes de fascinosas*, acrescentará, “crime de impunes e embaçados militares, que prefaciava a marcha da coluna na madrugada de 15 de novembro” (*Gastão de Orléans*).

a seu lado, e por êle sacrificariam a vida se preciso fôsse”. Respondeu-lhes Benjamim, em tom de exaltação patriótica, oferecendo-se para morrer na praça pública, com o Exército, “em defesa de suas prerrogativas e da salvação da Pátria”.

*

Semelhantes manifestações promovidas coletivamente por oficiais arregimentados e alunos de Escolas Militares, de solidariedade com um oficial rebelde e audacioso, que se permitira, numa cerimônia oficial e na presença não somente do Ministro da Guerra como ainda de oficiais de Marinha estrangeiros, achincalhar e desmoralizar o Govêrno merecia, se êste quisesse se impor ainda à opinião pública, um severo corretivo. Mas, não somente Benjamim nada sofreu, como tão-pouco os alunos militares (além de uma vaga censura) que haviam classificado o Império de banca de jôgo e o Monarca de espectro de Rei. Nem os alunos nem os diretores das duas Escolas, o Marechal Miranda Reis, da Escola de Guerra, e o General Clarindo de Queirós, da Escola Militar; como ficaram igualmente impunes os comandantes dos três regimentos cujos oficiais haviam ido incorporados emprestar solidariedade à insólita e provocante atitude do Tenente-Coronel Benjamim Constant.

Tudo o que fêz o Govêrno foi mandar o Brigadeiro Antônio José do Amaral, comandante da 2.^a Brigada (a que pertenciam os três regimentos), pedir aos respectivos comandantes que informassem por escrito se era ou não verdade o “fato irregular” da manifestação que os seus comandados haviam feito a Benjamim Constant; e diante da resposta afirmativa⁴²⁰, censurar em Ordem

(420) Nessa resposta êles diziam que alguns oficiais tinham, de fato, comparecido às manifestações, mas “por serem antigos discípulos do Tenente-Coronel Benjamim Constant, para manifestarem àquele digno lente o seu reconhecimento pelos honrosos e justos conceitos que externou sôbre o Exército”.

do dia~o acontecido, mas em t~ermos vagos e cheios de blandícias, atenuando êle mesmo essa censura ao reconhecer que “não foi por espírito de indisciplina (1) que os officiaes dos três regimentos acima mencionados tiveram o procedimento que ora censuro, mas sim por irreflexão, influência e entusiasmo de momento”⁴²¹. Um pouco mais e só faltava louvar-lhes o procedimento...

É verdade que em Officio reservado, dirigido ao Adjuncte-General do Exército, o Brigadeiro Amaral dizia que os officiaes do 1.º Regimento de Cavalaria eram “ordeiros e disciplinados”⁴²², mas que em contacto com os do 9.º, (os dois regimentos estavam aquartelados juntos) “especialmente o Capitão Mena Barreto e o Alferes Joaquim Inácio, sempre revolucionários e exaltados, vão participando da mesma exaltação”. Pelo que propunha “a retirada immediata dêsses dois officiaes”, coisa entretanto, que nunca se fêz. Iremos ver mais adiante o papel saliente e por assim dizer decisivo que os dois irão desempenhar na fase pròpriamente dita da conspiração contra o Govêrno e o precipitar dos acontecimentos que levarão ao 15 de Novembro.

O Visconde de Ouro Preto dirá mais tarde, para justificar a impunidade de todos quantos tiveram a sua

(421) Ernesto Sena, *Deodoro*.

(422) Pode ser, mas pertencia a êsse regimento o Tenente Sebastião Bandeira, que foi, como se sabe, dos officiaes que cercavam Deodoro o que tenha talvez mais concorrido para jogá-lo contra o Govêrno, sendo, além de tudo, o que mais concorreu para a sublevação da 2.ª Brigada (inclusive o seu regimento) na madrugada de 15 de novembro. Por outro lado, foi Bandeira, com Mena Barreto e Joaquim Inácio, um dos promotores do “pacto de sangue” hipotecando solidariedade a Benjamim Constant, de cujos 32 signatários, 20 pertenciam ao 1.º Regimento. Finalmente, era seu comandante o Major Solon, que foi um dos officiaes que mais se destacaram no preparo e execução da quartelada de 15 de novembro, em cuja manhã marchou, à frente do regimento, para o Quartel-General. Diz Ernesto Sena (*op. cit.*) que o 1.º Regimento “foi o primeiro a dar o brado de revolta”. De tudo se conclui que o conceito de “ordeiro e disciplinado” que o Brigadeiro Amaral formava dêsse regimento exprimia ou má fé ou uma ingenuidade imperdoável num official dessa patente e com a responsabilidade do comando de uma brigada.

parte de culpa nessas manifestações a Benjamim Constant, que êle bem que propôs ao Imperador afastar o Marechal Miranda Reis do comando da Escola Superior de Guerra, sugerindo que se nomeasse para o cargo um “oficial de valor”, o qual teria sido o Marechal Floriano Peixoto, se já não estivesse combinado que êste substituiria Maracaju caso o Ministro da Guerra não pudesse, por motivo de saúde, continuar à frente da Pasta. Mas que o Imperador logo atalhou:

“Quer o senhor desconsiderar o Miranda Reis, que tem tantos serviços e foi tão bravo na guerra?”

Ouro-Prêto respondeu que não, que nunca fôra êsse o seu intuito, mas apenas desobrigar Miranda Reis de uma função que êle não podia mais exercer, não só por sua idade avançada como pelos encargos que tinha como dignitário da Casa Imperial. Êle seria, assim, afastado do comando da Escola e nomeado ajudante-de-campo do Imperador, velha aspiração sua, que por certo o compensaria largamente da perda daquele comando. Feito isto, um outro comandante advertiria Benjamim Constant da falta cometida; se não fôsse atendido, fá-lo-ia diante da congregação da Escola e, se ainda assim não compreendesse o seu êrro, nomear-se-ia um Conselho de Lentes para julgá-lo.

— Qual, Sr. Ouro-Prêto, não vá por aí, fêz-lhe ver o Imperador. O senhor acredita no resultado dêsse Conselho? Lôbo não come lôbo! Olhe, o Benjamim é uma excelente criatura, incapaz de violências; é homem de $x + b$, e, além do mais, muito meu amigo. Mande chamá-lo, fale com franqueza e verá que êle acabará voltando ao bom caminho⁴²³.

(423) Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*. — Miranda Reis seria, é verdade, afastado do comando da Escola de Guerra, mas em data posterior, o que tirava ao ato tôda a significação de reprovação à sua attitude anterior.

O caso do Coronel Mallet

Foi por essa altura — fins de outubro de 1889 — que se deu um nôvo incidente com os militares. Desta vez, entre o Conselheiro Cândido de Oliveira, Ministro da Justiça e interinamente da Guerra, no impedimento, por doença, de Maracaju, e o Comandante da Escola Militar do Ceará, Tenente-Coronel João de Medeiros Mallet⁴²⁴. Tudo resultou de um fato o mais banal — a nomeação de um instrutor para aquela Escola. Mallet havia proposto para instrutor de 1.^a classe um tenente chamado Barbosa, com o que, entretanto, não concordara o Ministro, por entender que havia outros instrutores de 2.^a classe mais antigos merecedores de promoção. Mallet achou procedente o argumento e não insistiu na nomeação. Vai daí o Tenente Barbosa recorreu a empenhos políticos e obtém a nomeação. Sentindo-se, com razão, desprestigiado, passou Mallet um telegrama ao Ministro pedindo exoneração de Comandante da Escola, porque, dizia, “estando no domínio público que V. Exa. recusou nomear êsse oficial quando por mim proposto, o faz agora por pedido particular”.

(424) A Mallet caberia a incumbência, dada pelo Governo Provisório da República, de providenciar sobre o embarque da Família Imperial para o exílio, na madrugada de 17 de novembro. Mais tarde, isto é, em 1898, já General, seria Ministro da Guerra do Presidente Campos Sales. Era um oficial muito distinto, de uma grande nobreza de caráter e de reconhecido mérito. Mas a projeção que teria na classe militar se deve, em grande parte, à sua atitude em outubro de 1889.

Esse telegrama nada tinha, como se vê, de desrespeitoso e muito menos de insultuoso. Podia, quando muito, ser taxado de precipitado, muito embora o ressentimento de Mallet fôsse o mais justificado. Se Maracaju estivesse à frente da Pasta, possivelmente lhe teria dado razão, ou pelo menos não teria feito a nomeação nas condições em que a fez o seu substituto. Não entendeu, porém, assim o Conselheiro Cândido de Oliveira, homem susceptível em excesso, de feitio autoritário quando não francamente prepotente, com a agravante de que já andava mal disposto com os militares desde quando, não sendo ainda Ministro, atacara no Senado o Marechal Deodoro, fazendo côro com Silveira Martins contra a atitude do Marechal no comando das Armas do Rio Grande do Sul.

Entendendo, assim, que o telegrama de Mallet era insultuoso, não hesitou em demiti-lo do comando da Escola, não a seu pedido, como êle desejava e era justo, mas “a bem do serviço público”, o que lhe valia marcar para sempre a fé de ofício com uma nota aviltante. Como era de esperar, logo surgiram veementes protestos contra a injustiça de um tal ato. Levado, assim, ao pelourinho, o Govêrno tentou defender-se através da imprensa que o apoiava, explicando que a atitude do Ministro interino da Guerra não tinha senão em vista manter o decôro e a disciplina no Exêrcito, ressalvando ao mesmo tempo o prestígio da autoridade pública. Podia ser. Mas a verdade é que êsse ato, em todos os sentidos infeliz, de Cândido de Oliveira, longe de servir para prestigiar a autoridade do Govêrno, só serviu para expô-lo ainda mais aos ataques não sômente dos elementos militares que o combatiam, como de quantos, sentindo-se revoltados, sinceramente ou não, com a injustiça praticada, se solidarizaram com o Comandante da Escola Militar do Ceará. Foi o caso, por exemplo, de Rui Barbosa,

que num violento artigo publicado no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, acusou Ouro-Prêto de querer convencer o País que o Exército Brasileiro era “um acervo de insubordinação e de indisciplina” com o único propósito de dissolvê-lo.

A êsse artigo seguiu-se pouco depois um outro, intitulado “Plano contra a Pátria”, publicado no mesmo jornal, a 9 de novembro, onde para melhor intrigar o Presidente do Conselho com o Exército, acusava-o de estar armando a Guarda Nacional com petrechos bélicos superiores aos do próprio Exército, a fim de dominá-lo, dividi-lo para ainda mais enfraquecê-lo e, finalmente, dissolvê-lo. Para isso, encomendara artilharia Krupp para a referida Guarda, acelerava-lhe os exercícios, empregando inválidos para “brunir-lhe e assear-lhe o armamento; e para que nada falte à pompa de seu triunfo, assegura-se que, à míngua de praças adestradas nas suas fileiras, artilheiros de linha [*quer dizer, do Exército*], carnavalescamente fantasiados de guardas nacionais, figurarão solenemente a 2 de dezembro [*data do aniversário natalício do Imperador*] na parada das milícias do Príncipe Consorte”. E prosseguia: “Entretanto, o Exército ir-se-á escoando, batalhão a batalhão, até desaparecer da Capital do Império o último soldado, e ficar o Rio de Janeiro entregue às fôrças do Conde d’Eu”. Concluía nestes têrmos: “Para encobrir as intenções reais da traça inenarravelmente maligna e grávida de perigos, que acabamos de bosquejar, dando-lhe visos de legitimidade, a velhacaria explorada consiste na mais pérfida e caluniosa propaganda contra o bom nome do Exército e da Esquadra, maculados pelas intrigas oficiais, cuja sanha se cifra em descrever as nossas fôrças militares como um ninho de revolução e indisciplina. A falsidade é digna da causa a que serve”.

Qualquer leitor mais avisado ou melhor informado, para não dizer simplesmente inteligente, veria logo o que havia nesse artigo de tendencioso, escrito com a mais deslavada má fé, com o único propósito de explorar a situação difícil em que se colocara o Govêrno por pura inépcia de um de seus Ministros. No entanto, a verdade é que êle causou a mais profunda impressão nos meios militares da Côrte, sobretudo naqueles já indispostos com o Govêrno, incapazes por isso de perceberem a finalidade mal disfarçada dêsse artigo, que era atihar os quartéis contra as autoridades constituídas. Pode-se assim dizer que mais do que qualquer outro fato, foi sobretudo êsse artigo que preparou e facilitou a aproximação dos civis republicanos com êsses militares, vale dizer, com o Marechal Deodoro, ensejando assim a fase final da conspiração que iria dar com a Monarquia por terra.

Despertam os civis republicanos

As primeiras tentativas de aproximação entre êsses militares e os civis republicanos se tinham dado ao tempo das desavenças entre Cotegipe, de um lado, e Deodoro e Pelotas, de outro. Foi quando Quintino Bocaiúva, Aristides Lôbo e uns poucos mais, tentaram interessar os militares num movimento contra a Monarquia. Isso se deu logo depois da chegada de Pelotas à Côrte, quando êle veio do Sul, e dias antes do célebre debate que tivera no Senado com o Barão de Cotegipe. Reuniram-se então os republicanos no escritório de Aristides, à Rua do Rosário, e pediram ao Major Serzedêlo Correia, também presente, que na qualidade de amigo de Pelotas o fôsse procurar, para saber como êle os receberia com o fim de trocarem algumas idéias visando a implantação da República. Pelotas não se mostrou de todo insensível aos argumentos apresentados por Serzedêlo, concordando em que o Imperador, de fato, já não estava mais em estado de governar, principal argumento dos republicanos, e que nessas condições seria impossível à Monarquia resistir a um movimento militar. Quanto, porém, a proclamar-se a República, acrescentou, “isso virá depois”. E rematou a conversa dizendo que *por ora*, o que se precisava fazer era obter o concurso de “todos os camaradas”. E a coisa ficou nisso⁴²⁵.

(425) Tobias Monteirol, *Op. cit.*

Em vista de resultados tão pouco animadores, decidiriam os republicanos se retrair. Ainda porque sabiam que sòzinhos, ou mesmo com o concurso de outros elementos civis, nada conseguiriam, e que tòda tentativa para acabar com a Monarquia estaria destinada a fracassar se não contasse com a participação efetiva de uma parte, pelo menos, das Classes Armadas — ou mais precisamente, do Exército. Era uma conclusão algo melancólica, mas sabidamente provada na América Latina, não tendo assim por que o Brasil fugir a ela. Fazia-se, pois, mister pacientar mais algum tempo e esperar que os militares se mostrassem melhor dispostos, para o que se precisava, antes de tudo, persuadi-los do “papel histórico” que lhes estava reservado, como intérpretes que eram dos sentimentos da Nação e único instrumento de que esta dispunha para a realização prática dèsses sentimentos.

Retraíram-se, pois, os republicanos civis. Ainda porque nessa altura, ou pouco depois, iriam melhorar as relações entre os militares e o Gabinete Cotegipe, com a trégua que resultaria dos bons officios interpostos pelo Senado e o recuo do Govêrno, anulando as notas desabonadoras para Cunha Matos e Madureira. Veio depois o Gabinete João Alfredo, quando tòda a atenção do País foi absorvida pela Abolição.

Cessada a agitação provocada pela Lei 13 de Maio recommçaram, pouco depois, com a subida de Ouro-Prêto ao Poder, os desentendidos entre os militares e o Govêrno, já agora com o aspecto de escândalo público, provocado por aquela atitude de Benjamim Constant na Escola Militar da Praia Vermelha. Compreenderam, então, os republicanos que era chegado o momento de tentarem novamente uma aproximação com a gente do Exército, a qual estaria possivelmente melhor disposta a ouvi-los, no sentido de prestar o seu concurso para

uma demonstração contra o Gabinete, possibilitando, assim, se bem sucedido, um golpe visando a mudança das instituições políticas.

Assim, no dia seguinte ao discurso de Benjamim, Almeida Pernambuco entrava no Café de Londres, onde se reuniam geralmente os republicanos e era chamado por isso *A Montanha*, por alusão ao grupo mais exaltado da Revolução Francesa, quando encontrou ali Lopes Trovão.

“Lêste o discurso do Benjamim?” — indagou êle.

“Li”, respondeu o tribuno republicano; — “é preciso agir”.

Dirigiram-se então ao escritório de Aristides Lôbo, a fim de trocarem idéias e verem o que convinha fazer. Ficou aí decidido que Lopes Trovão iria procurar Quintino Bocaiúva, para interessá-lo novamente numa tentativa de aproximação com os militares; e que Aristides Lôbo iria entender-se com Benjamim. Tanto Aristides quanto Trovão foram acordes em que o homem, no Exército, mais indicado para ser pôsto à frente de um movimento contra o Govêrno, com probabilidades de êxito, era o Marechal Deodoro da Fonseca.

Contudo, essa nova tentativa de aproximação com os militares falhou, como já havia falhado a primeira, porque Deodoro, sondado por Benjamim, mandou dizer que todo movimento que se fizesse contra o Govêrno devia partir exclusivamente das Forças Armadas, não havendo, assim, motivo para associá-lo a elementos civis; quem tinha razão de queixas contra o Ministério eram os militares, contra êles é que se fazia tôda a perseguição. Cabia-lhes, portanto reagir contra semelhante estado de coisas.

É claro que nessa tentativa de obter-se o concurso de Deodoro, não lhe falaram em implantação da Repú-

blica, conhecidas que eram suas idéias radicalmente contrárias a essa forma de Governo e reiteradas afirmações de fidelidade ao Imperador e à Monarquia. Não ousaram sequer insinuar-lhe essa possibilidade, muito embora os republicanos civis não o quisessem senão para isso. Porque para uma simples mudança de Ministério, no interesse exclusivo dos militares, pouco se lhes dava o concurso do Marechal, nada lhes interessando que o atual Gabinete fôsse substituído por um outro, fôsse êle liberal ou conservador. O que desejavam, tudo o que visavam, era um movimento encabeçado pelos militares visando a derrubada da Monarquia e subsequente implantação da República. Uma mudança radical de regime. Era unicamente para isso que êles procuravam obter o apoio de Deodoro, ou melhor, do Exército, persuadidos de que não existindo um amplo movimento nacional em favor da República, coisa que de longe não se verificava, ou uma substancial representação republicana no Parlamento, de que se estava igualmente muito afastado, toda tentativa que se fizesse visando uma mudança de regime estaria de antemão condenada se não contasse com o concurso da Fôrça Armada.

Como bem observa Brasil Gerson, a instituição do regime republicano no Brasil não interessava, mesmo a essa altura, isto é, já nas vésperas de ser instituído de fato, senão a “um grupo da elite intelectual, meia dúzia de políticos e algumas dezenas de jornalistas da oposição”; e que não podendo essa gente contar com a ajuda da opinião pública, no sentido de ela se pôr à frente de uma sublevação, e muito menos das classes dirigentes do País, era para a Fôrça Armada que se voltava. Para a Fôrça Armada: quer dizer, para o recurso de “um golpe militar de tipo hispano-americano”⁴²⁶.

(426) *Os sertanejos e a República.*

Estudando o papel das Fôrças Armadas no panorama republicano brasileiro (acentue-se: no “panorama republicano”, quer dizer, sob os Governos republicanos), observa João Camilo de Oliveira Tôrres que tais Fôrças, em todos os países defensoras da ordem, no Brasil são, sobretudo, fazedoras de revoluções⁴²⁷. Mas o que êsse autor não diz e se pode também dizer, é que se são fazedoras de revoluções é porque elas mesmas se arrogam êsse direito; mais ainda, se lhes dá êsse direito, no falso pressuposto de que *só elas*, realmente, o têm, porque *só elas* exprimem o verdadeiro sentir da Nação. E que, portanto, tôda revolução feita por elas há de expressar sempre o consenso nacional. Isso admitido, o contrário se impõe, isto é, que tôda revolução que não fôr feita por elas ou não tiver a sua aprovação ou chancela deixa, conseqüentemente, de ser legítima, de exprimir a vontade da Nação, torna-se injustificável e deve ser por elas combatida por todos os meios e modos. Daí os nossos políticos irem buscar o concurso das Fôrças Armadas tôda vez que precisam combater ou desalojar seus adversários das posições de mando: de um lado como um instrumento bélico indispensável para enxotar pela fôrça, ou simplesmente amedrontar, êsses adversários; de outro, como um endosso, um aval, que cubra, que legitime, perante os olhos da Nação, que dê foros de legalidade, à revolução ou ao golpe que êles próprios provocaram ou de que foram agentes.

O General Leitão de Carvalho acentua que “a convencção de que fomentar a indisciplina na tropa, aliciar seus elementos para manifestações de fôrça contra o poder civil constitui mais do que um atentado contra as instituições políticas em vigor, um crime contra a segurança do País, nunca foi partilhada com sinceridade pela

(427) O Positivismo no Brasil.

maioria dos homens públicos do Brasil, desde o grande Feijó até ao Sr. Artur Bernardes⁴²⁸. Esse conceito, verdadeiro, sobretudo a partir de 1889, para ser atualizado, poderia se estender até aos nossos dias, para o que não faltariam exemplos. A começar pela revolução de 1930, que provocada por políticos inconformados com a derrota eleitoral que haviam sofrido, e apoiada por polícias estaduais, só teve a chancela da legalidade quando um triunvirato militar que se formou no Rio apeou do Poder o Presidente Washington Luís.

Ainda nessa ordem de idéias temos a opinião de Oliveira Viana, para quem “os nossos políticos civis sempre viram no Exército um campo a explorar em benefício dos interesses dêles: os da opposição para subirem ao Poder; os do Governo para se conservarem nêle. Os que estão debaixo vão aos quartéis para desalojar do Poder os que estão de cima; êstes apóiam-se nos quartéis para não serem desalojados pelos que estão debaixo”. E acrescenta: “Os nossos políticos civis sempre se mostraram extremamente hábeis na arte, aparentemente perigosa mas realmente sem perigos, da domesticação dos nossos leões de farda. Está claro que quando dizemos *domesticação*, não queremos dizer apenas aptidão de amansá-los, mas também de abravecê-los; porque os interesses da nossa politicagem sempre exigiram ora uma, ora outra, dessas coisas⁴²⁹”.

(428) *Na Revolução de 30.*

(429) *O Ocaso do Império.*

Militares e civis

Deodoro havia voltado, como vimos, de Mato Grosso. Chegara doente, e fôra morar com a mulher, numa casa que alugara no Campo de Santana, quase à esquina da Rua Visconde de Itaúna. Já nessa altura alguns jovens oficiais, tenentes e capitães da 2.^a Brigada, andavam a se visitar e a ter conciliábulos visando qualquer coisa contra o Govêrno. Simples troca de idéias, mas que começava a tomar o aspecto de uma conspiração. Com que fim exatamente, não se sabia; talvez nem mesmo eles o soubessem. Entre êsses oficiais estava o Capitão de Cavalaria Antônio Adolfo de Mena Barreto, pertencente a uma antiga família de militares, e que havia chegado, fazia pouco, do Rio Grande do Sul⁴³⁰. Podia ser tido como um bom oficial, sobretudo na sua Arma, se não fôsse a marcada propensão que tinha para a política. Militando no Partido Conservador, havia-se metido, em 1887, no movimento que destituirá o chefe do Partido naquela Província, atitude que se explicava por suas já conhecidas tendências republicanas, inclusive as ligações ostensivas que mantinha com os republicanos de Pôrto Alegre. Tornou-se, por isso, um elemento suspeito e indesejável para Silveira Martins, Presidente da Província, que obteve fôsse êle transferido da sua Capital.

(430) Já com o posto de Marechal, seria Ministro da Guerra do Presidente Hermes da Fonseca.

Foi então mandado para a Côrte, aonde chegou, não se precisa dizer, em que estado de espírito.

De fato, logo se meteu com o grupo de oficiais a que acima nos referimos, não tardando, como era de esperar, em ir ter com Deodoro, o que fêz poucos dias depois de sua chegada, sob o pretexto de indagar do estado de saúde do Marechal. Aproveitou, então, a oportunidade para traçar uma larga exposição sôbre a exaltação de espíritos no Rio Grande do Sul, do descontentamento da tropa ali, tudo em côres sombrias, adrede preparados para impressionar o espírito do velho soldado e predispô-lo a fazer, como êle dizia, qualquer coisa “em defesa das prerrogativas do Exército”. Deodoro reagiu com a sua habitual e rude franqueza, confessando-se muito magoado com o Ministério, com tudo o que êste fazia, segundo êle, contra as classes armadas, e vendo tôda a situação com um grande pessimismo.

Não se precisou de mais para animar Mena Barreto, que, ao sair, foi logo ter com o seu amigo o tenente Sebastião Bandeira, a quem inteirou do estado de espírito do Marechal. Decidiu então voltar a vê-lo, na companhia de Bandeira, e de fato assim fizeram quatro dias depois.

Encontraram-no pior de saúde, a ponto de não poder sequer levantar-se da cama. Recebeu-os, assim, no quarto. Conversaram apesar de tudo, um longo tempo. Deodoro indagou de Bandeira se haviam sido reincorporados no 1.º Regimento (a que pertencia o visitante) as praças que o haviam acompanhado a Mato Grosso, conforme êle pedira ao Governo. Bandeira disse que não, logo atribuindo isso à má vontade do Ministério contra êle, e num sentido geral, contra o Exército, coisa que a seu ver era já agora indisfarçável diante de tudo o que se dizia, via e se sabia. Citou, como exemplo, o plano de aumentar-se a polícia da Côrte e da Província do Rio,

a criação de uma Guarda Cívica, a arregimentação da Guarda Nacional e o aumento e instrução de tôdas essas fôrças, tudo dentro do plano de enfraquecer o Exército, que iria sendo pouco a pouco retirado da Capital do Império e substituído pela Guarda Nacional.

A exposição de um tal quadro, intencionalmente carregado com as côres mais pessimistas para ferir o espírito já predisposto e sabidamente impressionável de Deodoro, provocou neste, como era de esperar, a mais viva indignação. Erguendo-se violentamente do leito, “como que esquecido da enfermidade”, exclamou que em tal não consentiria; que iria êle mesmo ao Parlamento denunciar a falta de patriotismo do Govêrno, estando até disposto, se necessário, a levar “os sete Ministros à praça pública”, depois do que êle se entregaria ao povo para julgá-lo. Foi tal o seu grau de exacerbação que Mena Barreto e Bandeira, receando um agravamento mais sério de seu estado, tentaram acalmá-lo, aconselhando-o a descansar e deixar *essas coisas* para serem consideradas numa outra ocasião. Saíram, entretanto, convencidos de que o successo de seus planos de sublevação dependia tão-sòmente do restabelecimento da saúde do Marechal⁴³¹.

Que Mena Barreto e Bandeira haviam exagerado e, sobretudo, deturpado as intenções do Ministério com relação às Fôrças Armadas, está-se logo a ver. Sem embargo, era certo que havia então a opinião generalizada de que o Govêrno procurava utilizar-se de vários meios com o fim de se prevenir contra elas, receando, como receava, da sua lealdade. Essa política, que era obra pessoal do Presidente do Conselho, podia ser tida, de certo modo, como acertada, no sentido de poder dar bons resultados, se aplicada de uma maneira hábil e discreta, rodeada de tôdas as cautelas. Feita, porém, como

(431) Ernesto Sena, *Deodoro*.

pretendiam ou estavam a fazê-la, não tardou em ser desvirtuada nas rodas militares, concorrendo para fortalecer a opinião de que não somente o Governo era “inimigo” do Exército, como, no sentido geral, todos os políticos que não vestiam uniforme — os bacharéis, os *casacas*, como êles eram chamados nos quartéis em tom pejorativo. Eram êsses, no entender de muitos militares, que procuravam desmoralizar as classes armadas perante a Nação, entendendo-se por “Classes Armadas” unicamente o Exército, pois tais acusações, ao que se sabe, nunca foram articuladas na Marinha, (na Armada, como ela então se chamava), que incólume, até então, do vírus da política, vivia entregue exclusivamente aos seus deveres profissionais⁴³².

Cabe aqui indagar se êsse descontentamento ou essa prevenção que existia entre certos militares contra os políticos da Monarquia não provinha do fato de êstes se verem sistematicamente excluídos dos cargos civis da Nação. Não precisando dêles para conquistarem ou se manterem no poder, como se iria dar e se dá até hoje sob o regime republicano, os políticos os deixavam esquecidos em seus quartéis, “escovando cavalos, areando fuzis ou estudando filosofia”, conforme diz Leôncio Basbaum⁴³³. Felisbelo Freire já tinha salientado êsse sentimento de prevenção, que era sobretudo de despeito contra os políticos civis, atribuindo-o justamente ao fato de os

(432) Vem talvez ao caso indagar se êsse descontentamento que reinava no Exército, essa má vontade contra os políticos civis, não resultava sobretudo de um sentimento de despeito pela pouca importância que lhe dispensavam os políticos, ou melhor, os Gabinetes ministeriais, vale dizer, os Governos, que não precisando dêles para se manterem no Poder, como iria se dar e se dá ainda com os Governos republicanos, difficilmente se conformava em ficar em seus quartéis “escovando cavalos, areando fuzis ou estudando filosofia”, como diz Leôncio Basbaum em sua *História sincera da República*.

(433) *História sincera da República*. — Ver, sobre os militares ocupando cargos civis, sob o Império, o Capitulo da presente obra, intitulado “Generais políticos”.

militares se verem afastados das posições de mando no mundo civil do Império, com o que difficilmente se conformavam. “A supremacia dos bacharéis na política, — diz êsse autor, — a falta de representação militar no Parlamento, a direção civil das pastas técnicas [*militares*], fizeram com que a fôrça pública começasse a sentir prevenções contra os agentes da administração pública, e influíram para que assumisse grandes proporções o espirito de classe que dela se apoderou. Daí a organização das associações militares⁴³⁴, onde eram discutidos os interesses da classe, e que exprimiam a convicção que a dominava, de que a união de suas fôrças encontraria a maior resistência contra os privilégios e a onipotência dos políticos”⁴³⁵.

Comentando o afastamento dos militares da vida civil da nação, diz Nélson Werneck Sodré que, de fato, no Império, não se lhes concedia “nenhum lugar de destaque”, e que a “sua importância, quer a individual quer a de grupo, era reduzida”; que havia como que “desinterêsse pelo militar”, ficando êste assim relegado a um lugar secundário na vida do País, reduzido a “um funcionário de segunda ordem, esquecido e sem nenhum destaque”⁴³⁶. Daí o amargo despeito que lavrava entre eles, reagindo com um não menos amargo rancor contra êsses políticos que os deixavam relegados em seus quartéis.

Nos últimos anos do Império, êsse sentimento contra os chamados “bacharéis” se havia tornado, por assim dizer, quase que geral entre as fileiras do Exército. E

*

(434) Felisbello Freire queria referir-se certamente à fundação do Clube Militar da Côrte, sobre o qual há um capítulo na presente obra.

(435) *História da República dos Estados Unidos do Brasil*.

(436) *Introdução à Revolução Brasileira*.

nada o exprimia melhor do que os termos de uma carta que o General Tibúrcio de Sousa escrevia, em agosto de 1887, ao seu amigo João Brígido, queixando-se do que êle chamava “as pretensões da canalhocracia jurista”, e propondo que o Exército, para defender-se, fortalecesse “a disciplina da ciência e a aristocracia da fôrça”⁴³⁷.

Data de então o conceito, que se iria generalizar entre os militares sob o regime republicano e num certo sentido aceito pelo País, de que êles formavam uma classe à parte e acima das demais classes da Nação, com poderes e privilégios próprios, já que só êles é que tinham patriotismo, só êles é que tinham a consciência dos deveres para com a Pátria, cabendo-lhes por isso o papel de defendê-la contra a sêde insaciável de mando e as pretensões inconfessáveis dos políticos civis que a exploravam.

Oliveira Viana salienta que êsse sentimento de pretenção superioridade das Classes Armadas já era predominante entre os nossos militares no fim do Império, superioridade não só do homem que vestia farda sôbre o paisano, como, de uma maneira geral, da classe militar sôbre tôdas as demais classes da Nação. “Havia generalizada a convicção de que os homens de farda eram *puros*, eram *sãos*, eram *patriotas*; ao passo que os civis eram *corruptos*, eram *pôdres*, despidos de todo sentimento político”⁴³⁸. Daí a mentalidade que se foi criando entre os militares, de “salvadores da pátria”, da necessidade de êles se unirem não sômente na defesa de seus direitos e dos interêsses da classe, como ainda para libertarem a pátria dos políticos civis que a corrompiam. E

(437) *Cartas do general Tibúrcio de Sousa no Arquivo de João Brígido.*

(438) *O Ocaso do Império.*

nada retrata melhor essa mentalidade do que a carta confidencial que Floriano Peixoto escreveu ao seu camarada João Neiva, em 10 de julho de 1887: “Vi a solução da questão militar, que excedeu sem dúvida à expectativa de todos. Fato único, que prova exuberantemente a podridão que vai por êste pobre País e, portanto, a necessidade de ditadura militar para expurgá-la. Como liberal que sou, não posso querer para o meu País o govêrno da espada; mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, que é êle o que sabe purificar o sangue do corpo social que, como o nosso, está corrompido”⁴³⁹.

Oliveira Viana não nega que, em princípio, êles não tivessem até certo ponto razão, no sentido de que formavam uma classe de homens probos, desambiciosos, frugais, pobres e honestos. “Mas depois se foram deixando contagiar, infiltrar-se dos vícios dos civis, e a sua desambição desapareceu, mesmo a sua pobreza desapareceu. Só a honestidade não desapareceu; mas neste ponto êles não se distinguiam em nada dos demais brasileiros, porque a honestidade tem sido aqui um belo predicado coletivo”⁴⁴⁰.

*

No fundo, o que sobretudo existia, nessa troca de acusações, era uma certa incompreensão entre a classe militar e as classes civis da Nação, duas mentalidades, duas espécies de educação que se chocavam, duas maneiras de sentir, de encarar as coisas de cada dia, os problemas que se apresentavam e a forma de resolvê-

(439) Floriano. *Memórias e Documentos*.

(440) *O Ocaso do Império*.

los⁴⁴¹. Pandiá Calógeras dizia que era uma “triste sina do Exército no Brasil nunca ter logrado ser compreendido pelas classes civis e especialmente pelos partidos políticos”⁴⁴²; e procurava explicar que isso se devia sobretudo à ignorância dos civis sobre assuntos militares, o que em parte podia ser verdade.

Mas não era menos verdade que se devia, também, senão principalmente, à ignorância dos militares em assuntos de natureza civil, o que não traria certamente maiores inconvenientes se os militares ficassem circumscritos exclusivamente aos seus deveres e obrigações profissionais, e não se pretendessem meter na vida dos civis, discutir e mandar na seara dos Governos, dos partidos políticos e da administração pública em geral. Porque os desentendidos, que surgiam e continuaram sempre a surgir, até hoje, entre o oficial e o paisano, não se referiam nunca a coisas que se passavam nos quartéis, a problemas estritamente militares, nos quais o civil não se metia e dos quais nunca pretendeu entender e ainda menos decidir. Esses desentendidos só apareciam quando era o contrário que se dava, isto é, quando o oficial saía dos limites da sua profissão e se introduzia na vida civil do País, passando a disputar os cargos civis aos paisanos e pretendendo daí decidir e se fazer obedecer em assuntos dos quais não somente muito pouco ou nada entendia, como não lhe competia em absoluto se ocupar.

(441) Dando conta ao Barão do Rio Branco, que era então Cônsul do Brasil em Liverpool, dos sucessos de 15 de novembro, o Visconde de Taunay escrevia-lhe nove dias depois para dizer que a queda do Império não se devia aos erros do Imperador nem da Princesa Imperial, mas à “luta surda e tenaz de longa data travada entre o militar e o bacharel, entre a espada e o capelo, afinal entre Deodoro e o Cândido de Oliveira, o tipo de rúbula presunçoso e inepto”. Cândido de Oliveira havia sido, como se sabe, o Ministro da Justiça de Ouro-Prêto, e interinamente, por pouco tempo, o da Guerra. Antes, como Deputado, fôra dos que mais violentamente haviam atacado Deodoro no Parlamento, quando da atuação dêste no Rio Grande do Sul, como Comandante das Armas e Presidente interino da Província.

(442) *Formação histórica do Brasil.*

Convencido de que a razão estava sempre com êle, segundo o velho preccito de que a razão do mais forte é sempre a melhor, e lhe cabia impor, por isso, a sua vontade, invertiam-se os papéis: em vez de ser o official que obedecia à autoridade civil, nas coisas, evidentemente, civis da Nação, passava êle a desobedecer, a se insurgir contra ela; e se era contrariado, se encontrava resistência de parte dos civis, revoltava-se, sublevava-se, provocava a insurreição armada, no falso pressuposto de estar defendendo a *honra* da classe, honra que nunca se soube exatamente em que consistia, mas que devia ser uma coisa muito elástica, porque era sempre posta em jôgo tôda vez que um militar se via contrariado em seu interêsse ou era alvo simplesmente de uma censura ou de uma crítica da autoridade civil⁴⁴³.

Essa foi a mentalidade que começou a prevalecer no Exército a partir dos últimos anos da Monarquia, isto é, a falsa concepção da superioridade da classe militar sôbre as demais classes da Nação, e a impossibilidade, portanto, de ela subordinar-se à autoridade civil. O Barão do Rio Branco, insuspeito de nutrir má vontade para com os militares, cujos feitos de guerra não se cansou jamais de exaltar, já havia constatado êsse estado de coisas quando estivera no Brasil em 1887. Escrevendo ao Conde d'Eu, em 22 de novembro de 1889, a propósito da queda da Monarquia, êle dizia quanto o impressionara naquela ocasião "o estado de indisciplina de uma parte do Exército", e que para isso tomara a liberdade de chamar a atenção dos nossos homens políticos, particularmente do Barão de Cotegipe; que ainda no dia 14 de novembro do ano anterior havia remetido ao Visconde de Ouro-

(443) "O cidadão de farda, com efeito, não se limita a levar para a política a sua mentalidade militar: leva também a solidariedade da sua classe. De modo que a ofensa individual se torna instantaneamente ofensa coletiva, a ofensa ao militar se faz logo ofensa aos militares" (Oliveira Viana, *O Ocaso do Império*).

Prêto vários livros que escolhera na Livraria Militar, em Paris, e ia justamente escrever-lhe pedindo que os fizesse traduzir e espalhar no Exército e nas Escolas Militares, “para que os nossos oficiais aprendessem que um dos primeiros deveres do militar é o respeito e a submissão à autoridade civil”⁴⁴⁴.

Pura ingenuidade de Rio-Branco, aliás porque os nossos militares não precisavam de aprender nos livros, traduzidos ou não, que o primeiro dever dêles era a obediência à autoridade, fôsse ela civil ou não, porque de contrário o Exército, que na França pelo menos, dêsse tempo, era chamado o “grande mudo”, passaria a ser simplesmente um Exército deliberante e tonitruante, com a inversão de todos os princípios de disciplina e de hierarquia. “Não se compreende um Exército deliberante, escreve o General Leitão de Carvalho, salvo em casos especialíssimos de ilegalidade evidente e de efeitos irreparáveis”. Porque a regra, para o soldado, é “obedecer, primeiro, e representar, depois, contra a ordem, pelos meios regulares. As leis e regulamentos a que deve render obediência lhe não facultam a franquia, assegurada ao civil, de fazer a crítica dos atos dos Poderes Constitucionais”⁴⁴⁵. E Carlos Maximiliano, por seu lado, nos *Comentários à Constituição*, citados por Leitão de Car-

(444) Arquivo da Casa Imperial. — Mais ou menos isso êle dirá ao Barão Homem de Melo, em carta escrita nessa ocasião, a propósito também da queda do Império, isto é, que “à vista do que presenciara em 1887, quando estive no Rio de Janeiro, fiquei entendendo que a explosão era só questão de tempo, e ainda em novembro remeti ao Visconde de Ouro Preto vários livros, que êle não me pedira, mas que julguei dever mandarlhe para serem traduzidos e espalhados no nosso Exército e Marinha. Eram livros de instrução no Exército da República Francesa, nos quais se ensina o respeito que o oficial e o soldado devem aos Poderes Constituídos, e a fidelidade ao seu juramento. Partiram de Bordeaux no dia 16 de novembro, mas se tivessem partido antes chegariam ainda assim tarde”. Terminava com um vaticínio que passados setenta anos ainda tem a sua razão de ser: “Só dentro de muitos anos poderemos ter, já agora, militares que se não ocupem de política” (Carta citada por Paranhos Antunes, *História do Grande Chanceler*).

(445) *Na Revolução de 30*.

valho, diz com todo o acêrto que “se facultam aos brasileiros que não usam farda combater o regime, promover e ativar o proselitismo imperialista e até o anarquista; ao passo que os militares estão obrigados a sustentar as instituições constitucionais”.

Mas, no Brasil do fim do Império, tudo isso não passava de letra morta, porque o que se via (e se vê muito mais ainda hoje, sob o regime republicano), era justamente o contrário, isto é, o militar desobedecendo à autoridade civil, se insurgindo contra ela e enfrentando-a com as armas que a Nação lhe dera para fins bem diferentes; invertendo, assim, a ordem natural das coisas e implantando no País o domínio, muitas vêzes aparente mas real e não menos efetivo, do *militarismo*, ainda que não fôsem militares as principais autoridades públicas ou membros do Govêrno. “O elemento militar está na Constituição, diria Rui Barbosa em 1913, quer dizer, quando, depois de ter sido um dos fautores do militarismo no Brasil, acabou uma de suas vítimas; mas subordinado à ordem civil. Da inversão desta posição resulta o militarismo, que é o que eu condeno: a subordinação da ordem civil ao elemento militar”⁴⁴⁶.

(446) Entrevista concedida ao *Imparcial*, do Rio de Janeiro. — A dizer a verdade, o *militarismo*, isto é, o predomínio da classe militar sobre as demais classes da Nação, pelas regalias que se lhe dão, pelos privilégios de que se arroga ou simplesmente pela prepotência, só iria realmente se impor no País sob o regime republicano, por tolerância, por medo ou por interesses inconfessáveis dos políticos civis, sobretudo dos nossos legisladores. Porque sob o Império, que depois da Guerra do Paraguai fazia suspeitar se tornasse um possível perigo, como assinala Oliveira Lima, “fôra arredado pela atitude de mal oculto desfavor que as classes armadas encontravam junto ao trono como um dos seus sustentáculos. Dom Pedro II caprichava em ser um paisano, e não concebia Exército e Marinha senão como instrumentos de guerra, nunca como peças do mecanismo político e administrativo” (*O Império Brasileiro*). A acrescentar que êle evitava, quanto podia, vestir uniforme militar, e que de seus netos, apenas um, Dom Augusto, seguiu carreira militar, matriculando-se na Escola Naval.

“Exército desorganizado e insubordinado”

A desorganized and insubordinated Army — é como classifica o nosso Exército, em março de 1887, o Ministro de Inglaterra no Rio. Alguns dos nossos historiadores têm querido demonstrar que a indisciplina que reinava então no Exército era um mal crônico, que já vinha desde os primeiros anos de sua existência e se devia, de uma parte, à forma defeituosa com que êle fôra constituído, e de outra parte às lutas políticas em que se vira envolvido no primeiro quartel do século, isto é, imediatamente depois da Independência.

Esse raciocínio só é verdadeiro em parte, isto é, no sentido de que a constituição do nosso Exército, como de resto também a da Marinha, se fizera, realmente, de uma forma improvisada e até certo ponto defeituosa, com a importação de elementos estrangeiros engajados na Europa, inclusive oficiais, verdadeiros mercenários, que haviam aprendido o ofício das armas em escolas que não deviam certamente primar pela disciplina. Mas isso se dera por força das circunstâncias, já que não dispúnhamos de outros elementos para a constituição imediata de forças armadas, pois que a quase totalidade das que dispúnhamos, ao tempo do Rei Dom João, sobretudo da oficialidade, era composta de portugueses, que haviam retornado à pátria com a volta do Rei e, pouco depois, com a proclamação da Independência.

Também é certo que a principal missão das nossas forças militares nos primeiros trinta anos da Monarquia fôra combater em prol de uma das facções que disputavam o Poder entre nós, ora contra uma, ora contra outra; ou então debelar revoluções políticas, pequenas guerras civis, no Pará, no Maranhão, em Pernambuco, na Bahia, em São Paulo, em Minas Gerais e na prolongada luta chamada dos Farrapos, no Rio Grande do Sul. O Exército se tornou, assim, um verdadeiro instrumento de política interna, e na fôlha de serviços dos seus Generais, os “atos de guerra” por êle praticados, na falta, evidentemente, de outros mais gloriosos, consistiam unicamente em ações guerrilheiras ou revolucionárias, uma tarefa mais policial de que pròpriamente militar⁴⁴⁷.

Porque mesmo as duas guerras “externas” em que nos empenhamos nesse período da nossa História, contra Oribe, no Uruguai, e contra Rosas, na Argentina, não passaram, a bem dizer, de lutas intestinas — intestinas e civis, travadas entre os partidos que disputavam o Poder nesses países. Foram externas apenas no sentido de que combatemos em território estrangeiro e contra estrangeiros, se bem que a favor também de estrangeiros. “Na Argentina e no Uruguai, diz Rocha Pombo, a missão de nossas forças teve sempre um quê de luta interna, desde que éramos ali aliados de partidos contra partidos [...]”

(447) Nada exprime melhor o estado crônico revolucionário de um país do que a fôlha de serviços de seus generais. Tome-se, por exemplo, ao acaso, em nossos dias, a fé de officio de um dos nossos generais — no caso presente o General Maurício Cardoso. Passou à reserva, diz sua fôlha, com 1 ano, nove meses e 27 dias de “serviços de guerra”, distribuídos em “várias campanhas”. E quais são êsses “serviços de guerra”, essas “várias campanhas”? Ei-los: “expedição ao Acre, revolta dos marinheiros em Santos, revolta do antigo Batalhão Naval do Rio, intervenção federal no Paraná e em Santa Catarina, operações no interior da Bahia, revolta no Distrito Federal e em Mato Grosso e movimento sedicioso em São Paulo e em Mato Grosso”. Por êsses “feitos de guerra”, êsse general mereceu 13 louvores coletivos e 10 individuais em campanha, além de muitos outros em “tempos de paz”. É simplesmente edificante.

e tais campanhas nunca foram uma escola de pureza militar”⁴⁴⁸.

A essa circunstância, isto é, ao fato de essas lutas não terem sido uma escola de pureza militar, mas antes de despotismo e de caudilhagem, tem-se querido atribuir o estado de indisciplina que reinava no Exército nos últimos anos do Império, contaminado que ficara com o mau exemplo dos países do Prata. Essa tese, porém, não se sustenta. Porque o espírito de indisciplina que imperava no Exército no fim do Império se limitava, em sua quase totalidade, à oficialidade jovem ou relativamente jovem, tenentes, capitães, maiores, e essa gente não havia participado nem das guerras civis do Primeiro Reinado e da Regência, nem das lutas do Rio da Prata; nem mesmo da campanha do Paraguai, velha já de quase vinte anos. Enquanto a parte sã do Exército, composta de oficiais superiores e de oficiais generais, era justamente a que havia tomado parte naquelas lutas. Donde se conclui que, se a escola de caudilhagem e de indisciplina do Prata, a que se refere Rocha Pombo, foi de fato um mau exemplo, não o foi, em todo o caso, para a nossa tropa, que em nada ou quase nada se deixou contaminar por ela.

Não. A indisciplina que reinava no Exército no fim do Império e se estendia a quase tôda a jovem oficialidade, se devia a outras causas, sendo as principais, de um lado o relaxamento da instrução propriamente militar dada pelos oficiais mais graduados, preocupados que êles andavam com as questões políticas e sociais que absorviam grande parte dos espíritos daquele tempo — Abolicionismo, Republicanismo, Federalismo; e de outro lado o vírus dissolvente de todo conceito de hierarquia que era a filosofia comtista, pregada e propagada ostensiva e impunemente pelos professôres militares.

(448) *Op. cit.*

Quanto à Guerra do Paraguai, é outra coisa. Essa, sim, foi para nós uma verdadeira guerra externa, já que lutamos pela defesa do nosso território invadido e a sobrevivência da nossa Pátria como nação independente. Foi em todos os sentidos uma guerra nacional, em torno da qual cerrou fileiras tôda a Nação, com a formação dêsses admiráveis corpos de Voluntários da Pátria, que unidos por uma só causa, que era a causa do Brasil, levaram as nossas armas à vitória final. Foi uma guerra nacional porque não houve nela distinção de partidos nem de políticas, do que logo se teve a prova quando se viu êsse exemplo verdadeiramente honroso para a nossa cultura política, dado por Caxias, que sendo um general “conservador” e o de maior destaque no Exército, não hesitou em partir para o campo da luta obedecendo às ordens de um governo liberal — liberal e civil, presidido pelo Conselheiro Zacarias de Góis. É verdade que poucos anos depois Caxias iria desentender-se com êste e obrigá-lo, de um certo modo, a abandonar o Poder. Mas isso, (como diria Kipling) é uma outra história.

Algum tempo depois de terminada a Guerra do Paraguai houve o desmembramento da Escola Central da Côrte: uma parte ficou constituindo a Escola Politécnica, destinada ao curso de Engenharia Civil, e outra parte passou a ser a Escola Superior de Guerra, com cursos de Estado-maior e de Engenharia Militar. Era de esperar-se que separando o estudo militar do estudo civil, os nossos oficiais iriam ter, no seu isolamento, uma escola dedicada exclusivamente à formação de uma mentalidade militar integral. Mas infelizmente tal não se deu, porque justamente por essa ocasião começaram a se infiltrar nos cursos da Escola de Guerra os princípios de filosofia positivista que haviam sido lançados em França havia mais de vinte anos, mas que sòmente por

aquela ocasião é que começaram, realmente, a ser conhecidos e propagados no Brasil. Era, para o militar, uma filosofia dissolvente, por ser antimilitarista e pacifista antes de tudo, e só servia para abastardar o sentimento militar, incutindo nos alunos e nos oficiais uma quase repulsa pela carreira das armas. “O que poderia ser uma medida destinada a aperfeiçoar o sentimento e a educação militares, observa Rocha Pombo, referindo-se à criação da Escola Superior de Guerra, a doutrina positivista ali pregada serviu para constituir uma espécie de ginásio político-literário-militar”⁴⁴⁹.

Data de então o que se iria chamar a “apaisanação” do Exército, sobretudo das suas gerações mais novas que, não tendo passado pela escola da verdadeira guerra, estavam mais dispostas a serem desvirtuadas e afastadas dos princípios de educação militar propriamente ditos, e dos mais comezinhos deveres e obrigações militares. Foi quando o Exército, que por princípio e por sua própria finalidade deveria ser uma escola de obediência e de silêncio — o “grande mudo” — se tornou um corpo deliberante e falacioso, com pretensões a árbitro dos destinos da Pátria, quando, na verdade, não passava de um mero instrumento político, fautor de insurreições e de intranqüilidade pública, discutido e desmerecido, decaindo, por isso, no conceito de quantos se haviam habituado a tê-lo como uma garantia da ordem e do respeito pela autoridade legalmente constituída.

(449) *Op. cit.*

O papel da imprensa oposicionista

O Visconde de Ouro Preto, no Manifesto que lançou poucos dias depois de ser deposto, com data de 9 de dezembro de 1889, acusa a imprensa que lhe fazia oposição na Côrte, de haver atirado contra êle as Classes Armadas, preparando assim o ambiente para o golpe de Estado militar de 15 de Novembro. Culpa sobretudo o *Diário de Notícias* e o *O País*, onde Rui Barbosa, no primeiro, e Quintino Bocaiúva, no segundo dêsses jornais, não se cansaram de “tomar a si a tarefa ingrata de promover uma sedição militar”, de “concitar os brios do Exército e da Armada, exagerando e adulterando fatos comezinhos da administração pública, inventando outros, atribuindo imaginárias ofensas às duas classes, não só às deliberações do Govêrno, justas e acertadas, senão também aos seus planos futuros”.

Essa acusação é, em tudo, verdadeira. De fato, a imprensa que lhe fazia oposição na Côrte (e não era só a republicana) concorreu e não pouco para a sua queda, no sentido de incompatibilizá-lo com as Classes Armadas, inutilizando, assim, desde logo, tôda tentativa que êle quisesse acaso fazer para conquistar-lhes a simpatia ou inspirar-lhes um mínimo que fôsse de confiança. Mas êsse incitamento da imprensa à indisciplina militar, não era uma coisa de agora, que se fizesse unicamente contra êle, porque já um ano antes o Ministro de Ingla-

terra se referia, escandalizado, a um artigo estampado n' *O País* em dezembro de 1888, ao tempo, portanto, do Gabinete João Alfredo, incitando o Exército a se juntar aos republicanos com o fim de derrubarem a Monarquia.

Por outro lado, nessa tarefa "ingrata", como êle diz, de solapar a autoridade do Govêrno, de incompatibilizá-lo com os militares, lançando entre êstes o germe da indisciplina e minando as instituições vigentes, aquela imprensa não estava só. Não era a única responsável porque tinha a seu lado, fazendo causa com ela para ajudá-la nesse trabalho de sapa, os próprios políticos da Monarquia, conservadores e liberais, que no propósito de criarem dificuldades a seus adversários no Poder, faziam rancho com quantos os combatiam, inclusive com os próprios republicanos.

Um exemplo disso dá-nos o Barão de Lucena, Deputado conservador pela Província de Pernambuco e Presidente da Câmara conservadora que seria agora dissolvida por Ouro-Prêto, consentindo que o padre João Manuel falasse na sessão de apresentação do nôvo Gabinete, apesar de já estar encerrada a inscrição dos oradores, sòmente porque soubera que êsse deputado (conservador como êle, portanto trânsfuga do seu partido), iria atacar violentamente o Presidente do Conselho e fazer profissão de fé republicana. Como de fato fêz.

Não se diga que êsses políticos não se davam conta das conseqüências desastrosas para o País e para êles próprios, que resultavam de tais processos de combater os adversários, enfraquecendo os alicerces já bem abalados da Monarquia e desmoralizando o próprio regime a que serviam, e do qual afinal dependiam, politicamente falando. Mas que importava? O que se queria, o que êles queriam era simplesmente desmoralizar os adversários para mais fâcilmente apeá-los do Poder. Que êles fôssem daí desalojados, não importando por que

meios nem modos. Depois então se veria. Como naquela antiga canção francesa:

*Démolissons
Tant que nous pourrons !
Après, nous verrons
Ce qu'ils nous feront !*

Mas o maior perigo estava no incitamento que êsses políticos inescrupulosos e essa imprensa facciosa faziam aos militares, espicaçando-lhes os brios e incitando-os à revolta, tarefa tanto mais fácil quanto êles eram mestres em explorar a tradicional ingenuidade política dos homens de farda, a boa-fé de uns e a vaidade de outros, despertando-lhes ambições que talvez jamais tivessem tido e os convencendo, evidentemente de má fé, que a felicidade e a salvação da Pátria dependiam dêles — quando, na realidade, o que de fato dependia dêles era sobretudo a possibilidade de êsses políticos desalojarem os adversários do Poder e se enquistarem nas posições de mando. Escrevendo a propósito da participação dos militares na política, Jordão Emerenciano terá a coragem, como êle mesmo diz, de reconhecer que os “maiores responsáveis” por isso eram os civis: “Nós, os civis, os doutores e políticos, é que vamos buscar a tropa em seus quartéis e arrastamos os oficiais para as nossas aventuras. Falamos sempre e muito mal, da participação dos militares nos debates da política partidária, mas esquecemos, muito depressa, que freqüentemente estamos pedindo, para tôda sorte de pronunciamentos, o endosso de generais, almirantes e brigadeiros”⁴⁵⁰.

É mais ou menos o que diz Oliveira Viana, quando se refere “à ação excitadora dos políticos civis”, acrescentando que “êstes, no fundo, sempre foram os grandes

(450) *Em louvor da Marinha.*

culpados das agitações militares em nossa Pátria, e nas últimas agitações que antecederam e produziram a queda do Império, pode-se dizer que a parte que êles tiveram foi a principal. Neste ponto, os dois velhos partidos imperiais, a que mais tarde deviam se juntar os elementos republicanos, são réus históricos dêsse mesmo crime comum, que, afinal, é um crime de lesa-patriotismo. Nesta gravitação para os quartéis dos políticos do Império, o sentimento que os impelia nunca foi um sentimento de simpatia ou de admiração pela Classe Militar. Quando, encaminhando-se para as casernas, agitavam ante os olhos da Classe Armada o pano vermelho dos direitos militares, o intuito que os levava não era, nem por sombra, o engrandecimento dessa classe. Iam aos bancos da Escola Militar ou às tarimbas do Realengo com o mesmo objetivo com que os caudilhos sertanejos costumavam ir ao vale do Rio das Éguas ou a Pajeú das Flôres: iam aliciar cangaceiros para as suas empreitadas políticas⁴⁵¹.

Veja-se, a êste propósito, o caso de Rui Barbosa, o qual foi, para Clado Ribeiro de Lessa, um dos que "mais lançaram lenha na fogueira da indisciplina militar, de que resultou o golpe de 15 de Novembro"⁴⁵². Antigo Deputado liberal pela Bahia, vamos encontrá-lo, nesse fim do Reinado, renegando os compromissos que assumira com o seu partido — partido que o criara politicamente — só porque o Gabinete liberal que estava agora no Poder se recusava a adotar como programa de govêrno as idéias políticas que êle, Rui, defendia e desejava implantar no País — idéias, aliás, como todos sabemos, que haviam sido repudiadas pelo seu próprio partido no Congresso, que fazia poucos meses se havia reunido na Côrte. Ferido em sua vaidade por se ver contrariado,

(451) *O Ocaso do Império*.

(452) Prefácio à obra anteriormente citada de Dom Pedro Augusto.

e insuflado, por outro lado, pelos republicanos, Rui atirava-se contra Ouro-Prêto com todos os recursos de sua demagogia política, apelando para as Classes Armadas e colocando o Gabinete diante da alternativa de ter que aceitar a sua doutrina ou enfrentar a revolução.

Ora, revolução, no Brasil, todo o mundo sabia: não se fazia — nem se faz — sem o concurso de militares. Nunca se tinha feito sem êles, e possivelmente nunca se fará, pelo menos até quando o povo, (“as massas”, segundo o dicionário marxista) não tiver consciência de seus deveres e de seus direitos, sem se deixar levar por aquêles que simplesmente o exploram; ou, por outras palavras, até quando não tivermos uma opinião pública em condições de poder exprimir o verdadeiro sentimento da Nação. E se o que chamamos “o povo” nunca fêz revolução no Brasil, revolução de verdade, ainda menos a fizeram as chamadas elites civis, do País, os *casacas*, as classes intelectuais, as classes liberais e as classes conservadoras. Os políticos, êsses, fazem demagogia. Os jornalistas fazem, como se diz, *onda*, envenenando a opinião pública contra as autoridades constituídas. E o povo — o de ontem como o de hoje — sai, é verdade, para a rua, grita, faz barulho, provoca arruaças e tropelias, quebra vidraças e ataca os meios de transporte, desorganizando num certo sentido a vida das cidades. Enfrenta por vêzes a Polícia. Mas nada disso serve para derrubar Governos. Porque Governos, no Brasil, só se derrubam com gente armada e uniformizada, vale dizer, com soldados, ainda que por meio de uma simples ameaça, sem necessidade de se dar um tiro. E como nem os políticos, nem os jornalistas, nem o homem da rua e, se se quiser acrescentar, nem os estudantes (“mas quem faz caso de estudantes?”, perguntava o Imperador) usam farda ou gostam de empunhar armas de fogo para derrubar Governos, segue-se que não resta outro recurso

senão aquêles mesmo de que se utilizavam Rui e os seus companheiros de opposição ao Ministério Ouro-Prêto, isto é, ir buscar os militares nos quartéis para que êles venham, com as suas fardas e as suas armas, desalojar do Poder os homens que formam o Govêrno. Chama-se a isso "pôr a tropa na rua". Para o que basta, às vêzes, uma simples encenação militar, uma mera ostentação de fôrças, quando não unicamente um desfile. Ou mesmo sem desfile: uma parada e nada mais. Assim foi no 7 de Abril. Assim seria no 15 de Novembro. Como seria, nos anos seguintes, sob o regime republicano, em mais de uma vez.

Republicanos por moda

Sabiam, assim, os republicanos civis que sem a ajuda dos militares êles não conseguiriam jamais — ou tão cedo — implantar a República no Brasil. “Se o Exército não a fizer, dissera Quintino Bocaiúva, uma vez, a Mena Barreto, iremos ao 3.º, ao 4.º e ao 5.º Reinados”⁴⁵³. Podia haver, nesses tempo, algumas dezenas, algumas centenas ou, exagerando, alguns milhares de republicanos civis sinceramente afeiçoados à causa que haviam abraçado. Mas raros, bem poucos estariam dispostos a sair à rua, de armas na mão, para derrubarem a Monarquia. Êles bem que desejavam ver a República implantada; mas muito poucos estavam decididos a obtê-la com luta corporal, e muito menos com risco de suas próprias vidas. E ainda que soubessem que os monarquistas, por seu lado, também não estavam nada dispostos a se sacrificarem em defesa do trono ou da Monarquia, como se teve depois a prova, não era absolutamente intenção dêles exporem suas vidas para a realização de seus ideais. Nada de uma República à custa de violências ou de sacrifícios pesados.

(453) Considerando a impossibilidade de obterem a ajuda do Exército no caso de uma tentativa para derrubar o Império correu, numa certa ocasião, o boato — porque era um boato — que os republicanos haviam despachado um emissário secreto aos Estados Unidos com o fim de saber se o Governo de Washington lhes daria “apoio moral e material” numa tentativa revolucionária contra o Governo Imperial. Robert Adams, ministro norte-americano no Rio, dizendo-se informado “confidencialmente através de uma fonte diplomática”, possivelmente um colega, faz referências a isso num officio de 8 de setembro de 1889, dirigido ao Departamento de Estado em Washington.

Salvo a violência puramente verbal ou escrita; ou gesticulante, que era de fato a que êles se entregavam nos artigos de imprensa, nos discursos de praça pública, nos debates nos clubes e nas polêmicas de mesa de café. Gesticulante e declamatória, gênero *ronflant*, como salienta o Conde de Afonso Celso ao traçar o perfil de Campos Sales como orador, com discursos cheios de frases sonoras mas inteiramente vazias, “arrastando a língua, pronunciando a palavra República com muitos *rr* e a palavra povo com muitos *oo*, esforçando-se por emprestar entonações trágicas e misteriosas aos lugares mais comuns”⁴⁵⁴. Ou então o trabalho de sapa, espalhando a confusão e o boato, solapando a disciplina nos quartéis, metendo-se em conluios com oficiais subalternos e com sargentos, atijando a uns, pondo em brios a outros, para que saíssem à rua em defesa da “honra” e da “dignidade” da classe ofendida, com o seu desprezo, pelos Governos monárquicos.

*

Aliás, não só faltava a êsses republicanos civis, para animá-los a combater com armas na mão em defesa da República de seus sonhos, qualquer parcela do espírito guerreiro ou predisposição para a luta: faltava também uma verdadeira convicção de seus supostos ideais, como já o afirmara João Alfredo, um sentimento profundo da pureza dêles. Uma tal convicção não existiu, em grande parte daqueles civis, para quem êsse ideal não passava “de uma coisa vaga, com um raio de ação muito reduzido”, como diz Oliveira Viana. Os republicanos dessa fase da propaganda compunham-se, como já dissemos, em sua grande maioria, de gente moça, de jovens no início da vida pública ou apenas saídos das escolas;

(454) *Otto anos de Parlamento.*

quando não de simples alunos, ainda pouco amadurecidos para poderem ter consciência de um ideal político qualquer. Os mais velhos, que formavam, no Rio e em São Paulo, os dois centos de maior agitação republicana, a primeira linha do partido, não tinham sequer alcançado os 50 anos, salvo Quintino Bocaiúva, que andava pelos 53, Aristides Lôbo, que completara 51 e Rangel Pestana, que nesse ano de 1889 é que chegava aos 50 anos. Campos Sales, Prudente de Moraes e Bernardino de Campos tinham 48 anos; Lopes Trovão 41 e Silva Jardim um rapazola de 29 anos. E êsses eram os considerados chefes. Que dizer então dos demais, os que lhes faziam côro e se diziam seus discípulos? Um punhado de rapazes, com o entusiasmo, o ardor e os excessos de suas idades — e também a irresponsabilidade delas.

Muitos eram republicanos unicamente porque a França, que os alimentava espiritualmente, era uma República. Outros, adeptos do Positivismo, porque era o regime recomendado por Augusto Comte. Outros, porque a América tôda era republicana. Outros porque o Imperador era um velho que não dizia coisa com coisa e não estava mais, assim, em condições de nos governar. Outros porque antipatizavam com o Conde d'Eu, por ser estrangeiro, alugar *cortiços* e se ter casado com a Princesa Imperial. Outros porque esta se mostrava amiga dos padres — e eram anticlericais. E outros, finalmente, por moda, por novidade, para parecerem *modernos* e ser a Monarquia uma forma antiquada de Governo⁴⁵⁵.

(455) Leôncio Basbaum, *op. cit.* — César do Nascimento, chefe republicano em São Paulo, dizia em maio de 1887 que se aparecesse naquela ocasião uma oportunidade para a implantação da República, "seria difícil atingir êsse ideal, devido à diversidade de pontos de vista e à confusão de idéias" que reinavam nos arraiais republicanos do País. E o autor acima citado, acentuando a falta de unidade orgânica do republicanismo brasileiro, diz que maior e mais desastrosa ainda era a falta de unidade política. *Cada republicano, cada sentença.* "A idéia que sustentava a todos era simplesmente a República. Em todo o mais, divergiam".

Por simples *panache*, portanto, para se mostrarem jovens, integrados nos novos ideais, no regime que se presumia ser o de amanhã, e não estavam arraigados a velhos preconceitos políticos, velhas formas de Governo, já gastas e fora de moda e algumas, — por que não dizer? — inteiramente desacreditadas na Europa. Em resumo: era-se republicano por se ter acanhamento de se dizer monarquista. “Havia mais coragem em confessar que se conservava monarquista, do que em se confessar republicano” — a frase é de Joaquim Nabuco. Ser-se republicano era ostentar mocidade e idéias avançadas, era não parecer velhos rabugentos e formalistas, conselheiros sebentos, cheios de achaques, a viverem curvados, como lacaios, diante do Trono e da Família Imperial. “Os rapazinhos na fase do buço e da primeira namorada eram republicanos”, dirá João Camilo de Oliveira Tôrres. Ser republicano era para êles ser contra essa velharia da Monarquia, essa coroa ridícula que o Monarca era obrigado a equilibrar no alto da cabeça, com os não menos ridículos atributos da realaleza — o cetro, a massa e a mão de justiça, que êle ostentava, cheio de uma solenidade burlesca, quando se sentava no trono — “êsses quatro pedaços de pau cobertos de veludo”, como o classificara um dia Napoleão. Ser republicano era ser contra essa comédia, contra todo êsse aparato ridículo que cercava o Monarca nos dias chamados de grande-gala, de meia-gala e de pequena-gala, quando os políticos mais eminentes do País, velhos encanecidos no serviço da Pátria, eram obrigados a assumir atitudes de lacaios, todos cheios de curvaturas e de beija-mãos.

A grande maioria, pois, dos republicanos era formada dessa gente moça, estudantes ou rapazes apenas saídos das escolas. Rapaziada inexperiente e sonhadora, como a qualifica Oliveira Viana, “sem prestígio político bastante para sacudir e abalar dos seus fundamentos o

velho edifício da Monarquia, sem fôrça sequer para porem abaixo uma oligarquia provincial”⁴⁵⁶. Jovens advogados à cata de causas, candidatos ao primeiro estágio da vida política, médicos que só o eram nos respectivos diplomas, rapazes até sem meios de subsistência, sujeitos ainda à disciplina e à bôlsa dos papais. Alguns eram filhos de monarquistas convictos, que entretanto achavam graça nas veleidades republicanas dos filhos, como o próprio Presidente do Conselho, Visconde de Ouro Preto, que sendo um dos monarquistas mais fiéis ao regime, devia-se divertir imenso vendo o filho Afonso (mais tarde Conde de Afonso Celso), apenas saído da Escola de Direito e eleito deputado graças aos votos dos liberais correligionários do pai, ir para a Câmara declarar, com o *panache* de seus verdes anos, que a Monarquia se mantinha no Brasil por simples tolerância dos políticos, sem um único apoio na alma nacional. Declaração que a maioria monarquista da Câmara ouvia sem um protesto, apenas com uns tímidos “não apoiado”, antes, achando graça na originalidade e na intrepidez do rapaz, que sendo filho de um dos mais austeros conselheiros do Imperador e responsável naquele momento pelos destinos do Império, se dava ao luxo de ser republicano.

(456) *O Ocaso do Império*. — “O movimento revolucionário, escrevia Eça de Queirós referindo-se à chamada propaganda republicana, vinha sobretudo dos *bacharéis*, dos moços saídos das escolas, que ansiavam pela República, não porque o Império lhes fechasse o acesso às carreiras (tão abertas que alguns republicanos foram Ministros do Império), mas para poderem realizar um velho ideal jacobino” (*Cartas inéditas de Fradique Mendes*).

A fraqueza dos republicanos

A fraqueza dos republicanos não estava só na falta de uma sincera convicção dos seus ideais por parte de muitos dêles; também na inexistência de um verdadeiro partido nacional, com quadros organizados, com uma direção e propósitos bem definidos, que unissem todos os adeptos numa mesma conjugação de esforços a bem do ideal comum. "O Partido Republicano, dirá Oliveira Viana, que a retórica dos seus oradores dava como *forte e pujante*, fazia uma figura mesquinha: não era própria-mente um partido, era um esbôço de partido, uma nebulosa em via de condensação"⁴⁵⁷. Era antes um simulacro de partido, e não fôra sem-razão que João Alfredo o intimara a crescer, para que se pudesse levá-lo a sério.

Leôncio Basbaum assinala, com razão, nunca ter havido um Partido Republicano que se pudesse intitular de nacional que congregasse todos os pequenos diretórios das Províncias ou todos os republicanos do País. Apesar dos esforços feitos nesse sentido, nunca foi possível aos dirigentes republicanos obter um mínimo de unidade orgânica, fato, aliás, que não nos pode causar estranheza, pois que quase um século depois e com mais de 70 anos de República, nos encontramos hoje mais ou menos na mesma situação, pois todos sabemos que os atuais

(457) *Op. cit.*

partidos políticos, UDN, PSD, PTB e outros, apesar de se intitularem nacionais, não passam de colchas de retalhos, com as suas seções estaduais divorciadas uma das outras, quando não aberta e confessadamente em luta pela direção geral do Partido.

No Império o Partido Republicano, a igual dos partidos da República e apesar dos esforços despendidos, nunca conseguiu que os pequenos partidos das Províncias perdessem a sua índole local e se integrassem sob uma direção geral comum, de carácter estritamente nacional. Ao contrário, êstes viveram sempre não somente num âmbito puramente provincial, sem nenhuma espécie de ligação com os seus congêneres, das outras unidades do Império, sem qualquer espírito de coesão ou laços de entendimento com êles, como muitas vêzes até se chocando e se estraçalhando mutuamente, por questões de prestígio ou simples ciumadas.

Os vários congressos e convenções que se faziam no sentido de reuni-los, de reestruturá-los ou de discipliná-los não davam resultado não só pela dificuldade de juntar êsses verdadeiros sacos de gatos, como pelos parcos rendimentos de muitos dos congressistas, que não tendo recursos suficientes nem havendo quem lhos fornecessem, não podiam viajar vencendo as largas distâncias que os separavam do local dos congressos, geralmente o Rio de Janeiro ou São Paulo. Assim que o primeiro congresso que se reuniu para êsse fim em 1886 (quer dizer, somente dezesseis anos depois do famoso Manifesto, o que já era uma confissão de fracasso) obteve a participação de 10 Províncias (das quais, entretanto, apenas duas do Norte, Pará e Pernambuco); dois anos depois, portanto já nas proximidades do 15 de Novembro, quando se fez uma segunda tentativa nesse sentido, apenas 6 Províncias se fizeram representar, o que provava que a idéia de unifi-

cação do republicanismo brasileiro longe de progredir, só fizera retroagir e minguar ainda mais⁴⁵⁸.

Aliás, êsses congressos muito pouco valiam por si mesmos, pois não passavam de uma falsa ostentação de fôrça, de um fingido prestígio, que só enganavam os incautos ou os desprevenidos. “De quase nada valiam, confessa José Leão na sua biografia de Silva Jardim, atentas as fôrças eletivas sôbre que se baseavam. Eram uma inofensiva ostentação de fôrça, um simulacro artificial de organização, levados a efeito sobretudo para fazer crer aos outros partidos [*o Conservador e o Liberal*] que o republicano tinha os seus *medalhões*. Por isso nenhuma influência exerciam sôbre a propaganda; esta se fazia pelo esforço individual, sem coordenação possível, em uma época de completa desorganização social”.

A verdade é que, se tomado coletivamente, no sentido rigorosamente nacional e partidário, o republicanismo entre nós praticamente não existia e, salvo num certo sentido em São Paulo, tudo que se fazia resultava, como acentua José Leão, do esforço de cada um ou de um pequeno grupo de partidários. No Rio, por exemplo, êle estava concentrado nas mãos de uns poucos figurões, que dêle faziam monopólio, considerando-se *donos* do republicanismo local, e numa certa medida do republicanismo nacional. Os mesmos que na tarde de 15 de

(458) Houve quatro Congressos “nacionais” ou “federalis”, promovidos pelo intitulado Partido Republicano Brasileiro. O primeiro se reuniu na Côrte, em junho de 1887, com a participação de representantes de 9 Províncias e do Município Neutro. As Províncias eram: Pará, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Goiás. O segundo teve lugar igualmente na Côrte, em outubro de 1888, com a participação de, apenas, 5 Províncias: Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. O Município Neutro se fez igualmente representar. O terceiro Congresso realizou-se em São Paulo, em maio de 1889, com a participação de 8 províncias, inclusive o Município Neutro, a saber: Ceará, Sergipe, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. O Rio Grande do Sul fez-se representar por Assis Brasil, mas como êste não chegou a tempo de tomar parte nos trabalhos do Congresso, deve considerar-se essa Província como ausente.

novembro se iriam aproveitar do golpe de Estado desfechado por Deodoro para se apoderarem do Poder e instituírem a *sua* República; e, salvo a inclusão de um nome de São Paulo e outro do Rio Grande do Sul, com a exclusão de todos os demais republicanos, para os quais aquela data não passaria de uma *ournée des dupes*.

Oliveira Viana salienta que, com exclusão de São Paulo e, talvez, do Rio Grande do Sul, “no resto do País era tudo incoesão, desorganização, inorganização. Os pequenos nódulos locais agiam isolados, cada qual por sua conta, sem nenhum centro de coordenação comum, que lhes regulasse os planos de mobilização e a ordem dos movimentos. Tanto assim que, até quase às vésperas da instituição da República, o Partido Republicano não tinha um chefe comum, ao modo do Liberal e do Conservador. Sòmente em 1889, vinte anos depois do Manifesto de 70, é que os republicanos, reunidos em congresso geral, puderam eleger o seu chefe ostensivo — Quintino Bocaiúva, a quem deferiram a direção suprema do Partido. Estavam a seis meses apenas do dia do triunfo, e ainda eram uma *congrégie* de batalhadores escoiteiros, agindo em pequenos pelotões isolados, à maneira dispersiva das guerrilhas”⁴⁵⁹.

Tinham, assim, êsses Centros republicanos espalhados pela vastidão imensa do País, que viver cada qual a sua vida e cada qual do seu lado. Quando muito, o delegado de um Centro do interior conseguia transportar-se à Capital da Província para entrar em contacto ou se concertar com os chefes ali residentes. Mas raramente passavam dali. É verdade que alguns partidos provinciais

(459) *Op. cit.* Oliveira Viana esquece-se de dizer que a eleição desse chefe, longe de ser um traço de união só serviu para desintegrar ainda mais o Partido, como mostramos no correr deste estudo; resultou pelo contrário, na defecção de Silva Jardim e de seus partidários que, em vez de o aceitarem como chefe, passaram a combatê-lo por todos os meios e modos.

tinham na Côrte uma espécie de representantes permanentes, acreditados juntos aos chefes republicanos da Capital do Império, geralmente coestaduanos que aí residiam ou para aí se transportavam. O de Pernambuco, por exemplo, tinha dois, Aníbal Falcão, que o representava junto à Comissão Central do Partido, e Belarmino Carneiro, que o representava nos congressos e convenções que ali se realizavam. Havia ainda um terceiro, J. J. de Almeida Pernambuco, que era uma espécie de representante pessoal de Martins Júnior, o chefe do Centro (depois chamado Diretório) Republicano do Recife, muito embora nem sequer o conhecesse pessoalmente. “Não o conheço senão de nome”, confessava Martins em Carta a Belarmino.

Por sinal que êsses representantes, apesar de serem vários ou por isso mesmo, longe de trabalharem para o prestígio do partido de que eram delegados, só serviam para desmoralizá-lo, como se dava com os representantes pernambucanos, brigando entre êles, levados por rivalidades e amor-próprio ferido, e pretendendo cada qual ser o mais qualificado para interpretar o pensamento dos republicanos de sua Província. Em carta a Belarmino Carneiro, dizia Martins Júnior que não sabia o que mais admirar, se “o descalabro e a anarquia dos partidos monárquicos, se a anarquia e o descalabro das facções republicanas”⁴⁶⁰.

Não os separava, sòmente, a maneira de encarar o suposto ideal republicano; também a solidariedade que uns e outros entendiam dever os pernambucanos prestar aos chefes do Partido Republicano Federal, que por sua vez viviam igualmente desunidos, numa luta de todos os dias. De um lado Quintino Bocaiúva e o grupo numeroso de seus fiéis, e de outro Silva Jardim, com um

(460) Carta de 24 de maio de 1889, comunicada pelo Ministro Cardoso de Miranda.

grupo menor, mas mais agressivo, de discípulos, numa guerra sem quartel, de acusações recíprocas, cada qual procurando desmoralizar o seu adversário à força de doctos e de recriminações. Os partidários de Quintino acusavam Jardim de louco, e os partidários dêste diziam que o outro não passava de um pusilânime e de um derrotista.

Belarmino Carneiro era partidário de Quintino, enquanto Aníbal Falcão se alistava entre os mais entusiastas discípulos de Silva Jardim. Viviam assim os dois em luta, empenhado cada qual em obter o apoio dos republicanos de Pernambuco para o seu respectivo chefe. O que levava Martins Júnior a escrever do Recife a Belarmino, lamentando que os republicanos da Côrte vivessem “retalhados por miseráveis rivalidades pequeninas, diante das quais eu me sinto ao mesmo tempo indignado e abatido”. E perguntava: “Será razoável que no meio de uma batalha decisiva, os soldados de um dos grupos beligerantes recusem-se a marchar e lutem entre si, porque um dos companheiros, no mais renhido da pugna, tomou a frente dos chefes, e mais enérgico do que êstes, deu ordens de comando?”. Era evidente aí a alusão a Silva Jardim. Porque com relação a Quintino êle entendia, ou melhor, não compreendia que houvesse “no Partido Republicano chefes que no momento atual só querem da chefia as honras e não os perigos”, ao invés de chefes que se dedicassem “de corpo e alma à organização da resistência republicana contra o Terceiro Reinado que aí nos bate às portas”, de “verdadciros chefes, e não de generais dispostos a fazer com as fôrças republicanas o mesmo que Caxias fêz com o Exército brasileiro diante de Curupaiti — mandar tocar a retirada no meio do ataque, dando costas ao inimigo e expondo os companheiros à morte certa”⁴⁶¹.

(461) Carta de 14 de março de 1889, *idem*.

Evolução da idéia republicana

A maior parte dos republicanos era formada, como já dissemos, da mocidade do tempo, muitos estudantes, entre os civis, cadetes e tenentes, entre os militares. Uns poucos, dos mais velhos, haviam conseguido se eleger deputados gerais, como Prudente de Moraes e Campos Sales em São Paulo e Alvaro Botelho em Minas, na legislatura de 1885; ou como Lamounier Godofredo e Antônio Manso, ambos igualmente de Minas Gerais na última legislatura do Império, os únicos, aliás, que haviam sido eleitos nessa ocasião pois Campos Sales, também candidato, fôra derrotado. Quer dizer que, durante todo o período monárquico, ou seja no decurso de mais de 70 anos, apenas cinco republicanos haviam conseguido sentar-se na Câmara dos Deputados⁴⁰². Senador republicano nunca houve, o que é óbvio, de vez que eram escolhidos, ou melhor, nomeados pela Coroa de uma lista tríplice de eleitos que lhe apresentava o chefe do Gabinete, e não era de esperar que este fôsse indicar ao Imperador, como seu preferido, um candidato republicano que tivesse conseguido um número suficiente de votos para poder figurar nessa lista, como se deu com Joaquim Felício dos Santos.

Não queremos dizer que não houvesse, então, no Brasil, uma soma suficientemente grande de republicanos

(402) Sem contar os dois deputados mineiros, que tendo sido eleitos como republicanos nas eleições gerais de 1889, não chegaram a tomar assento em virtude da implantação da República.

para eleger um maior número de deputados. O que queremos mostrar é que pela falta de direção de seus diretórios e as divergências mais ou menos profundas em que viviam, êles não tinham eleitoralmente substância, não podendo, por isso, oferecer nenhum perigo para a estabilidade das instituições; e que, por conseguinte, tanto João Alfredo como Ouro-Prêto, quer dizer, os dois últimos Presidentes do Conselho da Monarquia, não deixavam de ter suas razões quando subestimavam o valor e a importância dos republicanos, como quantidade a pesar nos destinos do País.

Porque republicanos — mais ou menos republicanos — no sentido sentimental do termo, republicanos que chamaríamos líricos, partidários românticos dessa forma de governo, todos sabemos que sempre houve no Brasil, em maior ou menor número. Não, certamente, desde os tempos coloniais, como se quer fazer crer, procurando-se ligar a implantação da República em 1889 a levantes ou motins puramente locais que se deram entre nós antes da Independência, que nada tinham de republicanos, e não passaram de revolta, contra os mandatários da Colônia, que tiranizavam os nativos com o rigor das leis portuguesas ou lhes tiravam toda possibilidade da vida fácil com os pesados ônus fiscais a que os submetiam⁴⁶³.

É verdade que em Pernambuco, por ocasião da chamada Guerra dos Mascates, em 1710, os revolucionários chegaram a propor no Senado da Câmara de Olinda, que se instituísse ali uma República, com um governo próprio, à semelhança da Holanda e de Veneza, sendo essa a primeira vez que se falou no Brasil em República. Mas isso não significava que Bernardo Vieira de Melo

(463) Leôncio Basbaum vai mais adiante: para êle (*op. cit.*), “nunca houve, na História do Brasil, movimentos que fôsem especificamente republicanos. Afirmar o contrário é sustentar outro dos muitos *mítos* da nossa História”.

e os seus partidários fôsem “republicanos”. Ainda porque o que se entendia então por República não tinha nenhuma relação com forma de govêrno, nem exprimia ainda os dois sentimentos que veio a ter mais tarde, isto é, liberdade de pensamento e independência política, sentimentos que só foram proclamados no fim dêsse século XVIII, o primeiro pela Revolução Francesa e o segundo pela Revolução Americana. A solução “republicana” que alguns revolucionários olindenses propuseram naquela ocasião, não foi senão um recurso de que êles lançaram mão para se libertarem da pressão dos *mascates*, isto é, dos negociantes portugueses do Recife, contra os quais se haviam sublevado. O fato, mesmo, de êles tomarem por modêlo as Repúblicas holandesa e veneziana mostra que a “República” dêles nada tinha de comum com o que veio depois a se entender como tal, isto é, um govêrno democrático de origem popular — govêrno do povo e pelo povo. Seria apenas um govêrno eletivo. Mas isso não era privilégio daquelas Repúblicas, porque a forma eletiva de govêrno era também peculiar a mais de uma Monarquia.

Tem-se querido também emprestar um sentido republicano à chamada Inconfidência Mineira — “revolução que não houve”, como diz Leôncio Basbaum — o que não corresponde, entretanto, rigorosamente, à verdade histórica, porque ela não passou de uma simples rebelião fiscal, idêntica ao movimento de rebeldia havido anos antes nessa mesma Vila Rica do Ouro Prêto, chefiado por Filipe dos Santos, e como aquela facilmente debelada pelos portugueses. A Inconfidência Mineira não só não teve nenhuma significação republicana, como não exprimiu mesmo, em seu conjunto, uma aspiração pela independência do Brasil, apesar do que um dos amigos dos conjurados, José Joaquim da Maia, havia dito a Thomas Jefferson, Ministro americano em Paris. A seme-

lança de vários outros movimentos de rebeldia que se deram nessa época no Brasil, o de Ouro Preto não teve nenhum significado político, e muito menos nacional; foi uma conspiração puramente local, cujos ecos não passaram dos muros daquela modesta vila do interior, para caírem em completo esquecimento depois da punição dos culpados. De fato ninguém mais se lembraria do “suplício” do Tiradentes, já não diremos nos quatorze anos do reinado de Dom João VI no Brasil, mas nos sessenta e sete do Governo Imperial. Pondo de lado o tema puramente literário e sentimental que êle deu pretexto aos nossos românticos do meado do século, a verdade é que só mais tarde, já no fim do Império, é que alguns propagandistas republicanos iriam desencavar o nome do Alferes para transformá-lo em cartaz político de uns poucos de seus clubes. E instituído o nôvo regime, os positivistas colocariam-no no altar da Pátria, pela necessidade de fabricarem um mártir (e não havia outro), que desse uma côr sentimental à República que acabara de nascer⁴⁶⁴.

(464) Para sermos rigorosamente fiéis à “verdade histórica”, cabe lembrar que por ocasião da inauguração no Rio de Janeiro, em 1862, da estátua de Dom Pedro I, levantada na então Praça da Constituição (hoje Tiradentes), Teófilo Ottoni, mais por motivos políticos do que por reivindicação histórica, propôs que em lugar do primeiro Imperador estivesse ali o Tiradentes, gesto que não teve maiores repercussões além de uma ode do jovem Pedro Luis, distribuída por ocasião da inauguração da estátua, e uma polémica que se seguiu na imprensa carioca, uns a favor e outros contra, para pouco depois ser lançada ao esquecimento. A assinalar ainda o gesto de Saldanha Marinho, em 1866, quando Presidente de Minas Gerais, mandando erigir em Ouro Preto uma coluna de pedra em homenagem ao “mártir da Independência”, substituída, já na República, por uma estátua; o lançamento em Ouro Preto, em 1879, de um jornal intitulado *Tiradentes*; e, finalmente a fundação na Côrte, em abril de 1881, de um clube com êsse nome, presidido por Quintino Bocaiuva. E foi tudo que se fez, nos 67 anos de Monarquia, para “perpetuar” a memoria do Alferes. — Afonso Arinos de Melo Franco, mineiro de duzentos anos e “prócer” do regime vigente, reconhece (*Um estadista da República*) que “o culto de Tiradentes não era vivo no Brasil imperial”, atribuindo isso a “uma questão de delicadeza para com o Imperador”, isto é, por ter sido o inconfidente enforcado pelos agentes da bisavó do Monarca brasileiro, justificativa, porém, que não procede, pois tais escripulos nunca existiram nos homens do Império, inclusive nos políticos de maior evidência, que se fartaram de atacar o Imperador, sua família e os seus ascendentes.

Se se quiser, portanto, um ponto de partida para a "idéia republicana", compreendida esta como uma aspiração por um regime político de origem puramente popular, será mera fantasia ir buscá-lo nos movimentos de insurreição ocorridos no tempo colonial ou no reinado brasileiro de Dom João VI. Quando muito, poder-se-ia tomar como tal a revolução pernambucana de 1817, que exprimindo até certo ponto aquela idéia, visava, antes do mais, a libertação do País do jugo português. Mas também êsse foi um movimento que nasceu e morreu — durou apenas 80 dias — como um fato isolado, sem nenhuma ligação com outros movimentos semelhantes, anteriores ou posteriores a êsse acontecimento. Se êle visou a forma republicana de govêrno, não foi porque os seus autores professassem êsse credo político, pois é sabido que nenhum dêles, pessoas, aliás, conhecidas e conceituadas de Pernambuco, havia manifestado em público ou particularmente, antes da insurreição, idéias republicanas. Nem sequer tinham mesmo a mais pequena noção do que elas significavam. Eram figuras, quase tôdas, da camada superior da sociedade pernambucana, pertencentes a antigas famílias, senhores de engenho ou ricos proprietários para as quais a idéia de República só devia causar desassossêgo pelos excessos que ela, uma vez realizada, era capaz de provocar, e dos quais se tinha uma bem triste amostra nos anos de terror por que a França havia passado, não fazia muito tempo.

Se a revolução de 1817 tomou a forma republicana, foi porque exprimindo uma revolta contra o poder fiscal português, tinha que se processar necessariamente contra o Rei de Portugal. Ora, não sendo possível importar um outro da Europa, nem fazê-lo no Brasil com um príncipe de sangue, só restava mesmo, para realização do ideal de independência que visava, a adoção da forma republicana de govêrno. Tanto não tinham os revolucionários

de 1817 sentimentos republicanos que, justamente pela impossibilidade de obterem um rei, um rei dêles, se lembraram, num dado momento, de ir buscar Napoleão, que curtia nesse tempo o exílio em Santa Helena⁴⁶⁵.

É claro que por essa ocasião já havia alguns brasileiros que sonhavam com a implantação de uma República no Brasil, aspiração que iria definir-se mais claramente depois que Dom João VI voltou para Portugal, associada a essa outra, bem maior, que era a independência do País. Era uma aspiração que se explicava, por ser a única que se conciliava com a instituição de um govêrno livre, e como tal fôra proclamada pelos libertadores americanos. E se a forma republicana não prevaleceu por ocasião da separação do Brasil de Portugal, deve-se sobretudo ao fato de ter sido o promotor dessa separação o próprio filho do Rei português, que sendo um príncipe e exprimindo êle mesmo o princípio monárquico, não podia promovê-la senão dentro dêsse mesmo princípio.

Se o Príncipe Dom Pedro não tivesse ficado no Brasil, é claro que a nossa independência teria sido obra exclusiva dos brasileiros, portanto de origem puramente popular — popular e nacionalista, como se havia dado e estava ainda se dando com as demais colônias européias na América. Nesse caso, era certo que o Brasil teria adotado a forma republicana de govêrno. Como

(465) "Quando tiveram que resolver o problema da independência, salienta Rocha Pombo (*História do Brasil*), sentiram os colonos um grande embaraço; tinham chefes de prestígio, mas não tinham príncipes de sangue (...). Não tendo príncipes de sangue, recorreram aos chefes, e em vez de regimes fundados na tradição e na razão histórica, criaram regimens populares, sob os quais o exercício da suprema autoridade pode ser conferido indistintamente a qualquer cidadão (...). E, pois, a falta dêsse elemento tradicional que se atribui mais comumente o fato de se haverem constituído em Repúblicas tôdas as antigas colônias americanas". Resta lembrar as tentativas que houve na Argentina, no México e no Haiti, para obterem um Rei ou um Imperador, e que tendo falhado os obrigaram a recorrer aos seus próprios nacionais, arvorados em chefes de governos republicanos.

queriam, aliás, Gonçalves Ledo e o seu grupo de liberais exaltados, que só acabaram aceitando a Monarquia como uma transação, isto é, como único meio de se obter, naquelas circunstâncias, a libertação do País, objetivo principal de suas aspirações, e que prevalecia sôbre todos os demais.

Transigiram, pois, mas exigindo que o nôvo Estado tivesse a categoria de Império, e não de Reino, para significar *também* a origem democrática do nôvo Governo, inclusive do seu soberano, que revestido embora da ficção divina segundo o conceito legitimista da Santa Aliança, sagrado e inviolável, fôsse buscar, por outro lado, a fonte de seu poder na vontade do povo — na “unânime aclamação dos povos”, como ficou expresso no ato da sua aclamação⁴⁶⁶. Daí Clóvis Beviláqua dizer que a Constituição de 1824 “pretendia ser uma transação entre o elemento monárquico e o democrático”⁴⁶⁷, vale dizer, o republicano.

Uma outra *afirmação republicana* que se poderia ir buscar nesse primeiro período da nossa história de nação independente, seria a chamada Confederação do Equador, em 1824, quando Pernambuco reagiu violentamente contra o ato de Dom Pedro I dissolvendo a Assembléia Constituinte, atentado que provocou a reprovação não só daquela Província como das que lhe ficavam próximas, se bem que, no entender de João Ribeiro, “as sessões foram mais palavrosas do que efetivas”⁴⁶⁸.

(466) É sabido que estando no teatro na cidade de São Paulo, de volta do Ipiranga, na noite de 7 de setembro, Dom Pedro foi ali aclamado “Rei do Brasil”, aclamação que não teve, porém, maior repercussão. E que foi somente a 12 de outubro seguinte, dia de seu aniversário natalício, que lhe foi oferecido o título de “Imperador” pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro, título que ele se apressou em aceitar “convencido, disse, de que tal é a vontade geral de todas as outras” Câmaras do País (Hélio Viana, *A declaração da Independência*).

(467) *Centralização crescente*.

(468) *História do Brasil*.

Afirmção republicana, dissemos nós, mas unicamente na segunda fase dessa revolução, porque, segundo declaração de seu próprio chefe à escritora Maria Graham, o movimento exprimiu a princípio só um protesto contra o gesto arbitrário do jovem Imperador, considerado contrário aos interesses e à independência do Brasil, e só mais tarde, diante da reação do Governo do Rio, é que elle se tornou declaradamente republicano e separatista.

Da Regência ao Manifesto de 1870

Em 1831, quando foi da abdicação e conseqüente partida de Dom Pedro I para a Europa, também nessa ocasião se oferecia uma oportunidade para o estabelecimento de uma República, para o que não faltava ambiente, ou melhor, quando o ambiente era em tudo favorável, visto que a Monarquia, apenas ensaiada — e mal-ensaiada, não chegara a criar raízes entre nós, em parte pelo pouco tempo da sua existência (não tinha ainda dez anos) e em parte pelos erros praticados pelo primeiro Imperador e muitos de seus partidários: erros que só tinham servido para desprestigiar e mesmo desmoralizar o ambiente monárquico no Brasil. Acrescia que o trono se achava a bem dizer vago, pois o nôvo ocupante não passava de uma criança de 5 anos de idade, incapaz, portanto, de inspirar dedicações monárquicas; e como Imperador não passava de uma ficção. Nada impedia, portanto, que fôsse despachado para a Europa, com as irmãs, para a companhia do pai ou da madrastra, ou confiado ao avô, em Viena.

Tudo favorecia, assim, a implantação da República naquele momento, a qual seria, num certo sentido, a solução lógica e, sobretudo, *brasileira*, da crise que provocara a abdicação do Imperador *português*, ainda que êsse movimento não tivesse sido, como todos sabemos, de natureza republicana: fôra um mero golpe de Estado chefiado pelo General Lima e Silva, o Deodoro de 1831, mas que tivera o apoio e mesmo o incentivo do elemento

chamado “exaltado”, quer dizer, dos ultraliberais, nativistas e nacionalistas, de sentimentos confessadamente republicanos e federalistas.

No entanto, a República não se fêz por essa ocasião, e a forma monárquica de govêrno, unitária e centralizada, foi mantida em tôda a sua integridade. Por quê? Porque o Partido que se apressou em tomar conta do Poder, ludibriando os que haviam inspirado a abdicação do Imperador, era composto pelos chamados “*moderados*”, vale dizer dos conservadores — Vergueiro, Evaristo, Bernardo de Vasconcelos e outros, que depressa compreenderam o que uma República significaria para êles: de um lado a vitória de seus inimigos políticos e, portanto, a perda imediata das posições com a perspectiva de um longo e duro ostracismo; e de outro lado uma verdadeira aventura para o País, desgovernado e desunido, como estava, entregue às paixões políticas, portanto, ameaçado de cair na guerra civil ou na ditadura militar, a exemplo dos nossos vizinhos do Prata. Para não falar no perigo ainda maior da sua desintegração e esfacelamento. Foi o receio de tais eventualidades que os levou a cerrar fileiras em tôrno do Trono, servindo-se da condição brasileira do menino Imperador, que devia necessariamente tocar a corda sentimental dos patriotas e fazer calar a quantos se diziam ou se faziam passar por nacionalistas.

Cristiano Ottoni conta que na madrugada de 7 de abril, quando Dom Pedro I já se havia decidido pela abdicação e a cidade estava, por assim dizer, à mercê da tropa de linha, sob a ameaça, portanto, de um govêrno militar, — um grupo de “exaltados” se apresentou em casa de Vergueiro, perguntando: “E agora, a quem vamos dar vivas?” Vergueiro, que passeava ao longo da sala, fechado em meditações, parou de repente e exclamou:

“Viva o Sr. Dom Pedro II, Imperador constitucional em menoridade!”⁴⁶⁹.

Decidida a manutenção da Monarquia, foi instituída a Regência. Sendo um govêrno eletivo, portanto de origem popular, êle iria contentar, num certo sentido, a aspiração republicana, de que eram intérpretes os chamados *liberais exaltados*. João Ribeiro diz que a Regência foi “a primeira República de consenso nacional”. República de fato, para Joaquim Nabuco, embora provisória, e como tal possível de consolar o elemento republicano, que tendo perdido a oportunidade de acabar com a Monarquia no momento da abdicação do primeiro Imperador, tinha agora diante de si, para realização de seus ideais, a perspectiva de treze anos de govêrno popular, quer dizer, pelo tempo que devia durar a menoridade do segundo Imperador. É até lá se veria. Para muitos dêsses republicanos, a Regência não passaria de um govêrno de transição para se poder chegar à República, a qual acabaria fatalmente por ser implantada, fôsse no término dêsse govêrno, fôsse no decorrer de sua vigência. Era a idéia, aliás, que se continha no projeto do deputado baiano Antônio Ferreira França apresentado à Assembléia Geral Legislativa, propondo que o Govêrno brasileiro deixasse de ser “patrimônio de uma família”, e que a Nação fôsse governada por um “chefe eleito”⁴⁷⁰.

(469) *Op. cit.*

(470) Estava redigido nos seguintes termos o projeto do Deputado Ferreira França: “A Assembléia Geral Legislativa decreta: Art. 1.º — O Govêrno do Brasil cessará de ser patrimônio de uma família; Art. 2.º — O atual Imperador e suas Augustas Irmãs cederão de seu privilégio e receberão por uma vez um subsídio para completar sua educação e principarem seu estabelecimento; Art. 3.º — A Nação será governada por um chefe eleito, de dois em dois anos, no dia 2 de setembro, pela maioria dos votos dos cidadãos eleitorais do Brasil”. Tinha a data de 16 de maio de 1835. Araújo Lima, depois Marquês de Olinda, Presidente da Assembléia, recusou pôr êsse projeto em votação, sob a alegação de que a Assembléia não tinha competência para legislar “sobre tão altas questões”, sendo êsse seu parecer aprovado por 44 votos contra 33.

Mas todo êsse plano falhou. Falhou porque o Governo da Regência não correspondeu em nada ao que se esperava, e como “experiência republicana” ou “ensaio geral da República”, no dizer de Oliveira Lima, foi um completo fracasso: não serviu senão para provocar uma série de convulsões, de motins, de desordens por tôda a parte, que se não fôsse a energia e o bom senso de alguns de seus homens, como Feijó e Olinda, teriam levado o País à guerra civil, com risco de se destruir para sempre a unidade nacional. *Desastre completo*, diz Joaquim Nabuco, salientando que essa unidade, “que se rasgara em 1835 pela ponta do Rio Grande do Sul, ter-se-ia feito em pedaços”, e que a experiência da Regência “foi tão esmagadora que a opinião republicana de 1831 tinha desaparecido em 1837 da face do País, como desaparecera em França depois do Terror”. Um fracasso que resultou, afinal, em grande benefício, pois veio mostrar que a Nação estava ainda longe de possuir a necessária maturidade política para se dar ao luxo de ter um governo eletivo, desanimando, assim, a quantos ainda falavam em completar a uniformidade política da América e extirpar dela a *planta exótica* da Monarquia brasileira; e fazendo compreender à Nação que mais valia apresentá-la aos olhos do mundo como um país livre, “do que a vanglória de ser classificada entre as Repúblicas americanas, com as suas dinastias de ditadores, meio bandidos e meio patriotas, como foram chamados, e que formam, com rara exceção, a mais extensa série de governos degradantes entre povos de origem européia”⁴⁷¹.

Pode-se, pois, dizer que devemos à Regência, quer dizer a tudo o que ela exprimiu ou inspirou, tanto no sentido positivo como no sentido negativo, a inutilização da República, aquilo que o Gabinete Ouro-Prêto iria

(471) *Um estadista do Império.*

improficuamente tentar por outros meios, com o seu programa de reformas, no estertor já da Monarquia. Sua grande missão, escreve Severino Sombra, foi vencer o federalismo republicano ao mesmo tempo que resguardar o princípio monárquico e, com êle, a existência da Pátria⁴⁷². *Função histórica*, a de desprender o sentimento liberal da aspiração republicana, muito embora levando quase o País à dissolução, mas sem a qual os “primeiros estadistas do Segundo Reinado não teriam a forte convicção que mostraram, da necessidade da Monarquia”⁴⁷³.

*

A chamada Guerra dos Farrapos, iniciada em 1835, não foi, como se sabe, um movimento originariamente republicano, pois não passou, a princípio, de uma rebelião liberal contra o Governo, considerado reacionário, do Presidente da Província. Foi só mais tarde, diante da atitude inábil da Regência, enérgica, e ao mesmo tempo, hesitante, que os Farrapos se transformaram em republicanos, emprestando ao movimento o caráter federalista, que êle não tinha antes, e já agora ameaçando se alastrar por outras Províncias do Sul do Império, com a conquista de Laguna em 1839 e a instalação ali da República de Santa Catarina. Mas tanto essa como a República do Piratini, proclamada três anos antes no Rio Grande do Sul, não passaram de movimentos puramente locais, em puro desespero de causa⁴⁷⁴ o que explica a facilidade com que o Governo Imperial, uma vez reor-

(472) *Op. cit.*

(473) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

(474) “Ato de desforra”, diz Leôncio Basbaum, “sem nenhum traço de republicanismo, sendo que Bento Gonçalves, chefe e protetor da nova República, não era nem nunca fôra republicano.” “Foi envolvido pela violência dos acontecimentos”. (*História sincera da República*).

ganizado em bases sólidas depois da declaração da Maioridade, se decidiu enfrentá-los e de uma vez por tôdas liquidá-los pela fôrça das armas.

Extinta a Regência, antecipada a maioria do Imperador e inaugurada, treze anos depois, a política da Conciliação, tôda possibilidade de instituir-se a República no Brasil ficaria relegada para trás ou transferida para um futuro ainda muito distante. Cessaram, assim, os movimentos de caráter mais ou menos republicano, e a palavra *República* deixou de ser um lema revolucionário, uma ameaça ou um espantinho para as instituições monárquicas. Implantou-se definitivamente entre nós o govêrno representativo, com tôdas as garantias constitucionais, a mais ampla liberdade de imprensa, de pensamento, de palavra, em suma, com todos os direitos individuais assegurados. Dentro dessa forma democrática de govêrno passou, assim, a haver solução para todos os nossos problemas, anulando todo e qualquer apêlo ou aspiração a qualquer outra forma de govêrno. E só mais tarde, cêrca de trinta anos após a Maioridade, é que se voltaria a falar em República entre nós.

Não nos referimos propositalmente às revoltas de Minas e de São Paulo, em 1842, porque não tiveram, nem uma nem outra, a menor côr republicana, não passando ambas de uma mera tentativa de desforra feita pelos liberais, inconformados com a derrota que lhes haviam infligido os conservadores. Não falemos tampouco da pitoresca "República de Araxá", que o Coronel Sousa Botelho, daquela cidade, acalentou, como diz João Dornas Filho, a idéia de fundar, depois da revolução de 1842, e que foi uma simples "represália do liberal derrotado em Santa Luzia, deixando apenas, na tradição trianguлина, um rosário de anedotas divertidas"⁴⁷⁵.

(475) *A propaganda republicana em Minas.*

Quanto à Revolução Praieira, em 1848, não se pode dizer que tenha sido propriamente um movimento republicano, bastando, para prova disso, a presença à sua frente de Nunes Machado, cujas convicções monárquicas eram por demais conhecidas. É verdade que havia a seu lado Borges de Barros, este, sim, republicano confesso, que havia sido prêso e processado anteriormente por injúrias feitas ao Imperador. Mas, apesar de êle fazer causa comum com Nunes Machado, sua presença nesse movimento não lhe emprestou a menor côr republicana. Joaquim Nabuco diz muito bem que a revolução praieira foi mais um levante social do que político, um levante tipicamente popular, sem nenhuma conexão com formas de govêrno. No fundo, não passou de uma revolta contra os portuguezes, que monopolizavam o comércio das cidades, e contra os senhores de engenho, que por sua vez monopolizavam a terra no interior da Província.

Pode ser, como diz ainda Nabuco⁴⁷⁶, que se essa revolta tivesse acaso durado, acabaria desvirtuada em seus verdadeiros propósitos, como foi a dos Farrapos, para se tornar republicana e separatista. Mas, ainda nesse caso, teria terminado, como a outra, por entregar as armas, convencida de que já havia passado tôda oportunidade de se transformar a Monarquia em República. Porque as classes dirigentes do País, os homens de Estado, as fôrças de terra e mar, a burguesia qualificada, os fazendeiros, usineiros e estancieiros bem ou mal já se haviam adaptado à forma monárquica de govêrno, convencidos de que ela podia oferecer-lhes as garantias de segurança, de ordem e de liberdade que todos necessitavam para viver e prosperar; e que só ela era capaz de consolidar para sempre a unidade nacional tantas vêzes ameaçada, graças não só ao caráter político do Soberano,

(476) *Op. cit.*

permitindo que se congregassem em tórno d'êle tôdas as opiniões e todos os matizes políticos, como à forma unitária de govêrno adotada na Constituição, reunindo tôdas as Províncias sob o mesmo poder centralizador e unificador da Coroa.

Acrescia que o Imperador não era mais uma criança, mas um rapaz que se revelava precoce pelo bom senso, por sua decência pública e privada, bem diferente nisso do que fôra o pai, por seu respeito à Constituição e às leis do Império e pelas boas disposições que mostrava, de ouvir e de aprender com os estadistas que o cercavam. Dada a sua pouca idade, e a perspectiva, assim, de um longo e brilhante Reinado, os poucos republicanos que ainda restavam não tiveram outro remédio senão o de se reconciliarem com a Monarquia; ou então de recolherem seus ideais à cesta das coisas inservíveis, para só voltarem a remexê-la trinta anos depois, com o lançamento do Manifesto de 1870, ponto de partida de uma propaganda que iria prosseguir, com mais ou menos intensidade, até à sua concretização na manhã de 15 de novembro de 1889.

O golpe da Coroa em 1868 e o renascimento da idéia republicana

Tem-se dito, e até certo ponto com razão, que o renascimento da idéia republicana no cenário político do Império, com a publicação do Manifesto de 1870, se deve, em grande parte, ao chamado *golpe de Estado* dado, dois anos antes, pelo Imperador, alijando o Partido Liberal do Poder e substituindo-o pelo Partido Conservador, apesar de o primeiro contar, naquela ocasião, com uma Câmara quase unânime a seu favor.

Conhece-se o fato, que assim resumido é verdadeiro, e se deu em julho de 1868. Mas, para que se possa apreciá-lo no seu verdadeiro significado, torna-se mister saber das razões que o justificaram, e remontar para isso ao ano de 1866. Ocupava então o Poder o Partido Liberal-progressista, chamado geralmente a *Liga*⁴⁷⁷, com Zacarias de Góis na Presidência do Conselho, quando se tornou necessário recorrer a Caxias para colocá-lo à frente dos exércitos que combatiam no Paraguai, tendo em vista as dificuldades que a guerra apresentava e a necessidade de reerguer o moral da tropa, depois do sério desastre de Curupaiti.

Acontecia, entretanto, que Caxias estava filiado no Partido Conservador, nessa época na oposição, e era,

(477) Formada em 1862 com a união dos liberais com os antigos conservadores, em oposição, uns e outros, ao Gabinete Caxias.

além do mais, desafeto pessoal de Zacarias, admitia-se, destarte, que não quisesse servir sob as ordens dêste. Convidado, entretanto, acedeu, num largo gesto de patriotismo, concordando com Zacarias em que a guerra não tinha partido, e coerente, aliás, com a atitude que êle mesmo assumira no início da conflagração quando aceitara idêntico convite do Gabinete Liberal, então no Poder, chefiado pelo Conselheiro Furtado, convite que só não se efetivara por haverem querido os conservadores que Caxias fôsse também nomeado Presidente do Rio Grande do Sul, sob a alegação de que a guerra iria iniciar-se nessa Província com o ataque e o cerco de Uruguaiana, — imposição a que Furtado entendeu não se submeter por implicar na entrega ali do Poder a um conservador. Diante disso, os serviços de Caxias não foram aproveitados.

Em 1866, porém, as circunstâncias eram diversas, pois a guerra se fazia em território inimigo, não podendo, assim, os conservadores reclamar para o *seu* General nenhum cargo de natureza civil ou política; seus poderes ficariam adstritos estritamente às operações de guerra no Paraguai. Não havendo, assim, maiores dificuldades, Caxias pôde aceitar o convite do seu adversário, pondo como única condição a de êle inspirar *sempre* a inteira confiança do Gabinete. Isso assentado, partiu para a guerra.

Prosseguia esta com uma série de vitórias para as armas brasileiras quando, em fevereiro de 1868, Caxias se indispôs com o Govêrno, ou melhor, com o próprio Presidente do Conselho, acusando Zacarias de consentir, senão mesmo de inspirar certas críticas que lhe faziam alguns jornais do Rio, e dizendo que nessas condições não podia mais continuar à frente da guerra. Zacarias, por seu lado, vendo-se acusado de faltar à lealdade prometida ao comandante em chefe apresentou, também,

seu pedido de demissão, deixando assim que o Imperador decidisse entre êle e o General.

Abria-se com isso uma crise, sumamente grave naquella ocasião, pois afetava não sòmente a posição política do Gabinete e do Partido Liberal que o sustentava, como a própria marcha da guerra, da qual dependia, afinal, a sorte do País. Pòsto diante do dilema, pareceu ao Imperador que não lhe cabia outra coisa a fazer senão decidir-se a favor do comandante-chefe, sacrificando embora não só o Gabinete como o Partido que o apoiava, apesar de ambos desfrutarem a quase unânime confiança do Parlamento. De nada valeu o parecer em contrário do Conselho de Estado, formado, aliás, de uma maioria conservadora, nem uma aparente reconciliação que se havia feito entre Caxias e Zacarias. O fòsso que se abria entre os dois era por demais profundo para poder ser tapado com simples palavras de uma acomodação que mais dia menos dia seria fatalmente desfeita com uma nova crise, o que só serviria para dificultar e espaçar ainda mais o fim de uma guerra que já começava a cansar e a esgotar as energias da Nação.

Decidido que estava o Imperador a apear do Poder o Gabinete e o Partido Liberal que o sustentava, aproveitou êle a primeira oportunidade que se lhe oferecia para collocá-lo na contingência de se retirar. Essa oportunidade appareceu em julho dêsse ano de 68, quando o Monarca teve que escolher, na lista tríplice que lhe apresentou o Conselheiro Zacarias, o nôvo senador que iria ocupar a vaga aberta com a morte de Dom Manuel de Mascarenhas. Assim, em vez de se decidir, como devia e era de praxe, pelo candidato do Gabinete, o liberal Amaro Bezerra Cavalcanti, também o mais votado da lista, escolheu, num gesto acintoso, o menos votado, Conselheiro Tôrres Homem (futuro Visconde de Inhomirim), candidato da opposição conservadora. Ora, uma

tal decisão só podia ser interpretada como uma prova de que o Gabinete devia retirar-se, e assim o compreendeu Zacarias, apresentando imediatamente o pedido de demissão. Aceito pelo Imperador, êste se apressou em chamar para organizar o nôvo Govêrno o Visconde de Itaboraí, Senador pela Província do Rio e um dos chefes ali do Partido em desgraça. Mudava-se, assim, completamente, a situação política.

Como era de esperar, a reação das fileiras liberais contra êsse ato do Monarca foi tremenda. *Progressistas* e *históricos* logo se juntaram para profligarem em têrmos violentos semelhante decisão da Coroa, negando-lhe o direito de sacrificar uma situação política que desfrutava da inteira confiança do Parlamento, quer dizer, da opinião política do País, para obedecer, como se disse, à imposição de uma espada, falseando ou mesmo anulando os princípios fundamentais do regime e impondo à Câmara, como dirá o Deputado José Bonifácio, “um Gabinete gerado fora do seu seio, sem que uma questão parlamentar tivesse provocado a queda do seu antecessor”⁴⁷⁸.

Reconciliados diante do golpe que os atingira, *progressistas* e *históricos*, que até então se vinham combatendo, depressa esqueceram as suas desavenças; e unidos sob uma mesma bandeira partidária contra a reação

(478) Alguns autores, entre os quais José Maria dos Santos (*op. cit.*), atribuem a decisão do Imperador de alijar o Partido Liberal do Poder à pressão exercida sobre ele pela maioria conservadora do Senado e do Conselho de Estado, alarmada com as intenções de Zacarias de extinguir a escravatura, ou melhor, de “atacar de frente e a fundo o problema da Abolição”, como diz o citado autor, ameaçando com isso tôda a riqueza agrária do País, que se concentrava então nas mãos dos fazendeiros e de seus numerosos escravos. Pode ser que, precavido como era, muito embora de sentimentos já confessadamente abolicionistas, o Imperador tivesse levado em conta essa circunstância para forçar Zacarias a deixar o Poder. Mas não resta dúvida de que a razão principal dêsse seu ato foi a incompatibilidade que se abriu entre Caxias e os liberais, obrigando-o a manter o general conservador à frente da guerra, porque dela dependia a sorte do País, com o sacrifício embora do Partido que estava no Poder e, num certo sentido, do regime constitucional representativo que nos governava.

conservadora, que os despojara do Poder, passaram a reclamar uma reforma profunda das instituições, de modo a impedir a repetição de tudo o que se passara e, sobretudo, a intromissão da Coroa na economia e independência dos partidos, colocando-a diante do dilema: ou aceitava essa reforma, ou enfrentava uma revolução. Foi dessa união de *progressistas* e *históricos* que saiu o novo Partido Liberal, que bem ou mal iria subsistir até aos últimos dias do Império. Essa foi uma das consequências do chamado “golpe de Estado” do Imperador de julho de 1868.

A outra foi a formação de uma ala *radical*, que não querendo se integrar no novo Partido Liberal se destacou dos chamados *históricos*, constituindo então um partido independente, de idéias ainda mais avançadas, e cujo programa seu de reformas se aproximava em muitas coisas dos liberais extremistas de 1831. Não era ainda, mas era *quase* a República. Porque se muitos desses radicais se manteriam fiéis, na prática, ao regime monárquico, ainda que em nada abdicando, de seus sentimentos republicanos, como Silveira Martins, como Osório e tantos mais, outros se passariam, com armas e bagagens, para as fileiras do republicanismo, como Cristiano Benedito Ottoni, como Saldanha Marinho, como Rangel Pestana, mesmo como Lafayette Rodrigues Pereira, muito embora este voltasse depois ao aprisco liberal.

Daí se dizer, com razão, que o renascimento da idéia republicana em 1870 foi, em grande parte, uma consequência do golpe de Estado do Imperador desfechado, dois anos antes, contra o Partido Liberal. Certamente que havia já um sentimento republicano latente em muita consciência brasileira, o qual teria de brotar mais cedo ou mais tarde; mas não resta dúvida em que esse ato do Imperador foi o que provocou, mais cedo do que se esperava, a explosão desse sentimento.

Os republicanos em São Paulo

De tôdas as Províncias do Império (inclusive o Município Neutro, chamado geralmente a Côrte), talvez fôsse em São Paulo onde os republicanos se mostrassem mais fortes e mais ativos, não só pelo valor e a expressão política de seus quadros. A coesão e relativa solidez do respectivo Partido, como pela tradição republicana da Província, que sendo mais recente do que em Minas Gerais e muito mais do que em Pernambuco, evoluíra de uma maneira mais igual e muito mais continuada. A êste propósito escreve George Bochrer:

“Desde o início do movimento, em Itu, em 1873, até às eleições para a Câmara dos Deputados, em 1889, os republicanos haviam progredido de uma maneira firme e uniforme. Subordinando a organização do Partido a uma comissão permanente e consentindo em transigir em questões que não afetassem diretamente o republicanismo, o movimento republicano em São Paulo não sofreu os embaraços e hesitações que caracterizam o Partido Republicano por tôda a parte mais. Na questão da escravidão, o Partido servia para tudo e para todos, pois acolhia gente de todos os matizes. Era suficientemente grande para abraçar todos os tons de opinião e, portanto, não sofreu os cismas que ocorreram no Rio. De maneira paradoxal, pois quando sobreveio a abolição pôde contar com a gratidão dos abolicionistas, pelo papel que os chefes republicanos haviam representado na causa, e também com o respeito das classes possuidoras de escravos, pela parte que outros republicanos haviam desempenhado quanto a vetar a Abolição. O Partido estava sempre pronto a transigir em outras questões a fim de promover a causa da República”⁴⁷⁹.

(479) *Op. cit.*

Como muito bem observa esse autor, êles eram muito mais políticos do que os das outras Províncias para não se apegarem a intransigências que só podiam servir para enfraquecer a causa que defendiam. Eram idealistas a seu modo, fiéis aos princípios que defendiam mas bastante flexíveis para aceitarem as coisas como elas eram ou tinham que ser, transacionando até ao limite do possível e tirando de cada uma a parte que lhes convinha.

Para se ver como elas sabiam transigir diante das situações mais embaraçosas, basta referir o que se passou ali por ocasião dessa campanha da Abolição, quando o Partido se viu em dificuldades para, unido, definir-se em face de um problema que absorvia a atenção de todo o País e perante o qual não era possível pretender uma posição de indiferença ou de simples imparcialidade. Conviria insistir sobre esse ponto para desfazer uma suposição que perdura até hoje: a de que republicanismo e abolicionismo eram duas aspirações que se confundiam e até certo ponto se completavam, como se a segunda posição de alguma forma fôsse uma consequência da primeira, isto é, de que todo republicano tivesse de ser necessariamente abolicionista. Assim deveria ser, mas fato tal não se dava. Pelo menos não se dava sempre e por toda a parte. E deveria ser porque, se a República encarnava uma aspiração de liberdade e de igualdade para todos os cidadãos, como apregoavam os seus propagandistas, então não se poderia compreender que desses dois "direitos" não gozassem também os negros escravos que, dentro do conceito republicano, deviam ser tão livres — e tão homens — como qualquer outro.

Acontecia, porém, que São Paulo era uma terra de escravidão⁴⁸⁰, com os milhares de servos que trabalhavam

(480) Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (nessa ordem) eram as Províncias que possuíam maior número de escravos. Temos os dados de 1884, quando o Gabinete Dantas se propunha libertar os escravos

nas suas lavouras de café, e que não poucos republicanos paulistas eram possuidores de escravos, dos quais se julgavam, a justo título, legítimos proprietários. Campos Sales era um deles. Outros eram João Tibiriçá e José de Almeida Prado, dois dos principais promotores da célebre Convenção de Itu — “senhores de numerosa escravatura”, diz José Maria dos Santos, muito embora se considerando verdadeiros democratas, e “desejando a imediata ascensão do Brasil ao regime republicano”; ou Manuel de Moraes Barros, irmão de Prudente, e que apesar de promover e assinar um telegrama firmado por 14 cidadãos do seu Município aderindo ao Manifesto de 1870, “era fazendeiro senhor de grande escravatura”, da qual só abriria mão nas vésperas da Lei 13 de Maio, não para alforriá-la, mas para vendê-la ao Barão de Serra Negra⁴⁸¹. Ora, por mais puros e respeitáveis que fôsem os sentimentos republicanos desses cavalheiros, seria exigir-lhes enorme sacrifício social e financeiro que eles libertassem seus escravos por amor a uma República que não passava então de um mito, de uma coisa puramente ideal ou vagamente ideal. E o idealismo deles não chegava para tanto. Assim pelo menos devia pensar Campos Sales, que só libertaria seus escravos um ano antes da lei de 13 de maio, quando a Abolição estava prestes a realizar-se, muita gente pelo Brasil afora já havia alforriado espontaneamente os seus e ele devia sentir-se constrangido em continuar a ser, com todo o seu apregoado amor à Liberdade e à Igualdade, um simples proprietário de homens.

O problema, pois, era êste: como conciliar o ideal republicano de muitos fazendeiros paulistas com o insti-

sexagenários: havia então no Brasil 1 243 850 escravos, dos quais 692 910 naquelas três Províncias e 550 940 em todas as demais. Desses 692 910, 263 755 cabiam ao Rio de Janeiro, 253 888 a Minas Gerais e 173 267 a São Paulo.

(481) *Op. cit.*

tuto da escravidão? Aprovar êsse instituto? Não era possível, pois seria a negação dêsse mesmo ideal. Condená-lo? Seria obrigar moralmente êsses fazendeiros a desfazerem-se de seus escravos; ou então arriscarem-se a perdê-los, no caso em que preferissem abandonar o Partido para os poderem guardar. E os fazendeiros representavam uma grande fôrça política, um corpo eleitoral considerável, para o Partido se dar ao luxo de vê-los desertar suas fileiras⁴⁸². Adotou-se então uma solução que contornava hábilmente o problema, isto é, o Partido não se opunha à idéia da abolição da escravatura, mas também não se pronunciava a favor dela.

Era uma questão, aliás, que já vinha sendo debatida em São Paulo desde alguns anos, e no primeiro Congresso Republicano que ali se realizou, em seguida à Convenção de Itu, em julho de 1873, de onde resultou, por assim dizer, a fundação do Partido Republicano Paulista, ela fôra objeto de uma resolução, no sentido de que essa questão era mais social do que política, e que “estando no domínio da opinião nacional”, pertencia a todos os Partidos e não exclusivamente ao Republicano; pertencia, aliás, muito menos a êste do que aos Partidos monárquicos, porque sendo êstes que se revezavam no Poder, cabia-lhes “estabelecer os meios para o seu desfecho prático”. Por outro lado, como era geralmente admitido pelos monarquistas que os republicanos não seriam Governo tão cedo, tudo fazia crer que por essa ocasião a Monarquia já tivesse resolvido, bem ou mal, o problema

(482) A dificuldade de chegar-se a uma definição explícita nessa questão da Abolição, para os republicanos paulistas, estava em conciliar as três correntes de opinião que dividiam então o Partido: a radical, que entendia não se poder desligar o abolicionismo do republicanismo, pois eram dois conceitos que se completavam; a oportunista, que formava a maioria, constituída por fazendeiros proprietários de escravos, que não se conformava com perdê-los por simples espírito de humanidade mas com incalculáveis prejuizos para as suas lavouras; e a conciliadora, que favorável, embora, à Abolição, respeitava o ponto de vista dos fazendeiros, a bem da unidade e coesão do partido.

da escravidão — como de fato se daria, — não tendo, assim, por que os republicanos tomar posição diante dêle. Entretanto, acrescentava, se lhes viesse ter às mãos, “se o negócio fôr entregue à nossa deliberação, diziam, nós chegaremos a êle do seguinte modo: 1.º — Em respeito ao princípio da união federativa cada Província realizará a reforma de acôrdo com seus interêsses particulares, mais ou menos lentamente, conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre; 2.º — Em respeito aos direitos adquiridos e para conciliar a propriedade de fato com o princípio da liberdade, a reforma se fará tendo por base a indenização ou o resgate”⁴⁸³.

*

Assim, em resumo: se a República fôsse instituída amanhã sem que se tivesse resolvido o problema da escravidão, caberia a cada Província, dentro de suas atribuições federativas, resolvê-lo na medida do possível e dos interêsses de cada uma delas, adotando-se sempre o princípio da indenização ou do resgate. Sendo o problema de ordem social, com aspectos diversos em cada Província, não era possível dar-lhe uma solução uniforme, que abrangesse a totalidade do País. Sim, o problema podia ser social e não político, como entendiam os republicanos paulistas, mas o certo é que a posição que êles adotaram para contorná-lo foi, como se vê, exclusivamente política.

George Boehrer salienta êsse traço dos republicanos de São Paulo — essencialmente políticos, como êle diz, cujo “devotamento ao ideal abstrato não era tal que os

(483) José Maria dos Santos, *Os republicanos paulistas e a Abolição*.

tornasse intransigentes em questões de somenos importância". E acrescenta:

"Quando a inclusão de Lafayette Rodrigues Pereira, signatário do Manifesto de 1870, no Gabinete de 1878 ameaçou a própria existência do Partido Republicano do Brasil, a organização de São Paulo recusou comprometer-se. Em outras questões os republicanos paulistas consentiam firmar pactos políticos com os seus inimigos e estavam dispostos a seguir as reformas liberais. A posição centrista que assumiram em São Paulo salvou provavelmente o Partido de extinção, numa época em que a maioria das organizações republicanas nas outras Províncias iam tropeçando. Sem apoiar jamais os liberais quando estes subiam ao Poder, sem rejeitar compromissos ou pactos com os partidos rivais, os republicanos paulistas seguiam a linha média, para evitar os perigos que quase os fizera soçobrar após 1878", isto é, após a defecção de Lafayette⁴⁸⁴.

Politicamente falando, eles podiam ser, nesses últimos anos do Império, mais brilhantes do que os seus correligionários de outras Províncias ou mesmo da Côrte, sobretudo no que dizia respeito à organização partidária. José Maria dos Santos tem razão quando diz que "o Partido Republicano Paulista era de fato o único existente como tal"⁴⁸⁵. Mas, por outro lado, as sucessivas derrotas que vinha sofrendo em quanta eleição se metia provavam que se ele era forte do ponto de vista de coesão e disciplina, e se dispunha de recursos materiais que outros não tinham, faltava-lhe base eleitoral. Ufanava-se dos 48 clubes e 21 jornais republicanos que tinha na Província, mas a verdade é que seus candidatos raramente se conseguiam eleger, inclusive nos anos que precederam imediatamente à Proclamação da República, quando era de supor que o Partido estivesse mais forte do que nunca. Assim, em 1882, Américo de Campos, disputando uma eleição suplementar para a Câmara dos

(484) *Op. cit.*

(485) *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista.*

Deputados, obtinha apenas 20 votos, num total de 614, enquanto o seu companheiro de chapa, Américo Brasiliense, não alcançava mais de 112, num total de 1 040, dos quais 560 iam para o candidato liberal e 418 para o conservador. O que provava, pelo menos, o diminuto eleitorado de que dispunha, ainda na véspera, digamos assim, da instituição da República. “No meio em que vivi quando menina”, diria a Senhora Maria Vicentina Pereira de Queirós, que nascida em 1868 devia referir-se aos anos de 80, “não havia em Lorena republicanos”. Tendo depois se casado com o filho de um convencional de Itu, só então, acrescentaria, se familiarizara com nomes republicanos. Quando ficou noiva, em 1888, a Baronesa de Jundiaí, tia do noivo, escreveu-lhe dizendo que “os republicanos fanfarronavam muito, mas iam buscar noiva na toca dos cascudos” — *monarquistas*⁴⁸⁶.

Em janeiro dêsse ano de 1888 os republicanos voltavam às urnas. Dessa vez disputavam uma cadeira no Senado do Império com a apresentação de três candidatos, Saldanha Marinho, Rangel Pestana e Jorge Miranda, que obtiveram pouco mais de mil votos cada um, ao passo que os candidatos conservadores alcançavam entre 5 e 6 mil, e os liberais cêrca de 3 mil cada. Não satisfeitos, voltavam nesse mesmo ano Glicério e Rangel Pestana como candidatos a deputado, sendo ambos novamente derrotados. Ainda em 1888, no fim do ano, apresentavam-se novamente para disputar uma cadeira no Senado, sempre Glicério, Saldanha Marinho e mais Pereira Barreto. Obtiveram, e não sem custo, 2 mil votos apenas, contra 5 a 6 mil para os candidatos conservadores.

Nas eleições gerais de 1889, as últimas do Segundo Reinado, promovidas pelo Gabinete Ouro Prêto, os republicanos paulistas se apresentaram com todo o seu estado-

(486) Cit. por Gilberto Freyre, *Ordem e Progresso*.

maior: Campos Sales, Prudente de Moraes, Adolfo Gordo, Júlio de Mesquita, Bernardino de Campos e Francisco Glicério. Pelo significado dessas eleições, pelo valor dos candidatos, tanto pessoal como politicamente, e a longa tradição republicana que os cercava, era de esperar que pelo menos um, ou dois se conseguissem eleger. Mas não. Foram todos derrotados, sendo que Campos Sales, o mais votado, obteve 1 055 votos, contra 1 205, dados ao candidato liberal. Prudente obteve 898 e Glicério apenas 453. Votaram em São Paulo, nessas eleições, 6 537 liberais, 3 957 conservadores e 3 593 republicanos, dispondo estes, portanto, de um terço do eleitorado. Era, sem dúvida, um avanço considerável em relação aos pleitos anteriores, mas que significava menos um progresso do republicanismo do que um desprestígio e, portanto, um regresso do monarquismo. De fato a Monarquia agonizava e a República iria nascer daí a quatro meses.

Os republicanos em Minas Gerais

Minas Gerais era, talvez, depois de Pernambuco, a Província de maiores tradições republicanas. E com certeza a mais impregnada de espírito liberal. Daí o progresso que havia feito ali essa idéia, desde os primeiros dias, após a publicação do Manifesto de 1870, até às vésperas da queda do Império. Um progresso continuado, sem altos nem baixos, seguindo sempre uma mesma linha de ascensão.

Logo após a publicação do Manifesto, alguns jornais mineiros de tendência liberal ou radical se converteram ao republicanismo, sendo de salientar, entre todos, *O Jequitinhonha*, "semanário de vasta reputação no Brasil", no dizer de George Boehrer, que se editava em Diamantina sob a direção de Joaquim Felício dos Santos, o qual se tornaria um dos republicanos mais ilustres e de maior prestígio no País, e devia falecer como representante do seu Estado no Senado da República, pouco depois da queda do Império.

A adesão do *O Jequitinhonha* ao republicanismo datava de 1.º de janeiro de 1871, quer dizer, menos de um mês após a publicação do Manifesto, o que provava a receptibilidade que tivera ali êste documento⁴⁸⁷. E ao

(487) O jornal vinha sendo publicado desde 1860 (com uma interrupção de 64 a 68), a princípio como uma fôlha liberal, passando a "órgão republicano" em seu número de 1.º de janeiro de 1871, com a seguinte declaração: "Os amigos que compõem a redacção do *O Jequitinhonha*..."

jornal de Joaquim Felício dos Santos estaria reservado, possivelmente, um grande papel no encaminhamento da idéia republicana em Minas Gerais, se essa fôlha não tivesse cessado a sua publicação em 1875. Compensou, em todo o caso, a sua falta, o aparecimento em Campanha, dois anos antes (1873), de outro jornal defensor das mesmas idéias, *O Colombo*, “semanário republicano”, como se intitulava. Em pouco, tornar-se-ia o mais importante órgão republicano de imprensa da Província, e iria sobreviver até ao ano de 1885.

Redigido a princípio por Francisco Brandão, passou depois para as mãos de Lúcio de Mendonça, jovem republicano, que iria desempenhar em Minas, em São Paulo e na Capital do Império, um papel dos mais salientes no desenrolar da propaganda republicana, tanto no que se referia às idéias, como nas lides de imprensa e no terreno político pròpriamente dito. “Campeão declarado do republicanismo ortodoxo”, como o chama George Boehrer⁴⁸⁸, foi um dos mais decididos e dos mais inflexíveis defensores do que devia ser, a seu ver, o verdadeiro republicanismo, intransigente com quantos o desvirtuavam com a aceitação de empregos da Monarquia, e

tinhonha resolveram aderir explicitamente ao programa do Clube Republicano recentemente criado no Rio de Janeiro, como noticiamos. Pelo que é *O Jequitinhonha* órgão do Partido Republicano Mineiro”. Cabe dizer que, rigorosamente falando, não havia ainda “partido” republicano em Minas, não passando, assim, essa declaração de uma simples força de expressão. Porque o primeiro “órgão oficial” do Partido Republicano Mineiro só se publicaria em 23 de janeiro de 1889, em Ouro Preto. Seria *O Movimento*, sob a direção de João Pinheiro. Resta assinalar que o primeiro jornal republicano que se publicou em Minas Gerais foi o *Sentinelá do Sérro*, em 1831, sob a direção de Teófilo Ottoni. Batia-se por um republicanismo moderado e evolucionista. “Somos de opinião”, dizia, ‘que se deve lentamente republicannizar a Constituição do Brasil, cerceando as fatais atribuições do Poder Moderador, organizando em Assembléias provinciais os Conselhos Gerais de Província, abolindo a vitaliciedade do Senado e isto desde já”. Quer dizer, era o programa dos liberais exaltados da época, que iria ser, 35 anos mais tarde, adotado pelos liberais-radicais. Sobre a imprensa republicana mineira ver José Teixeira Neves, *Fastos da imprensa no Brasil. Qual a primeira fôlha republicana de Minas Gerais?*

(488) *Op. cit.*

com os conchavos eleitorais que se faziam entre republicanos e monarquistas, sobretudo com os liberais, conchavos tão comuns em Minas Gerais, e que tanto concorreram para enfraquecer e desmoralizar o verdadeiro conceito do republicanismo.

Contra isso Lúcio se mostrava de uma relutância irredutível. Ele foi, por exemplo, dos que mais se revoltaram contra a apostasia de Lafayette Rodrigues Pereira, como seria mais tarde contra a eleição, pelo Partido Liberal do 20.º distrito de Minas, do filho do então Senador Afonso Celso, futuro Visconde de Ouro Preto, apesar das reiteradas confissões republicanas feitas pelo rapaz e de sua ostensiva adesão ao Manifesto de 1870. Como seria contra a candidatura *republicana* de Álvaro Botelho, uma vez que a sua eleição para a Câmara dos Deputados iria processar-se, como de fato se deu, com a ajuda de liberais e de conservadores. Mas era sobretudo contra as alianças de republicanos com liberais que êle se insurgia. Sendo êstes últimos mais fortes e mais numerosos, eleitoralmente falando, Lúcio entendia que êles acabariam por absorverem os republicanos, o que fazia, como êle dizia, do Partido Liberal, “o maior obstáculo às aspirações republicanas”.

Mas, apesar de tudo, Minas Gerais era ainda a Província que apresentava nos últimos anos do Império, a mais sólida estrutura republicana do ponto de vista eleitoral; a que maior número de republicanos havia mandado à Câmara dos Deputados; e a única que conseguira que um republicano, o já citado Joaquim Felício dos Santos, figurasse na lista tríplice para uma cadeira no Senado. Foi um deputado mineiro, Antônio Manso, o primeiro a se insurgir contra o juramento de fidelidade à Monarquia, juramento que se era obrigado a fazer ao tomar posse de uma cadeira na Câmara dos Deputados, exemplo logo seguido por um outro deputado mineiro, Lamounier

Godofredo. E na Assembléa provincial foi ainda um mineiro, Aristides Caldeira, que ao lhe ser apresentado o Evangelho para o juramento constitucional se opôs, dizendo que “sendo republicano e eleito por um distrito também republicano, não podia jurar vassalagem a uma autoridade que êle tinha o dever de combater”. Por sinal que essa atitude de Caldeira, tendo criado a princípio um *impasse* difficil de transpor, pois o Presidente da Assembléa não sabia como se haver, acabou por se resolver cômicamente: no calor da discussão em tórno da sua recusa, quando muitos falavam e ninguém se entendia, êle pediu e lhe foi concedida a palavra para justificar sua atitude, entrando assim no debate, o que valcu, implicitamente, considerá-lo como membro da Casa, pondo-se então de lado, por já desnecessário, o juramento que êle renegara⁴⁸⁹.

Em 1889 havia em Minas Gerais cêrca de 50 clubes republicanos e uma dezena, talvez, de jornais dêsse credo político, se bem que de modestas proporções e de tiragens reduzidas. E como em São Paulo, a têrça parte do eleitorado era de republicanos, os quais seriam, possivelmente, em maior número se estivessem melhor arregimentados, bastando dizer que foi sòmente em julho de 1888 que se fundou o Partido Republicano Mineiro, e que o primeiro Congresso Republicano da Província só teria lugar um ano antes da queda do Império, ou seja, precisamente a 15 de novembro daquele ano.

Sem embargo, nas eleições gerais de 1889, as últimas, como se sabe, processadas na Monarquia, Minas Gerais foi a única Província que conseguiu eleger representantes republicanos para a Câmara dos Deputados. Apresentaram uma chapa composta dos nomes mais prestigiados do partido — João Pinheiro, Costa Sena, Rodolfo

(489) João Dornas Filho, *A propaganda republicana em Minas*.

de Abreu, Antônio Felício dos Santos, Martiniano das Chagas, Bias Fortes, Lamounier Godofredo, Gabriel de Almeida Magalhães, entre outros, sendo eleitos Chagas e Magalhães. Depois de quase vinte anos de uma propaganda republicana sem desfalecimento, podia parecer um resultado pouco animador. Mas comparando com outros absolutamente negativos nas demais Províncias do Império, inclusive em São Paulo, mostrava que, apesar de tudo, Minas Gerais ainda era o baluarte mais forte do republicanismo no Brasil. E se o Império tem sobrevivido até o falecimento do Monarca, tudo fazia crer que a reação mineira contra um Terceiro Reinado teria sido decisiva para a vida da Monarquia no Brasil.

Os republicanos em Pernambuco

Pernambuco podia bem ser tida como a mais republicana das Províncias, não somente no sentido da exaltação da idéia e fidelidade aos seus princípios, como no sentido de tradição republicana, que se mantivera ali sempre viva ao longo de tôda a sua história, vindo um pouco da revolução de 1817 e muito da Confederação do Equador, em 1824. Foi a primeira que deu o grito republicano, diz Leôncio Basbaum, como foi a primeira que deu o grifo federalista⁴⁰⁰. George Boehrer salienta que “por ocasião do aparecimento do Manifesto de 1870, já era bastante vivo o sentimento republicano em Pernambuco”, e lembra que no ano seguinte nada menos de três jornais republicanos já circulavam no Recife, um dos quais, *O Americano*, era editado por Tobias Barreto⁴⁰¹.

(490) *História sincera da República*.

(491) *Op. cit.* — Boehrer observa que Tobias Barreto, filiado ao Partido Liberal, não podia, em rigor, ser tido como republicano no sentido partidário do termo, apesar de haver dado sua adesão aos princípios proclamados no Manifesto de 1870. Hermes Lima, citado por Boehrer, diz que Tobias, não hesitando em confessar seu desacôrdo com a forma de regime monárquico, aceitava-a, entretanto, em substância, entendendo que ela não seria nunca um obstáculo para a sua carreira política. No fundo, êle era igual a muitos desses republicanos, para os quais o fato de aceitarem a forma monárquica de governo, ou transigirem com ela, como Silveira Martins, por exemplo, como Osório e tantos outros, não impedia que continuassem filiados ao Partido Liberal, já que, fora da questão de regime político, muitos dos ideais por êles professados coincidiam em tudo com os dos liberais.

Desde então a idéia republicana nunca deixou de estar presente no espírito de um número bastante grande de pernambucanos, defendida que vinha sendo através de vários jornais, muito embora se succedessem êstes uns atrás dos outros, com períodos de existência quase sempre curtos, o que significava menos um desfalecimento da idéia, do que a falta de direção de seus promotores. O mesmo se dava com relação aos clubes ou centros republicanos que ali se instalavam. O primeiro dêles fôra fundado no Recife, em 1871, quer dizer meses depois do lançamento no Rio do famoso Manifesto; durou apenas uns poucos anos. Por três vêzes, depois disso, tentou-se a fundação de outros clubes, mas sempre com resultados precários, até que em 1886 se instalava no Recife um Centro Republicano⁴⁹², sob a direção de Martins Júnior, e que iria subsistir até ao dia da proclamação da República. Tinha como órgão de imprensa um jornal chamado *A República*, sob a direção do mesmo Martins e de Albino Meira, e como colaboradores vários estudantes da Faculdade de Direito, entre os quais os irmãos Nilo e Alcibíades Peçanha. Enquanto isso, fundavam-se uns poucos clubes ou centros nas cidades do interior, entre os quais o de Goiana, instalado pelo pai do autor, Pereira de Lyra, que se tendo formado, fazia pouco, pela Faculdade de Medicina da Bahia, iniciava ali a sua carreira de clínico, aliás interrompida, logo depois, com a sua entrada na política.

Nos últimos anos do Império, Pernambuco reunia um grupo de republicanos só comparável, pelo número e qualidade de seus componentes, ao que se via em São Paulo, e, num certo sentido, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, senão mesmo superior aos dessas Províncias quanto ao índice de intelectualidade, valor

(492) Que a partir de março de 1889 passou a chamar-se "Diretório", composto de 11 membros.

combativo e entusiasmo pela idéia. É verdade que alguns dêsses “pernambucanos” eram originários de outras Províncias, como Albino Meira, como Clóvis Beviláqua, como Tobias Barreto e mesmo Maciel Monteiro, o qual seria, num dado momento, o chefe de todos êles, e que se não morresse prematuramente, iria se tornar sem dúvida o principal inspirador e intérprete do republicanismo pernambucano. Mas tanto Maciel como os outros citados, tinham feito os seus estudos no Recife, estavam ali radicados, podendo ser tidos assim por legítimos pernambucanos. Ao lado dêles havia outros, que embora nascidos na Província tinham ido residir na Côrte, como Belarmino Carneiro, Aníbal Falcão e Almeida Pernambuco, sem perder, entretanto, suas íntimas ligações com o republicanismo do seu lugar de origem. E havia, finalmente, os que, nascidos ali, viviam na Província como Martins Júnior, José Maria de Albuquerque Melo, Pereira de Lyra, Martiniano Veras, Bernardo Câmara, Ambrósio Machado, Manuel Gomes de Matos e tantos outros.

Durante algum tempo tiveram êles por chefe, como dissemos, Maciel Monteiro. Morto êste succedeu-lhe Martins Júnior, jornalista e orador, conhecido nas rodas intelectuais do Recife por sua propensão para os estudos jurídicos. Era um homem de caráter, que se impunha por sua inflexibilidade nas questões de princípio, por seu desinterêsse pessoal e todo o idealismo da sua ação de propagandista. Natureza insinuante, dotada de um grande poder de atração, Martins conseguiu reunir em tôrno de si um grupo de jovens devotados, prontos a seguirem-no por onde quer que êle fôsse. O pai do autor pertencia a êsse grupo, ligado que estava a Martins Júnior por uma fidelidade amiga que jamais falhara, muito embora não compartilhasse de algumas de suas atitudes políticas republicanas; saído apenas da Faculdade de Medicina da Bahia, fôra eleito, em 1884, mais

como abolicionista do que como republicano, para a Assembléa da Província, em opposição ao candidato liberal, e ali fizera públicamente a sua profissão de fé republicana. Instituído o nôvo regimc, e porque Martins Júnior não se quisesse afastar naquele momento do Recife, foi eleito em seu lugar para a Constituição que se devia reunir no Rio de Janeiro, integrando em seguida a bancada pernambucana da Câmara dos Deputados, onde iria representar seu Estado cêrca de vinte anos consecutivos.

Se o número de republicanos era relativamente grande em Pernambuco, o Partido era fraco e pouco atuante, mercê das divergências que separavam as suas principais figuras. Daí as sucessivas derrotas que êle vinha sofrendo nas eleições a que concorria, tanto para a Assembléa Provincial como para a Câmara dos Deputados, para a qual não chegou nunca a mandar um único representante. Como se tratasse de homens de valor, de um grande poder combativo, as divergências que os separavam se faziam mais agudas e mais difíceis de serem concertadas. Divergências sobretudo de idéias, que os dividiam não só no campo doutrinário, isto é, na concepção mesma do republicanismo, como na maneira de applicá-lo no terreno prático dos atos. "Havia republicanos que seguiam a doutrina do Manifesto de 70; outros que se inclinavam para a escola positivista; e um terceiro grupo que jamais aderiu ao movimento oficial, acreditando que a República surgiria da própria Monarquia, pela evolução"⁴⁹³.

Havia os exaltados, os reaccionários, que seguindo a doutrina de Silva Jardim se batiam para que se chegasse à República por todos os modos e por tôdas as vias, inclusive a da violência armada. Eram Aníbal Falcão

(493) George Boehrer, *op. cit.*

e o próprio Martins Júnior, os quais viviam, por isso, em turras com os moderados, os chamados contemplativos, como Belarmino Carneiro, discípulos que se diziam de Quintino Bocaiúva. Quando, meses antes da proclamação da República, se aprofundou ainda mais a divergência entre Quintino e Silva Jardim, com a luta pela chefia do republicanismo brasileiro, mais acesa tornou-se a divergência entre os jardinistas e quintinistas pernambucanos, o que valeu Silva Jardim ser apedrejado quando apareceu no Recife nas pegadas do Conde d'Eu e impedido até de falar ali em público.

Os republicanos no Rio Grande do Sul

Como em Pernambuco ou como em Minas Gerais, havia no Rio Grande do Sul uma velha tradição republicana que vinha desde o tempo da Guerra dos Farrapos, muito embora essa luta tivesse tido um caráter muito mais separatista do que propriamente republicano, — foi republicana para poder ser separatista. Nos últimos anos da Monarquia, havia ali não poucos republicanos, mas que viviam espalhados pelo interior da Província e sem nenhuma espécie de ligação entre si; — “não trabalhavam juntos”, como assinala Francisco Xavier da Cunha, um dos mais antigos e dos mais decididos republicanos do Rio Grande do Sul.

A princípio não havia órgão de imprensa em que eles pudessem defender seus ideais, e por isso Francisco Cunha, que era sobretudo jornalista, fazia a propaganda nos jornais monarquistas de Pôrto Alegre, tolerância, aliás, que era comum então no Brasil, inclusive na Côrte, e mostrava a absoluta liberdade de opinião que havia no Império, ou melhor, que sempre reinou em todo o decurso do Segundo Reinado, mas que seria, sob a República, apesar de tôdas as promessas de seus propagandistas, muitas e muitas vèzes sufocada, senão mesmo anulada pelos meios oficiais de compressão. É, aliás, uma história que ainda está para ser escrita, a da liberdade da imprensa no Brasil, desde os primeiros tempos da Monarquia até aos nossos dias. Um estudo comparativo

entre a ampla liberdade que ela sempre gozou sob o antigo regime, em todos os tempos e em todos os sentidos, e as restrições, as dificuldades, as perseguições e as leis de opressão que lhe foram impostas sob o regime republicano. É verdade que ela sofreu, durante os dois reinados, mais de uma vez, violências inqualificáveis, não do Poder Público, mas de indivíduos ou de corporações (no caso as militares) inconformados com os ataques de alguns jornais desabusados. Mas tais violências foram em número muitíssimo menor do que sofreria sob o regime republicano, e estas, ou pelo menos algumas delas, com a conivência, o consenso e a escandalosa tolerância das autoridades públicas. Circunstâncias menos desculpáveis, quando o índice de cultura geral do País era bem superior ao do tempo do Império, e se poderia pressupor um melhor conhecimento das liberdades públicas.

Em fevereiro de 1872, apareceu o primeiro jornal republicano do Rio Grande do Sul, um semanário editado em Pôrto Alegre por Francisco Cunha, chamado *A Democracia*, mas que iria durar pouco, sobretudo por haver Cunha se ausentado para o Rio de Janeiro, a fim de ir dirigir ali o *A República*. De modo que somente em 1883 voltariam a aparecer no Rio Grande jornais republicanos, — dois, de pequena importância, — até que em janeiro do ano seguinte saiu *A Federação*, importante fôlha com esta orientação que, a igual do *A Província de São Paulo*, iria se tornar um dos jornais mais conceituados do Brasil. Publicado, a princípio, sob a direção de Venâncio Aires, então “o mais importante dos republicanos do Rio Grande do Sul”⁴⁹⁴, passou em seguida para as mãos de Júlio de Castilhos, que, depois da morte prematura de Venâncio, se tornaria o chefe incontestado e por todos respeitado do republicanismo rio-grandense.

(494) Boehrer, *op. cit.*

Como se dava em Pernambuco, também no Rio Grande do Sul os republicanos nem sempre se entendiam sobre os meios e os modos de se chegar à República. Isso concorria, como é natural, para enfraquecê-los, inclusive para as derrotas que vinham sofrendo nos sucessivos pleitos eleitorais em que se metiam. Dispondo de uma plêiade de homens de valor — Venâncio Aires, Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Ramiro Barcelos, entre outros —, o mais que êles conseguiram foi eleger representantes para as Câmaras Municipais e a Assembléia Provincial. Para chegarem à Câmara dos Deputados, tôdas as tentativas resultaram nulas. A primeira delas, foi feita em 1881, quando Venâncio Aires, disputando uma cadeira de deputado, sofreu grande derrota. Quatro anos depois, ou melhor, no comêço de 1885, voltaram êles às urnas com uma lista de candidatos, composta dos nomes mais prestigiosos do Partido: Assis Brasil, o mais votado, obteve 158 votos num total de 1 473; Júlio de Castilhos, 86 contra 2 537; e Ramiro Barcelos, 68 contra 1 444 nas votações por distritos. Animado com o resultado obtido no seu, quase o dôbro dos votos dados a Castilhos, voltou Assis a candidatar-se a deputado em julho desse mesmo ano. Grande decepção, porém, porque saiu com menos 18 votos do que da vez anterior, isto é, com uma soma de 140 votos num total de 1 427, dados ao seu competidor liberal.

Tais derrotas esfriaram, como era natural, o entusiasmo dos republicanos gaúchos para as eleições seguintes, e só quatro anos mais tarde, em julho de 1889, é que êles voltariam, pela última vez no Império, a tentar a sorte das urnas, com uma chapa completa de seis nomes, um para cada distrito eleitoral. Seriam todos derrotados — o que é de se assinalar, quatro meses antes da proclamação da República. É verdade que sairiam derrotados com resultados mais promissores do que das

outras vèzes, pois conseguiriam obter um total de 2 631 votos, superior ao dos conservadores, passando, assim, os republicanos a constituírem, pelo menos nessas eleições, o segundo grupo eleitoral da Província.

Isso com relação às eleições para a Câmara dos Deputados. Porque no que se referia às eleições para as Câmaras Municipais e a Assembléia Provincial, sempre conseguiram melhores resultados. Assim, em 1880 elegeram dois vereadores em Pôrto Alegre e um em Santo Ângelo, as duas primeiras vitórias eleitorais que obtiveram, motivo, como era de esperar, de grande regozijo nos arraiais republicanos. Mas, já em 1882 o resultado foi menos promissor. Apresentando uma chapa de seis nomes de projeção no Partido, nas eleições para a Assembléia Provincial, não conseguiram eleger um só, sendo derrotados Venâncio Aires, Ramiro Barcelos, Marçal Escobar, Antão de Faria e Carlos Barbosa (que seria anos mais tarde Presidente do Rio Grande), os quais formavam, com Assis Brasil e Júlio de Castilhos, o estado-maior do republicanismo gaúcho. Só em 1884, com a vitória de Assis Brasil, é que êles teriam, pela primeira vez, um representante na Assembléia Legislativa da Província.

Nas eleições municipais de 1885 os republicanos rio-grandenses conseguiram eleger vinte e um vereadores, passando a ter representantes em quatorze Câmaras Municipais, o que significava, num certo sentido, considerável ganho eleitoral, — se bem que tivessem obtido apenas um assento em cada uma delas, se excetuarmos os municípios de São Francisco de Assis, Dorés de Camacua e São Vicente, onde passaram a ter, respectivamente, cinco, três e dois representantes. Nesse mesmo ano Assis Brasil era novamente eleito para a Assembléia Legislativa da Província.

Mas o acontecimento de maior realce na história do republicanismo gaúcho, com repercussões em todo o Brasil, foi a proposta, feita pelo único membro republicano da Câmara Municipal de São Borja, em outubro de 1888, e aprovada ali por 4 votos contra 1 (o do Presidente da Câmara), para que a Assembléa Provincial se dirigisse à Câmara dos Deputados sugerindo que, no caso do Imperador vir a falecer, a Nação fôsse consultada “por meio de um plebiscito, se convém a sucessão no trono de uma senhora obcecada por uma educação jesuítica⁴⁹⁵ e casada com um príncipe estrangeiro”; e, bem assim, que a Assembléa rio-grandense “convide as outras Assembléas Provinciais no mesmo sentido, a representarem ao Parlamento, e que esta Câmara peça às outras Municipalidades da Província que façam êste apêlo à Assembléa provincial”⁴⁹⁶.

Tal fato não teria tido, possivelmente, a repercussão que teve no País se não fôsse imitado por várias outras Câmaras Municipais, tanto do Rio Grande do Sul como de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo⁴⁹⁷, e se o Govêrno Imperial não tivesse mandado responsabilizar os vereadores que haviam votado essas moções, por entender que se tratava de um “desacato às autoridades constituídas e subversão às leis fundamentais do País”⁴⁹⁸. Processados, deixou, entretanto, de pronunciá-los o Poder Judiciário, o que só serviu para dar maior reper-

(495) Expressão modificada para “religiosa” pela própria Câmara, antes de a proposta ser por ela aprovada. Gonçalves Miranda citado por George Bocher, num trabalho intitulado *A moção plebiscitária de São Borja contra o Terceiro Reinado*, diz que o Presidente da Câmara de São Borja, que votara contra essa proposta, a propusera, êle mesmo, no ano anterior, na Loja Maçônica daquela cidade rio-grandense. .

(496) George Bocher, *op. cit.*

(497) Em São Paulo, seis Câmaras Municipais votaram moções idênticas à de São Borja, cabendo assinalar terem elas sido processadas pelo então Presidente da Província, Conselheiro Rodrigues Alves, — o qual seria, vinte anos depois, Presidente da República.

(498) Afonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*.

cussão ao fato. De modo que a atitude dêsse apagado vereador de São Borja, que, em outras circunstâncias, não teria sido, sequer, levado a sério, transformou-se numa vitória republicana, de um alcance propagandístico muito maior do que tudo o que faziam, escreviam e discursavam os principais chefes republicanos gaúchos.

Quando sobreveio a Revolução [o 15 de Novembro], — escreve George Boehrer, — os republicanos do Rio Grande do Sul tinham atingido uma posição que podia sofrer um confronto favorável com a que o Partido alcançara em qualquer das outras Províncias. É verdade que no Rio Grande do Sul o Partido não era tão grande quanto em São Paulo ou em Minas Gerais, mas é certo que a população da Província era menor. No fim do Império os republicanos do Rio Grande do Sul formavam o segundo grupo político da Província. E o Partido tinha chefes eminentes que vieram a destacar-se no âmbito nacional: Venâncio Aires, que começou em São Paulo a sua carreira política, era altamente respeitado como jornalista; Assis Brasil, talvez o maior teórico republicano do Brasil e Júlio de Castilhos, que alcançou depois vasta nomeada. As vitórias eleitorais do Partido, no Rio Grande do Sul, não eram tão grandes quanto as de São Paulo (ou de Minas) porém o resultado era bom. Assis Brasil foi eleito duas vêzes à Assembléia Provincial e vários vereadores mantinham lugares nos Conselhos [Municipais]. O espetacular e passageiro incidente de São Borja teve pelo menos a vantagem de atrair a imaginação do País e fixar a sua atenção para o Partido da Província do Rio Grande, que se não representava, é certo, a maioria da votação dessa Província, controlada pelos liberais, em 1889, estava contudo em ascensão, contava com uma excelente direção e podia esperar um futuro feliz⁴⁹⁹.

Uma das atitudes assumidas por êsses chefes foi a decisão por êles tomada (Castilhos, Assis Brasil, Ramiro Barcelos, Demétrio Ribeiro, Fernando Abbott e J. C. Pinheiro Machado), em março de 1889, no sentido de a Monarquia ser atacada antes de implantar-se o Terceiro Reinado, e que “o método preferível é voltar contra o Império as suas próprias armas, isto é, fazê-lo atacar pelo

(499) George Boehrer, *op. cit.*

Exército, sob a influência e direção do Partido Republicano⁵⁰⁰. Esse afrontoso apêlo feito pelos políticos republicanos gaúchos à insubordinação das Forças Armadas, não era, aliás, de surpreender, sabido que os mesmos propósitos animavam os seus correligionários da Côrte, para o que vinham já, desde o ano anterior, tentando se aproximar do Marechal Deodoro; e apesar de êste se ter mostrado refratário a qualquer entendimento, não se haviam dado por vencidos, persuadidos de que Deodoro era o único oficial-general capaz de servir de instrumento aos seus planos subversivos. Ainda porque o Marechal Câmara (Pelotas), que num dado momento pareceu-lhes “possível”, sondado sôbre a eventualidade de se implantar a República, mandara dizer-lhes que lhe parecia “ainda cedo”. É o que veremos adiante.

(500) *op. cit.*

Os republicanos na Província do Rio

A propaganda pela República na Província do Rio foi sempre relativamente fraca, mal-orientada e sem grandes resultados. Com a proximidade em que estava da Côrte, esta lhe absorvia quase tôdas as energias republicanas. Acrescia que a Província era fundamentalmente conservadora, dominada que fôra durante muito tempo pela família Soares de Sousa (dos Viscondes do Uruguai e de Itaboraí), espécie de *clã*, a qual formava a famosa "junta do coice", e era, assim, quase impossível fazer prosperar ali a idéia republicana. Além disso, a Província era escravocrata, com as suas extensas e prósperas fazendas de café, onde trabalhavam milhares e milhares de escravos. E, ao contrário do que se dava em São Paulo, durante muito tempo ali, escravatura e republicanismismo eram têrmos que se opunham.

A bem dizer, ou por isso mesmo, o progresso, embora modesto, que teve o republicanismismo, na Província do Rio, só começou depois da votação da Lei da Abolição, quer dizer, depois de 13 de maio de 88, quando os seus partidários passaram a ter os votos de grande número de fazendeiros. Revoltados com o processo pelo qual a Monarquia lhes tirara os escravos, êles rebelaram-se contra ela, não para combatê-la, mas para desinteressarem-se da sua sorte e por espírito de vingança votarem nos candidatos republicanos. Mas ainda assim as vantagens que êstes tiraram foram relativamente pequenas, dando apenas

para eleger vereadores e representantes na Assembléa Provincial, successo, aliás, que já haviam conseguido, esporadicamente, desde antes daquela lei. Francisco Portela, por exemplo, que tendo sido derrotado numa eleição em 1881, conseguira eleger-se em 1884, com Batista Laper, Oliveira Pinto e Pedro Gordilho; como Tomás da Porciúncula e Leopoldo Teixeira Leite se haviam elegido em 1886. Vitórias que êles consideravam “republicanas”, mas que haviam sido facilitadas com o apoio recebido dos liberais.

Com o aparecimento na Província, em fins de 1888, de Silva Jardim, numa excursão de incansável propaganda de suas idéias e de ataques destruidores contra a Monarquia e os partidos monárquicos, o republicanismo fluminense iria ter um considerável progresso. Graças a isso, o Partido foi reorganizado e apareceram novos jornais⁵⁰¹ e se fundaram novos clubes. Para se ter uma idéia dêsse progresso, basta dizer que no fim dêsse ano de 88 havia em tôda a Província mais vinte e cinco clubes republicanos do que um ano atrás. Progresso considerável, sem dúvida, se se levar em conta o atraso em que estavam antes. Mas ainda assim relativamente pequeno, porque a verdade é que, nos últimos anos do Império, os republicanos fluminenses podiam ser contados pelos dedos. Eram apontados um a um nos vários municípios da Província. Em Petrópolis, por exemplo, havia em maio de 1888 dez republicanos.

Teve-se a prova dessa fraqueza nas eleições gerais do ano seguinte, quando o Partido, tendo apresentado uma lista de oito candidatos à Câmara dos Deputados,

(501) O primeiro jornal republicano que apareceu na Província foi *O Nacional*, que começou a circular em Niterói em 1872, seguido algum tempo depois por um semanário. *A República*, editado em Campos, em 1876, por Frederico Portela. Quando a República foi proclamada, o jornal republicano de maior nomeada na Província era *O Povo*, que Alberto Torres lançara em Niterói em julho de 89.

não viu um só se eleger, apesar de serem os nomes de maior evidência no republicanismo local, como Alberto Tôres, Santos Werneck, Sousa Breves, (pertencente a uma poderosa família escravocrata de Barra Mansa), e Pita de Castro. É verdade que à exceção de Minas Gerais, que conseguiu eleger dois deputados, tôdas as demais Províncias, mesmo as mais importantes republicana e eleitoralmente falando, como São Paulo e Rio Grande do Sul, também não elegeram um só deputado nessas últimas eleições do Império. Mas na Província do Rio, além de saírem derrotados, o número de votos que alcançaram foi positivamente ridículo. Pita de Castro, por exemplo, o mais votado, obteve apenas 561 votos contra 1 697 dados ao seu competidor monarquista. E Alberto Tôres? Gozando já de um grande conceito público, como publicista e sociólogo, diretor do jornal republicano de maior prestígio na Província, obteve apenas uns magros 79 votos, contra 1 203 conquistados pelo seu antagonista liberal. Nessas eleições verificou-se que os republicanos fluminenses contavam apenas com um quinto do eleitorado da Província.

Os republicanos na Bahia

Na Bahia, o ambiente republicano foi sempre muito fraco, podendo ser apontados os poucos republicanos ali existentes. Cleto Tourinho dizia que no seu tempo de menino quer dizer, por volta de 1880, “pouco se falava em República” na Bahia⁵⁰². A Província era uma terra tradicionalmente monárquica, que vinha sendo dominada, politicamente, ora pelos conservadores, sob a chefia dêsse grande chefe que era o Barão de Cotegipe, falecido poucos meses antes da implantação da República, ora pelos liberais moderados, que tinham à sua frente dois dos mais eminentes políticos do Império, Dantas e Saraiva.

“A Bahia, a grande Província do Norte, escreve George Boehrer, não era um centro de atividade republicana, pois os baianos, tradicionalmente conservadores, não haviam abraçado o nôvo credo político. Nas vésperas do 15 de Novembro, a Bahia contava com três clubes republicanos, inclusive o da Escola de Medicina. É evidente que ao findar o período imperial, o Partido não tinha força suficiente para a Província estar pronta para o estabelecimento da forma republicana de governo. Como tantas outras Províncias, foi apanhada de surpresa”⁵⁰³.

(502) Cit. por Gilberto Freyre, *op. cit.*

(503) *Op. cit.*

Nessa ocasião só havia ali um único jornal republicano de certa importância, *A República Federal*, órgão do clube republicano da Capital, que por sua vez era “a única organização republicana ativa da Província”. Era um semanário. Em março de 1889, o clube resolveu concorrer a uma eleição para deputado. Mas, na falta de um baiano com bastante prestígio para disputá-la, lançou o nome de Silva Jardim, na esperança de que a popularidade de que gozava o ardoroso agitador fluminense lhe desse uma possibilidade de sucesso. Foi um desastre: obteve apenas 5 votos! É verdade que o seu antagonista era nada mais nada menos do que o Ministro da Marinha do Gabinete conservador de João Alfredo, o Barão de Guai. Apesar dessa derrota, êsse Clube ainda tentou a sorte numa eleição para senador, em maio seguinte, apresentando como candidato Manuel Teixeira Soares, que sempre obteve 420 votos.

Em junho de 89 apareceu ali Silva Jardim, nas pegadas do Conde d’Eu. Foi recebido no cais de desembarque por uma delegação de republicanos baianos, à frente da qual se achava Virgílio Damásio, figura de maior projeção do Partido. A tentativa de manifestação que quiseram fazer a Jardim, foi embargada pelos muitos monarquistas ali presentes para receberem o Conde d’Eu, resultando daí uma grande desordem, com ataques pessoais e danos materiais, vendo-se Silva Jardim obrigado a fugir⁵⁰⁴.

A última demonstração de vitalidade dada pelos republicanos baianos foi a organização de uma lista de candidatos para as eleições gerais de 89, a que concorreram mais por honra da firma, como se diz, do que com qualquer esperança de vitória. Como era de esperar foram todos derrotados.

(504) Notícia dada por Luís Pires, que acompanhava Silva Jardim, e citada por George Boehrer, *op. cit.*

Os republicanos nas demais Províncias

Se era essa a situação dos republicanos nas principais Províncias do Império, bem se pode calcular a que seria nas demais, o contingente que elles podiam dar para uma eventual tentativa de implantação da República por outros meios que não fôsseem uma sublevação militar.

Amazonas. O movimento republicano amazonense se resumia, no último ano do Império, a dois jornais e um único clube: o de Manaus. Um partido em gestação. Nas eleições gerais de 1889 apresentaram dois candidatos a deputado: um filho da terra, Aureliano Coelho, e, na falta de outro, um paraense, Justo Chermont. Foram “esmagadoramente” derrotados, como refere um cronista do tempo.

Pará. No Pará pode dizer-se que toda a agitação republicana se limitou aos três últimos anos da Monarquia, graças à abnegação de uns poucos paraenses, José Pais de Carvalho, Lauro Sodré, Justo Chermont, Mata Barcelar e Cardoso Barata. Por ocasião da queda do Império, havia ali, 6 clubes republicanos. Nas eleições gerais de 89 Chermont, que tinha sido apresentado candidato a deputado no Amazonas, o foi também em sua Província natal. Era diretor do *Comércio do Pará*, jornal republicano que se editava na Capital. Teve uma diminuta votação e não foi, naturalmente, eleito.

Maranhão. Era a terra de Miguel Vieira Ferreira, o propulsor da propaganda republicana no Brasil, o homem que foi o inspirador de todo o movimento que se fez pela República nos últimos trinta anos da Monarquia. Sòmente, êle vivia na Côrte, com seu irmão Luís, onde fundaram, como já vimos, o primeiro clube e o primeiro jornal republicano que apareceram no Brasil.

Ao partir de sua Província, em 1869, Miguel deixara ali o pai, o qual tinha um amigo, Antônio Enes que, somados a Sátiro de Faria e a Sousa Andrade, eram os únicos republicanos do Maranhão. Naquela época, bem entendido. Mas trinta anos depois não devia haver muito mais. Tanto que por falta de candidatos em condições de poderem disputar uma cadeira na Câmara de Deputados, o Maranhão foi das raras Províncias que se abstiveram de concorrer às eleições gerais de 1889. Mas o surpreendente era que havia um republicano na Assembléia Provincial de São Luís. O fato, porém, se explicava. O homem era realmente republicano. Numa determinada eleição fizera-se monarquista para poder ser eleito, o que não lhe foi difícil. Eleito e empossado legislador provinciano, despira a roupa monarquista que pedira emprestada e voltara a ser o que sempre fôra: republicano. É o que os franceses chamam *faire un tour* — aos monarquistas, naturalmente. Assim é que tôda a história republicana do Maranhão se resume no *tour* que êsse esperto maranhense passou nos monarquistas da sua Província. Devemos guardar-lhe o nome: José Rodrigues da Silva.

Piauí. Aí, tôda aspiração republicana estava concentrada num só homem: David Moreira Caldas. Morto êste, o republicanismo sumiu. Apesar de tudo sempre apareceram dois voluntários abnegados para candidatos a deputado nas eleições gerais de 1889, Constâncio Avelino e Joaquim Nogueira. Foram honrosamente derrotados,

com a consolação de receberem umas poucas dezenas de votos. Na Província havia um único clube.

Ceará. O Ceará era ainda mais pobre ou tão pobre em republicanos quanto o seu vizinho do Norte. Podiam ser contados ali pelos dedos. E não davam talvez para as duas mãos. Província mais do que tôdas abolicionista, que libertara voluntariamente os seus escravos antes da Lei 13 de Maio, pouco lhe interessava formas de govêrno. E todo o seu republicanismo se resumia em dois clubes vagamente republicanos.

Rio Grande do Norte. No Rio Grande do Norte, República e Pedro Velho de Albuquerque Maranhão eram uma coisa só, porque êle era ali o único verdadeiro republicano. O homem faz tudo. Havia um simulacro de partido, chamado "Centro Republicano", havia um jornal, *A República*, mas tanto essa fôlha como tudo o mais que pretendesse ter côr republicana não eram senão facêtas dêsse homem, feitas por êle, criadas por êle, inspiradas por êle. Pedro Velho era assim o partido, era o jornal, era o Clube, concentrando em si mesmo tôda a aspiração republicana da Província. É claro que nas eleições gerais de 1889 êle teria que ser também o candidato a deputado dos republicanos rio-grandenses do norte, quer dizer, candidato de si mesmo. E com surprêsa geral obteve 56 votos, o que provava que no Rio Grande do Norte havia, além dêle, mais 55 republicanos!

Paraíba. Tavares Cavalcanti costumava dizer que a Paraíba se tornara republicana, tôda ela, de uma só vez, no dia 16 de novembro de 1889. Em todo o caso, poucos dias antes da instituição da República, havia quatro paraibanos reconhecidamente republicanos. Sòmente não viviam na Paraíba; moravam, dois no Rio de Janeiro, Aristides Lôbo e Coelho Lisboa, e dois no Recife, Maciel Monteiro e Albino Meira. Na Província havia dois jornais

e um só clube republicanos, êste na Capital. Nas eleições gerais de 89, na falta de outro, foram buscar ao Recife o nome de Albino Meira, para candidato a deputado. Teve 24 votos contra 918 para o candidato liberal.

Sergipe e Alagoas. Como em outras Províncias do Norte, o elemento republicano em Sergipe e em Alagoas era quase nenhum. E ainda menos em Alagoas do que em Sergipe, onde sempre se haviam conseguido constituir 3 clubes e fazer circular dois jornais, graças a Felisbello Freire, o qual exprimia, por assim dizer, tôda a aspiração republicana da Província. Dirigia êle próprio os dois jornais republicanos, fazendo o que podia para obter novos adeptos à idéia da República. Nesse sentido houve uma certa agitação ali quando appareceu Ciro de Azevedo, rio-grandense do sul, em março de 1889, numa viagem de propaganda republicana. Mas a falta de ambiente era desanimadora. Contudo, sempre se conseguiu organizar uma chapa de dois candidatos à Câmara dos Deputados, nas eleições gerais dêsse anno, dois illustres sergipanos, mas que nem sequer viviam ali. Um foi Sílvio Romero, que apesar de colaborador de um dos jornais de Felisbello, residia agora na Côrte; e o outro foi Pereira Guimarães, que morava em São Paulo. Já se vê, foram ambos fragorosamente derrotados. Sílvio, que ainda era o mais conhecido dos dois, teve apenas 6 votos.

Em Alagoas a situação dos republicanos ainda era pior, e o único que tinha ali uma certa projeção era João Gomes Ribeiro. Graças a êle é que se conseguiu fundar o único clube e o único jornal republicanos existentes na Província. Candidato nas eleições gerais de 89, foi, como era de esperar, derrotado.

Espírito Santo. No Espírito Santo republicano era, como se dizia ali, bicho raro. Nos primeiros meses de 1889 appareceram na Capital, em excursão de propaganda,

vindos de Campos, na vizinha Província do Rio, Nilo Peçanha e Coelho Lisboa. Isso animou os raros republicanos capixabas a se apresentarem candidatos nas eleições gerais dêsse ano. Apresentaram-se dois. Um sempre alcançou 210 votos; e o outro teve apenas 10. Na Província havia um jornal e 8 clubes, o que era considerável dada a pobreza do seu republicanismo.

Paraná. O progresso republicano nessa Província pode ser apresentado no seguinte resumo: em 1886, um vereador; em 1888, um deputado provincial, Vicente Machado da Silva Leme, que, candidatando-se a deputado geral nas eleições de 1889, obteve apenas 30 votos, num total de 918. Nessa ocasião a Província tinha 4 clubes e três jornais republicanos.

Santa Catarina. 15 clubes, três jornais e alguns poucos vereadores republicanos em fins de 1889. Na falta de outro residente na Província, foram buscar o catarinense Estêves Júnior, que morava na Côrte, para apresentá-lo como candidato a deputado geral nas eleições de 89. Derrota "estrondosa": 15 votos num total de 1 244!

Goiás e Mato Grosso. Em Goiás 1 clube e nenhum jornal republicano. Derrotados sucessivamente nas eleições provinciais, não ousaram os poucos republicanos goianos se apresentar nas eleições gerais de 89. Em Mato Grosso, dizia Pedro Dias Pais Leme que só havia, em 1887, dois republicanos, Guimarães Natal e êle. Dois anos depois, as perspectivas republicanas ali não deviam ser muito mais promissoras. Em todo o caso, sempre havia 3 clubes e um jornal republicanos. Os republicanos matogrossenses mais conhecidos moravam na Côrte. Eram Antônio Azeredo e os irmãos Murtinhos.

País dos “fatos consumados”

Tal era, em resumo, o ambiente republicano nas várias Províncias do Império nos anos que precederam imediatamente à proclamação da República. Como se vê, salvo nas três ou quatro principais, nas demais êle era, por assim dizer, insignificante. E em algumas poucas, quase nulo. É possível que houvesse, e certamente devia haver, além dos republicanos identificados pelos votos ou por sua ação pública, alguns outros desconhecidos, ou conhecidos apenas nas rodas limitadas dos amigos e dos seus familiares. Mas não deviam ser tantos assim para chegarem a contar, digamos, na elite pensante do País.

De uma maneira geral podia dizer-se que todo o Norte do Brasil, exceção talvez de Pernambuco, isto é, da Bahia até ao Amazonas, era insensível à idéa republicana. Ou por conformismo com a ordem de coisas existente, ou por indolência, por preguiça de uma definição política, por indiferença ou outro qualquer motivo, o fato era que o Norte iria manter-se refratário ao republicanismo até às vésperas de 15 de novembro de 1889. Oliveira Viana prova isso baseado no número de clubes republicanos existentes em todo o Brasil nesse ano de 1889, mostrando que dos 239 clubes, 204 se encontravam no Sul e apenas 33 no Norte do País, ou sejam 89% para o Sul e 11% para o Norte. E o Sul do País, nesse cálculo de receptividade republicana, queria dizer apenas quatro

Províncias — Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Sem falar, evidentemente, na Côrte.

“Nestas Províncias, escreve Oliveira Viana, o pensamento republicano parecia ter feito sensíveis progressos, de 1870 a 1889. Fora daí, porém, a sua irradiação era quase nula. Os dois centros universitários do Norte — Bahia e Pernambuco — davam apenas, respectivamente, dois e seis núcleos ao Partido, o que era nada, se considerarmos a grande importância política e econômica dessas duas Províncias no Império. Quanto às demais Províncias do Norte, tôdas pareciam insensíveis ao entusiasmo dos evangelizadores meridionais”⁵⁰⁵.

No que se referia à propaganda escrita, quer dizer, à imprensa republicana, verificava-se a mesma desproporção entre o Norte e o Sul do País. Assim que, enquanto Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul tinham um total de 54 jornais republicanos, todo o Norte do Brasil (incluindo o Espírito Santo) não possuía senão 11 jornais. “No ponto de vista de propaganda impressa, escreve Oliveira Viana, o movimento republicano concentrou-se principalmente na região meridional do País — e ainda assim em quatro Províncias apenas. O Norte quase todo parecia um tanto surdo à palavra animadora dos Isaías republicanos. Pernambuco e Bahia, por exemplo, os dois grandes centros universitários do Norte, tão vibrantes sob a ação do ideal abolicionista, não tinham, a 15 de Novembro, quase que imprensa republicana: três jornais naquele e nesta apenas um”⁵⁰⁶.

Resta ainda acentuar, para prova da indigência do sentimento republicano que lavrava no País nas vésperas

(505) *O Ocaso do Império*.

(506) *Op. cit.*

de 15 de Novembro, que essa tão apregoada imprensa republicana muito pouco ou quase nada contava para a propaganda das suas idéias, e isso devido não só à má qualidade material dessas fôlhas, à pobreza de suas tiragens, como ao diminuto raio de ação que elas alcançavam. É ainda Oliveira Viana quem diz: "Estes jornais deviam ter certamente uma importância diminuta. Basta pensar no que é ainda hoje a imprensa provinciana, para que se possa fazer idéia aproximada do que poderiam ser êsses jornais que há 40 anos passados [*estas palavras foram escritas em 1929*] propagavam pelo Brasil a idéia republicana. Exceto as fôlhas do Rio e da capital paulista, tôdas as demais deviam ter um raio de ação insignificante, senão nulo, e o nôvo credo não encontraria naturalmente nelas senão um fraco refôrço à sua expansibilidade"⁵⁰⁷.

A verdade é que o Brasil de 1889 era uma nação de monarquistas. Monarquistas unicamente de nome, se quiserem, mas de tôda a maneira monarquistas. Bem sabemos que muitos brasileiros só eram monarquistas, ou melhor, só eram considerados monarquistas porque não se haviam declarado outra coisa. No fundo, talvez não fôssem nem monarquistas nem republicanos, quer dizer, não eram nada, em questões de regimens políticos. Aceitavam a Monarquia por tolerância ou por simples comodismo: porque ela era um fato, estava ali, era a forma de govêrno que sempre existira no Brasil desde a Independência, e não se concebia meio nem forma de mudá-la, salvo pela violência, coisa que a todos repugnava; porque havia o Imperador, que encarnava tudo o que dizia respeito ao regime, à sua forma, à sua existência, à sua sobrevivência e manutenção no Brasil. Aceitavam a Monarquia com a mesma passividade com que aceitariam amanhã a República, se acaso acordassem

(507) *Idem.*

sob essa forma de govêrno. Podiam não desejá-la, podiam mesmo receá-la, dada a péssima amostra que ela nos oferecia nos países nossos vizinhos; mas nada fariam para afastá-la, para se lhe oporem, para a combaterem ou destruí-la. Aceitariam a República menos temerosos do que curiosos em ver como ela funcionaria entre nós, como se sairia dos múltiplos problemas que teria necessariamente de enfrentar.

O Brasileiro é, no fundo, um tipo contraditório. Sendo, no íntimo, um rebelde, ou pelo menos um insubordinado, por índole, pelo exemplo dado por outros e por educação de família é, num certo sentido, um indolente, um indiferente, um conformado, um ente inteiramente passivo em questões de regime político ou de formas de govêrno. Daí êle aceitar passivamente o Govêrno que tem ou que se lhe dá, mesmo o que se lhe impõe contra a sua manifesta vontade. Daí também a razão pela qual tôdas as mudanças políticas que se têm efetuado no País se processarem sem a mínima participação ou reação da opinião pública, a não ser para aceitá-las com a mais completa indiferença, com uma absoluta passividade diante da nova ordem estabelecida, seja ela qual fôr, regime de plena ditadura, de semi-ditadura, de meia liberdade ou de ampla liberdade.

Isso explica porque o Brasil, sendo, ou parecendo ser, em 1889, um País monarquista em sua quase totalidade, iria aceitar o nôvo regime com uma passividade absolutamente total, num integral conformismo com o *fato consumado* da instituição da República — uma República que êle não mostrara desejar, que não pedira e muito menos reclamara. Aliás, *fato consumado* foi então e vem sendo sempre a razão ou simplesmente a desculpa que se tem dado para justificar êsse indiferentismo pela sorte ou pelo destino político do País. Foi sempre assim

no correr da nossa História, e já Rui Barbosa assinalava, pouco depois da implantação da República, esse nosso tradicional conformismo, essa nossa passividade diante do destino da Nação, essa "prostração popular", como êle dizia, "o marasmo público, a subserviência nacional; essa disposição contraditória e inconfessável, que almeja as revoluções, instiga as Classes Armadas às revoluções, para depois assistir como curiosa às peripécias da luta e resignar-se no fim à vitória das ditaduras detestadas"⁵⁰⁸.

Fêz-se a Independência do Brasil com a adoção do regime monárquico, decisão que podia estar na ordem natural das coisas pelo fato de ela se processar com a participação do Príncipe que então nos governava. Mas todos sabemos que a Monarquia foi implantada, com surpresa para todo o País, em consequência de uma decisão tomada no interior de uma loja maçônica, entre não mais, talvez, de umas vinte pessoas, para ser depois imposta ao País — imposta no sentido de lhe ter sido apresentada sem que êle fôsse por qualquer modo consultado. Acaso os republicanos da época — e não eram poucos — tentaram contrariá-la, revoltaram-se ou simplesmente protestaram contra essa imposição? Não. E para quê? Pois não era já um *fato consumado*?

Dois anos depois o Imperador dissolvia violentamente a Assembléia Legislativa que elaborava a Constituição política do País; e em vez de convocar logo uma outra, como prometera, decidia simplesmente impor à Nação uma Carta Constitucional já fabricada, feita sob medida por um improvisado Conselho de Estado. Protestou, acaso, o Império contra essa prepotência da Coroa e repeliu esse projeto de Constituição bastarda? Protestaram os republicanos, que os havia ainda em não poucas Províncias do Império? "Protestar, dirá José Maria dos

(508) *Cartas de Inglaterra*...

Santos, teria sido um grande gesto de civismo, digno sem dúvida de corações sinceramente republicanos"⁵⁰⁹.

Assim o fêz, é verdade, a cidade do Recife, pela voz de Frei Caneca, ao recusar jurar uma Constituição, segundo êle, *tirânica* e *ultrajante*, o que iria lhe custar simplesmente a vida. Mas, fora disso, todo o resto do País submeteu-se passivamente à vontade do Soberano. Quando muito umas poucas Câmaras Municipais ousariam apresentar vagas e inóguas emendas ao projeto da Constituição. Para quê mais? Pois a atitude ditatorial do jovem monarca não tivera a aprovação passiva, quando não exultante, de todos os setores do Império? Não se tornara assim um *fato consumado*?

Em 1831, êsse mesmo Imperador foi obrigado a abdicar a Coroa em virtude de um golpe militar, refugiando-se em seguida a bordo de uma fragata inglêsa surta no pôrto do Rio. Êle tinha, é verdade, perdido quase tôda a sua anterior popularidade e se indisposto com grande parte dos homens públicos do País. Mas, apesar de tudo, possuía ainda não poucos partidários, mesmo entre os homens mais prestigiosos da época, a começar pelos irmãos Andradas. Deram êles, acaso, qualquer passo, articularam uma palavra, fizeram um gesto em defesa dos direitos e das prerrogativas do Monarca deposto? Nada. Para quê? Pois já não tinha êle se conformado com a sorte e se preparado para abandonar o País? Era, portanto, um *fato consumado*.

Em 1840, o Brasil era governado por um Regente, em nome do Imperador menor. Armou-se, então, entre os políticos adversários dêsse Regente uma conspiração contra êle, que por meio de um golpe parlamentar o afastou do Poder, sendo neste entronizado o menino Imperador, mercê da antecipação ilegal e revolucionária

(509) *Os republicanos paulistas e a Abolição.*

da sua maioria. Levantou-se, acaso, uma voz, fêz-se algum gesto, deu-se um passo em defesa da ordem constitucional violentada e rasgada pelos chamados "maioristas"? Não. Para quê? Pois não aceitou o Regente a sua destituição e não estava já o menino no trono? Era um *fato consumado*!

De então até ao fim do Império, não havendo outros *fatos consumados*, a Nação não teria oportunidade de mostrar o seu tradicional conformismo. Houve, se quiserem, o *fato consumado* de 1868, quando o Imperador, contrariando frontalmente o espírito do regime parlamentar que nos governava, preferiu sacrificar o Gabinete que estava no Poder e desfrutava da inteira confiança da Câmara, para submeter-se à "imposição da espada", que outra coisa não foi a declaração de Caxias, comandante-em-chefe no Paraguai, de que não mais serviria sob as ordens dêsse Gabinete. Mas nessa ocasião, justiça seja feita aos nossos homens políticos, não faltaram vozes veementes para protestarem contra semelhante prepotência da Coroa, único meio que tinham para manifestarem a sua revolta fora do recurso da insurreição armada, coisa que não estava então em nossos costumes políticos e era, aliás, de todo o modo, impossível, pois teria que se fazer contra o chefe poderoso e prestigiado do Exército.

Mas se nos cinquenta anos do Segundo Reinado só houve, a bem dizer, êsse único *fato consumado*, em compensação não faltariam muitos outros no período republicano, de todos os tipos e em tôdas as épocas, com amplas e ilimitadas conseqüências, de curta e de longa duração — e a Nação se conformaria sempre com êles com uma submissão e um silêncio verdadeiramente impressionantes. Por cobardia moral? Certamente que não. Por indiferentismo, por comodismo, para não ter

que ir buscar aborrecimentos e contrariedades na vida? Pode ser. Sobretudo por essa tradicional displicência nossa do “não vale a pena”, do “não adianta”, do “deixa como está”, e que pode certamente exprimir a boa índole do brasileiro, mas não concorre em nada para dar-lhe personalidade e firmeza de caráter.

A imprensa republicana da Côrte

É claro que o grupo mais importante de republicanos, individualmente falando, se encontrava na Capital do País. Os de São Paulo, tomados coletivamente, talvez fôsem mais capazes de ação pública, não só por se acharem mais unidos, como pela força eleitoral de que dispunham. Mas os do Rio eram mais ativos, sobretudo no trabalho de propaganda, o que se explicava com o fato de se encontrarem na sede mesma das instituições monárquicas, ao lado do trono, face a face com o Monarca, seus ministros e o Parlamento, o que lhes permitia empreender uma luta muito mais direta.

Entre êsses republicanos havia de tudo: homens nascidos no Rio; nascidos nas Províncias mas radicados na Côrte; gente moça e gente madura; advogados, médicos, homens de letras e funcionários públicos; muitos jornalistas; alguns políticos, antigos liberais convertidos ao republicanismo; e estudantes ou simples filhos-família sem ocupação. Os principais dentre êles eram Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Aristides Lôbo, Lopes Trovão, Silva Jardim, Ubaldino do Amaral, Almeida Pernambuco, Raimundo Sá Vale, Estêves Júnior, Rodolfo Abreu, Barata Ribeiro, Coelho Lisboa, Ciro de Azevedo, Francisco Cunha, Alexandre Stockler, para só falar dos civis. Formavam, por assim dizer, o estado-maior do republicanismo da Côrte, e muito embora não constituíssem, rigorosamente, um partido, no sentido de direção

e organização de quadros, se entendiam e se concertavam mais ou menos entre êles, ainda que nem todos estivessem de acôrdo sôbre a *maneira* de se chegar à República. Só no fim, já quase nas vésperas da extinção da Monarquia, é que se abria a rivalidade entre Quintino e Silva Jardim, na luta pela chefia do Partido, e que tanto mal iria causar à unidade e à fôrça do republicanismo.

George Boehrer assinala que a despeito da deficiência numérica, formavam ainda assim uma excelente equipe de homens, e que todos os sucessos obtidos no Rio, entre 1870 e 1889, se deviam aos esforços de alguns d'êles, o que era tanto mais meritório quanto se tratava de uma cidade na qual quase tôdas as vantagens estavam do lado do Govêrno constituído. E acrescenta:

“Tais eram Saldanha Marinho, o chefe nominal e, por último, verdadeiro do Partido⁵¹⁰, que com sua presença deu-lhe estabilidade e um ponto de reunião; Aristides Lôbo, que com sua insistência pela pureza doutrinária, nos dias difíceis de 1878, quando os liberais voltaram ao Poder, livrou-o, provàvelmente, de seguir um rumo fatal; e Quintino Bocaiúva, que com suas opiniões moderadas impediu-o de desenvolver uma política que poderia tê-lo destruído, e também com o seu devotamento a um gênero de jornalismo que deu ao Partido uma voz eficiente na imprensa, sem incorrer no desagrado das autoridades. Bocaiúva era o mais importante dos três, e por meio de uma crítica firme, racional e insistente à política imperial, fêz mais para solapar o Império do que outros, oradores apaixonados, com a sua palavra ardente. Houve, é certo, alguns que também contribuíram para a vitória da causa. Lopes Trovão, por exemplo, era capaz de conquistar a imaginação do povo e conquistava popularidade ao Partido, ainda quando agia por si mesmo. Silva Jardim, outro demagogo popular, identificou-se com o movimento já no fim do Império e era conhecido principalmente por suas atividades nas Províncias. Considerado, entretanto, como importante chefe do Partido do Rio, tornou-se o centro de um grupo de republicanos mais jovens.

(510) Nos anos que precederam imediatamente à queda da Monarquia, já muito velho e alquebrado, êle tinha abandonado praticamente tôda a atividade partidária, e o chefe de fato do republicanismo passou a ser Quintino Bocaiúva.

Ubaldo do Amaral foi aclamado por seu trabalho em favor da Abolição, e representou um elemento estável na liderança do Partido"⁵¹¹.

De fato era uma gente combativa e muito ativa na pregação de suas idéias. Mas faltavam-lhe meios adequados de propaganda, e, antes de tudo, um órgão de imprensa em condições de durar e com um limite mínimo de aceitação por parte do público. Tentativas nesse sentido não faltaram, mas tôdas destinadas a fracassarem. Assim, depois do desaparecimento do *A República*, em fevereiro de 1874, os republicanos iriam ficar durante muito tempo sem um jornal. Porque os vários que apareceram daí por diante não mereciam sequer essa denominação. Eram simples fôlhas volantes, de mau papel e péssima impressão, colaboração deficiente e sem nenhuma condição para viverem. Assim, em julho de 1875, apareceu *O Brasil Americano*, um semanário; um ano depois *A Lanterna*, de feição revolucionária mas desprovido de imaginação, para prova do que bastava o nome escolhido para o jornal, simples cópia de um outro de igual nome que se editava em Paris sob a direção de Henri Rochefort. Decorrido um ano, isto é, em julho de 77, surgiu *O Amigo do Povo*, pequena fôlha de quatro páginas, que passou depois a chamar-se *A República*, ressuscitando, assim, o nome do primeiro jornal republicano que se editou na Côrte. Dirigia-a Aristides Lôbo. Deu a princípio a impressão de poder viver alguns anos, mas em 1878 cessou a publicação.

No ano seguinte faziam-se novas tentativas para o lançamento de um jornal exclusivamente republicano. Foi quando apareceram *O Jornal do Povo* e a *Gazeta da Noite*, esta sob a direção de Lopes Trovão. O primeiro pouco durou. O segundo ainda conseguiu se manter por

(511) *Op. cit.*

algum tempo. Em abril de 1880, Sílvio Romero e outros lançaram *O Combate*, de feição republicana e socialista. Diário, a princípio, passou pouco tempo depois a bis-semanário, prova de que decaía. De fato, teve uma vida curta. Em 1881, surgiram *O Atirador Franco*, em janciro; *A Revolução*, em abril; *O Futuro*, semanário estudantil, em agôsto; e em novembro o *Diário da Noite*, que foi, dos quatro o que teve maior duração. Em setembro de 1882 renascia *A Revolução* mas sem maior sucesso do que da primeira vez.

Em 1887 apareciam mais dois jornais republicanos, *O Grito do Povo*, em junho, e *A Gazeta Nacional*, em dezembro. O primeiro "era uma fôlha violenta e efêmera, que causou grande alvôço nos círculos republicanos". O segundo foi a princípio dirigido por Aristides Lôbo, e depois por Almeida Pernambuco, que lhe imprimiu uma excelente orientação. Tinha entre seus colaboradores, Saldanha Marinho e Ubaldino do Amaral. Mas, apesar de tudo, não vingou e, no ano seguinte deixava de sair, menos por falta de direção do que pelas brigas que já lavravam, por essa altura, nas fileiras republicanas. Em 1888, apareceram na Côrte seis outros jornais republicanos, dos quais apenas um, *O Mequetrefe*, duraria até ao fim da Monarquia. Era antes uma revista humorística do que pròpriamente um jornal. Não tendo a princípio côr política, ao menos confessadamente, acabou francamente republicana, órgão do Centro Silva Jardim, um dos muitos que existiam na Côrte nos últimos anos do Império⁵¹². Quando a República foi instituída,

(512) No fim do ano de 1889, quer dizer, nas vésperas da instituição da República, havia na Côrte 16 clubes ou centros republicanos, para um total de 237 em todo o País. Era um contingente modesto, atendendo sobretudo a que Minas Gerais possuía 56, São Paulo 48, Rio Grande do Sul 32 e a Província do Rio 30. Nas demais Províncias o número de clubes era inferior ao da Capital do Império, sendo que em algumas delas, como a do Amazonas, a do Piauí, a do Rio Grande do Norte, a de Alagoas e a de Goiás, havia apenas um clube em cada (ver Cândido

havia no Rio três jornais genuinamente republicanos — o citado *Mequetrefe*, o *Correio do Povo* e *A República Brasileira*, mas todos os três de tiragem muito limitada, feitos mais ou menos na base de improvisação e sem nenhuma autoridade ou conceito junto à opinião pública.

Não dispondo, assim, de um órgão de categoria, em condições de vida estável e que fôsse realmente o intérprete dos sentimentos do Partido ou de seus principais chefes, os republicanos da Côrte se utilizavam de uns poucos jornais de larga circulação, que por tolerância ou simples simpatia pela causa que êles defendiam, aceitavam a sua colaboração. E também no interêsse dêsses jornais, porque dada a natureza e a qualidade dessa colaboração, assim como o número de leitores republicanos, isso lhes aumentava naturalmente a tiragem. Êsses jornais eram a *Gazeta de Notícias*, dirigida por Ferreira de Araújo; o *Diário de Notícias*, dirigido por Rui Barbosa; e *O País*, dirigido por Quintino Bocaiúva. Três grandes jornalistas. O primeiro, a bem dizer, sem filiação partidária, o segundo liberal e o terceiro, republicano. Dêsses três jornais, o mais conceituado e certamente o mais bem composto era *O País*, aparecido em 1884 sob a direção de Rui Barbosa, como órgão sobretudo abolicionista. Mas o mais impiedoso e por vêzes mesmo cruel nos ataques contra o Trono, não pròpriamente da direção do jornal mas de seus colaboradores republicanos, era a *Gazeta de Notícias*. “Porque é que os homens da *Gazeta* me atacam sempre tão violentamente?” pergun-

Teixeira, *A República Brasileira*). Os 16 clubes existentes na Côrte podiam ser tidos como numerosos para o contingente relativamente pequeno de republicanos ali existentes. Mas eram pouco ou quase nada operantes, “de tipo passivo ou estático, como diz Oliveira Viana, destituídos de qualquer espírito militante e de qualquer aptidão evangelizadora” (*O ocaso do Império*). Limitavam sua ação, geralmente, a simples dissertações políticas e literárias, sem nenhum alcance prático para o fim que existiam, frequentados por pessoas do bairro, que iam ali, na falta de melhor, bater, como se diz vulgarmente, “um papo”, e tomar “um cafêzinho”.

tava o Imperador ao Visconde de Taunay. “Sei que são republicanos. Estão no seu direito atacando a instituição monárquica; mas não devem procurar ridicularizar o Chefe de Estado”⁵¹³.

A colaboração republicana nesses jornais se fazia numas colunas postas à disposição dos republicanos, com a inteira liberdade de defenderem aí as suas idéias, desde que isso não importasse em compromisso político para a direção desses órgãos. A coluna republicana de *O País* esteve a princípio a cargo de Silva Jardim, quando o jornal era redigido por Rui Barbosa. Quando Quintino tomou-lhe a direção, Silva Jardim, que já não se entendia mais com êle, passou-se para a *Gazeta de Notícias*, revezando-se aí com Aníbal Falcão e Xavier da Silveira. A coluna do *Diário de Notícias* estava a cargo de Lopes Trovão e de Alberto Tôrres. Foi nesse jornal que apareceram os violentos artigos de Rui Barbosa contra o que êle chamava os erros e a obstinação da Monarquia em não querer fazer as reformas que preconizava.

Rui dirá mais tarde, quando se deu conta de que a República que ajudara a implantar não correspondia aos seus ideais, aos seus desejos ou aos seus interesses partidários, quando êle mesmo passou a ser uma das suas vítimas, que na campanha jornalística do *Diário de Notícias* não combateu propriamente a Monarquia, como sistema de governo, mas apenas os seus excessos, os seus desvios, os seus propósitos de compressão da liberdade, os seus desmandos e a sua intolerância contra quantos procuravam apontar-lhe ou corrigir-lhe os erros.

Assertiva, aliás, que não corresponde à verdade dos fatos. Porque se êle não atacou o *regime* monárquico, como *sistema* de governo, não se furtou entretanto de

(513) Visconde de Taunay, *Diário*.

atacar a Monarquia, tal como existia no Brasil⁵¹⁴, os homens que a praticavam, que a sustentavam ou que a representavam. A começar pela Família Imperial Brasileira, na pessoa do venerando e inofensivo Imperador, “figura decadente de velho coroadado”, como disse num de seus artigos; da Princesa Imperial, “Imperatriz precoroadada” e de seu marido o Conde d’Eu, “soberano subalterno”. Triste absolutismo, dizia êle: de um lado “a ação do Imperador, apesar de quase extinta, revelada unicamente nos intervalos de luz crepuscular, em que a vida intelectual e o interêsse político lhe despertam adormentados”; e, de outro lado, “a intervenção imperativa da herdeira presuntiva e as pretensões imperatórias do Príncipe Consorte”. *Tirania trifauce*, acrescentava, “que se inaugurou com a moléstia do Imperador”, e que, com o declínio progressivo de sua saúde, cresce medrançosa em aspirações e conquistas iliberaes”⁵¹⁵.

Essa campanha que êle moveu contra a Monarquia e os seus homens, pelas colunas do *Diário de Notícias*, foi talvez uma das mais violentas que se tenham jamais visto no Império, e só ela valeu, multiplicado, tudo o que os jornalistas republicanos, mesmo os mais extremados, como Jardim e Trovão, escreveram para desmoralizarem o regime que nos governava. Para desferir seus ataques, tôdas as armas, todos os meios, todos os recursos lhe pareciam legítimos, inclusive o de atirar as classes armadas contra os Governos da Monarquia, exci-

(514) “Um regime que organiza guardas pretorianas contra as instituições liberais, — escrevia êle no *Diário de Notícias* (no artigo *Trono e Mazorca*), — e entrega os direitos populares à escopeta dos bandidos”. — Em outro artigo seu (*Instituições e Príncipes*), a Monarquia era uma “coisa senil, gangrenosa, contagiadora, que apodrecia no Brasil”. E, mais adiante: “No código da moral monárquica atualmente em vigor, o desprezo público é o bálamo que preserva os Governos de incorrerem no desprezo da Coroa. Quanto mais infamado um Gabinete, tanto mais seguro, tanto mais exuberante de vida imperial, tanto mais apoiado no Paço contra a opinião”.

(515) Idem.

tando-lhes os brios, pondo em xeque a sua honra e cavando, assim, ainda mais, o sulco de indisciplina que já existia em suas fileiras⁵¹⁶. Foi então que se inaugurou entre nós êsse péssimo sistema, que iria tanto frutificar depois, no regime republicano, de os políticos desviarem as classes armadas de suas obrigações militares para jogá-las contra as instituições vigentes — tôda vez, naturalmente, que se viam contrariados em suas ambições políticas ou em dificuldades para escalamem pelos meios legais os degraus do poder.

No entanto, anos mais tarde, quando êsse mesmo Rui disputava a presidência da República a um Marechal do Exército, nenhum homem público no Brasil protestaria com mais força e tamanha indignação contra o perigo da intromissão dos militares na vida civil da nação⁵¹⁷; como nenhum se colocaria com tanto ardor combativo à frente de uma *campanha civilista*, alertando as instituições contra a ameaça da *farda*, contra a prepotência da *espada* e contra a voz do *canhão*⁵¹⁸, — esquecido de

(516) Procurando indispor o Exército com o Gabinete João Alfredo, êle dizia que a expedição a Mato Grosso, comandada pelo Marechal Deodoro, não passara de uma "odiosa maquinação contra os nossos soldados" (Artigo *Exército punido*). Noutro artigo, intitulado *Lippe sem regimento*, êle comparava a vida nos quartéis à do antigo cativoiro dos escravos, uma vez que o Govêrno via no soldado a "ressurreição do escravo e nos quartéis uma espécie dos antigos quadrados onde o Negro recebia a ração e a tarefa". "O Exército, — acrescentava nesse artigo, — há de aprender à sua custa a reconhecer que não vale mais do que um rebanho de animais de carga e de tiro, contra o qual a Coroa exerce livremente o seu arbítrio nas expedições mantidas em Mato Grosso, nas promoções de acesso, nas reorganizações dos institutos militares e nesse infinito número de cornéas, que trazem o soldado brasileiro debaixo dos pés de um regime de manha e prepotência, força e corrupção".

(517) "Não pode haver num Estado constitucional maior mal, dizia êle num discurso no Senado, perigo maior, desgraça mais séria, do que atos de indisciplina pública, em que Generais, no exercício de missões de confiança incumbidas pelo Govêrno, dêste prescindam para se assegurarem dispostos a tomar medidas de repressão contra a lei e as liberdades constitucionais".

(518) Seu "intuito persistente, — declarava êle no Senado, — era denunciar as explorações das forças militares pelos interesses políticos, que as têm invadido e que com elas jogam em proveito de ambições pessoais ou coletivas, de falsos interesses nacionais e de acomodações reprováveis".

que essas mesmas instituições republicanas que êle tanto se extremava em defender contra o perigo militarista, eram produto dessas mesmas fardas e dessas mesmas espadas, que êle fôra tirar, em 1889, dos quartéis de São Cristóvão, para lançá-las contra o regime constitucional que vigorava no Brasil fazia mais de meio século.

A cisão republicana de 1888

As colunas republicanas dêsses três jornais cariocas nem sempre afinavam pelo mesmo tom. Porque refletiam as duas tendências, ou melhor, as duas correntes que dividiam então os republicanos — a corrente democrática e evolucionista, a cuja frente estava Quintino Bocaiúva, e a corrente ditatorial e revolucionária, dirigida por Silva Jardim.

Até 1887 o movimento republicano se fizera sem maiores atritos entre quantos defendiam os seus ideais. Se nem sempre estiveram de acôrdo em muitos de seus pontos de vista, de uma maneira geral se respeitaram e mais ou menos se entenderam, inclusive sôbre a direção geral do movimento. Foi a partir dêsse ano, ou melhor, a partir do Congresso Republicano que se reuniu na Côrte em junho de 1887, que essa, pelo menos aparente, harmonia começou a faltar. Transformar-se-ia numa profunda divergência no ano seguinte, sobretudo em seguida à votação da lei de 13 de Maio, com a entrada para o republicanismo de novos elementos, novos sobretudo na idade, jovens de idéias inflamadas, os quais, na impaciência de chegarem à República o mais depressa possível, começaram a se rebelar contra o que êles consideravam a apatia dos velhos chefes, seus processos dilatatórios e a tolerância com que se iam conformando com a continuação do regime monárquico. “Em 1888, diz George

Boehrer, ocorreu um rápido aumento de membros do Partido e a situação mudou. A introdução desses novos elementos, conservadores em idéias, porém mais impetuosos do que os líderes amadurecidos, fez surgir a exigência de um rápido fim da Monarquia, exigência que encontrou oposição da parte da velha guarda, que desejava manter os princípios estabelecidos em 1870 e duvidava sinceramente de que o Partido estivesse, em 1888, bastante forte para empreender com êxito uma revolução⁵¹⁹.

Foi à frente dessa corrente que apareceu esse estranho personagem que foi Antônio da Silva Jardim, uma das figuras mais exaltadas, que têm surgido no Brasil, algo visionário, mas profundamente sincero, de uma impetuosidade, de um calor e de uma exaltação que chegavam às raias do impossível. E de uma fé, de uma convicção em si mesmo e na causa que defendia, como não se terão visto iguais depois. Era um rapaz de menos de 30 anos, mas com a formação revolucionária de um antigo combatente. Logo se impôs a todos que o cercaram, impressionados pela honestidade de seus sentimentos republicanos e a impetuosidade de seus ataques contra tudo que pudesse dificultar ou entorpecer a marcha em direção à República. Tinha a fibra de um verdadeiro condutor de homens, e apesar de ter sido afastado pelos seus adversários, Quintino antes de tudo, das reuniões realizadas pelos republicanos ao cair da tarde de 15 de novembro, de onde resultaria a instituição da República, ele teria, certamente, desempenhado um papel de suma importância nos anos turbulentos que se seguiriam à implantação do novo regime, se não tivesse sido tragado pelo Vesúvio quando fazia uma excursão pela Itália. Tinha apenas completado 30 anos.

(519) *Op. cit.*

“Na situação presente não há outro chefe possível senão o Jardim, escrevia Aníbal Falcão a Martins Júnior em carta datada da Côrte, de 19 de janeiro de 1889. É um bom chefe. Orientação segura, rara fôrça de vontade, admirável coragem, atividade indefessa e a necessária ambição — nenhuma qualidade política lhe falta”. Dizia depois que era necessário “consagrar Jardim” como chefe do Partido Republicano Brasileiro, dado o reduzido número de “pessoal republicano em cuja competência se pode confiar”⁵²⁰. Foi êsse homem, seguido de um numeroso grupo de adeptos entusiastas, que ateou, por assim dizer, o incêndio no acampamento dos republicanos da Côrte, lançando archotes por todos os lados, espalhando a desordem e a confusão por tôda a parte e pondo em brio os velhos chefes que vinham até então vivendo no *dolce far niente* de um republicanismo conformista, à espera que a Monarquia se apagasse por si mesma ou, na melhor das hipóteses, se extinguisse com a morte já esperada do Monarca.

O primeiro sintoma sério de cisão entre os chefes republicanos da Côrte apareceu em dezembro de 1888, quando a direção geral do Partido negou seu apoio ao comício promovido por Silva Jardim, a igual, aliás, do que já havia feito com um outro encabeçado por Lopes Trovão. Mas, apesar daquela proibição, o comício se realizou, degenerando logo em pancadaria entre os próprios republicanos, e por pouco não acabou com a morte de Jardim. Foi o começo do esfacelamento do Partido, para o que concorreram ainda mais os atritos que se vinham dando entre as várias correntes que o dividiam. “Havia, dizia Aristides Lôbo, muitos republicanos que amavam a idéia da República, mas achavam que era ainda prematuro pô-la em prática”. Eram os que enten-

(520) Carta comunicada pelo Ministro Cardoso de Miranda.

diam que se devia esperar pela morte, que não devia estar longe, do Imperador, para se congregar então tôdas as fôrças contra a inauguração de um Terceiro Reinado. “Outros achavam que o tempo estava maduro para uma mudança de regime, mas o Partido não tinha chefe”. Quer dizer, o chefe que fôra por todos estimado e respeitado, Saldanha Marinho, já não podia mais guiar o Partido, velho e doente como estava; e Quintino Bocaiúva, que o substituíra, ou pretendia substituí-lo, não tinha qualidades para isso. Era o que pensavam Silva Jardim e os seus principais partidários, Aníbal Falcão, Alexandre Stockler, Coelho Lisboa, Ciro de Azevedo, Xavier da Silveira, Lopes Trovão, na Côrte; Francisco Glicério e Rangel Pestana, em São Paulo; Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Demétrio Ribeiro, no Rio Grande do Sul; Martins Júnior, em Pernambuco; Alberto Tôrres e Nilo Peçanha, na Província do Rio. “Outros admitiam a presença de alguns líderes, porém menosprezavam as fileiras. Havia os que negavam que o povo estivesse com o Partido, e outros esperavam que êle tomasse medidas sérias. Finalmente, os aristocratas, que desdenhavam trabalhar com o povo”⁵²¹, e entre os quais podiam ser incluídos os republicanos ligados por seus interêsses privados aos fazendeiros paulistas, quando não êles mesmos fazendeiros. Era, por exemplo, o caso de Campos Sales, que entendia que o Partido alcançaria a vitória pelos processos democráticos, ou melhor, acabando por ser, eleitoralmente, o partido mais forte, coisa, aliás, mais do que problemática, porque a julgar pelos escassos resultados que ia obtendo nos vários pleitos eleitorais em que se metia, essa esperada vitória só se daria, e na melhor das hipóteses, dentro de uns quinze ou vinte anos.

*

(521) George Boehrer, *op. cit.*

Convém ter presente que muitos chefes republicanos, mesmo entre os chamados “evolucionistas”, como o próprio Campos Sales, muito embora se batessem pela adoção de processos democráticos para se chegar à República, não se mostravam, entretanto, de todo refratários a se servirem para isso do elemento militar, que no caso era o Exército, sobretudo quando a insensibilidade da Nação a ser “republicanizada” os fêz compreender que a fôrça armada era ainda a solução mais fácil, senão mesmo a única, para se chegar a uma mudança de regime; e sobretudo mais rápida. Escrevendo a Saldanha Marinho em maio de 87, êsse mesmo Campos Sales dizia que os republicanos deviam aproveitar a “questão militar” para fazerem a República e que “sob tais circunstâncias, o Partido não tardaria a destruir a Monarquia”⁵²².

“A partir de 1887, — diz George Boehrer, — a chefia do Partido [*Republicano*] começou a considerar o Exército como meio de estabelecer a República”. Rangel Pestana, em São Paulo, insistia por que o Partido entrasse em entendimento com os militares a fim de realizar a “revolução”. E como encontrasse ali uma certa relutância a essa idéia, aproveitava uma de suas idas à Côrte para sondar, a respeito, Pelotas, Sena Madureira, Serzedêlo Correia e outros militares sabidamente simpáticos à República. Por outro lado Saldanha Marinho, entrevendo, naturalmente, a possibilidade de se aproveitar de Deodoro como instrumento para a implantação do nôvo regime, empenhava-se pelo sucesso de sua eleição a senador pela Província do Rio, cabalando nesse sentido junto aos seus amigos republicanos. Francisco Glicério, escrevendo, em 1888, a Quintino Bocaiúva, insistia com êste para que se collocasse à frente de uma revolta militar, a que o outro respondia aceitando, em princípio, a idéia, mas

(522) Ref. por George Boehrer, *op. cit.*

achando “que não chegara ainda o tempo”. Seu jornal, no Rio, *O País*, “fazia a maior agitação possível nos diversos conflitos entre o Govêrno e os militares, estimulando os últimos a desenvolver ainda maior atividade”⁵²³.

Na Província do Rio, Américo Werneck entendia que a República não somente só podia ser feita por meio das fôrças armadas, como ia mais longe: achava que ela instalada, o militar que se poria à frente da insurreição devia ser colocado, “mesmo contra a sua vontade”, à frente do nôvo Govêrno, “ao menos até que a sociedade entre nas condições normais de sua existênciã”. E acrescentava: “Se se entende por ditadura militar o fato de ser militar o primeiro presidente dos Estados Unidos do Brasil, eu aceito a ditadura militar”⁵²⁴.

O próprio Silva Jardim, que sempre se batera por uma República produto de revolução popular não desprezava, já no fim, o concurso militar, chegando à conclusão de que, mesmo com o auxílio popular, êsse concurso se tornava imprescindível. Em suas *Memórias* êle nos conta o plano que formara com Sena Madureira para a obtenção dêsse concurso, ou melhor, de obrigar o elemento militar a se definir pela República. Era um plano que nos parece hoje um pouco pueril, mas que os dois, ao que parece, levaram muito a sério, e só não chegou a ser tentado por ter sobrevindo a morte prematura de Madureira. Jardim deixou dito em que êle consistia: num *meeting* revolucionário, êles provocariam os monarquistas a que os atacassem, feito o que mandariam uma deputação ao Exêrcito, para que êste lhes mantivesse o direito de reunião; em seguida Jardim “oraria à tropa, que guiada por Madureira viria em nosso

(523) *Op. cit.*

(524) *Op. cit.*

auxílio, mostrando-lhe a necessidade da proclamação da República, e juntos aos civis marcharíamos contra os Ministros e o Palácio de São Cristóvão”. O essencial, terminava êle, “era ter o Exército conosco”⁵²⁵.

Aristides Lôbo era outro que embora partidário do republicanismo evolucionista, concordava em que não era o único caminho para se chegar à República, deixando entender que também êle aceitaria, em determinadas circunstâncias, o concurso dos militares, que “em conjunto, dizia, eram indiferentes ao republicanismo”, mas cujos elementos mais jovens se mostravam favoráveis à idéia. Mas o principal para êle era acabar antes com as divergências, as brigas e as rivalidades que devastavam as hostes dos republicanos, anulando todo o esforço para se dar vida ao Partido e tirá-lo da apatia em que caíra. “É triste, escrevia Aristides em junho de 1888, ver a atitude de indiferença, quase nula, em que se acha o Partido Republicano da Côrte perante os fatos eloqüentíssimos que se desdobram aos olhos do País”⁵²⁶.

*

As divergências que dividiam o Partido vinham, como já dissemos, do Congresso Republicano de 1887, se haviam acentuado no correr do ano seguinte para afinal explodirem em 1889, com um violento Manifesto de Silva Jardim contra os “chefes evolucionistas”, ou mais precisamente, contra Quintino Bocaiúva, a quem negava

(525) O mesmo pensavam os republicanos sul-riograndenses. Assis Brasil recordava, anos mais tarde, a decisão que êles haviam tomado na chamada “Reunião da Reserva”, de maio de 1888, e que se resumia no seguinte: “O Imperador deve ser atacado antes da implantação do 3.º Reinado, isto é, quando êle menos espera o ataque; o método preferível é o de virar contra o Império as suas próprias armas, isto é, fazê-lo atacar pelo Exército, sob a influência e direção do Partido Republicano” (Ref. in *Leôncio Correia, op. cit.*).

(526) Cit. por Leôncio Basbaum, *op. cit.*

predicados para ser o chefe do republicanismo brasileiro. “Não reconheço a chefia do Partido Republicano Brasileiro conferida ao Senhor Quintino Bocaiúva”, dizia êle, negando-lhe “radical e completamente o meu concurso à sua obra política”⁵²⁷. Acusava-o de velhice política precoce, que havia seis anos vinha mantendo o republicanismo brasileiro numa estagnação suicida; rejeitava com impetuosidade êsse pacifismo chamado “evolucionista”, e apelava para um programa declaradamente revolucionário e popular, muito embora não excluísse, também êle, o apoio das Forças Armadas, sem as quais achava mesmo que não seria fácil chegar-se à República⁵²⁸. Rebelava-se contra as idéias democráticas do Manifesto de 1870, que considerava ultrapassadas, só tendo servido, até então, para nivelar e mesmo confundir o Partido Republicano com o Partido Liberal. Finalmente, dizia que os velhos chefes republicanos eram incompetentes, já estavam completamente gastos, e só se mostravam capazes de intrigas para a cobiça do Poder, chegando mesmo a acusá-los de cobardes: “Não possuem no terreno material os hábitos de bravura pessoal”, dizia⁵²⁹.

Suas convicções eram em favor de uma república ditatorial. Um republicanismo à Augusto Comte. Uma ditadura francamente revolucionária. Partidário da filosofia comtista, insurgia-se contra os princípios da Revo-

(527) *Op. cit.*

(528) Num dado momento, êle e Madureira haviam concertado um plano visando a obtenção do apoio militar, ou melhor, no sentido de obrigar o Exército a definir-se em favor dos republicanos. Consistia êsse plano na realização de um *meeting* “revolucionário”, com o fim de provocar “os nossos adversários a que nos atacassem. Travado o conflito, enviaríamos uma deputação ao Exército a que nos mantivesse o direito de reunião. Em seguida eu oraria à tropa, que guiada por Madureira viria em nosso auxílio. Mostrar-lhe-ia rapidamente a necessidade da proclamação da República, e juntos aos civis, marcharíamos contra os ministros e o palácio de São Cristóvão”. E concluindo: “O essencial era ter o Exército conosco” (A. da Silva Jardim, *Memórias e Viagens*).

(529) José Leão, *Silva Jardim*.

lução Francesa e da Revolução Americana, que serviam de padrão para os velhos chefes brasileiros. Não reclamava uma república despótica, como podia parecer, mas apenas um regime de fôrça, “tão forte quanto responsável, incumbido de permitir a livre expansão do progresso e garantir a ordem social”, segundo as expressões textuais de seu Manifesto, lançado por êle mas sabidamente escrito por Aníbal Falcão, que era para José Leão o “chefe pensante” da corrente jardinista⁵³⁰.

Vê-se por aí que a divergência que o separava da corrente quintinista era profunda e fundamental. Eram dois pólos, dois princípios, dois dogmas que exigiam, cada qual, meios diversos de ação. Duas atitudes políticas, assentadas em posições completamente antagônicas. Mas antes de tudo dois homens diferentes, duas naturezas que não se confundiam nem se comunicavam: de um lado um jovem exaltado e impetuoso, violento, orador inflamado e cheio de recursos, de uma ousadia e de uma coragem pessoal a tôda prova; e de outro lado um homem

(530) Era sabida a ascendência que Aníbal Falcão tinha sôbre Silva Jardim, a ponto de convencer a êste que devia aceitar o programa dos republicanos pernambucanos como base para o Partido Republicano Brasileiro que Jardim pretendia dirigir. Falcão tinha viajado para o Rio em Janeiro de 1889, encarregado por Maciel Monteiro e Martins Júnior de informar detalhadamente sôbre o movimento republicano na Côrte, sobretudo a divergência que separava Jardim de Quintino Bocaiúva. Chegando ao Rio, deixou-se empolgar pelos entusiasmos e o ardor patriótico de Jardim, mandando dizer para o Recife que êste era o mais capacitado para assumir a direção geral do republicanismo brasileiro; e sem ouvir seus chefes em Pernambuco, apressou-se em emprestar a completa adesão a Jardim do Partido Republicano Pernambucano, em condições tanto mais honrosas para Pernambuco, mandou êle dizer, quanto “Jardim está disposto a fazer do programa do Partido Republicano de Pernambuco o código político do Partido Republicano de todo o Brasil, tornando-se assim Pernambuco “o inspirador direto da organização republicana” (Carta de Martins Júnior a Belarmino Carneiro, do Recife, 14 de março de 89, comunicado pelo Ministro Cardoso de Miranda). Entusiasmado com semelhante perspectiva, não hesitou Falcão em emprestar completa solidariedade a Jardim, lançando, em nome do Partido Pernambucano, um veemente protesto contra a eleição de Quintino para a chefia do Partido Republicano Brasileiro, “desastroso documento, escrevia Belarmino para Martins, que produziu em todos os espíritos um triste efeito” (Carta de 26 de maio de 89, idem).

já entrado em anos, calmo, repousado, moderado nos gestos e na brandura de suas frases, pregando sua doutrina com a fé e a convicção de um verdadeiro apóstolo, refratário a levá-la na ponta de uma lança, antes ostentando-a apenas na pureza de seus princípios, na lógica de seus argumentos e na realidade das coisas vividas e sentidas, sem se deixar levar por sonhos ou divagações filosóficas.

Partindo do fato de que os republicanos eram ainda uma minoria política no Brasil, entendia que não era possível enveredar pelo caminho da força ou da violência armada para a realização de seus ideais, sob pena de provocarem uma guerra civil contra o que se opunha a sua prudência e todo o seu pacifismo. Achava, portanto, que o dever dos republicanos era terem paciência, terem a "sabedoria de esperar". Darem tempo ao tempo, muito embora não excluindo, em circunstâncias especiais, o emprêgo de "meios de ação", mesmo o recurso à revolução, desde que ela não partisse de uma iniciativa dos republicanos, mas de uma oportunidade que lhes dessem os seus adversários ou, melhor dizendo, de uma provocação. A Francisco Glicério, que lhe escrevia de Campinas, em março de 1888, concitando-o a aceitar uma solução militar para se chegar à República, êle respondia que não era chegado ainda o momento⁵³¹.

Insistia na necessidade de os republicanos continuarem na pregação de sua doutrina; de fazê-la aceitável pela propaganda, pela persuasão, pela catequização, pela evangelização. Inimigo de toda idéia de força e contrário, por temperamento, a todas as formas de violência, êle queria chegar à República sobretudo pela conquista dos espíritos, pela força do raciocínio, pelo argumento verdadeiro contra o argumento falso. É verdade que

(531) George Boehrer, *op. cit.*

seria visto montado a cavalo na manhã de 15 de novembro, êle, o mais civil e o mais “casaca” dos brasileiros, emparelhado com um general impetuoso e zangado. E, na confusão de toques de clarins, de vozes de comando, do arrastar de canhões e do trepidar de montarias, contribuir, quando menos não fôsse com a sua presença, para arrancar violentamente do trono o mais inofensivo e o mais pacífico dos monarcas, um velho trôpego e doente, incapaz já não diremos de tentar agarrar-se ao Poder, mas de articular sequer um simulacro de protesto. Uma tal atitude seria tão contrária aos seus sentimentos, ao evangelho republicano por êle pregado em tôda a sua vida, que só poderá ser compreendida, não como uma aliança com aquela rebelião armada, mas justamente o contrário, como um propósito de mostrar à posteridade, que a República, que êle havia pregado até então e estava prestes a ser implantada, não se achava encarnada na bôca daqueles canhões ou na ponta daquelas baionetas, e ainda menos no dourado daquelles uniformes, mas na modéstia da sua casaca preta e no chapéu mole de abas largas que lhe ensombrava a face esquelética do profeta da democracia.

Início da conspiração contra o Governo

Nos últimos dias de outubro de 1889 reiniciam-se os contactos entre os militares e civis republicanos. Como estamos lembrados, as tentativas feitas nesse sentido por êsses últimos, primeiro ao tempo ainda do Gabinete Cotegipe, depois poucas semanas atrás, não haviam dado resultado em virtude do retraimento e mesmo de certa repulsão que encontraram por parte de alguns militares, a começar pelo próprio Marechal Deodoro. Desta vez, porém, são os militares que tomam a iniciativa dêsses encontros, o que valia como uma quase certeza de successo. De fato, no dia 31 dêsse mês o Major Frederico Solon de Sampaio Ribeiro e o Capitão Mena Barreto iam procurar Aristides Lôbo em seu escritório da Rua do Rosário. Solon era comandante do 1.º Regimento de Cavalaria, aquartelado em São Cristóvão. Ao que parece, era essa a primeira vez que êle aparecia, influenciado não se sabe por quem, na trama que se começava a articular contra o Governo, emprestando solidariedade aos seus demais camaradas da 2.ª Brigada, unidade a que pertencia o seu regimento. Semelhante atitude sua não deixava, até certo ponto, de surpreender, pois, até então, êle vinha-se mantendo afastado de tôda manifestação que significasse hostilidade ou simples opposição contra o Governo, ou que exprimisse qualquer propósito de combater o regime monárquico. Recusara, assim, incorporar-se aos camaradas que tinham ido saudar Deo-

doro por ocasião de sua volta de Mato Grosso, como recusara igualmente, fazia apenas cinco dias, associar-se à manifestação que a oficialidade da 2.^a Brigada havia feito a Benjamim Constant, por motivo do discurso subversivo que êste pronunciara na Escola Militar da Praia Vermelha. Solicitado, no dia seguinte, a informar, como comandante interino do 1.^o Regimento, sôbre o caráter e a finalidade dessa manifestação, não lhe quis emprestar qualquer sentido político (quando todos sabiam que não tivera outra significação), dizendo que se tratava simplesmente de uma manifestação “de caráter puramente particular”, realizada depois que Benjamim acabara de dar a sua aula costumeira.

Por tudo isso, tinha especial significação o passo que êle dava agora, tomando a iniciativa de ir procurar os civis republicanos, significação não só pela posição de comando que êle ocupava no Exército, como pelo seu alto valor pessoal, suas qualidades de homem inteligente e extremamente sagaz, além dos predicados que iria revelar como conspirador. Ver-se-á daqui por diante o papel cada vez mais importante que êle irá desempenhar em todo o correr da conspiração, para terminar com a missão, mais do que tódas delicada, de ir entregar pessoalmente ao Imperador, na tarde de 16 de novembro, a mensagem do Marechal Deodoro participando a destituição da Monarquia e a deportação do Soberano e tódá a sua família.

Por sua inteligência bem aplicada, seu bom senso, sua sagacidade de espírito e incansável atividade, êle seria um elemento dos mais valiosos para o bom sucesso da conspiração. Pode-se mesmo dizer que se deve sobretudo a Solon grande parte dos resultados que se iriam colhêr nesse último período dos acontecimentos que precederam a queda da Monarquia. A êle e a Mena Barreto. Mena Barreto talvez não lhe ficasse atrás na tenacidade e cons-

tância de propósitos, na temeridade e espírito de decisão. Mas era por demais impulsivo, o que o levava a agir por vêzes irrefletidamente; ao passo que Solon tinha a seu favor, apesar de seu feitio exaltado, um absoluto contrôle de nervos e completo domínio sôbre si mesmo, o que o tornava fator decisivo nos momentos em que tantos se deixavam levar unicamente pela exaltação dos sentidos. Em carta que escreveria à sua viúva, anos mais tarde, Quintino Bocaiúva diria, referindo-se a quantos haviam contribuído para os sucessos de 15 de Novembro, que “nenhum foi mais abnegado, nenhum exerceu mais decisiva influência na proclamação da República do que êle”⁵³².

Foram, pois, Solon e Mena Barreto ao escritório de Aristides Lôbo, que era então um dos centros de reunião dos republicanos civis, e ficava numa espécie de sótão, no mesmo prédio onde Saldanha Marinho tinha o seu próprio escritório. Os militares encontravam-se geralmente, em casa de Benjamim Constant, no campo de Santana. E, de agora em diante, também em casa de Solon. A casa de Deodoro só era freqüentada pelos seus amigos mais chegados, geralmente oficiais do Exército, e a numerosa parentela. Esse encontro de Solon e Mena Barreto com Aristides Lôbo consistiu, sobretudo, numa troca de impressões sôbre a maneira de se encaminhar a conspiração contra o Govérno, encarecendo Aristides na necessidade de ela ser articulada com as fôrças do Exército, pois o golpe que se pretendia dar contra o Ministério, para ser bem sucedido, teria que ser sobretudo militar, já que os elementos civis não dispunham de recursos para tanto. Tudo o que êstes podiam fazer, por enquanto, era prosseguirem na campanha de imprensa de desmoralização e enfraquecimento do Govérno.

(532) Carta de 31 de julho de 1902, Ernesto Sena, *Deodoro*.

Dentro dessa ordem de idéias, reuniu Solon em sua casa, no dia 3 de novembro, o pequeno grupo dos oficiais conspiradores, Mena Barreto à frente. Apareceu ali também o tenente Trajano de Meneses, que acabava de chegar do Rio Grande do Sul, de cuja guarnição fôra retirado, segundo constava, a pedido do Presidente da Província, Conselheiro Silveira Martins, por ser êle tido como republicano. Foi então classificado no 9.º Regimento de Cavalaria, em São Cristóvão, quer dizer na 2.ª Brigada, que era já o foco da conspiração e o quartel-general dos oficiais republicanos... Nessa reunião em casa de Solon ficou definitivamente assentada a participação daquele regimento.

No dia seguinte, 4, vamos encontrar Mena Barreto reunindo no 1.º Batalhão um grupo de oficiais, entre os quais o Major Marciano de Magalhães, irmão de Benjamin Constant, e os capitães Osório de Paiva e Silva Travassos. Discutiu-se abertamente o golpe que se preparava, não importando que estivessem ali presentes êsses dois oficiais, considerados "amigos" do Governo. Convidados a se manifestarem, Osório declarou que estaria "em princípio" a favor do movimento, mas que não lhe daria adesão. Travassos não escondeu suas queixas de Deodoro; não gostaria, assim, de segui-lo se êle se pusesse à frente da insurreição. Contudo, não duvidaria de mudar de idéia se a coisa tomasse a feição de defesa da classe, ou dos "brios do Exército". Marciano prometeu o apoio de tôda a 2.ª Brigada, sob o comando inteiro de Silva Teles, salientando, entretanto, que ela dispunha apenas de 200 tiros de canhão; ao que Mena Barreto respondeu que iria diligenciar para a vinda de munição do depósito do Campinho. Como se vê, os conspiradores não tinham dificuldade nem mesmo de se municiarem, e essas coisas se combinavam à vista de oficiais considerados fiéis ao Governo.

A atitude nessa reunião do Capitão Travassos, confessando seus ressentimentos de Deodoro, mas declarando que “marcharia” com êle se o Marechal se pusesse à frente de um movimento em defesa dos “brios” do Exército, mostrava a que ponto estava enraizada na classe militar, independentemente de suas ligações ou de seus compromissos com o Govêrno, o sentimento de que êste era seu inimigo, e tudo fazia para ofender-lhe os brios. Isso explica, até certo ponto, como era possível que um pequeno grupo de oficiais de baixas patentes, sem prestígio na tropa e alguns até sem comando, conspirassem quase que abertamente nos quartéis da guarnição da Côrte, quer dizer, nas barbas, como se diz, do Govêrno, com a conivência, pelo menos passiva, de oficiais tidos como de sua confiança. Seria possível que êsse Govêrno, contra o qual se conspirava de modo tão afrontoso, não soubesse de nada do que se passava ?

Evidentemente que isso não era possível, e a verdade é que nesses primeiros dias de novembro o Presidente do Conselho já havia sido prevenido de que se conspirava, de que havia “qualquer coisa” de suspeito nessas reuniões que se faziam cada vez mais frequentes, ora em casa de Deodoro, ora em casa de outros oficiais ou em locais sabidamente frequentados por republicanos. Mas êle não dava crédito às notícias que recebia, muitas delas anônimas. Sabia que êsses republicanos, já pelo pouco que eram, já pela nenhuma expressão política que tinham, estavam longe de poder ser, por si sós, uma ameaça para o Govêrno. E quanto aos militares, apesar do prestígio que representava a presença à frente dêles do Marechal Deodoro, o qual, aliás, não tinha, nesse momento, nenhuma comissão ou comando militar, não havia de ser um pequeno grupo de jovens tenentes, de mistura com uns poucos oficiais de patente mais alta, capitães, majores, um ou outro coronel, que iriam inquie-

tar o Gabinete. Até agora, pelo menos, êle podia confiar na fidelidade do grosso das fôrças da guarnição do Rio, bem como dos officiais-generais e officiais superiores que as comandavam.

Enquanto isso, continuava-se a conspirar. Nesse mesmo dia 4 de novembro, Mena Barreto, Sebastião Bandeira, os cadetes Tasso Fragoso e Lauro Müller, com outros officiais do Exército, inclusive o tenente Clodoaldo da Fonseca, reuniam-se em casa de Deodoro. Clodoaldo era aquêle seu sobrinho a quem êle escrevera, não fazia muito tempo, quando o rapaz estava em Pôrto Alegre, aconselhando-o a não se meter em questões "republicanas" porque, dizia, República, no Brasil, e desgraça completa eram a mesma coisa. O que não impedia de estar agora recebendo em sua casa officiais e cadetes confessadamente republicanos, aos quais dava uma espécie de ordem final, um como que "toque de reunir", para levarem avante o movimento que preparavam contra o Govêrno.

É verdade que não se tratava, *por enquanto* de depor o Imperador, e muito menos de derrubar a Monarquia. Tudo que se visava era obrigar o Ministério a demitir-se. Já que isso não se podia fazer em têrmos legais e ordeiros, que êle fôsse então compelido pela Fôrça Armada. Era para êsse fim que Deodoro, inteirado pelos presentes de que já se achavam adiantados os contactos entre vários elementos da guarnição militar da Côrte, ou melhor, das unidades que compunham a 2.^a Brigada, que se faziam até então à sua revelia, não hesitou em dar o seu consentimento, dizendo que se podia "congregar as fôrças".

Mas a coisa não ficaria nisso, porque Benjamim Constant, também ali presente, aproveitando tão boas disposições do Marechal, logo tentou dissuadi-lo de que uma simples mudança de Ministério não adiantava grande

coisa, de vez que o mal que se procurava combater não estava tanto na existência dêsse e de outros Gabinetes da Monarquia, mas sim na irresponsabilidade com que êles governavam, com a plenitude de poderes de que dispunham, em virtude da decadência física e intelectual do Imperador, que já não tinha mais sombra de autoridade e não passava de um boneco nas mãos astuciosas de seus ministros.

Conta Lauro Müller que Deodoro, depois de ouvir os argumentos de Benjamim deixou-se ficar “longamente silencioso”, recostado à cadeira, apoiando a cabeça nas mãos cruzadas atrás, num gesto que lhe era habitual. Afinal, descruzou as mãos num rápido movimento e batendo-as, espalmadas, sôbre as coxas, respondeu gravemente:

“Você tem razão, Benjamim, o velho já não governa. Vamos fazer a República”.

Triste fim de vida do Imperador

Que Deodoro tivesse, nessa ocasião, concordado com a implantação da República, apesar dos sentimentos que, por mais de uma vez, manifestara, de hostilidade a essa forma de governo, é o que se pode, em princípio, admitir, se levamos em conta o seu feitio inconstante e contraditório, seu espírito impressionável, que se deixava levar pelo que melhor e mais convencidamente lhe falava à imaginação; e sobretudo a certeza, que ia aos poucos se fazendo em seu espírito, de que o País não podia mais contar com a autoridade do Monarca, tantas vèzes posta à prova no passado, dada a sua velhice precoce e o péssimo estado de suas condições de saúde. Opinião, aliás, generalizada, que não era sòmente daqueles que combatiam a Monarquia, mas também de muitos monarchistas, mesmo dos mais chegados ao trono ou à Família Imperial. Inclusive do Conde d'Eu, segundo o qual, como vimos atrás, o Imperador, depois da grave moléstia que sofrera em 1887, havia perdido grande parte da autoridade que sempre gozara junto aos nossos políticos, inclusive o interêsse que sempre tivera pela coisa pública e a mesma capacidade de ação para tê-la sob suas vistas. "Anda cada vez mais esquecido das coisas presentes e alheio aos assuntos políticos", escrevia Taunay em seu *Diário* à data de 19 de março de 1889⁵³³.

(533) O estado de decadência física e espiritual em que se encontrava o Imperador daria margem a que se fizesse as mais absurdas especulações em tórno do seu possível afastamento do trono. Vimos atrás

Por certo que não havia caído no estado de decrepitude com que alguns pretendiam apresentá-lo. Mas o seu estado mental não era mais o mesmo de antes. Não era mesmo normal, por sem dúvida, dadas certas particularidades que por vêzes apresentava, as contra-dições em que caía, as perguntas desconexas que fazia e algumas opiniões que emitia, positivamente desconcertantes. Diversas pessoas que conviviam com êle nesses últimos anos do Império notavam isso, inclusive desvios de memória, confusões de nomes e de coisas, embaralhar de fatos, tudo mostrando que havia, pelo menos, em seu estado geral, uma certa fraqueza cerebral. Mota Maia perdia-se em conjecturas à procura da razão de tais desordens, e perguntava a si mesmo se a causa era apenas a diabetes ou, o que seria pior, uma grave lesão cerebral.

Saraiva, numa das entrevistas que teria com o Monarca em junho de 89, sôbre a organização do Ministério que iria suceder ao de João Alfredo, bem que se apercebeu desse seu estado anormal, ao ser surpreendido, como êle diria, por uma pergunta “desconcertante e intempestiva” do Monarca. Conta Salvador de Mendonça

quando êle estava para chegar de volta da Europa, o que se cogitou a êste respeito nas altas esferas do Governo. Desta vez o *boato*, digamos assim, é dado pelo Encarregado de Negócios dos Estados Unidos — officio de 12 de maio de 1890, referido por Manuel Cardozo, *op. cit.* Segundo êle, o Visconde de Ouro Preto, prevendo a impossibilidade de o Imperador continuar por muito tempo na Chefia do Estado, e considerando, por outro lado, a dificuldade que sua filha teria em sucedê-lo, dada a impopularidade que gozavam ela e o marido, havia concertado um plano, segundo o qual o Imperador abdicaria a coroa e a Princesa lhe sucederia como Imperatriz, mas para logo em seguida abdicar também ela em favor do filho mais velho, o Príncipe do Grão-Pará que, menor, seria proclamado Imperador sob a tutela de uma Regência, composta da Princesa Imperial e de Ouro-Preto. Com isso a Monarquia seria mantida, e a Princesa Imperial, não podendo embora governar como Imperatriz, o faria em nome do filho, que ela teria a satisfação de ver coroado Imperador. O diplomata americano acrescenta que foi êsse plano, levado com conhecimento dos officiais que conspiravam contra o Governo, uma das causas que motivaram a precipitação da sublevação militar de 15 de Novembro. É inútil dizer que não encontramos, em nenhuma outra fonte, referência alguma a tal plano.

que na visita de despedida que fizera ao Imperador, em companhia de Lafayette, pouco antes de partirem para os Estados Unidos, o Monarca recomendara-lhes que estudassem “com todo o cuidado” a organização da Suprema Côrte de Justiça norte-americana, para o caso em que fôsse aconselhável transferir para o nosso Supremo Tribunal de Justiça as atribuições que a Constituição brasileira confiava ao Poder Moderador. “Dêem tôda a atenção a êsse ponto”, dissera-lhes o Imperador.

“Extravagante idéia”, comentaria mais tarde Rui Barbosa; que revelava o obscurecimento de sua inteligência, pois se êle se achasse senhor da sua razão natural, não lhe entraria na mente a esdruxularia de transferir a um tribunal judiciário a missão confiada pela Carta de 1824 ao Poder Moderador. As atribuições dêsse Poder constituíam em nomear os senadores, convocar extraordinariamente a Assembléa Geral, sancionar as leis, prorrogar ou adiar as sessões do Corpo Legislativo, dissolver a Câmara dos Deputados, nomear e admitir os ministros de Estado, agraciar as penas e conceder a anistia nos casos urgentes”.

“Imagine-se, continuava Rui, um corpo judiciário escolhendo os senadores, convocando, prorrogando ou adiando a Assembléa Geral Legislativa, sancionando ou vetando as leis, nomeando e admitindo os ministros, dissolvendo a Câmara dos Deputados! Evidentemente numa cabeça política não podia entrar desvario maior que a lembrança de confiar a um Tribunal de Justiça qualquer dessas funções, as mais essenciais e altamente políticas do regime. O príncipe reinante não conceberia êsse despropósito e não teria a fraqueza de o descobrir, se o seu claro entendimento se achasse ileso”⁵³⁴.

De fato era desconcertante. Mas se o seu estado não era de decrepitude, a verdade é que êle não era mais

(534) Entrevista concedida ao *Imparcial*, do Rio de Janeiro.

o mesmo de antes, isto é, o homem que fazia e desfazia situações políticas, que controlava, nos menores detalhes, tôda a administração do País, centralizando, por assim dizer, em suas mãos a vida inteira da Nação, impondo sua autoridade e espírito público à consideração e respeito de todos. Em suma, “já não mais governava”, como se dizia por tôda a parte e repetia agora Deodoro⁵³⁵ como também se dizia que a pretexto de poupar-lhe a saúde e de evitar-lhe maiores aborrecimentos, Ouro-Prêto, de conluio com o médico do Monarca, o Conde de Mota Maia, ocultava-lhe sistematicamente a verdade dos fatos, não o pondo assim a par dos perigos que ameaçavam as instituições, sobretudo das dificuldades que os militares criavam para o Govêrno e das medidas que êste tomava para defender-se delas. *Pare*, dizia o ministro da Itália, *que S. M. fosse al bujo delle vere condizioni morali in cui versavano l'Esercito e la Marina, e ignorasse l'inconsulta ostinazione del Governo, di voler far partire, nonostante una già manifestata contrarietà, i battaglioni di cui ho fatto parole più sopra*⁵³⁶. O próprio Conde d'Eu confessava, escrevendo ao pai, que Ouro-Prêto só lhe dava conhecimento, e assim mesmo em longos intervalos, dos papéis considerados “indispensáveis”⁵³⁷.

(535) “Aquêle que ainda ontem era senhor do Império, — dizia Ferreira Viana em discurso na Câmara, — hoje não é senhor de si mesmo”. “Éramos governados por um Rei moralmente morto”, dizia Rui Barbosa em uma das suas *Cartas de Inglaterra*.

(536) Offício de 18 de maio de 1889. — O Ministro queria referir-se às forças do Exército que o Gabinete João Alfredo havia mandado para Mato Grosso com o Marechal Deodoro, consideradas então como pouco seguras, e que o Gabinete Ouro-Prêto consentira em que voltassem com o Marechal, mas que depois, dando-se conta do perigo que elas ofereciam, procurara afastá-las novamente da Côrte.

(537) Carta de 23 de agosto de 1888, ref. por Alberto Rangel, *op. cit.* — “O Chefe do Estado não tem senão por intervalos o sentimento de sua posição. — escrevia Rui Barbosa no *Diário de Notícias*. “Governa-o a camarilha; governa-o, acima da camarilha, a Princesa Imperial; governa-o, acima desta, o Príncipe Consorte”. No que se refere a êste, vê-se, pela carta que escrevia ao pai, acima citada, que Rui não tinha razão.

Era, de fato, senão em tudo, pelo menos em parte, a triste realidade. Referindo-se a esse estado de coisas, João Camilo de Oliveira Tôrres diz que uma das causas da decadência da Monarquia e, conseqüentemente, do progresso da idéia republicana era o afastamento, o desinterêsse, o quase abandono, pelo Imperador, dos negócios do Estado. E isso devido, por um lado ao seu precário estado de saúde, à diminuição de suas qualidades de discernimento e de seu interêsse pelos assuntos do Estado; e por outro lado à ascendência que os últimos Presidentes do Conselho haviam tomado sôbre êle, ampliando cada vez os seus poderes e a sua esfera de ação. “A vigilância imperial entrara em declínio, — escreve esse historiador, — não tanto pela moléstia do Imperador, como acentua Rui, que fazia do mau estado de saúde de Sua Majestade o tema político de agitação, mas principalmente pela ascendência do Presidente do Conselho, ajudado, aliás, pela situação desfavorável do organismo do Soberano. O Brasil na quadra de 80, principalmente depois da volta dos conservadores, em 1885, passara a ser governado, administrado, dirigido pelos Presidentes do Conselho”⁵³⁸.

Referindo-se a essa situação, dias depois da subida de Ouro-Prêto ao poder, mandava dizer para Londres o Ministro inglês que apesar de o Imperador continuar presidindo o Conselho de Ministros uma vez por semana, seu médico, que raramente o deixava, não consentia que êle se ocupasse de coisa alguma que pudesse dar-lhe aborrecimentos, e que o Monarca ficava assim imperfeitamente informado do que ia acontecendo no País. Acrescentava que semelhante estado de coisas provocava violentos ataques da imprensa republicana, com a acusação de que o Império estava sendo governado pelo médico

(538) *O Presidencialismo no Brasil.*

do Paço e seus amigos, e que essa situação não podia mais ser tolerada. “Uma sensação de mal estar anuncia que o Império se acha na iminência de uma grave crise”, concluía o diplomata inglês.

Por sua vez escrevia, nessa mesma ocasião, o Ministro de Portugal:

“O estado de saúde de Sua Majestade não lhe permite exercer as graves e delicadas funções de Chefe de Estado com inteiro conhecimento de causa nem, por consequência, com o acerto com que dantes exercia. Sua Majestade não lê atualmente os jornais; não tem conselheiros íntimos, leais, esclarecidos, como o falecido Visconde de Bom Retiro; e entre as pessoas que o rodeiam, não há uma só que possa informar acêrca dos fatos que Sua Majestade mais precisa conhecer, afim de poder exercer oportuna e acertadamente as prerrogativas que a Carta Constitucional lhe confere”⁵³⁹.

Era, em verdade, um triste fim de vida! Precoce-mente envelhecido, aos 64 anos de idade, com o organismo seriamente afetado pela moléstia insidiosa que o atacara havia dois anos, êle via aproximar-se o acabar de seus dias sob as mais sombrias perspectivas, fim que podia ser também o do seu longo e frutuoso reinado. No seu refúgio de São Cristóvão ou nas salas silenciosas de Petrópolis êle vivia, por assim dizer, uma vida de quase recluso, longe de tudo e de todos, entregue a si mesmo. Já não tinha mais a companhia daqueles homens que haviam sido, por tantos anos, não diremos seus confidentes, porque aquela natureza fechada jamais se abria inteiramente a ninguém, nem mesmo à única mulher que o sensibilizou na vida, a Condessa de Barral, mas os poucos amigos que tivera, com os quais se havia acostumado a aconselhar-se em seus momentos de dúvidas ou de incertezas. A morte os levara a quase todos, um a um, deixando-o só e abandonado.

(539) Officio de 17 de junho de 1889.

Francisco Otaviano e Pedreira (Bom-Retiro), os últimos de seus companheiros de infância, já não mais existiam: Bom-Retiro falecera havia três anos, e Otaviano o seguira de perto. Rio-Branco, o Visconde, que havia sido, dos políticos, um dos que êle mais se afeiçoara, pela sua clarividência de espírito, probidade e capacidade de ação, havia desaparecido fazia agora nove anos. Com êle se fôra também Caxias, que o Imperador se acostumara a ver a seu lado desde a sua primeira mocidade. Abaeté, outro que o acompanhara desde os comêços do Reinado, falecera em 1883. Outros, muitos outros, que o haviam ajudado a construir o Império, também já haviam partido — Itaboraí, Uruguai, Zacarias, Sapucaí, que fôra seu mestre, Furtado, São Vicente, o velho Olinda... Cotegipe lá se fôra em fevereiro dêsse ano de 89. Ficara Sinimbu, um dos últimos dessa brilhante plêiade de estadistas, carregando o pêso de seus 80 anos bem contados; e, com êste, Saraiva, de uma geração mais recente, Muritiba e o segundo Paranaguá, que desfrutavam um pouco de sua intimidade, e João Alfredo, ainda em pleno viço. Eram os únicos que lhe restavam, que lhe podiam ainda amenizar um pouco o isolamento em que vivia e a frieza da sua triste velhice.

Porque não havia de ser junto ao seu povo que êle iria encontrar êsse conchego, pois todos sabemos que nunca fôra um homem popular. Nunca o fôra, nem jamais tivera, ao que se sabe, desejo de o ser. Nunca fôra homem de inspirar entusiasmos, de criar dedicações incondicionais, e é fato que o seu feitio reservado e distante, algo frio, muito embora despido de formalismo, era o menos propício para torná-lo um ídolo das multidões ou alvo simplesmente da simpatia popular. Não tinha sensibilidade, acentua Alberto de Carvalho, “e viveu no nosso país tropical sem paixões, sem afetos,

frio e glacial como um homem do Norte”⁵⁴⁰. Daí o Visconde de Taunay dizer que passara a vida isolado, “sem um amigo pessoal”⁵⁴¹, sem um coração grato e dedicado, vendo tão-sòmente em tórno de si a aridez afetiva de que propositalmente se rodeara”⁵⁴².

· Apreciando essa falta de receptividade com que o Imperador era acolhido pelos nossos políticos, dizia Eça de Queirós que estes, se bem reconhecessem os serviços que o Monarca havia prestado ao Império, não o estimavam, devido ao “seu feitio excessivo de sócio do Instituto de França”. E acrescentava: “A ciência do Imperador, concentrada na Arqueologia, na Filosofia e na Astronomia, não era de natureza a torná-lo estimado entre os brasileiros, que nas manifestações da inteligência só se entusiasmavam pela Eloquência e pela Poesia”⁵⁴³. Ora, o Imperador não era, nunca fôra nem orador nem poeta. Para que fôsse orador era preciso que tivesse o dom, como se diz, da palavra, muito embora se exprimisse com facilidade e em certas ocasiões mesmo com exuberância; mas desprovido de eloquência. Por outro lado, êle tinha uma voz fina e aflautada, contrária a tôda concepção da oratória, e que chocava a quantos o ouviam, dado o contraste que fazia com o tamanho do corpo e todo o seu ar pesado e cheio de dignidade.

(540) *Império e República ditatorial.*

(541) Mesmo Luís Pedreira (Bom-Retiro) e Francisco Otaviano, seus antigos companheiros de jogos infantis, jamais gozaram de sua intimidade, sendo ambos tratados quase que no mesmo pé de igualdade que os demais políticos do tempo. Apenas Pedreira tinha suas entradas francas no Paço, o que lhe dava um acesso mais fácil e mais direto junto ao Monarca. — Pelas cartas escritas pelo Imperador à Condessa de Barral, hoje divulgadas, pode-se talvez afirmar que tenha sido essa mulher a única pessoa a quem êle sinceramente se afeiçoou em tôda a sua vida. Mas apesar de ter sido uma afeição indisfarçavelmente amorosa, o Monarca nunca deixou de tratá-la, nessas cartas, por “Condessa”; e êle, se em muitas delas se assinava simplesmente P. (Pedro), em várias outras, mesmo nas últimas, quer dizer, quase trinta anos depois de uma ininterrupta convivência, se assinava D. P. (Dom Pedro).

(542) *Reminiscências.*

(543) *Cartas inéditas de Fradique Mendes.*

Quanto à Poesia, é certo que gostava de fazer versos. Era mesmo uma das suas poucas vaidades. Mas para se revelar um mau poeta, muito embora algumas das produções que lhe foram atribuídas possam ser tidas como impregnadas de um verdadeiro sabor de poesia, em contraste chocante com outras sabidamente da sua autoria, o que nos deixa até hoje duvidando de que lhe pertençam realmente.

Os republicanos paulistas são informados da conspiração

No Rio, os civis republicanos continuavam a não ser recebidos por Deodoro, o que não impedia, entretanto, de êles se encontrarem com alguns dos officiaes que freqüentavam a casa do velho Marechal. Assim, no dia 5 de novembro Aristides Lôbo se avistava novamente com Mena Barreto, para tratarem de um possível apoio de alguns corpos da guarnição militar de São Paulo. Mena Barreto prometeu escrever a um primo seu, ali aquartelado, o Alferes Gaspar Adolfo (de Mena Barreto), no sentido de êste se pôr em contacto com Campos Sales, um dos principais chefes republicanos paulistas, a fim de combinarem um eventual apoio do 10.^o Regimento de Cavalaria, estacionado na Capital. “Apresente-se ao Dr. Campos Sales — dizia Mena Barreto —, grandes acontecimentos vão ter lugar nestes poucos dias, forneça-lhe os esclarecimentos sôbre os recursos com que poderemos contar nesse Regimento. Critério e muita cautela!”⁵⁴⁴.

Aristides Lôbo, por seu lado, ficou de escrever também êle a Campos Sales, o que fêz, de fato, nesse mesmo dia, informando-o do curso dos acontecimentos e concitando-o a reunir sem demora os elementos republicanos da Província, a fim de poderem intervir *com*

(544) *Reminiscências.*

eficácia no momento oportuno. “Dando-me parte, dirá Campos Sales, do que se passava no Rio de Janeiro, das confabulações entre os republicanos e algumas altas patentes do Exército, e me prevenindo que dispusesse os elementos paulistas de modo a poderem intervir com eficácia no momento oportuno, visto que, — acrescentava êle, — o movimento revolucionário ganhava terreno e tudo indicava a proximidade da ação decisiva”⁵⁴⁵. Pedia ainda que um emissário dos paulistas fôsse mandado ao Rio para se pôr em contacto com os elementos da Côrte e acompanhar pessoalmente a marcha da conspiração. Foi portador dessa carta o jornalista pernambucano Medeiros e Albuquerque, que a fêz chegar a Campos Sales por intermédio de um sobrinho de Aristides, ali residente. Medeiros levou também duas outras, escritas por Quintino, uma delas dirigida igualmente a Campos Sales⁵⁴⁶.

(545) *Da Propaganda à Presidência.*

(546) Diz José Maria dos Santos (*Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*), que Campos Sales, querendo certificar-se pessoalmente das possibilidades que havia para os republicanos, de se utilizarem das forças militares em favor da implantação da República, havia partido para o Rio, onde se avistara com Deodoro, Pelotas e Benjamim Constant, dos quais ouvira que “de maneira alguma se preocupavam com a proclamação da República, tratando-se apenas de resolver, de uma forma exemplar e definitiva, os velhos dissídios do Exército com o Governo”. “Nenhum dêles, — acrescenta aquêlê historiador, — se esqueceu mesmo de reafirmar a sua convicção de que a República só seria possível após a morte do Imperador”. Finalmente, que Campos Sales voltou do Rio tão deprimido e desconsolado com isso, que a uma indagação de Glicério, que o fôra esperar à saída do trem, respondeu: *Seu Chico, eu agora quero que a República... se lixe* — ou coisa semelhante, diz José Maria dos Santos. Não diz êste escritor quando Campos Sales fêz essa visita ao Rio, mas só podia ter sido em maio de 1887, porque depois disso só voltaria à Côrte por ocasião da posse do Ministério Ouro-Prêto, em junho de 89, e, nessa ocasião, nem Deodoro nem Pelotas se encontravam no Rio; o primeiro achava-se em Mato Grosso e o segundo, no Rio Grande do Sul. Devia ter sido, portanto, em maio de 87. Mas é duvidoso que êle se tenha avistado com os dois Marechais por essa ocasião (ou qualquer outra antes de 15 de novembro), sobretudo para sondá-los quanto à possibilidade de se instituir a República. As relações que tinha com ambos não o autorizavam a tanto, e a prova é que para sondar Pelotas a êste respeito não se animou a fazê-lo pessoalmente, teve que pedir o concurso de Serzedêlo Correia, amigo de ambos, conforme deixamos dito páginas atrás.

Inteirado do que se passava na Córte, Campos Sales não esperou: logo convocou os principais chefes republicanos de São Paulo — Bernardino de Campos, Rangel Pestana, Prudente de Moraes, Francisco Glicério e outros, ficando então assentado que êste último, chefe republicano de Campinas, seria o emissário de confiança que iria ao Rio. Chegou, de fato, aí a 8 de novembro, entrando imediatamente em contacto com os republicanos cariocas. Foi só então, quer dizer, duas semanas antes da implantação da República, que os republicanos paulistas tiveram conhecimento, em fonte segura, de que se tramava uma conspiração contra o Govêrno. Mas tiveram conhecimento apenas de que se conspirava, ou melhor, de que alguns militares da guarnição do Rio conspiravam, não se sabendo, porém, exatamente, em que consistia essa conspiração ou que fins ela realmente visava, tudo dependendo ainda da natureza e da extensão que teria o concurso já prometido do Marechal Deodoro, coisa que os próprios oficiais da sua intimidade não podiam ainda dizer ao certo.

É verdade que na reunião que tinha havido em sua casa na noite de 4, Deodoro se mostrara decidido a acabar com a Monarquia, já que, dizia êle, não se podia mais contar com o Imperador, dado o seu estado de incapacidade física e mental para continuar governando. Mas êle tomara uma tal decisão, por assim dizer, pressionado pela exortação que lhe fizera Benjamim Constant e quantos o cercavam naquela noite, e não seria nada de admirar se êle voltasse atrás amanhã, levado por seu conhecido feitio inconstante e contraditório. Deodoro concordara, parece certo, num dado momento, com a extinção da Monarquia. Mas todos sabiam que o Imperador, apesar de decrépito, como se dizia, continuava a merecer-lhe todo o respeito, tôda a estima e a maior veneração, nada tendo pessoalmente contra êle. Lamem-

tava apenas que devido ao seu estado de saúde o Monarca não pudesse mais ocupar-se, como fazia antes, dos negócios do Governo, e se deixasse manobrar por seus Ministros e alguns apaniguados do Paço. No fundo, já não mais governava. E justamente porque não mais governava é que as coisas andavam tão más.

Mas fôsse como fôsse, o fato é que o respeito, a estima e a veneração que Deodoro lhe havia sempre dispensado não tinham, em nada, diminuído. Ao contrário, só haviam aumentado com a velhice, os achaques e as tristezas que enchiam o fim de vida do velho Monarca. Ora, como então conciliar tais sentimentos com um possível ato seu de rebeldia contra êle, com um levante militar visando sua deposição e a extinção violenta do regime monárquico? É o que muitos perguntavam e ninguém podia responder, céticos que estavam ainda os que contavam com o concurso do Marechal à frente de uma sublevação militar.

Dois dias depois da chegada de Glicério à Côrte, quer dizer, a 10 de novembro, Aristides Lôbo escrevia novamente a Campos Sales, aconselhando-o a pôr Prudente de Moraes "ao fato de tudo", e acrescentando: "Êle deve ficar apercebido, bem como você, de que em momento dado podem ser precisos aqui". Dois dias depois era a vez de Glicério informar Campos Sales, por telegrama cifrado, de que "o Exército estava resolvido a fazer a revolução", e pedindo ao mesmo tempo que o informasse de seus contactos com os militares. "Mande notícia do 10.º de Cavalaria", dizia. Nessa altura, como se verá adiante, já os dois, Aristides e Glicério, tinham conseguido ser recebidos em casa de Deodoro, estando, assim, inteirados pessoalmente das verdadeiras disposições do Marechal, que *por enquanto* continuava, parece, concordando com que se aproveitasse o golpe que se tramava

contra o Governo para se acabar também com a Monarquia.

Apesar, porém, de auspiciosas que eram para êle essas notícias, parece que não causaram muita impressão no espírito de Campos Sales, que algo cético, não acreditava muito na “revolução” dos seus amigos do Rio. “As notícias chegadas, confessaria êle mais tarde, para muitos indicavam apenas uma crise a resolver por uma simples mudança de Ministério”⁵⁴⁷, e uma tal solução, como era natural, não podia satisfazer os republicanos paulistas. Como não satisfazia igualmente os cariocas. Mas como êstes se encontrassem no próprio local da conspiração, e vinham acompanhando de perto o trabalho que aí se fazia em tórno de Deodoro para convencê-lo definitivamente da necessidade de se acabar de uma vez com a Monarquia, sempre tinham a esperança de que o golpe que se projetava não ficasse limitado a uma simples mudança de Ministério. Tudo dependeria, porém, de como êle se processaria e de suas consequências imediatas, sobretudo de como poderia prestar-se a ser explorado em favor de uma mudança de regime político.

(547) *Op. cit.*

Novas afirmações de Deodoro em favor da República

A igual dos encontros entre os civis, sucediam-se as reuniões entre os militares que se faziam geralmente agora em casa de Deodoro. No dia 5 de novembro o Major Solon tinha com êle uma longa entrevista. Apesar do que dissera o Marechal ainda na véspera à exortação que lhe fizera Benjamim Constant, Solon não acreditava muito que êle estivesse, de fato, disposto a acabar com a Monarquia, pois seria ir de encontro não sòmente aos seus sentimentos políticos, à sua aversão à República, como à dedicação, à veneração que continuava a ter pelo velho Monarca. Ainda porque as suas queixas não eram pròpriamente contra o regime, mas sim contra o Ministério, contra o Govêrno, ou mais precisamente contra Ouro-Prêto, alvo de tòda a sua irritação, e a quem attribuía a propalada perseguição que se fazia contra o Exêrcito. Quanto ao Imperador, êle se limitava apenas a lamentar que não estivesse mais em condições de poder reinar.

Não acreditando, assim, que Deodoro já se tivesse conformado com o fim da Monarquia, procurava Solon convencê-lo de que uma simples ação contra o Ministério não adiantava grande coisa, repetindo, mais ou menos, o que Benjamim já lhe havia dito antes. Em todo o caso,

não resolveria a “questão militar”, como ficara, aliás provado com a demissão do Barão de Cotegipe. De fato, de que servira êle se retirar do Poder? Sucedera-o João Alfredo, quando houvera, em verdade, uma melhoria geral nas relações com os militares. Mas isso se devera ao problema da Abolição, que absorvera a atenção não só do Governo como de tôda a Nação. Mas logo que viera Ouro-Prêto as coisas voltaram a piorar, a situação se tornara novamente difficil e novos motivos de atritos se abriram entre o Governo e os militares. A solução, pois, teria de ser radical, isto é, acabar com a Monarquia, pois todo o mal provinha, se não do próprio regime, em todo o caso da maneira como êle vinha sendo praticado, em virtude da incapacidade do Imperador para governar, passando, assim, o poder para as mãos dos presidentes do Conselho, políticos já por demais conhecidos, deformados pelo uso e o abuso que faziam dos meios de govêrno. A extinção da Monarquia tinha, pois, a vantagem de se poder mudar tôda a clientela política da Nação, de se proceder a uma renovação total dos homens de govêrno, e com a vinda de gente nova, ainda não comprometida ou desvirtuada com o uso do poder, encaminhar o país por outras vias, com outros horizontes e outra feição de vida.

Deodoro a tudo ouviu com atenção. E sem se deixar ganhar inteiramente pelos argumentos de Solon, mostrou-se inclinado a concordar com êles. “É certo que tenho afeição pelo Imperador, concluiu; tenho procurado mostrar-me seu amigo e não desejava desgostá-lo nem vexá-lo. Mas se é forçoso, paciência, sacrifique-se tudo”⁵⁴⁸.

(548) Leôncio Correia, *op. cit.* — Conta Sebastião Bandeira (15 de Novembro. *Contestação a Suetônio*) ter ouvido do então Coronel Melo Rêgo, que visitando êste a Deodoro, nos primeiros dias de novembro, presentes Solon e o Coronel Andrade Vasconcelos, o Marechal dissera, no calor de uma discussão sôbre os pretendidos maus tratos que o Exército

Dando conta, dois dias depois, dessa entrevista com Deodoro, não escondeu Solon quanto saíra dela animado, “convencido, disse, à vista de suas declarações, de que êle nos prestaria sua influência moral e lutaria pela República”. Isso disse Solon a Benjamim Constant no Instituto dos Meninos Cegos, presentes também Mena Barreto, Bandeira e Quintino Bocaiúva, sendo esta a primeira vez que o último se entendia com os militares sôbre a possibilidade de se fazer a República. Ficou então assentado, diz Bandeira, “congregar os chefes republicanos em tórno do General Deodoro, a fim de haver completa solidariedade”. Foi quando Mena Barreto, virando-se para Quintino, assegurou-lhe que “a revolução ia fazer-se”.

“Se o Exército não a fizer”, respondeu Quintino, “iremos ao 3.º, ao 4.º e ao 5.º Reinados”⁵⁴⁹.

Era a opinião corrente entre os republicanos, pois a mesma coisa diria Lopes Trovão, quatro dias depois, a Bandeira, convencidos que estavam aquêles de que sem a participação do elemento militar a República não seria jamais implantada no Brasil. A igual, aliás, de todos os grandes movimentos políticos que tem havido entre nós, quando o elemento civil, seja êle popular ou não, muitas vêzes instigador ou provocador dêsses movimentos, se mantém numa atitude de mero espectador no momento em que êles se processam, deixando tôda a responsabilidade nas mãos dos militares. Daí a Senhora Alzira Vargas do Amaral Peixoto dizer, com tôda a razão, que “revolução sem povo não é revolução: é golpe”⁵⁵⁰.

vinha sofrendo do Governo, que êle era monarquista; “mas se me convencer de que a Monarquia é incompatível com os interesses da Pátria, optarei pela Pátria”, palavras que pareceram muito estranhas a Melo Rêgo, pois êste nada sabia dos projetos de revolução já por assim dizer assentados aquêla altura.

(549) Sebastião Bandeira, *op. cit.*

(550) *Getúlio Vargas, meu Pai.*

E, de fato, as chamadas “revoluções” políticas que tem havido no Brasil, feitas tôdas elas com a participação ou por iniciativa das Fôrças Armadas, não passam a bem dizer de “golpes” militares, o que se chama vulgarmente “quarteladas”.

Tinha-se, pois, como certa, nessa altura, para a implantação da República, a participação do elemento militar, o que valia dizer que a Monarquia estava com os seus dias contados, tão frágeis eram os alicerces em que ela repousava. E tão convencidos estavam disso Benjamim e os seus amigos, que êste arriscou levantar, na noite de 7 de novembro, numa outra reunião havida no Instituto dos Cegos, o problema do destino a dar-se ao Imperador. “O que devemos fazer do nosso Imperador?” perguntou êle aos presentes: seu irmão Marciano Mena Barreto, os irmãos Saturnino e Aníbal Cardoso, Joaquim Inácio e Sebastião Bandeira. Fêz-se um grande silêncio, ninguém ousando dar uma opinião sôbre tão delicado problema. Foi quando acudiu Joaquim Inácio:

“Exila-se”.

“Mas se êle resistir?”olveu Benjamim.

“Fuzila-se”, retorquiu o Alferes.

Houve uma sensação geral de mal estar.

“Oh!” exclamou Benjamim, “o senhor é um sanguinário! Ao contrário, devemos rodeá-lo de tôdas as garantias e considerações, porque é um nosso patrício muito digno”⁵⁵¹

(551) Rocha Pombo, *op. cit.* — Tentou-se contestar, mais tarde, que o então Alferes Joaquim Inácio tivesse se exprimido assim, a propósito de uma eventual resistência do Imperador a ser exilado. Mas além de que há o testemunho de alguns dos presentes confirmando o fato, o mesmo teria a confirmação do próprio interessado, em carta a Ernesto Sena, dizendo que “no incidente em casa do Dr. Benjamim, a minha resposta tinha tôda a razão de ser, pois estando resolvido fazer-se a República, não poderíamos estacar diante de qualquer obstáculo. E foi para o

significar precisa e claramente que eu pronunciei aquelas palavras". Joaquim Inácio diz ainda, nessa carta, que "pessoalmente gostava do Imperador" (e imaginem se não gostasse!), e que foi ele que o acompanhou, com o Tenente-coronel Mallet, do Paço da Cidade ao Cais Pharoux, a fim de embarcá-lo na lancha que o transportaria para bordo do *Parnaíba*. Muito possivelmente para certificar-se de que o Monarca não oporia resistência a esse embarque, porque do contrário o Alferes não duvidaria em abatê-lo com um tiro de pistola (ver Ernesto Sena, *Deodoro*). — Com relação aos sentimentos de Benjamim Constant para com o Imperador, é fato que ele sempre confessou o respeito e a gratidão que tinha pelo Monarca, reconhecendo ao mesmo tempo as provas de "estima e a proteção" que recebera d'ele. Numa manifestação de despedida que lhe fariam os seus alunos do Instituto dos Cegos, poucos dias depois de implantada a República, ele diria — "e com grande prazer o repete" — haver "recebido constantemente do ex-Imperador do Brasil, o Sr. Dom Pedro II e de sua Família, as maiores demonstrações de estima e proteção" (M. E. de Campos Pôrto, *Apontamentos para a História da República*). Mais adiante veremos que extinta a Monarquia, Benjamim Constant era de opinião de que o Imperador devia ser internado, dadas as suas precárias condições de saúde, só tendo concordado com a deportação do Monarca para satisfazer seus colegas de Ministério, sobretudo Rui Barbosa, que foi, parece, o autor dessa idéia.



A sessão de 9 de novembro do Clube Militar

Saíram, pois, todos, muito animados dessa reunião em casa de Benjamim, persuadidos, sobretudo, de que se podia ter como assegurado o concurso de Deodoro para uma mudança de regime. Pois não dissera êle, na noite de 4, que se podia “congregar as fôrças”? Não concordara com Benjamim em que o Imperador não mais governava e não restava, por isso, outro recurso, senão “fazer” a República? E não se rendera êle depois à argumentação de Solon, no sentido de que uma simples mudança de ministros de nada adiantaria? E de que era preciso pôr de lado todo sentimento e ir até ao sacrifício do Imperador e das próprias instituições?

Tratou-se, pois, de apressar o movimento, mesmo para não dar tempo a Deodoro de mudar de opinião. Tinha-se agido, até agora, um pouco dispersamente, em reuniões de pequenos grupos, ora em casa de Deodoro, ora em casa de Benjamim, ora de Solon e de outros poucos oficiais. Essas reuniões vinham sendo, certamente, muito proveitosas; mas o principal que se tinha a fazer nelas já estava feito, e era preciso agora alargar o círculo da conspiração e procurar, quanto possível, comprometer o maior número admissível de oficiais, pois quanto maior fôsse êsse número, maiores seriam as possibilidades de sucesso. Pareceu, assim, que, para isso, o mais indicado seria uma reunião no Clube Militar, numa demonstração

conjunta de fôrça e de unidade de ação. Tanto mais quanto o presidente do Clube era Deodoro, e sua presença à frente de uma tal reunião lhe daria uma importância que não se precisava ressaltar.

Havia coisa de um mês, como vimos, Benjamim tentara obter que Deodoro convocasse uma sessão do Clube, isso logo depois que êste chegara de Mato Grosso, não logrando, entretanto, sucesso, por entender o Marechal que ela não era precisa — por ora, dissera êle então. Naquela ocasião, a intenção de Benjamim era unicamente agitar a classe militar, no sentido de indispor-la ainda mais com o Govêrno. Foi o que possivelmente compreendera Deodoro, razão porque não lha concedera. É certo que êle viera de Mato Grosso algo indisposto com o nôvo Gabinete por causa de alguns dos primeiros atos dêste, que muito o haviam desagradado, sobretudo a nomeação de Silveira Martins para a presidência do Rio Grande do Sul, quer dizer, de um de seus maiores inimigos, e justamente para uma Província onde êle estivera, não fazia muito tempo, como Comandante das Armas e, interinamente, como Presidente, deixando muitos amigos. Mas, apesar de tudo, nutria êle ainda boas disposições para com Ouro-Prêto, razão pela qual não concordou com a exploração que Benjamim tentou fazer contra o nôvo Presidente do Conselho, servindo-se, para isso, do Clube Militar.

Desta vez, porém, as razões que Benjamim apresentava para pedir a convocação do Clube eram outras, e até certo ponto razoáveis. Ainda assim, a primeira reação de Deodoro foi para recusá-la. Não por motivos políticos, mas unicamente pelo receio de que a sessão que se pedia degenerasse em puro debate acadêmico, sem nenhum resultado prático; e com a agravante de poder despertar a atenção das autoridades públicas. Tal foi, porém, a insistência de Benjamim, que êle acabou

cedendo, tendo então sido convocado o Clube para o dia 9 (novembro). Justamente para evitar o que Deodoro receava, fêz-se na véspera uma reunião prévia, com Benjamim e alguns poucos oficiais, para se combinar “o melhor modo de se evitar discussões durante a sessão”. Ficou então assentado, por proposta do Tenente-Coronel Jaques Ourique, que se entregasse a solução da questão militar a uma comissão de três membros, “com faculdade de obrar livremente depois de mais uma última e enérgica tentativa junto ao Govêrno, marcando-se-lhe o prazo de 24 horas para levar a têrmo a sua missão e dar conta do resultado ao Clube”⁵⁵².

É preciso dizer que o Clube Militar não tinha ainda a autoridade que veio a ter depois no seio das Classes Armadas, ou mais precisamente no Exército, não só pela data recente da sua criação como pela pobreza do seu quadro social, relativamente pequeno, não contando talvez com cem sócios, a maioria dos quais, jovens oficiais, sem quase nenhuma projeção na tropa. Sua fraqueza ficara patente com as divergências que se tinham aberto ali por ocasião da subida ao Poder do Ministério Ouro-Prêto, quando não se chegara a um acôrdo sôbre a manifestação que se pretendia fazer aos dois ministros militares do nôvo Gabinete.

Por outro lado, a finalidade mesma do Clube havia sido desde logo desvirtuada. Em vez de êle se tornar o intérprete dos verdadeiros sentimentos e das aspirações da classe, transformara-se em centro de agitadores, com medidas imprudentes e inteiramente fora de propósito, que não eram nem podiam ser da competência do Clube, querendo com isso sobrepor-se às próprias autoridades militares. Foi o que se deu, por exemplo, quando surgiram uns boatos de guerra com a Argentina,

(552) Carta de Jaques Ourique ao *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 4 de janeiro de 1890.

e o Clube entendeu de sair a público com cartazes e outros meios escandalosos de propaganda, acusando o Governo de inércia no preparo das Forças Armadas para a luta que se anunciava, e prometendo que iria tomar a iniciativa de elaborar um programa de aperfeiçoamento e adestramento do Exército e da Marinha. Ora, ficara evidente o propósito de desmoralizar simplesmente o Governo, pois ninguém levava a sério os tais boatos de luta com a Argentina, e ainda menos a capacidade do Clube para formular planos de guerra. Alberto Rangel diz que o Clube, nessa época, não passava de uma “cavilha mestra da anarquia, centro de agitação, que polarizava a indisciplina, dando-lhe um foco atrativo de irradiação progressiva; acampamento de ávidos descontentes e pretendidos filósofos”⁵⁵³.

Foi êle, pois, convocado para o dia 9 de novembro. Aberta a sessão, com a presença de 116 sócios, muitos dos quais admitidos nas vésperas, para engrossar as fileiras dos presentes (Jaques Ourique dá 153, mas a ata oficial da sessão diz que eram 116), falou Benjamim Constant, que a presidia em lugar de Deodoro, o qual, doente, não pôde comparecer. Começou por criticar os atos do Ministério, ressaltando os “maus instintos do Governo” e o “estado de coisas tão lastimáveis, a que a política dos homens sem critério” havia levado o País. Disse depois que não precisava de plenos poderes para “tirar a classe militar de um estado de coisas incompatível com a sua honra e dignidade”, pois a isso se comprometia, sob palavra, podendo todos ficarem desde logo cientes de que se fôsse mal sucedido, resignaria todos os empregos públicos que lhe tinham confiado⁵⁵⁴, quebrando até a sua espada”.

(553) *Gastão de Orléans*.

(554) Benjamim era, como se sabe, diretor do Instituto dos Meninos Cegos e professor da Escola Militar e da Escola Superior de Guerra da Corte.

Seguiu-se com a palavra o Alferes-aluno José Beviláqua, para dizer que se devia dar a Benjamim — “venerando mestre” — a “pleníssima confiança para proceder como entendesse”. Falou depois o Tenente Ximeno Villeroy, declarando que Benjamim não devia ter dito que resignaria todos os empregos públicos que os homens da Monarquia lhe haviam dado, caso não obtivesse para a classe militar a posição que lhe competia, nem mesmo pensado em tal coisa, porque seria “não conhecer a política de homens como Ouro-Prêto, antipatriota, mal-interessado e em cujo coração só germinava o mal”; que se o Presidente do Conselho soubesse, “mesmo em sonho”, de um tal propósito de Benjamim, bastaria para fazê-lo vítima de uma cilada. Terminou pedindo a Benjamim a retirada daquelas suas palavras.

“Em vista da maneira por que foram recebidas as palavras do Sr. Tenente Villeroy, diz a ata da sessão, o Sr. Presidente acedeu ao seu pedido”. Não sem insistir no propósito de sacrificar-se em holocausto à Pátria, caso não pudesse convencer os homens do Govêrno de que êles estavam num caminho errado, cavando a ruína da Pátria, responsáveis que eram pelo abismo a que estavam todos destinados. E encerrou suas palavras com uma ameaça: abandonaria os meios legais e a sua calma habitual, assim como desprezaria o que êle tinha de mais sagrado, o amor à família, para ir morrer na praça pública combatendo em prol da mudança de direção “de uma política caduca, política de homens completamente ignorantes e sem patriotismo algum”. Para isso, concluiu, só pedia que lhe fôsem dados “alguns dias”⁵⁵⁵.

(555) Jaques Ourique diz que foi dado o prazo de *otto dias*, para Benjamim apresentar ao Clube o resultado da missão de que êle próprio se encarregara; mas do original da ata da sessão não consta que êle tivesse pedido ou lhe tivessem dado prazo fixo. Pediu apenas *alguns dias*. Mesmo porque nessa altura, como veremos adiante, não se tinha ainda idéia de quando se daria o golpe de Estado contra o Govêrno.

Não ousou, naturalmente, confessar que essa “mudança de direção” podia bem significar um outro regime político, que se não estava efetivamente compreendida em seus “plenos poderes”, devia estar aí implicitamente⁵⁵⁶. Mas quase todos assim compreenderam, salvo uns poucos ingênuos que ainda pensavam que se iria contentar com uma simples mudança de Gabinete, coisa, aliás, imprecisa e algo vaga, pois era difícil até àquele momento saber-se em que consistiria essa mudança, como ela se processaria e sobretudo a que consequências levaria o País, pois seria um fato inédito nos anais do Império. A repulsa contra Ouro-Prêto era geral entre quantos assistiam a essa sessão do Clube, mas ninguém se dava conta de como as coisas iriam se passar. Aceitava-se como provável ou mesmo certa a destituição do Gabinete, ou melhor, de Ouro-Prêto, que era a *bête noire* de todos eles; por outro lado tinha-se como assegurada a presença de Deodoro à frente da revolta. Mas quais fôsem as suas verdadeiras e últimas intenções uma vez deposto o Governo, é o que ninguém sabia. Talvez nem êle próprio. São os imponderáveis de tôdas as revoluções: fazê-las, desencadeá-las, destruindo a ordem estabelecida, é sempre uma coisa relativamente fácil, para o que não faltam nunca homens; o difícil é recompor as coisas, pô-las novamente em ordem, sem prejuízo da vitória alcançada.

A sessão do Clube limitou-se como se vê, naquilo mesmo que receava o velho Deodoro, isto é, nuns poucos discursos de rapazolas, sem nenhum resultado prático, e na promessa algo romântica do “Dr. Benjamim”, de quebrar a espada e ir morrer na praça pública se êle não pudesse, “em poucos dias”, fazer implantar as suas

(556) Diz Jaques Ourique que Benjamim, convencido de que nada alcançaria por meios convincentes junto ao “orgulho e pertinaz obstinação do Chefe do Gabinete”, estava já resolvido a “recorrer à reação armada”.

idéias republicanas. E ela teria terminado melancòlicamente se o espírito prático do Tenente Bandeira não tivesse chamado a atenção dos presentes para o fato de vários comandantes da 1.^a Brigada não se terem ainda manifestado a favor do movimento. Tinha-se como certo o concurso da 2.^a Brigada, mas tal não se dava com relação à 1.^a, comandada pelo Brigadeiro Enéias Galvão, Barão do Rio Apa, que sendo irmão do Ministro da Guerra, Visconde de Maracaju, se presumia fiel ao Govêrno. Aventou-se, então, entrar em entendimento aberto com êste último, no sentido de êle deixar o Ministério, não só para não ir de encontro aos interesses da classe, como para não ter que entrar em luta com Deodoro, de quem era primo e muito amigo. Retirando-se Maracaju do Govêrno, nada obstava que Rio-Apa pusesse a sua Brigada a serviço dos revoltosos, como era, parece, o seu desejo.

Consultado, Deodoro concordou com o alvitre. Sugeriu então que se tentasse obter também o apoio do General Floriano Peixoto, que desde janeiro dêsse ano desempenhava o cargo de Ajudante-General do Exército. Ocupando o mais alto pòsto na hierarquia militar do Império, seu concurso era tido como imprescindível para o sucesso do movimento, ou pelo menos a certeza de que não se iria contar com a sua hostilidade. Benjamim apoiou logo a idéia, acrescentando que era de esperar-se a “coadjuvação” de Floriano, de quem fazia “o melhor conceito”, lembrando que êle tinha sido seu aluno⁵⁵⁷.

A quem quer que fòsse julgar êsses fatos pela lógica das coisas, pareceria uma ingenuidade ou simples levianidade a lembrança de se tentar obter, para uma conspi-

(557) Parece que Benjamim tentou, por mais de uma vez, falar com Floriano sòbre isso, o que não lhe foi, entretanto, possível, por encontrá-lo sempre cercado de outras pessoas. Em vista de que, segundo Ivan Lins [*Benjamim Constant*], encarregou dessa tarefa ao Tenente-Coronel Silva Teles, que sendo comandante da 2.^a Brigada, tinha acesso mais fácil junto

ração armada que se tramava contra um Govêrno, a participação ou o simples apoio das duas mais altas autoridades militares dêsse mesmo Govêrno, ou sejam o Ministro da Guerra e o Ajudante-General do Exército. Fato semelhante só se conhecia um, quando o General Bonaparte deu o golpe de Estado de 18 Brumário contra o Diretório que governava então a França, com a certeza antecipada de que podia contar com o apoio ou pelo menos a simpatia dêsse mesmo Diretório, como de fato contou. No caso brasileiro, a atitude de Deodoro e de Benjamim Constant podia se explicar se êles contassem, de fato, antecipadamente, com a possibilidade de se obter a solidariedade daquelas duas altas patentes militares. Com relação ao Ministro da Guerra, parece que o mais que êles poderiam contar, da parte dêles, seria com uma espécie de tolerância, dentro do espírito de camaradagem de classe. E no que respeitava a Floriano, iremos ver mais adiante que Benjamim Constant tinha, no fundo, uma certa razão, quando dizia poder contar com a “coadjuvação” do Ajudante-general: primeiro quando êle se mostraria compreensivo e até certo ponto de acôrdo com Deodoro nas queixas que êste tinha contra Ouro-Prêto e os seus Ministros; segundo na sua atitude bifronte na manhã de 15 de Novembro, para acabar largando simplesmente o Govêrno a que servia.

ao Ajudante-General do Exército. Floriano ter-lhe-ia então respondido que “caso se tratasse de movimento sério, estariam todos unidos”. Essa versão deve ser posta em quarentena, não só por ser conhecida a aversão de Floriano a todo ato de indisciplina da Fôrça Armada, como veremos para diante, como por ser sabido que Silva Teles era e sempre fôra contrário à conspiração que se tramava contra o Govêrno, como veremos também adiante, razão pela qual era mal-encarado pelos conspiradores. Não era assim provável que lhe fôsem dar a incumbência de sondar Floriano sôbre a possível adesão dêste à revolta que se tinha em vista. -

O baile da Ilha Fiscal

Enquanto se realizava a sessão do Clube Militar, onde se decidia, por assim dizer, a sorte do Govêrno e, possivelmente, da própria Monarquia, dava esta na mesma noite um grandioso baile na Ilha Fiscal, situada a pouca distância do Largo do Paço,⁵⁵⁸ em honra da officialidade do *Almirante Cochrane*, o cruzador chileno que então nos visitava. Esse baile estava, aliás, programado para efetuar-se no dia 19 de outubro, para o que já se havia tudo preparado quando chegou, na véspera, a notícia de estar gravemente enfêrmo o Rei Dom Luís de Portugal (que iria falecer no dia seguinte), sobrinho do Imperador. Foi a festa então transferida para a noite de 9 de novembro, quando se viu ali reunida a Família Imperial, os membros do Govêrno e do corpo diplomático estrangeiro, as altas patentes das classes armadas e alto funcionalismo do Estado, sem falar no que havia de melhor na sociedade da Côrte. Foi uma festa sob todos os sentidos magnífica. Magnífica de esplendor e de bom-tom, com uma profusão de flores e de luzes como não se terá visto igual em todo o Reinado.

Rodrigo Otávio, jovem, então, de 23 anos, presente ao baile, deixaria resumidas as suas impressões:

“Foi uma festa maravilhosa de fausto, de luzes, de elegância e que se constituiu, pelas circunstâncias, no derradeiro lampejo da Monarquia. Estive nessa festa: ainda conservo o convite.

(558) Onde está hoje instalada parte da Escola Naval do Rio de Janeiro.

Aliás, a escolha do local não foi feliz pela deficiência de meios de condução, ou melhor, pela dificuldade de embarque e desembarque na Ilha. Quem pôde dispor de uma lancha, fêz o trajeto mais facilmente; para o grosso dos convidados, porém, o transporte se fazia em barcas no Niterói, postas à sua disposição pelo Governo. As barcas só deixavam o Cais Pharoux quando literalmente cheias, o que tomava, de cada vez, uma boa hora de fatigante espera; da Ilha, a barca só partia nas mesmas condições; e, embarque e desembarque, onde não havia dispositivo apropriado para atracação das barcas, era quase um ato de ginástica; isso para os senhores de casaca e crachás e senhoras de *toilette* de baile, naquele tempo de cintura atarracada e cauda de arrastão, era trágico. O espetáculo, porém, compensava os incômodos e peripécias do transporte. Apresentava um aspecto feérico.

Aí vi o Imperador cercado de sua família, de Ministros de Estado, de diplomatas. Salva a imponência do porte, era o menos aparatoso naquela roda de fardões bordados e peitos engalanados de grã-cruzes e brilhantes veneras. Cabeça descoberta, casaca preta, folgada, ostentava Dom Pedro no peito apenas um pendurcalho, o precioso carneirinho pendente da nobilíssima Ordem do Tosão de Ouro. Embevecido na maravilha daquela noite e no deslumbramento daquela festa, o velho Monarca não imaginava que, naquela mesma hora se estava concertando, num pequeno sobrado do Campo de Sant'Ana, o trambolhão do Império, e que os dias de seu reinado estavam contados. . . "59.

*

O Imperador e a Imperatriz, que haviam descido de Petrópolis na véspera desse dia, apresentaram-se no baile pelas 10 horas da noite; e quando se retiraram já passava de uma hora da madrugada. A festa se prolongou até cerca das cinco da manhã do dia 10. A beleza dos vestidos das senhoras, o brilho dos uniformes dos oficiais de terra e mar, dos dignitários da corte imperial e dos diplomatas estrangeiros, o alto nível da maioria dos convidados, a noite cálida e serena daquele começo de verão, os sons harmoniosos das orquestras difundidos pelos vastos terraços da Ilha, tudo concorreu para o completo sucesso da festa.

Teria aquela gente, que ali dançava e se divertia até alta madrugada, uma vaga consciência que fôsse do perigo que ameaçava a Monarquia brasileira, que tão larga e generosamente acolhia e festejava os marinheiros da nação amiga? Por certo que não. E quem, na verdade, podia supor, dada a vida ordeira e pacífica da Nação naquele mês de novembro, que menos de uma semana depois essa Monarquia, êsse Monarca e a sua família, os membros dêsse Govêrno, que tão bem sabiam acolher os seus hóspedes, que tôda a nobreza imperial que ali dançava e circulava, seriam varridos para sempre da vida oficial da Nação com uma simples ostentação de pequena fôrça militar, sem que para tanto se tornasse necessário dar sequer um tiro ou investir quem quer que fôsse com a ponta de uma baioneta? Não, ninguém podia ter ali a mais vaga noção do que iria acontecer dentro exatamente de seis dias. Dançava-se, sim — mas sôbre um vulcão, foi a frase que se ouviria depois.

O próprio Conde d'Eu, que no entanto jamais se iludira sôbre o fim, que se aproximava, das instituições monárquicas no Brasil, estava longe, ao que parece, de supor, como todos os demais ali presentes, que essa festa seria a última em que tomaria parte a Família Imperial. Mesmo porque também êle, com a mulher, pretendiam homenagear os Chilenos com uma recepção que dariam em sua casa das Laranjeiras no próximo sábado, dia 16. Relatando o que se passara no baile da Ilha Fiscal, dois dias depois da festa, escreveria êle à Condêssa de Barral em França:

“Realizou-se, enfim, o grande baile oferecido pelo Govêrno aos officiaes chilenos. Partimos de casa às oito e meia em direção ao Paço da Cidade, a fim de esperarmos aí pelos nossos pais⁵⁶⁰; e uma vez pronto o Imperador, às nove e vinte, o nosso carro seguiu o dêles, onde estavam com o primo Pedro⁵⁶¹. Mas era

(560) “Nossos pais”, queria dizer o Imperador e a Imperatriz.

(561) Era como os filhos do Conde d'Eu, bem como êste e a mulher, chamavam Dom Pedro Augusto, filho da princesa Leopoldina.

tal a aglomeração de gente para transpor a enorme *mó de gente*, todos indo para o baile, de modo que ao chegarmos ao fim, já a barca havia partido com os pais. Tivemos que esperar aí cerca de *uma hora*, de pé, ao luar, sôbre um estrado flutuante, transpirando no meio da multidão [...] Em fim voltou a barca, e depois de um longo trajeto, eram exatamente 11 horas quando chegamos para nos juntarmos aos pais no principal salão do baile. Comprimia-se nas portas entre uma e outra salas, mas em tórno do edifício não havia muita gente, e mesmo nos salões se estava à vontade. Partimos com os pais à uma hora, antes da ceia monstro, quando o Presidente do Conselho e o Ministro do Chile pronunciaram seus discursos. Dessa vez fizeram vir uma pequena lancha a vapor, que nos deixou rapidamente no Arsenal. E às duas horas estávamos deitados. O *Jornal do Comércio* pretende que haviam no baile 5 000 pessoas”⁵⁶².

Já na véspera de escrever essa carta, ou seja no dia seguinte ao baile, o Conde d’Eu havia escrito ao pai dando conta também da festa. E ignorando, evidentemente, o que se passava nos bastidores da conspiração contra o Govêrno, como se estivesse nos dias mais pacíficos do Reinado, acrescentava: “Meus sogros se instalaram em fim em Petrópolis no dia 5 do corrente. Depois de passarem aqui a sexta e o sábadó, 8 e 9 de novembro, e assistido sábadó à noite ao baile, voltaram ontem para Petrópolis, às 9 da manhã. Devem descer no próximo sábadó, segundo o costume, para o despacho com os Ministros”⁵⁶³.

Segundo o costume... Mas o costume nem sempre conta na sucessão dos fatos históricos. Assim que o Imperador e a Imperatriz não desceriam nesse sábadó para o despacho com o Ministério: desceriam um dia antes, sexta feira 15 — contra o costume. Não para o despacho, pois não havia mais Ministros. E nem sequer Monarquia. Desceriam para ser notificados de que não mais reinavam. E que seriam, dentro de dois dias, expulsos para sempre do Brasil.

(562) *Anuário do Museu Imperial*.

(563) Alberto Rangel, *op. cit.*

O embarque do 22.º Batalhão de Infantaria

Era Chefe de Polícia da Côrte o Conselheiro José Basson de Miranda Osório. Desconfiado, desde alguns dias, de que alguma coisa se tramava contra o Govêrno, não quis demorar-se no baile. Estêve ali apenas uns quinze minutos. Preferiu ficar até alta madrugada no Largo do Paço, nas vizinhanças do Cais Pharoux, com os seus auxiliares imediatos, não só para fiscalizar o serviço de embarque e desembarque dos convidados, como para saber, por meio de seus secretas, em que dava a sessão do Clube Militar que se estava realizando naquela mesma hora, e cujos propósitos, êle sabia, não eram nada inocentes. O Clube funcionava então num prédio situado no mesmo Largo.

“Já pela madrugada, dirá êle, amigos fiéis que haviam assistido àquela sessão vieram tranqüilizar-me, dizendo que o batalhão embarcaria no dia seguinte, visto como não tinham podido organizar nenhuma resistência, tomando Benjamim Constant o compromisso de preparar um plano para vingar os direitos da classe”⁵⁶⁴. Isso porque constara que um dos fins da reunião do Clube era encontrar um meio de impedir o embarque do 22.º Batalhão de Infantaria⁵⁶⁵, cuja partida para o Amazonas

(564) Gustavo Barroso, *Florianô Peixoto e o 15 de Novembro*.

(565) Houve, de fato, nessa ocasião, ou melhor, nesse mesmo dia 9, uma tentativa de sustar o embarque dêsse batalhão, não por parte do Clube Militar, mas da sua própria officialidade, da qual fazia parte o Tenente Carolino, o da guarda do Tesouro, que tivera o conhecido incidente

fôra decidida pelo Ministério para o dia seguinte, 10 de novembro — como de fato embarcou sem maiores transtornos.

A transferência dêsse batalhão para o extremo norte do País provocara um certo alarma entre os conspiradores, que logo a interpretaram como uma confirmação do propósito que se atribuía ao Gabinete, de ir desfalcando pouco a pouco a guarnição militar da Côrte, até que ela se tornasse de tal modo reduzida que não pudesse mais oferecer nenhum perigo para o Ministério. Esperava-se que a êsse embarque se succedessem outros, inclusive do 2.º Regimento de Artilharia, apontado como um foco de indisciplina e de agitação política no Exército, o que significaria tirar aos conspiradores um dos melhores elementos com que êles contavam para uma arremetida contra o Govêrno.

Ouro-Prêto sempre afirmou que nunca fôra sua intenção retirar outros corpos da guarnição do Rio, e que a transferência dêsse batalhão obedeceu unicamente à necessidade de guarnecer a Província de Amazonas, cujo presidente se queixava de estar militarmente abandonada. Pode ser, mas dentro do plano do Chefe do Govêrno, de se defender contra um possível levante de forças militares da guarnição da Côrte, que êle com certeza receava — e com razão — devia incluir-se certamente a transferência de outras unidades para regiões afastadas da Capital do Império, sob êsse ou aquêlê pretexto.

com Ouro-Prêto e era tido como uma vítima do Govêrno. Reunidos no respectivo quartel, alguns de seus oficiais discutiram a possibilidade "de uma recusa e opposição formal ao embarque do batalhão e consequente rompimento com o Govêrno", dirá mais tarde um dêles, o Capitão Jerônimo Teixeira França, não se chegando, porém, a um acôrdo por ter o Comandante do Batalhão, Coronel Carlos Magno da Silva, declarado haver estado com o Marechal Deodoro, "e êste lhe haver dito que embarcasse, porque as coisas ainda não estavam preparadas para aquêla recusa e que nada se podia fazer naquêla occasião" (Ernesto Sena, *Deodoro*).

É difícil, entretanto, ainda hoje saber-se ao certo se a retirada dêsse batalhão se enquadrava realmente naquele plano. Diz Ouro-Prêto que a sugestão da medida não partira dêle, mas do Marechal Floriano, com o qual, aliás, não haviam concordado nem o Ministro da Guerra nem o Barão do Rio Apa, Comandante da 1.ª Brigada a que pertencia o batalhão, — o qual no dizer dêste, era “bom e bem disciplinado”. Se a sugestão partiu, de fato, de Floriano, ainda mais difícil se torna saber qual o seu verdadeiro alcance, dada a natureza indecifrável do Ajudante-General, sobretudo sua política bifronte nessa ocasião, ora favorável ao Govêrno, ora a Deodoro. Homem maquiavélico, não seria nada impossível que êle quisesse com isso, de um lado fazer crer a Ouro-Prêto que estava aparando as garras dos seus inimigos, mas de outro lado dando a êstes um pretexto para colocar mal o Govêrno perante o elemento militar que o combatia.

Fôsse, porém, como fôsse, o certo é que a transferência dêsse batalhão valeu como um sinal de alerta para os conspiradores, que por todos os motivos acreditaram que não era assim tão inocente quanto queria fazer crer o Presidente do Conselho; e o fato de fazer parte da sua officialidade o Tenente Carolino, o mesmo que dera causa ao incidente que Ouro-Prêto tivera no Tesouro, só serviu para confirmar as suspeitas dos conspiradores; alertados com essa partida, êles iriam precipitar os acontecimentos que provocariam o 15 de Novembro.

No dia seguinte à sessão do Clube Militar, ou seja, a 10, houve uma reunião em casa do Major Espírito Santo (Antônio José), com a presença, naturalmente, dêste, de Benjamim, de Solon, do Coronel Cândido José da Costa, do Tenente Lauro Sodré e, o que é importante assinalar, do General Almeida Barreto, depois de Deo-

doro, o primeiro — e o único — oficial-general a *tomar parte* na conspiração. Foi ali chamado por um bilhete que lhe mandara Benjamim Constant, o qual, desde poucos dias atrás, vinha catequizando; valeu-se para isso, dos ressentimentos que o general tinha do Govêrno, que o havia demitido, (segundo êle por motivos exclusivamente políticos), do comando da 2.^a Brigada, depois de pouco mais de um mês de exercício nesse cargo, e o deixando desde então, — isto é, desde agôsto dêsse ano — sem nenhuma outra comissão no Exército.

Benjamim mandara primeiro Serzedêlo Correia sondá-lo, receoso de uma negativa, por estar Barreto de relações estremecidas com Deodoro. Deixando de lado, porém, tais sentimentos, o outro dissera que podiam contar com êle, com o seu “fraco apoio”, compromettendo-se mesmo a assumir a “posição mais perigosa”. Foi em vista dessa resposta que Benjamim o foi procurar no dia 9, quando ficou então assentada a participação definitiva de Almeida Barreto. Na reunião realizada em casa do Major Espírito Santo, ficou combinado que o movimento contra o Govêrno se realizaria por aquêles dias⁵⁶⁶.

A adesão de Almeida Barreto não tinha outra significação senão a de ser êle um oficial-general, porque, não tendo naquela ocasião nenhum comando no Exército, sua contribuição material era praticamente nenhuma. Mas o Destino tem seus caprichos: seria justamente êle a pessoa na qual o Govêrno se iria socorrer, na madrugada do dia 15, para confiar-lhe o comando de uma Brigada, improvisada nessa ocasião, para enfrentar as fôrças sublevadas de Deodoro, missão que Almeida Barreto se apressaria em aceitar com o propósito deliberado de trair o Govêrno.

(566) Carlos José de Sousa, *A influéncia do General José de Almeida Barreto nos episódios de novembro de 1889.*

Primeiro encontro de Deodoro com os civis republicanos

No dia 11, pouco depois do almoço, Benjamim e Bandeira foram ter com Deodoro com o fim de insistirem, uma vez mais, que êle se decidisse a receber em sua casa os chefes civis republicanos. Estava ali, nessa ocasião, o Capitão Hermes (futuro marechal e Presidente da República), sobrinho de Deodoro, filho de seu irmão Hermes, Comandante das Armas na Bahia. Quando Benjamim e Bandeira lhe falaram em êle receber os civis republicanos, a primeira reação de Deodoro foi uma franca e decidida recusa. "*O que temos nós com paisanos ?!*" foi êle logo dizendo. Solicitado, porém, insistido, quase implorado e, afinal, premido pelos três, acabou cedendo. Com tôda aquela intrepidez e indomável energia, Deodoro era, no fundo, um fraco, um sentimental; acabou, assim, por ceder, embora a contragosto e com indisfarçável má vontade. "Não foi sem dificuldade, dirá mais tarde Bandeira, que conseguimos convencê-lo da necessidade de uma combinação com os chefes republicanos. O general preferia realizar a revolução unicamente com o elemento militar de que dispunha e que, em sua opinião naquela época, era tudo. Graças, porém, à sua natural docilidade, conseguimos convencê-lo da vantagem da intervenção dos chefes republicanos prestigiosos, *para dar feição mais ampla ao*

movimento, a fim de não parecer que se tratava simplesmente de uma revolta de quartéis⁵⁶⁷.

Essa resistência de Deodoro em recusar receber os civis republicanos, em não querer tratar com êles e nem sequer vê-los, quando sabia e todos, aliás, sentiam que se aproximava o dia do golpe de Estado, vinha provar que apesar de suas afirmações anteriores, digamos melhor, de seus desabafos contra os homens da Monarquia e aparente inclinação pela República, êle não estava ainda definitivamente decidido a aceitá-la. Porque de contrário, isto é, se as promessas que êle havia feito nesse sentido a Benjamim, a Solon e a Bandeira, refletissem uma decisão final sua, não tinha por que essa relutância em receber os chefes republicanos, em conversar e tratar com êles, e aceitar a sua colaboração na conjura que se tramava, já agora, em benefício da causa comum que defendiam, e dos ideais pelos quais vinham desde muito se batendo. O que se devia, portanto, concluir, dessa obstinação de Deodoro em não querer receber os republicanos, era que ainda àquela data, 11 de novembro, quer dizer quatro dias antes de se “fazer” a República, êle hesitava em aceitá-la; ou, para dizer melhor, não a queria ainda ou não a queria mais — se é que algum dia a quisera, mesmo depois de implantada⁵⁶⁸. E que

(567) O grifo é nosso, para salientar que êsse encontro de Deodoro com os chefes republicanos não tinha em vista, como podia parecer, a proclamação da República, mas apenas “dar feição mais ampla ao movimento”, quer dizer, dar a impressão de que a repulsa contra o Gabinete não partia apenas dos militares. Por outro lado, e também segundo Bandeira, havia necessidade de “se apressar” êsse movimento, entre outros motivos por ter êle sabido, por um empregado do Ministério da Guerra, de uma proposta de Floriano de transferência para Mato Grosso “de dois principais agitadores da 2.^a Brigada, sendo um o Capitão Mena Barreto” (Ernesto Sena, *op. cit.*).

(568) Numa entrevista concedida ao *Estado de São Paulo*, em setembro de 1898, Joaquim Nabuco diria que se o Marechal Deodoro vivesse em 1893, quando da Revolta da Armada contra Floriano Peixoto, encabeçada pelo Almirante Saldanha da Gama, êste e Deodoro teriam certamente restaurado a Monarquia. “A morte de Deodoro, acrescentaria Nabuco,

a sua repugnância em tratar com republicanos, “êsses sem-vergonha de chapéu mole”, como êle os chamaria mais tarde, já como Chefe do Govêrno Provisório, continuava a ser a mesma de sempre.

Uma vez, porém, obtido o seu consentimento, apressou-se Bandeira em sair à procura de Quintino e de Aristides Lôbo, para informá-los de que eram esperados em casa de Deodoro pelas oito horas daquela noite. O tempo era curto e êle se pôs logo em campo. Dirigiu-se primeiro à redação do *O País*, que era o jornal de Quintino, em seguida ao Hotel de Paris, à Rua Uruguaiana, onde costumava, parece, hospedar-se, não o encontrando, porém, em nenhum dêsses locais. Passando depois pelo *Diário de Notícias*, avistou aí Lopes Trovão, a quem perguntou se podia informá-lo do paradeiro dos dois chefes republicanos, pois precisava falar-lhes “com a maior urgência”. “Depois de indicar-me os lugares em que eu já havia procurado Quintino, dirá Bandeira, guiou-me até o Café de Londres”, que era um dos pontos de reunião dos republicanos. Encontraram ali Aristides Lôbo, a quem Bandeira informou de que, êle e Quintino, eram esperados naquela noite em casa de Deodoro, pedindo que lá fôsse ter com o seu amigo e correligionário. Não lhe falou, parece, em Glicério. Mas sendo êste o portavoz no Rio dos republicanos paulistas, e, além do mais, muito amigo de Aristides, em cuja casa, à Rua Senador Vergueiro, se achava hospedado, era natural que o levasse também à casa de Deodoro. Tanto mais quanto Glicério já havia sido avisado por Aristides, na noite de 8, quando chegara de São Paulo; seu amigo indo buscá-lo à estação

deixou Saldanha desirmanado no Exército”. Quer dizer, Nabuco achava que Deodoro, desencantado que havia ficado com a República, teria sublevado o Exército em auxílio de Saldanha, e unidas as duas classes militares teriam derrubado fâcilmente Floriano e restabelecido o regime monárquico.

da estrada de ferro, dissera-lhe que, era possível, por aquêles dias, que Deodoro se decidisse a receber os republicanos.

Quanto a Rui Barbosa, foi Benjamim que se encarregou de ir procurá-lo. Aliás, Benjamim já havia estado com êle no dia 9, em seu escritório de advogado, a pretexto de comentar o artigo que Rui publicara nesse dia, intitulado *Plano contra a Pátria*. Dirá êste mais tarde: "Procurou-me no meu escritório e demorou-se comigo em larga conferência, dando-me idéia da explosão iminente e solicitando o meu juízo". Disse-lhe Benjamim que aquêle artigo o convencera de que não havia outro remédio senão a proclamação da República, e que estimaria ouvir uma opinião, um conselho de Rui. Que não sabia, respondeu-lhe êste; não desejava a República, e se vinha combatendo a Monarquia, a culpa não era dêle e sim dela, da sua aversão a reformas necessárias, o que a colocava numa situação de perigo; que não via solução possível para a crise no curso ordinário das coisas⁵⁶⁹.

Animado com essas boas disposições de Rui contra o Governo, voltou Benjamim a procurá-lo no dia seguinte, 11, mas dessa vez em sua residência, então à Praia do Flamengo, para convidá-lo a comparecer naquela noite em casa de Deodoro. Anos mais tarde, recordando êsses fatos, Rui dirá que Benjamim o fôra procurar nessa ocasião "a pedido de Deodoro", que desejava ter com êle uma entrevista — "uma entrevista em sua casa, ou na minha, conforme eu escolhesse⁵⁷⁰. Respondi-lhe que a idade, a doença, a veneranda posição do General impunham-me o dever de ir à sua casa, em vez de obrigá-lo a vir à minha";

(569) Sérgio Mauro, *Rui Barbosa e a República*.

(570) "Pedindo-me em nome do Marechal Deodoro, uma entrevista", etc. (*op. cit.*).

e que diante disso Benjamim lhe dissera que Deodoro o receberia naquele mesmo dia por volta das 8 horas da noite.

*

Essa história, assim contada, anos mais tarde, salta logo aos olhos de todos que não passa de uma fantasia de Rui Barbosa, procurando fazer crer que Deodoro estava então de tal maneira interessado em se avistar com êle, que se oferecia até a ir vê-lo em sua casa. Quer dizer, sairia de seus cômodos para ir em pessoa à casa do jornalista. E para fazer o quê? Evidentemente que não era para conversar sôbre a História dos Persas ou as campanhas de César: para aconselhar-se com Rui sôbre a conspiração que êle, Deodoro e o seu pequeno grupo de militares articulavam contra o Governo; para que Rui lhe dissesse possivelmente o que se deveria fazer, como se deveria fazer e até onde se deveria ir no golpe de Estado já praticamente assentado.

Ora, todos sabemos, hoje, pelos que frequentavam então a casa de Deodoro, — Benjamim Constant e Sebastião Bandeira antes de todos, promotores que foram dêsse encontro com os civis, — quanto o Marechal relutara em recebê-los, em interessá-los na conspiração que se vinha fazendo, que êle sempre entendera dever ficar exclusivamente entregue aos militares. Não é, por isso, de crer que partisse de uma iniciativa sua êsse encontro com Rui, como êste depois quis fazer crer e, com tal empenho, a ponto mesmo de se oferecer, ou se prontificar a ir, à casa do jornalista. E ainda menos para conspirar contra o Governo. Precisava que Deodoro se excedesse a si mesmo em leviandade para se oferecer, êle, um velho militar, quase incapacitado de mover-se devido à moléstia cardíaca que sofria, ir conspirar com êsse jovem jornalista (completava nessa ocasião 50 anos de idade), brilhante,

sem dúvida, e com destacada atuação na campanha de imprensa que se fazia contra o Gabinete, mas sem prestígio nem situação política que merecessem uma tal preferência de sua parte. E que êle certamente mal conhecia e talvez até nunca tivesse mesmo avistado⁵⁷¹.

Rui quis fazer crer que êle era indispensável, naquela ocasião, ao bom-sucesso da conspiração da qual resultaria o golpe de Estado de 15 de Novembro e a conseqüente implantação da República, quando a verdade é que a sua contribuição para isso foi quase nenhuma; e que para o golpe de Estado foi absolutamente nula. Que os seus artigos de jornal hajam contribuído, e muito, para desprestigiar ainda mais o Gabinete Ouro-Prêto e num certo sentido a Monarquia, todos sabemos. Mas sabemos também que êles em nada contaram para a deposição do Governo, a qual foi uma iniciativa, uma inspiração exclusiva dos militares, e para cuja execução não se precisou — nem se teve — a menor contribuição de elementos civis. Na coluna que seguiria de São Cristóvão para o Quartel-General do Campo de Santana, na madrugada de 15 de novembro, com Deodoro à frente, só iriam dois civis: um irmão de Deodoro, Pedro Paulino,

(571) Batista Pereira, em nota às *Cartas de Inglaterra*, de Rui Barbosa, diz que foi para êste a "primeira visita" que fêz Deodoro ao chegar à Côrte, vindo de Mato Grosso, afirmação que por todos os motivos não pode ser verdadeira, e que em todo o caso não se provou até hoje. Aliás, esta, como outras afirmativas do genro de Rui, na referida edição das *Cartas*, nem sempre correspondem à verdade, digamos, rigorosa dos fatos; como, por exemplo, a de Rui estar vendo, de uma das janelas de sua casa à Praia do Flamengo, óculo na mão, o vapor *Alagoas* sair barra fora levando em seu bôjo o Imperador, quando todos sabemos que o navio que o levou, e a sua família, para fora da barra, foi o cruzador *Parnaíba*, até às proximidades da Ilha Grande, onde aí, sim, embarcaram todos no *Alagoas*, em direção à Europa. Dir-se-á que se trata de uma simples troca de nomes. De fato foi o que se deu, mas de suma importância para a interpretação dêsse fato histórico, porque se a Família Imperial tivesse sido embarcada, no Rio, a bordo do vapor *Alagoas*, as cenas que se passaram a bordo daquele cruzador quando surto no pórtico do Rio, de importância vital para compreensão dos acontecimentos dêsse dia, não se teriam dado. Luis Viana Filho, em sua biografia de Rui, incide no mesmo engano, fiado, certamente, em Batista Pereira. -

e um empregado da Contadoria da Guerra, Antônio Campos.

O golpe de Estado que Deodoro iria dar nessa manhã seria, assim, e não poderia deixar de ser, exclusivamente militar. Rui não teria a menor participação nêle. Ainda porque nem sequer appareceria no Quartel-General, mesmo como simples espectador. Enquanto para ali se transportaram, logo que tiveram notícia da sedição militar, Quintino, Aristides e Glicério, que haviam estado com êle em casa de Deodoro, Rui se deixaria ficar cautelosa-mente em casa, a ver possivelmente em que dava tudo aquilo, e nessa abstenção, que só podia ser intencionada, pois êle teve, desde logo, conhecimento da revolta⁵⁷², se deixaria ficar até ao cair da noite, quando todo o drama já estava consumado, o Ministério deposto, a Monarquia a bem dizer por terra, o Imperador e sua família prisioneiros no Paço da Cidade e organizado definitivamente um Governo republicano⁵⁷³.

Rui Barbosa, todos sabemos, não era republicano. Sê-lo-á, como quase todos os políticos do Império, depois que a Monarquia foi dada por perdida e a República se

(572) Segundo declarou mais tarde o próprio Rui êle teve conhecimento da revolta por um recado telefônico do *Diário de Notícias*, na manhã do dia 15, quando estava escrevendo o editorial para esse jornal, que devia sair no dia seguinte. Surpreendido com a notícia, parou de escrever o artigo e acrescentou: "Neste momento o *Diário de Notícias* avisa-me pelo telefone que a tropa ocupa o Campo da Aclamação, e que está ferido o Barão de Ladário" (Lourenço Lacombe, *Rui Barbosa e o Imperador*).

(573) A ausência de Rui nas reuniões que os civis republicanos, com Benjamim Constant à frente, realizaram no correr do dia 15 para a constituição de um Governo republicano, ficou patente com a falta de sua assinatura na proclamação firmada por Deodoro e os demais ministros, exceção, é claro, dos dois que se achavam fora da Corte, — Campos Sales em São Paulo e Demétrio Ribeiro no Rio Grande do Sul. R. Magalhães Júnior atribui a ausência da assinatura de Rui nesse documento ao fato de êle "não haver ainda entrado em contacto com Deodoro e os demais companheiros" (*Op. cit.*), o que confirma sua attitude de reserva e de retraimento. A verdade é que seu nome só iria apparecer, pela primeira vez em documento republicano, no Decreto n.º 1 que instituiu a República, e que apesar de datado de 15, só foi, de fato, lavrado e assinado a 16 de novembro.

tornou, no dizer dêles, um *fato consumado*. Filiado desde moço ao Partido Liberal, nêle fizera tôda a sua carreira política, só se afastando do Partido no último ano da Monarquia, por divergência em tôrno da questão federalista, quando se fêz livre atirador. Não se afastou como republicano, dirá êle mais tarde; afastou-se como federalista. Lourenço Lacombe assinala o fato, isto é, que “mesmo durante o período candente da sua campanha pela Federação, não abjurou suas convicções monárquicas”. Convicções, aliás, muito pouco profundas, porque no correr dessa campanha pela Federação mais de uma vez declarara que a accitaria “com ou sem a coroa”, quer dizer, com Monarquia ou sem Monarquia. No fundo, e êle mesmo confessaria mais tarde, não tinha preferências por formas de Govêrno, entendendo que tôdas as Constituições, monárquicas ou republicanas, se equivaliam⁵⁷⁴.

“Não tenho a honra de pertencer aos republicanos históricos, dirá êle mais tarde; sou republicano da hora”. Da última hora, aliás, porque foi sòmente naquela noite de 11 de novembro, quando Benjamim o foi buscar para levá-lo à casa de Deodoro, quer dizer, quatro dias antes de a República ser instaurada, que êle se associou à conspiração e se incorporou, por assim dizer, aos republicanos. Poucos anos mais tarde, ao tempo da Revolta da Armada, quando entrou em luta com Floriano e se considerou vítima do nôvo regime, êle iria renegar o seu curto mas recente passado republicano, dizendo que nunca havia “advogado” a República; e que, ao contrário, sempre a declarara “intempestiva”⁵⁷⁵. Que nunca se

(574) *Cartas de Inglaterra*.

(575) Discurso de 30 de maio de 1895, que daria lugar a um artigo de Afonso Celso Júnior, acusando-o de haver renegado o republicanismo e se ter convertido ao monarquismo, artigo que Rui respondeu com uma de suas cartas de Inglaterra, dizendo que tinha como “sonho irrealizável” a reposição da Monarquia no Brasil.

batera pela República nos dias que haviam precedido à queda do Império, já o dissemos e é verdade; agora, que *sempre* a achara intempestiva, é uma afirmativa difícil de conciliar-se com todos os atos que praticou antes e logo depois de sua implantação, quando não teve um gesto, uma palavra, um movimento qualquer para condená-la. Ao contrário, apressou-se em a aceitar, em colaborar na sua instalação, em se associar e se identificar com ela. Com ela e com quantos se haviam tornado seus empreiteiros. Isso, naturalmente, quando ela lhe dava posições e prestígio políticos. Mas, no dia em que entrou em luta com os militares e passou a amargar os desencantos do ostracismo político, então, sim, a República deixou de ser a deusa imaculada de suas preocupações e passou a ser a filha espúria de uma “revolta de baionetas, um espetáculo, uma surpresa, um sonho passado fora da Nação”, que contando “sessenta anos de ordem constitucional com a Monarquia”, dela passara, “súbitamente para uma novidade que não tinha a menor radícula na História ou no temperamento nacional”⁵⁷⁶; — “um movimento que a nação brasileira aceitara mas que não era seu”⁵⁷⁷.

“Não tenho escudos na heráldica republicana”, dirá êle um dia. Sim, antes da República era sabidamente monarquista, senão de convicção ao menos no sentido de aceitar, colaborar e se servir politicamente da Monarquia. Filiado desde jovem ao Partido Liberal, como dissemos atrás, iria fazer nêle tôda a sua aprendizagem

(576) Discurso contra o militarismo. — Num outro discurso, também dessa época, feito no Senado, e como que penitenciando de haver concorrido para a destruição da Monarquia, êle exaltava, numa comparação com a República, o regime imperial, dizendo: “Não é com o exemplo de uma ou outra injustiça, uma ou outra fraqueza, uma ou outra pequenez do Imperador, que se lhe há de caracterizar o Reinado e o sistema de governo. O Império se definia com a sua alta moralidade, a elevação do crédito nacional e os grandes nomes que ilustraram o regime”.

(577) Prefácio à *Abolição* de O. Duque Estrada.

política sob o patrocínio do Senador Dantas, que o lançara na vida pública e o elegera, por mais de uma vez, deputado. Teria sido ministro da Monarquia em 1884, no Gabinete Dantas, se o Imperador não lhe tivesse, indiretamente vetado o nome; como te-lo-ia sido em 1889, no Gabinete Ouro-Prêto, se este o tivesse satisfeito incluindo a Federação no seu programa de Governo.

Foi justamente porque o nôvo Presidente do Conselho não o quis satisfazer nisso, que êle se lançou numa violenta campanha de imprensa contra êle e o seu Govêrno e, num certo sentido, contra também a Monarquia; senão contra ela mesma, como regime político, ao menos contra a forma pela qual funcionavam as instituições, mercê, segundo êle, da incapacidade em que estava o Imperador de exercer a plenitude de suas funções de Chefe de Estado, e das prepotências e arbitrariedades do Presidente do Conselho.

*

Foi nessa altura que os republicanos começaram a requestá-lo. Primeiro Quintino Bocaiúva, seu velho amigo e companheiro agora de imprensa na campanha contra o Gabinete; depois Benjamim Constant, que o tinha em muito aprêço por sua grande cultura e sabia avaliar o serviço que Rui podia prestar à causa republicana com os seus impiedosos ataques ao Govêrno. Não se precisou de muito para êle se deixar envolver pelas lisonjas com que ambos o cercaram. Mostrando-se sensível à idéia republicana, Rui antevia, naturalmente, uma República que não tardaria em vir, pela fôrça mesmo das circunstâncias e do fatalismo histórico, e com a qual poderia se refazer politicamente e conquistar uma posição que entendia merecer pelo seu talento, seu valor combativo e insuperáveis dotes de orador, posição que não lhe daria

nunca essa Monarquia decadente e já quase falida. Pre-disposto, assim, a aceitar o nôvo regime, não hesitou em se deixar converter quando Benjamim Constant o foi buscar para êle fazer a sua profissão de fé no nôvo santuário que era agora, para êsse cristão-nôvo, a casa de Deodoro. E com tanta maior docilidade quando lhe acenavam desde logo com a Pasta da Fazenda, fôsse numa nova composição ministerial que substituísse o Gabinete Ouro-Prêto, fôsse no nôvo regime que se inaugurasse.

A contribuição da Marinha de Guerra

Entre os presentes à reunião em casa de Deodoro, na noite de 11 de novembro, estavam também o chefe da divisão Eduardo Wandenkolk e o Capitão-de-Fragata Frederico Lorena. Era a primeira participação efetiva de elementos da Marinha nos planos de conspiração. E será, até o dia 15, a única. Porque fora disso só se sabe de uns encontros que Solon, Mena Barreto e Bandeira andaram tendo, dias antes, com o Capitão-Tenente Néelson de Vasconcelos e Almeida, lente da Escola Naval, visando articular o movimento com a Marinha de Guerra, coisa que por falta de tempo ou por outros motivos, não foi, por assim dizer, adiante.

Quem chamou ou quem levou Wandenkolk e Lorena à casa de Deodoro, naquela noite de 11, foi também Benjamim Constant, a quem se devia ainda o trabalho, feito antecipadamente, para obter a adesão desses dois oficiais de Marinha, sobretudo a de Wandenkolk, que era o que mais contava. Segundo deixou dito Serzedêlo Correia, foi este quem, a pedido de Benjamim Constant, fez a primeira sondagem junto aos dois, no baile da Ilha Fiscal, encontrando de parte de ambos o melhor acolhimento. Com relação a Wandenkolk, diz que este aceitara participar da revolta, assegurando que tinha “prontos todos os navios de madeira”, mas que não tinha o *Aquidabã*, comandado por Alexandrino de Alencar, imediato de Saldanha da Gama, “a quem não me atrevo

a falar"⁵⁷⁸. E que diante dessa resposta Serzedêlo, que era amigo de Alexandrino, decidiu que êle mesmo lhe falaria, indo procurá-lo a bordo daquele couraçado. "Se a coisa é séria, teria êste respondido, para fazer a República, podes dizer a Benjamim que conte comigo e o meu navio"⁵⁷⁹.

Inteirado, assim, das boas disposições de Wandenkolk e de Lorena, foi Benjamim procurá-los na noite de 11 para levá-los à casa de Deodoro, com o intuito, já se vê, de cercar também o Marechal de elementos da Marinha, para dar, como dizia Bandeira, "uma feição mais ampla ao movimento", e não deixar que êle ficasse circunscrito unicamente à gente do Exército. A adesão de Wandenkolk era importante não só pela situação de destaque que desfrutava entre os seus camaradas, na qualidade de presidente do Clube Naval, como pelas suas ligações pessoais e mesmo de amizade com alguns membros do Governo, inclusive com o próprio Presidente do Conselho, de quem se confessava, aliás, grande e devotado amigo.

(578) É engano de Serzedêlo: Alexandrino era comandante do *Riachuelo* não do *Aquidabã*.

(579) *Páginas do passado*. — No que se refere a Alexandrino, tanto a versão de Serzedêlo quanto a resposta que lhe teria dado o futuro almirante, devem ser vistas com reserva. Primeiro porque não é de crer que Serzedêlo tivesse dito a êste que a conspiração que se fazia em casa de Deodoro visava a implantação da República, pois embora fôsse essa, de fato, a intenção de alguns conspiradores, do próprio Serzedêlo entre outros, o que se cogitava então, antes de tudo, era fazer uma demonstração militar para obrigar o Ministério a demitir-se. Depois, é também duvidoso que Alexandrino tenha dado aquela resposta a Serzedêlo, sobretudo pondo os navios da Esquadra, inclusive o seu, à disposição dos republicanos, quando todos sabemos que a Marinha de Guerra era quase tôda fiel à Monarquia, e que Alexandrino não tinha, naquela ocasião, nem categoria, nem prestígio para pôr o "seu" navio a serviço dos republicanos. Com relação ao couraçado *Aquidabã* (aliás *Riachuelo*) cabe lembrar, como se verá adiante, que foi para êsse barco que o preceptor dos pequenos príncipes filhos dos Condes d'Eu os levou na manhã de 15 de novembro, ante a notícia do levante militar encabeçado por Deodoro. Alexandrino não estava a bordo, os príncipes foram recebidos pelo oficial de dia, que os mandou num escaler do navio ao Cais da Prainha, onde os meninos tomaram a barca para Petrópolis.

Daf a surp̄resa dêste — surp̄resa e sobretudo decepção, quando veio a saber (depois do *fato consumado*) da participação que Wandenkolk havia tido nos planos da revolta; e maior ainda quando o viu convertido ao republicanismo, conhecidas que eram as suas convicções monárquicas. A decepção que isso causou a Ouro-Prêto foi tanto maior quanto êle sempre acreditara nas provas de acatamento e mesmo de gratidão que havia recebido de Wandenkolk — “provas de aprêço pessoal e de reconhecimento”, como êle recordará mais tarde, reiteradas ainda seis dias antes de 15 de Novembro, em frente a terceiros, no jantar que o Príncipe Dom Pedro Augusto dera em honra da officialidade chilena, quando Wandenkolk citara postos e condecorações que recebera do Persidente do Conselho ao tempo em que êste fôra Ministro da Marinha. E quanto ao seu “republicanismo”, maior surp̄resa causou ainda a Ouro-Prêto, pois tendo um jornal anunciado que êle iria ser agraciado com um título nobiliário que pertencera a pessoa de sua família, externara-se em grandes manifestações de regosijo, participando às guarnições dos navios sob seu comando a próxima concessão da mercê imperial, e antecipando-se até na aceitação de aplausos e congratulações por parte de colegas seus de armas⁵⁸⁰.

O concurso que a Marinha deu para a implantação da República limitou-se, assim, à participação de Wandenkolk e de Lorena nos últimos dias da conspiração e nos acontecimentos de 15 de novembro; às entrevistas

(580) É o que diz Ouro-Prêto no *Advento da ditadura militar no Brasil*. Queria êle referir-se ao título de Barão de Araguari, que pertencera ao pai de Wandenkolk, José Maria Wandenkolk, nascido em Portugal em 1806, mas que viera para o Brasil, se casara com brasileira e fizera tãda a carreira da Marinha de Guerra, morrendo no pòsto de almirante em 1874? Mas êsse título já havia sido concedido pelo próprio Ouro-Prêto a Antônio Dias Maciel, mineiro de Pitangui, em 10 de agosto de 1889, que passou a ser assim o 2.º Barão de Araguari. Era pai de Olegário Maciel, futuro Presidente do Estado de Minas Gerais.

que o lente da Escola Naval, Nelson de Vasconcelos, tivera com Mena Barreto e Bandeira poucos dias antes do golpe de Estado; e na parte que três oficiais de Marinha teriam tomado na revolta, mas que não sabemos até hoje em que exatamente consistiu. Esses oficiais foram o Capitão-Tenente João Nepomuceno Batista e os Tenentes João Retumba e Garcez Palha.

A não ser que se considere também como contribuição para a implantação da República a atitude das forças de Marinha — dois corpos de marinheiros e um de fuzileiros navais — que foram mandados para o Quartel-General na manhã de 15 de novembro, a fim de defenderem ali o Govêrno e que se conservaram, no entanto, em atitude passiva, não dando um passo sequer para aquêle fim. Mas essa atitude não foi só delas, foi também de tôda a tropa do Exêrcito considerada fiel ao Gabinete, e que estava igualmente ali postada. Aliás, que poderiam fazer em favor do Govêrno as referidas forças navais, se elas haviam sido postas sob o comando do General Almeida Barreto e êste, desde o início dos acontecimentos daquela manhã, havia feito causa comum com o Marechal Deodoro? Assumirem uma atitude de rebeldia contra êsse general ou saírem simplesmente de forma, para significarem um protesto pelo seu ato de felonía? Não era absolutamente possível.

Procura-se fixar o dia da revolta

Essa reunião do dia 11 em casa de Deodoro foi antes rápida, segundo o testemunho de um dos presentes, seu sobrinho Clodoaldo, "não só porque o fim dela era o de fazer-se a apresentação ao Marechal dos chefes republicanos civis, presentes no Rio, como também porque o mesmo se achava, nesse dia, atacado de forte dispnéia"⁵⁸¹. Além dos militares, estiveram ali presentes, dos civis, unicamente Quintino, Rui, Glicério e Aristides Lôbo. A reunião realizou-se por volta das 8 horas da noite. Clodoaldo recebeu os civis, encarregando-se Benjamim de apresentá-los a Deodoro.

Entre outras coisas, tratou-se de fixar a data do movimento. Houve debate, não se chegando, entretanto, a uma solução definitiva. Todos foram, porém, acordes em que deveria ser naqueles próximos dias, entendendo alguns que não conviria retardá-lo além do dia 18. Pareceu a outros que o sábado, 16, fôsse talvez a data mais indicada, por ser dia da habitual reunião do Ministério, presidida pelo Imperador, o que facilitaria a prisão de uma só vez de todo o Governo, impossibilitando, assim, os ministros de tomarem, cada qual, as suas providências, ou se ajudarem uns aos outros para sufocarem o golpe.

(581) Leôncio Correia, *op. cit.*

Diz Ouro-Prêto ter sabido, depois dos acontecimentos de 15 de Novembro, que a preferênciã pelo dia 16 era também porque nesse dia os Condes d'Eu pretendiam dar uma festa em casa dêles em honra da officialidade chilena — o que era verdade — “sendo, destarte, a um tempo, seqüestrados tôda a Família Imperial, o Ministério e quaisquer outras pessoas de quem pudessem receptar”. O Ministro da Itália, em officio de 18 de novembro, confirma essa versão, dizendo que era intenção dos conspiradores darem o golpe antes da abertura das Câmaras, marcada para o dia 20, acrescentando que ficara então assentada a noite de 16, *in cui la famiglia imperiale serebbesi trovata tutta riunita presso S. A. la Principessa ereditaria, per un concerto al quale anche il Corpo diplomatico era invitato.*

Diz Tobias Monteiro, repetindo o que ouvira de Francisco Glicério, que nessa reunião em casa de Deodoro se havia fixado o dia 20 para o levante da rebelião, dia em que “devia abrir-se a Assembléia Geral no Paço do Senado, onde se tinham de reunir a Família Imperial, o Ministério e os representantes da Nação”, quando então “as tropas rebeldes cercariam o Senado, prendendo a Família Imperial e o Ministério”⁵⁸². É como se vê, uma outra versão, mas que não deve ser a certa, porque o que se queria era dar justamente o golpe de Estado antes

(582) Sôbre os sentimentos monárquicos de Wandenkolk, há umas notas interessantes do almirante Ferreira Campelo, publicadas sob o título *Quem fêz a República* (cit. por Max Fleiuss, *História Administrativa do Brasil*) dizendo que na tarde de 15 de novembro jantava em casa do seu camarada Veloso, onde estavam, além de alguns officiaes de Marinha chilenos, o almirante Wandenkolk. Comentando os successos daquela manhã, e como êste dissesse que ia ter um encontro com Deodoro, quando saberia qual o regime que se iria adotar, lembrou-lhe Veloso a amizade que o Imperador lhe dedicava, o que o deixou “indeciso e vacilante”. Interveio então Campelo, para dizer que a seu ver, a conclusão lógica do golpe de Estado de Deodoro só podia ser a República; e que vendo Wandenkolk ainda indeciso, combinou com um outro camarada presente “seguir Wandenkolk para, no trajeto, ir fortificando o seu ânimo para a República”.

da abertura do Parlamento, como diz o Ministro da Itália, para se evitar uma possível reacção das Câmaras, pelo menos o protesto de alguns deputados e senadores, sempre possível, tratando-se, como se tratava, de um corpo de numerosas pessoas. Em que pese a afirmativa de Ouro-Prêto e de outros, a verdade é que os conspiradores e, sobretudo, Deodoro, pouco se importavam com a prisão da Família Imperial ou dos membros do Parlamento. O que êles visavam, e era todo o fim da conspiração, pelo menos até então, era o Govêrno, o Ministério, ou mais exactamente o Presidente do Conselho; obrigá-lo a demittir-se, fôsse com uma simples demonstração de fôrças e anulação de tôda resistênciã em favor dêle, como viria a acontecer, fôsse pela violênciã armada, caso êle resistisse à intimação. Feito isso, os rebeldes ficariam senhores da situação e agiriam como entendessem, segundo a evolução dos acontecimentos.

Muito embora êsse movimento devesse ter um caráter estritamente militar, ficou também assentado, parece que por sugestão do elemento civil republicano ali presente, apelar, “na ocasião precisa”, para o apoio popular. Mas a verdade é que chegada a ocasião, ninguém mais se lembraria de tal apoio, não se levando em conta nem a opinião da rua nem da população caseira da cidade, na certeza de que nem uma nem outra contavam, como de fato não contariam, no desenrolar dos acontecimentos. O principal seria surpreendê-las com a nova ordem de coisas que se pretendia instalar no País; porque uma vez ela estabelecida, a Nação — tôda ela — se apressaria em aceitá-la, como de fato iria aceitar, como um *fato consumado*. Não era o Brasil o país dos “fatos consumados” ?

Foi ainda essa certeza que levou os conspiradores a desprezarem o concurso das Províncias. Porque a não ser os rápidos contactos de última hora que alguns ofi-

ciais, Mena Barreto entre outros, e uns poucos civis, Quintino e Aristides Lôbo, por exemplo, tiveram com quatro ou cinco civis e militares de São Paulo, nem uma outra tentativa se faria para pôr os republicanos (inclusive os militares) de outras Províncias, mesmo as mais próximas, como Minas e Rio de Janeiro, ao corrente, ainda que superficialmente, do que se tramava no Rio contra o Govêrno. Como todo o resto do País e a igual da Capital do Império, elas seriam simplesmente surpreendidas pelo golpe de Estado da manhã de 15 de novembro. E com a mesma passividade com que o receberiam, iriam se mostrar em tudo e por tudo completamente conformadas com êle — salvo um início de reação que appareceria na Bahia, encabeçada pelo Presidente e o Comandante das Armas da Província, êste, por sinal, irmão de Deodoro, mas que não teria seguimento, como veremos mais para diante.

O fato de Deodoro haver consentido em receber em sua casa os chefes republicanos, para “dar feição mais ampla ao movimento”, como diz Bandeira, não significava necessariamente que êle já estivesse, nessa altura, decidido *definitivamente* a transformar o golpe que se tramava contra o Ministério numa arremetida contra a Monarquia, muito embora se pudesse admitir que recebendo os republicanos êle não afastasse de todo a hipótese da segunda solução. “Mas, na sua opinião a questão era simplesmente militar, e bastava ao Exército derrubar o Ministério”⁵⁸³.

Diz Sebastião Bandeira que “havia completa harmonia de vistas para a deposição da Monarquia entre os convivas do General”⁵⁸⁴, o que provava, segundo êle,

(583) Tobias Monteiro, *op. cit.*

(584) Foi o que disse também, muitos anos depois mas em outros termos, Rui Barbosa, isto é, que ao comparecer naquela noite à casa de Deodoro, já encontrara “adotada, por conselho unânime de todos, a forma republicana” (Discurso no Clube Militar em 26 de junho de 1921).

o fato de Quintino ter ido procurar Rui no dia seguinte, para comunicar-lhe “sua designação para Ministro da Fazenda”. Mas ministro de que Governo? Isso é não diz. Rui Barbosa, como já vimos, não era republicano, e o fato de Deodoro concordar com a sua designação para ministro podia bem significar que se tratava apenas, no pensamento do Marechal, de incluí-lo, não necessariamente num governo republicano de que acaso se cogitasse, mas na nova combinação ministerial que se teria certamente de fazer uma vez deposto o Gabinete Ouro-Prêto, combinação que se processaria, era evidente, nos quadros da Monarquia. E para isso Rui era uma pessoa indicada, dada a posição de combate que assumira na imprensa contra Ouro-Prêto e o seu Governo.

*

Admitamos, entretanto, como provável, que Deodoro, consentindo em interessar na conspiração os civis republicanos, estivesse, de fato, pelo menos em princípio, inclinado a ir com eles até à República. Mas ainda daí não se podia concluir que já estivesse *definitivamente* (repetimos o advérbio) convertido a essa idéia, que no fundo, todos sabemos, o repugnava, pois apesar de tudo éle “se sentia”, como diz R. Magalhães Júnior, “monarquista até à medula, avêso em tudo e por tudo a qualquer idéia que, mesmo vagamente, pudesse sugerir qualquer coisa de republicano”⁵⁸⁵. A prova era que somente a muito custo e com manifesta má vontade sua foi que acabou por consentir em receber os republicanos em sua casa. “Recebeu-os com uma frieza glacial”, confessaria o próprio Benjamim⁵⁸⁶. E quando Rui Barbosa,

- (585) *Deodoro*.

(586) O então Alferes João Serejo, amigo e depois genro de Benjamim Constant, relatando, anos mais tarde, os sucessos de 15 de Novembro, dos quais participou como aluno da Escola Superior de Guerra, diz que Benjamim não deixou de notar a “frieza glacial” com que Deodoro recebeu

apenas lhe foi apresentado, sugeriu levemente que o Marechal fizesse, no dia seguinte, profissão de fé republicana, Deodoro respondeu sem hesitar com um definitivo *não*⁵⁸⁷.

Que elle não se tinha *ainda* convertido a essa idéa (admitindo-se que algum dia acabou se convertendo a ela, mesmo quando chefe do Govêrno Provisório Republicano), ao consentir receber os civis republicanos, tem-se a prova no depoimento que Francisco Glicério, também ali presente, prestaria anos depois a Tobias Monteiro, contando o que custou a Benjamim Constant convencê-lo, naquela noite, de que não se devia limitar o golpe projectado a uma simples mudança de Ministério, e que a preservação da Monarquia, longe de sanar os males que todos se empenhavam em suprimir, só podia servir para agravá-los ainda mais. O esforço de dialéctica e de raciocínio que Benjamim teve de despender para convencê-lo disso, sobretudo para afastá-lo da idéa a que Deodoro sempre se apegara, de não faltar com sua fidelidade ao Imperador, de não trair seus compromissos de submissão e de respeito ao velho monarca, de quem insistia em dizer-se amigo e do qual recebera em todos os tempos as mais significativas provas de aprêço, elle e tôda a sua família, foi em verdade de um valor decisivo para elle

em sua casa, nesse dia 11, os civis republicanos (*Pactos de sangue na proclamação da República*). Um outro amigo e também depois genro de Benjamim, o então Alferes José Beviláqua, e ambos repetindo, naturalmente, o que ouviriam do sogro, refere-se à attitude desconcertante de Deodoro quando lhe foram apresentados os civis republicanos. Diz elle: "Feitas as apresentações pelo Dr. Benjamim, o Marechal conservou-se calado por muito tempo, deixando a todos em torturante constrangimento. Veio despertá-lo dessa profunda concentração a voz do criado annunciando estar pronto o chá. E o Marechal, que era franco e cavalheiro, não se lembrando da presença dos convidados, respondeu: *Diga que não quero chá*. Então o Dr. Benjamim rompeu o silêncio e, em frases eloquentes e inflamadas, recordou-lhe o objetivo da presença daqueles chefes civis ali reunidos a seu convite e autorizado pelo Marechal", etc. etc. (Carta de José Beviláqua a Ernesto Sena, e por este transcrita no seu livro *sôbre Deodoro*).

(587) Leôncio Correia, *op. cit.*

transigir nessa noite com a idéia da República. “E embora a palavra não lhe fôsse habitualmente fácil, diz Tobias Monteiro referindo-se a Benjamim, teve um verdadeiro rasgo de eloquência exortando Deodoro e concitando-o a proclamar a República. Quando êle calou, disse o Marechal pausadamente: ‘Eu queria acompanhar o caixão do Imperador, que está velho e a quem respeito muito’. Depois acrescentou, passando e repassando o dorso de uma mão contra a palma da outra: ‘Êle assim o quer, façamos a República. Benjamim e eu cuidamos da ação militar; o Sr. Quintino e os seus amigos organizam o resto’ ”⁵⁸⁸.

Êle assim o quer... Sim, bem que o queria Benjamim. E embora tivesse arrancado o consentimento de Deodoro à custa daquele rasgo de eloquência de que nos fala Tobias, bem sabia êle o valor que podia ter essa rendição do velho Marechal sob a pressão de seus argumentos e de seus insistentes rogos. Melhor do que ninguém, Benjamim se dava conta do esforço que Deodoro tivera de fazer sôbre sua própria consciência para, renegando um passado de fidelidade e de acatamento ao Imperador, de reiteradas afirmações de fé monárquica, assumir o compromisso de apeiar o Monarca do trono e implantar no Brasil um regime que êle não cansara nunca de condenar, do qual sempre fizera o pior dos conceitos, e que a seu ver só poderia trazer a desgraça para o Brasil e os brasileiros.

Sabia também Benjamim, por outro lado, quanto enganava a personalidade do velho militar, que parecendo invulnerável, de uma voluntariosa e inquebrantável fôrça de vontade era, no fundo, em certas ocasiões, a de um fraco, uma natureza volúvel e movediça, inconstante, sem raízes profundas em si mesma e sujeita, portanto, às

(588) *Op. cit.*

mais surpreendentes contradições. Daí a precariedade daquela sua conversão e, conseqüentemente, o receio de um possível arrependimento, de uma *volta-face*, tão comum nêle, de um recuo movido pelo remorso de haver cedido naquilo justamente que não pretendia, que não queria, e entendia não dever ceder.

O receio de Benjamim devera ser tanto maior quanto já se estava em vésperas do golpe de Estado, numa altura em que o mesmo não podia mais ser adiado, não sendo assim de esperar que se oferecesse uma outra ocasião para Deodoro reafirmar, em têrmos mais convincentes e por sua própria e espontânea vontade, a decisão de implantar a República no Brasil. Sobretudo num ambiente mais calmo do que aquêle em que se vira premido a assumir êsse compromisso, onde êle se sentisse mais à vontade, fôsse senhor de si mesmo e não estivesse, como naquela noite, rodeado e cercado por elementos republicanos a arrancar-lhe a todo o custo uma decisão que repugnava à sua consciência e ia de encontro às suas mais enraizadas convicções.

Tobias Monteiro, repetindo sempre o que ouvira de Glicério e, êste, se reportando, por sua vez, ao que presenciara quatorze anos antes, diz que obtido o compromisso de Deodoro de proclamar a República e antevendo já “um sinal de vitória, começou-se a cogitar do nôvo Govêrno”; que em certa altura Deodoro declarou que êle queria ser o Ministro da Guerra, ficando Benjamim como Chefe do Govêrno, contra o que êste protestou, e com êle todos os presentes, dizendo que a nenhum outro, senão ao Marechal, cabia êsse pôsto. E que Deodoro ainda tentou esquivar-se, indicando para o lugar o nome de Quintino, mas que “era tão grande a insistência e tão calorosa a unanimidade, que acabou aceitando o papel que lhe destinavam”⁵⁸⁹.

(589) *Op. cit.*

Ouro-Prêto é informado da conspiração

Já desde algum tempo que o Visconde de Ouro Preto vinha recebendo denúncias de que alguns oficiais do Exército andavam conspirando contra o Governo. O Presidente do Conselho não quis, a princípio, dar crédito a tais notícias, que êle considerava como meros boatos. Não acreditava na possibilidade de uma sublevação militar. Parecia-lhe que para isso seria preciso levantar uma parte considerável, pelo menos, da guarnição da Côrte, e desta êle tinha, através do Ministro da Guerra e do Ajudante-General do Exército, as melhores informações sôbre a sua fidelidade ao Governo e ao regime estabelecido. Que havia um grupo de oficiais descontentes com o Ministério, tendo à frente o Marechal Deodoro, procurando angariar adeptos nas tropas da guarnição, todos o sabiam; que alguns civis republicanos andavam em confabulações com êsses oficiais, a envenenar-lhes ainda mais o espírito, também era sabido. Mas nem êstes, nem aquêles, pelo número reduzido que eram e por falta de meios adequados, podiam dar ao Governo maiores preocupações.

Ouro-Prêto chegava a admitir a possibilidade de um motim militar. Mas limitado a um número tão reduzido de tropas, um batalhão, dois, três, quando muito, que não seria difícil sufocá-lo com os elementos militares que lhe sobravam. Não deu, por isso, maior importância às denúncias que vinha recebendo, algumas das quais

anônimas: preferiu atribuí-las a adversários políticos seus, com o propósito unicamente de amedrontá-lo, ou à inimizade com as pessoas que êsses avisos apontavam como conspiradores.

Essa confiança que o Chefe do Govêrno tinha na fidelidade da guarnição da Côrte, no sentido de que não se sublevaria contra êle, podia até certo ponto justificar-se, pois era certo que a grande maioria dela se mantinha estranha ou, pelo menos, impermeável a tôda a tentativa de sublevação. Como de fato se manteve. No que êle, entretanto, se enganou, e como Chefe do Gabinete tinha o dever de não se enganar, foi em não prever que ela se desinteressasse pela sorte do Govêrno, cruzasse os braços e deixasse que uma minoria audaz da guarnição se levantasse contra êle, quer dizer, justamente o que iria acontecer. Tinha o dever de prever porque, apesar das informações tranqüilizadoras que recebia das altas autoridades militares, era por todos sabido o estado de indisciplina e de desorganização que reinavam na guarnição, e uma tropa em tais condições não podia inspirar confiança a ninguém.

Essa situação de descalabro no Exêrcito era de tal modo evidente que o Ministro de Inglaterra, afinal um estrangeiro, que não dispunha da centésima parte das informações que o Govêrno possuía, não precisou de muita argúcia para prever o que o Presidente do Conselho não previu. Antes mesmo de Ouro-Prêto subir ao Poder, êsse diplomata já mandara dizer para Londres que em face da decadência física e espiritual do Imperador, da impopularidade da Princesa Imperial e da pouca confiança que o Govêrno Imperial inspirava ao Exêrcito, havia tôda “possibilidade de uma revolução num futuro não muito distante”. Isto êle dizia em dezembro de 1888, seis meses antes, portanto, de Ouro-Prêto ser Govêrno e um ano antes da revolta de 15 de

Novembro. E três dias depois da queda do Império, narrando os acontecimentos que a haviam precedido, êsse diplomata lembrava que a tinha desde muito previsto, não só devido ao estado de saúde do Imperador e à impopularidade da Princesa Imperial e do seu marido, como “acima de tudo às condições de indisciplina do Exército e às tendências republicanas de muitos oficiais”⁵⁹⁰.

Assim, levado por êsse excesso seu de confiança, Ouro-Prêto nada fêz para punir ou, pelo menos, afastar da Côrte os militares — os poucos militares — que, todos sabiam, inclusive a sua Polícia, conspiravam contra o Govêrno. Mais tarde, depois do “fato consumado”, êle tentaria justificar-se dizendo que ainda que o quisesse fazer, não o consentiria o Imperador, não só por falta de provas contra êsses oficiais, como pela conhecida tendência do Monarca em ser para tudo tolerante, propenso sempre para as medidas de clemência. “Para entrar em um caminho de rigor, dirá êle, praticando violências contra pessoas que os boatos apontavam como envolvidas nos conciliábulos, eu teria que contar com a oposição do Imperador”⁵⁹¹.

Certamente que o Imperador não consentiria que se perseguisse quem quer que fôsse levado unicamente por boatos. Mas não eram somente boatos que chegavam aos ouvidos do Govêrno. Eram fatos, fatos positivos e concretos, trazidos inclusive pelo seu Chefe de Polícia, o Conselheiro Basson, e que não podiam, por isso, ser desprezados. Pois quando foi da sessão do Clube Militar, na noite do baile da Ilha Fiscal, Basson não o informou da decisão ali tomada, por dezenas de oficiais, de entregar a Benjamim Constant a solução da “questão militar”?

(590) Offício de 17 de novembro de 1889.

(591) *Op. cit.*

Bem como do compromisso por êste assumido, de resolvê-la dentro de poucos dias? Resolvê-la, era evidente, só podia ser pela violência armada. Acaso tomou o Governo qualquer providência para, pelo menos, fazer seguir ostensivamente os passos de Benjamim, dando-o, assim, a entender que estava sendo vigiado? Já que não queria ou não podia prendê-lo por falta de provas, como dizia Ouro-Prêto, bastaria fazê-lo saber que havia sido descoberto, para êle restringir ou mesmo suspender suas atividades de conspirador, não só pelo receio de se comprometer ainda mais como para não criar dificuldades aos seus companheiros de conjura. Ouro-Prêto estava, portanto, informado de que algo se preparava contra o Governo, e informado por uma fonte, afinal, insuspeita, que era a sua própria Polícia, e no entanto nada fêz para desmascarar uma conspiração que embora já em curso desde vários dias, podia ainda ser desfeita antes que ela se concretizasse com vários elementos suspeitos da guarnição militar da Côrte, coisa que se iria fazer nesses poucos dias que precederiam o 15 de Novembro.

Uma outra explicação que êle daria para justificar essa sua inação foi que as altas autoridades militares do Governo, a começar pelo Ajudante-General do Exército, inteiradas do que se passava, lhe deram sempre a certeza de que nada havia que recear, pois estavam tôdas vigilantes e não se deixariam surpreender. Quanto a isso êle tinha, de fato, razão, porque as informações dadas por Floriano Peixoto, pelo menos até dois dias antes da revolta, foram sempre, em verdade, as mais tranqüilizadoras, ou porque êle estivesse sinceramente convencido de que não havia perigo a temer, ou porque quisesse com isso iludir o Governo a fim de que os conspiradores pudessem levar avante o seu plano de subversão da ordem.

Haja vista, por exemplo, a reunião em casa de Deodoro na noite de 11 de novembro, quando lá apareceram pela primeira vez os civis republicanos. Embora realizada sob o maior sigilo, ela pôde facilmente ser descoberta quando a Polícia surpreendeu Rui Barbosa tomando um bonde no Largo da Lapa, embuçado num capote (era uma noite de chuva), a gola levantada, o chapéu desabado, com tôda a aparência de não querer ser reconhecido. Tendo sido entretanto identificado, e acompanhado discretamente pelo 1.º delegado, não foi difícil saber-se para onde ia, isto é, a casa do Marechal Deodoro, que a Polícia já havia localizado como um dos pontos suspeitos de reunião de alguns oficiais da guarnição militar da Côrte. “Êsse fato, dirá o Conselheiro Basson, fêz crer nas suspeitas de qualquer plano sedicioso, visto como êsse jornalista vinha constantemente excitando o Exército contra o Govêrno”. Apressando-se em relatar êsse fato ao Ajudante-General do Exército, êste mostrou-se surpreendido, dizendo que estivesse tranqüilo. “Não creio, disse-lhe Floriano, em plano ou pensamento do Exército com unidade de vistas para um movimento qualquer”. Resposta evasiva, como se vê, e num certo sentido de má fé. Ele não negava que houvesse um plano de conspiração; apenas dizia não acreditar que êsse plano reunisse a “unidade de vistas” do Exército — como de fato não reunia. E num talvez desencargo de consciência acrescentou que podia haver “um grupo de oficiais descontentes e insubordinados” — *como sempre houve*, disse, mas que êle iria exercer também a sua polícia: “Vou também exercer a minha polícia e estarei atento em vista do que me diz”⁵⁹².

Apesar dessas palavras tranqüilizadoras, novas informações iam chegando aos ouvidos do Chefe de Polícia,

(592) Gustavo Barroso, *Floriano Peixoto e o 15 de Novembro*. -

confirmando até certo ponto os seus receios. Assim, no dia seguinte à conversa que tivera com o Ajudante-General do Exército, soube Basson que qualquer coisa de anormal se passava nos 1.º e 9.º Regimentos de Cavalaria, aquartelados em São Cristóvão e pertencentes à 2.ª Brigada. Segundo ouvira, se “amolavam” ali as espadas e se preparavam as carabinas. Logo alertou o Comandante da Polícia Militar, Coronel Andrade Pinto, para que fizesse o mesmo com as fôrças sob seu comando, no que não foi, entretanto, obedecido, por achar êsse coronel que era uma precaução “imprudente”, que daria certamente na vista; ainda porque não acreditava no que se propalava com relação àqueles regimentos, “a menos que estivessem loucos⁵⁹³”.

Não se podia afirmar que Andrade Pinto, procurando tranquilizar o Chefe de Polícia e fingindo não dar importância às notícias de sublevação de tropa a ponto de se recusar a pôr de sobreaviso a fôrça que comandava, estivesse querendo simplesmente enganá-lo. Mas pelo seu procedimento daí a poucos dias, tudo faz supor que já nessa altura tivesse feito causa comum com os conspiradores. Comandando um corpo de polícia numeroso e bem adestrado, e que valia, pelo menos em número, quase que tôdas as unidades do Exército aquarteladas na Côrte, o concurso dessa tropa era considerado imprescindível para a defesa do Govêrno. Sua defeção na manhã de 15 de novembro seria assim um dos fatores que mais contribuiriam para a queda do Ministério. Essa atitude de Andrade Pinto, como tantas outras no correr dos acontecimentos, iria dar a maior decepção ao Visconde de Ouro Preto, que sempre contara com a sua

(593) As informações que tinha Basson não eram nada infundadas. De fato os Tenentes Saturnino Cardoso e Santos Rosa, auxiliados por inferiores e praças, preparavam munição nesses dois regimentos de cavalaria, reduzindo até projéteis de maior para menor calibre.

fidelidade. “Por suas relações de família, dirá o Visconde, ufanava-se de ser um dos mais dedicados adeptos da Monarquia”, considerando-se “entre os mais sinceros e reconhecidos amigos do Governo”. Entretanto, lamentará melancolicamente Ouro-Prêto, marchou para o Quartel-General em defesa do Ministério com as espingardas propositalmente descarregadas, para logo bandear-se para os revoltosos “ao simples aspecto de um Marechal sublevado”.

Preocupado com as notícias que recebera sôbre o que se passava nos dois Regimentos, voltou Basson a procurar Floriano. Foi vê-lo na noite de 11, na sua casa da Rua Escobar, em São Cristóvão, por sinal que na mesma noite em que os conspiradores, civis e militares, se reuniam em casa de Deodoro para assentarem definitivamente o golpe de Estado contra o Governo e possivelmente contra a Monarquia. Inteirando-o de tudo o que sabia, mostrou-lhe Basson uma carta que Ouro-Prêto acabara de receber denunciando “os fatos já relatados, menos o aprontamento das espadas, e referindo nomes de diversos oficiais comprometidos” — inclusive o próprio Floriano.

A tudo ouviu êste com a mais absoluta calma e sem demonstrar a menor alteração de espírito, mas acabando por confessar que eram verdadeiros os boatos de alteração da ordem, e que o caso era “mais sério do que se supunha”. A princípio disse não acreditar na participação de Deodoro, mas acabou por admiti-la, fazendo ver que êste não era homem para brincadeiras, impulsivo e audacioso como era. Passando depois em revista as forças com que podia contar o Governo, o que valia implicitamente em admitir a possibilidade de uma sublevação de tropas, disse que contava seguramente com o 1.º, o 7.º, o 10.º e o 24.º de Infantaria. Tudo isso Floriano confidenciava em voz baixa, porque, dizia,

numa casa vizinha à sua morava o Capitão Olímpio da Fonseca, sobrinho de Deodoro, filho de seu irmão Severiano, e que por certo estava já informado da presença ali do Chefe de Polícia. De fato, quando êste deixou, pouco depois, a casa de Floriano, pareceu-lhe ver o Capitão Olímpio à porta da casa ao lado.

O fatídico dia 11 de novembro

Isso se passava, como dissemos, na noite de 11 de novembro, dia por assim dizer crucial para a Monarquia, porque foi nêle que ficou selada, pode dizer-se, a sua sorte. De fato, foi nesse dia, pela tarde, que Benjamim Constant e Sebastião Bandeira obtiveram que Deodoro recebesse em sua casa os chefes civis republicanos, levados ali ao cair da noite. Foi igualmente nessa noite que apareceram também em casa de Deodoro, Wandenkolk e Lorena, significando a participação, pela primeira vez, de elementos da Marinha no golpe que se preparava contra o Govêrno. Ainda nessa noite e nessa mesma reunião foi que se decidiu *fazer a revolução* o mais tardar até o dia 20; e também foi aí que Deodoro resolveu admitir a possibilidade de essa revolução ser contra a Monarquia⁵⁹⁴. Também nessa noite, numa reunião havida no 2.º andar de uma casa da Rua de São Cristóvão, onde residiam os irmãos tenentes Aníbal e Saturnino Cardoso, se assinaram os dois *Pactos de sangue*, pelos quais grande parte da oficialidade dos 1.º e 9.º de cava-

(594) Ainda com relação às disposições de Deodoro, de sacrificar a Monarquia, cabe lembrar as palavras que Jaques Ourique diz ter ouvido do Marechal em 12 de novembro de 1889: "Eu também sempre fui monarquista, ainda que muito desgostoso e descontente nestes últimos tempos. Agora é forçoso convencer-mos de que com a Monarquia não há salvação possível para a Pátria nem para o Exército. Já temos provas de que, depois de tudo o que fizemos, êles seguiriam a mesma senda e tratariam de aniquilar o Exército. E, demais, a República virá com sangue se não formos ao seu encontro sem derramá-lo" (Leôncio Correia, *A verdade histórica sobre o 15 de Novembro*).

laria e 2.º de Artilharia, se comprometia a seguir Benjamim Constant “até à morte” na arremetida contra o Trono⁵⁹⁵. Como foi, finalmente, ainda nessa mesma noite que Floriano Peixoto, interpelado pelo Chefe de Polícia, decidiu, afinal, admitir a possibilidade de Deodoro encabeçar uma sublevação contra o Governo. Assim, os fatos que se irão dar nos três seguintes dias e precederam imediatamente o 15 de Novembro são, por assim dizer, desdobramentos de tudo o que se passou, se combinou e se decidiu no dia 11. Pelo que se pode bem dizer que apesar de uma certa relutância de Deodoro em dar por terra com a Monarquia, a República já era, a 11 de novembro, uma quase realidade.

No dia 12, à tarde, houve reunião do Gabinete, que se fazia geralmente na Secretaria do Império. Sem dar maior importância ao assunto, limitou-se o Presidente do Conselho a pedir a atenção dos ministros para as notícias pouco tranquilizadoras que corriam, de perturbação da ordem, dizendo esperar que êles estivessem atentos para tomarem com tempo as providências necessárias a fim de se evitar um agravamento da situação.

Desde logo tranquilizou-o o Ministro da Guerra, Visconde de Maracaju, que tendo estado afastado da Pasta, por doença, desde 19 de outubro, reassumia agora o

(595) A Idéia d'esses “Pactos” partiu de Mena Barreto, Bandeira e Joaquim Inácio, para “tornar mais garantido o compromisso tomado por todos os que se achavam envolvidos na conspiração”, diz Ernesto Sena (*Deodoro*). Por outras palavras, para amarrar quantos estavam comprometidos com o projetado golpe de Estado, e não deixar que êles se escapulissem amanhã, se as coisas não andassem conforme os planos. O primeiro Pacto foi assinado por 32 oficiais do 1.º e do 9.º Regimentos de Cavalaria, sendo 5 capitães, 5 tenentes, 16 alferes (um dos quais do 10.º Regimento), 4 alferes-alunos e 2 cadetes representando inferiores daqueles regimentos. Nesse documento, seus signatários aderiam “sem reservas ao eminente cidadão a quem agora se dirigem [*Benjamim Constant*], selando êste compromisso com o seu sangue, se necessário se fizer derramá-lo nas praças públicas”. O segundo “Pacto” foi assinado por 19 oficiais do 2.º Regimento de Artilharia, sendo 4 capitães, 14 tenentes e 1 alferes-aluno. Diziam que acompanhariam Benjamim Constant “em suas deliberações até o terreno da resistência armada” (*Ernesto Sena, op. cit.*).

cargo. Disse que tinha estado naquela manhã com o Marechal Floriano, e que tanto êste como êle próprio, estavam vigilantes. Sem embargo, Lourenço de Albuquerque, Ministro da Agricultura, sugeriu que o Govêrno fizesse qualquer declaração pela imprensa, desmentindo as notícias exageradas que corriam, de embarque de batalhões para fora da Capital e de ordens de prisão de oficiais do Exército, pois se fazia muita exploração em tôrno dessas notícias. Seu alvitre, porém, não prevaleceu⁵⁹⁶.

Enquanto isso, isto é, enquanto Ouro-Prêto e os seus ministros “dormiam”, o “vulcão” a seus pés se agitava (“estamos sôbre um vulcão”, diria pouco depois Floriano). Assim, no dia seguinte, 13, Sebastião Bandeira ia procurar o Capitão Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro, para queixar-se da attitude do Tenente-Coronel Silva Teles, Comandante do 1.º Regimento de Cavalaria e interinamente da 2.ª Brigada, que se opondo ao sentimento da officialidade do regimento, se mostrava contrário ao projetado movimento. Sendo êsse regimento, com o 9.º, também de cavalaria, ambos pertencentes àquela brigada, um dos principais elementos com que

(596) Segundo Maracaju, nessa reunião do Gabinete a questão militar só foi tratada ligeiramente, e foi o seu colega da Agricultura quem, já no final da reunião, lhe confiou constarem-lhe “coisas desagradáveis” sôbre um possível pronunciamento militar. — Para Gusmão Lôbo, apesar de o Govêrno estar prevenido de que os militares conspiravam, “só o Ladário e o Lourenço mostravam-se compenetrados da gravidade do perigo, pois que o tinham por muito verdadeiro”. Ouro-Prêto, segundo Lôbo, julgava andar nisso muita exageração; não acreditava que os militares tentassem depô-lo e confiava absolutamente no Ajudante-General, que o tranquilizava. O Cândido de Oliveira era de igual parecer e, por último andava embevecido pelo seu recente casamento, a ponto de divorciar-se das preocupações da pasta. Maracaju, doente, frouxo e incapaz, nada temia porque nada previa e nada sabia — um parvalhão”. Acrescentu Gusmão Lôbo que nessa conferência ministerial foi Lourenço de Albuquerque quem tocou na questão militar, “o que parecia sempre desgostar Ouro-Prêto”, insistindo Ladário nas suas apreensões. “No entanto não se fez mais do que conversar”. conclui Gusmão Lôbo: “O Ministério vivia *au jour le jour*, isto é, pensava ir atalhando os fatos para sôbre êles deliberar como as circunstâncias fôsses aconselhando” (Arquivo do Itamaraty).

contavam os conspiradores, o fato impressionou muito o Capitão Hermes, que decidiu então ir buscar Silva Teles para levá-lo à presença do tio, a fim de ver se este o tornava menos intransigente. Deodoro não conseguiu sua adesão, mas convenceu-o, mostrando a extensão que tomara o movimento e o número de adesões de unidades da guarnição da Côrte mais ou menos comprometidas, que seria pura perda qualquer tentativa sua de resistência.

Nesse mesmo dia 13, à noite, Benjamim, Solon e Quintino se reuniam no escritório dêsse último, à Rua do Carmo, para tentarem novamente fixar a data do movimento. A verdade é que os dias iam passando e nada de definitivo se resolvia sôbre isso, pondo assim em risco todo o trabalho já feito pelos conspiradores, civis e militares. Quintino e Solon não estavam mais dispostos a pacientar, porque tôda “demora nos poderia ser fatal”, dizia Quintino. Tanto êle como Solon opinavam pelo dia 15, quer dizer, daí a dois dias. Mas Benjamim não se decidia, entendendo que seria um êrro precipitar o movimento. Vendo-o, assim, temeroso e hesitante, e com o fim de levá-lo a uma decisão, propôs Solon, “tomando uma fôlha de papel, que ali exarássemos a nossa firme resolução de proclamar a República no dia 15, jurando que essa resolução era inabalável”. A isso, porém, se opôs Quintino ponderando que ali se achavam três homens de bem, leais e sinceros, que não precisavam de se darem ou se pedirem garantias. Por fim nada se decidiu, alegando Benjamim que não podia resolver naquela noite sôbre a data do movimento, porque precisava antes se entender com alguns amigos do Clube Naval, o que faria na noite seguinte, 14 “e que só depois disso é que poderia fixar o dia da revolta”⁵⁹⁷.

(597) Carta de Quintino Bocaiúva à viúva Solon (Ernesto Sena, Deodoro).

Foi ainda nesse dia 13 que Floriano teve um encontro com Deodoro, a pedido dêste, pedido de que fôra transmissor aquêle Capitão Hermes. Hermes residia em São Cristóvão, à Rua Escobar, com o sogro e tio, Pedro Paulino da Fonseca, numa casa vizinha à do Ajudante-General. Foi-lhe fácil, assim, surpreender Floriano quando êste saía de casa, nessa manhã do dia 13, com o convite que lhe fazia Deodoro. Floriano, muito embora viesse evitando ter encontros com o seu velho camarada, não pôde, dessa vez, pegado como fôra de surpresa, fugir ao convite. "Está bem, disse, vou já".

Apesar da diferença de idade que os separava — cêrca de vinte anos — Floriano se fazia muito amigo de Deodoro, e sempre que podia não deixava de ir procurá-lo. Ultimamente, porém, êle vinha espaçando suas visitas, e desde o começo de outubro não aparecia em casa do Marechal. Tendo sabido de que se articulava qualquer coisa parecida com uma conspiração contra o Governo, e precavido como sempre fôra, evitava certamente comprometer-se com a sua presença entre os que visitavam Deodoro. Certa vez encontrando-se, ao sair de casa, com Pedro Paulino, e como para explicar suas ausências em casa do irmão, dissera: "Não tenho ido ver o Manuel. Você sabe, essas histórias..."⁵⁹⁸. Não era tanto um encontro com Deodoro que êle evitava, mas sobretudo com a espécie de gente que lhe frequentava a casa — alferes, tenentes, alguns capitães, intoxicados quase todos de idéias republicanas e de propósitos francamente subversivos. Não querendo assumir nenhuma atitude contra êles, na sua qualidade de Ajudante-General, achava preferível manter-se longe e ignorá-los. Tanto assim que alguns dias antes, quando o procurara um outro sobrinho de Deodoro, o Capitão Percílio, pro-

(598) Tobias Monteiro, *op. cit.*

pondo-lhe acompanhá-lo à casa do Marechal, Floriano se esquivara, pretextando falta de tempo.

Desta vez, porém, não lhe foi possível fugir ao chamado. Lá foi, pois, ter com o seu camarada de armas nessa manhã do dia 13, acompanhado pelo próprio Capitão Hermes. Encontrou-o na companhia do Capitão Percilio. Deodoro começou por expor-lhe “o profundo descontentamento que reinava nas Fôrças Armadas do Exército pelos atos de perseguição, de ofensas e de violências praticadas pelos Poderes Públicos contra a classe militar”, inteirando-o, em seguida, da marcha da conspiração e da sua decisão de promover uma demonstração armada contra o Govêrno. Não falou em derrubada da Monarquia nem em proclamação da República. Tôda a sua irritação foi contra Ouro-Prêto e os seus ministros. Disse esperar que Floriano, como seu camarada, compreendesse a razão de ser de suas queixas, e se juntasse a êle na defesa dos interêsses de tôda a classe militar.

A primeira reação de Floriano foi para dissuadir Deodoro de qualquer tentativa de revolta, muito embora se mostrasse sensível às suas razões. “Declarou que no seu modo de ver, os atos do Govêrno não autorizavam, na ocasião, semelhante extremo, e que talvez fôsse possível fazer uma última tentativa junto ao Gabinete ministerial”⁵⁹⁹, oferecendo-se êle para servir de intermediário. Deodoro recusou: já não queria mais saber de palavras, o momento era de ação; e ainda que só pudesse contar com “quatro gatos-pingados”, pôr-se-ia à frente da revolta.

*

(599) Ernesto Sena, *Deodoro*. — Referindo-se a essa entrevista, diz Sebastião Bandeira que o intuito do Marechal fôra obter “a adesão de seu colega ao movimento, conforme ficara assentado na reunião do dia 11” em casa de Deodoro, e da qual participara Bandeira. Mas que o Ajudante-General se mostrara “contrariado com tal convite” (Bandeira, *op. cit.*).

Tem-se repetido que nessa altura da entrevista Floriano lhe houvera dito, vendo Deodoro inabalável em sua decisão de sublevar-se contra o Ministério, que se *a coisa era contra os casacas*, êle sempre tinha em casa uma espingarda velha. Tais palavras, porém, devem ser dadas como suspeitas e pouco prováveis, porque em consequência do conhecido feitio de Floriano, reservado e precavido, além das disposições que o animavam nesse momento, de conter os impulsos de Deodoro, não é de crer que as tenha pronunciado. Aliás, o próprio Deodoro se encarregaria mais tarde de implicitamente as desmentir, dizendo a Jaques Ourique que nessa entrevista Floriano “nem de leve indicou que tomaria o mínimo compromisso ou apoiaria, mesmo passivamente, o ato de Deodoro, só lhe dizendo ao sair, em corroboração às idéias que antes manifestara: “*Manuel, só te digo que não debes fazer nada antes de tentar um acôrdo com o Govêrno*”⁶⁰⁰. Soldado cem por cento, disciplinado como sempre o fôra e refratário por temperamento a tôda manobra política, Floriano se mostrara sempre inimigo de qualquer tentativa contra a ordem legal e as autoridades constituídas, e é ainda Deodoro quem nos dá a prova disso, dizendo que “sempre que o abordei, declarou-me que não se meteria em coisa alguma para derrubar Ministérios”⁶⁰¹.

Tanto não deve ser verdade que Floriano se tenha de qualquer modo comprometido com Deodoro nessa entrevista do dia 13, mesmo sabendo que se tratava de um golpe de Estado contra os *casacas*, que ao sair logo se apressou em escrever ao Ministro interino da Guerra, Conselheiro Cândido de Oliveira, annunciando que alguma coisa se tramava contra o Govêrno, muito embora o

(600) Leôncio Correia, *A verdade histórica sobre o 15 de Novembro*.

(601) Oliveira Viana, *O Ocaso do Império*.

fizesse em termos vagos e algo misteriosos, que longe de servirem de elemento de convicção para o Ministério, o deixariam, até certo ponto, descrente de que houvesse realmente qualquer coisa de mais sério.

De fato. Nesse dia 13 — era uma quarta-feira — Ouro-Prêto devia ir a Petrópolis despachar com o Imperador. Não foi, por ter gravemente enferma uma pessoa de família, não tendo mesmo se avistado com nenhum de seus colegas do Governo. Eis senão quando recebe, na manhã do dia seguinte, uma carta de Cândido de Oliveira, encaminhando uma outra que recebera na véspera do Marechal Floriano. Em sua carta, o Ministro se limitava a dizer que estava “vigilante”, e que se soubesse de alguma coisa não deixaria de avisar o Presidente do Conselho, achando bom, entretanto, que êste recomendasse *cuidado ao Maracaju*. A carta de Floriano dizia assim:

“Rio, 13-11-89. Exmo. Amigo Sr. Conselheiro. — A esta hora deve V. Ex. ter conhecimento de que tramam algo por aí além. Não dê importância, tanto quanto seria preciso, confie na lealdade dos chefes, que já estão alertas”⁽⁶⁰²⁾.

Não se sabe a que horas Floriano teria escrito essa carta. Mas tudo faz supor que o tenha feito ao voltar da entrevista com Deodoro. E vem então a peito perguntar porque teria êle decidido denunciar o seu camarada, muito embora não lhe citando o nome? Por lealdade para com o Governo que servia? Pelo desejo de trair e denunciar os conspiradores? Por desengargo de

(602) Ouro-Prêto, *op. cit.* — Floriano terminava a carta agradecendo, “mais uma vez”, os favores recebidos de Cândido de Oliveira e lhe fazendo um novo pedido: para que um afillado seu, o Coronel Francisco da Fonseca e Silva, ficasse em comissão no Rio, no que foi prontamente atendido. Foi esse official que na manhã de 15 de novembro se apoderou do comando da Polícia da Província do Rio, que marchava em defesa do Governo, para colocá-la, pouco tempo depois, à disposição dos revoltosos...

consciência? Já dissemos que procurar descobrir ou tentar interpretar os sentimentos de Floriano é tarefa perdida, dada a impermeabilidade desse homem, seu poder de dissimulação e absoluto domínio de si mesmo. Contudo, a conclusão mais plausível é que a tenha escrito por um simples desengano de consciência. Tendo sabido na fonte mais autorizada — o chefe mesmo da conspiração, do golpe que se armava contra o Govêrno, não quis assumir a responsabilidade, perante sua própria consciência, de guardar para si e esconder de seus superiores tão grave revelação. Por lealdade para com o Govêrno? Talvez. Mas num certo sentido porque desejava ainda, e sinceramente, salvar Ouro-Prêto, sem contudo comprometer inteiramente seus camaradas de armas. Daí os têrmos vagos e obscuros da carta.

Ouro-Prêto se precavém contra a revolta

Sem dar grande importância — tanto quanto era preciso, no próprio dizer de Floriano — à advertência dêste, como de resto não lha dera também Cândido de Oliveira, partiu Ouro-Prêto, cêrca do meio-dia, para a Repartição do Tesouro (êle era Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda). Dali convocou o Ministro da Justiça e o da Guerra, assim como o seu irmão, Conselheiro Carlos Afonso, Presidente da Província do Rio. Ao chegar Maracaju, interpelou-o sôbre a denúncia contida na carta de Floriano. Maracaju limitou-se a dizer que ficasse tranqüilo, pois “a ordem pública não será alterada”; e que no caso contrário, “sobrariam ao Govêrno elementos de repressão”⁶⁰³. E para melhor sossegá-lo acrescentou: “Pela 1.^a Brigada, pelo menos, respondo eu”. Essa brigada era comandada, como sabemos, por seu irmão o Barão do Rio Apa, o qual, diga-se de passagem, nada faria, na manhã de 15 de novembro, apesar das ordens recebidas, para obstar, com sua fôrça,

(603) Desculpando-se, mais tarde, da acusação de falta de diligência, que lhe faria Ouro-Prêto, no preparo das medidas de defesa do Govêrno, dirá Maracaju que não podia ter consciência exata do perigo porque reassumira a Pasta no dia 12, quer dizer, três dias antes do golpe de Estado, e que naquela ocasião recebera de Floriano, “autoridade competente para bem-informar”, além de “funcionário da confiança do Ministério”, informações em tudo tranqüilizadoras. Era certo, acrescentará Maracaju, que Floriano lhe dissera então que o Exêrcito estava desgostoso com o Govêrno, “por supor que lhe era infenso”; mas que nem êle, nem Floriano (e êle poderia acrescentar — nem Ouro-Prêto) pensavam que êsse desgosto pudesse provocar um golpe de Estado, e ainda menos a queda da Monarquia.

à aproximação de Deodoro à frente dos revoltosos⁶⁰⁴. Perguntou Ouro-Prêto a Maracaju se alguma coisa lhe constava a respeito de Deodoro. Respondeu que não. Mesmo porque, acrescentou, doente como estava, não se meteria em distúrbios. Satisfeito com essa explicação, aconselhou-o o Presidente do Conselho que mandasse chamar Deodoro e se abrisse com êle, fazendo-lhe ver que não devia consentir, como oficial-general, que seu nome fôsse envolvido em “manifestações contra a autoridade constituída”. Mandou também que Maracaju se avistasse com Floriano, para saber as razões que êste tivera para escrever aquêlê bilhete denunciador, e que o Ajudante-General o fôsse procurar à noite em sua casa, para dar-lhe sôbre isso tôdas as explicações.

Ao Ministro da Justiça determinou que pusesse de prontidão a Polícia e a Guarda Cívica, dando idêntica ordem ao seu irmão Carlos Afonso com relação às fôrças “de que pudesse dispor em Niterói”, para estarem prontas a embarcar para a Côrte ao primeiro aviso. Tomadas essas providências e não tendo mais o que fazer na Repartição do Tesouro, recolheu-se à sua residência em São Cristóvão, a fim de aguardar a visita do Marechal Floriano.

Quanto a Maracaju, deixando a Repartição do Tesouro foi ter com o Ajudante-General, conforme lhe recomendara Ouro-Prêto. Interpelando-o a respeito do

(604) Poucos dias antes, ao informar Ouro-Prêto de que a partida do 22.º de Infantaria, contrariamente aos boatos espalhados, se fizera “na melhor ordem”, assegurara Rio-Apa que os corpos da sua brigada (à qual pertencia aquêlê hata-hão) eram todos “muito disciplinados” e cumpriam as ordens do Govêrno, porque do contrário êle já teria pedido demissão, acrescentando que se podia “com êles sempre contar”, porque a disciplina era uma religião para o soldado, e êstes não dariam nunca “o espetáculo triste, à vista da população, desobedecendo ao seu Govêrno”. Dias depois de tão solenes afirmações, Rio-Apa solidarizava-se com Deodoro, declarando que a data de 15 de Novembro devia ser “escrita com letras de ouro na História Pátria”; renunciava espetacularmente ao título de Barão e proclamava que uma vez feita a República, “nada mais nos resta para nos dizermos um povo livre” (Ouro-Prêto, *op. cit.*).

tal bilhete, respondeu-lhe Floriano que a situação era muito delicada, com a ameaça de explodir a qualquer momento. “Estamos sôbre um vulcão”, foi a frase com que resumiu a situação. Mostrando-se surprêso com o que ouvira, dirá mais tarde Maracaju que apesar da afirmativa de Floriano, de que esperava evitar “qualquer pronunciamento com as providências que tinha tomado”, decidira tomar algumas medidas de ordem militar. Feito o que se recolheu para dormir à casa de seu irmão Rio-Apa, à Rua da Lapa (Maracaju morava em Santa Teresa), para estar, dirá êle depois, mais perto dos acontecimentos. Não cogitou de chamar Deodoro, conforme lhe recomendara o Presidente do Conselho. Talvez porque achasse que bastaria avistá-lo no dia seguinte.

Como se vê, apesar da denúncia que se continha na carta que Floriano havia escrito na véspera ao Conselheiro Cândido de Oliveira, o Presidente do Conselho continuava ainda a não se dar conta da gravidade da situação, limitando-se a tomar umas poucas providências por intermédio de seus auxiliares imediatos. Continuava a não se aperceber da natureza e da extensão do perigo que ameaçava não sòmente o Govêrno como as próprias instituições. De outro modo não se explicava que ao invés de mandar o Ministro da Guerra se entender com o Ajudante-General, recomendando que êste o fôsse procurar em sua casa à noite (o qual, aliás, não foi), quer dizer, várias horas mais tarde, não tivesse mandado chamar imediatamente Floriano à sua presença, quando êle se encontrava ainda na Repartição do Tesouro, para que lhe dissesse, em têrmos claros e precisos, o que significava aquela denúncia e sobretudo qual era a participação do Marechal Deodoro na propalada conspiração contra o Govêrno. Era muito possível que a prisão dêste àquela altura, quer dizer, ao cair da noite de 14, e de uns poucos oficiais que conspiravam com êle, Benjamim

Constant entre outros, e que a Polícia já havia identificado como conspiradores, era bem possível que se tivesse podido sustar o golpe de Estado da madrugada seguinte. Bastaria até a prisão apenas de Deodoro porque, como veremos adiante, sem a presença dêste à frente da coluna revoltada que iria marchar nessa manhã para o Quartel-General do Exército, ela estaria de antemão condenada, por falta justamente de um comandante, já não diremos com o prestígio e a alta patente do Marechal Deodoro, mas com um mínimo de autoridade e de categoria militar para ser bem sucedido.

A prisão de Deodoro se impunha. Ouro-Prêto dirá mais tarde que não podia prendê-lo por falta de provas, o que mostra de sua parte um escrúpulo que chega a parecer ingenuidade, porque não se precisava de outras provas para identificá-lo como conspirador, além das que êle mesmo dava com suas atividades como tal. E essas tinha-as de sobra o Presidente do Conselho pelas informações do seu Chefe de Polícia, que desde o dia 11 havia podido certificar-se de que sua casa do Campo de Santana se havia transformado em centro de conspiração contra o Govêrno. Que Ouro-Prêto suspeitava, pela tarde do dia 14, que Deodoro conspirava, tem-se a prova nas próprias palavras do Presidente do Conselho, quando ainda na Repartição do Tesouro recomendara a Maracaju que o chamasse para interpellá-lo a respeito; e que se êle não desse explicações satisfatórias sôbre as suas atividades mais do que suspeitas, que fôsem tomadas providências contra êle, “reformando-o até se necessário”. Ao que Maracaju ponderara: “conforme o procedimento que haja tido ou venha a ter”. Tinha, pois, Ouro-Prêto todos os elementos necessários para prendê-lo, detê-lo ou simplesmente vigiá-lo em sua casa ou onde estivesse, impedindo-o, assim, de se pôr à frente dos revoltosos. Se não o fêz ou foi por um excesso de

escrúpulo ou por falta de decisão. Mas, sobretudo, por confiar demais nas providências que o seu Ministro da Guerra iria tomar — e não tomou.

Foi êsse o seu grande êrro. Porque bastava aquela resposta até certo ponto evasiva que Maracaju lhe dera, para fazê-lo compreender que êste não estava nada disposto a tomar medidas contra o seu camarada de armas. Diante de uma tal resposta, o que Ouro-Prêto deveria ter logo feito fôra chamar êle mesmo Deodoro à sua presença e interpelá-lo sôbre as suas verdadeiras intenções, e não confiar ingênuamente nas providências que o Ministro da Guerra viesse a tomar. Ouro-Prêto estava farto de conhecer Maracaju. Sabia dos laços de parentesco e de amizade que o ligavam a Deodoro, para não falar no espírito de classe que os unia. “Lôbo não come lôbo”, dissera uma vez o Imperador referindo-se à solidiedade que une geralmente os militares.

Ouro-Prêto devia saber, por outro lado, que faltava a Maracaju energia para agir num momento como aquêle, agir bem e depressa, como exigiam os acontecimentos. Em conclusão, se o Presidente do Conselho, como êle próprio reconhecerá mais tarde, foi enganado ou mal servido pelos seus principais auxiliares, Maracaju e Floriano antes de tudo, num momento em que a sorte do Governo estava, por assim dizer, em mãos dêsses dois generais, só tinha que queixar-se de si mesmo, por não se ter dado conta do perigo que o ameaçava, de haver subestimado os recursos e as possibilidades de que dispunham os seus inimigos e por se deixar levar pelas informações tranqüilizadoras que lhe deram êsses militares, sendo que um era irresoluto e ineficiente, e o outro astucioso e simulado — “vulto tortuoso”, como o chama Tobias Monteiro⁶⁰², não podendo, assim, inspirarem a confiança que Ouro-Prêto depositava nêles.

(605) O Presidente Campos Sales na Europa.

O papel de Floriano Peixoto

No que se refere a Floriano Peixoto, é difícil ainda hoje definir exatamente o papel que êle assumiu nos acontecimentos que precederam e se desenrolaram por ocasião do golpe de Estado de Deodoro, seus verdadeiros intuitos e a razão de ser de muitas de suas atitudes, as mais das vêzes contraditórias. A começar pela carta que endereçou a Cândido de Oliveira denunciando — porque era certamente uma denúncia — o plano de subversão que Deodoro lhe anunciara naquele mesmo dia. Quanto a isso, já procuramos explicar êsse seu gesto, não como um propósito deliberado e consciente de *trair* a causa dos conspiradores, senão apenas com a intenção de prevenir o Govêrno, de fazê-lo sabedor de que havia “algo por aí além”, e o pôr, assim, a resguardo de qualquer eventualidade. Com isso salvava a sua responsabilidade de Ajudante-General do Exêrcito e se ficava bem com a sua consciêcia de servidor de um Govêrno que o prestigiava e o tinha em tôda a confiança.

Ouro-Prêto o acusaria mais tarde de traidor; de o ter deliberadamente enganado dizendo, de um lado, que dispunha de fôrças suficientes para defendê-lo, quando de fato não as tinha; e de outro, simulando, na manhã de 15 de novembro, que tomava disposições para enfrentar as fôrças sublevadas que sitiavam o Quartel-General, quando a verdade é que nada fêz. Ao contrário, retraiu-se, esquivou-se de assumir uma atitude enérgica e deixou que o golpe de Estado realizasse a sua obra. Numa

palavra, abandonou o Ministério à sua própria sorte. Tinha razão Ouro-Prêto em fazer essas acusações a Floriano? Aparentemente sim, porque os fatos foram realmente êsses. Mas se os examinarmos sob outro prisma, à luz dos acontecimentos que os cercaram e das circunstâncias em que êles se deram, parece que o Presidente do Conselho não tinha razão.

Quanto ao fato de Floriano assegurar-lhe que dispunha de elementos para defendê-lo, quando ficou provado que não os tinha, não parece que seja uma razão para acusá-lo de traição, do propósito deliberado de enganar. Porque neste caso, tanto foi traidor Floriano quanto os demais auxiliares do Governo que lhe fizeram idênticas afirmativas (inclusive o Ministro da Guerra, Visconde de Maracaju), e se veio depois a constatar que não correspondiam à realidade. Porque a verdade é que tanto êsse como aquêle contavam, de fato (e cremos que na melhor boa-fé), com o concurso dêsses elementos subalternos, e se êles falharam não se pode dizer que foi por culpa dos dois superiores. Falharam no sentido de abandonarem o Governo à sua própria sorte, e nada fazerem para salvá-lo da investida dos revoltosos. Mas neste caso a maior parte de culpa só podia caber ao próprio Ouro-Prêto, por não ter sabido se impor à confiança dos militares, de se haver indisposto com êles, e perdendo assim tôda a autoridade.

Que Floriano tomou, de fato, nas vésperas de 15 de novembro, várias disposições para sufocar a revolta que se anunciava, reunindo os elementos militares de que dispunha, é uma coisa hoje provada, que não se pode, de boa-fé, negar. O Tenente Sebastião Bandeira, que não morria de amôres por êle e seria uma de suas vítimas por ocasião da revolta de 1893, reconheceu isso, defendendo Floriano da pecha de traidor e enumerando as providências que êle tomou, e mesmo o interêsse que

demonstrou em cercar o Governo de um mínimo de fôrças capazes de defendê-lo. Cita, entre outras, a vinda do 24.º Batalhão de Infantaria e do 4.º de Artilharia, que estavam aquartelados, o primeiro na Ilha do Bom Jesus e o segundo na Fortaleza de Santa Cruz, “especialmente êste último, por não dispor S. Exa. de fôrça dessa arma”. A essas boas intenções podia-se ajuntar o interêsse por êle manifestado a Ouro-Prêto, de fazer o Presidente do Conselho cercar-se de fôrças de Marinha, “a fim de desiludir os revoltosos, que diziam contar com elas”, bem como a decisão de colocar o 10.º Batalhão de Infantaria no Largo da Lapa, “para impedir a passagem da Escola Militar no desfiladeiro próximo”, isto é, obstar que ela viesse se juntar às fôrças de Deodoro já próximas do Campo de Santana. Como se sabe, comandava essa Escola um irmão de Benjamim Constant, o Major Marciano de Magalhães, que a tornara um dos principais focos de indisciplina militar na Côrte, e onde se pregava abertamente a implantação da República. Cabe ainda referir as ordens dadas por Floriano ao Major Solon, na tarde do dia 14 (que não chegaram, por falta de tempo, a ser cumpridas), de fazer recolher ao quartel da Praia Vermelha, longe, portanto, da cidade, o 9.º Regimento de Cavalaria e o 2.º de Artilharia, fôrças essas sabidamente hostis ao Governo. Ora, tôdas essas providências só podiam provar que Floriano estava, *até então, pelo menos*, com as melhores disposições de defender o Governo; e que se elas depois falharam, sobretudo se tôdas essas tropas acabaram por fazer causa comum com os revoltosos, não foi por culpa sua, quer dizer, por falta de iniciativa de sua parte, mas sim porque o Governo já estava completamente desprestigiado aos olhos delas e não lhes merecia mais confiança.

Deve-se acrescentar a isso, ainda em abono de Floriano, os esforços por êle feitos ou, pelo menos, os

conselhos que deu a Deodoro, quando da entrevista que teve com este no dia 13, de não se sublevar contra o Govêrno, oferecendo-se até de intermediário entre o Marechal e Ouro-Prêto, a fim de se chegar a um entendimento entre os dois. Foi em vista da repulsa de Deodoro a qualquer acôrdo que Floriano tomou a decisão de prevenir o Govêrno de que algo se tramava contra êle. Ora, se era sua intenção desinteressar-se da sorte do Gabinete, ou mesmo de traí-lo, é claro que não se apresentaria a Deodoro com aquelas pacíficas disposições: deixaria que este agisse como entendesse, escusando-se de dar-lhe conselhos de prudência e nada diria ao Govêrno sôbre o que estava para acontecer⁶⁰⁶. Mas, apesar dessa atitude negativa de Deodoro, no dia seguinte, 14, alta noite, quando se anunciava iminente a revolta dos batalhões, Floriano, numa última tentativa de sufocar o movimento, ainda mandava chamar o Coronel Silva Teles, comandante da 2.^a Brigada, e lhe incumbia de convidar Deodoro para uma conferência, coisa que não se realizou por se terem precipitado os acontecimentos⁶⁰⁷.

Já na manhã de 15 de novembro sua atitude foi diversa. Então, sim, seria lícito indagar se êle estava, realmente, com as mesmas boas disposições de salvar o Govêrno. Tudo faz crer que não, isto é, que constatando a nenhuma disposição da tropa em favor do Ministério, êle se tenha propositalmente retraído, esquivado, limitando-se a fingir que agia, com o propósito evidente de ganhar tempo e deixar que Ouro-Prêto e seus ministros se liquidassem por si mesmos. Homem sabido, dotado de grande astúcia, enganando a todos com aquêle ar de indiferença e de renúncia, depressa compreendeu que não lhe convinha se indispor com seus camaradas de armas por causa de uma situação já praticamente falida.

(606) Carta de Sebastião Bandeira a Ernesto Sena, em *Deodoro*.

(607) *Op. cit.*

Sem embargo, ainda tentou pela última vez salvar o Ministério ao transmitir a Ouro-Prêto a disposição em que estava Deodoro, postado naquele momento em frente ao Quartel-General, de ter uma conferência com êle, na esperança de que pudesse sair daí uma solução qualquer de compromisso. Mas quando viu que Ouro-Prêto se mostrava intratável e repelia indignado todo entendimento com o Marechal, decidiu entregá-lo definitivamente à sua própria sorte.

Acusar Floriano de traição por não ter obrigado as fôrças governistas a saírem em defesa do Ministério não parece, igualmente, procedente, porque neste caso uma igual acusação podia ser feita aos comandantes dessas fôrças, a começar pelo General Almeida Barreto⁶⁰⁸, que comandava a Brigada Mista, o General Barão do Rio Apa, irmão do Ministro da Guerra, que comandava a 1.^a Brigada, e em segundo plano os comandantes dos corpos auxiliares — Polícia e Bombeiros da Côrte, Marinha, Polícia da Província do Rio (fôrça tida como da confiança do irmão de Ouro-Prêto, presidente dessa Província), em suma, “todos que vestiam farda e se puseram ao lado da causa da República”, como dirá um dêsses, o então major e depois deputado Oliveira Valadão (inclusive êle próprio), “porquanto haviam jurado defender o regime monárquico adotado na Constituição do Império⁶⁰⁹”.

Mais tarde, depois de implantado o nôvo regime, quando Floriano se tornou o “consolidador da República”, quis-se justificar sua atitude passiva na manhã de 15 de novembro com o propósito, embora simulado,

(608) Dos comandantes das fôrças governistas, foi êste o único que procedeu com o propósito deliberado de trair, ao aceitar, na manhã de 15 de novembro, o comando da Brigada Mista já com o pensamento de entregá-la a Deodoro.

(609) Discurso na Câmara dos Deputados em 30 de junho de 1892.

de favorecer a causa dos republicanos, que êle percebera sairia vitoriosa se Deodoro fôsse bem sucedido na sua quartelada. E que essa atitude se explicava com os seus sabidos sentimentos republicanos, muito embora só os tivesse ostentado em sua mocidade, quando jovem oficial recém-vindo da guerra do Paraguai. É uma explicação evidentemente forçada porque, exceção da rapaziada militar e dos poucos civis republicanos que estavam naquela manhã no Quartel-General, ninguém mais ali podia pensar que a República pudesse surgir, como se diria, “da ponta daqueles fuzis”, pois a verdade é que para a maioria dos presentes tudo se resumiria na destituição do Ministério.

E quanto aos sentimentos republicanos de Floriano Peixoto, cabe citar um artigo que Salvador de Mendonça escreveu em 1913 no jornal *O Imparcial*, do Rio de Janeiro, intitulado *Cousas do meu tempo*⁶¹⁰, dizendo que o futuro “Marechal de Ferro” tinha sido, quando ainda Tenente-coronel, um dos signatários de um documento secreto elaborado em 1871, de adesão ao Partido Republicano, fato que seria implicitamente confirmado por Quintino Bocaiúva quando, referindo-se a Floriano, dizia que “a nossa afinidade vem de longe”, e que em seus papéis antigos, no seu “arquivo republicano” (expressão sua), tinha o seu nome registado, sendo êle, portanto, um republicano histórico, “assim como eu sou, tendo subordinado a sua conduta ao regime de moderação, de discreção, de oportunidade, tal como eu e outros, no largo período da propaganda republicana”⁶¹¹.

(610) Reproduzido na *Revista do Livro*, Órgão do Instituto Nacional do Livro.

(611) Esse documento a que se referem Quintino e Salvador, devia ser, possivelmente, o mesmo que Francisco Cunha, em carta a Ernesto Sena (*op. cit.*), diz lhe ter sido mostrado por Miguel Vieira Ferreira. Era uma lista de nomes, na qual figurava o de Floriano sob o pseudônimo de *Guatimozim*. Seria a tal “lista secreta” que Miguel Ferreira e outros organizaram em dezembro de 1870, para receber as assinaturas daqueles

Depois de instituída a República os monarquistas iriam se mostrar indignados com os louvores que Floriano teceria ao nôvo regime e à data de 15 de novembro, numa Ordem do Dia que baixaria quatorze dias depois dessa data, ainda como Ajudante-General do Exército, cargo em que seria mantido pelo Govêrno Provisório. De fato, nessa ocasião êle diria que exultava com o “mais vivo contentamento” com a vitória dos republicanos — “com o êxito da emprêsa” (segundo suas expressões), e “a maneira altamente honrosa e digna por que ela foi alcançada”; e acrescentaria que o 15 de Novembro, “data gloriosa”, foi também uma “data sacratíssima, porque aos pósteros relembra o advento da inteira liberdade de um povo”.

É certo que tendo sido um dos auxiliares imediatos do Presidente do Conselho deposto, do qual sempre recebera as maiores provas de confiança, e se aproveitado largamente dos favores dos homens da Monarquia para o sucesso da sua carreira militar, podia e devia se dispensar dêsses entusiasmos republicanos quatorze dias, como dissemos, depois da queda da Monarquia, quando o cadáver desta, digamos assim, se achava ainda quente, e quando o Imperador, “o nosso estimado e venerado Imperador”, como êle próprio o chamara, fazia apenas cinco meses (quando do atentado contra a vida do Monarca), ia ainda a caminho do exílio. Lacordaire dizia que se pode ter tôdas as qualidades e ser mesmo um homem de gênio — e não se ter caráter.

que, dando embora sua adesão ao Manifesto republicano, não podiam assiná-lo em virtude de sua condição de oficiais do Exército e da Armada? É o que parece provável. Ver atrás, no capítulo “Início da propaganda republicana”, o que se diz sobre essa “lista secreta”.

Os acontecimentos se precipitam

Enquanto o Presidente do Conselho recebia, nessa tarde de 14, as notícias mais tranquilizadoras, tanto de seus Ministros como dos outros auxiliares imediatos, assegurando que “nada havia”, os conspiradores, conforme dissemos, voltavam a se reunir em casa do Major Espírito Santo para debaterem novamente a data do levante: Benjamim Constant, Solon, Almeida Barreto, entre outros, êste último já de todo comprometido com a conspiração. Nessa altura dos acontecimentos tinha-se como praticamente concluído o trabalho de coordenação das tropas. Contava-se como certo o concurso da 2.^a Brigada, de onde devia, aliás, partir o sinal do levante. Quanto às outras unidades da guarnição da Côrte, se elas não quisessem aderir ao movimento, esperava-se que ao menos não o hostilizassem, o que valia deixar o Govêrno sem defesa. E com relação a uns poucos elementos tidos como suspeitos, ou teriam que se definir em favor da revolta ou ficarem isolados sem qualquer possibilidade de ação.

No que se referia à data do levante, Benjamim sugeria o dia 18. Mas Solon era contra. Parecia-lhe muito tarde. Para que esperar mais se tudo já estava praticamente preparado? Sabia-se que o Govêrno começava a se inteirar do que havia, e não convinha dar-lhe tempo para organizar qualquer trabalho de resistência. Já que se tinha de fazer a revolução, que ela fôsse feita logo. Voltou

então a sugerir o dia seguinte, 15. Mas isso seria também precipitar o movimento, objetaram, porque embora já organizado, sempre se precisavam de umas 24 horas, pelo menos, para prevenir os comandantes de corpos, chamá-los a postos e quando menos não fôsse reunir simplesmente a tropa. Ficou então combinado que seria mesmo a 16, conforme se deixara mais ou menos assentado na reunião do dia 11 em casa de Deodoro.

Preparavam-se Solon e Espírito Santo para sair, a fim de irem se entender com o Tenente-Coronel Silva Teles, comandante interino da 2.^a Brigada, que se mostrava recalcitrante, quando alguém veio dizer a Solon que o Marechal Floriano desejava falar-lhe. Seguiu êle então em direção à Secretaria da Guerra, onde recebeu ordem para aquartelar na Praia Vermelha, quer dizer, longe da cidade, o 9.^a de Cavalaria e o 2.^o de Artilharia, ambos da 2.^a Brigada, justamente dois dos três regimentos com que contavam os conspiradores. Dirigiu-se então à sua casa, vestiu-se a paisana e saiu para o centro da cidade, à procura de Quintino e de Aristides Lôbo, a fim de preveni-los da ordem que recebera, bem como da notícia, que soubera, de estar eminente a prisão de Deodoro, o que, tudo reunido significava que o Govêrno, inteirado do que havia, iniciava afinal a reação contra o projetado levante. A serem efetivadas essas providências, podia-se considerá-lo como fracassado. Fazia-se, pois, mister iniciar imediatamente a sublevação. Não havia mais um minuto a perder.

Não tendo encontrado aquêles dois civis republicanos, decidiu Solon encaminhar-se para os quartéis da 2.^a Brigada, a fim de promover, sem mais tardança, o levante da tropa. Era já ao cair da tarde de 14. Em caminho, na altura da Rua do Imperador, encontrou os alferes Joaquim Inácio e Manuel Machado, a quem transmitiu o boato da prisão de Deodoro. Mandou que êles vol-

tassem imediatamente para os quartéis a fim de providenciarem sôbre a formatura e municiação da brigada, acrescentando que ela estava ameaçada de ser atacada pela Polícia e pela Guarda Negra⁶¹². Feito o que retornou à cidade. Passavam já das oito horas da noite⁶¹³.

Cêrca das dez horas chegava à Brigada o Coronel Silva Teles. Pouco depois aparecia-lhe Solon, dizendo que havia estado com o Marechal Deodoro e trazia dêste ordem para que a Brigada “estivesse pronta à primeira voz”⁶¹⁴. Essa Brigada se compunha, como sabemos, do 1.º e do 9.º Regimentos de Cavalaria e do 2.º de Artilharia, estando essas unidades aquarteladas na Avenida Pedro II (depois Pedro Ivo), em São Cristóvão, sendo que o 1.º e o 9.º ocupavam o mesmo quartel⁶¹⁵. Nesse

(612) Era evidentemente um boato forjado por quem procurava indispor ainda mais o Governo com o Exército, mas que apesar de absurdo não deixou de ser acreditado. Essa Guarda Negra, a que já nos referimos mais de uma vez, era uma espécie de milícia de pretos antigos escravos, que se constituirá na Côrte pouco depois da Abolição, ao que se diz por inspiração de José do Patrocínio, e cuja principal finalidade era, segundo confessou num discurso o próprio João Alfredo, Presidente do Conselho, “a garantia das instituições e a defesa do Sr. Dom Pedro II e da Sra. Dona Isabel”, mas que visava sobretudo o estabelecimento do futuro Terceiro Reinado; neste sentido se mostrava implicável nos ataques que movia contra os republicanos. Acabou por se tornar um elemento provocador de desordens e perturbador do sossego público, formado de aventureiros, arrua-ceiros e capoeiras da pior espécie, sendo simplesmente vergonhoso que fosse tolerado pelos poderes públicos. “Em qualquer festa cívica ou propaganda política ela aparecia, com o seu cortejo sinistro, entremeados entre discursos e vivas, tiros de bacamarte e golpes de navalha, sob pretexto de garantir o respeito à autoridade, o que levaria Rui a definir o ambiente com esta frase de espanto: “uma Capital onde o navalhismo chegou a constituir uma subdependência da autoridade preposta à manutenção da ordem” (Oswaldo Orico, *O tigre da Abolição*). — Querendo mostrar que essa história de ataque da Guarda Negra aos quartéis do Exército não passava de pura invenção — o que era verdade, Ouro-Prêto alega que sob o seu Ministério “a chamada Guarda Negra nem sequer existia mais” (*op. cit.*) — o que é menos verdade. Se não existia mais como “subdependência da autoridade”, segundo a classificara Rui, existia ainda como um magote de desordeiros, não diremos protegidos, mas certamente tolerados pelos poderes públicos.

(613) *Contestação a Suctônio*, de Sebastião Bandeira.

(614) *Deodoro*, de Ernesto Sena.

(615) O 9.º Regimento fôra mandado regressar de Minas Gerais fazia pouco tempo, em virtude dos repetidos conflitos que tinham havido ali entre praças do Regimento e da Polícia da Província. Chegando à Côrte,

estado de alerta, que já era de franca subversão, e a que se associara a Escola Superior de Guerra, também ali aquartelada, elas iriam passar o resto dessa noite e as primeiras horas da madrugada do dia 15.

No centro da cidade, por essa altura, já eram correntes os boatos sôbre as providências que o Govêrno pretendia tomar, ou estava tomando para sustar a revolta dos batalhões, boatos partidos de várias fontes, inclusive da redação do *Jornal do Comércio*, cujo redator-chefe, Conselheiro Sousa Ferreira, havia estado, cêrca das 10 horas da noite, com o Visconde de Ouro Preto e dêle soubera que aquelas notícias não deixavam de ter, até certo ponto, o seu fundamento. De fato, interpelando a respeito o Presidente do Conselho, êste lhe dissera que não hesitaria em mandar afastar para longe os batalhões suspeitos, e mesmo em prender Deodoro “se as exigências do serviço público o exigissem, sejam quais forem as consequências”; e que se fôsse desobedecido, recorreria “aos batalhões que se conservarem fiéis, recorrerei à Marinha, recorrerei à Guarda Nacional, recorrerei ao povo”.

Sousa Ferreira havia saído muito preocupado com essas disposições de energia do Presidente do Conselho, sobretudo com a eventualidade da prisão de Deodoro, a qual seria, como êle mesmo dissera a Ouro-Preto, “uma imprudência”, sem que êste se mostrasse impressionado. Voltando com êsse estado de espírito para a redação do jornal, logo se abriu aos companheiros, os quais não tardaram em fazer correr essas notícias alarmantes pelos cafés e outras redações de jornais, o que valia entregá-las ao domínio público. Ouro-Preto dirá

fôra incorporado à 2.^a Brigada e alojado, em falta de outro sítio, no mesmo quartel onde estava o 1.^o de Cavalaria, o que deve ter contribuído para contaminar êste Regimento com o espírito de indisciplina que lavrava no 9.^o de Cavalaria.

mais tarde que jamais pensara em prender Deodoro, pôsto não hesitasse em fazê-lo se lhe chegassem ao conhecimento “fatos que o autorizassem”, e isso mesmo confessara a Sousa Ferreira. Nunca pensara em prendê-lo porque jamais duvidara da sua lealdade, e apesar de uma carta que recebera apontando-o como à frente de uma conspiração contra o Govêrno, custara acreditar que chegasse a tanto “um homem que guardava o leito e se dizia gravemente enfêrmo”.

O ministério toma providências

A agitação que lavrava nos quartéis da 2.^a Brigada não tardou em chegar ao conhecimento das autoridades. Assim, recolhia-se o Chefe de Polícia a casa quando lhe apareceu o 1.^o delegado, com a informação de que o 1.^o Regimento de Cavalaria estava em armas e recebia munição de guerra. “Imediatamente, dirá êle mais tarde, escrevi uma carta⁽¹⁶⁾ ao Ajudante-General denunciando os fatos e pedindo que tomasse as providências que o caso exigisse”. Em seguida dirigiu-se ao Quartel da Polícia onde, não encontrando o respectivo comandante, Coronel Andrade Pinto, saiu à sua procura pelo centro da cidade. Foi ter com êle, numa casa comercial da Rua do Ouvidor onde, dizia Andrade Pinto, aguardava o Marechal Floriano, o qual entretanto não apareceu. Encaminharam-se então os dois para o quartel. No caminho, Basson ia pondo Andrade Pinto ao corrente do que sabia, entre outras coisas o levante do 1.^o Regimento, ao que sempre repetia o outro: “Não é possível, não é possível, só se estão loucos!”.

Chegados ao quartel da Polícia, souberam que Floriano mandara chamar Andrade Pinto. Seguiram então os dois para o Quartel-General do Exército. Ali chegando, subiu Andrade Pinto para avistar-se com Floriano,

(616) É preciso não esquecer que o telefone não era ainda um meio corrente de comunicação.

ficando Basson embaixo, à sua espera. Pouco depois descia o coronel, dizendo que “as coisas estavam complicadas”: o regimento, de fato, se pusera em armas e mandara dizer ao Ajudante-General que ia ser atacado pela Guarda Negra; e que o Marechal Deodoro ia ser prêso.

Voltaram os dois para o Quartel da Polícia. Depois de recomendar a Andrade Pinto que fizesse recolher com urgência as forças sob o seu comando, para formar com elas um corpo numeroso e tê-lo assim pronto para qualquer emergência, comunicou-se Basson pelo telefone com o Presidente do Conselho, inteirando-o do que se estava passando. Eram cêrca das 11 e meia da noite. A princípio não quis Ouro-Prêto acreditar no que ouvia, alegando que naquela mesma tarde os seus ministros lhe “haviaam assegurado da lealdade dos chefes militares, que contavam abafar qualquer movimento sedicioso”. Fêz-lhe ver, porém, o Chefe de Polícia que a situação era realmente grave, pedindo que êle se transportasse sem mais tardança para o Quartel da Polícia, onde se estava esperando os Ministros da Marinha e da Justiça, não tendo sido chamado o da Guerra por êle já se encontrar no Quartel-General do Exército. Respondeu-lhe então Ouro-Prêto que sairia imediatamente. Relatará êle próprio mais tarde:

“Respondi que ia partir. Efetivamente, momentos depois saía a pé, em direção à cidade, na companhia do Coronel Gentil de Castro, dispostos a tomar o primeiro veículo que encontrássemos. Nas proximidades da ponte do Maracanã cruzou conosco um carro. Era o Chefe de Polícia, que me confirmou as notícias recebidas pelo telefone. Seguindo pela Rua Haddock Lôbo, entramos no quartel de cavalaria policial. Por ordem do Chefe de Polícia estavam já reunidas e prontas 40 praças e 2 oficiais [...] Mandeí que elas seguissem para o Quartel-Central à Rua dos Barbons. Dali dirigi-me à Secretaria da Polícia, onde soube a razão, ou antes, o pretexto do levante do 1.º Regimento de Cavalaria — a inculcada prisão do Marechal Deodoro e a denúncia

de que ia ser atacado pela chamada Guarda Negra [...] Ordenei que me viessem falar sem demora o Ajudante-General e o comandante do Corpo de Bombeiros, que compareceram pouco depois"⁶¹⁷.

Chegavam também à Secretaria da Polícia Cândido de Oliveira, Ministro da Justiça e o Barão de Ladário, Ministro da Marinha. Quanto ao Ministro da Guerra, que se presumia estivesse no Quartel-General do Exército, informava Floriano Peixoto que lá não estava. Mandaram então chamá-lo à casa do irmão o Barão do Rio Apa, onde êle devia estar passando a noite. Interpelado por Ouro-Prêto, repetiu-lhe Floriano o que já havia dito a Andrade Pinto e depois ao Conselheiro Basson sobre o levante, do 1.º Regimento de Cavalaria, como de tôda a 2.ª Brigada, acrescentando que soubera disso pelo Capitão Godolfim, a mando do próprio Tenente-Coronel Silva Teles, "que se declarava coacto", havendo êle, Floriano, "mandado recomendar ao mesmo Tenente-coronel que, aconselhando prudência aos oficiais e procurando detê-los no aquartelamento, viesse falar-lhe ao Quartel-General do Exército". Disse mais, que com relação à 1.ª Brigada, mandara que ela deixasse as armas e aguardasse ordens superiores; porque, acrescentou, essa brigada era "simpática aos amotinados", não tendo êle confiança, de entre os seus corpos, senão no 10.º Batalhão de Infantaria. Essa Brigada era comandada, como se sabe, pelo Barão do Rio Apa, irmão do Ministro da Guerra; e quanto a êsse Batalhão, que tão grande confiança inspirava a Floriano, cabe dizer que era o mesmo que, mandado estacionar no Largo da Lapa, na manhã de 15 de novembro, para impedir que a Escola Militar da Praia Vermelha, comandada pelo irmão de Benjamim Constant, viesse se juntar aos revoltosos, longe de cumprir essa missão, fraternizara com os alunos militares...

(617) *Op. cit.*

Perguntou-lhe Ouro Preto porque não prendera êsse Capitão Godolfim, “que se lhe apresentara em nome de uma fôrça sublevada, porquanto o fato de armar-se, sem ordem superior, constituía já de si grave crime militar”. Respondeu-lhe o Ajudante-General que não o prendera para ganhar tempo e se poder acautelar, “porque se aquêlê official não regressasse ao Quartel, muito provavelmente os corpos, desconfiando de que o Govêrno estava prevenido, pôr-se-iam imediatamente em movimento, antes de reunidos e dispostos os meios de contê-los”⁶¹⁸.

Dando sempre a impressão de estar solidário com o Govêrno e que procurava reunir o maior número possível de fôrças para enfrentar os revoltosos, pediu Floriano que se fizesse vir o 24.º de Infantaria que estava aquartelado na Ilha do Bom Jesus, bem como o 4.º de Artilharia, destacado na Fortaleza de Santa Cruz. Sobre-tudo êste último, para poder ter à sua disposição fôrças dessa arma. Disse-lhe Ouro-Preto que daria nesse sentido as necessárias ordens, podendo êle entretanto contar desde logo com a Polícia da Côrte e o Corpo de Bombeiros, com a Polícia da Província do Rio e os corpos de Marinha. Observou-lhe Floriano que o concurso de fôrças de Marinha seria de grande efeito moral, “pois os amotinados propalavam que elas os apoiariam, desiludindo assim muita gente”. Pediu ainda que se preparasse desde logo os transportes para o 4.º Batalhão que estava na Fortaleza de Santa Cruz, e que se fizesse ocupar por alguma fôrça da Província do Rio a Ilha do Boqueirão, onde havia um grande depósito de material de guerra. Em seguida, dizendo que ia para o Quartel-General do Exército, retirou-se repetindo ao Presidente do Conselho que podia contar com êle.

(618) *Op. cit.*

Ouro-Prêto, por sua vez, depois de dar outras ordens no sentido de organizar a resistência, seguiu com Ladário e Cândido de Oliveira para o Arsenal de Marinha, onde já haviam sido convocados os demais ministros, chegando ali pouco depois das 3 horas da madrugada. Em seguida expediu um telegrama para o Imperador em Petrópolis, informando-o do levante do 1.º e 9.º Regimentos de Cavalaria e do 2.º Batalhão de Artilharia, “a pretexto de que iam ser atacados pela Guarda Negra e de ter sido prêso o Marechal Deodoro”; acrescentava que se encontrava no Arsenal de Marinha tomando “as providências necessárias para conter os insubordinados e fazer respeitar a lei”. Feito o que, e depois de providenciar sôbre o desembarque do batalhão naval e dos imperiais marinheiros, num total de cêrca de 350 praças, com ordem de se dirigirem para o Quartel-General do Campo de Santana, partiu êle mesmo nessa direção com os demais ministros, obedecendo à sugestão que lhe fizera o Ministro da Guerra, o qual entendia que a sua presença ali era necessária “para animar a resistência”. Passavam já das seis horas da manhã do dia 15.

A ida do ministério para o Quartel-General

Maracaju contestaria mais tarde, quando se verificou o êrro de um tal passo, que houvesse “aconselhado” Ouro-Prêto a ir para o Quartel-General do Exército, e ainda menos que tivesse feito aquella declaração. Disse que estando dormindo nessa noite em casa do irmão Rio-Apa, à Rua da Lapa, ali soubera, pelas duas e meia da madrugada dêsse dia 15, que a 2.^a Brigada estava revoltada; e que não obstante haver passado mal a noite, saiu imediatamente à procura do Presidente do Conselho na Secretaria da Polícia. Não o encontrando ali, dirigiu-se à Secretaria da Guerra (que era no Quartel-General) onde recebeu o recado de Ouro-Prêto para que o fôsse ver no Arsenal da Marinha. Para lá se transportou, tomando, então, com os Ministros da Marinha e da Justiça, ali também presentes, as medidas necessárias para a defesa do Govêrno. Feito o que, preparou-se para voltar para a Secretaria da Guerra, que era a sua Repartição, perguntando nessa ocasião a Ouro-Prêto se não queria acompanhá-lo até lá. Ouro-Prêto a princípio concordou; mas logo voltou atrás a conselho daqueles dois ministros, que entendiam que o Govêrno estaria em maior segurança no Arsenal de Marinha. Seguiu então Maracaju sôzinho, cêrca de seis e pouco da manhã, para a sua Repartição, onde, pouco tempo depois, lhe apareciam o Presidente do Conselho e os demais ministros.

Essa a versão de Maracaju — que só é verdadeira em parte. Porque, contrariamente à afirmação de não

haver “convidado” nem “aconselhado” Ouro-Prêto a transportar-se para o Quartel-General, há, além, do testemunho dêste, o de Cândido de Oliveira, que em carta ao Presidente do Conselho afirma ter ouvido o seu colega da Guerra *insistir* por que fôsem todos para o referido Quartel, “para melhor homogeneidade de ação”, havia êle dito. Mas fôsse como fôsse: o certo é que a ida de Ouro Prêto e demais ministros para o Quartel do Campo de Santana resultou de um conselho, de um convite ou se quiserem de uma simples sugestão do ministro da Guerra. Quanto a isso não pode haver a menor dúvida. Mas resultou também — e é preciso dizer-se — do próprio temperamento do Presidente do Conselho, destemido e impulsivo como era. “Se ficarmos aqui hão de dizer que temos mêdo”, teria êle dito aos que o aconselhavam a não se afastar do Arsenal de Marinha.

Depois de tudo o que iria se passar no Quartel-General, ficou provado que a ida do Govêrno para lá foi um êrro. Mas isso só se viu depois, porque antes, quer dizer, quando se estava ainda no Arsenal de Marinha, a ida para o referido Quartel pareceu de fato em tudo aconselhada, e Maracaju talvez tivesse razão em sugerir que o Govêrno se transportasse para a sua Repartição, porque era ali que se estavam concentrando tôdas ou quase tôdas as fôrças de que o Govêrno dispunha para a sua defesa, sendo propósito das autoridades militares fazer do Quartel o centro de resistênciã à investida dos rebeldes. Aquela altura não se sabia ainda qual era, afinal, a intenção dêstes. Sabia-se apenas que haviam deixado os quartéis de São Cristóvão e vinham em direção à cidade. O propósito do Govêrno era, uma vez reunidas ali as fôrças disponíveis⁶¹⁹, fazer partir do Quartel as que fôsem

(619) As fôrças de que o Govêrno dispunha, naquele momento, dispostas no pátio interior do Quartel, consistiam no 1.º, no 7.º e no 10.º Batalhões de Infantaria, sendo que êste último seria destacado para o Largo da Lapa, a fim de deter all os alunos da Escola Militar da Praia

necessárias para enfrentar os revoltosos, embargando-lhes o caminho, dar-lhes combate, se preciso fôsse, e destroçá-los antes que chegassem ao Campo de Santana. Ora, sendo assim, a presença do Presidente do Conselho no Quartel-General, assistido por seu ministros e as principais autoridades militares, e prestigiada por sua grande autoridade, sua energia e espírito de decisão, só podia, como lhe teria dito Maracaju, “animar a resistência”. Muito melhor assim do que se deixarem ficar no Arsenal de Marinha, situado num dos extremos da cidade, sem meios de comunicação fáceis com os chefes do Exército e sem outros elementos de defesa que não fôsem as fôrças de mar, sabidamente insuficientes para enfrentarem os revoltosos. Mas tudo isso era lógico *naquele momento*, isto é, se os acontecimentos se fôsem passar como se esperava que êles passassem. Então sim, a ida do Govêrno para o Quartel-General estaria rigorosamente certa.

Mas o mal foi que as coisas não se passariam como se esperava, isto é, que metido naquela *ratoeira*, como diria depois Ouro-Prêto, encurralado, traído e desamparado pelas fôrças que reunira para defendê-lo, viu-se só e abandonado, e logo depois prisioneiro das fôrças sublevadas. Então, sim, reconheceu-se o êrro capital que fôra a ida para o Quartel-General e a vantagem que teria sido se tivesse ficado no Arsenal de Marinha, onde, no caso em que os revoltosos tivessem chegado até lá e o Govêrno não tivesse podido oferecer resistência em terra, haveria sempre o recurso de uma saída pelo mar, sob a proteção das fôrças navais que por certo não lhe faltariam⁶²⁰.

Vermelha, que vinham para a cidade. Logo depois chegavam ao Quartel-General as fôrças de Marinha já citadas, o Corpo de Polícia da Côte, infantaria e cavalaria, e o Corpo de Bombeiros. Finalmente, pouco mais tarde estaria também ali uma companhia da Polícia da Província do Rio.

(620) O Ministro do Chile diz que Ladário era partidário do Govêrno se deixar ficar no Arsenal de Marinha, para melhor resistir aos revoltosos. Diz êle: *El ministro de Maríña barón de Ladário, opinó por el plan, que*

Aliás, o erro da ida para o Quartel-General não consistiu tanto nesse fato, mas na circunstância de o Govêrno não ter podido contar ali, para sua defesa, com as fôrças que lá se encontravam. Não fôsse isso, quer dizer, se as tropas governistas ali reunidas tivessem cumprido o seu dever, e saído desde cedo para enfrentarem os revoltosos a meio caminho da cidade (e talvez até as tivessem alcançado antes de Deodoro se colocar à frente delas), o curso dos acontecimentos seria outro; e com tôda a certeza o Ministério sairia vitorioso.

Relatando ao seu Govêrno êsses acontecimentos, Villamil, Ministro do Chile, diz que a derrota do Ministério se deveu sobretudo “a inépcia do Ministro da Guerra”, querendo com isso referir-se à ida para o Quartel-General. Isso êle diz quatro dias depois de 15 de novembro, donde se conclui que foi esta a versão que correu naqueles mesmos dias. Mas, como dissemos acima, tal fato só se iria constatar depois da defecção das fôrças tidas como governistas. Então, sim, poder-se-ia falar, não diremos em inépcia, mas no erro de Maracaju, levando Ouro Preto e os ministros para o Quartel-General. De uma coisa, em todo o caso, deve-se-lhe fazer justiça (a êle e a Floriano Peixoto): de haverem concentrado naquele Quartel fôrças mais do que suficientes para a defesa do Govêrno, quer em número, quer em qualidade, quer em armamentos. Agora, se essas fôrças não iriam cumprir o seu dever, *that is*, como diria Kipling, *another history*.

indudablemente habría dado el triunfo al Gobierno, de reunir todas sus fuerzas en el Arsenal de Mariña, organizarlas allí y salir decididamente a atacar a las fuerzas sublevadas. Mas que os demais membros do Govêrno creyeron lógico ceder a la opinión del ministro de la Guerra, Vizcande de Maracaju, quien hizo que una parte de las fuerzas consistentes em 1 000 hombres se colocaran dentro del Quartel General. (Officio de 19 de novembro de 1889, no arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Chile).

A coluna revolucionária em marcha

A notícia de que a 2.^a Brigada estava em armas foi levada a Benjamim Constant em sua casa na madrugada do dia 15, o que não deixou de surpreendê-lo, pois ainda na véspera à tarde estivera em casa do Major Espírito Santo, e aí ficara assentado que o levante só se daria no dia 16. Acrescia que também na véspera, ao cair da noite, estivera com Deodoro e o encontrara com os seus males de tal modo agravados que mal podia falar. Como contar então com êsse homem, para se pôr horas mais tarde à frente de uma revolta? Era uma insensatez.

Ainda nessa mesma noite, possivelmente depois de haver deixado a casa de Deodoro, Benjamim tinha ido ao Clube Naval, onde recebera um recado de Quintino, informando-o dos boatos que corriam sôbre a prisão do Marechal, a que Benjamim não deu, naturalmente, maior importância, por sabê-los totalmente infundados. Limitou-se, assim, a mandar dizer a Quintino “que o movimento estava adiado para o dia 17”. Quem o conta é o próprio Quintino, o qual acrescenta ter respondido a Benjamim, sempre nessa mesma noite de 14, “que já era tarde, que a revolução teria lugar no dia seguinte, fôsse qual fôsse o resultado”⁰²¹. Ainda assim, não quis Benjamim acreditar. Tanto que se recolheu tranqüilamente a casa para dormir. Mas para ser despertado cêrca

(021) Carta à viúva Solon, pub. por Ernesto Sena, *Deodoro*.

de duas horas da manhã com a notícia de que havia arrebeitado o movimento.

Sobressaltado, fardou-se às pressas, cobriu-se com um sobretudo, embrulhou o quepe num papel de jornal e mandou chamar um carro. Logo partiu em direção à Escola Superior de Guerra, que ficava no edifício do antigo Arquivo Militar, à Avenida Pedro II (depois Pedro Ivo), fronteiro ao quartel do 2.º Regimento de Cavalaria e vizinho, portanto, do quartel onde estavam o 1.º e o 9.º de Cavalaria, unidades que compunham, como se sabe, a 2.ª Brigada, chamada pelos revoltosos de “brigada estratégica”, comandada até poucos meses atrás pelo General Almeida Barreto, e agora, interinamente, pelo Tenente-Coronel Silva Teles, que era o comandante do 1.º de Cavalaria. Ali chegando, encontrou os alunos já prontos para saírem; e igualmente em armas os outros corpos da Brigada. Logo inteirou-se de tudo o que se passara durante a noite. Pouco depois ouviu-se o toque de reunir. Os oficiais tomaram as suas respectivas posições e a tropa, formada em coluna, se pôs em marcha para o centro da cidade. Eram pouco mais de 6 horas da manhã.

À frente marchava o 1.º Regimento de Cavalaria, composto de carabineiros e de lanceiros, sob o comando de Silva Teles. Seguia-se a Escola Superior de Guerra, comandada pelo Major Vespasiano de Albuquerque, composta de dois pelotões, num total de 60 alunos armados de revólver, clavina e espada, tendo à frente Benjamim Constant, o Major Serzedêlo Correia e Tenente reformado Pedro Paulino da Fonseca, irmão de Deodoro⁶²². Vinha depois o 2.º de artilharia, com 16 bôcas de fôgo, armado

- (622) Foi o único de seus irmãos, que se associou ao golpe de Estado, talvez por influência do filho, Tenente Clodoaldo, um dos cabeças da revolta. Tendo-se dirigido, na madrugada de 15, ao 2.º Regimento de Artilharia, a que pertencia o filho, marchou com a coluna revolucionária até ao Quartel-General, onde foi visto a cavalo, ao lado de Benjamim e de Quintino. Deodoro tinha, como se sabe, sete irmãos: três deles tinham

igualmente de revólver, clavina e espada. Comandava-o o Major Lobo Botelho. Incorporado a êsse regimento vinha um civil, Antônio Rodrigues de Campos Sobrinho, empregado da Contadoria da Guerra, que tendo oferecido seus serviços à "revolução", fôra incluído nessa fôrça. Era o único civil que marchava com os revoltosos. Fechava a coluna o 9.º regimento de cavalaria, mas que ia a pé, por falta de cavalos, sob o comando do Major Solon, levando atrás uma carroça com munições.

Compunha-se essa fôrça (do Exército) de cêrca de 450 praças e 50 oficiais, que somados aos 60 alunos da Escola de Guerra não chegavam a um total de 600 homens⁶²³. Não levava bandeiras⁶²⁴ nem banda de música, formando os músicos como simples soldados, armados

morrido na Guerra do Paraguai; Hermes, o mais velho, era comandante das Armas da Bahia, e nessa qualidade chegou a se opor à implantação da República, mesmo depois de ela já instalada no Rio, transigindo somente quando soube da partida do Imperador para a Europa e da adesão de tôdas as guarnições militares do Império à nova ordem de coisas; Severiano, Barão de Alagoas, também mais velho do que Deodoro e como êle Marechal-de-Campo, falecido em março dêsse ano de 1889; Pedro Paulino, acima citado; e João Severiano, o único civil da família, mas meio militar, pois era médico do Exército. De todos, talvez fôsse o mais monarquista. Era amigo do Príncipe Dom Pedro Augusto, a quem êle appareceu na noite de 16, no Paço da Cidade, exclamando: "É tarde, é tarde infelizmente!" — segundo declaração do próprio Príncipe (*op. cit.*). Mesmo depois de instituída a República continuou fiel à Monarquia e ao Imperador, partindo dêle a proposta, como secretário do Instituto Histórico Brasileiro, feita em 29 de novembro, de se considerar vazia e se cobrir de crepe, enquanto fôsse vivo o Imperador, a cadeira onde êste costumava sentar-se naquele Instituto, proposta que foi não somente aprovada como ainda ampliada, no sentido de ninguém mais sentar-se ali por todos os tempos vindouros, decisão que vem sendo rigorosamente obedecida até aos nossos dias.

(623) O Ministro do Chile, Manuel Villamil Blanco, escrevendo dois dias depois dos acontecimentos, calcula em 1 000 praças, as que compunham a coluna revolucionária, sendo 400 de artilharia, 200 de cavalaria e 400 de infantaria. É evidente que êle estava mal-informado: 1.º porque, mesmo com a inclusão da Escola de Guerra, essas fôrças não chegavam a 600 homens, incluindo os oficiais; 2.º porque não havia, na coluna, nenhuma tropa de infantaria. (Officio de 19 de novembro de 1889, no arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Chile).

(624) Parece que o 1.º e o 9.º Regimentos de Cavalaria já saíram de seu quartel sem bandeira. Por que, não se sabe. Quanto ao 2.º de Artilharia, seu comandante, Major Lôbo Botelho, mandou, ao formá-lo, que fôsse desfraldada a bandeira nacional, e com ela assim desfraldada saiu à rua com as outras unidades. Mas ao entrar o Regimento na Rua Figueira de Melo, conta Ernesto Sena (*op. cit.*), o sargento que a levava, não

de clavina. Marchava em direção ao Campo de Santana, ou melhor, do Quartel-General do Exército, ali situado, onde se sabia estava reunido o Ministério. Faziam parte dela, além de Solon, os três oficiais que eram os cabeças, por assim dizer, do movimento revolucionário, o Tenente Sebastião Bandeira, que marchava com o 1.º Regimento, e o Capitão Mena Barreto e o Alferes Joaquim Inácio, com o 9.º Regimento.

Era uma tropa mal formada, mal-equipada e mal municuada⁶²⁵. E ainda por cima improvisada, porque tendo sido reunida às pressas, em poucas horas da noite, muitos dos oficiais que a compunham haviam sido chamados, tirados de suas casas, sem saberem exatamente para que fim. Tudo o que ouviram dizer era que a tropa se sublevara para defender-se de um anunciado ataque da Guarda Negra, e ao mesmo tempo como protesto contra a prisão do Marechal Deodoro, da qual entretanto ninguém dava certeza. Uns diziam que êle já estava prêso, outros que *ia ser prêso*, e outros que a sua prisão não se efetuara por se encontrar no leito, gravemente enfêrmo. O fato é que êle não estava ali, à frente da coluna, como muitos esperavam e alguns contavam como certo, e essa sua ausência tirava grande parte do entusiasmo e mesmo do significado daquela sublevação de quartéis.

*

se sabe por que motivo, atirou-a pela janela para dentro de uma casa particular, onde deve ter ficado. Depois de instituída a República procurou-se justificar a ausência de bandeiras na tropa sublevada que se apresentou defronte do Quartel-General, com a explicação de que ela já deixara os quartéis decidida a derrubar a Monarquia. Daí sua repulsa em marchar desfaldando o pavilhão imperial.

(625) Para se ver a que ponto ela estava mal preparada para combater, basta dizer que o 9.º de Cavalaria, que ia a pé, como vimos, por falta de cavalos, e havia chegado fazia pouco de Minas Gerais, tinha sido armado com clavinas Winchester, arma nova no Exército, e cujo manejo os componentes daquele regimento ainda ignoravam, de nada lhes servindo, portanto, para a sua defesa, no caso de serem atacados. Ao contrário, só serviriam para dificultar-lhes os movimentos, como verdadeiros trambolhos que eram.

Lourenço de Albuquerque, Ministro da Agricultura de Ouro-Prêto, repetindo, evidentemente, a versão que foi corrente naquela ocasião, disse que “os soldados que acompanharam o chefe do movimento revolucionário ignoravam que o fim dêste era a deposição do Imperador, e que talvez o ignorasse também o próprio Deodoro”. Contra essa afirmativa protestaram os oficiais da 2.^a Brigada, *depois de proclamada a República*, isto é, numa declaração datada de 4 de dezembro de 1889. Mas a verdade é que os cabeças do levante, no momento de sublevarem os três Regimentos, haviam dito apenas que se tratava de um movimento de defesa contra o tal ataque da Guarda Negra, e destinado ao mesmo tempo a lavar a honra e os brios do Exército, que vinham sendo espezinhados sistematicamente pelos Governos, não se falando em deposição da Monarquia ou proclamação da República. Naturalmente que havia ali muito oficial de sentimentos republicanos — todos o sabiam — inclusive alguns dos cabeças do movimento, sendo assim possível que êles alimentassem a esperança de que de tudo aquilo resultasse a extinção da Monarquia. Mas nenhum dêles, que se saiba, manifestou tal coisa por ocasião da formatura da tropa. Ainda porque se o tivessem feito, vários outros oficiais ali também presentes, sabidamente fiéis ao regime monárquico, não os teriam por certo acompanhado, quer dizer, se teriam recusado a tomar parte na revolta. A começar pelo comandante interino da brigada, Tenente-Coronel Silva Teles, e o comandante do 2.^o Regimento de Artilharia, Major Lôbo Botelho⁸²⁶.

(826) Silva Te'es, mesmo depois de deposto o Gabinete e de parecer evidente que o levante ia tomando uma feição republicana, não ousou desertar sua posição de comandante da 2.^a Brigada. Submeteu-se ao “império das circunstâncias”, como diz Sebastião Bandeira. Mas já o mesmo não se daria com Lôbo Botelho, que pretextando sentir-se doente, abandonou o comando do seu Regimento pouco depois de chegar ao Quartel-General. De fato teve ali um desmaio, chegando a cair do cavalo, mas era sabida a má-vontade com que se incorporara à coluna revolucionária, e já nessa manhã, quando estava ainda no seu quartel, reafir-

Talvez pôr isso é que os cabeças do movimento, ao justificarem os motivos da revolta, o tenham feito em termos vagos e imprecisos, como êsse de “lavarem” a honra e os bríos do Exército, sem que ninguém explicasse em que consistiria essa “lavagem” dando lugar a que se fizessem tôda a sorte de suposições, inclusive sôbre um possível fracasso do movimento. De fato, vários dos oficiais pertencentes à coluna não escondiam os receios de que tudo aquilo não passasse, afinal, de uma aventura, movida, podia ser, pelos melhores sentimentos, mas destinada talvez a um completo desastre. A começar pelo próprio Silva Teles, que medindo as possíveis consequências do movimento havia dito: “Estamos ameaçados de uma hecatombe⁶²⁷. Porque a verdade é que ninguém sabia, até então, o que se iria encontrar pela frente, a quem se iria encontrar, que espécie de reação teriam que enfrentar. Sabia-se, ou melhor, presumia-se que havia forças governistas no Quartel-General para a defesa do Ministério. Mas nada se sabia ao certo que forças eram essas, quem as comandava, de quantas unidades se compunham, como estariam armadas e a quanto somavam. E sobretudo, quais eram as suas disposições com relação à tropa sublevada que seguia ao seu encontro.

Foi refletindo sôbre tôdas essas circunstâncias, mas apreensivo, sobretudo, com a desorientação e o desânimo com que marchava a coluna⁶²⁸, que Benjamim Constant lamentou não estar ali o Marechal Deodoro, ou antes, que o seu estado de saúde não lhe consentisse pôr-se à

mara seus sentimentos monárquicos. O que não impediu Deodoro, que o estimava e o tinha como oficial competente, nomeá-lo para a sua Casa Militar assim que assumiu a chefia do Governo Provisório.

(627) Carta de Sebastião Bandeira a Ernesto Sena, em *Deodoro*.

(628) “A tropa marchava sob um ambiente nôrmo, dirá, anos depois, um de seus integrantes, o então Capitão Ilha Moreira, mais parecendo um préstito lutuoso do que uma unidade em defesa de um ideal. Os sons dos clarins que de espaço a espaço feriam os ares, eram melancólicos e sem calor, e tudo denotava o pesar da ausência de alguém que devia dirigi-la” (A. Ilha Moreira, *Proclamação e fundação da República*).

frente daquela tropa, porque do contrário as possibilidades de sucesso lhe pareciam quase nenhuma. “Se Deodoro não tivesse saído à rua no seu cavalo de guerra, dirá Benjamim mais tarde a Júlio de Castilhos, a República não se teria feito”⁶²⁹. Silva Teles era certamente um oficial de valor; mas além de ser apenas um Tenente-Coronel, faltava-lhe autoridade para estar à frente de uma empresa daquela envergadura. Acrescia que comandava a brigada interinamente, e o fato de se saber que ia ali um pouco contra a sua vontade, constrangido, *coacto*, como êle mesmo dissera, diminuía desde logo a eficiência da fôrça sob o seu comando.

Foi quando Lauro Müller, tenente de engenheiros, que seguia ao lado de Benjamim e ouvira as suas apreensões, ofereceu-se para ir a casa do Marechal, que ficava, como se sabe, no Campo de Santana, não longe do Quartel-General, portanto a bem dizer no caminho, a fim de saber se o seu estado de saúde o impossibilitava realmente de vir se pôr à frente da coluna. “Se o senhor quiser, disse êle a Benjamim, vou lá para ver se é possível”.

“Então vá”, respondeu-lhe Benjamim; “vá imediatamente”⁶³⁰.

Fazendo-se acompanhar pelo Alferes Antônio Brasil, Lauro partiu imediatamente em direção à casa de Deodoro. Mas chegando ali não o encontrou; informaram-lhe de que já havia partido para juntar-se aos revoltosos.

De fato. O que se dera fôra o seguinte. Na manhã de 14 Deodoro havia ido, com a mulher, Dona Maria-ninha, passar o dia em casa do irmão João Severiano, à Rua Barão de Mesquita, no Andaraí, para ver se com

(629) Ernesto Sena, *op. cit.*

(630) Discurso de Lauro Müller na Liga da Defesa Nacional, em 15 de Novembro de 1921.

a “mudança de ares” melhorava um pouco de seus padecimentos. Pretendia ficar ali para dormir. Por volta das 3 horas da tarde, sua mulher teve que vir à casa buscar alguns medicamentos. E já se preparava para regressar ao Andaraí quando, pelas 6 horas, lhe apareceu Benjamim Constant, “de chapéu mole e uma manta enrolada no pescoço”, à procura do Marechal. Foi-lhe dito que estava em casa do mano João, no Andaraí. “Encaminhou-se êle então para o gabinete de Deodoro, sentou-se na cadeira da secretária dêste e dirigindo-se à espôsa do General” perguntou-lhe a que horas êle deveria estar de volta. “Ele pretende passar a noite em casa do João”, respondeu ela. *Mas é preciso que a senhora o mande chamar*, retrucou Benjamim.

“Alheia a tudo, se bem que o suspeitava, a espôsa do General insistia que lhe dissessem o que havia, e que se lhe afigurava extraordinário”. Foi quando apareceu seu cunhado Pedro Paulino com o sobrinho, Capitão Percílio, o Major Espírito Santo e outros oficiais, dizendo que se esperava um levante de fôrças em consequência da notícia que corria, da prisão de Deodoro, e que era preciso que êste voltasse imediatamente para casa, e aí ficasse de sobreaviso para qualquer emergência. Pediu então Dona Marianinha que o seu sobrinho Percílio o fôsse buscar no Andaraí. Ali chegando, encontrou-o já preparado para deitar-se. Informado, porém, do que se passava e “sem proferir uma simples palavra”, vestiu-se rapidamente e nada sem dizer ao irmão partiu, de carro, na companhia de Percílio, para a sua casa do Campo, onde chegou pouco depois das 10 horas da noite”⁶³¹.

Chegou muito ofegante, com os sofrimentos de tal modo agravados que mal podia se pôr de pé, vendo-se obrigado a recolher imediatamente ao leito. “Com sin-

(631) Apontamentos do Capitão Clodoaldo da Fonseca, cit. por Ernesto Sena, *Deodoro*.

tomas de tão alarmante caráter, que pressagiavam sua morte certa”⁶³². Mesmo assim, recebeu no quarto os oficiais que estavam ali à sua espera, inclusive o General Almeida Barreto, que Benjamim trouxera para reaproximar os dois oficiais-generais e desfazer o resto de ressentimento que havia entre êles.

“Marechal”, disse-lhe Barreto, “Vossa Excelência tem desafetos na classe militar. Desejo saber se unindo-nos todos, tais sentimentos desaparecerão”.

Que não pensasse nisso, respondeu-lhe Deodoro, pois seu único desejo era que todos os militares se unissem e trabalhassem a bem dos direitos da classe. Com tais palavras, saíram Benjamim e Barreto muito animados, se bem que algo apreensivos com o estado de saúde de Deodoro, que piorava de dia para dia, deixando a todos descrentes de que êle se pudesse pôr à frente do levante que se anunciava⁶³³. “Venho da casa de Deodoro, diria Benjamim Constant pouco depois, na cidade, ao encontrar Aristides Lôbo e Francisco Glicério. Creio que ‘não amanhece e se êle morrer a revolução está gorada. Os senhores são civis, podem salvar-se; nós, militares, arrostaremos as consequências das nossas responsabilidades”⁶³⁴.

Pouco depois de Benjamim ter deixado a casa de Deodoro, apareciam ali o Capitão Hermes, sobrinho do Marechal, e o Tenente Cincinato de Araújo, seu primo. Finalmente, já pela madrugada, o Tenente Adolfo Penha, êste com a notícia de que a 2.^a Brigada estava revoltada e aguardava a chegada do Marechal Deodoro para se pôr em marcha em direção ao Quartel-General do Exército.

(632) A. Ilha Moreira, *op. cit.* — Ernesto Sena, *op. cit.*

(633) Carlos José de Sousa, *A influência do General José de Almeida Barreto nos episódios de novembro de 1889.*

(634) Tobias Montelro, *Pesquisas e depoimentos.*

Deodoro não quis, a princípio, acreditar no que ouvia, apesar de ter o espírito prevenido com a possibilidade de um levante próximo. Mas, sinceramente, não acreditava que êle se desse naquela mesma noite. Receava que o rapaz estivesse mal-informado, ou se deixasse levar por uma possível “cilada do Govêrno”, por um boato semelhante ao da sua prisão, que corria pela cidade e já lhe havia chegado ao conhecimento. E só acreditou no que lhe diziam quando lhe asseguraram que Benjamim e seu irmão Pedro Paulino já se encontravam na 2.^a Brigada, à frente dos revoltosos. Decidiu então partir.

Mas a tanto se opôs a mulher, temerosa, com razão, de que uma tamanha imprudência lhe pudesse ser fatal. “Receando sèriamente um grave acidente na enfermidade do marido, procurou impedir por todos os meios que êle saísse de casa”⁶³⁵. Em vista disso, e da insistência de Deodoro em ir se pôr à frente dos revoltosos, decidiu-se que uma ordenança fôsse chamar o médico assistente do Marechal, Dr. Carlos Gross, que morava à Rua dos Ourives, para que êste dissesse se êle estava ou não

(635) Depoimento do Dr. Carlos Gross a Walter Prestes e por êste reproduzido em *O médico de Deodoro*. “Levantou-se da cama, cambaleante, diz o Dr. Gross, para se colocar à frente das tropas”. — Diz Ouro-Prêto (*op. cit.*) ter sabido que Deodoro relutara a princípio sair de casa, em vista de seu estado de saúde, e aconselhou que se procurasse Floriano para êste assumir o comando das fôrças sublevadas. É uma versão, porém, que não se sustenta, pois não é crível que êle fizesse uma tal sugestão depois da entrevista que tivera, fazia dois dias, com Floriano, e êste recusara participar do golpe de Estado, muito embora dando a entender que também não o hostilizaria. Mas, por outro lado, havia, parece, entre os revoltosos, a esperança de poderem contar com a participação de Floriano, se Deodoro não pudesse ir ter com êles. “É certo que quando a 2.^a Brigada marchou para o Campo da Aclamação com a Escola Superior de Guerra, tendo à frente Benjamim Constant, havia para muitos a convicção de que o General Floriano viria tomar o comando dos insurgidos, em substituição do General Deodoro, a quem seu estado de saúde parecia impedir de assumir semelhante pôsto” (Teixeira Mendes, *Esbôço biográfico de Benjamim Constant*). — Serzedêlo Correia confirma essa versão, dizendo que ao ver a coluna revolucionária em marcha para o Campo de Santana, perguntara a Benjamim quem a comandaria no caso de ela ser atacada pelas fôrças governistas, e que êste lhe respondera que Deodoro vinha aí, mas que se não pudesse vir, a coluna seria comandada por Floriano (*Páginas do Passado*).

em condições de ir comandar o levante. Tardou, entretanto, o médico em vir (o soldado se enganara e o fôra procurar à Rua da Quitanda), e Deodoro, impacientado, não quis mais esperar: fardou-se mandou chamar um carro e partiu com o Alferes Cincinato, levando num saco o arreamento completo de sua montaria⁶³⁶.

Tomaram a direção de São Cristóvão, seguindo, para encurtar o caminho, pela Vila Guarani. Mas, quando chegaram aos quartéis da 2.^a Brigada, não mais a encontraram, tendo sido informados de que ela já havia seguido para o Quartel-General, onde constava estava reunido o Ministério. Retrocederam, então, a fim de alcançarem a Brigada a meio caminho, como se deu na Rua Senador Eusébio, na altura do gasômetro do Mangue. Reconhecido e ovacionado pela tropa, veio ao seu encontro o Tenente-Coronel Silva Teles. Como dissemos, a coluna marchava um pouco à aventura, sem saber exatamente que fôrças de resistência iria encontrar no Quartel-General. Destacou então Deodoro o Capitão Godolfim com uma escolta de oito soldados do 1.^o Regimento, para que se fôsse inteirar do que havia e se estava passando no Quartel-General.

Godolfim voltou pouco depois, com a informação de que havia fôrças de Polícia e de Marinha fora do Quartel, e outras do Exército e dos Bombeiros lá dentro, no pátio, mas tôdas em atitude de parada, não havendo mais nada de anormal. Decidiu então Deodoro prosseguir com a coluna. Ao se aproximar do Campo, na esquina da Rua Visconde de Itaúna, desceu do carro, montou

(636) Artur Azevedo, numa crônica publicada no *O País* diz, não sabemos com que fundamento, que foi o Tenente Jaime Benévolo, quem "obrigou, sabe Deus com que esforço, Deodoro a deixar o côncavo tépido do culchão, fardar-se, montar a cavalo, marchar para o Quartel-General e fazer a República". E que "se não fôsse êle, Deodoro não teria saído de casa". A improcedência de uma tal versão é mais do que evidente por tudo o que se sabe hoje, e ela é dada aqui apenas a título de curiosidade.

num cavalo que lhe cederam (uns dizem pelo Major Vespasiano de Albuquerque, outros por um alferes do 1.º Regimento) e assumiu o comando efetivo das forças sublevadas. Eram visíveis no rosto os traços de seu profundo abatimento físico. “Quando olhei para a figura do velho Marechal, dirá anos mais tarde o então Alferes Serejo, depois genro de Benjamim Constant, impressionou-me. Dir-se-ia um cadáver. Profundamente pálido, olhos muito abertos, seu peito arfava⁶³⁷. E foi com não pouca dificuldade que conseguiu montar a cavalo, precisando, para isso, que seu irmão Paulino o ajudasse a subir.

(637) Depoimento prestado à *Noite Ilustrada*.

O ministério numa "ratoeira"

Quando o Presidente do Conselho apareceu no Quartel-General, com os Ministros da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, seriam cêrca das 7 horas da manhã. Pouco depois chegariam os Ministros do Império e da Agricultura. Maracaju, Ministro da Guerra, já ali se encontrava. E quanto a Ladário, Ministro da Marinha, ficara no Arsenal providenciando sôbre o desembarque de fôrças navais. Só depois é que êle procuraria vir para o Quartel-General nas circunstâncias trágicas que iremos ver.

Chegando ao Quartel-General é que Ouro-Prêto teve, afinal, a compreensão exata da situação, que era de completa paralisia para o Govêrno. Assim, foi logo informado de que as tropas sublevadas já haviam deixado os quartéis de São Cristóvão e se aproximavam do Campo de Santana, mas nada se havia feito, até então, para contê-las; nenhuma fôrça partira ou se preparava para partir a fim de lhes dar combate, continuando quase tôdas estacionadas no pátio interior do Quartel. As ruas adjacentes estavam, por assim dizer, desguarnecidas, com apenas uns dois batalhões em frente à estação da estrada de ferro, mas em atitude de expectativa, mesmo de completa indiferença, as armas em descanso e os braços cruzados. Atitude de "simples parada ou de acompanhamento de procissão", na frase pitoresca de Ouro-Prêto⁶³⁸.

(638) Visconde de Ouro Prêto, *Advento da ditadura militar no Brasil*.

Ao subir ao primeiro andar do Quartel, onde funcionava a Secretaria da Guerra, vieram ao seu encontro o Ministro da Guerra e o Ajudante-General do Exército. Indagados porque não se fizera partir nenhuma força ao encontro dos rebeldes, respondeu-lhe Maracaju que “não se podia confiar em toda aquela que se reunira no Quartel”, o que era o mais alarmante sintoma da fraqueza do Governo; e quanto a preparativos de defesa, acrescentou, fugindo à responsabilidade, estavam a cargo do Marechal Floriano, que certamente “organizaria do melhor modo”.

Para bem se inteirar das possibilidades de que acaso dispunham os revoltosos, indagou Ouro-Prêto de Maracaju se eles teriam muita munição, respondendo o Ministro que “não a podiam ter em grande cópia”. E como este observasse que “seria de grande vantagem a organização de uma força que, no caso de ser o Quartel-General atacado, por sua vez acometesse os sublevados pela retaguarda”, respondeu o Presidente do Conselho que essa força “se poderia constituir com os dois Batalhões 24 de Infantaria, e da Polícia da Província, que já deviam estar no Arsenal de Marinha, agregando-se-lhes os novos contingentes de Imperiais Marinheiros que estivessem reunidos”.

“Designc V. Exa. o comandante”, acrescentou Ouro-Prêto, “e eu me encargo de ir dispor a tropa”.

Assentado o nome do Brigadeiro José do Amaral para esse comando, deixou o Presidente do Conselho o Quartel-General e dirigiu-se novamente ao Arsenal de Marinha, afim de inteirar-se pessoalmente do desembarque de outras forças navais. Mas lá chegando, não encontrou nem Ladário nem Foster Vidal, inspetor do Arsenal. Resolveu então voltar para o Quartel-General. “Desde que o meu colega da Guerra julgava necessária

a minha presença para animar a resistência, — dirá Ouro-Prêto, era ali o meu pôsto"⁶³⁹. Quando entrava no Quartel chegavam também os primeiros pelotões da Polícia da Côrte, "bastos e numerosos".

"Agora, sim", exclamou Maracaju vendo desfilar essas fôrças; "temos gente suficiente e estamos bem!"

"Pois aí vem mais", retorquiu Ouro-Prêto apontando para o Corpo de Bombeiros que chegava também ao Quartel.

Mas, apesar da exclamação otimista do Ministro da Guerra, logo viu Ouro-Prêto que a apatia dos chefes militares era a mesma, e não só Floriano como todos ali faziam corpo mole, dando a entender que não estavam nada dispostos a fazer o que fôsse em defesa do Govêrno. Mostravam-se, de um certo modo, indiferentes, como se nada de anormal se estivesse passando. A verdade é que ninguém sabia ali quais eram as verdadeiras intenções da tropa sublevada e tudo aconselhava, portanto, uma atitude de mera expectativa. Floriano, como já notara, aliás, desconfiado, o presidente do Conselho, não perdia a calma habitual. "Todos pareciam assustados, dirá Ouro-Prêto, só o Ajudante-General estava calmo". Cingindo a espada, parecendo "pronto para montar a cavalo, dava freqüentes ordens em voz baixa aos oficiais que encontrava ou mandava chamar. Não lhe pude ouvir uma só"⁶⁴⁰. "Quando recebia as minhas ordens, recordará Ouro-Prêto, anos depois, a Tobias Monteiro, ia serenamente aos oficiais a quem devia passá-las e falava muito baixo. Se me aproximava, a sua voz se extinguia, e logo havia motivo de deslizar para outro lado"⁶⁴¹. Mas apesar disso Ouro-Prêto esperava ainda poder contar com o seu

(639) *Op. cit.*

(640) Ouro-Prêto, *op. cit.*

(641) *Pesquisas e depoimentos para a História.*

concurso, que se resumia afinal em manter a tropa fiel ao Govêrno, em defesa da ordem constitucional ameaçada. Atribuía a falta sua de energia ao seu feito descansado, à sua conhecida lentidão e aparente indiferença a tudo o que o cercava, no que o presidente do Conselho se enganava, porque no fundo, o que Floriano procurava, astuto como sempre fôra, dissimulado a mais não poder, era simplesmente ganhar tempo, para ver quem saía ganhando em tudo aquilo.

Outro que impacientava o chefe do Govêrno era o general Almeida Barreto, que tendo sido chamado a tôda a pressa por Floriano na madrugada daquele dia, cêrca das 4 horas, recebera, ao chegar, do ministro da Guerra, a incumbência de comandar uma brigada mista ali improvisada, constituída do corpo militar da Polícia da Côrte, de dois destacamentos de Marinha e do corpo de Bombeiros, tudo somando 1 096 homens⁶⁴²; mas que em vez de assumir o comando efetivo dessa tropa e sair com ela ou com parte dela ao encontro dos revoltosos, “passava e conversava na extensa varanda do Quartel”, como se estivesse no mais calmo dos dias⁶⁴³. A observação é de Ouro-Prêto, que confiando inteiramente na fidelidade dêsse General mal sabia que êle já se havia posto, desde poucos dias atrás, à disposição de Deodoro.

Premido, entretanto, por uma interpelação mais viva do presidente do Conselho, no sentido de “cumprir com

(642) Assim distribuídos: Polícia da Côrte, 500 homens; Bombeiros, 240 homens; Imperiais Marinheiros, 196; e Fuzileiros Navais, 160 homens. Essas forças, somadas às que constituíam a 1.ª brigada, sob o comando de Rio-Apa, perfaziam um total aproximado de três mil homens, mais do que suficientes para esmagarem os 600 revoltosos comandados por Deodoro.

(643) O que êle, na verdade, fazia, era entender-se com os comandantes seus camaradas de armas, no sentido de as forças governistas não hostilizarem os revoltosos, conforme declaração de um dêsse camaradas, o então coronel Jaques Ourique (Carlos José de Souza, *op. cit.*), que tendo sob seu comando uma parte das forças do Govêrno, era um incondicional amigo de Deodoro.

o seu dever", Barreto sempre decidiu mexer-se: desceu, montou a cavalo e saiu com parte de suas fôrças por uma das portas laterais do Quartel, que dava sôbre a Rua João Ricardo, deixando lá dentro, no pátio, o corpo de Bombeiros e uma companhia de metralhadoras, estas sob o pretexto de que não passavam pela estreita porta por onde haviam saído as demais fôrças. E em vez de prosseguir em direção à Rua Visconde de Itaúna, de onde todos sabiam deviam vir os revoltosos, e interceptá-los a meio caminho, fêz alto logo em seguida, pondo as fôrças em linha, as de Polícia em frente à estação da estrada de ferro e as de Marinha um pouco adiante, à saída da Rua General Pedra, deixando-as ali numa atitude de parada.

Enquanto isso, Ouro-Prêto continuava a lançar sucesivos apelos aos oficiais presentes, para que cumprissem o dever de defender o Govêrno. Debalde. Todos se faziam surdos. Ninguém se mexia. Sua autoridade ficara reduzida praticamente a zero. Os demais Ministros, impotentes, como êle, o rodeavam numa atitude de profunda consternação. Entreolhavam-se com ares sucumbidos, resignados já com a sorte ingrata que os atingira, como se fôsem condenados à morte que só esperavam uma ordem para subirem ao patíbulo.

A verdade é que estavam ali encurralados sem qualquer possibilidade de defesa e ainda menos de ação: tendo vindo para o Quartel General confiantes em si mesmos, convencidos de que encontrariam fôrças mais do que bastantes — e sobretudo dispostas — para debelarem uma revolta de três batalhões, haviam caído numa verdadeira ratoeira. Aliás, foi esta a expressão de que se serviu Ouro-Prêto, desabafando para o seu ministro da Agricultura, conselheiro Lourenço de Albuquerque: "Fomos miseravelmente traídos. Chamaram-nos para

esta ratoeira a fim de que não pudéssemos organizar lá fora a resistência. Antes nos houvessem matado!”⁶⁴⁴.

Em dado momento, chegando-se a uma das janelas que davam sôbre o Campo, viu que uma fôrça do Exército se afastava do Quartel — não para o lado de onde deviam vir os revoltosos, mas para o lado oposto, vizinho à Escola Normal. Indagando que fôrças eram aquelas e para onde iam, foi-lhe dito que eram do 10.º de infantaria, que se dirigiam para o Largo da Lapa, a fim de obstar ali que a Escola Militar, que vinha sublevada da Praia Vermelha, se juntasse aos revoltosos. Observou Ouro-Prêto que êstes se aproximavam cada vez mais do Quartel, e não deviam estar muito longe; muito mais perto, em todo o caso, do que a Escola Militar, não se compreendendo assim que êsse batalhão, tido como o de maior confiança, deixasse o pôsto avançado e fôsse mandado ao encontro dos “meninos” da Praia Vermelha. *Não tive explicação para o caso, concluía Ouro-Prêto*⁶⁴⁵.

Pouco depois êle avistava um piquête de cavalaria, tendo à frente um oficial⁶⁴⁶, que desembocando da Rua Visconde de Itaúna viera em direção ao Quartel, diante do qual se postara, passando o oficial que o comandava a “percorrer o terreno, evidentemente explorando-o; eram evidentemente as avançadas dos sublevados”. Chamou Ouro-Prêto para o fato a atenção de Maracaju e de Floriano, mandando que o piquête e o seu oficial fôssem

(644) Diz Ouro-Prêto (*op. cit.*), que quando o Ministério se convenceu de que lhe faltavam meios para sufocar o movimento e se achava, por assim dizer, prisioneiro no Quartel-General, foi-lhe sugerida (não se recorda por quem), “a idéia da retirada pelos fundos do edificio, dizendo o Sr. Marechal Floriano Peixoto que isso não seria difícil” — mas que a êsse alvitre, “nenhum de nós anuiu”.

(645) *Op. cit.* — A salientar que êsse batalhão, que tanta confiança inspirava ao Governo, comandado por Jaques Ourique, ao invés de embargar os passos dos “meninos” da Praia Vermelha, confraternizou com êles, e juntos vieram se incorporar às fôrças do marechal Deodoro...

(646) Capitão Godolfim.

capturados, "por ser até vergonhoso que ousassem vir tão perto impunemente". Maracaju limitou-se a responder que o General Almeida Barreto ia se apoderar do piquête. De fato Barreto voltou a sair montado a cavalo, mas sòmente depois que o piquête dos revoltosos se havia retirado para retomar o caminho de onde viera.

Os revoltosos no Quartel-General

Pouco tempo depois — eram cêrca das 8 horas da manhã — ouvia-se um grande rumor lá fora, de patas de cavalo e rodar de artilharia: eram as tropas sublevadas que desembocavam da Rua Visconde de Itaúna e se encaminhavam para o Quartel-General. Quando elas começaram a passar diante das fôrças governistas postadas defronte da estação da Estrada de Ferro de Pedro II, o General Almeida Barreto mandou que fizessem alto, e que o seu comandante, que êle supunha fôsse o Coronel Silva Teles, viesse falar-lhe. Grande foi, porém, o seu espanto, quando lhe apareceu o Marechal Deodoro! Havendo estado na véspera, à noite, em sua casa e tendo-o encontrado de cama, no meio dos maiores sofrimentos, a ponto de nem poder erguer-se, nunca imaginou que horas mais tarde aquêle homem tivesse fôrças para sair, fardar-se, montar a cavalo e pôr-se à frente de tropas sublevadas.

Dirigindo-se ao Marechal, disse-lhe que tinha ordem do Govêrno para fazê-lo retirar-se dali com a sua fôrça. “Sim, respondeu Deodoro sem se perturbar, mas é que eu preciso ir ao Quartel-General falar com o Ajudante-General”⁶⁴⁷. Consentiu então Barreto que êle prosseguisse caminho. Nesse momento, voltando-se para o corpo de

(647) Carlos José de Souza, *op. cit.*

Polícia e a fôrça de Marinha, ali estacionados, imóveis, interpelou-os Deodoro: “Então, não me conhecem?”⁶⁴⁸.

Foi quando o Major Valadão, que comandava a infantaria da Polícia, ergueu um viva ao Marechal, logo correspondido pela tropa em atitude de continência. Era a primeira prova de solidariedade que Deodoro recebia das fôrças governistas. Fazendo alto pouco adiante, determinou que o principal de sua tropa se estendesse em linha defronte do Quartel-General, formando martelo com outra postada à esquina da Rua de São Lourenço (depois Marechal Floriano), ficando a artilharia voltada para os batalhões de Polícia e de Marinha, por medida, certamente, de precaução, porque, apesar da boa acolhida que lhe haviam dispensado, podia bem vir dali qualquer ataque de surpresa. Medida, aliás, em certo sentido inútil, porque se as fôrças governistas, largamente superiores em número, em qualidade, em armamento e em munição quisessem atacar os revoltosos, êstes já estariam destroçados àquela hora. O futuro General Jaques Ourique dirá mais tarde, com tôda a razão, que a ninguém que tivesse “uma ligeira noção estratégica da situação da artilharia da 2.^a Brigada, na jornada de 15 de Novembro, mal municuada, sem apoio de fôrças de infantaria, com a retaguarda aberta, o flanco esquerdo ameaçado pela Polícia, o direito pelo contingente da Marinha e a frente pelas fôrças do Quartel-General, que dispunham de uma metralhadora — a ninguém de comezinho bom senso parecia possível, em tais condições, a vitória dos heróicos moços da 2.^a Brigada, se tivesse havido combate”⁶⁴⁹.

“Da coluna sublevada — conta Ouro-Prêto — destacou-se um oficial. Aproximando-se, disse em voz alta que trazia uma mensagem do Marechal Deodoro para o Marechal Floriano Peixoto”. Isso se fazia da praça

(648) A. Ilha Moreira, *op. cit.*

(649) Leôncio Correia, *A verdade histórica sôbre o 15 de Novembro.*

fronteira ao Quartel, onde estavam as fôrças sublevadas, para uma das sacadas da Secretaria da Guerra apinhadas de gente do Govêrno, e davam sôbre a mesma praça.

“Que entre só e a pé”, responderam lá de cima.

Era o Tenente-Coronel Silva Teles, comandante interino da 2.^a Brigada, que entrando pela pequena porta que lhe foi aberta, no portão principal do Quartel, declarou que o Marechal Deodoro mandava dizer ao Marechal Floriano que estava ali “pronto para a conferência solicitada”, querendo com isso referir-se ao convite para uma entrevista, que lhe fizera o Ajudante-General pela madrugada, e que se não realizara por terem se precipitado os acontecimentos. Recebendo agora a resposta de Deodoro, apressou-se Floriano em transmiti-la ao Presidente do Conselho, presente o mesmo Silva Teles.

“Conferência!” exclamou Ouro-Prêto. “Pois o Marechal Deodoro, não tendo recebido do Govêrno nenhum comando militar, aqui se apresenta à fôrça armada, em attitude hostil, e pretende conferenciar com o Ajudante-General do Exêrcito?!... Em tais circunstâncias, não há conferência possível”.

E virando-se para Floriano:

“Mande V. Ex.^a intimá-lo a que se retire, e empregue a fôrça para fazer cumprir essa ordem. Esta é a decisão do Govêrno” ⁶⁵⁰.

Floriano, meio ressabiado, visivelmente atrapalhado com semelhante ordem, mandou que Silva Teles se retirasse e fêz parecer que ia agir: dirigiu-se para a varanda vizinha à sala onde estavam os ministros, voltou, tornou a ir; desceu depois a escada, montou a cavallo e percorreu a frente da tropa estacionada no pátio do Quartel, mas tudo isso sem se alterar, com a maior calma, como se estivesse num campo de manobras ou numa simples

(650) Ouro-Prêto, *op. cit.*

parada militar. Encaminhou-se depois para o alojamento do 10.º Batalhão de Infantaria e mandou chamar o General Almeida Barreto. Perguntou-lhe porque não tinha oposto resistência à fôrça sublevada quando esta se aproximava do Quartel. Respondeu-lhe Barreto que não se prestava a fazer fogo contra os seus camaradas, que estavam ali para defenderem os direitos da classe. E a umas palavras de aprovação de Floriano, dizendo que jamais pensou que êle se prestaria a derramar sangue de soldado brasileiro, voltou para a frente de suas tropas⁶⁵¹.

Num dado momento ouvem-se tiros, dados lá fora, em frente ao Quartel, que pareceram a Ouro-Prêto ser o comêço do ataque contra os amotinados, conforme êle ordenara a Floriano, isto é, que “ia começar o desagravo da lei, ferindo-se o combate”, como êle diz. Mas não. Era o rápido tiroteio que se travava entre o Ministro da Marinha e a escolta de Deodoro. De fato, pouco antes dêsse incidente se aproximara do Quartel um *coupé* seguido por duas ordenanças.

“É um *coupé* de Ministro”, disse Deodoro.

“Não é o da Guerra”, observou o Tenente Penha, “porque as ordenanças são da Polícia”.

“É o Ladário!” exclamou Deodoro, reconhecendo o Ministro da Marinha, que de fato voltava do Arsenal para juntar-se aos seus colegas de Govêrno.

E encaminhando o cavalo em direção ao Ministro, deu-lhe voz de prisão — que se considerasse prêso, disse,

(651) Carlos José de Sousa, *op. cit.* — É a versão mais corrente, confirmada, entre outros, por Sebastião Bandeira (*op. cit.*), que reproduz as palavras que Floriano teria proferido nessa ocasião: “Aprovo o seu procedimento, estando convicto de que não faria derramar o sangue do soldado brasileiro”, opinião que coincide com a que êle próprio daria, momentos mais tarde, a Ouro-Prêto, conforme veremos. — Outra versão dêsse fato, também possível, dado o feitiço reservado e precavido de Floriano, é que êste nada respondeu, limitando-se a ouvir Almeida Barreto e retirar-se para uma outra dependência do Quartel.

“com a maior gentileza”, confessaria mais tarde o próprio Ladário⁶⁵². A essa intimação êste desceu do carro, dizendo que o Marechal estava “fora da lei”, e sem mais nada desfechou-lhe um tiro. A arma, porém, falhou. Súbito, o Tenente Penha puxou do revólver e alvejou o Ministro, sem contudo acertá-lo. Tudo isso foi muito rápido, coisa de uns poucos minutos, criando-se no momento uma certa confusão. Foi quando Ladário foi atingido por um tiro partido do piquête de Deodoro, ferindo-o levemente.

“Soldados!” exclamou o Marechal, “não matem o Barão!”

Dando, com dificuldade, alguns passos, tentou Ladário entrar num armazém na esquina da Rua de São Lourenço (atual Marechal Floriano); mas ali lhe fecharam a porta, com reccio certamente, de complicações. Foi êle então carregado por populares para o palacete do Conde de Itamarati, ali ao lado, onde recebeu os primeiros curativos vindos de uma farmácia próxima. *Cumpri o meu dever*, disse êle quando lhe faziam o tratamento. Pouco depois foi metido num bonde, que o transportou para a sua residência no Cosme Velho.

Enquanto isso, o tempo passava e a situação em frente ao Quartel não se definia, nem de um lado nem de outro: os revoltosos continuavam postados na praça fronteira, em atitude sempre de parada, e a gente do Governo, com os seus principais personagens debruçados nas janelas do Quartel, a apreciar a encenação das fôrças sublevadas. E Deodoro, sempre a cavalo, a se mover de um lado para outro. O portão principal do Quartel continuando fechado, ninguém podendo ali penetrar. Com isso, a situação ia se tornando algo ridícula, porque nem os revoltosos se decidiam a investir contra o Quartel, nem as fôrças governistas, de fora e de dentro, tomavam

(652) Narrativa do Barão de Ladário, feita no Senado em 5 de dezembro de 1894.

a iniciativa de lhes dar combate. Esse estado de coisas se prolongava já por quase uma hora, e não se via que fim iria ter. “Passava o tempo, dirá anos depois o então Alferes Cândido Rondon, as fôrças do Quartel-General continuavam inativas e as fôrças revolucionárias em linha de combate. Os portões do Quartel continuavam fechados, salvo uma portinhola na porta principal, que se abria de vez em quando e por onde falavam oficiais revolucionários ao ouvido de oficiais que se achavam lá dentro”⁶⁵³.

Mas, apesar da passividade em que se mantinham, o fato, mesmo, de os revoltosos continuarem ali sem ser molestados, guardando as mesmas posições que haviam ocupado ao chegarem, significava que elles já eram, de um certo modo, senhores da situação; a ponto de Deodoro se permitir dispor, para melhor segurança de seus soldados, não só das suas como das próprias fôrças do Govêrno. De fato, num dado momento chamou um de seus tenentes e mandou que elle fôsse dizer ao General Almeida Barreto, que comandava, como se sabe, uma brigada do Govêrno ali improvisada, para colocar sua tropa em determinada posição. Passados alguns momentos e vendo que não era obedecido, chamou novamente o tenente e disse: “vá dizer ao Barreto que faça o que eu já lhe ordenei; ou então que meta a sua espada no c. . . , pois não preciso dela”. Foi quando Benjamim Constant, ouvindo essas palavras, correu rapidamente ao General, que logo se apressou em cumprir as ordens de Deodoro⁶⁵⁴.

(653) Esther de Viveiros, *Rondon conta sua vida*.

(654) Ernesto Sena, *Deodoro*. — A versão dada por Serzedêlo Correia (*Páginas do passado*) é outra. Ao receber ordem de Deodoro para se “passar para o seu lado”, Almeida Barreto teria respondido: “Diga a Deodoro que elle comanda a fôrça de lá e eu a daqui”; e que diante disso Deodoro mandara preparar suas haterias a fim de fazer fogo contra as fôrças de Barreto. “A esta voz, diz Serzedêlo, corremos Benjamim, eu e Lauro Müller para junto de Barreto e imploramos que obedecesse à ordem de Deodoro. Barreto obedeceu”.

Na Secretária da Guerra, Ouro-Prêto, cercado sempre de seus ministros, continuava a dar ordens para o ar. Ninguém lhe dava mais atenção. A um oficial, que a uma reflexão sua ponderava que se estava ao alcance do fogo da artilharia dos rebeldes, êle dava uma lição de estratégia:

“Mas essa artilharia, como está posta, pode ser tomada à baioneta! Na pequena distância em que se acha postada, entre um primeiro e um segundo tiro, há tempo de cair sôbre a guarnição!”

“Impossível, respondiam-lhe. As peças estão assentadas de modo a que qualquer sortida será varrida à metralha”.

“Por que então deixaram que tomassem tais posições? Ignoravam isso? Não creio na impossibilidade senão diante dos fatos. No Paraguai os nossos soldados se apoderavam da artilharia em bem piores condições!”

Nesse momento reaparecia Floriano. Vinha lá de baixo, o passo lento, a fisionomia tranqüila, a mesma calma de sempre. Ao ouvir as últimas palavras do Presidente do Conselho, resmungou, como de si para consigo, mas bastante alto para ser ouvido por Ouro-Prêto: “Sim, mas lá tínhamos em frente inimigos, e aqui somos todos brasileiros”⁶⁵⁵.

Foi o bastante para o chefe do Gabinete compreender que tinha perdido definitivamente a partida. A mais alta autoridade militar do Império cruzava os braços e se recusava a defender o Governo, só restando a êste aceitar, conformado, a derrota. “Se eu ainda pudesse manter ilusões”, dirá Ouro-Prêto, “elas se teriam dissipado ante essa frase de Floriano”. Sem embargo, e como um último desencargo de consciência antes de se

(655) Ouro-Prêto, *op. cit.*

confessar rendido, decidiu reunir pela última vez o Ministério, com a presença dos três principais chefes militares, Floriano Peixoto, Rio-Apa, comandante da 1.^a Brigada e Almeida Barreto, comandante da Brigada Mista⁶⁵⁶. Maracaju, Ministro da Guerra, repetiu o que já havia dito, isto é, que não havia “possibilidade de evitar a derrota após um grande derramamento de sangue, porque, além de tudo, receava a defecção de considerável parte da tropa encurralada no pátio do Quartel”. Os demais ministros opinaram também pela capitulação, bem como Rio-Apa e Floriano, declarando este que Deodoro “exigia a retirada do Ministério”⁶⁵⁷. Nessas condições redigiu Ouro-Prêto ali mesmo e mandou expedir para Petrópolis o seguinte telegrama ao Imperador:

Senhor — O Ministério, sitiado no Quartel-General da Guerra, à exceção do Sr. Ministro da Marinha, que consta achar-se ferido em uma casa próxima, tendo por mais de uma vez, ordenado, pelo órgão do Presidente do Conselho e do Ministro da Guerra, que se empregasse a resistência à intimação armada do Marechal Deodoro para pedir a sua exoneração, diante da declaração feita pelos generais Visconde de Maracaju, Floriano Peixoto e Barão do Rio Apa de que, por não contarem com a força reunida, não há possibilidade de resistência com eficácia, depõe nas mãos augustas de Vossa Majes-

(656) Idem. — Almeida Barreto, já comprometido de corpo e alma com os revoltosos, achou mais avisado não comparecer à reunião, deixando assim de acudir ao chamado do Presidente do Conselho.

(657) Dirá Ouro-Prêto: “Ouvido o voto unânime dos profissionais, não possuindo naquela emergência outros elementos de ação, diante da opinião já manifestada pelos meus colegas, eu, fazendo sentir que repetidas vêzes, instantemente e de balde, ordenara que os sublevados fôsem batidos em caminho, e, ainda depois de se haverem postudo diante do Quartel-General, que os desalojassem daquela posição à viva força, no que fôra desobedecido, declarei que me resignava às circunstâncias e passaria por telegrama a S. M. o Imperador pedido de exoneração do Ministério” (op. cit.).

*tade o seu pedido de demissão. A tropa acaba de confraternizar com o Marechal Deodoro, abrindo-lhe as portas do Quartel*⁶⁵⁸.

*

De fato, momentos antes tinham-se ouvido aclamações no interior do Quartel, ao mesmo tempo que soavam os clarins: era o Marechal Deodoro que, aberto finalmente o largo portão e sob uma salva de tiros, por ali penetrava a cavalo erguendo o quepe e dando um viva ao Imperador.

Êsse *viva* ao Monarca iria dar motivo, daí por diante, a longos debates e a muita controvérsia, uns negando e outros afirmando a sua autenticidade. A elucidação de um tal fato tornou-se de importância histórica para a melhor compreensão do significado do ato do Marechal Deodoro na manhã de 15 de novembro, porque no caso afirmativo ficava provado que, pelo menos naquele momento, não era absolutamente sua intenção acabar com a Monarquia, o que bem concordava e se harmonizava, como salienta José Maria dos Santos no seu livro sobre Bernardino de Campos, com as declarações que elle faria pouco depois, ao depor Ouro-Prêto, isto é, que os direitos do Imperador seriam “respeitados e garantidos”.

Deodoro nunca negou que tivesse dado êsse *viva*, pôsto que também não houvesse jamais afirmado, de

(658) Cópia do original, depositado no arquivo da Casa Imperial. — Diz Serzedêlo Correia (*op. cit.*) que foi Ouro-Prêto quem mandou abrir ao Marechal Deodoro o portão do Quartel-General, a fim de “entregar-lhe o poder”, versão completamente inverídica, que o próprio Ouro-Prêto implicitamente desmente, quando diz (*op. cit.*) que antes mesmo de ser conhecida a resolução do Ministério de demitir-se, soube que o portão fôra aberto, não sabendo por ordem de quem, e por êle entrara Deodoro a cavalo. Quanto a “entrega” do poder ao Marechal, sabe-se que Ouro-Prêto se limitou a dizer-lhe, quando o teve à sua frente, que se submetia à força e se considerava demitido.

onde se conclui implicitamente que de fato o proferiu, porque do contrário êle se apressaria em negá-lo, quando menos não fôsse para desarmar por uma vez os seus adversários da Constituinte, que lhe queriam arrebatrar a glória de ter sido o fundador da República. Mas há, além disso, muitas outras provas, contidas em declarações de pessoas da época, e das quais se pode concluir hoje, sem sombra de dúvida, que Deodoro entrou, de fato, no Quartel-General erguendo um *Viva Sua Magestade o Imperador*, saudação, aliás, de uso corrente no Exército, quer em guerra, quer em cerimônias oficiais, quer em simples paradas⁶⁵⁹.

Dentre as muitas pessoas que confirmam o fato, a primeira a citar é o Ministro do Chile, que quatro dias depois do acontecimento, ou seja num Officio de 19 de novembro de 89, dirigido ao seu Governo, diz que o Marechal, ao se lhe abrir o portão do Quartel, *entró dando un "Viva el Emperador"*⁶⁶⁰. O testemunho dêsse diplomata tem uma certa importância, porque além de se tratar de uma pessoa insuspeita, vem provar que o fato foi corrente na ocasião mesma em que êle se deu, não sendo portanto uma invenção que os adversários de Deodoro iriam forjicar mais tarde, com o fim de destruírem a versão, de haver êle "proclamado" a República, ou melhor, de ter sido o "fundador" da República, reivindicando êsse feito para Benjamim Constant por êles considerado o verdadeiro autor do nôvo regime. Mas, além da declaração dêsse diplomata, há várias outras que confirmam também o fato. Há, por exemplo, o testemunho do então alferes e depois General Cândido Rondon, que diz haver ouvido Deodoro dar um "inad-

(659) A notar que era costume, no tempo do Império, tanto no Exército como na Marinha, os oficiais se descobrirem, erguendo o quépi, quando davam um viva ao Imperador, ou melhor, só se descobriam, estando em forma, nessas ocasiões.

(660) Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Chile.

vertido" viva ao Imperador, sôbre o que, aliás, êle não tinha a menor dúvida, pois se encontrava nessa ocasião junto ao marechal⁶⁶¹.

Quando o Capitão José Beviláqua⁶⁶² afirmou, em discurso pronunciado no Rio em julho de 1890, — ainda em vida, portanto, de Deodoro, — que êste havia, de fato, dado aquêle *viva*, e foi, por isso, atacado pelos exaltados "deodoristas", Raimundo Teixeira Mendes, chefe da igreja positivista, veio à imprensa em sua defesa, dizendo (escreve José Maria dos Santos) "haver também presenciado aquela manifestação do Marechal, no que foi confirmado pelos tenentes Ximeno de Villeroy e Pantoja Rodrigues e pelos civis Benjamim Constant Filho e Agliberto Xavier, todos figurantes ou testemunhos do drama de 15 de Novembro. Agliberto Xavier, falando em nome do Clube Benjamim Constant, de cuja diretoria fazia parte fêz, pela edição do *O País* de 21 de setembro daquele ano, uma declaração na qual se lê: *Quanto ao fato de ter o Marechal Deodoro dado vivas a Dom Pedro II, a 15 de novembro, é fato [sic] ainda bem recente na memória de muitos companheiros dessa memorável jornada. Dentre muitos nomes que poderíamos apresentar, se nos quiséssemos dar ao ingrato trabalho de indagar, podemos indicar de momento os dos Srs. Serejo⁶⁶³, Saturnino Cardoso, Ivo do Prado e Tasso Fragoso [todos oficiais do Exército]. Seria inútil dizer igualmente que diversos, entre os quais o Sr. Capitão Villeroy, ouviram o Marechal Deodoro proibir aos alunos da Escola Militar darem vivas à República*"⁶⁶⁴.

(661) Esther de Viveiros, *op. cit.*

(662) Genro de Benjamim Constant.

(663) João de Albuquerque Serejo, o qual era, como José Beviláqua, genro de Benjamim Constant.

(664) José Maria dos Santos, *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*. — "É certíssimo, — diz Ximeno de Villeroy, — que o Marechal Deodoro teve hesitação ainda em 15 de novembro, depois mesmo

Reportando-se à conhecida carta de Quintino Bocaiúva à viúva Solon, aqui várias vezes citada, José Maria dos Santos reproduz o trecho em que o chefe republicano confessa que fôra êle, por uma circunstância que alguns conheciam mas que preferia guardar em reserva, que aconselhara o Major Solon a declarar, quando Deodoro voltara do Quartel-General depois de depor o Ministério, “que não embainhava a sua espada antes de proclamada a República”. Ora, diz José Maria dos Santos, essa “circunstância” ou êsse fato, que convinha a Quintino guardar “em reserva” quando escreveu a citada carta, foi justamente o ter Deodoro dado um viva ao Imperador, o que significava “limitar as conseqüências do levante à simples demissão do Ministério”.

de já estarmos todos convencidos de que não havia inimigos a combater, e tanto isso é verdade que tendo alguém levantado um viva à República, o Marechal Deodoro retrucou vivamente: “Cala a bôca, menino!” (Ernesto Sena, *Deodoro*). Êsse “alguém” a que alude Ximeno, foi o Tenente Saturnino Cardoso. Aliás, os únicos “Vivas” dados à República pelos oficiais sublevados em frente ao Quartel-General, foram êsse do Tenente Saturnino e um outro dado pelo Capitão Mena Barreto, dirigido êste aos “indivíduos que atulhavam as sacadas do edificio onde se achava o Governo”; e proferido com tal entusiasmo e com tanto esforço para ser ouvido, que o prostrou logo em seguida por terra, acometido de uma síncope, sendo prontamente socorrido e transportado para a Escola Normal ali perto (Carta de Sebastião Bandeira a Ernesto Sena, *op. cit.*).

Deposição de Ouro-Prêto

Ao penetrar no Quartel veio ao encontro de Deodoro o General Almeida Barreto. Descendo do cavalo, um pouco imprensado pela muita gente que o cercava, o Marechal quase tropeçou na metralhadora ali postada. *Tirem daqui este trambólho!* disse, sorrindo. Ao avistar Rio-Apa, irmão, como se sabe, do Ministro da Guerra e comandante da 1.^a Brigada, a fôrça considerada a mais fiel ao Govêrno e pela qual jurara Maracaju (mas que àquela altura já se havia passado para os revoltosos...) saudou-o com um aceno cordial da mão: *Adeus, primo Rufino!* Dirigindo-se depois, em atitude decidida, à escada que dava acesso à Secretaria da Guerra, onde estavam reunidos os ministros, foi dizendo de si para consigo: *Quero falar com êsses senhores...*

Quando o seu grande vulto assumou à porta de entrada da sala onde estava reunido o Ministério e êle deu alguns passos em direção a Ouro-Prêto, que se encontrava de pé, rodeado por seus auxiliares de Govêrno, fêz-se o mais profundo silêncio, todos os olhares voltados para a figura mavórtica do Marechal. Pressentia-se o grande significado histórico da cena que se ia passar.

Parando em frente de Ouro-Prêto, Deodoro começou a falar. Falou longamente, vencendo com grande esfôrço a emoção de que estava possuído, com a voz por vêzes sufocada pela dispnéia. Disse que se pusera à frente do Exêrcito para vingá-lo das gravíssimas injustiças e

ofensas recebidas do Govêrno. Só o Exército sabia sacrificar-se pela Pátria. E, no entanto, êle era maltratado pelos homens políticos que haviam dirigido até então o País, os quais cuidavam unicamente de seus interêsses pessoais. Estava enfêrmo. Mas nem por isso se escusara de dirigir os seus camaradas, por não ser homem que recuasse diante de coisa alguma. Temia sòmente a Deus. Aludiu depois aos serviços que prestara nos campos de batalha: durante três dias e três noites combatera no meio de um lodaçal — “sacrifício que V. Ex.^a não pode avaliar”. Terminou dizendo que o Ministério estava demitido e que se organizaria um outro de acôrdo com as indicações que iria levar ao Imperador⁶⁶⁵. Os Ministros podiam-se retirar para suas casas, exceto o Presidente do Conselho, “homem teimosíssimo, mas não tanto como eu”, e o Ministro da Justiça, os quais ficariam detidos até serem deportados para a Europa. “Quanto ao Imperador, rematou, tem a minha dedicação, sou seu amigo, devo-lhe favores; seus direitos serão respeitados e garantidos”⁶⁶⁶.

Ouro-Prêto ouviu com grande serenidade à fala do Marechal Deodoro. Não esboçou sequer um gesto. Não perdeu um só momento a linha da sua compostura. Foi sòmente quando o Marechal terminou que êle declarou, com voz firme e a mesma dignidade com que se vinha portando desde o comêço dos acontecimentos:

(665) A declaração de Deodoro, de que levaria ao Imperador a lista dos novos Ministros, seria motivo, depois de instituída a República, de uma grande controvérsia, uns negando e outros confirmando essa versão. De tudo o que se disse, e já que o próprio Deodoro nunca quis se manifestar a respeito (*et pour cause*), o que nos pareceu mais verossímil, dada a imparcialidade do autor, foi a versão do então repórter do *Jornal do Comércio*, presente à cena, Baldomero Carqueja, que conta ter ouvido Deodoro dizer a Ouro-Prêto trazer “no bolso a lista dos Ministérios que levaria a Sua Majestade para substituir o Ministério, e que, por essa ocasião, o Dr. Benjamim, julgando de mau efeito aquelas palavras do General, interrompeu-o declarando que Sua Majestade, como todos, será garantido e acatado” (Ernesto Sena, *op. cit.*).

(666) Foram as palavras que Ouro-Prêto diz ter ouvido (*Op. cit.*).

“Não é só no campo de batalha que se serve à Pátria e por ela se fazem sacrifícios. Estar aqui ouvindo o Marechal, neste momento, não é somenos a passar alguns dias e noites num pantanal. Fico ciente do que resolveu a meu respeito. É o vencedor. Pode fazer o que lhe aprouver. Submeto-me à fôrça”.

Deodoro retirou-se, descendo as escadas e deixando os ministros na sala. Montou novamente a cavalo e se colocou outra vez à frente das tropas, já agora aumentadas das unidades tidas como “governistas”. Foi quando Bandeira ponderou a Solon e a Benjamim Constant que “não estava ainda realizado o objetivo da revolução — a proclamação da República, pois parecia ser o momento e o lugar os mais apropriados ao ato”. Benjamim murmurou qualquer coisa ao ouvido de Deodoro. Voltando-se depois para Bandeira, disse: “Descanse, a nossa causa triunfou”. Nessa mesma ocasião, conta ainda Bandeira, um oficial que estava em forma deu um viva à República, a que Deodoro observou: “Deixe ao povo essa manifestação⁶⁶⁷. Foi quando o Major Solon, insuflado por Quintino, que estava ali ao lado, virou-se para Deodoro e declarou que não embainharia a espada antes de proclamada a República⁶⁶⁸.

Pouco depois, fazendo movimentar a tropa, seguiu Deodoro com ela em direção ao centro da cidade, pela Rua Visconde do Rio Branco, Praça da Constituição (atual Tiradentes), Rua do Teatro, Largo de São Francisco, Ruas do Ouvidor e Primeiro de Março, dirigindo-se daí, com Benjamim e vários outros oficiais, ao Arsenal de Marinha, com o propósito, certamente, de inteirar-se do estado de espírito das fôrças navais, que se receava estivessem indecisas ou pouco inclinadas a apoiarem a

(667) Sebastião Bandeira, *op. cit.*

(668) Carta de Quintino Bocaiúva à viúva Solon in Ernesto Sena, *op. cit.*

“revolução”. Não se tinha certeza com relação à atitude da Esquadra, sobretudo depois do incidente havido com o Barão de Ladário.

Mas, antes disso, tinham-se reunido às forças sublevadas o 10.º Batalhão de Infantaria, sob o comando do Coronel Jaques Ourique, e a Escola Militar da Praia Vermelha, comandada pelo Major Marciano de Magalhães, irmão de Benjamim Constant. Como dissemos, o 10.º de Infantaria havia sido mandado ao encontro dos alunos da Escola Militar para detê-los no Largo da Lapa, e impedir, assim, que eles se fôsem juntar aos revoltosos⁶⁶⁹. Ciente, por uma informação, de que Deodoro não estava sendo hostilizado em frente ao Quartel-General, e que tudo ali corria a seu favor, Jaques Ourique não só nada fez para enfrentar a Escola Militar, quando esta lhe apareceu no Largo da Lapa, como acabou por confraternizar com ela e irem todos se juntar às forças sublevadas, aparecendo defronte do Quartel-General justamente quando se abria o seu portão principal para dar entrada a Deodoro e os seus acompanhantes.

No Arsenal de Marinha Deodoro foi recebido pelo Barão de Santa Marta, Ajudante-General da Armada, que postado no portão do Arsenal o interpelou, em alta voz, sobre o que êle pretendia fazer “com essa força”.

“Venho trazer-lhe os seus marinheiros”, respondeu o Marechal, “que acabam de coadjuvar-me na salvação da Pátria”⁶⁷⁰.

Nesse momento aparecia Wandenkolk, que prevenido a tempo dos acontecimentos, tudo dispusera para que não partisse da Marinha qualquer reação contra os

(669) A Escola Militar tinha vindo de bonde, da Praia Vermelha até o mercado da Glória (hoje inexistente), marchando daí a pé até o Largo da Lapa.

(670) Ernesto Sena, *op. cit.*

revoltosos, pôdendo êle, assim, assegurar a Deodoro que nada havia a recear por parte da Esquadra⁶⁷¹.

Tranqüilizado por êsse lado, e ali deixando as fôrças de Marinha que o tinham acompanhado, voltou Deodoro ao Campo de Santana, onde deu ordem para que o resto da tropa sob o seu comando fôsse recolhida aos respectivos quartéis. Depois do que, foi para a casa, completamente exausto, esgotado com tôdas as emoções por que vinha passando e o agravamento de seus males físicos. Sentia-se a tal ponto enfraquecido, que precisou da ajuda de duas pessoas para subir a pequena escada que levava ao 1.º andar, onde se recolheu imediatamente ao leito sob os cuidados sempre zelosos de sua mulher.

(671) Esther de Viveiros, *op. cit.*; Tasso Fragoso, *Revolvendo o Passado*. — Wandenkolk havia sido prevenido do levante por uma mensagem que lhe mandara Benjamim pela madrugada, momentos antes de a coluna marchar para o Quartel-General. Foram portadores dessa mensagem os Alferes Tasso Fragoso e Cândido Rondon, que não encontrando o Almirante no Clube Naval, na hoje Praça Tiradentes, e do qual era, como se sabe, o presidente, deixaram-na em mãos do Tenente Francisco de Matos, depois Almirante.

Que é isso ?

Durante o desfile pelo centro da cidade, sobretudo no trajeto da Rua do Ouvidor, a coluna revolucionária teve os passos embargados por mais de uma vez, já pelos transeuntes dessa rua estreita, sempre numerosos àquela hora da tarde, já pela exaltação dos tradicionais oradores populares, no caso alguns civis republicanos, que postados nas redações do *Diário de Notícias* e da *Cidade do Rio*, quiseram a todo o custo se fazerem ouvir, Lopes Trovão, José do Patrocínio e Silva Jardim, entre outros. Depois do que se incorporaram à frente da coluna, com Aristides Lôbo, Almeida Pernambuco, Sílvio Romero e quantos desocupados andavam por ali a essas horas, curiosos todos de saberem o que significava, afinal, aquêlê "passeio militar", na frase de Euclides da Cunha, e cuja finalidade ninguém explicava ao certo. O que não era, aliás, de admirar, pois os próprios oficiais e soldados que a compunham, inclusive os alunos da Escola Militar, tampouco sabiam o que se queria com aquela encenação militar⁰⁷².

(672) Foi na Rua do Ouvidor que, ao ver Deodoro desfilando com a tropa, o Barão de Tautphocus, velho sábio alemão que havia emigrado para o Brasil depois da revolução de 1848, e era talvez um dos maiores admiradores de Dom Pedro II, levantou um "Viva Sua Majestade o Imperador!" — *todo trêmulo e apoiado no batente de uma porta*, diz Salvador de Mendonça. Ao reconhecê-lo, pois se tornara, à frente de seu colégio, uma das figuras populares do Rio dêsse tempo, Deodoro o saudou com o quépi, Benjanim com a espada e Quintino com o chapéu de feltro. É ainda Salvador quem o diz, referindo-se ao Barão: "O homem que dera talvez o último viva ao Imperador do Brasil" (*Cousas do meu tempo*).

“Que é isso?” interpelou alguém, de um bonde que parara para deixá-los passar na Rua 1.º de Março.

“Defesa da Pátria”, gritou um aluno.

A que um outro passageiro, uma mulher, que ouvira a resposta, comentou com ar sarcástico:

“Que tólo l... Defesa da Pátria: quem é que pensa em agredir a Pátria?”⁶⁷³.

Que é isso? Que é isso? Era a indagação que todos faziam ao ver desfilar aquêles soldados. Para uns, era porque o Govêrno havia prendido o Marechal Deodoro. Mas logo acudia um outro, dizendo ter visto o Marechal à frente das tropas. Para outros, eram os batalhões que não queriam seguir para Mato Grosso, e se tinham por isso revoltado. Nicolau Ciancio, que relata êsses episódios por êle mesmo assistidos quando ainda menino, morava com seus pais numa casa próxima à do Marechal, ao lado da qual havia a oficina de um sapateiro italiano de nome Provenzano, que indagado por que razão estava o “General” à frente de tanta fôrça, respondeu que não sabia, mas que ia perguntar a êle — “que é meu freguês”, acrescentou⁶⁷⁴.

Foi essa atitude misto de ignorância e de indiferença, quando não de surpresa ou mesmo de estupefação diante de tudo aquilo, que levou um dos mais destacados chefes republicanos e Ministro, no dia seguinte, do Govêrno Provisório, Aristides Lôbo, a escrever nesse mesmo dia, de volta à casa, para o *Diário Popular*, de São Paulo, que o povo “assistiu bestializado” à proclamação da República, “atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”. “Fato inesperado, inesperadíssimo”, dizia o Ministro do Chile⁶⁷⁵. E o General Câmara (Pelotas) que

(673) Nicolau Ciancio, *15 de Novembro de 1889*.

(674) *Op. cit.*

(675) Ofício de 19 de novembro de 1889.

foi, como se sabe, um dos primeiros instigadores da indisciplina no Exército e responsável, até certo ponto, pelos resultados que daí adviriam, diria menos de um ano depois de implantada a República que “a Nação fôra estranha a êsse acontecimento, que aceitou como um fato consumado”, com uma “indiferença injustificável”. Já citamos atrás a opinião de Rui Barbosa, tido como um dos autores da República, segundo a qual ela não passou de “uma revolta de baionetas” e de “um espetáculo de surpresa”, passado *fora da Nação*, quer dizer, estranho ao País, uma “novidade sem a menor radícula na História e no temperamento nacional”. *Hanno proclamato la Republica con la sorpresa generale del paese intero*, dizia o Núncio Apostólico⁶⁷⁶. *Jamais dans l'Histoire, je crois*, escrevia o Ministro da Bélgica, *un changement de Gouvernement aussi radical ne s'est effectué avec autant de calme et d'indifférence*, ajuntando que tudo se passara em um tempo mais curto do que o que seria necessário para descrever os acontecimentos⁶⁷⁷. E o Ministro da Itália, por seu lado, relatando três dias depois o que havia sucedido, dizia que “essa grande transformação política” se processara “entre o estupor e, quase direi, a indiferença de uma numerosa parte da população” acrescentando que “a revolução” se fizera ante a estupefação geral, por que se acreditava que sòmente depois da morte do Imperador *un tale cambiamento negli ordinamenti politici del Brasile avreb-*

(676) Em carta a Ouro-Prêto, datada de Pôrto Alegre, 10 de julho de 1890, dizia Pelotas: “Não julgava possível a República enquanto visse o Imperador e daí a minha surpresa. Se de mim tivesse dependido a sua permanência como Chefe da Nação, afirmo-lhe que não teria sido deposto. A República teve contra si haver sido feita por um pronunciamento militar, representado pela quinta parte do Exército. A Nação foi estranha a êsse acontecimento, que aceitou como fato consumado. A sua indiferença foi injustificável” (Citada por Max Fleiuss, *História Administrativa do Brasil*).

(677) Ofício de 3 de dezembro de 1889.

*be potuto avêr luogo*⁶⁷⁸. Contando, cinco dias depois, o que presenciara no Rio, o Ministro da Áustria mandava dizer para Viena que “a grande massa da população, tudo quanto pertencia ao Partido Republicano, relativamente fraco, ou à gente ávida de novidades, ficaram completamente indiferentes a essa comédia, encenada (*inscenirten*) por uma minoria decidida”. E o seu colega francês escrevia, por seu lado: “Dois mil homens⁶⁷⁹ comandados por um soldado revoltado, bastaram para fazer uma revolução que não estava preparada, ao menos para já. Informações particulares permitem afirmar que os próprios vencedores não previam, no comêço do movimento, as condições radicais que êle devia ter”⁶⁸⁰. O mesmo ministro belga acima citado, num ofício escrito⁶⁸¹ quinze dias depois dos acontecimentos, dizia que *la soudaineté et l'imprévu de la révolution ont étonné, épouvanaté les habitants de Rio*, e que antes *qu'on ait eu le temps de réfléchir ou de se concentrer, la Monarchie avait disparu*⁶⁸².

(678) Ofício de 19 de novembro de 1889.

(679) Ofício de 18 de novembro de 1889.

(680) Não chegavam a 700.

(681) Ofício de 20 de novembro de 1889.

(682) Ofício de 26 de novembro de 1889.

Ainda não era a República

A verdade é que ninguém, ainda, nessa altura dos acontecimentos, quer dizer, no começo da tarde do dia 15, mesmo os que haviam tomado parte saliente nêles, como acentua o Ministro da Áustria, a começar pelo próprio Deodoro, tinha exata consciência do que se havia feito ou se estava a fazer. Ouro-Prêto havia sido destituído do Poder. Era um fato. Mas que significava isso? Destituição, também, de todo o Ministério, inclusive do Ministro da Guerra, Visconde de Maracaju, primo e amigo de Deodoro, e cujo irmão, o Barão do Rio Apa, acabara de se passar, com a sua Brigada, para o lado dos revoltosos, contribuindo, assim, em grande parte, para o sucesso da jornada? Dissolução da Monarquia e subsequente implantação da República? Mas para isso fôra preciso, já não diremos uma proclamação ou um manifesto, mas ao menos um gesto, um ato, um simples comunicado, uma notícia, o que fôsse, naquele sentido, de quem tivesse autoridade para fazê-lo; e ninguém, com autoridade ou não, o havia feito. A República, portanto, *ainda* não existia. A êste propósito, um escritor chileno, Juan José Fernandez, louvando-se nas informações mandadas pelo então Ministro do Chile no Brasil, dizia que um pronunciamento em favor da República, não obstante o que se havia passado pela manhã no Quartel-General, não estava ainda claro; que a *nueva causa* ainda perigava, “porque Deodoro da Fonseca não parecia estar total-

mente decidido a derrubar a Monarquia”⁶⁸³. Sim, a República ainda não existia; tanto que na célebre carta que Aristides Lôbo escreveu nesse mesmo dia 15 para o *Diário Popular*, de São Paulo, êle dizia que bem quisera datá-la: *1.º ano da República*, mas não podia — “não posso ainda fazê-lo”, confessava. Naturalmente porque não havia, por enquanto, República. “Agitem o povo, diria Benjamim Constant a Aníbal Falcão na tarde de 15 de novembro, que a República não está proclamada”⁶⁸⁴.

A verdade é que nas palavras que Deodoro dirigira a Ouro-Prêto, no Quartel-General, êle se referira apenas à deposição do Ministério. Não falara em destituição da Monarquia. E muito menos em República. Não pronunciara, sequer, essa palavra. E não só não falara em destituição da Monarquia, o que implicaria a deposição do Imperador, como, ao contrário, dissera que iria tratar com êste da composição de um nôvo Gabinete, o que só se compreendia, é claro, dentro do quadro das instituições monárquicas. Se era, portanto, sua intenção instituir a República, tal propósito fôra posto de lado naquela ocasião; ou ficara esquecido.

Mas não era. Que não era seu propósito instituir a República *naquele momento*, todos sabemos hoje. E tanto não era que êle já tinha organizado ou cogitava de organizar a lista dos novos Ministros a ser apresentada ao Imperador, segundo uns encabeçada pelo Conselheiro Paulino de Sousa, um dos chefes conservadores da Província do Rio — e êle, naturalmente, como Ministro da Guerra.

É certo que alguns republicanos iriam contestar isso mais tarde, duvidando de que Ouro-Prêto pudesse ter

(683) *La República de Chile y el Imperio del Brasil*.

(684) José Leão, *Silva Jardim*.

ouvido Deodoro dizer que ia organizar um novo Ministério. Mas além de que não se conhece, da parte dêste (que era, afinal, o mais autorizado a falar) uma palavra negando tal propósito — embora também nunca o confirmasse), há a insistência com que o antigo Presidente do Conselho, que podia ter todos os defeitos mas era, afinal, um homem probo, sempre assegurou ter ouvido Deodoro dizer-lhe que iria se apresentar ao Imperador *para lhe impor o novo Ministério*. E tanto isso deve ser verdade que Ouro-Prêto se julgou no dever de transmitir ao Monarca essa intenção do Marechal, logo que foi recebido por Sua Majestade no Paço da Cidade.

*

Por outro lado, o Tenente Sebastião Bandeira confirma também essa versão muito embora fôsse de seu interesse destruí-la, amigo que era de Deodoro (e, portanto, para não o deixar mal) e partidário, êle, do novo regime, para cuja possibilidade contribuiu como poucos na fase conspiratória que o antecedeu. De fato, diz Bandeira ter ouvido de Carqueja Fuentes, repórter do *Jornal do Comércio*, que se encontrava, como êle, no Quartel General naquela ocasião, que presenciara o “General Deodoro dizer ao Sr. Ouro-Prêto que tinha no bolso a lista dos Ministros que levará à Sua Majestade para substituir o Ministério, e que nessa ocasião o Dr. Benjamim Constant, julgando de mau efeito essas palavras do General, interrompeu-o declarando que Sua Majestade, como todos, seriam garantidos e acatados”⁶⁸⁵.

Acresce que essa mesma versão foi corrente na cidade imediatamente depois dos acontecimentos daquela manhã, antes mesmo de se haver constituído o Governo Pro-

(685) Sebastião Bandeira, *op. cit.*

visório republicano. Não foi uma invenção forjicada mais tarde, pelos monarquistas ou pelos desafetos de Deodoro, com o propósito de o deixarem mal ou de lhe arrebatarem a glória de haver feito a República. Foi um fato corrente no próprio momento em que se deu, e logo se divulgou por tôda a cidade. Temos disso uma prova insuspeita no officio que o Ministro da Itália se apressou em mandar ao seu Govêrno, três dias depois do golpe de Estado. *Si afferma, — diz êle — che non fosse punto nelle intenzioni del maresciallo da Fonseca, il quale doveva molto, dicesi, all'Imperatore, di spingere le cose tanto lontano, e ch'egli in vece avesse solo di mira una modificazione del Ministero.* Acrescenta o Ministro que muito possivelmente aquêles que o tinham induzido a revoltar-se o haviam convencido de que tudo o que se queria dêle era a destituição do Gabinete Ouro-Prêto e a constituição de um outro Ministério; mas êle não tinha ainda cumprido *questa parte del suo programma* [organização de um nôvo Gabinete], quando se postou a seu *flanco l'organizzatore del movimento insurrezzionale, il Dottore Benjamim Constant, tenente-colonnello, il quale a cavallo percorre col Maresciallo le vie principali dela città collo stendarto republicano.*

Outra testemunha igualmente insuspeita era o Ministro do Chile, que seis dias depois dos acontecimentos informava seu Govêrno de que Deodoro, depois de declarar o Ministério dissolvido, dissera a Ouro-Prêto que *el nuevo Gabinete habrá de organizarse de acuerdo con las indicaciones que se llevarán al Emperador. Su Majestad cuenta con mi apoyo. Soy su amigo. Sus derechos serán respetados y garantidos⁸⁸⁶.* Isso por um lado. Por outro lado, o próprio Ministro da Marinha do Govêrno Provisório, Almirante Wandenkolk, diria ao mesmo diplo-

(886) Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Chile.

mata que não se queria *llegar por ahora a la República*⁶⁸⁷. Mas fôsse como fôsse: o que provava, sobretudo, que não era intenção de Deodoro, naquele momento, acabar com a Monarquia, apesar da encenação militar que fizera pelas ruas da cidade⁶⁸⁸, escoltado por Benjamim Constant e Quintino Bocaiúva, e à sombra de uma bandeira improvisada de uma inexistente República, era o fato de êle não haver cogitado, no correr de todo êsse dia 15, nem ninguém por êle, de mandar prender ou simplesmente isolar em seu palácio o Imperador e a Família Imperial, que todos sabiam, estavam no Paço da Cidade, o Imperador rodeado de seus conselheiros e amigos, de senadores, de deputados, cogitando, como no melhor dos dias, de organizar um nôvo Gabinete. E não sòmente nada fizera nesse sentido, como se havia desinteressado de tôdas as possíveis consequências do ato de subversão que praticara naquela manhã no Quartel-General. De fato, depois de declarar que Ouro-Prêto não era mais Govêrno, abandonara a Secretaria da Guerra, percorrera algumas ruas da cidade à frente de seus soldados, trancara-se depois em casa sem querer ver ninguém e mandara que tôda a tropa fôsse recolhida aos respectivos quartéis, como o faria se se tratasse de uma simples

(687) Officio de 19 de novembro de 1889, *idem*.

(688) Relatando, um ano mais tarde, a Salvador de Mendonça, como fôra feita a República, quando aquêle diplomata, de volta dos Estados Unidos, o fôra ver no Palácio Itamarati, acompanhado de Quintino Bocaiúva, Ministro do Exterior, disse-lhe Deodoro que quando desfilava com a tropa pela Rua do Ouvidor, em direção ao Arsenal de Marinha, — “quando eu ia à frente, entre Quintino e Benjamim, como Cristo entre o bom e o mau ladrão, aquêle sujeito (e apontou para Quintino, que punha em ordem, numa mesa próxima, os papéis da sua pasta), disse-me: *Quando sairmos desta rua, ou o Sr. está Presidente da República ou será um general para ser fuzilado; escolha*. Não tive pressa, continuou Deodoro no seu relato; de volta ao Campo, recolhi-me à casa com muita dispnéia, embora os que me rodeavam instassem para que eu proclamasse a República. Não foi coisa feita às pressas. Só se fêz mais tarde, em razão do curso que tomaram os acontecimentos” (Salvador de Mendonça, *A abdicação do Sr. D. Pedro II*).

parada ou desfile militar⁶⁸⁹. Isolando-se em casa, deixara os ministros do Imperador livres de todo movimento, sem peias nem guardas, com inteira liberdade de se retirarem do Quartel para onde quisessem, inclusive de se esconderem ou fugirem a uma possível perseguição. Dera, é verdade, ordem de prisão a Ouro-Prêto e a Cândido de Oliveira; mas que fôra logo relaxada por intervenção de várias pessoas, inclusive de Floriano Peixoto. Só mais tarde, quando a situação começou, de fato, a se definir em favor da República, é que êles seriam novamente presos, por iniciativa não se sabe bem de quem, muito possivelmente dos chefes republicanos, que a essa altura iam se tornando senhores da situação.

Ouro-Prêto e Cândido de Oliveira ainda ficariam algum tempo no Quartel, na companhia dos ministros da Guerra, do Império, da Agricultura e dos Estrangeiros, havendo ali almoçado. Depois do que, cêrca das 2 horas da tarde, retirou-se cada qual para a sua residência, exceção de Maracaju, que ainda ficou no Quartel. Ouro-Prêto, Cândido de Oliveira, Loreto e Diana seguiram de carro, e Lourenço de Albuquerque de bonde. Saíram, por assim dizer, despercebidos de uns poucos populares que ainda se agrupavam no portão do Quartel⁶⁹⁰. Inclu-

(689) Conta Paulo Filho ter ouvido de José Pires Brandão, e êste de Sousa Ferreira, redator do *Jornal do Comércio* do Rio, testemunha de vista dos acontecimentos de 15 de Novembro, que depois de tudo o que se passara na manhã dêsse dia, "Deodoro não evidenciava o desejo de fundar a República: cansado, exausto atacado de dispnêia, recolhera-se ao quarto de sua casa e não queria receber ninguém. Sua senhora velava, solícita, na defensiva, e fora rondavam os aposentos Benjamim, Quintino, Benévolo e outros" (M. Paulo Filho, *José Pires Brandão*).

(690) Segundo o então Alferes Cândido Rondon os ministros, ao saírem, "foram apupados pelo povo, com exceção do Conselheiro Lourenço de Albuquerque, Ministro da Agricultura, que a todos impunha respeito" (Esther de Viveiros, *op. cit.*). É uma versão, porém, que deve ser posta em quarentena, pois Rondon a transmite ouvida de outro, uma vez que não devia mais estar ali, mas incorporado ao seu regimento, em desfile pelo centro da cidade. Ainda porque àquela hora da tarde, isto é, quando os ministros se retiraram, os populares que haviam presenciado o golpe de Estado tinham quase todos se dispersado com a partida das tropas, nada mais havendo ali para se ver.

sive Floriano, que discreta e silenciosamente se meteu num bonde e recolheu à sua casa da Rua Escobar⁶⁹¹, Ouro-Prêto foi para a casa do cunhado, à Rua da Ajuda (hoje Rua Chile). Posteriormente, ao cair da noite, quando se preparava para voltar ao Paço da Cidade, é que seria prêso, encarcerado e deportado para o estrangeiro.

E quanto aquêles que se tinham associado ou se mostrado solidários com o golpe de Estado, militares e civis, foram também deixados no Quartel-General ou suas imediações, sem nenhuma instrução ou conselho sôbre o que deveriam fazer, ou melhor, sôbre o que se deveria fazer. A bem dizer ficaram ali abandonados a si mesmos, sem qualquer explicação ou esclarecimento sôbre o que significava o ato do Marechal Deodoro além de uma simples destituição do Ministério, sôbre o seu verdadeiro alcance, e ainda menos sôbre os planos e as intenções do seu autor.

(691) Pode-nos parecer hoje estranho que Floriano Peixoto, um marechal, Ajudante-Geral do Exército, quer dizer a mais alta autoridade militar do Império, tenha deixado nessa ocasião o Quartel-General e recolhido a casa num simples bonde, quer dizer num meio de transporte popular e coletivo, em vez de fazê-lo no carro que ãle devia ter certamente à sua disposição, em virtude do alto cargo que exercia. E a mesma estranheza nos pode causar Lourenço de Albuquerque, Ministro da Agricultura, ter-se servido igualmente de um bonde para ir para casa. Tudo isso pode-nos parecer hoje estranho, mas a verdade é que não havia nada de extraordinário, dado o costume da época. Ainda está para ser descrito o papel que o bonde desempenhava nesse tempo tanto no Rio como nas principais cidades brasileiras. No seu livro *Ordem e Progresso* Gilberto Freyre salienta a importância dêsse meio de transporte na vida do Rio de Janeiro do fim do Império — importância social, política, econômica e mesmo intelectual, recordando o que escreveu a respeito o escritor português João Chagas, quando estêve no Brasil, justamente nas vésperas da implantação da República. De fato, o bonde carioca, como o bonde brasileiro em geral, era uma verdadeira instituição, pois dêle dependia a quase totalidade da população das cidades. Certamente que havia o carro, de aluguel ou particular, de luxo, de meio luxo ou sem luxo; como havia o tilburi, mais modesto e mais barato, que se podia tomar nas ruas ou nas praças públicas. Eram os táxis de hoje. Mas como meios de transporte eram exceções, porque o meio comum, o mais generalizado, o mais utilizado por todo o mundo — pobres, remediados e ricos, plebeus ou nobres, era o bonde, nesse tempo de tração animal, que partindo dos pontos centrais da cidade levava a população aos mais distantes arrabaldes. Pode-se até dizer que sob êsse sentido o bonde foi o elemento que mais contribuiu para

Assim que desmorteados, espalhados pelas várias salas do velho Quartel, impossibilitados de tomarem qualquer decisão, acabaram numa situação algo ridícula depois da cena por assim dizer trágica daquela manhã, a se entcolharem e a se perguntarem o que estavam, afinal, ali fazendo. Por fim e na falta de melhor, acabaram se dispersando, indo cada qual para a sua casa, a igual dos ministros depostos. Mesmo porque já passava das 3 horas da tarde e deviam estar com fome, pois muito poucos ali tinham tido tempo de comer. A República ficaria para depois do almoço.

Enquanto isso, a cidade continuava a viver a sua vida de todos os dias. E a não ser a boataria que começava a circular de bôca em bôca em tórno da encenação militar que houvera pela manhã, cada um procurando explicá-la a seu modo, tudo o mais era o

a expansão da cidade, com a oriação de novos bairros residenciais. Copacabana, por exemplo, só se fêz depois que a companhia de bondes estendeu suas linhas até àquela praia, através do então chamado túnel velho, no fim da Rua da Real Grandeza. — Assim retratava João Chagas o bonde do Rio de Janeiro, num livro justamente intitulado *De Bonde*, publicado em Portugal em 1897: “Um dêsses carros americanos abertos em platéia, como os que circulam nas ruas de Lisboa, de verão. O cocheiro não vestia uniforme especial. Trazia na caheça um chapéu grande de feltro de abas longas e o condutor (*que em rigor se devia chamar “o cobrador”*) usava um *bonnet* de grande pala de tartaruga (*aliás de oleado*). A cada passo o carro parava para receher ranchos de senhoras em cabelo, vestidas com luxo, acompanhadas de indivíduos em trajes de *soirées* que pareciam dirigir-se a algum espetáculo ou baile, mas em geral os homens subiam sem mandar parar, com uma agilidade e uma segurança pasmosas, apesar das mulas trotarem rijamente e o carro seguir com grande velocidade”. — O bonde servia para tudo, “meio prático, harato e cômodo”, observava Chagas, ao que Gilberto Freyre acrescenta: “de que tôda a gente se utilizava para se transportar, não sômente de casa para o trabalho e do trabalho para casa, como de casa para a igreja, para o teatro, para a escola, para a academia; e, de regresso a casa, de todos êsses lugares. Tôda a gente, note-se bem, e não apenas uma classe de gente”. Inclusive as altas autoridades — senadores, deputados, ministros de Estado. Mais ainda: o próprio Imperador, com a sua comitiva, quando se tratava de ir, para uma visita ou uma inauguração, a um lugar distante, e evitar os tropeços e o desconfôrto que lhe daria a sua carruagem, por caminhos extensos e mal calçados. O Conde d’Eu se refere, numa carta à Condessa de Barral, escrita do Rio a 11 de novembro de 1889, à sua ida com o

normal de sempre, com o comércio aberto, as ruas do centro movimentadas e todo o mundo entregue aos seus afazeres habituais. Mesmo à noite dêsse dia 15, quando começou a correr a notícia de que *haviã*m proclamado a República (ninguém explicava quem a havia proclamado, nem onde, nem como, o que deixava muita gente ainda céptica); não se alterou a fisionomia da cidade, a não ser de tempos em tempos, quando se via passar uns magotes de populares com uma ou outra pessoa qualificada, entoando qualquer coisa parecida com a *Marselhesa* e dando vivas à República, mas que a todos parecia unicamente divertido. Os cafés e os restaurantes continuavam funcionando, a igual das casas de refrescos e de gelados, com a freguesia de sempre. E o mesmo se passava com os teatros. No Recreio Dramático levava-se o drama *O sapateiro ou o poder do ouro*, com Hermínia Adelaide e Dias Braga; no Lucinda representava uma

Imperador, de bonde, ao Retiro Saudoso, para a inauguração ali de um hospital (Arquivo da Casa Imperial). — Instituída a República, os novos chefes do Estado, pelo menos os primeiros presidentes, não se vexavam nem se sentiam diminuídos em seguir o exemplo do velho Monarca, e era às vèzes de bonde que èles se transportavam. Serzedêlo Correia, então Ministro da Fazenda conta (*Páginas do Passado*) que indo uma tarde procurar Floriano Peixoto, Presidente da República, no Palácio Itamaraty, que era ainda a sede do Governo, encontrou-o de pé, defronte do palácio, à espera de um bonde que o levasse para casa. Vimos que quando o Barão de Ladário foi ferido nas proximidades do Quartel-General, na manhã de 15 de novembro, foi num bonde que o transportaram para a sua residência no Cosme Velho; como foi de bonde que Floriano recolheu a sua casa da Rua Escobar, consumado o golpe de Estado. Foi igualmente de bonde que os alunos da Escola Militar vieram da Praia Vermelha para o Largo da Lapa, a fim de se juntarem às forças rebeldes comandadas por Deodoro. Além dos bondes comuns, para o transporte diário da população, havia os bondes especiais, para casamentos, para batizados, para condução de convidados para determinadas festas, como havia o bonde considerado de luxo para os assinantes do Teatro Lírico, nas noites de ópera, com os bancos cobertos com panos brancos, e chamados por isso "de ceroula". — Além de numerosos, ou pelo menos em número suficiente para as necessidades da população carioca, èles eram de uma pontualidade exemplar. "O bonde não faltava, não atraçoava", dizia João Chagas, e todos sabiam a que horas exatas èle devia passar em tal rua ou em tal largo. Como não havia postos de "parada", como se veio depois a adotar, èle parava sempre onde havia um passageiro para tomá-lo, geralmente uma senhora

companhia espanhola de zarzuelas; no Variedades eram Rosa Villiot e a Delorme que encenavam *As andorinhas*. E na Maison Moderne, no Alcazar ou no Eldorado, se exibiam os tradicionais números de variedades, onde sobressaíam as canções francesas em voga.

ou uma criança, porque os homens, como os rapazes, como notou João Chagas, costumavam embarcar com o carro em movimento. “Um constante traço de união entre a coletividade e a família”, observou ainda o escritor português, “porque no dia em que o bonde faltasse, operar-se-ia uma revolução, não nas ruas, mas nos lares, porque tôda a gente, atônita, ficaria em casa a perguntar a razão por que não havia passado e, por um momento suprimido esse indispensável traço de união entre a população e os seus hábitos, a vida fluminense ressentir-se-ia da falta do bonde como de uma verdadeira crise social”. — Como havia essa rigorosa pontualidade nos horários dos veículos, acontecia que muitos de seus passageiros eram sempre os mesmos em determinadas horas do dia, que se dirigiam para o trabalho ou de lá voltavam. Transformavam-se assim os bondes em lugares de conversas, trocas de opinião entre amigos e conhecidos, sobre os sucessos do dia, sobre os acontecimentos no exterior, fatos passados em família, doenças, aniversários ou falecimentos de conhecidos, e isso às vêzes em altas vozes, de um banco a outro. Os que não conversavam liam jornais, revistas ou livros. Como os percursos eram geralmente longos e a maioria dos passageiros morava em arrabaldes longínquos, havia tempo de sobra para essas leituras. Era também nos bondes que se compravam bilhetes de loteria; ou onde os meninos compravam balas, oferecidos uns e outras por uns moleques ágeis e espertos, que saltavam para os estribos com o bonde em movimento, com uma agilidade e uma destreza de causar espanto, os bilheteiros com os bilhetes dispostos entre os dedos da mão esquerda e os baleiros a equilibrarem também na mão esquerda uma bandeja cheia de balas embrulhadas em papel fino de várias cores.

A verdade sôbre os telegramas de Ouro-Prêto

O Imperador estava, como se disse, veraneando em Petrópolis quando se deu a sublevação militar no Rio. Na véspera, dia 14, êle estivera algumas horas na Côrte; mas apenas para assistir a um concurso de inglês de Carlos Américo dos Santos, no Colégio de Pedro II, e fazer uma rápida visita à Tipografia Nacional. Descera com Aljezur, seu camarista, e com Mota-Maia, seu médico assistente, sem prevenir a ninguém, a não ser à filha, que o fôra esperar, com o Conde d'Eu, ao Arsenal de Marinha. Não se avistara com nenhum dos ministros nem recebera de Ouro-Prêto, que o sabia, entretanto, na cidade, nenhum aviso sôbre qualquer coisa de anormal que acaso se estivesse passando. Tanto assim que ao bilhete que lhe mandara o Imperador, da sala do concurso, indagando notícias do netinho, limitara-se o Presidente do Conselho a responder que continuava grave, nada mais acrescentando. E cêrca das 4 horas da tarde voltara para Petrópolis, ali chegando pouco depois das 6,30.

Jantara em caminho, na galeota imperial que o transportara ao pôrto de Magé, sempre acompanhado por Aljezur e Mota-Maia⁰⁰². E ao chegar a Petrópolis fôra, pouco depois, se deitar à hora de costume.

(892) Carta de Mota-Maia ao Visconde de Taunay, reproduzida por Afonso de E. Taunay em *Incidentes de 15 de Novembro*.

Têm-se dito, e Ouro-Prêto foi, talvez, dos primeiros que fizeram alusão a isso, que na manhã de 15 de novembro o Imperador não tinha ainda conhecimento dos sucessos que se estavam passando no Rio; e que o primeiro telegrama que o Presidente do Conselho lhe mandara do Arsenal de Marinha, informando-o da revolta dos batalhões, não lhe havia sido entregue, porque Mota-Maia, julgando, pelo dizer do despacho, que a situação não tinha gravidade, não consentira que o Imperador fôsse despertado por causa de um simples levante de quartéis, que o próprio Presidente do Conselho dizia que seria prontamente dominado. “Grande parte das notícias que foram para Petrópolis — dirá mais tarde o Imperador — só vim a ler quando estava no Paço; se eu soubesse que as coisas tinham tamanha gravidade, ter-me-ia retirado para Minas”⁶⁹³. Mais ou menos o mesmo dirá a filha: “Se soubéssemos exatamente como as coisas se achavam, teríamos ficado em Petrópolis, de onde termos-ia [sic] internado mais e mais se fôsse necessário”⁶⁹⁴.

Não se sabe a que notícias queria aí referir-se o Imperador. Não eram, certamente, as que se continham nos dois telegramas de Ouro-Prêto, que êle confessaria, como se verá adiante, ter recebido em Petrópolis. E outras não foram para ali, nem mesmo nos jornais da Côrte, que nada podiam noticiar porque haviam circulado justamente quando se dava o levante dos quartéis. E

(693) Declarações ao comandante do *Alagoas*, citadas por Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*.

(694) Narrativa da Princesa Isabel, no arquivo da Casa Imperial. — R. Magalhães Júnior, estampando, na íntegra, êsse documento, no livro que escreveu sobre Deodoro, diz tratar-se de um “manuscrito inédito”, o que é, evidentemente, um engano do ilustre historiador (ou esquecimento seu), pois o autor destas linhas estampara, alguns anos antes, vários trechos dêsse documento na sua *História de Dom Pedro II*, citada, aliás, pelo autor de *Deodoro, a espada contra o Império*.

quanto à filha, não se compreende o que ela queria dizer, porque nem sequer estava em Petrópolis nesse dia 15, mas em sua casa das Laranjeiras, no Rio. “*Teríamos ficado em Petrópolis*”, como ela diz, é, assim, uma simples fôrça de expressão.

Mota-Maia negou sempre que tivesse interceptado qualquer dos telegramas de Ouro-Prêto, defendendo-se da acusação de os ter subtraído do conhecimento do Imperador. E pelos têrmos de uma carta que escreveu, dois anos depois, ao Visconde de Taunay, detalhando o que se passara em Petrópolis na manhã do dia 15, não há porque deixar de acreditá-lo. Aliás, não sòmente êle não sonegou os telegramas, como só veio a ter conhecimento dêles pelo próprio Monarca, tempo depois de terem sido recebidos em Petrópolis, como veremos adiante. O Imperador, de resto, confirmaria a afirmativa do seu médico no sentido de que os telegramas não lhe terem sido entregues, dizendo, “para inteiro esclarecimento da verdade”, tê-los recebido em “mão própria”, dados, que lhe foram, “por meu zeloso criado particular, Cândido José Ferreira”⁶⁹⁵. Por outro lado, numas notas que escreveu à margem do livro de Ouro-Prêto sòbre o advento da República, no exemplar que foi de Mota-Maia e que o Imperador leu no exílio, quando se encontrava em Cannes, exemplar que pertence hoje ao autor destas linhas, êle voltaria a afirmar ter recebido, de fato, os dois telegramas. São notas que devem ter passado despercebidas, e que só agora são dadas ao público. Diz êle com relação ao primeiro dêsses telegramas: “Recebi logo que chegou”; e pouco adiante, onde Ouro-Prêto se refere à versão de que não haviam chegado ao seu conhecimento: “Chegaram ambos”.

(695) M. A. V. da Mota Maia, *O Conde de Mota Maia*.

De tudo se conclui que elle teve, sem nenhuma dúvida, conhecimento em Petrópolis de ambos os despachos telegráficos de Ouro-Prêto. O primeiro, expedido do Arsenal de Marinha às 3,30 da madrugada de 15, chegou àquella cidade pelas 5 e meia dessa manhã, tendo sido entregue, “sem demora, ao criado particular do Imperador”, afirmará mais tarde, ao Visconde de Taunay, o telegrafista Costa, da estação de Petrópolis⁶⁹⁶. O Imperador era, como se sabe, grande madrugador, e o provável é que esse telegrama lhe tenha sido entregue por seu criado logo que elle se levantou da cama, pouco depois daquela hora. Daí o Monarca dizer que o recebeu “logo que chegou”. Lendo-o, com certeza não lhe deu maior importância. Ainda porque Ouro-Prêto o tranqüilizava, avisando-o de que estava tomando as providências necessárias para “conter os insubordinados e fazer respeitar a lei”.

E tanto não lhe deu importância que em nada alterou o seu trem de vida naquella cidade. Saiu, assim, de carro, pela manhã, como sempre o fazia, para ir tomar suas duchas, acompanhado de Mota-Maia e do Conde de Aljezur, seu camarista, sem nada dizer, entretanto, a estes, sobre o telegrama que recebera do Rio. Dirigiram-se depois para a estação da estrada de ferro, a fim de esperarem o trem que vinha do Rio, coisa que o Imperador fazia diariamente sempre que estava em Petrópolis, pela manhã e pela tarde. Contudo, e apesar de nada ter revelado ao médico e ao camarista, qualquer coisa devia lhe ter ficado no espirito depois que recebera aquêlê telegrama, e isso foi notado por Mota-Maia. Porque quando se dirigiam para a estação, na altura da Rua do Imperador (atual 15 de Novembro), o Imperador mandou que o criado que o acompanhava a cavalo,

(696) Taunay, *Diário*.

ao lado da carruagem, voltasse a palácio para saber se havia chegado ali qualquer telegrama do Rio e, no caso afirmativo, o levasse à estação. Não tendo recebido nada quando aí se achava, voltou pouco depois a palácio para almoçar, sempre acompanhado por Mota-Maia e Aljezur. Sôbre o telegrama de Ouro-Prêto que havia recebido pela manhã, o mesmo silêncio.

Foi sômente depois do almoço — narra Mota-Maia a Taunay — que as pessoas que o acompanhavam começaram a desconfiar que qualquer coisa de anormal devia estar se passando no Rio de Janeiro. Foi quando se preparavam para “assistir à missa por alma de Dona Maria II, na igreja de Petrópolis, e Sua Majestade deu ordem para que se mandasse aprontar um carro extraordinário para ir à Côrte (sem dizer o motivo), o que faria depois da missa de sua irmã”⁶⁹⁷. De fato, terminada a missa, dirigiu-se êle à estação da estrada de ferro, sempre acompanhado de Mota-Maia e de Aljezur, e agora também do Visconde de Garcez, veador da Casa Imperial. E foi sômente na estação, antes de tomar o trem que, aproximando-se José Calmon, êle puxou do bôlso, mostrando-lhe, o segundo telegrama de Ouro-Prêto, que o Imperador devera ter recebido em palácio, pouco antes de sair para a missa da irmã⁶⁹⁸. Foi só então que Mota-Maia e os que o cercavam ficaram sabendo do golpe de Estado de Deodoro e a razão de tôda aquela precipitação do Imperador em descer para a Côrte. Precipitação não sômente em ordenar essa composição espe-

(697) Taunay, *Diário*.

(698) Diz Taunay, em seu *Diário*, que êsse segundo telegrama de Ouro-Prêto fôra entregue ao Imperador “na missa que estava ouvindo” por alma de sua irmã. É engano: deve-lhe ter sido entregue em palácio, pouco antes de êle sair para a missa, cêrca das 11 horas. Foi quando êle deu ordem de se preparar o carro para descer ao Rio. E, pelo menos, o que se deprende da versão de Mota-Maia. Ainda porque se lhe tivesse sido entregue na missa, Mota-Maia, que estava ao seu lado, teria visto, e tal não se deu.

cial para levá-lo ao Rio, como também em descer pela linha do norte, fazendo o percurso pela estrada de ferro, em vez de seguir por Magé e aí embarcar na galeota imperial que o deixaria no Arsenal de Marinha, como êle fazia habitualmente. A preferência pela estrada de ferro explicava-se por ser o trajeto muito mais rápido.

O Imperador desce de Petrópolis

Conclui-se, portanto, de tudo que ficou dito, que o Imperador só se deu conta da gravidade da situação na Côrte depois que recebeu o segundo telegrama de Ouro-Prêto, participando-lhe a destituição do Ministério e a impossibilidade de qualquer resistência por parte do Governo. Decidiu então descer. “A gravidade do movimento, dirá êle mais tarde, não me consentiu, sem mais informações, senão responder que descia imediatamente”. E acrescentará, como que se defendendo da acusação que lhe fizeram alguns monarquistas, de haver abandonado Petrópolis para cair, por assim dizer, nas mãos dos republicanos: “Não o fiz como um insensato, que só quer dar provas, não sendo preciso, de que não tem medo, do contrário sendo testemunhos meus cinqüenta anos de reinado efetivo; mas queria obter cabal informação que, se mesmo não pudessem dá-la, só obtê-la-ia completa no meio dos acontecimentos. Vim ao Rio para que se resolvesse o que fôsse aconselhado”⁶⁹⁹.

Numa nota do próprio punho dirá a filha: “Papai diz, naturalmente para não aumentar a culpa, que Ouro-Prêto não o chamou ao Rio, mas que pensou, com sua presença, tudo serenar, e portanto não duvidou em descer para o foco, onde estaria mais perto dos acontecimentos e mais depressa poderia providenciar”⁷⁰⁰. *Para não*

(699) Notas autógrafas do Imperador, escritas a bordo do “Alagoas” e conservadas no arquivo da Casa Imperial.

(700) Arquivo citado.

umentar a culpa... naturalmente de Ouro-Prêto, que foi de fato acusado de haver atraído o Imperador para o foco da insurreição, impedindo-o, assim, de se pôr à frente de uma reação que se presumia ter possibilidade de êxito se dirigida fora da Côrte — de Petrópolis ou de qualquer outra cidade do interior.

Não tem razão, porém, a Princesa Isabel. Se a descida para o Rio não foi uma resolução do Imperador, o que resta a provar, muito menos o foi de Ouro-Prêto, que nem mesmo a insinua nos seus dois telegramas para Petrópolis, únicos meios de que se serviu nessa ocasião para se comunicar com o Monarca⁷⁰¹. Mas por tudo o que ficou dito atrás, não resta mais a menor dúvida em que foi êle mesmo quem decidiu descer, por sua inteira iniciativa, sem se consultar com ninguém, nem mesmo com o seu médico, o qual entretanto, tinha sempre uma palavra a dar sôbre as atividades de seu augusto cliente, responsável que era por sua saúde. Entendeu, com certeza, que o seu lugar era na Capital do País, na sede do Govêrno, e num certo sentido com razão, não sòmente para salvar o decôro do cargo como para obter informações e tomar providências, o que não era possível fora do Rio, com os escassos meios de comunicação de que então se dispunha. Por outro lado, pode ser que haja também influído, para decidi-lo a descer, o receio de

(701) R. Magalhães Júnior reproduz, em seu livro sôbre Deodoro, os termos de um telegrama que Ouro-Prêto teria passado ao Imperador logo que chegou ao Quartel-General, "ao romper do dia", e no qual dizia: "Senhor — Dois batalhões revoltados. Venha. — Ouro-Prêto". Ora, semelhante telegrama nunca existiu, e muito menos nos termos reproduzidos por êsse autor, quer dizer, com essa ordem imperativa de vir — *venha* —, que nenhum político do Império se atreveria a usar, mesmo aquêles de atitudes mais independentes, como o próprio Ouro-Prêto, ou os mais irreverentes com o Monarca, como Paraná. A verdade é que no correr dos acontecimentos de 15 de novembro, Ouro-Prêto só se comunicou com o Imperador em Petrópolis por meio dos dois telegramas citados neste trabalho, um expedido do Arsenal da Marinha e o outro do Quartel-General, quando recebeu a intimação de Deodoro para deixar o Govêrno, e ambos aqui copiados dos respectivos originaes, conservados no arquivo da Casa Imperial.

que o tomassem por medroso, fugindo à responsabilidade num momento de tamanha gravidade. Não sendo um homem de bravatas, o Imperador timbrou certamente em mostrar que não receava a insurreição.

Era êsse, pelo menos, o sentimento de sua filha, em que pese a censura velada que fizera a Ouro-Prêto. Numa de suas notas há êste trecho: “Gaston [*o Conde d’Eu*] foi de opinião de conservarmo-nos em Petrópolis, mas não houve meio de comunicar com papai; e quanto a mim, que vejo tudo pelo melhor, estava longe de pensar que sucederia o que succedeu; e portanto atuou no meu espírito a idéia de não fazermos um papel que mais tarde tornasse menos fácil a nossa posição, podendo-se-nos acusar de pusilanimidade”. Compreende-se: para não se indispor ainda mais com a opinião pública e aumentar as dificuldades, que já não eram poucas, para o seu futuro Reinado.

Tem-se dito e se repete ainda hoje, que a descida do Imperador foi a causa ou, pelo menos, uma das causas da sua perda, e que se êle tivesse ficado em Petrópolis ou se retirado para o interior, as coisas não se teriam passado como se passaram; que teria sido possível salvar a Monarquia, pelo menos naquela ocasião. Oliveira Lima é dos que pensam assim. “Se o Imperador não tivesse descido de Petrópolis para o Paço da Cidade, onde o detiveram, — diz êsse historiador, — e o Gabinete se não tivesse pôsto no Quartel-General à mercê da enigmática pôsto que falsamente assegurada fidelidade de Floriano, a reação ter-se-ia com tôdas as probabilidades dado em favor do regime monárquico, e nem haveria precisão de consultar-se o País a respeito, como se falara”⁷⁰².

(702) *O Império Brasileiro.*

Não tem razão, porém, Oliveira Lima. Sabido, como se sabe hoje, quais eram as disposições dos republicanos, isto é, de se aproveitarem de qualquer modo do golpe de Estado de Deodoro para implantarem a República, parece muito duvidoso que a permanência do Imperador em Petrópolis ou a sua retirada para o interior do País tivesse podido modificar sensivelmente o curso dos acontecimentos. Para tanto fôra antes de tudo preciso que êle estivesse decidido a lutar em defesa do trono e da Monarquia, e semelhante disposição de espírito nunca existiu nêle. Depois, precisaria que êle dispusesse, onde estivesse, de elemento militar para lutar, ou que uma parte, ao menos, das Fôrças Armadas aquarteladas no Rio se manifestassem a seu favor.

Ora bem: elemento militar para enfrentar com proveito uma luta armada êle não o tinha, nem em Petrópolis nem em parte alguma, — inclusive na Bahia, onde o Comandante das Armas, Marechal Hermes, irmão de Deodoro, estaria, possivelmente, decidido a defendê-lo pelas armas, se contasse com elementos para isso, o que não se dava; quanto a uma reação militar na Côrte, a seu favor, estando êle refugiado no interior, era o que havia de menos provável. Pois se essa reação não se deu com a sua presença na Capital do Império, quando instalado na sede mesma do Governo, — quer dizer, com o incentivo de sua própria pessoa no local dos acontecimentos, portanto com as maiores facilidades de se comunicar com seus possíveis partidários —, como acreditar que ela se faria estando êle ausente, longe, no Interior, sem meios de ligação fáceis e rápidos com a Côrte? Não. Se a Monarquia iria cair com a facilidade com que caiu, não parece que se deva isso ao fato de o Imperador estar ou não estar no Rio, mas, sobretudo, como já dissemos, de um lado à fraqueza mesma da instituição, à pouca ou quase nenhuma dispo-

sição que havia em defendê-la por parte da opinião pública; e de outro à circunstância de não se haver constituído imediatamente um nôvo Govêrno para entrar em entendimento com Deodoro, como êste certamente esperava, coisa que se tentaria muito mais tarde, é verdade, mas quando já não sendo possível obtê-la. E esta foi sem dúvida a razão imediata da queda do regime.

Possibilidade de salvar a Monarquia

Se o Imperador, por exemplo, logo que tivesse chegado ao Paço da Cidade, quer dizer, por volta das três horas da tarde desse dia 15, houvesse encarregado, digamos o Conselheiro Saraiva, de formar imediatamente um nôvo Gabinete, isto é, quando Deodoro não se tinha ainda decidido pela República e os republicanos andavam desorientados pela cidade sem saber o que fazer, tudo leva a crer que êsse Govêrno se teria constituído, com a participação, já se vê, do Marechal Deodoro. E a Monarquia estaria salva. O que se havia passado na manhã daquele dia se desmoronaria como um castelo de cartas. Com a desorientação que lavrava tanto no campo dos militares revoltosos como no campo dos republicanos, por falta de uma diretriz segura, todos quantos se julgassem comprometidos, por ação ou inação, sobretudo êstes, que formavam a maioria, se apressariam em vir justificar-se perante êsse nôvo Govêrno, o que não lhes seria difícil, uma vez que não haviam pegado propriamente em armas e ainda menos lutado contra o Gabinete anterior, mas apenas se abstinido de defendê-lo. E a Nação, que daí a três dias iria conformar-se com o *fato consumado* da proclamação da República teria, com a mesma passividade, com a mesma aceitação e a mesma unanimidade, se conformado com o *fato consumado* da derrota republicana. Ninguém se animaria a lutar por uma República abortada.

Aliás, muitos dos próprios militares que se haviam sublevado contra o Governo ou emprestado solidariedade à sublevação, se teriam contentado com a destituição do Gabinete, porque era tudo o que êles pretendiam ou esperavam que acontecesse. Se havia, de fato, no seio do Exército, entre os oficiais de tôdas as patentes, um largo sentimento de intolerância ou mesmo de aversão por Ouro-Prêto e seu Governo, tal sentimento não havia contra a Monarquia, e muito menos contra o Imperador, que por sua idade, por seu precário estado de saúde, sua liberalidade e espírito de justiça era por todos benquisto e largamente tolerado. A igual da maioria da Nação, mesmo aquêles que não eram simpáticos à Monarquia, inclusive os republicanos chamados quintinistas, o Exército estava decidido a pacientar, pelo menos até o desaparecimento do Imperador que não devia estar longe, persuadido de que depois disso o regime monárquico se dissolveria por si mesmo, dada a quase impossibilidade de se firmar um Terceiro Reinado.

Leôncio Basbaum acentua, com tôda a razão, que a República foi feita por um Exército que não era republicano, acrescentando “que na verdade o Império não foi derrubado — caiu”⁷⁰³. Aliás, cabe dizer que os três batalhões que formavam a coluna revolucionária que marchou para o Quartel-General na manhã de 15 de novembro, eram comandados, um pelo Tenente-Coronel Silva Teles, confessadamente monarquista e contrário, no seu íntimo, àquela sublevação contra o Governo, dizendo por isso, que seguia ali *coacto*, quer dizer, levado pelo “império das circunstâncias”, como acentua o Tenente Sebastião Bandeira; outro pelo Major Lôbo Botelho, ainda mais monarquista do que Silva Teles, e como êste contrário àquela quartelada, tanto que quando percebeu que

(703) *Op. cit.*

ela se transformava num golpe contra a Monarquia, abandonou seu batalhão em frente ao Quartel-General abandonou seu batalhão em frente ao Quartel-Genera. e foi para casa; e o terceiro pelo Major Solon, o qual era, dos três, o único republicano, embora de recentíssima data, quer dizer, um convertido de poucos dias atrás, e estava de acôrdo com tudo o que ali se fazia. Êsses eram os comandantes dos batalhões do Exército que se tinham sublevado. Se fôssemos descer na escala hierárquica, encontraríamos nessas unidades muitos outros oficiais que nada tinham de republicanos, e só iam ali, como Silva Teles, levados pelo "império das circunstâncias". No fundo, a coluna revolucionária só era republicana na pessoa de uns poucos tenentes e cadetes, que num golpe de audácia a tinham sublevado, levando de vencida a indecisão e a fraqueza moral daqueles dois primeiros comandantes, sobretudo Silva Teles, que sendo também o comandante interino da Brigada, se tornara nas mãos dêles um simples instrumento.

*

Por tudo o que se veio a saber depois, não resta a menor dúvida em que se se tivesse tentado um entendimento com Deodoro antes do cair da tarde do dia 15, êste se teria contentado com a destituição de Ouro-Prêto, que era afinal o alvo de todo o seu malquerer e de todos os seus ataques. O fato, mesmo, de êle se ter recusado a satisfazer os repetidos pedidos para "proclamar" a República, pouco depois de haver abandonado o Quartel-General, quando já tinha certeza de haver saído vitorioso, e de se haver em seguida isolado em casa, como que desinteressado dos acontecimentos que êle mesmo precipitara, e de se manter nesse retraimento até ao fim da tarde — podia bem ser a prova de que era sua intenção deixar as coisas naquele ponto morto e

aguardar uma decisão do Imperador, — que só podia ser no sentido de chamá-lo ao Paço da Cidade, de ouvi-lo, de inteirar-se da razão de ser de sua atitude e de se entender com êle sôbre a organização de um nôvo Gabinete⁷⁰⁴.

Ao contrário disso, que iria acontecer? O Imperador perderia horas e horas em longas e infrutíferas conversações, com os seus conselheiros e familiares, sôbre a maneira de se constituir um nôvo Govêrno, sôbre quem se chamaria para organizá-lo, dando, assim, tempo, não diremos aos militares, porque êstes se haviam retraído todo o resto do dia 15, mas aos civis republicanos, para se consertarem entre si e constituírem, pela entrada da noite, um Govêrno republicano.

E para cúmulo do desacêrto, Deodoro seria deixado, durante todo o correr dêsse dia 15, inteiramente à margem, numa situação sob todos os pontos de vista a mais humilhante para êle, pois valia não lhe darem a menor importância, e muito menos a tudo o que êle fizera pela manhã daquele dia. Para o Imperador e muitos dos que o rodeavam no Paço da Cidade, parecia até que o Marechal revoltoso não existia, ou que nada de anormal se havia passado, tudo se resumindo afinal, na escolha de um político qualquer para constituir o nôvo Gabinete, já que o Visconde de Ouro Preto insistia em demitir-se. Quer dizer: tôda a questão constituía

(704) O Ministro do Chile diz que em *dos o tres ocasiones el Emperador mandó llamar al Mariscal Deodoro*, e que êste se negou a ir para, finalmente, mandar dizer que *ya era inutil pensar en otro Gabinete que el que ya el Mariscal Fonseca habia formado* (Oficio de 19 de novembro de 1889, no arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Chile). O diplomata chileno foi, evidentemente, mal-informado, porque só houve, de parte do Paço ou de gente do Paço, duas tentativas de aproximação com Deodoro, como veremos adiante, mas tardias e sem resultado. Por outro lado, em nenhum momento o Imperador mandou chamá-lo, muito embora esperasse, como se pode deprender da carta do Barão de Loreto a Saraiva, citada mais adiante, que êle o fôsse procurar no Paço da Cidade, certamente para justificar-se de sua atitude naquela manhã.

apenas uma simples mudança de Ministério, a igual de tantas e tantas outras que se haviam dado no correr do longo Reinado.

Mais, ainda: para maior humilhação de Deodoro, de quem iriam se lembrar para organizador dêsse nôvo Gabinete? Do Conselheiro Silveira Martins, quer dizer, de um seu desafeto político, de um seu inimigo pessoal do homem, talvez, dentre todos os políticos do tempo, a quem êle votava um verdadeiro ódio. Era, positivamente, de mais. Era uma verdadeira afronta que se fazia ao velho militar. Era a gôta de água que se jogava no copo, já transbordando, de suas amarguras. É claro que não se precisou de mais para levá-lo definitivamente para os braços dos republicanos. E quando, já alta noite, depois da reunião do Conselho de Estado, se deram conta, no Paço, o Imperador e seus conselheiros, mas principalmente o Imperador, (que era o mais recalcitrante em pactuar com Deodoro) do êrro enorme que se estava praticando, e se decidiu, afinal, apelar para o Marechal, por intermédio do Conselheiro Saraiva, já era tarde, porque a República havia sido instituída e se tornara, por assim dizer, num *fato consumado*.

Ainda a propósito da possibilidade de se ter podido salvar a Monarquia no decorrer do dia 15, achava Pedro Lessa, no dizer de seu genro Solano Carneiro da Cunha, — segundo revelação dêste a M. Paulo Filho⁷⁰⁵, — que se o Imperador, ao invés de descer de Petrópolis pelo trem o tivesse feito pela barca e apeado no Arsenal de Marinha, como geralmente fazia, “possivelmente as consequências seriam outras: Deodoro, atacado de dispnéia, teria mandado alguém de sua inteira confiança ao cais, sondar o Soberano”. Essa hipótese, porém, não se sustenta, porque se tais fôsem as disposições de Deodoro,

(705) *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, de 23 de novembro de 1957.

essa pessoa de sua confiança, assim como teria ido ao cais do Arsenal esperar o Monarca, teria podido ir ter com êle na Estação de São Francisco Xavier ou no Paço da Cidade, onde se sabia que estava com a família e seus principais conselheiros. Ora, ali não apareceu ninguém de parte de Deodoro — salvo muito mais tarde, já no dia 16, mas para informá-lo da sua destituição e consequente expulsão do País. . .

Uma outra ocasião — a primeira, aliás — que se perdeu de se “negociar” com Deodoro (e a culpa aí foi tôda de Ouro-Prêto), foi quando êle se apresentou no Quartel-General à frente das tropas sublevadas e manifestou desejo de ter uma conferência com Floriano. Se o Presidente do Conselho, em vez de responder que não consentia que o Ajudante-General tivesse conferências com um “general rebelde”, deixasse os dois militares se entenderem, era bem possível que se tivesse chegado a um acôrdo, com o sacrifício apenas de Ouro-Prêto, cuja posição na chefia do Govêrno era por todos os motivos insustentável. Só o fato de Deodoro ter pedido essa conferência mostrava que as suas intenções naquele momento, pelo menos, eram conciliantes; e que havia, da parte dêle, o propósito de evitar o irreparável, que aliado ao conhecido desejo de Floriano, manifestado dois dias antes na entrevista que tivera com Deodoro, de ser o intermediário para um acôrdo com o Govêrno, podia muito bem favorecer uma composição qualquer que salvasse a Monarquia. Lourenço de Albuquerque, Ministro da Agricultura, embora aplaudindo e achando digna a resposta altiva de Ouro-Prêto, “ficou em dúvida a respeito da sua conveniência, e ainda depois perguntava a si mesmo se, realizada a conferência, o curso dos acontecimentos não teria sido outro”⁷⁰⁶.

(706) Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*.

O encarregado de negócios de Portugal, informando ao seu Governo quinze dias depois dos acontecimentos, portanto já quando se podia ter um conhecimento exato de como se haviam passado os fatos, diz que a intenção de Deodoro, ao se colocar à frente das fôrças sublevadas, era apenas fazer uma demonstração militar, “para assim obrigar o Ministério a pedir demissão; e como o movimento só tinha por fim a queda do Ministério, alguns regimentos anuíram a êle, não obstante os seus sentimentos monárquicos”. Diz ainda que Deodoro se havia apresentado dando um viva ao Imperador, versão, como já vimos, até hoje discutida, e que grande parte das fôrças que o acompanhavam estavam na persuasão de que tudo aquilo visava apenas forçar Ouro-Prêto a deixar o Governo⁷⁰⁷.

Para o Ministro da Bélgica, *personne ne s'attendait à cette crise, qu'un peu de prévoyance avait pu éviter. Le Ministère, diz êle, quand il a été prévenu, dans la nuit du 14 au 15, des événements qui se préparaient, a complètement perdu la tête et n'a pas même songé à prévenir Sa Majesté, dont la présence seule aurait suffi probablement pour faire rentrer les troupes dans le devoir ou tout au moins conjurer le renversement de la Monarchie*⁷⁰⁸. O diplomata quer referir-se certamente ao fato de não ter Ouro-Prêto, logo na madrugada de 15, quando ainda se encontrava no Arsenal de Marinha, informado o Imperador da gravidade da situação, em vez de o tranquilizar dizendo que tudo entraria nos eixos. Se, em vez disso, o tivesse logo inteirado do perigo que significava a sublevação dos quartéis, o Imperador teria com certeza descido imediatamente de Petrópolis a tempo de estar no Rio antes de se haver consumado o drama do

(707) Offício de 30 de novembro de 1889.

(708) Offício de 26 de novembro de 1889.

Quartel-General. E se êle fôsse ter ali para encontrar-se com Ouro-Prêto, não resta a menor dúvida em que a attitude de Deodoro teria sido tôda outra. Bastaria que o Imperador o mandasse chamar à Secretaria da Guerra e o advertisse do caminho errado que êle havia tomado. Deodoro não lhe teria nunca faltado ao respeito e à submissão que sempre lhe dispensara. Com êsse raciocínio chega-se então à conclusão de que o êrro que deu ocasião à queda da Monarquia não foi o ter o Imperador descido de Petrópolis, em vez de se ter deixado ficar ali, ou se internado no País para oferecer resistêcia aos rebeldes, mas o não ter antecipado essa descida, o ter ido para a Côrte tarde de mais, quando sua presença aí já não podia mais consertar o sucedido — a destituição do Ministério pelo Marechal Deodoro.

No Paço Isabel

Na manhã de 15 de novembro o Conde e a Condêssa d'Eu se encontravam, com os três filhos, na casa das Laranjeiras, chamada então Paço Isabel e atualmente Palácio Guanabara⁷⁰⁹. Como todo o mundo, estavam longe de suspeitar que algo de grave se passava na cidade. As preocupações dos donos da casa iam tôdas, naquela ocasião, para a recepção que pretendiam dar, no dia seguinte, sábado, aos oficiais do couraçado chileno, em honra do qual tinha havido o grandioso baile da Ilha Fiscal, fazia agora uma semana. "Quanto a nós, escrevia o Conde d'Eu à Condêssa de Barral referindo-se às atividades dêle e da mulher na véspera de 15 de novembro, todo o resto do dia foi empregado no arranjo da casa para a próxima *soirée*. Que canseira e, sobretudo, que aborrecimento! Que luta para pôr em condições uma casa repleta de um nunca acabar de coisas, que a

(709) "O Paço Isabel, -- escrevia a Princesa, -- nossa residência no Rio desde o nosso casamento, bem afastado de São Cristóvão, é uma bonita casa no meio de grande jardim, ao pé de uma colina bastante alta, cujos caminhos verdejantes, povoados por miríades de horboletas (algumas de asas bem grandes, de um azul resplandescente), levava-nos a uma esplêndida vista sôbre a baía, o Pão de Açúcar e outras montanhas e ilhas da Guanabara" (*Alegrias e tristezas*, manuscrito da Princesa Isabel no Arquivo da Casa Imperial). Dessa casa, ou melhor, do que era então o Paço Isabel, só resta hoje a escadaria exterior que dava acesso à casa, tendo sido tudo o mais desvirtuado e abastardado pelo conhecido mau gosto e tradicional incultura artística dos nossos arquitetos oficiais, inclusive a fachada do prédio, transformada numa coisa simplesmente horrível, de uma banalidade e de uma pobreza de imaginação incríveis. -

gente não sabe onde meter!”⁷⁰⁹. A Princesa mostrava-se particularmente empenhada em que a festa correspondesse, em tudo, à tradição de fidalguia do velho solar das Laranjeiras, o qual era, nesse fim do Império, o centro de tôdas as atividades mundanas da Côrte, o salão que dava o tom aos demais, a nota de elegância, de distinção e de bom gosto. Porque São Cristóvão já desde muito tempo havia encerrado socialmente as suas portas, e se tornara aquêle “Paço triste e severo” de que nos fala Taunay, “sem mundanismo, sem moda, sem festas, sem flôres”, como acentua Ramalho Ortigão, “destêrro mortífero para tôda gente alegre, para todos os homens novos, para tôdas as mulheres bonitas”⁷¹¹. A não ser o tradicional jantar que o Imperador dava, todos os anos, em honra dos chefes das Missões Diplomáticas Estrangeiras acreditadas no Rio, só muito raramente se acendiam ali os salões, sendo que uma das últimas vêzes, isto se deu foi no ano de 83, quando o Imperador teve de oferecer um banquete para obsequiar o Príncipe Henrique da Prússia, irmão do Imperador Guilherme da Alemanha. E a tal ponto não se estava mais acostumado com essas coisas, que a imprensa não deixou passar o fato sem um comentário chistoso: “Temos príncipe, e príncipe alemão na terra”, dizia a *Gazeta de Notícias*. “O Paço foi varrido depois de não sei quantos anos e o jantar imperial juntou à clássica canja mais alguns pratos de ocasião”.

O Imperador fazia-se velho, andava cansado, sua saúde e disposições para essas coisas já não eram mais as mesmas de antes, e assim preferia transferir para a filha as obrigações mundanas da Família Imperial. Ainda porque Dona Isabel se mostrava muito amiga de festas,

(710) Carta de 13 de novembro de 1889, no Arquivo da Casa Imperial.

(711) *Quadro Social da Revolução Brasileira*.

e era com uma indisfarçável satisfação que promovia reuniões em sua casa, as célebres “partidas da Princesa”, onde se conversava, tocava, cantava e dançava até altas horas da noite. Havia ali vesperais de quinze em quinze dias nos meses de inverno, porque no verão essas recepções se realizavam em sua casa de Petrópolis⁷¹². E era de ver a animação da Princesa, cercada pelo pequeno grupo de suas amigas íntimas, entre as quais se contavam Amandinha, filha do Marquês de Paranaguá e casada com o Barão de Loreto; Eugeninha, filha do Visconde da Penha (eram três, as Penhas: Maria Eugênia (a Eugeninha) e Maria Elisa, — gêmeas, ambas solteiras —, e Mariana, casada com o Dr. Pandiá Calógeras, conhecida na intimidade por Titinha); Maria José Tosta, casada com o Barão de Muritiba; Carlotinha Andrade Pinto, filha do Barão de Penedo; Francisca Guilhermina (Chica) filha do Barão de Terezópolis, casada com o Dr. Cunha Feijó.

O Barão Hubner, êsse diplomata austríaco filho natural de Metternich e a que já nos referimos, nos fala de umas das recepções no Paço Isabel, a que êle assistiu em 1882, com a presença do Imperador e da Imperatriz. No comêço da festa as senhoras se reuniram no salão à esquerda do *hall* de entrada, “sentadas ao longo da parede”, de “vestidos afogados”, observa o Barão; e os senhores, o Imperador inclusive, no gabinete de trabalho do Conde d’Eu, todos vestidos de casaca com condeco-

(712) “O Palácio da Princesa”, como era geralmente conhecido. Estava situado no Largo da Princesa, esquina da Rua Dom Afonso (atualmente Avenida Koeler). Era uma casa apalacetada, que os Condes d’Eu haviam comprado, em abril de 1876, ao Comendador Rodrigo Delfim Pereira, melhorando-a, depois, e ampliando-a. Tôdas as quintas-feiras, nos meses de verão, o Imperador e a Imperatriz costumavam ir ali jantar. Há uma fotografia da Família Imperial, tirada na varanda dessa casa em 1889, pelo fotógrafo Oto Hees, e pode ser tida como a última feita no Brasil. Foi estampada pelo autor, que a reproduziu no original que se encontrava então (1940) no Castelo d’Eu, em França, no 3.º volume da *História de Dom Pedro II*, e depois largamente difundida entre nós.

rações. Depois senhoras e cavalheiros se misturaram para ouvirem música. A Princesa cantou, acompanhada pelo seu *maestro*, um mulato havanês de nome White, o qual por sua vez se exibiu ao violino. A festa terminou com as danças — quadrilhas, valsas, polkas, *schotishs*, lanceiros, encerrando-se o baile com o tradicional galope.

Fazia agora um mês que houvera ali uma grande festa, em comemoração das Bôdas de Prata (25 anos de casados) dos donos da casa, data que coincidira com o aniversário natalício do filho mais velho, o Príncipe do Grão Pará, herdeiro presuntivo do trono. Completara 14 anos. Fôra uma bela recepção, com a presença dos Soberanos, dos membros do Govêrno, do corpo diplomático e das pessoas mais destacadas da sociedade e do mundo oficial. No mesmo dia, à noite, tinha-se realizado um baile no Cassino Fluminense, à Rua do Passeio, edifício onde está hoje o Automóvel Clube, para comemoração não só daquela data, como da volta do Conde d'Eu da viagem que havia empreendido pouco antes às Províncias do Norte.

*

Nessa manhã do dia 15 o Conde d'Eu fazia, pelas imediações do palácio, o habitual passeio a cavalo na companhia dos filhos — “sem sombra de preocupação”, dirá êle depois à Condêssa de Barral. O aspecto das ruas e dos transeuntes, a igual de tôda a cidade, era o mesmo de sempre. Foi só na volta à casa, quando se pôs a ler os primeiros jornais do dia, que êle deparou com uma notícia inserta no *Diário do Comércio*, sôbre um “movimento de indisciplina” que teria havido na Escola Militar, e que levara os Ministros a se reunirem, até alta noite, na Secretaria da Guerra. Não deu, porém, maior importância à notícia. Mesmo porque, nem de

parte dos amigos nem da gente do Govêrno, havia recebido qualquer informação a respeito. Acrescia que de uns tempos para cá se vinham repetindo êsses atos de indisciplina, tanto entre os alunos militares como entre oficiais do Exército, sem que daí tivessem resultado maiores conseqüências.

Estavam, assim, todos tranqüilos naquela casa quando apareceram, por volta das dez horas, o Barão de Ivinheima e o Visconde da Penha (êste com a filha Eugeninha), com “ares esbaforridos”, dirá o Conde d’Eu, trazendo a notícia de que havia “novidade grossa” na cidade: a 2.^a Brigada se tinha revoltado, e “outro tanto haviam feito os alunos da Escola Militar”, constando que Ladário, Ministro da Marinha, estava gravemente ferido ou mesmo morto.

Mal se tinham vindo a si os donos da casa diante de tais notícias, quando começaram a aparecer, sucessivamente, outros amigos: o Barão e a Baronesa de Muritiba, Guilherme Lassance, mordomo do Conde d’Eu, Calógeras e a mulher, o Barão do Catete e o irmão, Comendador Araújo Silva; Ramiz Galvão e Cursino de Amarante, preceptores dos pequenos príncipes, Miguel Ribeiro Lisboa, filho do Barão de Japurá, já falecido, irmão do Almirante Tamandaré, o Conde e a Condêssa de Carapebus, o Conselheiro Marinho de Azevedo, cada qual com a sua informação e cada qual com a sua versão⁷¹³.

Pouco depois chegava o Alferes Ismael Falcão, com a notícia de que as tropas estavam reunidas em frente

(713) Carta do Conde d’Eu à Condêssa de Barral, escrita a bordo do *Alagoas* a 19 de novembro de 1889, no Arquivo da Casa Imperial. — *Cópias das notas que tomei exatamente a 15 de Novembro e dias seguintes, pela Baronesa de Muritiba*, publicadas no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro. — *Apontamentos do Barão de Muritiba sobre o 15 de Novembro de 1889*, publicado na Revista do Instituto Histórico Brasileiro.

do Quartel-General, com o Marechal Deodoro e Quintino Bocaiúva. “Neste caso, — disse o Conde d’Eu — acabou-se a Monarquia no Brasil”⁷¹⁴. A ansiedade de todos ali era muito grande, sobretudo pela incerteza das notícias. Saiu então Miguel Lisboa, para ver se conseguia obter outras informações, colhidas em fontes merecedoras de fé. Enquanto isso a Princesa, muito aflita, telefonava para os Arsenais de Guerra e de Marinha, a perguntar o que de fato havia. De ambos responderam-lhe que “ali nada se sabia”⁷¹⁵. Pensou então o Conde d’Eu em ir êle mesmo ao centro da cidade, para melhor informar-se, chegando mesmo a fardar-se. Mas logo desistiu, quando vieram dizer-lhe que “o Exército estava todo coligado, tendo sido o Ministério derrubado, e que ao lado de Deodoro tinham desfilado, com as tropas, Quintino Bocaiúva e Benjamim Constant”⁷¹⁶. Continuou-se assim a aguardar o desenrolar dos acontecimentos, sôbre cuja gravidade já ninguém mais duvidava, muito embora o ambiente ali continuava a ser de completa desorientação.

“Sugeriu-se então a idéia da intervenção de algum homem político que se pusesse em contacto com o chefe do movimento, e procurasse desviá-lo do rumo que seguramente lhe indicariam os conselhos e permissões dos dois acólitos mencionados. O nome lembrado foi o do Conselheiro Sousa Dantas, que além de morar mais perto do Palácio Isabel⁷¹⁷, era amigo da situação dominante e, liberal, possuía qualidades especiais e bem conhecidas que o habilitavam para tão delicada incum-

(714) Carta cit. do Conde d’Eu à Condêssa de Barral. — *Alegrias e tristezas*. — *Notas*, cit. da Baronesa de Muritiba.

(715) *Alegrias e tristezas*. Houve o propósito evidente de ocultar-lhe a verdade dos fatos, pois àquela hora o Gabinete já tinha sido deposto e Deodoro, vitorioso, se dirigia para o Arsenal de Marinha.

(716) *Apontamentos*, cit. do Barão de Muritiba.

(717) Morava à Rua das Laranjeiras.

bência”. Ofereceu-se Muritiba para ir buscá-lo. Não tardou êste em vir, com o Conselheiro, que se esquivando da espinhosa missão que lhe alvitavam, limitou-se a tranqüilizar a Princesa, dizendo que “nada havia de grave a receiar-se” e que ela tinha “um trono em cada coração de Brasileiro”⁷¹⁸.

Pouco depois aparecia André Rebouças, “que me abraça, segundo o seu costume nas ocasiões solenes” — dirá o Conde d’Eu, com o plano que êle combinara com o Visconde de Taunay, de o Imperador ficar em Petrópolis, cercar-se ali de personagens importantes e organizar um Govêrno para enfrentar a insurreição militar. Coincidia, em linhas gerais, com a idéia que viera à própria Princesa, e que ela lamentaria mais tarde, depois de tudo perdido, não ter sido adotada. Veremos mais adiante que era um plano sob todos os sentidos irrealizável. Contudo, para o Conde d’Eu êsse plano pareceu “judicioso”. Mas como comunicar com o Imperador em Petrópolis? Tentou-se o recurso do telégrafo, mas o velho Barão de Capanema, que era o diretor da Repartição, respondeu de lá que nada podia fazer, pois já tinha sido destituído pelos republicanos⁷¹⁹.

Pouco antes do meio-dia reaparecia o Barão de Ramiz, que tinha ido à cidade à recolha de notícias. Vinha com os mais desencontrados boatos, mas todos apresentando a situação como “muito grave”. Cada vez mais aprensivos, sobretudo com a sorte dos filhos, pediu-lhe o Conde d’Eu que êle tomasse a responsabilidade de os ter sob sua guarda. “Ponhamos os meninos a bom recato, — teria dito o Conde, — mandando-os já para Petrópolis,

(718) *Apontamentos cit.*

(719) É o que diz o Conde d’Eu à Condêssa de Barral, mas deve ter havido engano, porque só ao cair da tarde de 15 é que o Tenente Vinhais iria se apossar da Repartição dos Telégrafos.

com o Ramiz Galvão; assim evitaremos tê-los em balbúrdia”⁷²⁰.

Partiu então o Preceptor com os três Príncipes em direção à Praia do Flamengo, onde embarcaram num bote a remos que os levou ao couraçado *Riachuelo*, sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Alexandrino de Alençar, para aguardarem aí, às 4 horas, a partida da barca para Petrópolis. Alexandrino já não estava a bordo. Havia desembarcado com parte da guarnição. Recebeu-os o oficial de dia, que iria pôr um escaler à disposição de Ramiz, guarnecido de marinheiros e ostentando a flâmula dos Príncipes, a fim de os transportar para a estação da Praia Formosa, onde tomariam a barca para Petrópolis, “tudo se passando sem que recebessem qualquer notícia, nem mesmo um simples consta, a respeito da proclamação da República”⁷²¹.

*

Tranqüilizados por êsse lado, estavam os Condes d’Eu cogitando de subirem êles também para Petrópolis, quando receberam de lá um telegrama de Mota-Maia, dizendo que Suas Majestades desciam pela Estrada de Ferro do Norte. Resolveram então ir ao encontro dos Soberanos na Estação de São Francisco Xavier. Partiram das Laranjeiras já depois de meio-dia, no carro do Barão do Catete⁷²², com o Barão e a Baronesa de Muritiba.

(720) *Notas*, cit. — Parece que a primeira idéia do Conde d’Eu foi confiar os filhos ao Visconde de Taunay, para que êste os levasse para bordo do couraçado chileno surto no porto, e os embarcasse depois para a Europa, num vapor que era esperado da Nova Zelândia. Foi, pelo menos, o que o Conde de Caracchus, presente, como dissemos, naquela manhã, no Paço Isabel, contou a Taunay, e êste repetiu em seu *Diário*. Contudo nem o Conde d’Eu nem a mulher se referem a isso.

(721) W. de S. Ramiz Galvão, *Ramiz Galvão, preceptor dos príncipes imperiaes brasileiros*.

(722) Visconde de Silva, em Portugal. Médico português, desde muito radicado no Brasil, que fôra çasado com a viúva do Marquês de Abrantes.

Noutro carro seguiram Catete e o Conselheiro Marinho de Azevedo. Tomaram a direção do Morro da Viúva, onde os esperava uma lancha arranjada pelo Barão do Catete, rumando daí para a Praia do Caju. No Caju deviam estar os Calógeras com dois carros, a fim de levarem todos à Estação de São Francisco Xavier.

Ao passarem, porém, defronte da Praia de Santa Luzia, na altura da Santa Casa, avistaram o carro do Imperador, puxado a seis cavalos, que parecia encaminhar-se para o Paço da Cidade, “apesar de não ser êsse o caminho”⁷²³. *Ma première pensée*, conta, com certa graça, o Conde d’Eu, *a été que le président de la nouvelle République s’en était déjà saisi* [do carro]. *Mais non, c’était bien l’Empereur*⁷²⁴. Rumaram então para o cais Pharoux, de onde avistaram, ao chegar, a carruagem do Imperador parada à porta do Paço. Antes de se dirigirem para lá e como medida de precaução, mandaram Muritiba dar uma volta pelas imediações do Palácio, a fim de ver se havia algo de anormal, inteirando-se depois se o Imperador estava mesmo no Paço. Não, não havia nada, estava tudo tranqüilo, com o aspecto de todos os dias, sendo que o Imperador e a Imperatriz já se encontravam de fato em palácio. Encaminharam-se então todos para lá, onde entraram sem nenhuma dificuldade, saudados à porta pela respectiva guarda, que nessa tarde

(723) “Mota-Maia, pensando que devia evitar a passagem do Campo da Aclamação para o Imperador, havia mandado dar essa volta pela Rua do Riachuelo e Praia de Santa Luzia. Foi nessa ocasião que Pandiá e Titinha encontraram o Imperador na Rua do Riachuelo, e que o Imperador lhes disse que avise à Princesa de que êle vai para o Paço da Cidade [sic]. Mais tarde se disse que tinha sido um grande êrro não passar pelo Campo. Mas nem sempre se acerta, mesmo com as melhores intenções” (Notas, da Baronesa de Muritiba). — Se o Imperador tivesse passado pelo Campo de Sant’Ana, Rua Larga de São Joaquim e Rua 1.º de Março, caminho do Paço, era provável que tivesse se encontrado com as fôrças de Deodoro vindas do Arsenal de Marinha, e neste caso a evolução dos acontecimentos teria sido certamente outra.

(724) Carta cit. à Condessa de Barral.

era comandada pelo Alferes Pereira Pinto, filho dos Barões de Ivinheima.

Encontraram o Imperador e a Imperatriz rodeados de várias pessoas. Tendo vindo pela estrada de ferro do Norte, haviam chegado à Estação de São Francisco Xavier (hoje Barão de Mauá) pouco depois das 2 horas da tarde. Conta Mota-Maia, que havia descido com o Imperador, que êste não demonstrara, durante o percurso a menor preocupação. “Veio lendo jornais e revistas científicas, declarando que tudo se arranjaría bem; e nem mostrou preocupar-se muito com o tal telegrama”. Chegados à estação tomaram o carro que os esperava, e “daí, sem o menor incômodo, diz ainda Mota-Maia, fomos para o Paço da Cidade, onde a guarda formou e fêz as respectivas continências”. Eram já cêrca de 3 horas da tarde.

A essa altura já se tinha consumado tôda a ençenação militar daquela manhã no Quartel-General do Exército: o Ministério estava dissolvido e os ministros cada qual em sua casa. As tropas que se haviam sublevado tinham sido recolhidas aos respectivos quartéis, e Deodoro, com os seus padecimentos cardíacos agravados, metido na cama, sem querer receber ninguém. Como não se tinha ainda feito a República, nem se constituído um outro Gabinete Imperial, o País estava praticamente sem Govêrno. Inclusive sem Parlamento, porque tendo havido pouco antes as eleições gerais, depois de dissolvida a antiga Câmara, tanto a nova Câmara como o Senado se encontravam em sessões preparatórias. Como se sabe, a abertura da nova legislatura estava marcada para daí a cinco dias.

O País sem Govêrno e sem Parlamento, a República ainda inexistente e o homem do dia trancado em casa, sem querer ver ninguém — o Imperador pôde chegar

ao Paço sem encontrar obstáculos, sendo apenas notada a sua passagem pelas ruas centrais da cidade, longe, que estavam todos, de supor, que o veriam pela última vez, e que dentro de algumas horas êle estaria prisioneiro dos republicanos para, dois dias depois, já destronado, ser compelido a abandonar o País que o vira nascer e onde fôra, durante mais de quarenta anos, o chefe por todos respeitado, estimado e sempre obedecido. *Sic transit gloria mundi...*

O Imperador no Paço da Cidade

Pouco depois de haver chegado ao Paço, mandou o Imperador que o General Miranda Reis fôsse chamar o Visconde de Ouro-Prêto. Enquanto isso, as várias pessoas que iam ali aparecendo trocavam impressões sôbre os sucessos daquela manhã, sugerindo cada qual uma providência, aventando uma idéia ou propondo uma solução⁷²⁵. O Visconde de Taunay expunha o plano que Rebouças já havia levado pela manhã ao Conde d'Eu, de a Família Imperial se retirar para o Interior do país a fim de poder oferecer melhor resistência à insurreição militar. Mas o Imperador não lhe dava a mínima atenção. Naquele meio agitado e por vêzes cheio de nervosismo, êle era o único que guardava a sua calma habitual. Dizia que tudo aquilo era "fôgo de palha", não havendo assim motivo para maiores preocupações, sendo que tudo o que havia a fazer era "dissolver os batalhões".

(725) Quando se espalhou a notícia de que o Ministério havia sido deposto e que o Imperador se encontrava no Paço da Cidade, acorreram ali numerosas pessoas, para emprestarem sua solidariedade à Família Imperial. Assim que na tarde e à noite de 15 e no correr do dia seguinte, até quando o acesso ao Paço ficou impedido pelas autoridades republicanas, apareceram ali os Conselheiros Olegário, Andrade Figueira, Carreira, Dantas, Silva Costa, Soares Brandão (vedador da Casa Imperial), Saraiva, sem falar nos Conselheiros de Estado convocados para a reunião na noite de 15; os Marqueses de Paranaguá, de Tamandaré (Ajudante-de-Campo do Imperador); os Condes de Carapebus (a Condessa, Dona Francisca, era filha dos Condes de Baijendi e dama da Casa Imperial com exercício junto à Imperatriz), Mota Maia e Aljezur, que haviam descido de Petrópolis com o Imperador; a velha Condessa de Baijendi; os Viscondes da Penha (com as duas filhas, as "gêmeas"), de Nogueira da Gama

“Dizer é fácil”, ponderava o Conde d’Eu, o qual era, talvez, dos presentes, o que tinha noção mais exata da gravidade da situação:

“Dizer é fácil; mas como quer o senhor dissolver tropas que estão contra nós? É preciso primeiro constituir um novo Governo, pois o anterior se demitiu”.

“Mas eu não aceito essa demissão”, dizia o Imperador.

“Mas se os Ministros estão prisioneiros dos revoltosos, como quer o senhor que eles continuem a governar?”

“Não, senhor, Ouro-Prêto virá falar-me”⁷²⁶.

De fato, pouco depois chegava o antigo Presidente do Conselho. Seriam cêrca das 4 horas da tarde. A ordem de prisão que lhe tinham dado no Quartel-General fôra, como já dissemos, relaxada, e só mais tarde, por volta das sete, é que seria novamente prêso, para ser, em seguida, deportado para o Estrangeiro⁷²⁷. Chegando

(mordomo do Imperador), de Taunay, de Garcez (vedor da Casa Imperial); a Viscondessa da Fonseca Costa, Dona Josefina, dama de honra e amiga da Imperatriz; os Barões do Catete, de Jaceguai, de Loreto (Ministro do Império, o único membro do Ministério deposto, exceção de Ouro-Prêto e Lourenço de Albuquerque, que appareceu no Paço da Cidade), com a mulher, Amandinha, talvez a maior amiga da Princesa, Barão de Muritiba (vedor da Casa Imperial), com a mulher, dama da Casa Imperial a serviço da Princesa, Barão de Ivinheima (moço fidalgo da Casa Imperial); Baronesa de Suruí, irmã do Duque de Caxias e dama da Casa Imperial a serviço da Princesa; Comendador Sousa Ferreira; Caetano da Fonseca Costa; Tomás Coelho; Maria Cândida de Araújo Viana, dama da Casa Imperial; Pandiá Calógeras e a mulher, Titinha, amiga chegada da Princesa; José Calmon, filho do mordomo Nogueira da Gama, com a mulher, Dona Rosinha, também amiga da Princesa; Coronel Lassance, mordomo do Conde d’Eu. Alguns dos antigos frequentadores do Paço, prevendo que havia chegado o fim da Monarquia e não querendo se malquistarem com os novos donos do país, evitaram cautelosamente apparecer, dando para isso os mais variados pretextos; como êsse a que se refere Taunay (*Pedro II*), que alegou não poder ir ao Paço porque estava de calças azuis alecrim, e “era contra a etiqueta apresentar-se assim”. A que Taunay observou, indignado: “Quem é que repara em côr de calças neste dia de terremoto!”

(726) Carta à Condessa de Barral.

(727) Seria prêso em casa do cunhado, Barão de Javari, e recolhido ao quartel do 1.º Regimento de Cavalaria. Embarcaria para a Europa no dia 19, num vapor alemão, cujo comandante teria ordem de não tocar em nenhum porto brasileiro. Quintino Bocaiúva, novo Ministro das Relações

ao Paço, inteirou o Imperador de tudo o que se havia passado naquela manhã, acabando por renovar o pedido de demissão. O Imperador ainda tentou dissuadi-lo disso, mas êle fêz ver que sendo o Ministério alvo da hostilidade das Fôrças Armadas, ser-lhe-ia impossível manter-se no Poder; não poderia sequer responder pela ordem pública. “O único serviço que poderei prestar neste momento a Vossa Majestade, disse, é aconselhar a organização de um Ministério”. Perguntou-lhe o Imperador quem êle indicaria para substituí-lo.

“O Senador Silveira Martins; é o homem da situação”.

Chefe liberal gaúcho, Gaspar da Silveira Martins, acabava de deixar o govêrno da Província do Rio Grande do Sul, onde nascera e a qual representava no Senado do Império. Nessa ocasião estava justamente vindo para a Côrte, a fim de ocupar sua cadeira no Senado. Embarcara em Pôrto Alegre no dia 12, na companhia dos novos deputados rio-grandenses que vinham para a abertura do Parlamento no dia 20. Nesse dia 15 o navio que os transportava devia estar chegando à cidade de Destêrro (atual Florianópolis), não podendo, assim, Gaspar estar no Rio antes de 17, no mínimo⁷²⁸.

Exteriores, iria buscá-lo ao quartel e o conduziria em seu carro até o Arsenal de Marinha, lugar do embarque, sendo a despedida entre os dois, no dizer de Rocha Pombo, “bastante cordial”.

(728) O vapor que o trazia chegou, de fato, a Destêrro no dia 15, quando lhe foi entregue um telegrama de Pôrto Alegre, dizendo que a Tropa-de-linha (o Exército) na Côrte se havia revoltado, Ladário tinha sido assassinado e Ouro-Prêto destituído e prêso; e instando por que êle voltasse imediatamente para o Rio Grande. Embora apreensivo com tais notícias, não se deixou Gaspar deprimir. Disse que o seu dever era prosseguir viagem para o Rio; e desistindo de descer à terra, para pernoitar, como pretendia, deixou-se ficar a bordo, esperando que o viessem prender, como o tinham prevenido. Ainda seus companheiros de bordo insistiram por que êle ficasse em terra e se subtraísse à prisão, para o que não lhe faltavam possibilidades. Recusou, dizendo que não era homem para fugir nem se esconder, e que a sua prisão se justificava dada a gravidade dos acontecimentos ocorridos na Côrte. Assim que, na madrugada de 16, êle foi retirado de bordo e recolhido prêso ao quartel da guarnição militar ali, até à chegada da comissão de oficiais do Exército, a

“Lembra bem”, disse o Imperador; “avise-o para vir falar-me”.

Ouro-Prêto ponderou que estando Silveira Martins em viagem para a Côrte, só devia chegar “amanhã” ou “depois”.

“Bem”, rematou o Monarca, “logo que chegar diga-lhe que venha se entender comigo. Advirto-lhe, porém, que só lhe concedo demissão porque o senhor entende que não pode continuar”⁷²⁹.

A indicação do nome de Gaspar Martins para formar o nôvo Ministério, num momento como aquêle, só podia ser classificada de desastrosa. Antes de tudo por se encontrar ausente da Côrte, onde só poderia chegar, na melhor das hipóteses, dentro de dois ou três dias, num momento em que a gravidade e a precipitação dos acontecimentos aconselhavam que não se ficasse tanto tempo sem Govêrno, o País desamparado, e os republicanos livres de se aproveitarem dêsse caos para implantarem o nôvo regime, como de fato iria acontecer. Porque a verdade é que a República que seria instituída nessa noite, resultaria menos do pouco que iriam fazer os republicanos, do que do nada que fizeram os monarquistas.

Isso por um lado. Por outro lado, havia a circunstância, ainda mais agravante, de se tratar de um inimigo

bordo do cruzador *Parnaíba*, que o levaria para o Rio, onde chegaria no dia 27, sendo recebido a bordo por Quintino Bocaiuva, que o acompanharia até a sua casa à Praia de Botafogo, onde ficaria detido, soh palavra, até embarcar para o estrangeiro, deportado pelo Govêrno Provisório.

(729) Ouro-Prêto, *op. cit.* — A título de curiosidade, aqui se transcreve a impressão que Silveira Martins causou ao Imperador quando este o viu pela primeira vez, em janeiro de 1862. Martins tinha então 27 anos de idade; era Juiz Municipal na Côrte, e fôra no Imperador queixar-se dos prejuízos que lhe dava a substituição dos Juizes de direito. “Fala com vivacidade e bem — diz o Monarca — dotado de intelligencia pouco comum e muito estudioso, segundo me disse o Siqueira [*José Joaquim de Siqueira, seu camarista*]. É moço aproveitável, mas que por ora, ao menos, deve ser tratado em prudente distância, pois não conhece o *suaviter in modo*” (Dom Pedro II, *Diário de 1862*).

figadal de Deodoro. Ora, por mais que se menosprezasse o papel que êste desempenhara, na manhã dêsse dia, no Quartel-General do Exército, por menos importância que se desse ao alcance e significado do golpe de Estado militar, não era possível esquecer que Deodoro levara o melhor nessa quartelada, porque havia, afinal, conseguido o seu objetivo imediato, obrigando o Ministério a demitir-se. Ele tinha, portanto, que contar na seqüência dos acontecimentos, tinha que ser ouvido, e era imprescindível obter a sua aquiescência ou pelo menos com a sua tolerância em qualquer tentativa que se fizesse para o restabelecimento da ordem constitucional destruída. Mas como seria isso possível, quando se ia escolher para chefe do futuro Governo justamente um de seus mais rancorosos inimigos?

Silveira Martins e Deodoro haviam cortado relações quando o último se encontrava ainda no Rio Grande do Sul, como Comandante das Armas da Província. Haviam brigado. E briga que se não perdoa, porque resultara de uma rivalidade entre os dois em tôrno de uma senhora, pertencente a uma das mais conhecidas famílias da terra, rivalidade em que Deodoro, parece, levara o pior. Desde então nunca mais se haviam tolerado. Fazia três anos que Silveira Martins subira à tribuna do Senado para atacá-lo por causa da solidariedade que o General emprestara a Sena Madureira nas críticas que êste fizera ao então Ministro da Guerra causticando-o com palavras de extrema crueldade e pondo em derrisão as suas qualidades militares. Já antes, o Deputado Cândido de Oliveira, depois Ministro da Justiça de Ouro-Prêto, havia chamado a atenção do Governo para a atitude de Deodoro, a propósito dêsse caso, fazendo ver que cumpria ao Governo ou desmentir os fatos ou “exonerar imediatamente o Comandante das Armas e fazê-lo responder a Conselho, a que devem ser levados os comandantes que não sabem

direitamente cumprir os deveres militares". Silveira Martins fôra mais longe. Depois de censurar o procedimento de Deodoro acrescentara, sob os risos de tôda a sala, que "quanto às habilitações dêsse Marechal em negócios de sua profissão, recorde que comandante de uma divisão de observação, dividira-a em duas brigadas, confiando o comando de uma a um paralítico, e a outra a um octogenário, que caiu do cavalo parado". Terminara dizendo que "um Governo forte haveria logo demitido êsse comandante, mandando-o prêso recolher à Capital do Império para ser submetido a Conselho".

Justificando-se, mais tarde, de haver indicado o nome de Silveira Martins para substituí-lo no Governo, Ouro-Prêto dirá que "ignorava o estado de relações entre os dois", o que surpreendia, pois era uma coisa por demais sabida e comentada entre os políticos, não tanto pela briga em si, mas sobretudo pelo fato que lhe dera motivo. Aliás, bastaria a campanha de descrédito que Silveira Martins havia movido no Senado contra Deodoro, para Ouro-Prêto compreender que o senador gaúcho era o homem menos indicado para formar Governo naquela ocasião; um Governo que teria que contar, para poder sobreviver, senão com a adesão ou colaboração do Marechal, pelo menos com a sua tolerância, coisa, já se vê, impossível de obter-se. Salvo se a intenção de Ouro-Prêto, ao indicar Silveira Martins, fôra que êste enfrentasse e subjugassem a revolta dos quartéis, punindo Deodoro pelo seu ato de rebeldia, hipótese de tal modo absurda, que não merecia ser sequer considerada.

Ainda como justificativa, Ouro-Prêto acrescentará que ao indicar o nome do seu colega gaúcho tivera em vista "a fôrça que lhe daria a grande amizade que o ligava ao Visconde de Pelotas", o qual era, por sua vez, amigo de Deodoro. Mas também aí não lhe cabia razão, porque não seria Pelotas que iria predispor o espírito de

Deodoro a favor de Silveira Martins. Tanto mais quanto as relações entre os dois oficiais generais, se eram boas naquela ocasião, tinham estado antes estremecidas, e só se haviam restabelecido em data recente, quando Deodoro foi Comandante das Armas do Rio Grande.

*

Não havia, portanto, nenhum motivo que justificasse a indicação do nome de Silveira Martins. A menos que tivesse pesado no espírito de Ouro-Prêto a circunstância daquele desfrutar de grandes simpatias nas fileiras republicanas, não sendo segrêdo os sentimentos que sempre nutriu por êsse credo político. De fato, e ainda num discurso que pronunciara no Senado fazia agora quatro anos, condenando a Princesa Isabel, então Regente, por haver obrigado Cotegipe a demitir-se do Govêrno dissera êle que o Brasil estaria “em breve” *libertado* do regime monárquico, para colocar-se em igualdade política com os demais países americanos. Silveira Martins, como tantos outros políticos do tempo, tendo embora suas simpatias ou suas preferências pelo regime republicano, transigia com a Monarquia durante a vida do Imperador, a quem pessoalmente tributava grande respeito por suas excelsas qualidades de homem público. A *Gazeta da Tarde* dizia, referindo-se a essa política bifronte do senador gaúcho, que êle era monarquista por fora e republicano por dentro.

Podia-se, portanto, esperar que organizando o nôvo Ministério, êle o fizesse com a inclusão de alguns de seus amigos republicanos, especialmente os da corrente moderada, como Quintino Bocaiúva, que possivelmente não lhe recusariam o concurso, persuadidos de que ao nôvo Gabinete estaria destinada a missão de preparar o

País para a adoção do novo regime, com o falecimento, que não devia tardar muito, do Imperador. Não nos esqueçamos de que àquela hora Deodoro não se havia ainda decidido definitivamente pela República, e esta aparecia, aos olhos dos republicanos, como quase inviável.

Mas tudo isso eram meras especulações. O que havia de positivo era o País inteiramente desamparado, sem Governo, à espera de que chegasse ao Rio o Conselheiro Silveira Martins, tudo por culpa dessa desastrada indicação de Ouro-Prêto e a quase inconsciência do Imperador em aceitá-la. Cabe aqui indagar porque Ouro-Prêto, a quem, afinal, não faltavam qualidades de inteligência, de bom senso e de percepção das coisas, não se lembrou de propor, de preferência, o nome de Saraiva, que se encontrando no Rio (havia voltado de Europa justamente naquela ocasião) poderia ocupar-se imediatamente da formação de um novo Governo, com o concurso, evidentemente, de Deodoro, o que lhe daria tôdas as possibilidades de sucesso. Como se veio, aliás, a tentar muitas horas depois, na madrugada de 16, mas quando a República já havia sido instituída e tudo estava perdido.

Porque pelo seu passado de homem público, por sua habilidade política e o prestígio que desfrutava em todos os círculos do País, Saraiva era, certamente, naquele momento, o único homem no Brasil em condições de poder ainda recompor a ordem constitucional destruída. A explicação de não ter Ouro-Prêto proposto seu nome ao Imperador talvez estivesse no fato de ser sabida a pouca simpatia de que êle gozava no Paço Isabel, coisa que se tornara mais ou menos pública quando, seis meses antes, Saraiva se vira forçado, justamente por êsse motivo, a declinar da missão de organizar um Ministério; foi então chamado Ouro-Prêto que, sabia-se, tinha as preferências da Princesa Imperial.

Mas, fôsse como fôsse, o certo é que a indicação de Silveira Martins foi a mais desastrada possível, podendo-se mesmo dizer que foi uma das causas imediatas talvez a principal, da implantação do nôvo regime entre nós, pelo menos nessa ocasião. Levada, como era de esperar, ao conhecimento de Deodoro, não se precisou de mais para êle se decidir definitivamente pela República.

Quando o Conde d'Eu soube, pelo Conselheiro Olegário, que Ouro-Prêto indicara o nome do senador gaúcho para formar o nôvo Ministério, correu ao Imperador e exclamou:

“Como pensar em ficar três dias sem Govêrno nas presentes circunstâncias?”

“Vamos esperar”, respondeu calmamente o Imperador.

“Mas dizem que um Govêrno provisório já está formado, com Deodoro, Bocaiúva e Benjamim Constant! Amanhã pela manhã, senão mesmo esta noite, o Senhor verá as proclamações afixadas!”

E apoiado pela Princesa, que lhe estava ao lado:

“Convoque ao menos o Conselho de Estado, para esclarecê-lo”.

O Conde d'Eu estava persuadido de que os Conselheiros, se ouvidos, não duvidariam em aconselhar ao Imperador a formação imediata de um Govêrno, se se quisesse ainda salvar a Monarquia, o que implicaria pôr de lado a solução Silveira Martins. Mas o Imperador não arredava pé: “Mais tarde, respondia êle”⁷³⁰.

Realmente, não havia meios de demovê-lo da decisão de esperar por Silveira Martins. Os conselheiros Olegário e Silva Costa não eram mais felizes. Tão pouco Lou-

(730) Carta citada.

renço de Albuquerque, que admitia a possibilidade de a República ser já uma realidade.

— Se assim fôr, respondia-lhe o Imperador, será a minha aposentadoria. Já trabalhei muito e estou cansado. Irei então descansar⁷³¹.

Andrade Figueira aparecia nesse momento no Paço. Tendo estado pela manhã no Quartel General, para oferecer sua solidariedade a Ouro-Prêto, apesar de se ter desavindo com êste, dias antes, numa sessão do Conselho de Estado, pôs-se a fazer ao Imperador o relato de tudo o que vira, acentuando a gravidade da situação, sobretudo a ameaça que representava a presença de Deodoro à frente da sedição militar.

— Não acredite, Sr. Figueira, dizia-lhe o Imperador. Manuel Deodoro é meu amigo; tenho-o protegido sempre e a tôda a família.

Figueira não queria duvidar dos sentimentos de lealdade do Marechal; mas era difícil, dizia, conciliar “tão exaltada fidelidade com o procedimento de um Marechal, que em seu juízo perfeito subleva o Exército contra o Govêrno legal para depô-lo pela fôrça, sair à testa das tropas pelas ruas da Capital, entrar pelas praças de guerra, quartéis e arsenais, cercado de indivíduos que faziam profissão de republicanismo e proclamavam em altas vozes a República, nas ruas e nas praças públicas.

— Mas ouviu-o proclamar a tropa? perguntava o Imperador.

— Não, isso não, respondia Figueira. Em sua presença, pelo menos, não.

— Aí está: é o que lhe digo, concluía o Imperador.

(731) Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*.

Diante de um tão grande otimismo, Figueira compreendeu que era inútil insistir. Não havia dúvida em que o Imperador estava convencido de que tudo o que visava Deodoro era afastar simplesmente Ouro-Prêto da chefia do Govêrno. Ponderou, então — tímidamente, dirá êle — que lhe parecia urgente a formação de um nôvo Gabinete, já que o anterior se considerava demissionário, não podendo assim o poder ficar acéfalo em tão difíceis circunstâncias.

— Já mandei chamar quem o deve compor, objetou-lhe o Monarca.

A uma observação de Figueira, de que Gaspar Martins não estaria na Côrte antes de três dias, e de que êste não era, aliás, o homem mais indicado para a ocasião, pois havia “um meio têrmo a guardar entre submissão e provocação”, respondia-lhe o Imperador que desde a criação do cargo de presidente do Conselho, em 1847, adotara por norma chamar para sucessor aquêle que era indicado pelo que se retirava, e que mesmo assim não escapara de ser acusado de exercer o poder pessoal. Figueira ainda objetou que a situação em que se encontravam era excepcional; que pela Constituição cabia a êle, Monarca, escolher livremente os Ministros, faculdade de que havia usado mais de uma vez, e que portanto podia muito bem fazer o mesmo agora. A que o Imperador se limitou a responder que Silveira Martins viria⁷³².

Ao Senador Correia, que também insistia por que êle organizasse imediatamente um nôvo Govêrno, o Imperador retrucava, com uma ponta de mau humor:

“Mas já ordenei!”

Teimoso, como sempre fôra, em algumas de suas opiniões êle se apegava agora a preceitos e a princípios

(732) Revelações de Andrade Figueira publicadas no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.

de ordem democrática, quando a situação era de completa subversão desses princípios. Não queria ir contra a indicação do nome de Silveira Martins, que lhe fizera o Presidente do Conselho demissionário, porque seria isso contrário à prática do regime. Mas a prática do regime mandava, também, que nessas ocasiões êle se consultasse com os Presidentes das duas Casas do Parlamento, e no entanto tal não fizera, deixando-se levar unicamente pela indicação de Ouro-Prêto.

A verdade é que uma tal atitude do Imperador resultava menos do seu respeito ao regime parlamentar que nos governava, muito embora sempre procurasse obedecê-lo, do que do fato de não acreditar na gravidade da situação; achava que ela iria se recompor por si mesma passado o momento de irreflexão que havia levado Deodoro a se sublevar contra o Ministério, e que tudo entraria de nôvo nos eixos. Aliás, um tal otimismo podia até certo ponto se justificar pela ausência, até aquela hora da tarde, de qualquer ato ou qualquer providência da parte de Deodoro, que pudesse significar a sua decisão de acabar com a Monarquia. Ao contrário, não somente não partira dêle nem uma palavra ou um simples gesto que pudesse ter essa significação, como tudo fazia crer que a sua fidelidade ao regime continuava inalterada. E a verdade é que tudo no Paço da Cidade se passava como se estivesse nos dias mais tranqüilos do Reinado, o mesmo se dando lá fora, na praça fronteira ao palácio, com o mesmo aspecto de sempre e os mesmos transeuntes que se dirigiam ou vinham da estação das barcas de Niterói. Nas imediações do Paço não se via nenhuma ostentação de fôrças, a não ser um piquête de 45 praças do 1.º Regimento de Cavalaria, comandado por um alferes, que longe de ter vindo ali com propósitos subversivos ao contrário, se apresentara dizendo-se

mandado por Deodoro para se pôr às ordens do Imperador⁷³³.

Justificava-se, portanto, o otimismo do Imperador. Na sua opinião tudo não passava de um simples motim militar limitado a uns poucos batalhões, que passaria por si mesmo, sem necessidade de qualquer ato de força, coisa que sempre o repugnou, bastando dissolver os batalhões sediciosos. Weisersheimb, Ministro da Áustria, diz que uma pessoa da sua confiança, presente nessa ocasião no Paço, ouvira o Imperador dizer: “Coisas como essa já se deram no passado mais de uma vez. Conheço os Brasileiros. Tudo passará tão depressa quanto veio”⁷³⁴. Mais ou menos o mesmo êle havia dito ao Comandante Bannen, quando punha o seu barco, o couraçado *Almirante Cochrane*, à sua disposição, para o caso de querer subtrair-se às forças sublevadas: “Isso é fôgo de palha. Conheço os meus patrícios”⁷³⁵. E a uma observação do Conselheiro Andrade Figueira, insistindo sôbre a gravidade da situação, o Imperador respondeu: “Não há nada, acredite; não sou marinheiro de primeira viagem”⁷³⁶.

(733) Diz a Baronesa de Muritiba (*Notas, cit.*), que quando o camarista Aljezur deu êsse recado ao Imperador, este observou: *Não tenho nada com isso e não reconheço no Deodoro qualidade para assim fazer.*

(734) Offício de 20 de novembro de 1889.

(735) *Notas, cit.* da Baronesa de Muritiba.

(736) João Dornas Filho, *Apontamentos para a História da República.*

Reunião do Conselho de Estado

Pouco depois das seis horas foi anunciado o jantar. O Conde d'Eu ainda insistia: "Permita-me ao menos que diga ao Olegário para convocar o Conselho de Estado!" E o Imperador, com a sua impassibilidade:

— Veremos isso depois.

Afinal, cansado de insistir inútilmente, o Conde d'Eu e a mulher tomaram a iniciativa, quando se levantaram da mesa, de expedir uma Circular aos dezessete conselheiros de Estado que estavam no Rio (excetuados os dois, Olegário e Andrade Figueira, que já se encontravam ali), convocando-os para uma reunião urgente no Paço da Cidade. Os exemplares dessa Circular, assinada pelo Barão de Muritiba, foram levados em mão pelos cocheiros do Paço. Já antes, porém, no correr da tarde, vários conselheiros se haviam reunido em casa do Visconde de Cruzeiro, à Rua do Bispo, no Rio Comprido, a pedido do Visconde, "a fim de deliberarem sobre o que havia a fazer". Foram todos acordes com que a situação era da maior gravidade para as instituições, e que convinha organizar quanto antes um Governo. Prevaleceu o nome de Saraiva como o mais indicado para essa difícil tarefa, com a condição, porém, de êle obter o concurso do Marechal Deodoro na Pasta da Guerra⁷³⁷.

(737) Visconde de Taunay, *Diário*.

Com essas idéias, e acudindo à Circular recebida, se transportaram, Cruzeiro e seus colegas, ao Paço da Cidade, onde inteiraram o Imperador do que haviam decidido. Consentiu êste então que se mandasse chamar o Conselheiro Saraiva, não precisamente para encarregá-lo da constituição do nôvo Ministério, mas apenas para ouvi-lo sôbre os sucessos do dia, tendo em vista, sobretudo, que se esperava a todo momento a presença do Marechal Deodoro no Paço, para entregar uma *Mensagem* ao Imperador, naturalmente sôbre a sua atitude pela manhã no Quartel-General do Exército. Dirigiu então o Barão de Loreto a seguinte carta a Saraiva:

“Confidencial. Exmo. amigo Sr. Conselheiro Saraiva. — O Imperador e a Princesa estimariam que V. Ex.^a viesse agora mesmo ao Paço da Cidade, no qual se espera compareça, daqui a pouco, o General Deodoro, a fim de apresentar a S. M. a sua *Mensagem*. Escrevo a meu sogro [*Marquês de Paranaguá*] pedindo-lhe para que também venha. Aqui já se acham Paulino, Olegário, Dantas, Silva Costa e muitos outros amigos do Imperador, fazendo-lhe companhia em tão crítica situação. Com subida estima e consideração, tenho a honra de ser, de V. Ex.^a, amigo muito obrigado — Franklin Dória”⁷³⁸.

Saraiva, que havia chegado da Europa naquele mesmo dia, apareceu no Paço cêrca das 9 horas da noite, tendo ficado ali por umas duas longas horas. De um modo geral mostrou-se otimista, parecendo-lhe que “a coisa não duraria”, sentimento que combinava, num certo sentido, com o do Imperador. Houve uma troca geral de opiniões. O Conselheiro Dantas já não estava tão tranqüilo quanto se mostrara pela manhã, no Paço Isabel. Tendo dado uma volta pela cidade, na companhia de seu colega Correia, “para nos inteirarmos dos

(738) Max Fleuss, *História Administrativa do Brasil*.

sucessos mais recentes”, dirá êle depois, voltou receoso de que o fim do Império houvesse realmente chegado. Para Taunay não havia outra coisa a fazer senão um entendimento imediato com Deodoro, o qual era, afinal, o senhor da situação. O Conde d’Eu apoiava calorosamente essa idéia⁷³⁹, mas a Princesa lhe era infensa. Afinal, depois de muita discussão, que se fazia agora numa sala do Paço à revelia do Imperador, o Conde d’Eu se decidiu por uma providência de ordem prática: visto como Deodoro não apparecera ali até àquella hora da noite (Saraiva já se havia retirado), Correia e Dantas, como representantes dos dois partidos constitucionais, Conservador e Liberal, iriam procurá-lo em sua casa, para se inteirarem de seu estado de espírito e verem se era ainda possível uma recomposição ministerial com a sua participação. Partiram ambos. Mas não tardaram em voltar, dizendo não lhes ter sido possível avistar-se com o Marechal. Encontraram a casa fechada, e depois de muito baterem appareceu-lhes um empregado, dizendo que Deodoro não estava nem sabia onde se encontrava. A verdade é que se recusara recebê-los. Mesmo porque, àquella hora, já êle havia dado sua aprovação à implantação da República.

Desanimados com o fracasso da missão e com tudo o que souberam na cidade, voltaram os dois persuadidos de que os acontecimentos se haviam precipitado, e que a situação se tornara extremamente séria. Chamando Correia à parte, pediu-lhe o Imperador que lhe desse

(739) Diz o Príncipe Dom Luís em seu livro *Sous la Croix du Sud*, que foi o seu pai, o Conde d’Eu, “o único”, entre os que cercavam o Imperador no Paço da Cidade, partidário da idéia de se convidar Deodoro para uma conferência, enquanto os outros se opunham a essa “suprema tentativa”; e quando, finalmente, se resignaram a ela, já era tarde. Dom Luís foi, evidentemente, mal informado, porque se alguns foram, de fato, contrários a um entendimento com Deodoro, vários outros que estavam ali naquela ocasião advogaram desde logo essa idéia, que só não foi adotada a tempo em virtude da opposição da Princesa e do próprio Imperador.

francamente as suas impressões. Disse-lhe o Senador que não lhe parecia tratar-se “de uma simples mudança de Gabinete, nem mesmo de uma alteração na situação política, passando o Poder de uma para outra parcialidade”, quer dizer, do Partido Liberal para o Partido Conservador, e que se assim pensava antes de vir ao Paço, maiores motivos tinha agora para fortalecer-se na opinião de que as instituições fundamentais é que estavam em jôgo, com tôdas as suas consequências.

O Imperador, que tudo ouvira calado, não se deixou apesar de tudo convencer, parecendo a Correia que não dava “tamanho significação aos fatos”. “Não sei, dirá Correia mais tarde, se alguma razão especial, por mim desconhecida, atuava no espírito do Imperador para uma apreciação menos terminante”⁷⁴⁰.

Afinal, passando já das 11 horas da noite a Princesa, à fôrça de súplicas, conseguia convencer o pai da necessidade de reunir-se imediatamente os conselheiros de Estado ali presentes, cêrca de onze. Bom-Conselho (José Bento da Cunha e Figueiredo), Correia e Olegário já se tinham retirado para as suas respectivas residências, cansados de esperar.

“Vá acender a sala do despacho”, disse o Imperador para um criado.

Satisfazia êle, assim, os rogos da filha. Mas satisfazia sem se dar por vencido, sem se demover da idéia fixa em que se firmara, segundo a qual o motim militar daquela manhã não tinha maiores consequências e que tudo o que havia a fazer era aguardar a chegada do Senador Silveira Martins para se constituir um nôvo Govêrno. Se os conselheiros insistiam em se reunir, que o fizessem,

(740) Reminiscências do Senador Correia, lidas no Instituto Histórico Brasileiro.

mas para êle era uma pura desnecessidade, pois não passaria de uma reunião meramente acadêmica, que nada serviria para alterar o curso dos acontecimentos. E para mostrar seu despreço por essa reunião, em vez de abri-la e encaminhá-la desde logo para o assunto palpitante do dia, afinal, que lhe dera motivo, começou a falar de coisas que nada tinham a ver com o objetivo da reunião. “Desconversava, referindo-se a sucessos estranhos ao grave momento, e caía depois em comentários sôbre a viagem que fizera durante o dia”, quando desceria de Petrópolis pela estrada de ferro então chamada do Norte, que êle estava farto de fazer e que era mais do que conhecida de todos os que ali estavam.

“Não gosto da viagem por terra”, dizia no tom mais despreocupado dêste mundo. “Não há uma paisagem que alegre a vista. Apenas ao passar-se em Sarapuí, tem a recordação do Convento do Pantanal, convertido por meu pai em palácio de recreio...⁷⁴¹”

Os conselheiros ouviam-no com marcada impaciência e quase irritação, diante da displicência do Monarca em momento de tão graves apreensões como aquêle. Afinal, a uma interrupção irônica e ao mesmo tempo impertinente de Taunay, dizendo que deixasse aquêle assunto para uma sessão do Instituto Histórico, êle se decidiu afinal a entrar no objeto da reunião, e por cêrca de duas horas foi o mesmo amplamente debatido por todos os conselheiros presentes.

O parecer unânime foi que se precisava constituir o mais depressa possível um nôvo Govêrno. Alguns foram de opinião que se devia entender primeiro com Deodoro. A isso o Imperador foi logo dizendo: “De minha parte, não; não transijo com revoltosos”. A sugestão de encar-

(741) João Dornas Filho, *opt. cit.*

regar-se Saraiva de constituir o novo Ministério, objetou êle: "Isto parece contradição, pois já concordei com o Sr. Ouro Preto em que se devia chamar o Sr. Silveira Martins"⁷⁴². Mas, diante das ponderações dos conselheiros, quanto à impossibilidade de se esperar pela chegada do senador gaúcho, o Imperador acabou por não mais insistir.

Numa fôlha de papel existente no arquivo da Casa Imperial estão as notas que êle mesmo ia tomando, com uma letra trêmula e indecisa, o que traduz, talvez, a emoção que o dominava, das opiniões emitidas pelos conselheiros. É muito possivelmente o único documento escrito que ficou dessa célebre reunião, a última do Conselho de Estado do Império, êsse órgão que foi, por assim dizer, o orientador de tôda a política da Monarquia, interna e externa, e graças ao qual o Brasil pôde apresentar ao mundo civilizado uma estabilidade, uma coe-rência e uma continuidade de ação que era então um exemplo único em tôda a América. Essas notas do Imperador foram tomadas no decorrer da sessão, à medida que os conselheiros presentes iam dando as suas respectivas opiniões.

Em resumo são as que se seguem. O Conde d'Eu entendia que se devia organizar um novo Governo mas sem irritar Deodoro; que se apelasse para os bons sentimentos dêste⁷⁴³. Paulino de Sousa achava que a primeira

(742) Taunay, *Diário*.

(743) O jornalista João Horácio, na correspondência mandada para o *Correio Paulistano* a que nos referimos no capítulo "O Pretendente", datada de 20 de maio de 1890, faz referência a essa última sessão do Conselho de Estado do Império e a algumas das opiniões aí emitidas, ouvidas, muito possivelmente, de um dos Conselheiros presentes, e que completam, num certo sentido, o que o Imperador deixou escrito em suas notas. Assim, segundo êle, o Conde d'Eu, "após um discurso muito prolixo", declarou que Deodoro era, antes de tudo, brasileiro, e que se devia apelar para o seu patriotismo em uma situação que lhe parecia das mais graves, "embora ainda perfeitamente conjurável".

necessidade era a constituição de um novo Gabinete coisa que não havia, pois Silveira Martins não chegara e não se podia ficar sem Governo. Cruzeiro constatava a existência de uma sedição militar; cumpria pois haver ministros responsáveis e não havia ministros. Convinha também que o novo Ministério se entendesse com Deodoro. Dantas entendia que se devia chamar alguém que se pusesse de acordo com Deodoro para a organização do novo Governo, e que tudo devia estar feito no dia seguinte. Paranaguá sugeria um Ministério de coalisão, que inspirasse confiança a todos. Andrade Figueira se opunha à idéia de coalisão; mas que se pactuasse com os revoltosos, os quais, segundo lhe constava, haviam dado ordem de prisão contra êle, por ser inimigo de Deodoro. Silva Costa pensava da mesma maneira: que se deixasse ao organizador ver os melhores meios de sucesso⁷⁴⁴. Leão Veloso, Cavalcanti, Duarte de Azevedo e Beaurepaire, “pensavam como os demais” — diz o Imperador em suas notas⁷⁴⁵.

(744) É o que diz o Imperador em suas notas. Contudo, Heitor da Silva Costa, em carta aberta ao autor destas linhas, publicada no *Jornal do Comércio*, do Rio, de 12 de janeiro de 1936, diz que seu pai foi dos que opinaram que “nenhum entendimento deveria ser feito com um General revoltoso”, sendo partidário de um Gabinete sob a chefia de Silveira Martins.

(745) O Conselho de Estado se compunha, nessa época, de 24 membros, 12 ordinários e 12 extraordinários, havendo entre estes uma vaga, proveniente da morte recente de Vieira da Silva. Além dos Conselheiros citados pelo Imperador em suas notas, havia também comparecido a essa sessão o Conselheiro João Alfredo que, segundo João Horácio, se manifestara “pelo convite ao Sr. Saraiva, deixando-se-lhe toda liberdade na composição do novo Gabinete”. Deixaram de comparecer Couto de Magalhães (então Presidente de São Paulo), Lafayette e Silveira Martins, ausentes da Corte; Bom-Conselho, Correia e Olegário, que tendo passado grande parte da tarde no Paço, já se haviam retirado, cansados de esperar por uma decisão do Imperador; Muritiba, que tinha ido à casa preparar-se para seguir para a Europa com a Família Imperial; e mais Ouro-Prêto, já novamente preso àquela hora, São-Luis-do-Maranhão (Nunes Gonçalves), Franco de Sá, e Ribeiro da Luz, que haviam deixado de atender à circular por motivos que ignoramos. — Na citada correspondência para o *Correio Paulistano*, João Horácio cita um episódio que pode ser verdadeiro, mas sobre o qual não encontramos nenhuma outra referência e aqui o deixamos a título apenas de curiosidade. Diz êle que no final da sessão do Conselho,

a Princesa Isabel, também presente, recebeu um bilhete "do Dr. Pederneiras, do *Jornal do Comércio*, concebido, mais ou menos, nos seguintes termos: *A República está proclamada. Deodoro chefe do Governo Provisório, Ministério republicano organizado com Bocaiuva, Rui Barbosa, Benjamim Constant, Aristides Lobo, Wandenkolk, Campos Sales e um engenheiro do Rio Grande do Sul. Ouro-Prêto novamente preso no 2.º Regimento de Cavalaria. Há ordem de prisão contra Cândido de Oliveira. Silveira Martins já foi preso em Santa Catarina. Os revoltosos estão senhores do telégrafo, correio e repartição da Polícia. Já há patrulhas armadas por toda a parte. Reina grande entusiasmo por toda a cidade.* "Quando a Princesa acabou de ler este auto de encerramento do Império, — acrescenta João Horácio, — com aquela firmeza que lhe era habitual, sem deixar-se trair, sequer, pela comoção da voz, o Conselho de Estado estava quase todo em debandada, e entrava o Sr. Mota Maia para reclamar o seu doente, a quem vinha receber, como nas noites calmas do verão em Petrópolis, repouso absoluto. Na sala reinava o silêncio da nave de um templo onde se depositara um cadáver. As velas dos candelabros, quase extintas, bruxoleavam convulsas e sinistras, como tochas mortuárias. A Monarquia estava no depósito: o Paço era o seu necrotério".

Saraiva é encarregado de organizar um novo ministério

A sessão encerrou-se com a aprovação, pelo Imperador, do nome de Saraiva para organizar o novo Governo. Como vimos atrás já elle havia estado ali à noitinha, trocando impressões sobre os acontecimentos, não lhe havendo, entretanto, o Imperador falado em formar Gabinete, pois àquella hora elle não havia aberto mão do nome de Silveira Martins. Mas decidido que ficou recorrer-se ao político baiano, foi buscá-lo em seu hotel de Santa Teresa o Marquês de Paranaguá. Aquella hora tardia da noite não havia mais condução, e o Marquês teve, assim, de subir o morro a pé, para só estar de volta com Saraiva cêrca de uma e meia da madrugada.

“O Conselho de Estado pleno”, disse-lhe o Imperador, “acaba de aconselhar-me a organização de um novo Ministério, e mandei chamá-lo para que se encarregasse dessa tarefa. Conhece a confiança que me merece e, pois, dou-lhe carta branca. Farei tudo o que o seu patriotismo me aconselhar”.

Respondeu-lhe Saraiva que nas difíceis circunstâncias que se atravessava, elle não faltaria com a sua coadjuvação, e quisesse Deus que tivesse a felicidade de ser ainda útil ao país e ao Imperador⁷⁴⁶. Aceitando uma

(746) Narrativa de Saraiva, publicada no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro. — “Desconfiava, dirá elle, haver sido tomada pelo Marechal Deodoro a resolução de proclamar a República. Mas muita gente ainda acreditava que no ânimo de S. Exa. não estava senão o propósito de mudar

tal incumbência, que devia ser para êle o maior dos sacrifícios, pois a situação se lhe apresentava como praticamente perdida, fêz depender tôda tentativa de sua parte de um entendimento prévio com Deodoro. Preci-sava, disse, “verificar as intenções do Marechal”. Ainda aí êle mostrava ser o homem cauteloso e precavido que sempre fôra.

Redigiu então uma carta, “molemente e sem convicção”, dirá a Baronesa de Muritiba, pela qual participava ao chefe revoltoso haver sido encarregado de formar o nôvo Govêrno, mas que não queria fazer nada sem se entender antes com êle, para o que pedia uma audiência para o dial 16. O Major Trompowski, genro de Andrade Figueira, foi encarregado de levar essa carta ao Marechal. Feito o que o Imperador, a Imperatriz, Dom Pedro Augusto e algumas das pessoas que lhes faziam ali companhia, recolheram-se aos seus quartos, para dormir, ficando de pé apenas o Conde d’Eu, a Princesa e os seus amigos mais chegados, à espera da volta de Trompowski⁷⁴⁷.

o Ministério”. — Essa atitude de pouco entusiasmo de Saraiva, quanto à possibilidade de se salvar ainda a Monarquia, foi muito comentada na ocasião; como será comentada, ou melhor, criticada a “pressa” com que aderiu à República, cinco dias apenas depois dela implantada. Sendo tido como um dos estadistas da Monarquia mais afeiçoados ao regime, e nos últimos anos do Império o preferido do Monarca, era de esperar que depois de êste caído guardasse uma atitude de discreta reserva, até pelo menos a morte do antigo soberano. Mas longe disso, se apressou em aceitar a República, com um telegrama passado a 20 de novembro ao deputado pernambucano Ulisses Viana, então no Recife, dizendo que o nôvo regime era um *fato consumado*, e recomendando aos seus amigos que o aceitassem e o servissem “lealmente”. Candidatou-se em seguida, fazendo-se eleger, à Constituinte republicana, onde iria, aliás, sentir-se de tal modo desambientado, que o levaria a resignar, passado pouco tempo, o mandato, recolhendo-se decepcionado ao seu Engenho de Ipojuca, na Bahia.

(747) Para se ver a quanto chegava a ilusão do Imperador, no sentido de achar que a Monarquia não estava em perigo; que tudo se arranjaría pelo melhor e que Deodoro pouco ou nada contava no desenrolar dos acontecimentos, basta considerar o seguinte: que êle não teve sequer a curiosidade de saber que resposta o Marechal daria à carta de Saraiva. Ou porque estivesse convencido de que êste não recusaria o seu concurso

Este appareceu cêrca das 3 da madrugada. Deodoro, que o recebera na cama, lhe dissera que não tinha nenhuma resposta a dar, visto como já se havia decidido em favor da República. “Os que o cercavam, dirá mais tarde a Princesa, e sua raiva por Silveira Martins, haviam-no já decidido”⁷⁴⁸. Externara-se amargamente contra os homens da Monarquia, muito especialmente contra o Conde d’Eu. *Il s’était beaucoup plaint de moi*, dirá êste a Condêssa de Barral, *me considérant comme l’auteur de l’oppression de l’armée, suposition entièrement erronée, contre laquelle je protestai aussitôt à haute voix*⁷⁴⁹. É o que diz o Conde d’Eu. Contudo, a Baronesa de Muritiba, que estava também presente quando Trompowski trouxe a resposta de Deodoro, que a Princesa, segundo ela, ouviu “com muita dignidade”, diz outra coisa: que o Marechal mandara dizer que não aceitava propostas nem cedia em coisa alguma, já tendo os seus planos feitos e as pastas distribuídas; e que “amanhã” (quer dizer, nesse mesmo dia 16), mandaria alguém dar essa resposta a Saraiva⁷⁵⁰.

*

Tôdas essas tentativas que se faziam no Paço no correr do dia 15 e na madrugada de 16 para a constituição de um nôvo Ministério, mostrava a terrível ilusão em que estava aquella gente, ao pensarem que ainda era possível, àquella altura, salvar as instituições monarchicas. *L’Imperatore*, escrevia o ministro da Itália, *non*

e aceitaria encontrar-se, no dia seguinte, com o seu emissário; ou porque não desse importância alguma a êsse encontro, o fato é que não quis se dar ao incômodo de esperar pela volta de Trompowski: recolheu tranquillamente ao leito e foi dormir, como se estivesse no mais tranqüilo de seus dias.

(748) *Alegrias e tristezas*, cit.

(749) Carta citada.

(750) Manuscrito cit.

*avendo idea del precipitare degli avvenimenti, trovassi insieme al resto della famiglia imperiale, nel "Palazzo di Città", adoperandosi fino a tarda ora di quella stessa giornata di venerdì, nel fare tentativi inutili di recomposizioni ministeriali pur troppo tardive*⁷⁵¹. Era uma ilusão. Mas uma ilusão até certo ponto justificável, porque até alta noite dêsse dia 15 continuava-se sem saber ali o que pretendiam exatadamente os vitoriosos daquela manhã. Muitas notícias chegavam ao Paço, umas possivelmente admissíveis, outras francamente absurdas, mas nenhuma explicava ao certo o que se passava.

Compreendia-se, assim, que o Imperador entretivesse ainda a ilusão de estar reinando. Por outro lado, não continuava êle instalado na sede do Govêrno, com todos os movimentos livres? A guarda do Paço não sòmente continuava a postos, ao igual de todos os dias, como fôra até reforçada com 45 homens mandados, conforme dissera o tenente que os comandava, pelo próprio Deodoro, para melhor garantir a pessoa do Imperador e da sua família. Fora, o movimento da praça fronteira ao palácio continuava a ser o mesmo de sempre, accrescido apenas de pequenos grupos de curiosos a observarem se algo de anormal ali se passava. Durante todo o dia 15, inclusive pela noite adentro, não apparecera no Paço nenhum emissário dos revoltosos, e se êstes houvessem, acaso, constituído um nôvo Govêrno, republicano ou não, não era possível que o tivessem feito sem ao menos notificarem disso o Imperador, ainda que para dizer-lhe simplesmente que êle já não mais reinava.

Acrescia que tanto os jornais do dia 15 como os da manhã de 16, ou silenciavam sôbre os acontecimentos, o que valia não lhes dar maior importância, ou os apresentavam de modo contraditório, chegando mesmo alguns

(751) Offício de 18 de novembro de 1889.

a fantasiarem fatos que não podiam sequer merecer um mínimo de crédito. *O Globo*, por exemplo, em sua edição do dia 15, anunciava que a República seria proclamada “amanhã diante da Assembléia reunida”. Mas proclamada por quem? Diante de que Assembléia? Não dizia. Da Câmara e do Senado, que estavam em sessões preparatórias? Não era possível. Mas já na edição do dia 16, que era o *amanhã*, êsse jornal não falava mais em proclamação da República: dizia apenas que a Nação seria consultada “sôbre a forma de govêrno que ela quer adotar”; e que enquanto não chegava êsse momento, o Imperador e os seus conselheiros deviam “esperar com calma e aguardar com resignação o voto da opinião pública”.

Para a *Gazeta de Noticias*, dirigida por Ferreira de Araújo, jornal que era suposto estar bem informado pois nêle colaborava Rui Barbosa, a situação se apresentava muito confusa, e ainda na edição do dia 16, não sabia que rumo ela tomaria; porque, dizia, corriam “boatos descontraídos sôbre a solução que terá a questão”. Anunciava que o Gabinete Ouro-Prêto fôra deposto, mas admitia a possibilidade de se “organizar um Ministério monárquico, agora ou depois de uma eleição”, muito embora reconhecesse que seria impossível a êsse Ministério governar — “a não ser pela violência”. Acrescentava depois: “Ouvimos de cavalheiros que tomaram parte conspícua no movimento de ontem, que o Govêrno Provisório se propõe consultar a Nação pelas urnas sôbre a forma de Govêrno que ela quer adotar, decisão que o Govêrno Provisório, por si e em nome da Fôrça Armada, se compromete a aceitar”. Como se vê, repetia a mesma notícia dada pelo *O Globo*, o que faz supor que a idéia de um *referendum* ou de um plebiscito, para o País decidir entre a Monarquia e a República, era de fato a que prevalecia entre os republicanos no correr do dia 15.

Quanto ao *Correio do Povo*, de Sampaio Ferraz, o qual iria ser daí a dois dias o Chefe de Polícia do Govêrno republicano, se limitava, ainda no dia 16, a anunciar simplesmente a queda do Ministério, sem dar qualquer outra espécie de informação, por falta, evidentemente, de elementos dignos de crédito. Finalmente a *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio: para êle, o Imperador só abdicaria a 2 de dezembro, data do seu aniversário natalício, quer dizer, daí a 17 dias.

O bruxolear de uma república

Deodoro, como se disse, havia-se retirado para a sua casa do Campo de Santana em seguida ao desfile que fizera, à frente das tropas, pelas ruas centrais da cidade. Recolhera-se ao leito num estado de grande prostração. Na sala da frente vários oficiais e uns poucos paisanos trocavam impressões em voz baixa. Ninguém ousava penetrar em seu quarto, onde estava apenas a mulher, solícita, desvelada, tentando aliviar a grande dispnéia que o atormentava. Em tais circunstâncias, era impossível, evidentemente, tomar qualquer decisão sobre a situação que se criara em seguida ao golpe de Estado, e que a todos aparecia como a mais caótica. Deodoro era, afinal, o senhor dos acontecimentos, e nada se podia fazer sem a sua prévia aprovação.

Foi somente por volta das três horas da tarde que começou a haver um pouco de luz em tôda aquela confusão. Foi quando Benjamim Constant, que depois dos acontecimentos da manhã andou por algum tempo pela cidade, passando pela Rua do Ouvidor ali encontrou, na calçada da *Cidade do Rio*, Aníbal Falcão, que cercado de um pequeno grupo comentava os sucessos que se tinham dado no Quartel-General. Parando um momento, e apertando a mão de Falcão, disse-lhes Benjamim: “Agitem o povo, que a República não está proclamada”. Ouvindo isso, entrou Falcão na redação do jornal e expôs, como èle diz, aos presentes, a situação: “Era necessário

um movimento popular, audaz e rapidamente organizado, a fim de que antes de qualquer deliberação do Governo, fôsse proclamada a República". Mas onde? Propôs então a José do Patrocínio, "que era então membro da edilidade", que fôsem todos para a Câmara Municipal e ali "proclamassem" a República⁷⁵². A idéia foi prontamente aceita. Saíram então Patrocínio, Falcão, Pardal Mallet, Silva Jardim e outros republicanos que ali se encontravam, seguidos de uma malta de populares, em direção à Câmara, que era então no Campo de Santana, onde hastearam uma suposta bandeira republicana que um deles havia trazido do Clube Lopes Trovão⁷⁵³. E entre vivas à República e outras manifestações de entusiasmo, firmaram uma espécie de Ata ou Moção, que Falcão havia redigido às pressas na redação da *Cidade do Rio*⁷⁵⁴ endereçada aos "Srs. representantes do Exército e da Armada Nacional", dizendo que "o povo, reunido em massa na Câmara Municipal, fêz proclamar, na forma da lei ainda vigente [*sic*], pelo vereador mais moço [*que era o citado Patrocínio*], após a gloriosa revolução que *ipso facto* aboliu a Monarquia no Brasil — o governo republicano"; e que "convencidos de que os representantes das Classes Militares, que virtualmente exercem as funções de Governo no Brasil, sancionarão êste ato, esperam os abaixo-assinados a pronta e imediata proclamação da República". Os "abaixo-assinados", quer dizer, "os órgãos espontâneos da população do Rio de Janeiro", como êles próprios se intitulavam.

(752) Nota de Anibal Falcão a Teixeira Mendes, citada por José Leão em sua biografia de Silva Jardim.

(753) Essa bandeira, segundo José Leão, foi "horas depois" retirada da Câmara por ordem do Marechal Deodoro.

(754) "Convidei o Sr. José do Patrocínio a anunciar do prédio de seu jornal o que vamos fazer, — conta Anibal Falcão relatando o que se passara na redação da *Cidade do Rio* antes de seguirem para a Câmara Municipal, — e enquanto êle falava ao povo, eu redigia duas moções, a segunda das quais era da proclamação da República por nós outros, órgãos espontâneos da Nação brasileira" (José Leão, *op. cit.*).

Essa Ata ou abaixo-assinado não passava, no fundo, de um verdadeiro embuste. Antes de tudo porque o que houvera na Câmara Municipal não fôra nenhuma manifestação do “povo”, como aí se dizia, mas unicamente um movimento promovido por meia dúzia de jornalistas republicanos, que impressionados com o que lhes dissera Benjamim Constant, de que àquela hora da tarde não se havia ainda instituído a República, apesar do golpe de Estado vitorioso dado pela manhã pelo Marechal Deodoro, decidiram, seguindo o conselho do mesmo Benjamim, “agitar o povo” com essa improvisada sessão na Câmara Municipal, para o que se havia lavrado antecipadamente uma Ata em todos os sentidos falsa. Depois, e contrariamente ao que se dizia nesse documento, a “revolução” daquela manhã não havia abolido a Monarquia (como não havia tão pouco instituído a República), não podendo portanto os “representantes das Classes Armadas” estarem exercendo nenhuma “função de Governo”. Finalmente, a Ata era contraditória: ao mesmo tempo que dizia haver o “povo, reunido em massa”, *proclamado* o “Governo republicano”, apelava para as Classes Armadas no sentido de elas proclamarem a República. Ora, se esta já havia sido “proclamada” na Câmara Municipal, em nome do povo, pelo vereador mais moço, o mais que esse mesmo povo podia pedir agora aos militares, era que eles aprovassem ou homologassem essa proclamação. No fundo, tudo se resumia numa verdadeira comédia: essa Ata pré-fabricada por Aníbal Falcão, essa improvisada bandeira republicana, que não passava de um estandarte de clube e esse “povo” reunido na Câmara Municipal proclamando uma República em tudo e por tudo parecida com uma república de opereta.

A assinalar que o vereador mais moço, por intermédio do qual o povo “fêz proclamar o Governo republicano”, era esse mesmo José do Patrocínio, que esque-

cido das juras de veneração e de reconhecimento que fizera aos pés da Princesa Imperial, por êle chamada de Redentora, quando foi da libertação da sua raça, se apressava agora em destroná-la, à frente de uma “patuléia, essa vaga de todos os motins que vem sempre a fluxo no desassossêgo público, como as fôlhas sêcas arrebatadas nessas correntes de baixo para cima, na dinâmica das borrascas”, segundo o dizer causticante de Alberto Rangel. No meio dessa gente, dêsse “povo em massa”, havia um padre, que outro não era senão o Deputado João Manuel de Carvalho, o mesmo que se havia declarado republicano na sessão em que se apresentara o Gabinete Ouro-Prêto, mas que, pouco tempo depois dêsses sucessos na Câmara Municipal, confessava ao Barão de Muritiba que “ficara envergonhado por se achar em semelhante companhia”⁷⁵⁵.

Como era natural, a notícia de que se passava algo na Câmara Municipal não tardou em correr pelos cafés e pelas redações do centro da cidade, o que levou outros populares, de mistura com alguns oficiais do Exército, jornalistas e uma dezena de republicanos que andavam à cata de notícias, a se deslocarem para lá, a fim de verem do que de fato se tratava. Entre êsses republicanos estavam, além de Aníbal Falcão e Pardal Mallet, que tinham acompanhado José do Patrocínio — Lopes Trovão, Silva Jardim, Campos da Paz, Almeida Pernambuco, João Clapp, Olavo Bilac, Luís Murat, Magalhães Castro e Alberto Tórres.

Cêrca das 6 horas já se contava uma centena de pessoas na Câmara e suas imediações. Destacou-se então um numeroso grupo em direção à casa de Deodoro, que ficava no outro lado do Campo. Ali chegando, postaram-se em frente a reclamar a presença do Marechal. Mas

(755) Alberto Rangel, *op. cit.*

êle não veio. Nem estava, aliás, em condições de aparecer, prêso, como se encontrava, ao leito, atacado de um forte ataque de dispnéia. Apareceu-lhes, porém, Benjamim Constant, na sacada superior do prédio. Da rua falou Patrocínio, “em nome do povo”, disse, relatando o que se passara na Câmara Municipal. Respondeu-lhe Benjamim em poucas palavras, para dizer que o que havia até então era um Govêrno provisório, “o qual convocaria uma Constituinte, a fim de que pudesse a Nação deliberar definitivamente acêrca de uma forma de Govêrno”⁷⁵⁶. Mas os manifestantes não gostaram, parece, dessa promessa um tanto vaga e mais do que incerta, tendo em vista os rumos indefinidos que estavam tomando os acontecimentos. Houve protestos, voltando a falar Patrocínio, secundado com muito calor por Magalhães Castro, lembrando que a forma de Govêrno já havia sido escolhida pelo *povo*, e era a República. Fugindo sempre a uma definição e para encurtar razões, Benjamim encerrou a manifestação assegurando que “o voto do povo seria tomado na devida consideração”. Foi-lhe então entregue, por Patrocínio e João Clapp, a Ata ou Moção que se havia firmado na Câmara Municipal. Depois do que, dispersou-se o numeroso grupo de manifestantes, recolhendo cada qual à sua casa. Era já noite fechada.

(756) Era sabido — ou sabiam, pelo menos, aquêles que privavam de perto com êle nessa fase conspiratória — que no seu entender a República só deveria ser implantada depois que fôsse sancionada por uma consulta à Nação. Conta Ilha Moreira (*in* Leôncio Correia, *op. cit.*) que se achando em casa de Deodoro na tarde de 15 de novembro, viu o Tenente Jaime Benévolo aproximar-se de Benjamim e apresentar-lhe o Dr. Rodrigues Barbosa, que lhe entregou uma carta de Aristides Lôbo. Aberta e lida a carta, voltou-se Benjamim para o Dr. Barbosa e disse: “Nós não podemos impor uma forma de Govêrno ao povo. O Imperador ficará interditado, convocaremos uma Constituinte e esta é que terá que resolver sôbre a futura forma de Govêrno do Brasil”.

É instituída a república

Benjamim Constant dissera aos manifestantes que àquela hora já se havia constituído um “Govêrno provisório”, o que em rigor não era exato. Cogitavam, é certo, êle, Quintino, Glicério e Aristides Lôbo, da formação dêsse Govêrno. Mas, por enquanto, estava, ou melhor, continuava tudo no ar. Ainda porque qualquer iniciativa que se tomasse visando a constituição dêsse Govêrno, teria que contar, antes de tudo, com a aquiescência do Marechal Deodoro, e esta êles ainda não tinham. O que de fato havia, nesse cair da tarde do dia 15 era, de um lado, o Imperador e seus conselheiros do Paço da Cidade, tentando a constituição de um nôvo Gabinete; e, de outro lado, o Marechal Deodoro trancado em casa, sem nada decidir nem deixar que os outros decidissem. Um Monarca já praticamente desprovido de todo poder, mas pensando que ainda governava, e um marechal, praticamente, com todo o poder na mão, mas sem saber, ou não querendo saber, que o tinha. E o País, com isso, entregue à sua própria sorte. Podia-se bem entoar, por antecipação, uma quadrinha popular que iria fazer sucesso daí a três dias, depois que o Imperador partira para o exílio:

Saiu Dom Pedro Segundo
Para o Reino de Lisboa.
Acabou-se a Monarquia
E o Brasil ficou a-toa.

Mas a República não fôra “proclamada” pelo “povo”, na Câmara Municipal da Côrte? Bem, essa República, na verdade, não passara dali, ou não passara disso, quer dizer dessa “proclamação”, redigida às pressas, como dissemos, por Aníbal Falcão, na redação da *Cidade do Rio*. Porque a República verdadeira, a que seria um *fato consumado* no dia seguinte, essa, era ainda, como dizia Aristides Lôbo na carta que escrevia nesse mesmo dia para o *Diário Popular* de São Paulo, “um esbôço, rude, incompleto, completamente amorfo”. Mas não tinha havido pela manhã um golpe de Estado encabeçado pelo Marechal Deodoro, que destituíra o Gabinete que estava no Poder? Sim, explicava ainda Aristides, mas o golpe de Estado fôra apenas “um degrau, talvez não tanto, para o advento da grande era”. Em suma, não havia nada, nem Governo monárquico nem Governo republicano. O que havia era o caos, uma nação desamparada e sem dono, à mercê do primeiro audacioso que se apoderasse dela.

Foi por essa altura, ou pouco depois, que Deodoro ficou sabendo que o Imperador, aconselhado pelo Visconde de Ouro Preto, iria encarregar o Conselheiro Gaspar da Silveira Martins de formar o nôvo Ministério. Foi a conta. Exaltando-se com semelhante decisão, irritado ao extremo e ao mesmo tempo reccoso das conseqüências que poderia trazer-lhe uma tal nomeação, resolveu decidir-se definitivamente pela República, única saída que lhe restava para desvencilhar-se da empreitada em que o haviam metido. Compreende-se: Silveira Martins era inimigo pessoal seu, homem impulsivo e sabidamente perigoso, de feitio vingativo. Se êle fôsse amanhã o chefe do Governo e conseguisse sufocar uma revolta que apenas se iniciava, Deodoro não podia duvidar do que o esperava, e que era, afinal, o que se reserva a todos os heróis fracassados: condenação como traidor da Pátria.

Quer dizer, não passaria de “um general para ser fuzilado”, como lhe havia dito, pela manhã, Quintino Bocaiúva.

Foi Benjamim Constant quem lhe deu a notícia da escolha de Silveira Martins para chefiar o futuro Gabinete⁷⁵⁷, conforme confissão do próprio Deodoro ao seu velho amigo e camarada General Antônio José do Amaral, numa noite em que jantava em casa dêste, dois anos depois do 15 de Novembro. Acrescentou então Deodoro que “sòmente cogitara da República” naquela ocasião, isto é, quando tivera conhecimento da notícia; que Benjamim lhe dissera então:

— General, V. Ex.^a tem o direito de dispor de sua cabeça como melhor entender; mas não parece que tenha o direito de dispor das cabeças de seus companheiros que tomaram parte ativa na revolta contra o Governo.

(757) Num segundo artigo publicado no *Imparcial*, do Rio de Janeiro, e que citamos atrás, Salvador de Mendonça reproduz um depoimento do Almirante Jaceguai, pelo qual êste deixa supor que foi o Conselheiro Sousa Ferreira, redator-chefe do *Jornal do Comércio*, do Rio, quem deu a Deodoro a notícia de que o Imperador ia confiar a Silveira Martins a organização do novo Ministério, versão esta confirmada e completada com o que o jornalista deixou escrito e seu filho Mario estamparia no referido *Imparcial*, sob o título *Uma reminiscência histórica*. Ambas as versões estão certas, ao dizerem que Sousa Ferreira deu aquela notícia a Deodoro; mas o que não dizem, e também é certo, é que o Marechal, a essa altura, já sabia por Benjamim da escolha de Silveira Martins, o que o levava a decidir-se definitivamente pela instituição da República. A prova é que ao ouvir o que lhe dizia Sousa Ferreira, não se mostrou nem surpreso nem irritado; antes, com muita calma, disse apenas que *tudo ia em ordem*, cada coisa em seu lugar, dando a entender (o que certamente não foi compreendido por Sousa Ferreira), que a República era já uma realidade, não havendo, portanto, por que êle se preocupar com Gaspar. A versão dada por Jaceguai, que completa a de Sousa Ferreira, é a seguinte: — Terminado o desfile das tropas vitoriosas, na manhã de 15 de novembro, Deodoro se recolheu à casa, atacado de uma fortíssima dispnéia, tendo ali accorrido numerosas pessoas, entre as quais Quintino Bocaiúva, que o acompanhara durante o desfile, e o Almirante Jaceguai. Estavam os dois embaixo, à porta da rua, quando viram saltar de um tálburi o Conselheiro Sousa Ferreira, que ambos já conheciam. Sabendo que êle vinha do Paço da Cidade, interpelaram-no sôbre o que havia, e êste deu-lhe a notícia da escolha de Silveira Martins para chefiar o novo Ministério. Disseram-lhe então que subisse, para transmitir a notícia a Deodoro. Até aqui a versão de Jaceguai, que neste ponto difere um pouco da que deixou escrita Sousa Ferreira. Segundo êste, depois de ter estado no Paço da Cidade com Ernesto Sena, repórter do *Jornal do Comércio*, ambos a cata de notícias, e de terem sabido da escolha de Silveira Martins, decidiu Sousa

Tais palavras, diria Deodoro, “causaram-me profunda impressão; lembrei-me de que era inimigo de Silveira Martins, que organizando o Ministério era de esperar que não só eu, como os meus companheiros, teríamos de sofrer as conseqüências do espírito irrequieto de Gaspar”⁷⁵⁸.

Obtida a aquiescência de Deodoro, tôda a preocupação agora de Benjamim Constant era não perder mais tempo e formalizar rapidamente a existência da República. Mas como fazê-lo? A seu ver, o melhor caminho para isso seria uma consulta à nação, uma espécie de plebiscito, idéia antiga sua (“o homem do plebiscito”, era como o chamava Antônio Azeredo), um *referendum*; ou então a convocação de uma Constituinte. Na sua

Ferreira, a conselho de seu amigo o Comendador Leonardos, ir procurar Deodoro, para saber o que este pensava dessa escolha. Tomou para isso o primeiro tilburi que encontrou e mandou que tocasse para a casa do Marçal, que elle sabia ser no Campo de Santana, mas ignorava “em qual das faces estava situada”. Ali chegando, viu que saía um médico seu conhecido, o Dr. Teixeira, a quem perguntou se era ali que morava realmente “o General”. — É, respondeu o outro, pode subir. Eram mais ou menos sete horas da tarde. Ao penetrar na sala de visitas, deparou com um grande número de pessoas, militares e civis, entre os quais Benjamim Constant, ao lado de uma mesa cheia de papéis. Passados alguns momentos appareceu Deodoro, visivelmente doente. Tomou assento numa cadeira, ao lado da qual havia uma outra, em que sentou-se o jornalista. “A conversação fêz-se em voz alta, diz este, e foi acompanhada atentamente pelas pessoas que estavam junto à mesa, inclusive, é claro, por Benjamim”. — Sr. General, disse-lhe Sousa Ferreira (*), sou o redator principal do *Jornal do Comércio*, e desejando ser o mais exato possível nas informações que tenho de dar ao público, venho verificar junto de V. Exa., a autenticidade das notícias que correm. — E que notícias são essas? perguntou Deodoro com voz fatigada e sorrindo ligeiramente. — Diz-se que se trata de mudar a forma de Governo e que já há um Governo Provisório. — E que mais? volveu Deodoro. — Que o Sr. Visconde de Ouero-Prêto pediu demissão e indicou o nome do Sr. Silveira Martins. — Olhe, meu caro Senhor, disse o General contando pelos dedos, A, B, C, tudo vai em ordem: nem B antes do A, nem C antes do B; tudo será mandado pelo *Diário Oficial* ao seu jornal. Conclui Sousa Ferreira: “Conheci que o General nada queria ou podia adiantar; e depois de mais duas ou três frases em que lhe pedia desculpa por tê-lo incomodado, retirei-me, e no *Jornal* esperei pelas notícias oficiais” — que elle receberia na noite dêsse dia, e eram a Proclamação assinada por Deodoro, pondo fim ao regime imperial, e a constituição de um Governo Provisório republicano.

(*) Reproduzimos aqui o próprio texto que elle deixou escrito.

(758) Cit. por Max Fleiuss, *História Administrativa do Brasil*.

filosofia política, êle achava que o nôvo regime, para ser legítimo, não devia sair nunca de uma imposição ao povo. “Não podemos impor uma forma de govêrno ao povo, dissera êle, fazia poucas horas, em casa de Deodoro; o Imperador ficará interdito⁷⁵⁹, e convocaremos uma Constituinte para resolver sôbre a futura forma de govêrno”⁷⁶⁰. A mesma coisa, aliás, que êle já havia dito, ao cair da tarde, à comissão da Câmara Municipal que se apresentara defronte da casa de Deodoro reclamando a proclamação da República.

Sim, porque se se fôsse levar em conta, para uma mudança de regime, unicamente a Ata assinada naquella Câmara, tudo não passaria de uma farsa, de um embuste lançado à face estarecida da Nação. Porque a verdade era que o povo ali referido nada tivera a ver com o que ali se dizia. A menos que, forçando a expressão, se quisesse chamar de povo a patulêia, como diz Alberto Rangel, que de mistura com jornalistas, alguns republicanos e umas poucas pessoas qualificadas, se haviam apresentado, ao cair da tarde, em frente à casa de Deodoro. E quanto ao resto da população da cidade, fôra deixado e continuava completamente estranho a tudo o que se passara no correr do dia. “A cidade está aparentemente sossegada, dizia para Londres o Ministro de Inglaterra, e o povo demonstra exteriormente a maior indiferença pelo acontecido”⁷⁶¹.

(759) De onde se conclui que a idéia de deportá-lo, que se iria adotar no dia seguinte, não partiria de Benjamim. E ainda menos de Deodoro, que sempre repetiu que queria acompanhar o caixão do Imperador. Teria partido de Quintino? Não é provável, pois êste tivera sempre pelo Imperador palavras de grande simpatia, e era dos que pensavam que se devia esperar a sua morte para se acabar com a Monarquia. O mais provável, portanto, é que sua deportação tivesse sido uma medida reclamada por Rui Barbosa, que nunca escondeu suas queixas do Imperador, ferido que fôra em sua vaidade, desde quando deixara de ser Ministro no Gabinete Dantas por opposição do Monarca.

(760) Testemunho de Ilha Morcira em Leôncio Correia, *op. cit.*

(761) Offício de 18 de novembro de 1889.

Indiferença? Mais do que isso — estupefação, verdadeiro espanto, *bestializado* que ficara diante do acontecido naquela manhã, como dizia nesse mesmo dia Aristides Lôbo, com a tríplice autoridade de propagandista republicano, de testemunha ocular dos acontecimentos e, no dia seguinte, de Ministro da nova República. “Assistiu bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava aquilo”. E acrescentava: “muitos acreditavam estar vendo uma parada”⁷⁶². Por outro lado, José Leão, amigo e correligionário de Silva Jardim, e testemunha, como êste também, dos acontecimentos de 15 de novembro, diz que “além do Exército presente na Capital e da elite do partido republicano, assistiram à salva dos 21 tiros (dada quando Deodoro penetrou no Quartel General), alguns transeuntes *boquiabertos*”⁷⁶³.

Que se fazia urgente “oficializar” quanto antes a existência da República, era a convicção de Benjamim e de seus companheiros. Temia-se sobretudo que o Marechal, cuja repugnância por uma mudança de regime era bem conhecida, voltasse atrás da sua decisão, numa daquelas suas costumadas contradições, ou aceitasse qualquer sugestão vinda do Paço em tórno de um outro nome para chefiar o nôvo Governo, talvez até com a sua participação. “O estado de inquietação dos revolucionários era formidável, diz Max Fleiuss, porque todos temiam que o Imperador conseguisse dominar a situação contando com a fidelidade de Deodoro”⁷⁶⁴.

Foram então os chefes republicanos⁷⁶⁵, no cair dessa tarde de 15, para o Instituto dos Meninos Cegos, onde

(762) Carta de 15 de novembro de 1889 para o *Diário Popular*, de São Paulo, publicado três dias depois sob o título “Acontecimento único”.

(763) José Leão, *Silva Jardim*.

(764) *Páginas Brasileiras*.

(765) Quer dizer, Benjamim, Quintino, Aristides Lôbo e Glicério. O resto do elemento republicano da Córte, mesmo os mais graduados, foram deixados inteiramente à margem. A começar por Silva Jardim, apesar de

Benjamim, seu diretor, residia, e ficava numa casa do Campo de Santana, do lado fronteiro à casa do Marechal Deodoro. Tanto Benjamim como os seus companheiros estavam acordes em que se não apresentassem ao público a constituição de um Governo republicano, embora com o carácter provisório, depois da vitória alcançada com o golpe de Estado daquela manhã, cairiam certamente no ridículo. Mas o essencial era que isso antecedesse à organização de um novo Gabinete monárquico, possivelmente sob a chefia de um outro político que não fôsse Silveira Martins, já que não era mais possível ficar à espera que êste chegasse à Côrte.

Aliás, a composição de um Governo republicano já vinha sendo assunto de conversas entre êles desde alguns

êste ter sido, dentre todos, o mais decidido, o mais tenaz, o mais ardente e, num certo sentido, o mais valente dos propagandistas da República nos últimos três anos da Monarquia. Essa exclusão do famoso tribuno, mesmo depois de instalada a República, quando não o deixaram sequer eleger-se Deputado pela sua Província e que tanto o feriu em sua sensibilidade republicana (quando não poucos adesistas e aproveitadores de última hora foram contemplados com uma cadeira na Constituinte), foi o cast'go que lhe infligiram Quintino e Glicério (e num certo sentido também Benjamim), por se ter êle rebelado contra a indicação do primeiro para chefe do partido republicano. Muitas versões se têm dado sobre essa exclusão de Silva Jardim por ocasião da implantação da República, umas mais ou menos certas e outras completamente desvirtuadas. Procuremos fixar a verdade dos fatos. Na ocasião em que Deodoro dava o golpe de Estado no Quartel General do Exército, Silva Jardim não estava ali presente. Possivelmente não sabia ou não fôra informado do que se passava. Mas estava na Rua do Ouvidor quando Deodoro passou à frente das tropas sublevadas, assistindo assim ao desfile dessas forças. Podia não atinar, como quase todo o mundo, com o motivo de um tal desfile. Mas sabia já que o Governo tinha sido deposto, e é de presumir o seu estado de excitação. Horas mais tarde, estando com José do Patrocínio na *Cidade do Rio*, à mesma rua, acompanhara êste, Aníbal Falção e outros republicanos até à Câmara Municipal, onde assistira o "povo" "proclamar" a República, dali seguindo, com os demais, até a casa de Deodoro, defronte da qual assistira Benjamim Constant declarar, em resposta ao discurso de Patrocínio, que "o voto do povo", em favor da República, seria tomado na devida consideração. "Foi esta, dirá o seu amigo José Leão, a última manifestação propagandista de Silva Jardim". Vendo-se, depois, excluído deliberadamente pelos vencedores do dia, partiria no ano seguinte para a Europa, onde terminou seus dias tragado pela cratera do Vesúvio. — Tentando defender Benjamim Constant da acusação de haver, senão afastado, pelo menos consentido no afastamento de Silva Jardim dos acontecimentos de 15 de novembro, seu neto, do mesmo nome de Benjamim Constant, diz (*Silva Jardim, tribuno intrépido da propaganda republicana*) que estando

dias atrás, quando se antevia como quase certa a vitória da “revolução”. Alegando que “não conhecia bem” o pessoal republicano⁷⁶⁶, Benjamin havia dado a Quintino a incumbência de compor a lista dos Ministros. “Estando o Marechal enfermo e de cama, dirá Quintino anos depois, foi o Dr. Benjamin Constant quem me autorizou a

seu avô defronte do Quartel General, com as forças comandadas por Deodoro, e “apesar do tumulto do momento”, mandara um emissário avisar Silva Jardim “de que a solução republicana seria apresentada imediatamente”, mas que por motivos que não sabia, esse recado não lhe fôra dado. Por outro lado, o mesmo neto de Benjamin Constant cita uma carta de Anibal Falcão a Teixeira Mendes (sem dar a data), em que o primeiro diz ter sido prevenido, êle e outros republicanos (inclusive Silva Jardim), em 11 de novembro de 89, “por um enviado de Benjamin Constant, de que estava resolvido a tentar, apoiado na força armada, um movimento revolucionário, a fim de ser instituído no Brasil o regime republicano”, concluindo Anibal Falcão por afirmar que Benjamin não hesitou, assim, “em reclamar o concurso de Silva Jardim e o nosso”. Esse dia 11 de novembro foi, como se sabe, aquêle em que Deodoro recebeu, pela primeira vez em sua casa do Campo, e muito a contragosto, os chefes republicanos. Ora, está-se a ver que tudo isso não passa de pura invenção, e só mesmo um ingénuo iria acreditar que diante daquela situação cheia de incertezas e de preocupações em que estavam os revoltosos diante do Quartel General, sem saber no que daria tudo aquilo, Benjamin fôsse se lembrar de mandar recados (o neto não diz por quem) assegurando que a tropa sublevada comandada por Deodoro estava ali para instituir no Brasil o regime republicano, quando a verdade é que não tinha outro propósito senão obrigar o Ministério a demitir-se. E quanto a Silva Jardim, basta dizer que até àquele momento Benjamin sequer o conhecia pessoalmente, não o tendo mesmo jamais visto, coisa que só se daria dois dias depois, isto é, a 17 de novembro, como afirma José Leão (*op. cit.*), quando o tribuno lhe foi apresentado pelo Dr. Teixeira de Sousa, amigo de ambos. Foi quando Benjamin lhe disse que já o conhecia “de nome”, e o apreciava muito pelos seus serviços. E como que se justificando de o ter deixado esquecido, quando da implantação da República, acrescentou que se não procurara “entender-se diretamente com êle, era por lhe haverem dito que êle era um republicano sanguinário; que êles queriam fazer uma revolução tôda pacífica”. Segundo ainda José Leão, a pessoa que havia incutido no espirito de Benjamin essa história de *sanguinario* fôra Francisco Glicério, possivelmente em casa de Deodoro naquele dia 11, e isso por haver assistido a uma conferência de Silva Jardim em Campinas, onde êste dissera que o Conde d’Eu deveria ser fuzilado se acaso resistisse à implantação da República no Brasil.

(766) Informa Quintino que tanto Benjamin quanto Deodoro, “desconheciam quase completamente o pessoal republicano” (Carta à viúva Solon, cit. por Ernesto Sena, *Deodoro*). Deodoro o conhecia tão pouco que numa reunião havida no Palácio Itamarati, pouco depois de 15 de novembro, quando se cogitou de uma pessoa para ser o Vice-Presidente da República, e Quintino insistia no nome de Prudente de Moraes, que era, no entanto, um dos mais destacados chefes republicanos paulistas, o Marechal virou-se para êle e perguntou: “Mas, afinal, quem é êsse Prudente de Moraes?”.

compor o Govêrno com os amigos que eu escolhesse”⁷⁶⁷. Contudo, parece que não foi tão fácil assim essa “composição”, e que a troca de opiniões entre os presentes se prolongou por algum tempo sem resultados especiais. “Nada se resolvia [...] e, em dado momento, Benjamim Constant, dirigindo-se para uma das portas, disse: *Estou muito fatigado, vou tomar um banho mórno.*” Ao que o Tenente Jaime Benévolo, ali presente, levantando-se para embargar-lhe os passos, disse que êle não ia tomar banho num momento como aquêle, pois o que se tinha a fazer era lavar imediatamente os decretos de nomeação dos novos ministros, para que fôsem levados, sem mais tardança, ao Marechal Deodoro⁷⁶⁸.

Quanto à chefia do Govêrno, já vimos que ficara assentado dever caber a Deodoro, muito embora êste, a princípio, quando lhe falaram no assunto, se tivesse

Deodoro só iria conhecer pessoalmente Prudente quando êste, presidente da Constituinte republicana, o receberia no Congresso para o ato do juramento constitucional (ver arquivo do Barão de Lucena). Por outro lado, é conhecida a sua frase quando Glicério lhe propôs o nome de Demétrio Ribeiro para Ministro do Govêrno Provisório — *quem é êsse?*, dizendo que no Rio Grande do Sul nunca ouvira falar em tal nome. E quanto a Benjamim Constant, basta referir o que dissemos atrás, isto é, que sômente a 17 de novembro de 89 é que êle iria conhecer pessoalmente Silva Jardim, quando êste lhe foi apresentado pelo Dr. Teixeira de Sousa. Note-se que além de correligionários políticos, quer dizer, de republicanos, professavam ambos a mesma doutrina positivista, e era portanto presumível que já se tivessem encontrado nos círculos positivistas da Côrte. A verdade é que tanto Deodoro como Benjamim vivia cada qual no meio limitado de umas poucas relações: Deodoro entre os seus camaradas de armas e a numerosa parentela, irmãos e sobrinhos, e Benjamim entre os seus alunos Militares e os companheiros do Instituto dos Cegos. Mesmo na fase conspiratória de suas atividades, tanto um como o outro só se entendiam com o reduzido número de jovens oficiais do Exército que os cercavam. Ainda porque, sendo a conspiração que trainavam contra o Govêrno de caráter estritamente militar, visando sobretudo a destituição do Gabinete Ouro-Prêto, não havia por que entrar em contacto com o pessoal civil republicano.

(767) Carta citada. — “Eu próprio fui o único chefe, por algumas horas, no dia 15 de novembro, dirá mais tarde Quintino Bocaiúva. Nesse momento o cargo e a preminência não eram apetecíveis. Tratava-se de expor a cabeça, e morrer por morrer, antes eu, que era o mais tôlo, senão o mais velho” (Ref. por G. Boehler, *op. cit.*)

(768) Max Fleuss, *História Administrativa da República.*

esquivado, entendendo que devia ser de Benjamim⁷⁶⁹, Com relação às pastas ministeriais, Quintino tentou a princípio excluir-se, achando que êle poderia ser mais útil à República à frente do órgão de imprensa que dirigia, *O País*. “Eu já estou no Govêrno”, disse “desde que considero assegurada a República; meu pôsto é no *O País*”.

“Neste caso, eu também ficarei fora”, ponderou Benjamim.

Ficou então assentado que entrariam os dois, Quintino para a pasta dos Negócios Estrangeiros que passaria a chamar-se das Relações Exteriores, e Benjamim para a da Guerra⁷⁷⁰. A Wandenkolk, único oficial-geral da Armada que havia participado da “revolução”, coube, como prêmio, a da Marinha. A do Interior, que substituíra a do Império, foi para Aristides Lôbo, talvez, depois de Quintino e, num certo sentido, de Silva Jardim, o civil que havia prestado maiores serviços à causa da República. A Rui Barbosa, Benjamim já havia prometido a pasta da Fazenda, em paga da campanha de imprensa que êle vinha movendo contra o Govêrno. Êle e Wandenkolk seriam, no Ministério, os únicos não republicanos ou, se quizerem, republicanos de apenas quatro dias atrás — sem falar, naturalmente, no chefe do nôvo Govêrno, que não o seria nunca. Mas não importava: o prometido era devido. Teve, pois, Rui, a sua pasta. A Justiça estava já reservada para Campos Sales, o mais antigo e o mais conceituado dos republicanos paulistas.

(769) Carta citada. “O Marechal Deodoro, dirá Quintino, entendia que o Dr. Benjamim Constant devia ser o Chefe do Govêrno; o Dr. Benjamim Constant entendia que êste pôsto devia caber ao Marechal Deodoro”.

(770) Na antevéspera de 15 de novembro, Quintino havia sugerido a Solon que êste fôsse o Ministro da Guerra, dizendo: “Não podendo o Marechal Deodoro, por sua enfermidade, exercer o Ministério da Guerra, ficava sendo o Chefe do Govêrno sem pasta; e então bem podia você ficar com o Ministério da Guerra”. Ao que Solon respondera: “Meu caro,

Finalmente, a da Agricultura e Comércio: numa reunião havida no dia 12 em casa de Aristides, presentes, entre outros, Francisco Glicério, o nome dêste fôra lembrado para essa pasta. Mas êle recusara, entendendo que se devia contemplar o Rio Grande do Sul no nôvo Govêrno⁷⁷¹, tanto mais quanto São Paulo já tinha em Campos Sales o seu representante no Ministério, não se justificando assim que fôsse ter no Govêrno um outro de seus filhos. E indicara então para aquela pasta Demétrio Ribeiro, gaúcho que êle conhecera em Pôrto Alegre e sôbre o qual tecera grandes elogios. Assim, quando foi da reunião no Instituto dos Cegos, nessa noite de 15, e embora nenhum outro ali o conhecesse, seu nome recebeu a aprovação geral. Era um rapaz engenheiro civil, jovem ainda, republicano exaltado, positivista, que fazia parte do comitê executivo do partido republicano rio-grandense do sul.

*

não sabemos ainda em que dará tudo isso; o meu lugar é na fileira [no Exército] para sustentar a República se ela fôr ameaçada" (Carta de Quintino acima citada). É interessante assinalar que nessa ocasião, pelo menos, Quintino estava longe de pensar que se instituiria uma República de tipo presidencial, copiada dos Estados Unidos, pois dizendo que Deodoro seria o *Chefe do Govêrno sem pasta* (e não *chefe do Estado*, como nos regimes presidenciais), êle admitia, evidentemente, que a República fôsse de regime parlamentar, quando se dava o caso de o *Chefe do Govêrno* não ser também ministro de uma das pastas, caso, aliás, que nunca se deu entre nós, mas que era comum em outros países de regime parlamentar.

(771) A notar que antes mesmo de instituída a República, emprestava-se à composição do Govêrno do país um sentido regional, levando-se em conta, em certos casos, não os predicados dos homens para os cargos de Ministro ou a sua filiação política, mas unicamente os Estados a que pertenciam, critério êste que se tornaria costumeiro sob o regime republicano, mas que nunca prevaleceu sob o Império. Glicério entendia que a pasta da Agricultura devia ser dada a Demétrio Ribeiro, não por ser êste um entendido nos problemas agrícolas (era um engenheiro civil), mas unicamente por ser do Rio Grande do Sul, e ser preciso incluir um gaúcho no Ministério.

Lavrados os Decretos de nomeação dos Ministros, redigiu-se uma Proclamação ao país⁷⁷² na qual se dizia que *O povo, o Exército e a Armada Nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas Províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e conseqüentemente a extinção do sistema monárquico representativo.* E como resultado dessa *revolução nacional de caráter essencialmente patriótico*, acabava de ser instituído um *Govêrno Provisório, enquanto a nação soberana, pelos seus órgãos competentes, não proceder à escolha do Govêrno definitivo.* O *Govêrno Provisório, acrescentava-se na Proclamação, era um simples agente temporário da soberania nacional.* Prometia em seguida defender a integridade da pátria e da ordem pública, a vida e a propriedade dos nacionais e estrangeiros, os direitos individuais e políticos, etc., etc., enfim, as promessas geralmente feitas nessas espécies de documentos. Abolia o Conselho de Estado e dissolvia a Câmara dos Deputados. Não dissolvia, entretanto, o Senado — não sabemos porque — que tinha apenas abolida a sua vitaliciedade. Talvez por isso êle se reuniu no dia seguinte, 16. Mas já no dia 17 uma guarda militar postada à porta de entrada do antigo palácio dos Condes de Arcos fazia ver aos conspícuos pais da pátria que a realidade era bem outra. O Recreio ali dêsses Mandarins ficava definitivamente fechado.

(772) Divulgada ao país sòmente no dia 18, por uma circular telegráfica do Tenente Vinhais, que se havia apossado da Repartição dos Telégrafos, aos governadores dos Estados. No final dessa circular, depois de transcrita a Proclamação, havia esta nota do Tenente: *Para a maior publicidade possível.* — Como já fizemos ver, a Proclamação, assinada por Deodoro e pelos novos Ministros — Benjamim, Quintino, Aristides e Glicério, deixou de o ser por Campos Sales, Demétrio e Rui Barbosa, os dois primeiros por estarem ausentes do Rio, e o último por ter-se deixado ficar em casa durante tôda a tarde e a noite de 15, só aparecendo no dia seguinte, quando a Monarquia era um caso liquidado e a República uma realidade. Sem embargo, na circular do Tenente Vinhais seu nome figura como tendo assinado a Proclamação.

Essa Proclamação, a igual da Ata assinada na Câmara Municipal, examinada à luz da verdade histórica, era um outro embuste, com que se queria dar foros de legalidade democrática à nova ordem de coisas que se estabelecia. Vimos atrás, ao comentarmos aquela Ata, que a contribuição do *povo*, para êsses acontecimentos de 15 de novembro foi, por assim dizer, nula. Isso quanto à participação da população civil da capital do Império. No que se referia aos militares, seria fôrça de expressão chamar de “Exército” às poucas centenas de oficiais, de alunos e de soldados, cêrca de 600, no máximo, no dizer de um dos mais autorizados de seus intérpretes, o Tenente Sebastião Bandeira, que haviam formado a coluna comandada pelo Marechal Deodoro. “O Exército, dirá pouco depois o Imperador em carta ao Visconde de Taunay, não era a tropa que estava no Rio”. Com a circunstância ainda de que só uma pequena parte dessa tropa se associou ao golpe de Estado de Deodoro, ficando o resto, para mais de três mil homens, meramente na expectativa. Emprestou, é verdade, num certo sentido, solidariedade ao golpe, nada fazendo para enfrentá-lo — como emprestaria certamente a mesma solidariedade ao Gabinete Ouro-Prêto se fôsse êste o vitorioso... E quanto à Marinha, sabemos hoje com tôda a certeza que apenas quatro ou, quando muito, cinco oficiais dessa corporação estavam comprometidos no movimento.

Finalmente, os “cidadãos residentes nas Províncias”: quanto a êstes, só mesmo com muita coragem e um absoluto desprezo pela verdade, se poderia afirmar que haviam “decretado” a extinção da Monarquia — e isso na noite de 15 de novembro, quando não se tinha em todo o resto do país a mais remota idéia do que se passava na capital do Império. Justamente uma das particularidades da implantação da República no Rio de Janeiro foi que ela se processou (desde a fase cons-

piratória) e se efetivou sem a menor participação das Províncias, mesmo com a total ignorância dos elementos republicanos aí residentes — salvo em São Paulo, onde uns poucos, como já vimos, foram *mais ou menos* inteirados do que *poderia* acontecer, por um recado mandado à última hora por Francisco Glicério, seu emissário no Rio de Janeiro.

É inútil estar a procurar a verdade histórica em determinados documentos oficiais, que as mais das vezes não visam senão mistificar a opinião pública, apresentando fatos que nunca existiram ou fantasiando, distorcendo ou deturpando acontecimentos que não se realizaram. A República — ninguém de boa fé hoje contesta — estava para ser instituída no Brasil. Teria necessariamente que vir, mais cedo ou mais tarde, por um simples determinismo histórico e ordem natural das coisas. Se não tivesse vindo em 1889, viria, com certeza, com a morte do Imperador; ou quando muito poucos anos depois, porque a inviabilidade de um 3.^o Reinado era já então mais do que manifesta.

Mas se ela se fêz como consequência do golpe de Estado militar bem sucedido do Marechal Deodoro, não foi porque a *decretasse* o povo ou as classes armadas, como pretendia fazer crer a Proclamação, mas, sim, por obra e graça de quatro cavalheiros bem decididos — Benjamim Constant, Quintino Bocaiúva, Aristides Lôbo e Francisco Glicério, que num golpe de audácia se haviam apoderado de um poder já praticamente em decomposição e se investido, êles mesmos, da função de Governo. Em face de uma nação desamparada — desamparada e desprevenida — incapaz, assim, de qualquer movimento de reação, não foi difícil a êsses quatro cavalheiros impor ao país o regime republicano, com tanto maior aceitação por parte do público quanto êste já se tinha prevenido de que, mais cedo ou mais tarde, a República iria ser uma

realidade. “O Govêrno Provisório, dirá Aristides Lôbo num discurso na Constituinte republicana, não foi aclamado por ninguém. Nós é que decidimos em tôrno de uma mesa por acôrdo comum. Não houve outro processo. O General Deodoro, como era muito natural, sendo mais velho do que nós, tendo assumido a responsabilidade da última hora, devia, naturalmente, ter o primeiro lugar”.

Favoreceu, por outro lado, o triunfo dos republicanos a circunstância de ser o chefe de Estado um velho doente e alquebrado, por assim dizer a sombra de um Monarca, indiferente à sua sorte e cuja fôrça de vontade, que nunca fôra grande, estava reduzida a quase nada. E, além do mais, sem o mais longínquo apêgo ao cargo que exercia, decidido a não fazer o mínimo esforço para retê-lo, desde o dia em que não o quisessem mais como Imperador. “É difícil acreditar, escrevia o ministro de Inglaterra, que um Monarca, que eu vi ser recebido nesta Capital com o maior entusiasmo há apenas quinze meses, quando de sua volta da Europa, tenha sido expulso do seu país, pelo qual fêz tantas coisas, por uns poucos officiais descontentes, muitos dos quais mulatos, uns obscuros jornalistas, advogados e agitadores, sem que se tenha derramado uma só gôta de sangue para defendê-lo, com exceção do último Ministro da Marinha, o Barão de Ladário⁷⁷³.

*

Lavrados os Decretos, no Instituto dos Cegos, de nomeação dos Ministros do Govêrno provisório, precisava agora que alguém os levasse para o Marechal Deodoro.

“Quem leva isto ao velho?” perguntou Benjamim Constant com êles na mão.

(773) Officio citado.

“Eu”, respondeu o Tenente Jaime Benévolo, que pouco depois partia com os papéis em direção à casa de Deodoro.

Quando eram submetidos à assinatura do Marechal, êste hesitou diante do nome de Demétrio Ribeiro.

“E êste, quem é?”

E como Glicério, ali presente, realçasse os méritos do nôvo ministro da Agricultura, inclusive os seus sentimentos republicanos, êle ponderou, referindo-se aos republicanos rio-grandenses:

“Lá só conheci Castilhos, Assis Brasil e Ramiro”⁷⁷⁴.

E depois de um momento de reflexão, referendando o Decreto:

“Mas vá lá!”

Os Decretos levaram todos a data de 15 de novembro, mas a verdade é que já se estava na madrugada de 16. O próprio Decreto que instituiu a República, o primeiro do nôvo Govêrno, pelo menos em número, apesar de datado de 15, só seria assinado no dia 16. Levou o número 1 e dizia em seu artigo 1.º: *Fica proclamada provisòriamente e decretada como forma de govêrno da nação brasileira — a República Federativa*⁷⁷⁵.

Lavrados e assinados êsses Decretos, fazia-se agora mister constituir o Govêrno republicano com um ato qualquer de posse. O problema não era fácil de resolver, porque mesmo por uma questão de decoro, não era

(774) Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*. — Ramiro: Ramiro Barcelos.

(775) Levaram todos a data de 15 de novembro, com a particularidade que os Decretos de nomeação dos Ministros foram dados como lavrados na “Sala das sessões do Govêrno Provisório”, outra *supercherie*, como dizem os Franceses (*tromperie calculée*), em hom português “velhacaria”, pois não havendo ainda Govêrno próprio dito (pois era justamente o que se estava constituindo com essas nomeações), não podia haver, conseqüentemente, sala de suas sessões, que no caso presente era simplesmente uma dependência do Instituto dos Meninos Cegos, onde Benjamim, seu diretor, vivia com a família. Não deixa de ter sua graça o fato de o primeiro Govêrno republicano ter sido constituído numa casa de cegos...

possível que os membros do nôvo Govêrno se dessem posse a si. “O Imperador, tratado com o maior respeito, consta que se retira do país. O Govêrno provisório acha-se à testa dos negócios públicos. Tendo a Câmara conhecimento dêstes fatos, resolveu reconhecer a nova ordem de coisas e declarar em nome da paz pública que o povo dêste Município adere ao Govêrno Provisório”.

Anunciada a chegada dos quatro Ministros, “acompanhados por grande concurso de officiaes da Armada e Exêrcito e de pessoas de tôdas as classes sociais”, passaram-se todos para o salão nobre da Câmara, onde foi lida pelo Presidente e assinada pelos presentes que o quisessem a seguinte Ata:

“Aos 16 de novembro de 1889, compareceu no Paço Municipal o Govêrno Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, composto dos cidadãos Manuel Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa, Aristides da Silveira Lôbo, Benjamim Constant, Quintino Bocaiúva e Eduardo Wandenkolk, que declarou perante a Câmara Municipal reunida em sessão extraordinária, prestar sob sua honra o juramento de manter a paz, as liberdades públicas e os direitos dos cidadãos, respeitar e fazer respeitar as obrigações da Nação, tanto no Interior como no Exterior, em firmeza do que assinam os ditos cidadãos com os Vereadores da mesma illustríssima Câmara Municipal êste compromisso para com o povo brasileiro, representado neste momento pela Municipalidade da Cidade do Rio de Janeiro”⁷⁷⁶.

Pronunciou em seguida Aristides Lôbo umas poucas palavras. Disse que o empenho do Govêrno era “sus-

(776) Na verdade, estiveram presentes apenas os quatro mencionados Ministros. Deodoro com os seus males agravados em virtude das emoções da véspera, tinha ficado em casa. E quanto a Quintino, não sabemos por onde andava àquella hora, muito possivelmente com o Marechal, dando-lhe guarda e o tendo à sua vista, para êle não se deixar levar por qualquer marcha-atrás monarchista.

tentar a paz e promover uma nova era de prosperidade e grandeza para o país” — o que implicava em confessar, com tôda a certeza inadvertidamente, que se se pretendia inaugurar uma *nova* era, a que a precedera, sob o Govêrno monárquico, fôra também de “prosperidade e grandeza”. Acrescentou que “os nomes dos atuais vereadores ficariam ligados ao fato importantíssimo da declaração da República”, e que o Govêrno “havia de dar tôda a autonomia à Câmara Municipal, a mais direta representante do povo”⁷⁷⁷. Antes de os Ministros se retirarem, Benjamim pronunciou também algumas palavras, para terminar dizendo que o nôvo Govêrno “queria sobretudo uma pátria moralizada”⁷⁷⁸.

(777) Seria dissolvida dias depois pelo Govêrno Provisório, por ser considerada “decadente e insuficiente”.

(777) M. E. de Campos Pôrto, *Apontamentos para a História da República dos Estados Unidos do Brasil*. — A facilidade com que se processaram a extinção da Monarquia e a implantação da República no Brasil, exemplo talvez único de uma mudança de regime político, foi uma das coisas que mais surpreenderam o mundo internacional, deixando a todos incapacitados de compreenderem semelhante fato histórico. Eça de Queirós, que não podia perder uma tal ocasião para dar asas à sua inimitável *veroc*, diz que o 15 de Novembro foi menos uma revolução do que uma transformação, e que tudo se processou como num passe de mágica: “O Marechal Deodoro da Fonseca dá um sinal com a espada: imediatamente, sem choque, sem ruído, como nas cenas pintadas que deslizam, a Monarquia, o Monarca, o pessoal monárquico, as instituições monárquicas desaparecem — e, ante a vista assombrada, surge uma República, tôda completa, apetrechada, já provida de bandeira, de hino, de selos do correio e da bênção do Arcebispo Lacerda. Sem atritos, sem confusão, esta República começa logo a funcionar. Nas repartições do Estado os amanuenses, que já tinham lançado no papel dos decretos a velha fórmula *Em nome de S. M. o Imperador*, riscam, ao ouvir na rua aclamações alegres, este dizer anacrônico e, sem mesmo molhar novamente a pena, desenrolam no seu melhor cursivo a fórmula recente — *Em nome do Presidente da República*. E quem saíria tranqüilamente de sua casa, com o seu guarda-sol aberto, para ir à Secretaria entregar um memorial ao Sr. Albuquerque, Ministro do Império, encontra o Sr. Bocaúva, Ministro da República, que sorri e recebe o memorial! Tôda essa revolução, segundo os telegramas, foi feita antes do almôço. Os brasileiros que, regressando à Pátria, desembarcaram essa manhã no cais do Rio de Janeiro, ainda pisaram o *solo do Império*, como se vinha dizendo havia sessenta anos; mas ao saírem pelas portas da Alfândega, depois de despachadas as bagagens, já pisavam o *solo da República*, como se estava dizendo havia sessenta minutos. Se os telegramas, pois, são fiéis, esta revolução é simultaneamente grandiosa e divertida” (*Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*).

“Recreio de mandarins”

Enquanto isso, Câmara e Senado realizavam as suas sessões preparatórias, como se nada de anormal se passasse na Capital do País: a Câmara para admissão dos deputados ultimamente eleitos, que iam chegando de suas Províncias, e o Senado para reconhecimento de dois novos Senadores, Nogueira Accioly, do Ceará, e Carlos Peixoto, de Minas Gerais. Os trabalhos em ambas as Casas deviam estar terminados para a abertura solene do Parlamento no próximo dia 20, quer dizer, daí a cinco dias.

No dia 15, à hora regimental, 11 1/2 da manhã, o Senado realizava a sua segunda sessão preparatória sob a presidência do Conselheiro Paulino de Sousa, senador pela Província do Rio e chefe conservador ali. Era filho do Visconde do Uruguai e sobrinho do Visconde de Itaboraá, ambos já falecidos. Pertencia, assim, a uma das mais poderosas famílias da Província, possuidora de grandes fazendas de café e, até bem pouco tempo, de centenas de escravos; foi, durante muito tempo, a maior força eleitoral naquelas terras, formando, como lhe costumavam chamar, a célebre *junta do coice*.

Nessa sessão, limitou-se o Presidente a mandar ler uma comunicação da véspera do Conselheiro Saraiva, recém-chegado da Europa, dizendo que estava pronto para os trabalhos parlamentares. Convidou em seguida

os seus pares para uma outra sessão no dia imediato e levantou aquela, “como se estivesse no melhor dos mundos, alheio inteiramente aos acontecimentos que se desenrolavam no Campo de Santana⁷⁷⁹”.

Assim, no dia 16, também à hora regimental, lá estavam outra vez os honrados *pais conscritos*, de novo sob a presidência do Conselheiro Paulino. A essa altura, como bem assinala Carlos Pontes, “já não havia razões que pudessem justificar a ignorância das graves ocorrências que alteraram por completo a face política do País. A República estava implantada, e eram do conhecimento geral os primeiros decretos e as primeiras providências do Governo Provisório. Mas, apesar de tudo, à hora regimental, como fantasmas emergindo de uma idéia morta, uns tantos Senadores, com o seu Presidente, dirigem-se para o antigo edifício do Senado e ali calmamente se reúnem”.

Compareceram a essa sessão 22 Senadores (Paulino inclusive), dos quais dez eram titulares: o Marquês de Paranaguá, senador pelo Piauí; os Viscondes de Assis Martins, de Lima Duarte e de Sêro-Frio, todos três de Minas Gerais; Viscondes de Taunay (Santa Catarina), de Cruzeiro (Província do Rio), de Bom-Conselho (Pernambuco) e de Jaguaribe (Ceará); Barões de Mamanguape (Paraíba) e de Mamoré (Amazonas); e mais: Saraiva e Leão Veloso, da Bahia; Gomes do Amaral e Fausto de Aguiar, do Pará; Castro Carreira, do Ceará; Meira de Vasconcelos, da Paraíba; Sousa Leão e Soares Brandão, de Pernambuco; Correia, do Paraná; Cristiano Benedito Ottoni, do Espírito Santo; e Pereira da Silva, da Província do Rio. Não haviam comparecido, Muritiba e Dantas, da Bahia, ambos possivelmente no Paço da Cidade àquela hora, fazendo companhia à Família Im-

(779) Carlos Pontes, *A última sessão do Senado*.

perial; Ouro-Prêto e Cândido de Oliveira, de Minas Gerais, que haviam sido presos pelas autoridades republicanas; João Alfredo, de Pernambuco e Sinimbu, de Alagoas, que por sua avançada idade, 80 anos, aparecia raramente no Senado. Vários outros Senadores se encontravam em suas províncias ou estavam vindo para a Côrte, como era o caso de Pelotas e de Silveira Martins, ambos do Rio Grande do Sul. Enquanto Lafayette, senador por Minas Gerais, encontrava-se em Washington, no desempenho de uma missão diplomática.

O Senado se compunha então de 59 membros, havendo quatro cadeiras vagas em virtude do falecimento, naquele ano, de Vieira da Silva, do Maranhão; de De Lamare, de Mato Grosso, de Francisco Belisário, da Província do Rio e de Rodrigo Silva, de São Paulo; não se tendo ainda procedido às eleições para o preenchimento dessas cadeiras. Além disso, dois senadores, Nogueira Accioly, do Ceará, e Carlos Peixoto, de Minas Gerais, embora já eleitos, não tinham ainda sido reconhecidos.

Essa sessão do Senado, a última da sua história, foi, como as duas anteriores, muito curta, não durando sequer meia hora. Lida e aprovada a ata da sessão antecedente e não havendo expediente, pediu a palavra Francisco Correia, senador pelo Paraná, para indagar se constava da Mesa que havia senadores presos, o que era uma clara alusão às prisões de Ouro-Prêto e de Cândido de Oliveira, ambos representantes de Minas Gerais. Respondeu-lhe Paulino de Sousa, dizendo que a Mesa não tinha nenhuma comunicação a respeito, e que as únicas notícias que possuía eram as que haviam sido publicadas nos jornais do dia, as quais não lhe cabia repetir. Resposta, como se vê, evasiva, dada com o propósito evidente de fugir à questão. Correia perguntara-lhe se *constava* à Mesa que Ouro-Prêto e Cândido

de Oliveira haviam sido presos; e Paulino se limitara a responder-lhe que a Mesa não *recebera* qualquer comunicação a respeito. Quer dizer, não afirmava nem negava. Indagado sobre se a Mesa sabia, se estava informada ou lhe constava que os dois senadores estavam presos, não dizia sim nem não, mas apenas que essas prisões não lhe haviam sido comunicadas.

Usando de nova tática para obrigá-lo a definir-se, levantou-se Lima Duarte, senador por Minas Gerais: "Sr. Presidente, disse êle, V. Ex.^a acaba de declarar que nada consta oficialmente a respeito dos acontecimentos que se têm dado à exceção do que referem os jornais. Os jornais, porém, dão conta de acontecimentos gravíssimos, e não sei se será conveniente que o Senado tome qualquer providência". A qualquer outro que estivesse, naquela ocasião, no lugar de Paulino de Sousa, uma tal sugestão não deixaria de criar uma situação das mais embaraçosas, porque obrigava-o a definir-se em face dos acontecimentos que se vinham desenrolando na cidade, desde a manhã do dia anterior; sobretudo diante das notícias já do domínio público, de que os republicanos haviam constituído um Govêrno Provisório para se apoderarem do Poder e haviam decretado a extinção da Monarquia. Mas a tradicional habilidade do chefe Conservador fluminense não se deixou embaraçar por tão pouco. Ou porque não desejasse se indispor com os republicanos, pelos quais, se dizia, nutria êle certas simpatias⁷⁸⁰, ou porque não quisesse simplesmente se definir diante de acontecimentos que, apesar das notícias conhecidas, ainda não estavam definitivamente esclarecidos, o certo é que êle se limitou a responder, com grande habilidade, que o Senado estava em sessões preparatórias, o que o inibia assim de deliberar. E mais: que para manter, como

(780) Ouro-Prêto dizia que sempre desconfiara de certas "inclinações republicanas" de Paulino de Sousa.

sempre, a estrita legalidade constitucional, em observância ao regimento da Casa, não podia consentir “debate que não seja restrito à constituição desta Câmara”. E como não havia mais nada a tratar, concluiu, convidava os senadores presentes a se reunirem no dia seguinte, às horas de costume. A sessão tinha durado exatamente 30 minutos.

Ora, “no dia seguinte às horas de costume”, o Governo Provisório da República, já desde a véspera à tarde definitivamente constituído, achando que era de mais aquêl *recreio de Mandarins*, como diz Carlos Pontes, chamava-os à realidade e mandava uma fôrça do Exército interceptar-lhes a entrada do velho palácio do Conde dos Arcos.

A última sessão da Câmara dos Deputados

Quanto à Câmara dos Deputados, não foi além da sessão de 15 de novembro, a última que realizou depois de oitenta e três anos de vida sob o regime monárquico. Pode-se bem dizer: depois de oitenta e três anos de glórias parlamentares, de ver passar em seus bancos todos êsses dignos e ilustres varões que tanto dignificaram os anais do Império do Brasil. Morreu, aliás, em bem tristes e pouco edificantes condições essa última Câmara da Monarquia! Uma morte que não condizia em nada com o seu glorioso passado, com o seu passado de independência, de coragem e de altivez. Porque morreu de medo. Morreu de um susto.

Como o Senado — já dissemos, — também ela estava em sessões preparatórias. Tinham-se realizado as eleições gerais, para a renovação da Câmara, ou melhor, para o novo Ministério obter a necessária maioria para poder governar, já que a Câmara anterior, dissolvida pelo atual Gabinete, era quase tãda ela conservadora. Eleita a nova Câmara em 31 de agosto, havia-se reunido pela primeira vez a 2 de novembro, por sinal que no dia de Finados, salienta um dos seus, “o que a muitos pareceu mau aguro⁷⁸¹. Devia instalar-se, como o Senado, a 20 dêsse mesmo mês.

(781) Afonso Celso Júnior, *Oito anos de Parlamento*.

A hora regimental — cêrca do meio-dia, — abriu a sessão o Vice-Presidente da Mesa, Conselheiro Barbosa de Almeida, uma vez que o Presidente, Conselheiro Carlos Afonso, irmão do Visconde de Ouro-Prêto, sendo Presidente da Província do Rio, achava-se occupado em Niterói em mandar para a Côrte os reforços policiaes que dali lhe haviam pedido. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, pediu a palavra César Zama, deputado pela Bahia, para indagar se a Mesa sabia “estarem presos ministros, senadores e deputados, e se era certa a deposição do Ministério pela fôrça militar amotinada”. Fazendo ver as “tristes consequências” que resultariam de tais atentados ao Poder Constituído, disse que a Câmara cumpriria o seu dever se tomasse enérgicas providências a respeito. Respondeu-lhe o 1.º Secretário da Mesa, Aristides Espínola, para declarar que nada lhe constava. E como não houvesse mais o que tratar, foi levantada a sessão.

A verdade, como sabemos, é que não tinha havido, de fato, até àquella hora, nenhuma prisão, nem de ministros, nem de senadores, nem de deputados. Ouro-Prêto e Cândido de Oliveira, que haviam recebido ordem de prisão de Deodoro, quando se estava ainda no Quartel-General, tinham sido logo depois soltos, e só mais tarde é que voltariam a ser presos. Sim, ninguém estava prêso. Ainda porque não havia também ninguém para prender essa espécie de gente, pois o País estava sem Governô: o Gabinete duplamente dissolvido, por dissolução promovida pelo Marechal Deodoro e por exoneração do respectivo chefe; o Imperador, no Paço da Cidade, sem nada resolver nem deixar que os outros resolvessem; e Deodoro, o homem da situação, trancado em casa, também sem nada decidir, à espera simplesmente dos acontecimentos, ou melhor, do que pudesse acontecer depois da quartelada que êle dera pela manhã. De modo que

a única “enérgica providência” que a Câmara podia tomar, satisfazendo o pedido de César Zama, era protestar simplesmente contra a dissolução pela força do Gabinete que estava no Poder, tudo o que tinha havido até então. Achou, porém, mais prudente não fazer nada, dando simplesmente a sessão por encerrada.

Nisto, conta o então Deputado Afonso Celso Júnior, “ouve-se na rua um grande rumor. Cresceu e aproximou-se; os circunstantes [*os deputados*] abandonam os seus lugares e correm para as janelas. Era um batalhão que desfilava em direção ao Arsenal de Guerra⁷⁸², precedido e acompanhado de imensa mó de gente maltrajada. Provinha de tal gente a vozeria indistinta. O batalhão trazia desfraldada a bandeira imperial”. Os deputados, debruçados nas janelas, apreciavam o espetáculo quando César Zama, “com um largo gesto”, exclamou: “Viva Sua Majestade o Imperador!” O batalhão parou. Parte do populacho que o cercava correspondeu ao viva do deputado. Mas houve um “engraçado” (há sempre um “engraçado” nessas ocasiões, que aliás nunca tem nada de engraçado) que gritou: “Ataca a Câmara!” E viu-se isso: os deputados largarem as janelas e fugirem em várias direções, como que apavorados, num verdadeiro pânico. Foi um salve-se quem puder! Ficaram ali apenas uns cinco ou seis. Ouviu-se em seguida uma voz de comando e o batalhão prosseguiu em sua marcha. Mas o susto ficou. Entre os poucos deputados que não tinham fugido, aventou-se novamente a idéia de um protesto da Câmara. Mas um deles ponderou que se estava em sessões preparatórias, e que pelo regulamento da Câmara não se podia fazer protestos. Os outros, todos homens do regulamento, logo concordaram, se-

(782) Devia ser um dos batalhões que haviam desfilado pela manhã com o Marechal Deodoro e recolhia agora ao seu quartel, conforme este ordenara.

guindo então cada um para o seu destino. Os senadores ainda voltaram, no dia seguinte, ao seu “recreio” do Palácio do Conde dos Arcos. Os deputados, êsses, foram mais avisados: ficaram em suas casas, esperando que a República se tornasse um “caso consumado” e êles pudessem, assim, com a consciência tranqüila, aderir, como todo o mundo, à nova ordem de coisas. Mesmo porque, horas mais tarde, as portas da antiga cadeia lhes estariam cerradas, guardadas por sentinelas com “baionetas caladas” — mas que falavam, em sua mudez, o bastante para serem compreendidas...

A instituição da República e as Províncias

Foi na manhã de 16, cêdo, que o Tenente José Vinhais, que se havia apossado na véspera da Repartição dos Telégrafos⁷⁸³, expulsando de lá o velho Barão de Capanema, que organizara e dirigira, por mais de trinta anos, os telégrafos no Brasil, passou um telegrama circular às Províncias, anunciando, com surprêsa e, mesmo, com espanto de algumas delas, a constituição no Rio de um Governo republicano⁷⁸⁴. João Felício dos Santos, então estudante de engenharia em Ouro Prêto, recordará, anos depois, a “impressão de pasmo”, como êle diz, que se teve naquela capital quando ali chegou essa surpreendente notícia. É que estavam todos longe de esperar o advento tão rápido do nôvo regime, inclusive os republicanos ouro-pretanos que costumavam se reunir no modesto Clube Tiradentes, formado de “estudantes das Escolas de Minas e de Farmácia, preparatorianos, pouquíssimos comerciantes e um ou outro pequeno funcionário dos Governos imperial e provincial”⁷⁸⁵.

(783) J. M. dos Santos diz que Vinhais apoderou-se dos Telégrafos na noite de 15, interceptando tôda comunicação com as Províncias até que a situação na Côrte se definisse claramente em favor da República, quando então passou a citada Circular. “Para fora do Rio, diz êsse autor, tôda a revolução se fizera ali [nos Telégrafos], restringindo-se tão-sòmente a uma revolução do silêncio das linhas telegráficas (Bernardino de Campos e o partido republicano paulista).

(784) Nesse telegrama Vinhais se limitava a transmitir os nomes dos membros do Governo Provisório com os seus respectivos cargos. Por sinal que o nome do nôvo Ministro da Marinha foi escrito errado: Wandelkolk em vez de Wandenkolk.

(785) *Quinze de novembro em Ouro Prêto.*

A surpresa foi tal que quando Antônio Olinto dos Santos Pires, membro, com João Pinheiro, da comissão diretora do Partido Republicano de Ouro Preto, deu à mulher a notícia que havia recebido do próprio estafeta da Agência dos Telégrafos, ela não quis acreditar, dizendo: *Isso é alguma caçoada do Pinheiro* (que estava naquele momento ausente de Ouro Preto). A que o marido, não sem um fundo, ele mesmo, de descrença, ponderou:

“Não pode ser. O telegrama é assinado por Vinhais, como diretor dos Telégrafos, e a Repartição dos Telégrafos não o transmitiria se fôsse uma brincadeira”.

Foi só ao entardecer de 16, “depois de um dia movimentado e cheio de inquietações, que Antônio Olinto teve confirmação da implantação da República no Rio. Foi quando recebeu daí um telegrama de Antônio Felício dos Santos, seu parente, participando que seguia para Ouro Preto com Cesário Alvim, a fim de este assumir o governo da Província. De fato, no dia seguinte chegava Felício com Aristides de Araújo Maia (um republicano do Sêro que seria feito Chefe de Polícia da Capital); mas sem Alvim, que alertado em sua fazenda de Ubá, onde se encontrava, se deixara ficar a meio caminho, “cautelosamente, diz Araújo Maia, a ver em que ficavam as coisas; foi só depois de ver que a República estava aceita em Minas que o Dr. Alvim deu sinal de si”. Mas para dizer que ia ao Rio, “para saber se a coisa estava mesmo feita ou não”. Em vista disso Antônio Olinto assumiu interinamente o governo da Província, que “depois de animada palestra” lhe foi entregue pelo Presidente deposto, Visconde de Ibituruna, diz Olinto.

Quanto a Cesário Alvim, só chegaria a Ouro Preto, para assumir o Governo, a 25 de novembro, quer dizer, dez dias depois da “revolução” na Côrte, certo de que

a coisa já estava mesmo feita⁷⁸⁶. Homem precavido cristão-nôvo do credo republicano, por certo não confiava muito na solidez das novas instituições; e, como bom mineiro, achara mais prudente só aderir definitivamente à recém-nascida República depois que ela se tornasse mesmo um *caso consumado*⁷⁸⁷. Por outro lado, êle sabia que o seu nome não era bem aceito pelos republicanos mineiros, por falta de conteúdo republicano no seu passado político, e não lhe parecia prudente assumir a Presidência da Província sem se certificar até quando podia contar com o apoio do Govêrno Provisório.

*

De uma maneira geral pode dizer-se que foi sòmente depois de recebida a *Circular* do Tenente Vinhais que as Províncias tiveram a certeza de que a Monarquia estava extinta e o País se enquadrava sob o regime republicano. Porque nada, até então, fazia supor que o Trono estivesse em perigo imediato de vida ou que se tramasse uma conspiração contra êle. José Maria dos Santos acentua isso, quando diz que “a proclamação da República foi um acontecimento exclusivamente carioca, reduzindo-se a um levante da guarnição do Rio de Janeiro⁷⁸⁸, ali mesmo provocado e ali mesmo resolvido,

(786) João Dornas Filho, *A propaganda republicana em Minas*.

(787) Diz Afonso Arinos de Melo Franco, neto de Cesário Alvim, e a quem o A. quis ouvir a respeito dessa versão, que ela é inexata, sendo, além do mais, suspeita, por ser Araújo Maia desafeto pessoal de seu avô; que estando êsse em sua fazenda de Ubá e sendo convidado pelo Govêrno Provisório para ocupar a Presidência de Minas, entendeu ir primeiramente ao Rio de Janeiro, já que se encontrava a meio caminho da capital do País, para “se informar de sua tarefa com o Chefe do Govêrno”, e “saber da situação com os outros políticos”, não se devendo interpretar êsses seus passos como uma dúvida de sua parte sôbre a estabilidade das novas instituições” (Carta de 2 de junho de 1962).

(788) Aliás, uma parte mínima da guarnição.

sem maior ação sôbre as Províncias além da simples comunicação de haver-se consumado”⁷⁸⁹.

Sabedores da extinção da Monarquia, seus Presidentes foram sendo substituídos por Juntas Governativas improvisadas na ocasião pelos republicanos locais (enquanto não vinham os novos Governadores, nomeados pelo Govêrno Provisório), sem que isso provocasse qualquer incidente mais sério ou maiores dificuldades. Como na capital do Império, a Nação aderiu em massa ao *caso consumado* da implantação da República, sem maiores indagações sôbre a viabilidade do nôvo regime. “De posse da Repartição dos Telégrafos, — diz Pedro Calmon, — o Tenente Vinhais, que na redação do *O País*, de Quintino, era o encarregado dos telegramas⁷⁹⁰, se comunicou com as Províncias, a anunciar a vitória da revolução. Esses despachos derrubaram uns após outros os Governos locais, como um sôpro abate castelos de cartas⁷⁹¹. O processo de transmissão do poder, das mãos das autoridades imperiais para os intitulados representantes do Govêrno republicano instalado no Rio de Janeiro foi, como assinala José Maria dos Santos, “mais

(789) *Op. cit.*

(790) Deve-se concluir daí que Vinhais se apossara dos Telégrafos a mando de Quintino? É o mais provável. “Um dos primeiros atos dos autores da revolução do Rio de Janeiro, — escrevia o correspondente do *O Tempo*, de Lisboa, — foi apoderarem-se do Telégrafo. A redação do *O País*, que parece ter sido o centro onde se planeou o movimento [aqui êle se enganava], mandou um dos seus redatores tomar a direção das comunicações elétricas”.

(791) *Op. cit.* — O Ministro da Bélgica, não podendo compreender como era possível que se fizesse uma mudança tão radical e inesperada de regime político sem que isso provocasse reações em algumas, pelo menos, das Províncias, procurava uma explicação no fato de a República haver adotado a forma federativa, o que dava a essas Províncias uma liberdade de govêrno e uma autonomia que vinham desde muito reclamando. Dizia êle: *Chaque Province s' imagine qu'avec une autonomie plus grande, avec le libre contrôle de recettes et de dépenses l'exploitation de ses ressources pour l'usage propre de la Province, sans se soucier de l'intérêt général, une ère de prospérité va commencer pour elle. Sous la Monarchie ce but semblait plus difficile à atteindre. C'est là, je crois — et ce n'est pas une opinion qui m'est personnelle, mais celle des hommes les plus éclairés de tous les partis — l'explication de l'adhésion spontanée à la République* (Ofício de 26 de novembro de 1889).

ou menos idêntico nas vinte Províncias do Império. Em cada Capital, com a assistência implícita ou direta da guarnição do Exército, um grupo de cidadãos sumariamente arrebanhado pelas ruas, declarava depostas as autoridades da Monarquia, aclamando para sucedê-las a uma Junta governativa composta de três membros, dos quais um era militar”⁷⁹².

“A instalação da República não encontrou praticamente a menor oposição” — é ainda êsse autor que o diz. “Desde que se espalhou a notícia da partida da Família Imperial para o Estrangeiro, o fato da queda da Monarquia foi havido como consumado, cada um tratando de mais ou menos adaptar-se às novas circunstâncias”. De fato, com a exceção única da Bahia, como veremos adiante, tudo se passou da maneira a mais fácil, como se fôsse a coisa mais legal dêste mundo, a igual de tanta transmissão de posse que se havia dado no passado. Como na Capital do Império, as Províncias se apressaram em reconhecer, sucessivamente, o *fato consumado*, na medida em que ia sendo possível organizar as respectivas Juntas governativas. Em algumas delas essas Juntas foram estabelecidas no correr do próprio dia 16, como em São Paulo, no Rio Grande do Sul e na Província do Rio; em outras isso não foi possível senão nos dias sucessivos, a 17 em Pernambuco e em Minas Gerais, a 18 no Ceará, no Maranhão e no Pará. No Amazonas, no dia 20 não se sabia ainda ao certo o que tinha realmente havido no Rio de Janeiro, e somente a 22 é que se constituiria ali a Junta governativa. E quanto a Mato Grosso, de tôdas as Províncias a mais distante da Côrte, somente em 9 de dezembro é que se organizou ali um Governo republicano.

*

(792) *Op. cit.*

Em Pernambuco, ou melhor, no Recife, a notícia da instalação do Governo Provisório coincidiu com a chegada ali no mesmo dia 16, a bordo do vapor *Maranhão*, do 22.º Batalhão de Infantaria, o mesmo que Ouro-Prêto havia transferido para o Amazonas, e no qual fôra incluído o Tenente Pedro Carolino, o da guarda do Tesouro. Já se vê que isso foi pretexto para calorosas manifestações dos republicanos da terra, com discursos e louvores ao “mártir” da Monarquia. Num gesto teatral, em plena rua da Capital, o Tenente arrancou a coroa e a medalha militar que lhe guarneciam o uniforme e “arremessou-as ao chão, entre aplausos delirantes do povo que se reunia em frente ao *Norte*”, jornal republicano do Recife. Em seguida, Martins Júnior, Alcibiades Peçanha, Martiniano Veras e outros republicanos se dirigiram para bordo do *Maranhão*, com o fim de pedirem ao comandante do 22.º de Infantaria que desembarcasse sua fôrça e não mais seguisse com ela para o Amazonas, patenteando assim a sua repulsa à ordem vingativa do Ministério deposto, a que não quis entretanto aceder o Comandante⁷⁹³.

Dentre tôdas as Províncias do Império, a Bahia foi a única onde houve um comêço de resistência contra o estabelecimento da República, partida de antigos abolicionistas fiéis à Monarquia, apoiada pelo Presidente da Província e num certo sentido também pelo Comandante das Armas, Marechal Hermes Ernesto da Fonseca, que sendo irmão de Deodoro emprestava a essa tentativa de reação um significado que não se precisava salientar. De fato, quando se espalhou ali a notícia da queda da Monarquia, logo se soube que o primeiro movimento do Comandante das Armas foi para manter sua fidelidade ao regime deposto. “Não adere ao movimento da Côrte”, anun-

(793) M. E. de Campos Pôrto, *op. cit.*

ciava o *Diário da Bahia* na sua edição do dia 16, “o que comunicou às guarnições do Norte da Província e à Côte”.

A primeira notícia que correu ali, no começo da tarde do dia 15, foi a de que havia no Rio uma “crise ministerial”: o Gabinete Ouro-Prêto se tinha demitido e o Conselheiro Dantas fôra chamado para organizar o nôvo Govêrno. Foi só no dia seguinte que se soube o que realmente acontecera, isto é, que a Monarquia tinha sido derrubada e fôra instituído um Govêrno republicano, presidido pelo Marechal Deodoro, notícia logo depois confirmada quando se tornou público o telegrama circular do Tenente Vinhais. Sabedor do que se passava, apressou-se o Presidente em promover uma reunião em Palácio, para deliberarem sôbre o que se devia fazer, depois do que passou o seguinte telegrama ao Marechal Deodoro:

“O povo baiano, representado pelas diversas classes sociais, reunidas hoje em Palácio, sem distinção de partido político e animado de ardente patriotismo, deliberou que se faça patente à Nação inteira que a Bahia, fiel à Constituição e às leis, aguarda nas atuais circunstâncias, com firmeza e tranqüilidade, as deliberações dos poderes legalmente constituídos”⁷⁹⁴.

Esse telegrama deve ter chegado ao Rio pela tarde do dia 16, isto é, quando a “revolução” estava consumada, o Imperador destronado e praticamente prisioneiro no Paço da Cidade e o Govêrno Provisório definitivamente constituído. Está-se a ver a apreensão que êle deve ter causado aos novos donos do País. Não tanto pelo receio de que pudesse partir da Bahia qualquer movimento sério em favor da Restauração da Monarquia, para o que não dispunha a Província de suficientes meios de ação. Não, o perigo não era êsse. O perigo estava

(794) *Op. cit.*

no fato, que já se sabia no Rio, de o Marechal Hermes não aceitar o nôvo regime; e dado o profundo respeito que Deodoro tributava ao mais velho de seus irmãos, a par da sabida má vontade com que êle mesmo aceitara a República, podia bem se dar o caso de um arrependimento seu de última hora, dando o dito por não dito, e deixando o pequeno grupo de republicanos civis, que se tinha apoderado do poder, entregue à sua própria sorte.

Não sabemos como se processou nem de quem partiu a idéia, se de Quintino, se de Rui, se do próprio Deodoro, o fato é que em resposta ao telegrama do Presidente da Bahia foi-lhe passado um outro, assinado por Deodoro, no qual êste apelava para o “patriotismo de V. Ex.^a, do povo e da guarnição da Bahia, a fim de respeitar o Governo instituído pelo Exército, a Armada e o povo desta Capital, já apoiado por muitas Províncias”.

Não deve ter surtido muito efeito êsse apêlo do Marechal Deodoro, porque o Presidente da Província voltaria a telegrafar-lhe para reafirmar seus sentimentos de fidelidade à Monarquia, declarando, em nome do povo baiano, que “respeitaria e manteria a Constituição e as leis do Império”. Por outro lado, a Câmara Municipal da Capital se reunia no correr dêsse dia 16 e votava, por unanimidade, entre vivas à Monarquia e ao Imperador, uma moção de solidariedade ao regime, protestando ao mesmo tempo “contra a ditadura militar que, sob o nome de Governo Provisório se estabeleceu na Côrte”, e afirmando “sua completa adesão às instituições e ao Imperador”. “A Província da Bahia, concluía, não adere ao movimento ilegal e tumultuário, impôsto pela fôrça e, ao que parece, aceito pelo terror”⁷⁹⁵.

(795) *Op. cit.*

Durante todo êsse dia 16 reinou na Bahia essa situação de desafio ao Governo republicano instalado no Rio de Janeiro. Os documentos que se conhecem não dizem, mas tudo faz crer que à frente dessa reação, animando-a e dando-lhe fôrça, estava a pessoa do Comandante das Armas, que sendo irmão do chefe da insurreição armada, tinha mais autoridade do que ninguém para exprobrar a sua atitude de rebeldia contra os poderes constituídos da nação. E, de fato, tôda a reação só cessaria na manhã do dia 17, quando se soube ali que o Imperador, acompanhado de sua família, havia já abandonado o país, sem articular uma frase ou uma palavra que fôsse de reprovação ao ato da sua destituição, antes aceitando e se mostrando em tudo conformado com a nova ordem de coisas. Foi só então que o Marechal Hermes se declarou vencido e a Bahia, como as demais Províncias do Império, submeteu-se às autoridades republicanas “no meio de um povo mudo e indiferente”, diz-nos Brás do Amaral, visto como a República “não tinha ali popularidade”⁷⁹⁶.

(796) *História da Bahia, do Império à República*. — R. Magalhães Júnior diz, em seu livro sobre Deodoro, que o Marechal Hermes, “mal-informado sobre o curso dos acontecimentos, sem saber quem se achava à testa da onda revolucionária, telegrafara, dali [da Bahia] ao Imperador em Petrópolis, para que tomasse o rumo do interior do País, sem renunciar ao poder, pois que êle, com a tropa sob seu comando, correria logo em socorro do velho Soberano. O telegrama, interceptado nos Telégrafos do Rio de Janeiro, foi levado a Deodoro, que então se comunicara com o irmão, dando-lhe a versão completa e fiel do que ocorrera”. Não sabemos em que fonte o autor foi colhêr semelhante versão, porque êle não o diz, mas está-se logo a ver, pelos fatos rigorosamente históricos descritos acima e pelo que se segue, que tudo não passa de pura fantasia. Primeiro porque não era possível que o Marechal Hermes fôsse sabedor, na Bahia nesse mesmo dia 15, de que a Monarquia havia sido extinta, quando na Côrte, quer dizer, no próprio local dos acontecimentos, não se sabia disso, e nenhum jornal o havia noticiado; ainda porque não era verdade. Segundo porque as primeiras notícias que chegaram à Bahia no correr do dia 15 sobre os acontecimentos no Rio, eram incompletas, e tão desencontradas e contraditórias quanto as que corriam nessa mesma ocasião na própria Côrte, não podendo elas, assim, dar motivo para o Marechal Hermes telegrafar ao Imperador em Petrópolis, quer dizer, na própria manhã do dia 15. Se o Marechal estava realmente informado de que a “revolução” visava depor o Monarca, uma tal informação só podia lhe ter chegado

ao cair da noite de 15, quando de fato ficou decidida no Rio a implantação da República. Ora, nessa ocasião o Imperador já não se achava mais em Petrópolis, mas no Rio, no Paço da Cidade, fato que se devia saber na Bahia, não tendo assim por que o Marechal Hermes telegrafar-lhe para Petrópolis. Tê-lo-ia feito então para o Paço da Cidade, o que não fez. R. Magalhães Júnior diz que esse suposto telegrama, dirigido ao Imperador em Petrópolis (na manhã, portanto, no dia 15, quando ele se achava ainda na cidade serrana) fôra interceptado na Repartição dos Telégrafos e levado ao conhecimento de Deodoro, o que também não é possível, pois nessa manhã o Tenente Vinhais não se tinha ainda apoderado dos Telégrafos (coisa que só faria na noite de 15), e não é admissível que o velho Capanema, diretor da Repartição, monarquista e amigo pessoal do Imperador, fôsse interceptar o despacho e se apressar em mandá-lo para Deodoro. Ainda porque este, a essa hora, se achava trancado em casa, completamente desinteressado dos acontecimentos e obstinado em não querer "proclamar" a República. Finalmente: como era possível que o Imperador, de Petrópolis, "tomasse o rumo do interior do país", que só podia ser em direção ao Vale do Paraíba, pela estrada União e Indústria, e fôsse ali socorrido pelo Marechal Hermes, vindo este da Bahia, quer dizer, léguas e léguas distantes, a correr, à frente de suas tropas ("correria logo em socorro do velho Soberano"), quando não havia para um trajeto tão longo e tão difícil o menor traço de caminho?

O Imperador é convidado a retirar-se do País

Com exceção dos pequenos príncipes, filhos dos Condes d'Eu, que não tinham ainda chegado de Petrópolis, todos os demais membros da Família Imperial e os poucos fiéis que lhe faziam companhia, estavam reunidos no Paço da Cidade. Tinham ido se deitar com a vaga esperança de que a Monarquia ainda poderia ser salva depois do projetado encontro de Saraiva com o Marechal Deodoro, esperança que, porém, se desvaneceu de todo quando acordaram na manhã de 16 e souberam da resposta que Trompowski havia trazido, isto é, que o Marechal já se havia decidido pela República.

Nas primeiras horas da manhã de 16, o oficial que comandava a guarda do Palácio ainda deixava entrar os visitantes, mediante a constatação de sua identidade; mas, pouco depois das dez, veio ordem formal para não deixar entrar nem sair quem quer que fôsse. Contudo, o Conde e a Condessa de Carapebus sempre conseguiram, não se sabe como, chegar até junto à Família Imperial⁷⁹⁷. Esta começava a passar agora os seus piores

(797) "Não se sabe como", — diz o Conde d'Eu em carta à Barral. Sabe-se hoje que os Carapebus saíram e entraram por uma porta que comunicava com os fundos de uma casa da Rua da Misericórdia, e era desconhecida de quase toda a gente. Revelada essa saída, o comandante da guarda que sitiava o Paço mandou postar ali algumas praças, fechando-se, assim, o cerco ao palácio.

momentos, com tanto maior consternação quanto não se tinha a menor idéia da sorte que lhe estaria reservada. Através das janelas do Paço viam lá fora várias pessoas de suas relações detidas à distância pelas sentinelas, e a aflição de não poderem abraçar os amigos numa hora de tanta provação, só fazia aumentar ainda mais um infortúnio que já era bem grande. Essas pessoas agrupavam-se no meio da praça fronteira ao Palácio. Lá estavam Paulino de Sousa, Saraiva, Correia, entre outros. O Almirante Salgado, Barão de Corumbá, trepava numa árvore para poder ver melhor.

Aos próprios diplomatas estrangeiros que ali apareceram para se despedirem pessoalmente do Imperador e da Família Imperial fôra vedada a entrada em Palácio. Os representantes de Inglaterra, da França, do Chile, da Alemanha, da Itália, da Bélgica e dos Estados Unidos bem que tentaram, por vários modos, juntos ou separadamente, ali penetrar, mas se viram impedidos por um soldado postado à entrada do Paço.

Um dêles foi-se entender com um oficial da guarda, um tenente — *un gamin de 20 ans*, conta o ministro belga, com um sabre mais alto do que êle próprio e um grande revólver à cintura. Confirmou a ordem da sentinela: ninguém podia entrar⁷⁹⁸.

Num dado momento correu em Palácio a notícia — trazida não se sabia por quem, talvez pelos Carapebus — de que se cogitava de embarcar a Família Imperial no couraçado *Solimões*, — “um monitor de dimensões absolutamente exíguas, conta o Conde d’Eu, que não podia navegar a bem dizer senão *debaixo d’água*, tôdas

(798) Ofício de 19 de novembro de 1889. — Conta o ministro americano que vários de seus colegas haviam proposto que se fôsse coletivamente (*in a body*) a Palácio a fim de serem recebidos pelo Imperador, mas que êle e o seu colega francês haviam rejeitado “polida mas firmemente” essa idéia (Ofício de 27 de novembro de 1889, ref. por Manuel Cardozo, *op. cit.*)

as escotilhas fechadas⁷⁹⁹. Aterrorizados com semelhante perspectiva, foi discutida a idéia de Carapebus, de ir êle se entender com o Ministro do Chile a fim de êste obter a autorização do Govêrno Provisório para a Família Imperial ser recolhida a bordo do couraçado chileno surto no pôrto; ou então que, independentemente dessa autorização, fôsse o ministro chileno esperar a todos numa das portas secretas do Paço. “O Palácio ficando ao lado do mar — considerava o Conde d’Eu, que muito se empenhava por essa solução — uma vez atravessada secretamente a linha de sentinelas, não haveria grande dificuldade de alcançar-se uma embarcação”⁸⁰⁰. Era, como se vê, um projeto de fuga.

Na esperança de que o Imperador concordasse com êle, chegou-se a redigir uma espécie de proclamação ao País, na qual o Monarca dizia que buscava “abrigo sob o pavilhão de uma nação amiga, enquanto não me é dado tomar uma outra deliberação”. Fêz-se também o projeto de outra proclamação, na qual não se fazia referência a abrigo sob pavilhão estrangeiro, mas se dizia apenas *ao País*, que o Imperador estava “pronto a prestar ainda quaisquer serviços que êle porventura reclamasse”⁸⁰¹, em têrmos, como se vê, possíveis de serem duplamente interpretados, fôsse no sentido de o Imperador se pôr à disposição do Govêrno republicano, fôsse no de convidar o País a reagir contra o nôvo regime, na certeza de poder contar, para isso, com os seus “serviços”.

Encarregou-se o Conde d’Eu de submeter os dois projetos à apreciação do Monarca, que continuava, por assim dizer, completamente alheio aos acontecimentos, entretido, numa atitude absolutamente serena, com a

(799) Carta citada à Condessa de Barral.

— (800) Carta citada.

(801) As minutas dessas proclamações se encontram no Arquivo da Casa Imperial.

leitura de suas caras revistas científicas. Ora, seria desconhecer inteiramente o homem, supor que êle pudesse concordar com semelhantes projetos, fôsse de se pôr às ordens do Govêrno republicano, fôsse de combatê-lo, colocando-se à frente de uma rebelião restauradora. E muito menos com um projeto de fuga, que a tanto valia pôr-se ao abrigo de uma nação estrangeira. De fato, sondado pelo genro, repeliu-os prontamente. "Foram repelidos com indignação", confessaria o próprio Conde d'Eu; "êle não queria, naquela emergência, recorrer absolutamente a estrangeiros"⁸⁰². Apesar disso, a Princesa e o marido sempre consentiram que Carapebus falasse a respeito com o Ministro do Chile, "como coisa absolutamente sua", muito embora Dona Isabel continuasse a dizer que não se separaria do pai — "nem que me varram de balas, como fizeram com o Ladário"⁸⁰³. Parece, porém, que Carapebus não chegou a se avistar com o diplomata chileno, visto como os acontecimentos logo se precipitaram⁸⁰⁴.

De fato. Podiam ser três horas da tarde quando se ouviu um estrépito de patas de cavalo: era um esquadrão de Cavalaria que se estendia diante do Paço. Logo em seguida, o seu comandante, que era o Major

(802) Carta citada.

(803) Visconde de Taunay, *Diário*.

(804) Diz Joaquim Nabuco, no livro que escreveu sobre Balmaceda, que êste, então Presidente do Chile, "telegrafou ao Ministro chileno no Brasil para que pusesse às ordens de Dom Pedro II, a fim de transportá-lo para o exílio, o encorajado *Almirante Cochrane*"; mas que o diplomata, "vendo a revolução consolidada, hesitou em dar cumprimento a essa ordem, que podia despertar a susceptibilidade da nova República". Não foi bem assim. De fato o Govêrno chileno telegrafou ao seu representante no Rio para *poner el buque a disposicion del Imperador a fim de transportarlo, con su familia, a Europa*, o que o diplomata chileno não pôde, entretanto, fazer porque o telegrama que lhe trazia essa ordem, retransmitido de Buenos Aires, só lhe chegou às mãos na noite de 19, quando a Família Imperial já havia deixado o Rio e estava a caminho da Europa (Juán José Fernandez, *La Republica de Chile y el Imperio del Brasil*). O representante chileno não acreditava, porém, e com boas razões, como vimos, que o Imperador aceitasse semelhante oferecimento: *Los antecedentes que tengo*, — dizia êle em officio de 21 de novembro de 1889,

Solon, acompanhado do Tenente Sebastião Bandeira, subia as escadas do palácio e pedia para ser levado à presença do Imperador, para quem, dizia, tinha uma mensagem. Recebidos no salão chamado das “Damas”, onde se achava reunida a Família Imperial, dirigiu-se Solon ao Monarca, a quem entregou um papel. “Por sua atitude respeitosa, — observou a Princesa, — pareciam vir cumprir uma mensagem ordinária. O Major Solon mostrava-se tão perturbado que ao entregar o papel a Papai deu-lhe o tratamento de Vossa Excelência, depois de Vossa Alteza e, finalmente, de Vossa Majestade”⁸⁰⁵. “Estavam tão atrapalhados, diz a Baronesa de Muritiba, que o Solon nem acertava com o tratamento que devia dar ao Imperador”⁸⁰⁶.

“Venho de parte do Governo Provisório”, disse êle, “entregar respeitosamente a Vossa Majestade esta mensagem. Não tem Vossa Majestade uma resposta a dar?”

“Por ora não”, respondeu o Imperador passando a vista no documento.

“Então posso retirar-me?”

“Pode”⁸⁰⁷.

*

— *me hacen creer que Don Pedro II no habria podido aceptarlo, aunque lo hubiera agradecido profundamente.* A razão principal, portanto, de não ter o Ministro chileno cumprido a ordem que recebera foi o atraso com que lhe chegou o citado telegrama. Mas ainda que o tivesse recebido a tempo, não lhe teria sido possível dar-lhe cumprimento — *no habria podido tratar el asunto*, explicava êle no referido officio, *porque el nuevo Gobierno impidió el acceso de los diplomaticos extranjeros a su persona.* De fato, como vimos atrás, a partir das dez horas do dia 16 o acesso ao Paço da Cidade tinha ficado inteiramente impedido, mesmo para os diplomatas estrangeiros; e apesar das promessas do nôvo Ministro da Marinha, Almirante Wandenkolk, de que êles poderiam ir a bordo do *Parnaíba* se despedirem da Família Imperial, não lhes seria facilitado êsse acesso, sob pretexto de não haver condução para voltarem à terra. Não lhes seria dada essa autorização, dirá o Ministro do Chile, *por razones que seria inutil explicar* (Félix Nieto, *La Independencia del Brasil y el ideal republicano*), sendo que o único dêles que, iludindo as autoridades republicanas, conseguiria ir a bordo do *Parnaíba* seria, como veremos adiante, o Ministro da Áustria.

(805) Narrativa da Princesa Imperial, no arquivo citado.

(806) *Op. cit.*

(807) Narrativa citada.

Dizia o Govêrno Provisório nessa mensagem, que “os sentimentos democráticos da Nação há muito tempo preparados”, haviam agora despertado diante da política de atentados contra as classes armadas, do esbulho de seus direitos, de procurar dissolvê-las e substituí-las “por elementos de compressão oficial”. Que em face disso e da nova situação que se criava, seria absurda a presença da Família Imperial no País; e que, em obediência ao “voto nacional”, esperava-se que ela deixasse o território brasileiro “no mais breve prazo possível”, marcando-se-lhe o prazo de 24 horas para retirar-se, “que contamos não tentareis exceder”. Terminava dizendo que estava assegurado o seu transporte para a Europa “por conta do Estado”, com tôdas as garantias, continuando-se-lhe a dar “a dotação que a lei vos assegura até que sôbre êste ponto se pronuncie a próxima Assembléia Constituinte”. Finalmente, que o País contava que o Imperador soubesse “imitar na submissão aos seus desejos, o exemplo do primeiro Imperador em 7 de abril de 1831”.

Depois que os dois oficiais se retiraram, todos os presentes se voltaram para o Imperador, numa visível ansiedade, curiosos de saber o que se continha na mensagem do nôvo Govêrno. Foi quando o Monarca declarou, em voz alta e firme, “com grande ar de dignidade e calma”, diz a Baronesa de Muritiba, tratar-se de uma comunicação do Govêrno Provisório participando a sua destituição e conseqüente implantação da República, e se lhe dando o prazo de 24 horas para se retirar do País. E com a mesma serenidade — “sempre calmo e digno”, diz a filha — acrescentou que acatava a decisão do nôvo Govêrno, estando pronto a partir no dia seguinte. “Declarou que se retirava, e que se não fôsse pelo

País, para êle, pessoalmente, era uma despachação”⁸⁰⁸. Depois do que se afastou com o Barão de Loreto, a fim de combinarem a resposta que se iria dar ao Governo Provisório. No caminho, ao passar pelo Barão de Muritiba, virou-se para êste e disse: “Isto é devido à indisciplina do Exército, que seu pai bem conhece”, querendo com isso referir-se, diz o Barão, “a um dos primeiros sinais de indisciplina que tivera lugar após a Campanha do Paraguai, sendo meu pai Ministro da Guerra” (*Apostamentos cit.*).

As emoções que ela vinha sofrendo com tudo isso eram demasiado fortes e a Imperatriz, habitualmente tão serena e tão corajosa, não mais se conteve: deixou-se cair, prostrada, em prantos, sôbre uma poltrona. A filha, ao lado, e as demais senhoras presentes, desataram igualmente a chorar. “A idéia de deixar o país e os amigos, tanta coisa que amo, — dirá ela dias depois, — que me lembram mil felicidades de que gozei, fêz-me romper em soluços! Nem por um momento, porém, desejei uma menor felicidade para a minha Pátria. Mas o golpe foi duro!”⁸⁰⁹.

(808) Idem. É versão da Princesa. Segundo a Baronesa de Muritiba (*op. cit.*), o Imperador teria dito: “Eu parto e parto já”, acrescentando: “Os ingratos são maus, primeiro com êles próprios. Se não fôsem as saudades e o amor do meu País, para mim seria uma despachação”. Essa sensação de desafôgo, de liberdade, que o Imperador confessava desde os primeiros instantes em que soube que não tinha mais que cumprir as obrigações de Chefe do Estado, que há meio século lhe pesavam sôbre os ombros, êle iria manifestar, mais de uma vez, no exílio, a ponto de achar que até lucrara com a perda da Coroa. Desterrado, em Paris, diria certa vez que do ponto de vista individual lucrara imensamente, pois podia viver como entendia, satisfazer sua vontade “à lei das minhas inclinações sem despertar críticas nem incorrer em pesadas responsabilidades. Leio, estudo, passeio e movo-me desembaraçadamente. Não me vejo forçado a sacrificar a devoção à obrigação, gozando de um repouso de que já ia precisando.” E, fazendo-se irônico, com uma clara indireta às tantas acusações que lhe haviam feito no correr do Reinado, monarquistas e republicanos, de usar e abusar, no exercício do Poder Moderador, de um verdadeiro poder pessoal, acrescentaria: “Vivo numa absoluta ociosidade, exercendo genuíno poder pessoal, pois realizo tudo quanto me apraz” (Heltor Lyra, *História de Dom Pedro II*).

(809) Narrativa citada.

Depois de um longo tempo, combinaram, finalmente, a resposta a ser dada ao Governo Provisório. O Imperador sentou-se para copiá-la. Apesar da sua calma sentia-se, na incerteza da pena, a grande emoção que o invadia. Sua letra desenhava-se hesitante sobre a larga fôlha de papel timbrada com as armas imperiais. Começou a copiar: *A vista da representação escrita, que me foi escrita...* A repetição involuntária da última palavra devia exprimir o abalo que lhe ia na alma. Posta de lado essa primeira cópia, tentou êle uma outra: *A vista da representação escrita, que me foi entregue hoje, às 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao...* Um borrão de tinta, caído, nessa altura, sobre o papel, veio inutilizar essa segunda cópia. Loreto passou-lhe a terceira fôlha de papel. Desta vez êle copiou integral e corretamente a declaração⁸¹⁰. Dizia assim:

A vista da representação escrita, que me foi entregue hoje, às 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir com tôda a minha família para a Europa amanhã, deixando esta Pátria, de nós estremecida, à qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação durante quase meio século em que desempenhei o cargo de Chefe de Estado. Ausentando-me, pois, eu, com tôdas as pessoas da minha família, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade.
— Rio de Janeiro, 16 de 9bro de 1889. — D. PEDRO D'ALCANTARA⁸¹¹.

Era um documento de uma grande elevação moral e de um desprendimento como só raramente se poderá ver igual na História do Brasil. Pelo seu tom sereno e de

(810) Domiciano Cardoso, *As cenas tristes da nossa História*. — Heitor Lyra, *op. cit.*

(811) Segundo o original existente no arquivo da Casa Rui Barbosa, atualmente exposto no Museu da República (Palácio do Catete), no Rio de Janeiro.

quase humildade, ao lado de um total espírito de despreendimento, era o que bastava para tranquilizar os homens que acabavam de depô-lo, receosos que ainda estavam de que êle se opusesse às suas determinações, teimasse em ficar no Brasil, reivindicando, para si, ou para os seus herdeiros, o direito de reinar que lhe dava a Constituição do Império.

Mas não. E para que não pairassem dúvidas a respeito, por duas vezes, nesse documento, assegurava que partiria *com toda a família para o estrangeiro*. Não abdicava a Coroa em favor da sua legítima herdeira, como fizera o pai com relação a êle: largava-a, despojava-se dela, abandonava-a simplesmente nas mãos dos brasileiros Para si nada reservava. Nada pedia e ainda menos reclamava. Ao contrário: não só largava o que tinha, o que de direito lhe pertencia, como recusaria a doação de cinco mil contos-de-réis que o Governo Provisório iria dotar-lhe, para o sustento seu e de sua Família na Europa, recusa tanto mais honrosa quanto êle podia ser tido como um homem pobre, quase nada possuindo para ter uma vida ainda que modesta no Estrangeiro. Submetia-se a tudo, humildemente, seguindo com isso a sua invariável linha de conduta de não contrariar, em nada, a vontade soberana da Nação. Podia discutir a legalidade do nôvo Governo, o direito de que êle se arrogava em falar em nome de um povo que não fôra de qualquer modo consultado, de interpretar, através daquelas baionetas que o depunham, o sentimento geral do País. Não o fazia. Partia sem um reclamo, sem uma queixa, lamentando apenas ser obrigado a deixar uma Pátria por êle sempre estremecida⁸¹².

(812) A igual do pai, a Princesa Imperial, também sem o mínimo traço de ressentimento ou de queixa pelo sucedido, deixava uma mensagem escrita, despedindo-se de "todos os brasileiros e do País que tanto meei e amo, para cuja felicidade esforcei-me por contribuir, e pela qual continuarei a fazer os mais ardentes votos". Tinha também a data de 18

“Resignou-se à República, observa Guilherme Ferrero, com uma serenidade que prova como êle não estava persuadido de ter o direito de exercer uma tão desmedida autoridade”⁸¹³. Joaquim Nabuco desenvolve êsse conceito dizendo que “a dependência voluntária íntima da vontade do País é tal que, deposto do trono, não afirmará uma só vez o seu direito de reinar em virtude de qualquer dos antigos pactos, da Independência, da Constituição, do 7 de Abril, da Maioridade, e muito menos pelo antigo direito portuguez”. Prevendo, como era, aliás, de esperar, que a República seria um dia implantada no Brasil, e exprimindo com isso um sentimento do Imperador, já o Conde d’Eu havia declarado antes, por ocasião da sua viagem ao Norte do Brasil, que “nunca a Família Imperial cogitou de pugnar pela Coroa contra a vontade popular”. A que Pandiá Calógeras acrescentou que o Imperador, embora representasse uma doutrina política e estivesse persuadido da superioridade da fórmula que defendia, jamais pensou em impô-la ao País⁸¹⁴.

Aliás, para mostrar quanto êle se considerava já desprendido do cargo, na resposta dada ao Governo Provisório, basta considerar a assinatura que pôs embaixo dêsse documento — *D. Pedro de Alcântara*. De fato. É sabido que nos atos rigorosamente oficiais, tais como decretos, mensagens etc., êle assinava simplesmente — *Imperador*. Seguia aí a tradição ibérica, de um lado como os reis de Portugal, que não assinavam nunca seus próprios nomes, mas simplesmente — *O Rey*; e de outro lado como os reis de Espanha, que assinavam sempre

de novembro de 1889. — O Conde d’Eu, por seu lado, e ainda nesse mesmo dia, endereçava um offeio a Benjamim Constant, reconhecendo a sua qualidade de nôvo Ministro da Guerra e despedindo-se “saudosamente” da Nação brasileira e “de todos os meus camaradas do Exército”. Ver adiante as críticas que se fizeram a respeito dêsse Offeio.

(813) João Ribeiro, *História do Brasil*.

(814) *Formação histórica do Brasil*.

— *Yo el Rey*. Dom João VI, quando Príncipe Regente do Brasil, assinava-se — *O Príncipe*, e Dom Pedro I, já imperador — *O Imperador*.

Na correspondência com os ministros, de natureza oficial, versando sôbre matéria do Govêrno, quer dizer, quando era o Chefe de Estado que escrevia, o Imperador usava assinar *D. Pedro II* ou *D. Pedro 2.^o*. Tratando-se, porém, de correspondência particular ou de qualquer outro documento não oficial, sua assinatura era a mesma agora usada na resposta ao Govêrno Provisório — *D. Pedro de Alcântara*. Era êste também o nome que costumava usar em suas viagens ao estrangeiro, tôdas de caráter privado e custeadas, por isso, por seu próprio bôlso, coisa da qual fazia sempre questão, e para a qual recorria a empréstimos feitos a particulares, pois não era homem de fortuna e não desejava pesar nos cofres públicos. “Chamo-me como assino”, declarava êle em carta ao nosso ministro em Portugal, Barão de Japurá, quando chegava uma vez a Lisboa, dando assim a entender que não queria que o tratassem de Imperador. Desmentindo uma versão fantasiosa que corra, segundo a qual êle se apresentara ao Papa Pio IX, em 1877, com o nome de Conde de Alcântara, declarou a Princesa Imperial: “Meu pai nunca tomou o título de Conde de Alcântara; êle se assinava Pedro de Alcântara, porque era o seu nome de batismo”⁸¹⁵.

(815) Heitor Lyra, *op. cit.*

Prisioneiros no Paço da Cidade

Durante o resto do dia 16, a Família Imperial ficou retida no Paço da Cidade. A aflição de todos era grande, sobretudo das duas senhoras, a Imperatriz e a Princesa. O Imperador guardou sempre a sua costumada serenidade, e no meio daquele desconôlo geral, era realmente de impressionar a tranqüillidade com que lia, sentado a um canto do salão, as suas habituais revistas cicientíficas. Dir-se-ia que os acontecimentos que se vinham desenrolando desde a véspera não o afetavam em coisa alguma. Seu neto, o Príncipe Dom Pedro Augusto, procurava convencê-lo da gravidade da situação que todos atravessavam, mas êle parecia não se dar conta, continuando, como diz o Príncipe, "a ver navios sem nada fazer". À sugestão do neto, de êste tentar escapar-se pela porta que dava para a Rua do Carmo, a fim de ver se ainda era possível fazer qualquer coisa em benefício da Família Imperial, o Imperador respondeu, agastado, que o que êle queria era simplesmente fugir⁸¹⁶. E ao Visconde de Taunay, que lhe fazia sentir, talvez um pouco excitado, o desastre total que a vitória dos republicanos trazia para os monarquistas, êle declarou, com a mais firme serenidade: "Pois se tudo está perdido, que haja ao menos calma. Eu não tenho mêdo do infortúnio"⁸¹⁷.

(816) Carta de Dom Pedro Augusto, datada de Cannes, 2 de fevereiro de 1890, *op. cit.*

(817) V. de Taunay, *Pedro II.*

Decidida que estava a partida para o Estrangeiro, era mister cuidar dos preparativos da viagem. A Imperatriz, já refeita, em parte, das emoções dos primeiros momentos, ditava instruções a Dona Rosinha Calmon, mulher de José Calmon Nogueira da Gama, filho do Mordomo Visconde de Nogueira da Gama, ao mesmo tempo que assinava, com o Imperador, as necessárias procurações para a futura defesa dos seus interesses privados: uma em favor do Visconde “para as nossas propriedades e bens particulares neste país, excetuada a Fazenda de Petrópolis”, e outra em favor do filho de José Calmon, o qual ficaria como “Superintendente da Fazenda de Petrópolis”.

O Conde e a Condessa d’Eu, assim como o príncipe Dom Pedro Augusto, ocupavam-se de medidas análogas. Este contituiu seu procurador o Conde de Carapebus (cuja procuração seria, pouco depois, substabelecida em favor do Conde de Mota Maia), enquanto o Coronel Guilherme Lassance, mordomo do Conde d’Eu, se encarregaria dos bens d’este como seu procurador⁸¹⁸.

O Conde se mostrava muito preocupado com a situação financeira em que ficariam, com a perda de seus apanágios no Brasil. Não só êle, como o próprio Imperador, cujas rendas, além do fôro da cidade de Petrópolis, mal dariam para uma subsistência decente na Europa. Vendo-o, assim, tão angustiado, tomou Lassance a iniciativa de ir ao Quartel-General se avistar com alguns membros do Govêrno Provisório, a fim de indagar, *como coisa sua*, “em que se cifravam as intenções do Govêrno quanto às garantias estatuídas a favor dos membros da Família Imperial nos tratados de casamento e leis respectivas, bem como sôbre os seus direitos a alguns bens particulares”, tendo para isso organizado “umas notas

(818) M. E. de Campos Pôrto, *op. cit.*

concernentes a artigos e contratos matrimoniais, leis e regulamentos respectivos, de que eu tinha conhecimento por ser o Mordomo de Sua Alteza”, os quais deixou em mãos de Quintino Bocaiúva⁸¹⁹. Mas tanto este quanto Rui Barbosa, que o haviam recebido no Quartel-General, desde logo o tranqüilizaram, dizendo que era intenção do Govêrno Provisório respeitar os direitos e as propriedades que a Família Imperial possuía no Brasil; e mais, que chegando à Europa, encontraria os fundos necessários que o mesmo Govêrno mandaria para o seu sustento no Estrangeiro.

Inteirado dessas declarações o Conde d’Eu se mostrou, parece, muito agradecido ao nôvo Govêrno, sobretudo quando soube da doação de 5 mil contos que o mesmo pretendia fazer ao Imperador, para instalação e subsistência na Europa, sua e de sua família. Já a Princesa não parecia tão interessada por essa questão financeira. Suas preocupações eram outras. “Nós não fazemos questão de dinheiro, dizia ela. O que me custa é deixar a Pátria onde fui criada e tenho as minhas afeições. É isso o que mais lamento perder; não o trono, nem ambições, que não tenho”⁸²⁰.

(819) Declarações de Lassance, de 17 e de 20 de novembro de 1889, publicadas na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro.

(820) Tobias Monteiro, *op. cit.* — Segundo a Baronesa de Muritiba (que devia ter sabido “por ouvir dizer”, pois não se encontrava nessa ocasião no Paço da Cidade), ela teria dito a Mallet: “Pois, Sr. Mallet, é quando nos vê com o coração partido de dor que nos vem falar em dinheiro, conhecendo, entretanto, nosso pensar em assunto semelhante?”. — O Conde d’Eu foi acusado pelos republicanos da época, Rui Barbosa entre outros, de haver mandado Lassance pedir os tais 5 mil contos ao Govêrno Provisório, alegando a insolvência da Família Imperial; disseram mais, que o decreto que os concedia “foi entregue nas mãos do Sr. Conde d’Eu no Paço da Cidade, na noite de 16, pelo General José Simeão, mostrando-se o Conde muito agradecido por isso, dizendo que outra coisa não esperava de seus amigos Benjamim Constant e Quintino Bocaiúva” (Discurso de Rui Barbosa no Senado, em 16 de maio de 1907). Mas tudo isso seria desmentido pelo próprio Lassance, e é fato que a ida dêste ao Quartel-General na noite de 16 foi uma iniciativa exclusivamente sua. Dirá êle: “Fui espontaneamente ao Quartel-General na noite de 16, por ver que S. A., o Conde d’Eu estava muito incomodado por causa de um grande

Muito aflita queria a todo o custo ir ao palácio das Laranjeiras buscar alguns objetos seus de estimação, ou que julgava indispensáveis para a viagem que devia empreender. Depois de uma longa espera, foi-lhe dito que só poderia ir “acompanhada de uma guarda de cavalaria, ao que Sua Alteza respondeu que preferia então não sair”, pedindo às suas amigas, as Baronesas

compromisso que tinha para com o Banco do Brasil” (Declaração de 20 de novembro de 1889). Foi ao Quartel-General, — acrescentará elle, — não para solicitar dinheiro(*), mas unicamente para saher quais eram as disposições do Governo Provisório com relação aos bens que a Família Imperial deixava no Brasil. Também não é verdadeira a afirmação de Rui, de que José Simeão entregou o decreto de doação ao Conde d’Eu no Paço da Cidade, na noite de 16. Tudo o que fez Simeão (fizeram os dois, Simeão e Mallet) foi dar ao Conde d’Eu a notícia dêsse decreto. Quem o entregou, ou melhor, quem o entregaria, não ao Conde, como se verá adiante, mas ao próprio Imperador, quando este já se encontrava a bordo do *Parnaíba*, foi um Tenente do Exército, mandado ali para isso pelo Governo Provisório, fato que Rui Barbosa não podia ignorar. O Conde d’Eu confirma a informação de Lassance, dizendo que quando deixara o Paço da Cidade a fim de embarcar para o exílio, Simeão lhe dera notícia da doação dos 5 mil contos. Foi o que elle escreveu à margem do livro de Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos para a História*, que o autor destas linhas encontrou na biblioteca do Castelo d’Eu, em França; diz aí o Conde d’Eu: “Descia as escadas do Paço, atrás do Imperador, com destino ao embarque resolvida, quando o General José Simeão alguma coisa me disse no sentido do decreto. Limitei-me a responder-lhe: *Ora, não é ocasião de tratar disso!*” — Pode ser que a resposta do Conde tenha sido realmente esta, isto é, mostrando pouco interesse pela doação do Governo Provisório. Mas é sabido que elle ficou muito satisfeito com ela, opondo-se, até, como veremos adiante, a que o Imperador a recusasse, como a iria de fato recusar. — Certas atitudes do Conde d’Eu, por ocasião da instituição da República foram depois muito criticadas, inclusive a carta que elle endereçou a Benjamin Constant, em 16 de novembro de 89, reconhecendo-o como Ministro da Guerra de um Governo revolucionário que tinha apenas poucas horas de existência, e se prontificando a servi-lo como Marechal do Exército, se acaso o deixassem ficar no Brasil. Todos sabemos que uma vez consumado o fato da implantação da República, com a quase unânime acatção do país, o Governo Provisório passou a ser o Governo de fato da nação brasileira — ainda porque não havia outro, já que o da Monarquia não se tinha conseguido constituir; que para servir ao Brasil era forçoso reconhecer a existência dêsse Governo; e que servir ao Brasil, era o dever de todos os brasileiros, sem distincção de credo político, não importando sob que regime. Era, aliás, a opinião do próprio Imperador, que ao receber em Lisboa um telegrama do neto Dom Augusto, que fazia uma viagem de instrução naval e lhe perguntava, de um porto asiático, o que devia fazer em face da noticia da implantação da República, respondeu: *Sirena ao Brasil(**)*. Contudo, a attitude do Conde d’Eu se apressando em colocar-se às ordens de Benjamin Constant no dia mesmo em que o Governo Provisório o expulsava do país, a elle e à Família Imperial, podia ser taxada, quanto mais não fôsse, de precipitada, muito embora pudesse ser, num certo sentido, justificada pelo sentimento que a ditou, e era seu

de Loreto e de Muritiba, que fôsem ao Paço Isabel colhêr os objetos de que precisava⁸²¹.

Além dos membros da Família Imperial (exceção dos pequenos príncipes filhos dos Condes d'Eu, que não tinham ainda voltado de Petrópolis), estavam naquele momento no Paço as seguintes pessoas: Mota-Maia, Nogueira da Gama, José Calmon, Penha e as filhas, Loreto, Calógeras, Miranda Reis, Tamandaré, Aljezur, Ivinheima, Muritiba, Carapebus, alguns com as respectivas espôsas, e Dona Josefina da Fonseca Costa, dama de honra da Imperatriz. Como em todos os grandes momentos históricos, não faltou também aí a nota cômica, que foi o Visconde de Nogueira da Gama submetendo à assinatura do Imperador, num momento como aquêle, quando a existência da República implicava na supressão de tôda a fidalguia e nem sequer havia mais Império, umas nomeações de moços fidalgos da Casa Imperial! Para não falar no decreto dêsse mesmo dia, concedendo o título de Barão de Novais a um comerciante e industrial de São Paulo, Elias Dias Novais, o último título nobiliárquico dado pelo Império.

Enquanto isso o Govêrno Provisório providenciava rapidamente para o embarque da Família Imperial,

desejo de continuar a servir a um país a que tanto se afeiçoara, e ao qual devia, como êle próprio diria, "no lar doméstico ou nos trabalhos públicos, tantos dias felizes e momentos de imorredoura lembrança" (Palavras de despedida escritas a bordo do *Parnaíba*, em frente à Ilha Grande, a 17 de novembro de 1889).

(*) Segundo Ivan Lins (*Silva Jardim e a proclamação da República*), a idéia de se dar ao Imperador os 5 mil contos partiu de Benjamim Constant.

(**) Arquivo da Casa Imperial. O mesmo conselho êle daria aos diplomatas brasileiros nomeados pelo Govêrno Imperial, inclusive Rio-Branco, isto é, que continuassem servindo o Govêrno republicano.

(821) Baronesa de Muritiba, *Notas red.* — Diz o Barão de Muritiba (*Apontamentos cit.*) que sua mulher e Eugenhina Penha, filha do Visconde da Penha, é que foram ao Paço Isabel buscar os objetos de que necessitava a Princesa.

ansioso por vê-la o mais depressa possível afastada do País. A ordem na Capital e no resto do Brasil era a mais completa. A mudança da Monarquia pela República fazia-se por tôda a parte sem nenhum embaraço. E embora não se temesse mais uma alteração nesse estado de coisas, era da maior conveniência, para a segurança de todos, inclusive da própria Família Imperial, que esta deixasse prontamente o território nacional.

O Imperador havia, é verdade, declarado e mesmo repetido, em sua resposta à intimação para retirar-se do País, que cumpriria essa ordem com tôda a Família. Mas, se essas boas disposições mudassem? "Havia o propósito, escreve Tobias Monteiro, de não maltratar o Imperador, e a hipótese de uma resistência desesperada à última hora, desassossegava o Governo. Havia ainda outros perigos no ar. O Marechal Hermes, Comandante das Armas da Província da Bahia, era, até àquele momento, infenso à proclamação da República, e queria apenas a deposição do Ministério Ouro-Prêto; entretanto, o Marechal Deodoro não se animava a demiti-lo, não achava fôrças para faltar ao respeito que se habituara a tributar ao mais velho de seus irmãos"⁸²².

*

Considerando tudo isso, e para maior certeza de que o Imperador partiria, pensou-se até em reter no Rio, como refém, o Conde d'Eu, coisa, aliás, de que este só teria conhecimento muito tempo depois. Mas à vista de novas declarações, vindas precisamente do genro do Imperador, de que nada aconteceria, os membros

(822) Como vimos atrás, esse irmão de Deodoro só aceitaria o fato consumado da instituição da República, depois que soube que o Imperador com ele se conformara, aceitando partir para o estrangeiro.

do Governo Provisório determinaram que se preparasse tudo para o embarque de toda a Família Imperial antes do amanhecer do dia 17. “Desde logo ficou deliberado, escreve R. Magalhães Júnior, que o embarque fôsse feito a horas mortas, para prevenir a hipótese de manifestações de aprêço ao Imperador, as quais se converteriam, logicamente, em demonstrações anti-republicanas, danosas ao prestígio do regime revolucionariamente instituído. Não seria de estranhar que tal acontecesse, por uma natural explosão do sentimentalismo brasileiro, ou mesmo por fôrça de dedicações irreprímiveis.

Foi encarregado de embarcar a Família Imperial o Tenente-Coronel Mallet, que tendo sido exonerado, como vimos atrás, a bem do serviço público, do comando da Escola Militar do Ceará, por um ato injusto do Governo, havia chegado fazia pouco ao Rio. Recebido como uma vítima do regime imperial, passara logo à evidência nas primeiras horas da proclamação da República.

“Leve-os todos para bordo do cruzador *Parnaíba*⁸²³, dissera-lhe Wandenkolk, acrescentando que os fizesse embarcar no Cais Pharoux, em frente ao Paço. E uma vez naquele cruzador, que fôssem transportados para as imediações da Ilha Grande, onde se encontraria o vapor *Alagoas*, já preparado para recebê-los e conduzi-los à Europa.

Quando Mallet chegou ao Paço, acompanhado do General José Simeão e do Coronel Lassance, que tinha ido, como dissemos, ao Quartel-General, entender-se com os membros do Governo sôbre a subsistência da Família Imperial no exílio, passava já de uma hora da madrugada de 17. A Família Imperial e todos que lhe faziam ali companhia estavam desde muito recolhidos aos seus

(823) *Op. cit.*

respectivos aposentos. Esgotados com as emoções e os cansaços da véspera, tinham-se deitado por volta das 11 da noite, depois que o Imperador fixara a partida para o dia seguinte, domingo, às 2 horas da tarde, tendo mesmo obtido permissão (diz o Conde d'Eu) para ir pela manhã ouvir missa na Capela do Carmo, vizinha ao Paço⁸²⁴.

Não foi, assim, sem grande surprêsa que todos foram despertados, naquela madrugada, com a notícia, trazida por Mallet, de que se deviam preparar para embarcarem imediatamente. "Com efeito, diz o Conde d'Eu, à uma e meia de domingo, 17, batem à porta do nosso quarto. É Lassance. Vou atendê-lo. Diz que com êle veio o Tenente-Coronel Mallet, enviado pelo Govêrno Provisório, para dizer-nos que se recebavam demonstrações da população em favor do Imperador no momento do embarque; que os estudantes se armavam com fuzis e metralhadoras para se oporem a tais manifestações (e Lassance ajunta à meia-voz ter ouvido falar no assassinato do Imperador). Em resumo, o Govêrno Provisório pede ao Imperador e sua Família para embarcar antes do dia, a fim de evitar a efusão de sangue. Voltei para prevenir Isabel, ainda deitada, e desci depois a bater à porta de cada um: Mota-Maia, Pedro Augusto⁸²⁵ e os chambelães que quiseram dormir no Palácio, isto é, o José Calmon, Penha que estava acompanhado das filhas, Calógeras, Miranda Reis, Tamandaré, Aljezur. (Esqueceram o infelizmente Ivinheima, do qual ninguém me indicou o quarto!)" Mota-Maia encarregou-se de despertar o Imperador e a Imperatriz⁸²⁶.

(824) Carta à Condessa de Barral, *cit.*.

(825) Acordado, dirá o Príncipe, "pelas pancadas do Conde d'Eu, muito aforismado [*sic*], prevenindo que Mallet e José Simeão entendiam que a Família Imperial devia partir já, porque de dia haveria perigo de vida" (Carta a Catrambi, de Paris, 26 de junho de 1890).

(826) Carta à Condessa de Barral *cit.*

Enquanto esperavam pelos Monarcas, as demais pessoas, mal despertadas, foram se reunindo no salão principal do Palácio, onde se achava Mallet. A Princesa, muito nervosa, quase em prantos, interpelava-o: “Mas que fizemos nós?” Dizia que todos estavam loucos e não sabiam o que faziam; que ela sabia que mais tarde a “tratariam dêsse modo, porque sei que tenho inimigos; mas agir assim contra o meu pai, meu pobre pai!”⁸²⁷ De todo o modo, acrescentava, não partiria sem os filhos. Mallet, procurando suavizá-la, garantia, “em nome do Govêrno e por sua honra pessoal, que a Família Imperial não deixaria o pôrto sem que todos os príncipes estivessem a bordo; e que para segurança da sua palavra ia sair com o Sr. Lassance e juntos diriam ao Govêrno quais as providências precisas para a vinda dos príncipes”⁸²⁸.

Efetivamente saíram os dois, mais José Simeão, em direção ao Quartel-General, onde se tomaram desde logo as providências para a descida dos príncipes, sendo dada ordem para a formação de um trem especial, cercado de tôdas as garantias para a sua proteção. Feito isso, Mallet voltou ao Paço, acompanhado sempre por Lassance e Simeão. “No salão todos esperavam pelo Imperador. O desejo dêste era ouvir missa no dia 17, em companhia da Família Imperial; entretanto os acontecimentos se precipitavam, de modo a consagrar êsse dia a um fim tão diverso. Ninguém falava; apenas os soluços da Princesa quebravam aquêlê silêncio augusto. Pareciam horas, os minutos daquela tragédia. Pouco a pouco trocaram as primeiras palavras. Dom Pedro Augusto indagava se podia levar tôdas as suas malas; o Visconde

(827) Palavras que o Ministro da Bélgica diz ter ouvido de uma “testemunha ocular” (Offício de 19 de novembro de 1889).

(828) Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*.

da Penha achava meio de dizer a Mallet que nunca pudera fazer nada pelo corpo a que ambos pertenciam; a Princesa voltava a perguntar pelos filhos e ouvia as seguranças que lhe dava Mallet acêrca das providências tomadas para que no dia seguinte todos se achassem a bordo''⁸²⁹.

(829) Idem.

Embarque da Família Imperial

Passados alguns momentos, houve um rumor na direção de uma das portas do salão onde todos se encontravam. E logo apareceu abrindo o reposteiro o alto vulto do Imperador. Vinha vestido de casaca, como era seu costume, e trazia na mão a inseparável cartola. Tinha a fisionomia serena, revestida embora de severidade. Mal entrou, deu alguns passos à frente e, parando no meio da sala, a cabeça erguida, o olhar fixo no Coronel Mallet, interpelou-o:

“Que é isto? Então vou embarcar a esta hora da noite!”

Mallet respondeu, num tom respeitoso, que o Governo achava mais conveniente que o Imperador embarcasse antes da madrugada.

“Que Governo?”

“O Governo da República”.

Houve um curto silêncio. Volveu o Imperador:

“Deodoro também está metido nisso?”

Mallet respondeu que sim, que era o Chefe do Governo Provisório. E o Imperador:

“Estão todos malucos!”

Protestando, quase indignado, contra o adiamento da hora da partida, dizia que não era nenhum *fugido*

para embarcar àquela hora da madrugada. Mallet ponderava que se temiam manifestações inconvenientes, e que essas precauções eram tôdas para a maior segurança da Família Imperial.

“Que manifestações?” perguntava o Monarca.

O Almirante Jaceguai, que ali fôra para despedir-se dos Soberanos, procurava explicar que se receavam, de fato, manifestações desagradáveis de parte dos estudantes⁸³⁰.

“E quem faz caso de estudantes?” perguntava o Imperador⁸³¹.

Voltando-se depois para Jaceguai:

“Isso tudo é obra da indisciplina do Exército e da Armada que o senhor bem sabe, e tem alguma culpa”.

Fazendo-se de desentendido, o Almirante limitava-se a dizer, como que querendo *amansar* o Imperador:

“Todos sabem quanto Vossa Majestade zela o sangue do povo...”

“Não é o povo”, voltou com vivacidade o Imperador, “mas sim a alta indisciplina do Exército e da Armada, e o senhor é bem responsável”.

Já não podendo fugir à acusação que lhe fazia o Monarca, limitou-se a exclamar:

“Eu, meu senhor?!”

“Não digo agora, mas em outros tempos”, voltou o Imperador já mais calmo. Jaceguai, “muito atrapalhado

(830) Jaceguai havia sido prêso ao cair da tarde, por ordem de Wandenkolk, que informado de que desembarcavam fôrças de Marinha, receara que o seu camarada de armas se pusesse à frente delas para uma tentativa de Restauração. Mas apurada a sua inocência, fôra solto mais tarde, nessa mesma noite. Apressou-se êle então em ir se apresentar ao Imperador.

(831) Tobias Monteiro, *op. cit.*

e meio confuso retirou-se”, diz a Baronesa de Muritiba⁸³².

Não foi fácil convencê-lo de que devia partir àquela hora. “Não sou nenhum fugido! Não sou nenhum fugido!” repetia várias vèzes⁸³³. Precisou que Jaceguai voltasse a falar-lhe, fazendo-o ver o espetáculo que daria a Família Imperial embarcando em pleno dia, exposta à curiosidade de tôda a população aglomerada nas ruas, nos telhados, nos cais e nos morros vizinhos, com possíveis manifestações de desagrado, em risco até de provocarem desordens ou mesmo derramamento de sangue, de que seriam vítimas, talvez, pessoas da sua maior afeição. Ou então no meio de uma indiferença geral, de pouco caso pela sua sorte, o que não deixaria de afetá-lo, vendo tanto abandono e tanto desapêgo pelo grande infortúnio que o atingia.

— O senhor tem razão, disse o Imperador após alguns momentos de reflexão, acrescentando que só consentia em partir àquela hora “para evitar conflitos inúteis”⁸³⁴.

(832) *Op. cit.* — Com essa acusação a Jaceguai, o Imperador queria certamente referir-se à atitude que o Almirante havia tomado em outubro de 1886, quando se prestara a presidir uma reunião de militares de terra e mar, na qual fôra aprovada uma moção, redigida por Benjamim Constant, dando completa solidariedade às manifestações de indisciplina da guarnição militar de Pôrto Alegre, encorajadas pelo Marechal Deodoro.

(833) “O Imperador, — dizia o Ministro da Itália, — que não havia perdido um só instante a sua filosófica calma durante o desenrolar dos fatos gravíssimos que o interessavam, mostrou-se indignado e quase disposto a resistir materialmente [*a resistere materialmente*] logo que soube que devia embarcar durante a noite. Assim me disse uma testemunha ocular, uma das pessoas que se encontravam em Palácio naqueles momentos extremos. Sua Majestade protestava que não queria fugir de seu País como um malfeitor, e perguntava porque não se queria consentir a quem o estimasse, de manifestar-lhe isso uma vez mais” (Ofício de 18 de novembro de 1889).

(834) Narrativa de Jaceguai ao Visconde de Taunay, e repetida por este em seu *Diário*. — Narrativa da Princesa Isabel, no Arquivo da Casa Imperial. “Nunca meu pai teria consentido nessa partida prematura, — diria a Princesa, — se não estivesse convencido da inutilidade de qualquer resistência, que só iria derramar inútilmente sangue. Saindo do Palácio, disse meu pai aos Generais Mallet e Simeão, que se tinham algum sentimento de lealdade, dissessem os motivos dessa sua atitude” (*Alegrias e tristezas*, no Arquivo cit.).

A êsse tempo a Imperatriz já havia aparecido, chorando sempre. Jaceguai procurava confortá-la, dizendo:

“Resignação, minha senhora”.

“Tenho-a sempre”, respondia ela, “mas como deixar de chorar ao ter de partir para sempre desta terra!”

Beijando as senhoras que a rodeavam, despediu-se de tôdas, uma a uma, bem como dos criados do Paço. Encaminharam-se todos, em seguida, para a porta de saída, “o Imperador tomando a Princesa pelo braço, e dando o Senhor Conde d’Eu o braço à Imperatriz, como era estilo fazerem”⁸³⁵. Passando ao lado da mesa onde assinara a Lei da Abolição, parou um instante a Princesa, apontando-a, e dizendo que se era por causa daquela lei que êles se viam expulsos agora do país, não duvidaria, “repostas as coisas como antes”, em assiná-la novamente⁸³⁶. Quando o Imperador, com o seu grande vulto, appareceu no patamar da escada que dava para fora, sôbre o Largo do Paço, estacou um momento o busto erguido e a cabeça alta. E aos soldados, que em frente, lhe apresentavam armas, correspondeu, cheio de dignidade, erguendo o chapéu.

Nem um instante êle deu a impressão de estar sucumbido ou simplesmente deprimido com a sua expulsão àquelas horas e naquelas circunstâncias, sob a pressão de acontecimentos que ainda que os tivesse previsto, não havia talvez calculado o fizessem passar por tão cruciantes momentos. E a dignidade com que os enfrentou, a compostura com que soube submeter-se

(835) Baronesa de Muritiba, *op. cit.*

(836) Taunay, *Diário*. — Confirmando o fato, diria o Ministro da Itália em seu citado officio: *La Principessa Imperiale, al momento de lasciarse il Palazzo, passò per caso vicino al tavolo sul quale aveva apposto, como Regente, la sua firma alla Legge d'emancipazione degli schiavi e disse: "Benchè pure possa essere in causa de quella Legge che noi ce ne dobbiamo andare, sarei pronta a sottoscriverla ancora una volta".*

a todos êsses vexames, longe de o diminuir aos olhos de quantos o viam partir, mesmo daqueles que eram agora seus adversários, só fizeram elevar e dignificar ainda mais a sua pessoa. “Afastou-se de sua Pátria”, dirá Ramón J. Cárcano, “com uma dignidade tão alta e emocionante, com uma grandeza de alma tão verdadeira e espontânea, que constituía naquele momento a melhor glória para o seu nome”⁸³⁷.

A porta do Paço havia apenas uma carruagem, trazida por Mallet, destinada, evidentemente, à Família Imperial, pois que o resto da comitiva podia muito bem ir a pé, dado o curto trajeto até o cais de embarque. Acomodaram-se, assim, no carro, o Imperador, a Imperatriz, a Princesa Imperial, o Conde d’Eu e o Príncipe Dom Pedro Augusto, muito nervoso e assustado. O Conde d’Eu teria preferido ir a pé. “Não preciso de carro, disse êle, quero ir até à ponte [o cais] com Jaceguai e Mallet”⁸³⁸. *Quant à moi*, dirá êle à Condêssa de Barral, *j’eusse voulu aller à pied comme firent les autres hommes, la distance jusqu’au quai n’étant que de 2 minutes*⁸³⁹. Mas o Imperador insistiu por que êle fôsse também no carro. Acomodaram-se, pois, aí os cinco membros da Família Imperial. Quando o veículo começou a mover-se, lentamente, em direção ao cais, a Princesa, voltando-se para Mallet, repetiu: “Os senhores hão de arrepender-se, Sr. Mallet”⁸⁴⁰.

Era ainda escuro. O ar estava úmido e o céu carregado de nuvens. A praça fronteira ao palácio, o antigo Largo do Paço estava quase deserto: apenas se distinguíam uns poucos vultos, colados às paredes das casas

(837) *Mis primeros 80 años.*

(838) Jaceguai, *De Aspirante a Almirante.*

(839) Carta citada.

(840) Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos.*

ou meio ocultos nas esquinas das ruas próximas. Na expectativa de que o embarque da Família Imperial se fizesse a qualquer momento, a praça fôra evacuada desde as primeiras horas da madrugada, passando a ser ocupada por destacamentos de fôrças militares, que isolavam o Palácio de quantos tentassem se aproximar.

Finalmente, já passavam das três horas da madrugada quando o pequeno cortejo dos deportados, precedido pela carruagem com a Família Imperial, começou a mover-se em direção ao cais. *O préstito dos exilados*, como o chama Raul Pompéia, que numa página emocionante recorda tôda a triste cena dêsse embarque histórico, epílogo do reinado de um homem que encarnou, num período de mais de meio século, a própria vida do País. Diz êle:

Apareceu então o préstito dos exilados. Nada mais triste, um côche negro puxado a dois cavalos que se adjantavam a passo, de cabeça baixa, como se dormissem andando. À frente duas senhoras de negro, a pé, cobertas de véus, como a buscar caminho para o triste veículo. Fechando a marcha um grupo de cavalheiros, que a perspectiva noturna detalhava em negro perfil. Divisava-se vagamente sôbre o grupo os penachos vermelhos das barretinas de Cavalaria. O vagaroso comboio atravessou em linha reta, do Paço, em direção ao molhe do Cais Pharoux. Ao aproximar-se do cais, apresentaram-se alguns militares a cavalo, que formaram em caminho. — É aqui o embarque? perguntou timidamente uma das senhoras de prêto aos militares. O cavaleiro, que parecia um oficial, respondeu com um gesto largo de braço e uma atenciosa inclinação do corpo. Por meio dos lampiões que ladeiam a entrada do molhe, passaram as senhoras. Seguiu-se o coche fechado. Quase na extremidade do molhe, o carro parou e o Senhor Dom Pedro de Alcântara apeou-se, um vulto indistinto, entre outros vultos distantes, para pisar pela última vez a terra da Pátria⁸⁴¹.

Atracada ao cais, já se achava uma lancha vinda do Arsenal de Guerra para o transporte da Família Imperial

(841) *Uma noite histórica.*

para bordo do *Parnaíba*. Tinha uma guarnição de 4 alunos da Escola Superior de Guerra. Algumas das pessoas que haviam composto o cortejo ficaram em terra. Outras quiseram acompanhar os Monarcas até bordo, como o Almirante Tamandaré, o Barão de Miranda Reis, o Conde de Mota Maia com um filho, e os camaristas José Calmon e Conde de Aljezur. Foram também na lancha o Comandante Serrano, designado para assumir o comando do couraçado e um oficial de Fazenda⁸⁴². Ao passar da terra para a lancha, o Imperador ainda protestava contra o embarque naquelas condições, dizendo:

“Os senhores são uns doidos”⁸⁴³.

E repetindo:

“Para que tanta pressa! Nós não vamos fugindo!...”

“Levava, diz Jaceguai, revistas debaixo do braço”⁸⁴⁴. Afinal, largou a lancha. A madrugada estava ainda escura, o que dificultava localizar o *Parnaíba* entre os vários barcos ancorados na baía. A pequena embarcação andou, assim, durante algum tempo tateando nas trevas, até descobrir e se aproximar do couraçado, de onde fizeram descer uma escada para a subida dos exilados⁸⁴⁵.

(842) Serrano fôra destacado para assumir, no caso em que não estivesse lá o respectivo Comandante, o comando do *Parnaíba* — como de fato assumiu.

(843) Narrativa cit. da Princesa Isabel. — Baronesa de Muritiba, *Notas*.

(844) Taunay, *Diário*.

(845) Diz o Conde d'Eu, em carta à Barral, que ficou grandemente surpreendido com essa ida para o *Parnaíba*, contrariamente ao que lhe dissera Mallet, isto é, que a Família Imperial seria embarcada no *Alagoas*, *le même sur lequel j'ai fait mon voyage jusqu'à l'Amazone*. Não menos surpreendida teria se mostrado a Princesa Imperial. Diz que foi somente ao embarcar no Cais Pharoux que soube que se ia para o *Parnaíba* em vez do *Alagoas*. Tudo resultado de uma grande confusão, provocada pela antecipação da hora de embarque da Família Imperial. Era de fato intenção do Governo Provisório embarcar no *Alagoas* tanto esta como os seus acompanhantes, enquanto o vapor estivesse no porto do Rio, o que foi anunciado a todos os interessados. Mas veio depois a precipitação da hora do embarque, decidida por assim dizer em segredo, para se evitarem manifes-

Foi uma operação difícil, devido ao ondular das águas e à escuridão que ainda reinava, apenas ligeiramente atenuada pela luz de uma pequena lanterna colocada no alto do portaló. O mais difícil foi fazer passar o Imperador da lancha para o primeiro degrau da escada. A sua corpulência, o pêso do corpo, a fraqueza das pernas e o oscilar constante da pequena embarcação, que a distanciava, por vêzes, da escada, tudo concorria para dificultar a passagem do Soberano, com risco até de êle falsear o pé e cair na água, o que provocaria um desastre de conseqüências incalculáveis.

“Mallet via com horror a perspectiva dêsse desastre, e compreendia que estaria moralmente perdido se ocorresse tal desgraça. Não faltaria quem lhe attribuisse a ignomínia de ter afogado o Imperador. Na aflição dêsse momento angustioso, resolveu que se êle caísse ao mar cairia também, para salvá-lo ou morrer. Ligou-se ainda mais a êle e com o impulso que lhe emprestou um marinheiro, conseguiu por fim pô-lo livre sôbre a escada. Foi então a vez da Princesa, que subiu sem

tações de agrado ou de desagrado ao Imperador. Mas como não era possível fazer o embarque àquela hora antecipada no *Alagoas*, ainda em preparativos de viagem, com abastecimento de viveres, de combustível e de tudo o mais indispensável para a travessia do Atlântico, ficou decidido embarcar a Família Imperial no *Parnaíba*, o qual iria ter em seguida à Ilha Grande, encontrar o *Alagoas*, para êste receber a Família Imperial e seus acompanhantes. Mas tudo isso foi decidido precipitadamente, à última hora, com desconhecimento de quantos estavam interessados no embarque da Família Imperial e não haviam dormido no Paço da Cidade. Assim que cêrca do meio-dia começaram a aparecer no Arsenal do Marinha diversas pessoas, crentes de encontrarem ali a Família Imperial se preparando para embarcar no *Alagoas* — os Carapebus, o Barão de Mamoré, o Conselheiro Marinho de Azevedo, o Visconde de Beurepaire-Rohan, Miranda Jordão, Dinis Cordeiro, “todos cuidando encontrar a bordo a Família Imperial, ignorando que já seguira no *Parnaíba*, dirá o Barão de Muritiba (*Apontamentos*, cit.). Estavam também vários membros do corpo diplomático, assim como os Barões de Loreto e de Muritiba, com as respectivas senhoras, êstes decididos a acompanharem a Família Imperial à Europa. A êles e ao Coronel Amarante, 2.º preceptor dos filhos dos Condes d’Eu, foi consentido o acesso a bordo do *Alagoas*, sendo impedido aos demais. Cêrca de duas horas da tarde êsse vapor levantava ferros em direção à Ilha Grande.

auxílio, guiada pelo Conde d'Eu e seguida por Mallet. O embarque da Imperatriz foi igualmente penoso pois, como se sabe, ela claudicava de uma perna. O Marquês de Tamandaré ajudou-a até em cima"⁸⁴⁶.

Depois de reunir a bordo tóda a Família Imperial, exceção, sempre, dos pequenos príncipes, que não haviam ainda chegado de Petrópolis, Mallet deu por terminada a sua missão, deixando os prisioneiros entregues à vigi-
lância da guarnição de bordo.

(846) Tobias Monteiro, *op. cit.*

Partida para o exílio

O Imperador foi convidado a descer à câmara do Comandante. Recusou: preferia ficar ao ar livre. Foi então estendido um tóldo sôbre o pequeno tombadilho para abrigá-lo da umidade da madrugada e de uma leve garoa que começava a cair. Dava guarda aos prisioneiros um destacamento de fuzileiros navais. Sentados ou recostados em várias cadeiras dispostas em semicírculo, a Família Imperial iria passar ali o resto dessa madrugada e tóda a manhã do dia 17.

Foi por essa ocasião, ou melhor, durante essa madrugada, cêrca das quatro horas que apareceu o Tenente Jerônimo Teixeira França, dizendo-se portador de um documento que lhe confiara o Govêrno Provisório e se destinava ao Imperador. Era o célebre decreto pelo qual o mesmo Govêrno doava ao Monarca, para seu estabelecimento na Europa, a importância de cinco mil contos de réis, decreto que daria tanto que falar, sobretudo depois que o Imperador recusou aceitar essa generosidade do Govêrno republicano.

A cena da entrega dêsse documento foi descrita pelo *O País*, de 19 de novembro de 89. Sendo o órgão dirigido por Quintino Bocaiúva, Ministro do Govêrno Provisório, pode ser tida como a versão oficial e autêntica do acontecimento. Passou-se assim:

“Ao entrar a bordo do *Parnaíba* [o Tenente França], encontrou êles sentados, em semicírculo, o Senhor Dom Pedro de Alcântara e quase todos os membros de sua Família. Achavam-se todos pálidos. A consternação, a angústia profunda, manifestavam-se visivelmente em tôdas as fisionomias. Dom Pedro de Alcântara, se bem que muito impressionado, conservava-se aparentemente tranqüilo, e sua cabeça, parecendo não querer curvar-se ao pêso da idade e da impressão angustiosa que o dominava, mantinha-se levantada, ostentando altivez e nobreza de caráter. Acercando-se do grupo que se achava no tombadilho, o Tenente França curvou-se respeitosamente, *mas sem exagêro*, e disse o seguinte ao Senhor Dom Pedro de Alcântara:

— O Govêrno concedeu-me a honra de vir respeitosamente, depor nas vossas mãos o documento que aqui apresento.

— Que Govêrno? perguntou Dom Pedro, mostrando absoluto desconhecimento por tudo quanto se passava.

— O Govêrno do Brasil, repetiu simplesmente o oficial.

— Mas êsse documento que é? perguntou Dom Pedro, hesitando em receber a fôlha de papel em que fôra lavrado o primeiro decreto dos Estados Unidos do Brasil⁸⁴⁷, e que lhe oferecia de braço estendido o encarregado dessa missão espinhosa.

— Êste documento, contestou-lhe, é o decreto que regula o futuro de vossa Família.

— O decreto que regula?... perguntou Dom Pedro em dúvida.

— O futuro de vossa Família, acrescentou o portador do Govêrno, completando a sua primeira frase.

Em seguida, vendo que o Senhor Dom Pedro de Alcântara hesitava ainda em aceitar o papel que lhe era estendido, acrescentou o Tenente França, com entonação convicta:

— Podeis, senhor, aceitar êsse documento; êle é muito honroso para a vossa pessoa.

Foi então que o Senhor Dom Pedro de Alcântara se decidiu aceitá-lo, proferindo a seguinte frase:

— Está bom, dê cá.

(847) É engano do jornal: o primeiro decreto do Govêrno Provisório, que recebeu, por isso, o número 1, foi o que proclamou e decretou a República Federativa.

Em seguida o Tenente França desejou boa viagem a tôda a Família, fêz uma cortesia e dirigiu-se ao portalló para tomar a lancha que estava atacadada a boreste do *Parnaíba*⁸⁴⁸.

Cêrca das 10 horas e tanto da manhã chegaram finalmente os pequenos príncipes, “conduzidos pelo Dr. Ramiz Galvão e M. Stoll [*professor de ginástica dos meninos*] — conta o Conde d’Eu, — e acompanhados de

(848) Tobias Monteiro, *op. cit.* — Esse caso dos cinco mil contos foi muito debatido entre quantos tiveram nêle a sua parte. O Gôvêrno Provisório, estomagado com a recusa do Imperador em receber o dinheiro, acusou-o de o haver aceitado e agradecido, para depois recusá-lo, num gesto de altivez que redundava em desprezo pela generosidade do Gôvêrno republicano; e como represália, ao mesmo tempo que revogava o decreto onde se fazia a doação, bania a Família Imperial do território pátrio, proibia-lhe possuir imóveis no Brasil, dando-se-lhe o prazo de dois anos para “liquidar os bens dessa espécie que aqui possuem” e extinguiu as dotações atribuídas em lei ao Imperador e à sua Família (Decreto de 21 de dezembro de 1889). A verdade, entretanto, em tôda essa história de o Imperador haver aceitado e agradecido a doação dos cinco mil contos, é que êle só teve conhecimento dela a bordo do *Parnaíba*, depois que leu o respectivo decreto recebido das mãos dêsse Tenente França, que êle aceitara, como vimos, sem saber o que nêle se continha. Pode-se admitir, a bem da boa-fé do Gôvêrno republicano, que êste tenha feito confusão entre a attitude do Imperador e a do Conde d’Eu, por que êste, sim, tivera, de fato, conhecimento da doação dos cinco mil contos pouco antes de deixar o Paço da Cidade, como se viu atrás, sem, contudo, expressar qualquer espécie de sentimento a respeito dela. Quanto ao Imperador, segundo contou o Conde d’Eu em carta à Condessa de Barral, apenas se retirou o Tenente França, percorreu ràpidamente os olhos pelo papel (o decreto) e o passou a Mota-Maia, dizendo que não aceitava *nada daquilo*; e Mota-Maia, por sua vez, entregou-o ao Conde d’Eu, que o guardou consigo. Coerente com o que havia dito, apressou-se o Imperador, assim que chegou ao pôrto de São Vicente, o primeiro que tocou nessa travessia para a Europa, em escrever ao seu procurador no Rio dizendo que só receberia do Gôvêrno Provisório, bem como sua Família “as dotações e mais vantagens a que temos direito pelas leis, tratados e compromissos existentes; e, portanto, se tiver recebido aquela quantia, deverá restituí-la sem perda de tempo”. O Conde d’Eu entendia que não se devia recusá-la, que convinha aceitá-la “a título de garantia pelas vantagens que as leis asseguram à Família Imperial”. Mas a isso se opondo a Princesa, apoiada por Muritiba e Loreto, venceu, como era de esperar, o parecer do Imperador, que além do mais não reconhecia no Gôvêrno Provisório autoridade para fazer-lhe essa doação. “Rejeitei os cinco mil contos, — consta de uma de suas notas, no Arquivo da Casa Imperial — por incompetência de quem os concedera” (Nota também do Conde d’Eu, no mesmo Arquivo). Essa attitude do Imperador, recusando tão grande soma de dinheiro, é tanto mais digna quanto êle estava em estado de quase insolvência. Pelas contas que lhe apresentara o seu Mordomo em 13 de outubro de 1889, suas dívidas pessoais subiam a 827:775\$938 reis, importância enorme, para o tempo, o que o obrigou, para saldar os compromissos mais imediatos, a solicitar ao Banco do Brasil poucos dias antes de ser destronado, ou seja a 11 de novembro de 1889 (o fatídico dia 11

Rebouças [*engenheiro André Rebouças*] que bizarramente declarara associar sua sorte à da Família Imperial, visto como os republicanos atuais não têm nada de comum, parece, com a República com que êle mesmo tinha sonhado há alguns anos...⁸⁴⁹.

Tendo vindo de Petrópolis pela estrada de ferro, os pequenos príncipes haviam atravessado a cidade numa carruagem do Paço, que os fôra esperar à estação de São Francisco Xavier. “Quando essa carruagem, que trazia as cortinas arriadas, penetrou no Largo do Paço, a multidão, curiosa, começou a cercar o veículo, impedindo até a sua marcha. Nessa altura Ramiz Galvão resolutamente abriu a porta do carro e em pequeno discurso ao povo pediu que deixassem passar os príncipes. A massa popular respeitosa abriu alas e passaram os últimos representantes da Família Imperial a caminho do exílio”. Do cais seguiram todos para bordo do *Parnaíba*. Ali chegando, ainda tentou o Conde d’Eu obter que Ramiz acompanhasse os príncipes à Europa, ao que êste observou que não lhe era possível. “Não posso ir, disse, cumpre-me cuidar da família e dos filhos, e devo servir ao meu País. Minha missão está finda”.

de novembro, como salientamos atrás), um empréstimo de 950:000\$000, juros de 4%, com amortização mensal de 10:000\$000 (Guilherme Auler, *Os bolsistas do Imperador*). — Confirmando a versão segundo a qual o Imperador, ao receber o decreto das mãos do Tenente França se limitara a dizer — *está bem, dê cá*, — há o testemunho do Ministro da Austria, presente à cena, que em seu officio para Viena, de 25 de novembro de 89, diz que o Imperador, “sem tomar conhecimento do seu conteúdo, disse simplesmente: *está bem (es ist gut*, como está dito no original alemão).

(849) A intenção de Rebouças, que o Conde d’Eu certamente não compreendeu, era acompanhar e zelar pelos pequenos Príncipes Imperiais, aos quais êle se mostrara sempre muito afeiçoado, substituindo, de um certo modo, o Barão de Ramiz Galvão, que por motivos particulares não os podia acompanhar à Europa. Vimos atrás que pela manhã do dia 15, Rebouças se apresentara no Paço Isabel. Mais tarde nesse dia, por volta das 4 horas, quando soube que Ramiz ia levar os príncipes para Petrópolis, a êles se incorporou, ali se mantendo sempre com os mesmos, e com êles descendo para o Rio, no dia 17, mais o Barão de Ramiz, já decidido a compartilhar da sorte dos mesmos na Europa. Decidido “a partir para a Europa, — diz Rebouças em seu *Diário*, — com a Família Imperial, em lugar do Dr. Ramiz Galvão, impossibilitado de partir pela numerosa família”.

Prometeu-lhe então o Conde d'Eu continuar a pagar da Europa os seus vencimentos de preceptor "até que o Sr. se empregue convenientemente e ache uma ocupação". Ficou então combinado que, a título de justificativa, Ramiz ficaria encarregado de inventariar os papéis que o Conde d'Eu deixara no Brasil. "Há ali tanta coisa que nem sei que é!"⁸⁵⁰. Ao retirar-se de bordo foi Ramiz despedir-se do Imperador. "Muito obrigado por tudo", disse êle.

Desceram todos para o almôço, no qual tomou parte também a officialidade de bordo. "Os jovens officiaes faziam empenho em nos servir à mesa, diz o Conde d'Eu, e via-se nos seus *bonnets* o lugar da coroa, que êles haviam arrancado na véspera. Quando passava um prato, um dêles me disse: 'Faça o favor de não se acanhar quando se está entre amigos'. Eles eram sinceros, concesso, mas era realmente singular — *amigos!*"⁸⁵¹.

Assim como haviam tentado inútilmente avistar-se com o Imperador do Paço da Cidade pela tarde do dia 16,

(850) W. de S. Ramiz Galvão, *op. cit.* — A promessa de continuar a pagar os vencimentos de Ramiz Galvão não a pôde cumprir o Conde d'Eu dadas as dificuldades financeiras em que se iria encontrar na Europa. Numa carta que escreveu a Ramiz, em 20 de fevereiro de 1890, êle explicava quais eram essas dificuldades, dizendo que os poucos bens que possuía no Brasil eram muito inferiores aos juros da sua "considerável dívida", e nada podia distrair dêles. Acrescentava que estava vivendo na Europa "parcamente, com o que meu pai pode dar-nos". Terminava manifestando a esperauça de que "cedo ou tarde", o Governo brasileiro, fazendo justiça à Família Imperial e sobretudo à Princesa, que por três vêzes havia regido o Império, os tirasse da situação aflitiva em que se encontravam, quando então poderia auxiliar Ramiz "na medida que permitirem nossas posses", o que faria com prazer (*idem*). Essas palavras do Conde d'Eu mostram quão maldosa era a versão que se havia tecido ao tempo do Império e se repete ainda hoje, de haver êle se aproveitado de sua residência no Brasil e, sobretudo, de ser o marido da herdeira do trono para se enriquecer por meios inconfessáveis, inclusive a custo dos célebres "cortiços", isto é, casas de habitação coletiva (o que nós chamamos hoje casa de apartamentos), que alugava a gente humilde por preços de usurário. Está-se a ver qual era a verdade: depois de residir mais de 30 anos entre nós, voltava à terra natal tão pobre ou mais pobre do que quando chegara ao Brasil, a ponto de precisar, para viver com decência, de recorrer à bolsa do pai.

(851) Carta citada.

vários membros do Corpo Diplomático estrangeiro experimentaram ir a bordo do *Parnaíba* para se despedirem da Família Imperial. Nesse sentido Villamil, Ministro do Chile, dirigiu-se ao Almirante Wandenkolk, em seu nome e em nome de seus colegas do Uruguai e da Argentina, tendo como resposta que não havia nisso nenhum inconveniente. Em vista do que, diz o diplomata chileno, *quedamos de ir a bordo a las 11 de la mañana de ese día varios miembros del cuerpo diplomático*. Mas, contrariamente ao que lhe havia dito o novo Ministro da Marinha, não lhe foi dada aquela permissão, e o único que conseguiu ir a bordo do cruzador foi o Ministro da Áustria, Conde de Weisersheimb, graças a um estratagemma seu⁸⁵². Tendo descido de Petrópolis juntamente com os pequenos príncipes, seguiu-os de carro, da Estação de São Francisco Xavier até o Cais Pharoux, deixando-se, assim, passar por um dos acompanhantes dos meninos, o que lhe permitiu embarcar na lancha que os levou a bordo do *Parnaíba*. Pôde êle assim ficar ali algum tempo com o Imperador e a Família Imperial. Impressionou-o, dirá depois o diplomata austríaco, a “nobre dignidade e serena compostura que caracterizaram Sua Majestade durante a minha permanência no navio. Nem mesmo uma palavra de queixa ou de reprovação saiu de sua bôca. Absteve-se, diante de mim, de qualquer comentário relativo ao cruel destino que o atingia”.

Já a Imperatriz não tinha a mesma fortaleza de ânimo. Na sua sensibilidade feminina não podia conter

(852) “Foi o único diplomata, diria o Conde d’Eu à Condessa de Barral (carta citada) que nos deu sinal de vida durante a crise. Salvo o do Chile, que foi sempre correto, o da República Argentina que, dizem, apareceu em Palácio no primeiro dia, e o de Portugal, que doente, de cama, transmitiu por carta o oferecimento da calorosa hospitalidade de seu Soberano. Disseram-me depois que o Internúncio, representante da Santa Sé, o Ministro da Bélgica, o Encarregado de Negócios da Rússia e os Ministros do Chile, do Uruguai e da República Argentina, com suas mulheres, se haviam reunido mais tarde no Arsenal de Marinha, com a intenção de irem nos dizer adeus, mas que o Governo Provisório não lhes facilitou os meios para estarem conosco na Ilha Grande”.

a dor que lhe ia na alma. *Mais qu'avons-nous donc fait* — perguntava ela a Weisersheimb, com a voz entrecortada de lágrimas — *pour qu'on nous traitent comme des criminels?* “A Princesa Herdeira não estava menos comovida, mas lastimava antes a cegueira e a ingratidão de seu País, do que o seu próprio destino. Profundamente emocionada e com os olhos cheios de lágrimas, tomou de minha mão e, com uma voz trêmula, repetiu por duas vèzes esta frase, como se fôsse para ela de uma especial importância que eu me lembrasse bem do que me dizia: *Ne pensez pas trop de mal de mon pays, ce n'est que dans un accès de folie qu'ils agissent*”⁸⁵³.

Cêrca de meio-dia, o *Parnaíba* começou a mover-se lentamente em direção à saída da barra, tomando logo depois a direção do sul. A viagem até à Ilha Grande não foi longa. Lá chegaram ao cair do sol. Antes de se passarem para bordo do *Alagoas*, ancorado a uma certa distância, foi servido o jantar. Essa refeição, a última, por assim dizer, que a Família Imperial faria em águas brasileiras, correu num ambiente de grande tristeza. Uma profunda emoção se estampava no rosto de todos, inclusive dos oficiais de bordo. O Imperador era ainda o que sabia guardar maior serenidade. Como em todos os momentos de sua vida, não alterava a sua natural compostura, de nada se queixando e nada reclamando. Para quem não conhecesse o perfeito equilíbrio de seus nervos, dava a impressão de não estar afetado, como os demais, por tudo quanto se passava desde dois dias, quando sua vida, seu futuro e tudo quanto o cercara até então iria sofrer a mais radical e penosa das transformações.

Já era noite fechada, quando se começou a preparar o transbordo para o *Alagoas*. Deu-se início à descida

(853) Officio de 20 de novembro de 1889.

dos exilados. No escaler do comandante embarcaram o Imperador e a Imperatriz. As demais pessoas seguiram nas embarcações dos oficiais. Uma a uma foram se distanciando do *Parnaíba* em direção ao outro barco. Era uma noite escura. No céu corriam nuvens baixas. De vez em quando se divisava o brilho de uma estrêla, mas para logo desaparecer. Ao fundo, no horizonte, para o lado da terra, desenhava-se o contôrno negro das montanhas distantes. Soprava um vento fresco, agitando a superfície das águas. Nos escaleres todos guardavam um profundo silêncio, quebrado apenas pelo bater cadenciado dos remos cavando as águas. Pouco a pouco ia-se fixando melhor o perfil ainda um pouco distante do *Alagoas*.

Mais algumas remadas, e as embarcações acostavam à escada dêsse vapor, iluminada por uma fileira de pequenas lampadas. Saltaram todos, um a um, por vêzes com dificuldade, dado o movimento das ondas. Antes de deixar o escaler o Imperador voltou-se para o comandante do *Parnaíba* e apertou-lhe a mão, num gesto de despedida e ao mesmo tempo de agradecimento pelo bom desempenho que dera à sua difícil missão. Concitou-o, a êle e aos seus subordinados, a continuarem a servir o Brasil. E rematou: "O meu maior desejo é ter a notícia na Europa de que tudo se passou sem derramamento de sangue"⁸⁵⁴.

Um pouco mais tarde, e todos já se encontravam acomodados a bordo do *Alagoas*, inclusive os que tinham vindo se juntar à Família Imperial para a acompanharem ao exílio: o Barão e a Baronesa de Loreto, o Barão e a Baronesa de Muritiba, o Conde de Mota Maia e o filho mais velho, a Viscondessa da Fonseca Costa (Dona Josefina), que apesar de seus 81 anos de idade não

(854) Tobias Monteiro, *op. cit.*

quisera separar-se da Imperatriz, de quem, desde muitos anos, era a camareira e dedicada amiga; o Conde de Aljezur, André Rebouças e M. Stoll, professor dos pequenos príncipes. O Comandante Pessoa pôs seu camarote, que era no convés de cima, à disposição do Imperador. Mas êste, receando o frio que iria certamente encontrar em águas européias, preferiu ficar embaixo, onde se conseguiu fazer, para melhor acomodá-lo, de dois camarotes, um.

Finalmente, cêrca da uma hora da madrugada, quando todos já se achavam desde muito recolhidos aos seus respectivos camarotes, fatigados de tantas emoções, o *Alagoas* levantou ferros e começou a mover-se lentamente em direção à Ilha Rasa, onde o aguardava o couraçado *Riachuelo*, destinado a comboiá-lo na travessia do Atlântico. Trocados os sinais convencionais, prosseguiu o *Alagoas* em direção à Europa, levando para longe da Pátria, com tôda a sua Família, o último Imperador do Brasil.

BIBLIOGRAFIA .

Arquivos consultados

- do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Inglaterra (Record Office)
- do Ministério dos Negócios Estrangeiros de França (Quai d'Orsay)
- do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Bélgica
- do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Áustria (Staatsarquiv)
- do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Itália
- do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal
- do Ministério das Relações Exteriores do Chile
- do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamarati)
- do Departamento de Estado de Washington
- da Casa Imperial
- do Vaticano
- do Barão do Rio Branco
- do Barão de Lucena
- do Papa Leão XIII
- da Casa Rui Barbosa

Obras consultadas

- ALEXANDRE DA RÚSSIA — *Quand fétais Grand-duc*
- AMARAL, BRÁS DO — *História da Bahia, do Império à República*
- Anais da Câmara dos Deputados*
- Anais do Senado*
- ANDRADE, RODRIGO M. F. DE — *Rio Branco e Gastão da Cunha*
- ANTUNES, PARANHOS — *História do Grande Chanceler*
- Anuário do Museu Imperial*
- ATAÍDE, TRISTÃO DE — *Política e Letras*
- AULER, GUILHERME — *Os Bolvistas do Imperador*

- BANDEIRA, SEBASTIÃO — *15 de novembro. Contestação a Suetônio*
 BARBOSA, RUI — *Queda do Império*
 BARBOSA, RUI — *Discursos e Conferências*
 BARBOSA, RUI — *As Iniciativas do militarismo*
 BARBOSA, RUI — *Cartas de Inglaterra*
 BARROSO, GUSTAVO — *Florianópolis e o 15 de Novembro*
 BASBAUM, LEÔNICIO — *História sincera da República*
 BELO, JOSÉ MARIA — *História da República*
 BEVLÁQUA, CLÓVIS — *Centralização Crescente*
 BOEHRER, GEORGE C. A. — *Da Monarquia à República*
 BULCÃO SOBRINHO — *A representação baiana na Câmara dos Deputados do Império*
 CALMON, PEDRO — *História da República*
 CALÓGERAS, PANDIÁ — *Formação Histórica do Brasil*
 CALÓGERAS, PANDIÁ — *Problemas de Governo*
 CÁRCANO, RAMON J. — *Mis Primeros 80 años*
 CARDOSO, DOMINICANO — *As Cenas Tristes da nossa História*
 CARDOSO, MANUEL — *A Queda da Monarquia vista pela Legação Americana no Rio de Janeiro*
Cartas do General Tibúrcio de Sousa no Arquivo de João Brígido
 CARVALHO, ALBERTO DE — *Império e República Ditatorial*
 CARVALHO, E. LEITÃO DE — *Na Revolução de 30*
 CASTRO, VIVEIROS DE — *A Idéia Republicana*
 CASTRO, VIVEIROS DE — *Contribuição para a Biografia de Dom Pedro II*
 CELSO, AFONSO — *O Imperador no Exílio*
 CELSO, AFONSO — *Oito anos de Parlamento*
 CELSO, AFONSO — *O Visconde de Ouro Preto*
 CIÂNCIO, NICOLAU — *15 de Novembro de 1889*
 CONSTANT NETO, BENJAMIM — *Silva Jardim, Tribuna Intrépido da Propaganda Republicana*
 CORREIA, LEÔNICIO — *A Verdade Histórica sobre o 15 de Novembro*
 CORREIA, SERZEDÊLO — *Páginas do Passado*
Deodoro e a Verdade Histórica
 DORNAS FILHO, JOÃO — *Apontamentos para a História da República*

- DORNAS FILHO, JOÃO — *A Propaganda Republicana em Minas*
 DUQUE ESTRADA, O. — *Abolição*
 EMERENCIANO, JOÃO — *Em Louvor da Marinha*
 FERNANDEZ, JUAN JOSÉ — *La Republica de Chile y el Imperio del Brasil*
 FERREIRA, MIGUEL VIEIRA — *História Constitucional da República dos E. U. do Brasil*
 FLEIUSS, MAX — *Páginas de História*
 FLEIUSS, MAX — *Páginas Brasileiras*
 FLEIUSS, MAX — *História Administrativa do Brasil*
 FLORIANO — *Memórias e Documentos*
 FRAGOSO, TASSO — *Revolvendo o Passado*
 FRANCO, AFONSO ARINOS DE MELO — *Um Estadista da República*
 FREIRE, GILBERTO — *Ordem e Progresso*
 GALVÃO, W. DE S. RAMIZ — *Ramiz Galvão, Preceptor dos Príncipes Imperiais Brasileiros*
 GERSON, BRASIL — *Os Sertanejos e a República*
 GONÇALVES, R. MENDES — *O Barão Hubner na Côte de São Cristóvão*
 GRIECO, AGRIPINO — *Evolução da Prosa Brasileira*
 GUERRA, FLÁVIO — *Lucena, um Estadista de Pernambuco*
 ISABEL, Princesa Imperial do Brasil — *Minhas Conversas a Bordo do "Parnaíba"*
 ISABEL, Princesa Imperial do Brasil — *Alegrias e Tristezas*
 ISABEL, Princesa Imperial do Brasil — *Memórias para meus Filhos*
 JACEGUAI, Barão de — *De Aspirante a Almirante*
 JARDIM, ANTÔNIO SILVA — *Memórias e Viagens*
 LACOMBE, LOURENÇO — *Rui Barbosa e o Imperador*
 LAGE, CIPRIANO — *Episódios da Propaganda Republicana em Minas Gerais*
 LEÃO, JOSÉ — *Silva Jardim*
 LECLERC, MAX — *Lettres du Brésil*
 LIMA, HERMES — *Tobias Barreto*
 LIMA, OLIVEIRA — *O Império Brasileiro*
 LINS, IVAN — *Benjamim Constant*

- LINS, IVAN — *Ordem e Progresso* (Nota à margem do livro de Gilberto Freyre)
- LINS, IVAN — *Silva Jardim e a Proclamação da República*
- LÚIS DE ORLÉANS E BRAGANÇA, *Príncipe Imperial do Brasil* — *Sous la croix du Sud*
- LYRA, HEITOR — *História de Dom Pedro II*
- MACALHÃES, FERNANDO DE — *Discursos*
- MACALHÃES JÚNIOR, R. — *Deodoro. Uma espada contra o Império*
- MANTESE, Almirante — *Relatórios*
- MARTINS, J. J. DA SILVEIRA — *Silveira Martins*
- MATOS, CUNHA — *Reminiscências*
- MAIA, M. V. DA MOTA — *O Conde de Mota Maia*
- MAURO, SÉRGIO — *Rui Barbosa e a República*
- MENDES, TEIXEIRA — *Esbôço Biográfico de Benjamim Constant*
- MENDONÇA, CARLOS SÜSSEKIND DE — *Lúcio de Mendonça: anos de formação*
- MENDONÇA, CARLOS SÜSSEKIND DE — *Lúcio de Mendonça: últimos anos de estudante*
- MENDONÇA, CARLOS SÜSSEKIND DE — *Salvador de Mendonça, Democrata do Império e da República*
- MENDONÇA, SALVADOR DE — *Coisas do meu tempo*
- MIRANDA, GONÇALVES — *A Moção Plebiscitária de São Borja contra o 3.º Reinado*
- MONTEIRO, TOBIAS — *Pesquisas e Depoimentos para a História*
- MONTEIRO, TOBIAS — *O Presidente Campos Sales na Europa*
- MONTEIRO, TOBIAS — *A Tolerância do Imperador*
- MORAIS, EVARISTO DE — *Da Monarquia para a República*
- MOREIRA, A. ILHA — *Proclamação e Fundação da República*
- MURITIBA, BARONESA DE — *Notas que tomei exatamente a 15 de novembro de 1889 e dias seguintes*
- NABUCO, JOAQUIM — *Um Estadista do Império*
- NABUCO, JOAQUIM — *Balmaceda*
- NEVES, JOSÉ TEIXEIRA — *Fastos da Imprensa no Brasil: Qual a primeira Fôlha Republicana de Minas Gerais?*
- NIETO, FÉLIX — *La Independencia del Brasil y el Ideal Republicano*
- ORICO, OSVALDO — *O Tigre da Abolição*
- ORTIGÃO, RAMALHO — *O Quadro Social da Revolução Brasileira*

- OTTONI, CRISTIANO BENEDITO — *O Advento da República no Brasil*
 OURO PRÊTO, Visconde de — *Advento da Ditadura Militar no Brasil*
 PAULO FILHO, M. — *José Pires Brandão*
 PEDRO AUGUSTO DE SAXE-COBURGO E BRAGANÇA, Príncipe do Brasil — *Trabalhos de mineralogia e numismática*
 PEIXOTO, ALZIRA VARGAS DO AMARAL — *Getúlio Vargas, meu Pai*
 PINHO, WANDERLEY — *Pedro II, Aspectos de sua Personalidade*
 POMBO, ROCHA — *História do Brasil*
 POMPEIA, RAUL — *Uma Noite Histórica*
 PONTES, CARLOS — *A Última Sessão do Senado*
 PRADO, EDUARDO — *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*
 PRESTES, WALTER — *O Médico de Deodoro*
 QUEIRÓS, EÇA DE — *Cartas Inéditas de Fradique Mendes*
 QUESADA, VICENTE — *Mis Memórias Diplomáticas*
 RANCEL, ALBERTO — *Gastão de Orleans. O Último Conde d'Eu*
 REBOUÇAS, ANDRÉ — *Diário*
 RIBEIRO, JOÃO — *História do Brasil*
 RODRIGUES, A. COELHO — *A República na América do Sul*
 SALES, M. F. DE CAMPOS — *Da Propaganda à Presidência*
 SANTOS, JOÃO FELÍCIO DOS — *15 de Novembro em Ouro Preto*
 SANTOS, JOSÉ MARIA DOS — *A Política Geral do Brasil*
 SANTOS, JOSÉ MARIA DOS — *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*
 SANTOS, JOSÉ MARIA DOS — *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*
 SENA, ERNESTO — *Deodoro*
 SEREJO, JOÃO — *Pactos de Sangue na Proclamação da República*
 SILVA, GASTÃO PEREIRA DA — *Prudente de Moraes*
 SMITH DE VASCONCELOS, Barão — *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*
 SODRÉ, ALCINDO — *Abrindo um Cofre*
 SOMBRA, SEVERINO — *As Duas Linhas da nossa Evolução Histórica*
 SOUSA, ANTÔNIO DE — *Dom Pedro II*
 SOUSA, CARLOS JOSÉ DE — *A Influência do General J. de Almeida Barreto nos episódios de novembro de 1889*
 SOUSA-FERREIRA, MÁRIO — *Uma reminiscência histórica,*

- TAUNAY, Visconde de — *Incidentes de 15 de Novembro*
TAUNAY, Visconde de — *Pedro II*
TAUNAY, Visconde de — *Memórias*
TAUNAY, Visconde de — *Diário*
TEIXEIRA, CÂNDIDO — *A República Brasileira*
TEIXEIRA, MÚCIO — *O Imperador visto de perto*
TEIXEIRA, MÚCIO — *Para a História*
TÓRRES, JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA — *A Democracia Coroada*
TÓRRES, JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA — *O Positivismo no Brasil*
TÓRRES, JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA — *O Presidencialismo no Brasil*
VIANA, HÉLIO — *Letras Imperiais*
VIANA, HÉLIO — *A Declaração da Independência*
VIANA, OLIVEIRA — *O Idealismo na Constituição*
VIANA, OLIVEIRA — *Evolução do Ideal Monárquico-parlamentar*
VIANA, OLIVEIRA — *O Ocaso do Império*
VIEIRA, HERMES — *Ouro Preto, o Homem e a Época*
VIVEIROS, ESTHER DE — *Rondon conta sua vida*
XAVIER, LINDOLFO — *Pioneiros e Semeadores*
ZANETTI, F. — *Nella Città del Vaticano.*

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- ABAETÉ**, Visconde de — *Ver*
ABREU, Antônio Limpo de,
 Visconde de Abaeté.
- ABBOTT**, Fernando, II: 105.
- ABRANTES**, Marquês de — *Ver*
ALMEIDA, Miguel Calmon
 du Pin e, Marquês de
 Abrantes.
- ABREU**, Antônio Limpo de,
 Visconde de Abaeté, I: 3,
 301; II: 158.
- ABREU**, Capistrano de, I: 170,
 173.
- ABREU**, Francisco Ferreira de,
 Barão de Teresópolis, II:
 324.
- ABREU**, Henrique Limpo de,
 I: 2, 3, 7.
- ABREU**, Rodolfo de, II: 94,
 125.
- ACCIOLY**, Nogueira, II: 383,
 385.
- ADAMS**, Robert, II: 50.
- ADELAIDE**, Hermínia, II: 301.
- AFONSO CELSO**, Conde de —
Ver **FIGUEIREDO JÚNIOR**,
 Afonso Celso de Assis,
 Conde de Afonso Celso.
- ACUIAR**, Fausto de, II: 384.
- AIRES**, Venâncio, II: 101,
 102, 103.
- ALAGOAS**, Barão de — *Ver*
FONSECA, Severiano da
 (Marechal), Barão de Ala-
 goas.
- ALBERTO DE SAXE-COBURGO**,
 Príncipe-Consorte da Ingla-
 terra, I: 208.
- ALBUQUERQUE**, Lourenço de,
 II: 220, 257, 269, 298, 299,
 319, 342, 382.
- ALBUQUERQUE**, Medeiros e,
 II: 162.
- ALBUQUERQUE**, Pompílio de,
 I: 12.
- ALBUQUERQUE**, Vespasia-
 no Gonçalves de, I: 104,
 406; II: 254, 264.
- ALENCAR**, Alexandrino de
 (Almirante), II: 198, 199,
 329.
- ALEXANDRE III**, Imperador
 da Rússia (então Grão-Du-
 que), I: 320.
- ALFREDO**, João — *Ver* **OLIVEI-
 RA**, João Alfredo Correia
 de.
- ALJEZUR**, Conde de — *Ver*
COUTINHO, Francisco de
 Lemos de Faria Pereira,
 Conde de Aljezur.
- ALMEIDA**, Barbosa de, II:
 389.
- ALMEIDA**, Miguel Calmon du
 Pin e, Marquês de Abran-
 tes, I: 81, 82, 123; II: 329.
- ALMEIDA**, Nelson de Vascon-
 celos e, II: 198.
- ALVARENGA**, Conselheiro, I:
 162.

- ALVES, Rodrigues, I: 64, 354; II: 104.
- ALVIM, José Cesário de Faria, I: 277, 281, 381, 382; II: 393, 394.
- AMARAL, Antônio José do (Brigadeiro) II: 15, 16, 286, 367.
- AMARAL, Brás do, II: 400.
- AMARAL, Eduardo de Oliveira, I: 25.
- AMARAL, Gomes do, II: 384.
- AMARAL, José Avelino Gurgel do, (Pseud. de João Horácio) I: 193, 194, 199. II: 351, 352.
- AMARAL, Ubaldino do, I: 268, 270, 286; II: 125, 127, 128.
- AMARANTE, Cursino de, II: 430.
- AMELOT, Ministro, I: 243.
- ANDRADA, Bueno de (Engenheiro), I: 229.
- ANDRADE, Joaquim de Sousa, I: 1; II: 113.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de, I: 196, 202.
- ANDRADE, Sérgio Marcondes, I: 86.
- ANTUNES, Eusébio José, I: 64.
- ANTUNES, Paranhos, II: 37.
- ARAGUAIA, Visconde de — Ver MACALHÃES, Domingos José Gonçalves de, Visconde de Araguaia.
- ARAGUARI, Barão de (1.º), Ver WANDENKOLK, José Maria. 1.º Barão de Araguari.
- ARAGUARI, Barão de (2.º), — Ver MACIEL, Antônio Dias. 2.º Barão de Araguari.
- ARANHA, João, I: 13.
- ARAÚJO, Cincinato de, II: 261, 263.
- ARAÚJO, Ferreira de, II: 129, 358.
- ARAÚJO, José Tomás Nabuco de, I: 41.
- ARCOLO, General — Ver FERREIRA, Alexandre Gomes de Argolo, Visconde de Itaparica.
- ASSIS MARTINS, Visconde de — Ver MARTINS, Inácio Antônio de Assis, Visconde de Assis Martins.
- ATAÍDE, Tristão de (pseud.) — Ver LIMA, Alceu de Amoroso.
- AUGUSTO DE SAXE-COBURGO E BRAGANÇA, Príncipe do Brasil, I: 76, 191, 196, 223; II: 38, 416.
- AUGUSTO DE SAXE-COBURGO-GOTHA, Duque de Saxe, I: 76, 196, 197.
- AULER, Guilherme, I: 164; II: 435.
- AQUILA, Condessa de — Ver JANUÁRIA DE BRAGANÇA E BOURBON, Princesa do Brasil.
- AVELINO, Constâncio, II: 113.
- ÁVILA, Henrique d', I: 117, 118.
- AZEREDO, Antônio, I: 348; II: 116, 368.
- AZEVEDO, Artur, II: 263.
- AZEVEDO, Ciro de, I: 385; II: 115, 125, 137.
- AZEVEDO, Duarte de, II: 352.
- AZEVEDO, José da Costa, Barão de Ladário, I: 6, 200, 363, 365, 369; II: 193, 220, 248, 251, 265, 266,

- 275, 276, 287, 301, 326,
335, 379, 405.
- AZEVEDO, Marinho de (Con-
selleiro), II: 326, 330,
430.
- AZEVEDO, Paulo da Costa,
I: 370.
- BAHIA, Comendador, I: 123.
- BAIPENDI, Conde de — *Ver*
GAMA, Brás Carneiro No-
gueira da Costa e, Conde
de Baipendi.
- BAIPENDI, Condessa de — *Ver*
GAMA, Rosa Mônica No-
gueira Vale da, Condessa
de Baipendi.
- BALMACEDA, José Manuel,
II: 405.
- BANDEIRA, Antônio Herculano
de Sousa, I: 217, 260, 374,
405.
- BANDEIRA, Sebastião, I: 411;
II: 16, 29, 30, 150, 167,
168, 169, 177, 187, 188,
189, 191, 198, 199, 201,
205, 218, 219, 220, 223,
233, 235, 241, 256, 257,
258, 275, 283, 286, 295,
315, 377, 406.
- BANNEN, Comandante, II:
345.
- BARATA, Cardoso, II: 112.
- BARBACENA, Marquês de, —
Ver PONTES, Felisberto
Caldeira Brant, Marquês
de Barbacena.
- BARBOSA, Carlos. (Tenente),
II: 18, 103.
- BARBOSA, Rui, I: 58, 59, 107,
175, 209, 294, 325, 329,
348, 349, 350, 351, 352,
353, 355, 361, 362, 363,
369, 377, 378, 382, 389,
403, 420, 421; II: 9, 18,
19, 38, 44, 47, 48, 49, 121,
129, 130, 132, 154, 155,
156, 170, 190, 191, 192,
193, 194, 196, 202, 205,
206, 214, 241, 291, 353,
358, 369, 374, 376, 381,
399, 415, 416.
- BARCELAR, Mata, II: 112.
- BARCELOS, Ramiro, I: 20,
407; II: 102, 103, 105,
380.
- BARRAL, Condessa de — *Ver*
BARROS, Luísa Margarida
Portugal de, Condessa de
Pedra Branca e de Barral.
- BARRETO, Antônio Adolfo Me-
na, II: 14, 16, 17, 28, 29,
30, 50, 145, 146, 147, 148,
149, 161, 168, 188, 198,
201, 205, 219, 256, 283.
- BARRETO, Barros (Senador),
I: 48.
- BARRETO, Gaspar Adolfo de
Mena, II: 161.
- BARRETO, José de Almeida
(General), I: 5, 86; II:
185, 186, 201, 236, 239,
254, 261, 268, 271, 272,
275, 277, 279, 284.
- BARRETO, Marciano Mena,
II: 169.
- BARRETO, Pereira, II: 88.
- BARRETO, Tobias, II: 95, 97.
- BARROS, Borges de, II: 75.
- BARROS, Cacique de (Padre),
I: 248.
- BARROS, Luísa Margarida
Portugal de, Condessa de
Pedra Branca e de Barral,
I: 46, 97, 319; II: 157,
159, 181, 300, 322, 325,
326, 328, 330, 334, 402,

- 404, 420, 427, 429, 434, 437.
- BARROS**, Manuel de Moraes, I: 28; II: 84.
- BARROSO**, Gustavo, II: 183, 214.
- BASBAUM**, Leôncio, I: 237, 299, 300, 301, 303, 304, 305, 307; II: 8, 31, 52, 55, 62, 63, 73, 95, 140, 315.
- BASSON**, Conselheiro — *Ver* OSÓRIO, José Basson de Miranda (Conselheiro).
- BASTOS**, Coelho, I: 115, 223, 224.
- BATISTA**, João Nepomuceno, I: 224; II: 202.
- BEAUREPAIRE-ROHAN**, Henrique de, Visconde de Beaurepaire-Rohan, I: 64; II: 352, 430.
- BELISÁRIO**, Francisco — *Ver* SOUSA, Francisco Belisário de.
- BELLEGARDE**, Pedro de Alcântara, I: 65.
- BELO**, José Maria, I: 9.
- BENÉVOLO**, Jaime, Tenente, I: 73, 74; II: 263, 298, 364, 373, 380.
- BERNARDES**, Artur da Silva, II: 27.
- BEVILÁQUA**, Clóvis, I: 335; II: 67, 97.
- BEVILÁQUA**, José, II: 175, 207, 282.
- BEZZI**, Dr., I: 191, 200.
- BILAC**, Olavo, II: 363.
- BISMARCK**, Príncipe de, I: 263.
- BOA ESPERANÇA**, Barão da — *Ver* BRITO, Antônio Ferreira de, Barão da Boa Esperança.
- BOCAIÚVA**, Quintino, I: 2, 6, 7, 16, 17, 20, 29, 59, 107, 126, 169, 250, 265, 266, 273, 285, 286, 287, 297, 320, 349, 387, 393, 411, 412, 420; II: 5, 22, 24, 44, 50, 52, 58, 59, 60, 99, 125, 126, 129, 130, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 147, 162, 168, 189, 193, 196, 202, 205, 206, 208, 209, 221, 237, 240, 253, 254, 283, 286, 289, 297, 298, 326, 334, 336, 339, 341, 353, 365, 367, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 378, 381, 382, 395, 399, 415, 432.
- BOEHRER**, George C. A., I: 14, 17, 38, 125, 235, 290, 292; II: 82, 86, 90, 91, 95, 98, 101, 104, 105, 111, 126, 135, 137, 138, 144, 373.
- BOM CONSELHO**, Visconde de — *Ver* FIGUEIREDO, José Bento Cunha e, Visconde de Bom Conselho.
- BOM RETIRO**, Visconde do — *Ver* FERRAZ, Luís Pedreira do Couto, Visconde do Bom Retiro.
- BONIFÁCIO**, José — *Ver* SILVA, José Bonifácio de Andrada e,
- BOTELHO**, Álvaro, I: 292; II: 61, 92.
- BOTELHO**, Andrade (Coronel), I: 292.
- BOTELHO**, Lóbo (Major), II: 255, 257, 315.
- BOTELHO**, Sousa (Coronel), II: 74.
- BRAGA**, Dias, II: 301.

- BRAGA, Fernandes, I: 58.
 BRANDÃO, José Pires, II: 298.
 BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares (Conselheiro), II: 91, 333, 384.
 BRASIL, Antônio, II: 259.
 BRASIL, Assis, I: 406. II: 57, 102, 103, 105, 137, 380.
 BRASILIENSE, Américo, I: 23, 25, 26, 29; II: 88.
 BREVES, Sousa, II: 109.
 BRÍCIDO, João, I: 59, 215; II: 14, 33.
 BRITO, Antônio Ferreira de, Barão da Boa Esperança. I: 292.
 BRITO, Ribeiro, de, I: 394.
 BUARQUE, Carlos, I: 196.
 BUENO, José Antônio Pimenta, Marquês de São Vicente, I: 5, 408; II: 158.
 BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão, I: 65.
- CALDAS, David Moreira, II: 113.
 CALDEIRA, Airstides, II: 93.
 CALMON, José — Ver GAMA, José Calmon Nogueira da.
 CALMON, Pedro, II: 395.
 CALMON, Rosa, II: 414.
 CALÓGERAS, Mariana Penha, II: 324, 326, 334.
 CALÓGERAS, João Pandiá (1.º), II: 324, 326, 330, 334, 417, 420.
 CALÓGERAS, João Pandiá (2.º), I: 46, 173, 174, 399; II: 35, 411.
 CÂMARA, Bernardo, I: 394; II: 97.
 CÂMARA, José Antônio Correia da. 2.º Visconde de Pelotas, I: 46, 47, 48, 49, 53, 55, 64, 67, 72, 73, 80, 83, 86, 90, 100, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 118, 120, 121, 123, 136, 138, 141, 155, 209, 215, 261, 364, 401, 402; II: 22, 106, 138, 162, 291, 338, 385.
- CAMPELO, Ferreira, II: 203.
 CAMPOS, Américo de, I: 29, II: 87.
 CAMPOS Antônio, II: 193.
 CAMPOS, Bernardino de, I: 26, 29, 31, 32, 39; II: 52, 89, 163, 280.
 CAMPOS, Martinho, I: 57, 322.
 CAMPOS SOBRINHO, Antônio Rodrigues de, II: 255.
 CANECA, Frei, I: 15; II: 122.
 CAPANEMA, Guilherme Schüch de, Barão de Capanema, I: 74, 167; II: 328, 392, 401.
 CARAPEBUS, Conde de — Ver REIS, Antônio Dias Coelho Neto dos, 2.º Conde de Carapebus.
 CARAPEBUS, Condessa de — Ver REIS, Francisca Jacinta Nogueira da Gama dos, Condessa de Carapebus.
 CÁRCANO, Ramón J., I: 329; II: 427.
 CARDOSO, Aníbal, I: 386; II: 169, 218.
 CARDOSO, Domiciano, II: 409.
 CARDOSO, Maurício (General), II: 40.
 CARDOSO, Saturnino (Tenente), I: 94, 386; II: 14, 215, 218, 282, 283.

- CARDOZO, Manuel, I: 180; II: 153, 403.
- CARLI, Gileno de, I: 353.
- CARNEIRO, Antônio Dias, I: 418.
- CARNEIRO, Belarmino, II: 59, 60, 97, 99, 142.
- CARNEIRO, Borges, I: 1.
- CARNOT, Sadi, I: 54.
- CAROLINO, Pedro (Tenente), I: 397; II: 183, 185, 397.
- CARQUEJA FUENTES, Baldomero, II: 285, 295.
- CARRÃO, Conselheiro, I: 230.
- CARREIRA, Castro, II: 384.
- CARVALHO, Alberto de, I: 316; II: 158.
- CARVALHO, Crescêncio de, I: 59.
- CARVALHO, João Manuel de (Padre), I: 238, 338, 370, 371, 381, II: 363.
- CARVALHO, José Pais de, II: 112.
- CARVALHO, Leitão de, II: 26, 37, 38.
- CASTELAR, Emílio, I: 18.
- CASTELO, José de Sousa (Capitão), I: 99, 103, 104, 134, 137, 262.
- CASTELO-BRANCO, Camilo, I: 311.
- CASTILHOS, Júlio de, I: 49, 407; II: 101, 102, 103, 105, 137, 259, 380.
- CASTRIOTO, Frederico, I: 124.
- CASTRO, Apulcro de, I: 213, 215; II: 14.
- CASTRO, Gentil de, II: 245.
- CASTRO, Magalhães, II: 363, 364.
- CASTRO, Pita de, II: 109.
- CASTRO, Viveiros de, I: 1, 2, 40, 256.
- CATETE, Barão do — *Ver SILVA, Joaquim Antônio de Araújo e, Barão do Catete.*
- CATRAMBY, Conselheiro, 190, 191, 194, 196, 198, 200; II: 420.
- CAVALCÂNTI, Amaro Bezerra, II: 79, 352.
- CAVALCÂNTI, Tavares, II: 114.
- CAVALCÂNTI, Tomás, I: 140.
- CAVOUR, Camillo, I: 209.
- CAXIAS, Duque de — *Ver LIMA, Luís Alves de, Duque de Caxias.*
- CELSE, Afonso, Visconde de Ouro Preto, — *Ver FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis.*
- CELSE JÚNIOR, Afonso — *Ver FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis, Júnior, Conde de Afonso Celso.*
- CHAGAS, João, II: 299, 300, 301, 302.
- CHAGAS, Martiniano das, II: 94.
- CHARCOT, Dr., I: 242.
- CHAVES, Alfredo, I: 44, 45, 66, 84, 91, 94, 96, 97, 98, 100, 101, 103, 117.
- CHERMONT, Justo, I: 137; II: 112.
- CIÂNCIO, Nicolau, II: 290.
- CINCINATO, Tenente. — *Ver ARAÚJO, Cincinato (Tenente).*
- CLAPP, João, I: 33; II: 363, 364.
- CLARIMUNDO, José (General), I: 256.
- COELHO, Aureliano, II: 112.
- COELHO, Êrico, I: 385.

- COELHO, Tomás, I: 142, 255, 256, 257, 259; II: 334.
- COMTE, Augusto, I: 77, 306, 417, 418; II: 1, 2, 9, 52, 141.
- CONCEIÇÃO, Francisco José da, Barão da Serra Negra, II: 84.
- CONSTANT, Benjamin — *Ver* MAGALHÃES, Benjamin Constant Botelho de.
- CONSTANT FILHO, Benjamin — *Ver* MAGALHÃES FILHO, Benjamin Constant Botelho de.
- CONSTANT NETO, Benjamin — *Ver* MAGALHÃES NETO, Benjamin Constant Botelho de.
- CORDEIRO, Albano, I: 77.
- CORDEIRO, Dinis, II: 430.
- CORREIA, Leôncio, I: 99, 105, 408; II: 140, 147, 207, 218, 224, 273, 364, 369.
- CORREIA, Manoel Francisco (Conselheiro), I: 336; II: 336, 343, 347, 348, 349, 352, 384, 385.
- CORREIA, Serzedêlo, I: 85, 86, 99, 101, 102, 109, 110, 140, 141, 299; II: 22, 138, 162, 186, 198, 199, 254, 277, 280, 301.
- CORUMBÁ, Barão de — *Ver* SALGADO, João Mendes (Almirante), Barão de Corumbá.
- COSTA, Antônio de Macedo, Bispo do Pará, I: 237, 383.
- COSTA, Benedita da, I: 75.
- COSTA, Caetano da Fonseca, I: 334.
- COSTA, Cândido José da (Coronel), I: 140; II: 185.
- COSTA, Cláudio Luís da, I: 75, 76.
- COSTA, Heitor da Silva, II: 352.
- COSTA, João Cruz, I: 310, 418; II: 2, 3, 4, 6, 7, 9.
- COSTA, João de Sousa da Fonseca, Visconde da Penha, II: 324, 326, 333, 417, 420, 422.
- COSTA, Josefina da Fonseca, Viscondessa de Fonseca Costa, II: 334, 417, 439.
- COSTA, Manuel Antônio da Fonseca, Marquês da Gávea, I: 51, 66, 183.
- COSTA, Maria Joaquina da, I: 75.
- COSTA, Silva (Conselheiro), II: 333, 341, 347, 352.
- COSTA, Telegrafista, II: 306.
- COTEGIPE, Barão de — *Ver* WANDERLEY, João Maurício, Barão de Cotegipe.
- COUTINHO, Aureliano de Sousa, Visconde de Sepetiba, 225.
- COUTINHO, Francisco de Lemos de Faria Pereira, Conde de Aljezur, II: 303, 306, 307, 417, 420, 429, 440.
- COUTINHO, Saturnino de Sousa, I: 225.
- CRUZEIRO, Visconde de — *Ver* TEIXEIRA JÚNIOR, Jerônimo José, Visconde de Cruzeiro.
- CUNHA, Ambrósio Leitão da, Barão de Mamoré, I: 124; II: 384, 430.
- CUNHA, Euclides da, I: 255; II: 289.
- CUNHA, Fernandes da (Conselheiro), I: 133.

- CUNHA, Francisco Xavier da,
I: 16, 17; II: 100, 101,
125, 237.
- CUNHA, Solano Carneiro da,
II: 318.
- DAMÁSIO, Virgílio, II: 111.
- DANTAS, Manuel de Sousa
(Conselheiro), I: 107, 128,
132, 133, 218, 300, 342,
356, 360, 361, 362, 369;
II: 110, 196, 327, 333,
347, 348, 384, 398.
- DANTAS, Carlos Luís Vargas,
I: 416.
- DELORME, Atriz, II: 302.
- DE LAMARE, Almirante, I:
364, II: 385.
- DIANA, João Francisco (Con-
selheiro), I: 376; II: 298.
- DIAS, Antônio Gonçalves, I:
76
- DODSWORTH, Jorge João, 2.º
Barão de Javari, II: 334.
- DÓRIA, Amanda de Parana-
guá Meneses, Baronesa de
Loreto, I: 147, 362; II:
324, 334, 417, 439.
- DÓRIA, Franklin Américo de
Meneses, Barão de Loreto,
I: 253, 345, 362; II: 298,
317, 334, 347, 408, 409,
417, 430, 439.
- DORNAS FILHO, João, I: 270,
277, 294, 381; II: 74, 93,
345, 350, 394.
- DUARTE, José Rodrigues de
Lima, Visconde de Lima
Duarte, I: 133; II: 384,
386.
- EMERENCIANO, Jordão, II:
46.
- ESCOBAR, Marçal, II: 103.
- ESPÍNOLA, Aristides, II: 389.
- ESPÍRITO SANTO, Antônio José
(Major), II: 185, 186, 239,
240, 253, 260.
- ESTEVES JÚNIOR, I: 286; II:
116, 125.
- ESTRADA, Osório Duque, I:
195.
- ESTRÊLA, Antônio Maia Mon-
teiro d', Barão de Maia
Monteiro, I: 191, 200.
- ESTRÊLA, Barão de — *Ver*
MONTEIRO, José Joaquim
de Maia.
- EU, Conde d' — *Ver* GASTÃO
DE ORLEANS, Conde d'Eu.
- EU, Condessa d' — *Ver* ISA-
BEL, Princesa Imperial do
Brasil, Condessa d'Eu.
- FALCÃO, Aníbal, I: 394; II:
51, 60, 97, 98, 130, 136,
137, 142, 294, 360, 361,
362, 363, 366, 371, 372.
- FARIA, Antão de, II: 103.
- FARIA, Chaves, I: 194.
- FARIA, Manuel Antônio da
Rocha, Conde de Nioac, I:
162, 202.
- FARIA, Maria Fernandes Bra-
ga da Rocha, Condessa de
Nioac, I: 162.
- FARNESE, Flávio, I: 3, 6, 13,
15.
- FEIJÓ, Cunha, II: 324.
- FEIJÓ, Diogo Antônio (Pa-
dre), I: 238; II: 27, 72.
- FEIJÓ, Francisca Guilhermina
de Abreu Cunha, II: 324.
- FELIZARDO, Manuel, I: 105.
- FERNANDEZ, Juan José, II:
293, 405.
- FERNANDO II, Rei das Duas
Sicílias, I: 377.

- FERNANDO II, Rei de Portugal, I: 208.
- FERRÃO, Alexandre Gomes de Argolo, Visconde de Itaparica, I: 55, 57, 64.
- FERRAZ, Luís Pedreira do Couto, Visconde do Bom Retiro, I: 157, 158, 159.
- FERRAZ, Sampaio, I: 385, 411; II: 359.
- FERREIRA, Cândido José, II: 305.
- FERREIRA, Mário Sousa, II: 367.
- FERREIRA, Miguel Vieira, I: 1, 2, 3, 5, 13; II: 113, 237.
- FERREIRA, Sousa (Comendador), II: 242, 243, 334, 367, 368.
- FERRERO, Guglielmo, I: 322; II: 441.
- FIGUEIRA, Andrade (Conselheiro), I: 3, 142, 215; II: 333, 342, 343, 344, 346, 352, 355.
- FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis, Visconde de Ouro Preto, I: 43, 63, 107, 120, 121, 122, 128, 129, 131, 204, 214, 260, 281, 287, 294, 306, 345, 346, 347, 348, 350, 351, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 397, 398, 399, 400, 402, 408, 415; II: 17, 20, 23, 35, 37, 44, 45, 48, 49, 54, 62, 92, 153, 155, 156, 166, 167, 172, 175, 176, 178, 184, 185, 200, 203, 204, 206, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 220, 223, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 241, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 257, 262, 265, 267, 268, 269, 270, 273, 274, 275, 278, 279, 280, 284, 285, 291, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 303, 304, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 315, 316, 317, 319, 320, 321, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 351, 352, 353, 366, 368, 385, 386, 389, 397.
- FIGUEIREDO, Carlos Afonso de Assis (Conselheiro), I: 43, 213, 214, 215, 363; II: 227, 228, 236, 389.
- FIGUEIREDO, José Bento da Cunha e, Visconde de Bom Conselho, II: 349, 352, 384.
- FIGUEIREDO JÚNIOR, Afonso Celso de Assis, Conde Afonso Celso, I: 191, 201, 281, 294, 348, 359, 363, 372, 388; II: 51, 54, 92, 105, 194, 388, 390.
- FILIFE, Cadete — *Ver* FILIFE DE BOURBON-SICÍLIAS.
- FILIFE DE BOURBON-SICÍLIAS, I: 197.
- FLEIUSS, Max, I: 147; II: 203, 291, 347, 368, 370, 373.
- FLORES, Tomás Thompson, I: 104.
- FONSECA, Ana Prado, Baronesa de Jundiá, II: 88.

- FONSECA, Clodoaldo da, I: 248; II: 150, 202, 254, 260.
- FONSECA, Dermeval da, I: 184, 185, 186.
- FONSECA, Gregório da, I: 418.
- FONSECA, Hermes Ernesto da (General), II: 187, 312, 397, 398, 400, 401, 418.
- FONSECA, Hermes Rodrigues da (Tenente, futuro Marechal), II: 29, 187, 220, 221, 222, 223, 261.
- FONSECA, João Severiano da, II: 255, 259, 260.
- FONSECA, Manuel Deodoro da (Marechal), I: 33, 47, 52, 53, 54, 55, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 123, 124, 126, 134, 136, 139, 141, 142, 144, 155, 167, 185, 200, 201, 248, 250, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 308, 309, 336, 354, 358, 365, 366, 372, 373, 374, 375, 376, 398, 402, 404, 405, 406, 407, 408, 410, 411, 415, 416, 417, 423; II: 3, 4, 5, 6, 14, 16, 19, 21, 22, 24, 25, 28, 29, 30, 35, 58, 106, 132, 138, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 176, 177, 178, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 214, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 240, 241, 242, 243, 245, 248, 252, 253, 254, 256, 258, 259, 261, 262, 263, 266, 270, 272, 273, 274, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 290, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 301, 304, 307, 310, 312, 313, 314, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 326, 327, 330, 331, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 347, 348, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 390, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 418, 425.
- FONSECA, Manuel Mendes da, I: 52, 53.
- FONSECA, Mariana da, II: 259, 260.
- FONSECA, Olímpio de (Capitão), II: 217.
- FONSECA, Pedro Paulino da, II: 192, 222, 254, 255, 260, 262, 264.
- FONSECA, Percílio da (Capitão), II: 222, 223, 260.
- FONSECA, Rosa da, I: 53.
- FONSECA, Severiano da (Marechal), Barão de Alagoas,

- I: 54, 78, 83, 84, 95, 102, 257, 259, 404; II: 217, 255.
- FONSECA COSTA, Viscondessa da — *Ver* COSTA, Josefina da Fonseca, Viscondessa da Fonseca Costa.
- FONTENELLE, Manuel, I: 12.
- FONTOURA, João Neves da, I: 299.
- FORTES, Bias, II: 94.
- FRAGOSO, Augusto Tasso, I: 101, 386; II: 14, 150, 282, 288.
- FRANÇA, Antônio Ferreira, II: 71.
- FRANÇA, Jerônimo Teixeira (Capitão), II: 184, 432, 433, 434, 435.
- FRANÇA JÚNIOR, I: 191.
- FRANCISCO, Martim — *Ver* SILVA, Martim Francisco de Andrade e.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo, II: 64.
- FRANCO, Tito, I: 226.
- FRANKLIN, Benjamin, I: 323.
- FREIRE, Felisbelo, II: 31, 32, 115.
- FREIRE, Flávio Clementino da Silva, Barão de Maman-guape, II: 384.
- FREITAS, Teixeira de, I: 3.
- FREYRE, Gilberto, I: 300, 362, 416; II: 110, 299, 300.
- FROTA, Falcão da, I: 65.
- FURTAIX, Francisco José (Conselheiro), II: 78, 158.
- GALVÃO, Antônio Enéias Gustavo (Brigadeiro), Barão do Rio Apa, I: 401; II: 177, 185, 227, 228, 229, 236, 246, 249, 279, 284, 293.
- GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz, Barão de Ramiz, II: 326, 328, 329, 434, 435, 436.
- GALVÃO, Rufino Enéias Gustavo. Visconde de Maracaju, I: 141, 337, 363, 365, 366, 368, 369, 372, 374, 375, 404; II: 12, 17, 18, 19, 177, 219, 220, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 249, 250, 251, 252, 265, 266, 267, 270, 271, 279, 284, 293, 298.
- GALVÃO, W. de S. Ramiz, II: 329, 436.
- GAMA, Brás Carneiro Nogueira da Costa e, Conde de Baipendi, I: 141.
- GAMA, Francisca Jacinta Nogueira da, Condessa de Carapebus, I: 524, 528, 577, 595.
- GAMA, José Calmon Nogueira da, II: 307, 334, 414, 417, 420, 429.
- GAMA, Luís, I: 22.
- GAMA, Nicolau Antônio Nogueira Vale da, Visconde de Nogueira da Gama, II: 333, 414, 417.
- GAMA, Luís Filipe Saldanha da (Almirante), II: 188, 189, 198.
- GAMA, Rosa Mônica Nogueira Vale da, Condessa de Baipendi. II: 333.
- GARCEZ, Visconde de, II: 307, 334.
- GASTÃO DE ORLEANS, Conde d'Eu, I: 51, 135, 147, 157, 160, 165, 166, 167, 170, 172, 185, 190, 192, 193,

- 196, 202, 204, 207, 208,
209, 210, 211, 212, 223,
224, 229, 246, 247, 268,
272, 276, 283, 325, 332,
337, 338, 343, 344, 358,
365, 366, 367, 368, 369,
389, 391, 392, 393, 394,
395, 399; II: 11, 20, 36, 52,
99, 111, 152, 155, 181, 182,
199, 203, 300, 303, 311,
322, 324, 325, 326, 327,
328, 329, 330, 333, 334,
341, 346, 348, 351, 355,
356, 372, 402, 403, 404,
405, 411, 414, 415, 416,
418, 420, 426, 427, 429,
430, 431, 434, 435, 436,
437.
- GÁVEA**, Marquês da — *Ver*
COSTA, Manuel Antônio de
Fonseca, Marquês da Gá-
vea.
- GERSON**, Brasil, II: 25.
- GLICÉRIO**, Francisco, I: 22,
29, 31, 32, 267; II: 88,
137, 138, 143, 162, 163,
164, 189, 193, 202, 203,
207, 261, 365, 370, 371,
372, 375, 376, 378, 380.
- GODOFREDO**, Lamounier, I:
278; II: 61, 93, 94.
- GODOLFIM**, Capitão, II: 246,
247, 263, 270.
- GÓIS**, Zacarias de — *Ver* VAS-
CONCELOS, Zacarias de Góis
e.
- GOLTZ**, Von Der, I: 420.
- CONÇALVES**, Bento, II: 73.
- CONÇALVES**, R. Mendes, I:
193, 320, 321.
- GORCEIX**, Henri, I: 311.
- GORDILHO**, Pedro, II: 108.
- GORDO**, Adolfo, II: 89.
- GOUVEIA**, Bandeira de, I:
286.
- GRAHAM**, Maria, II: 68.
- GRÃO-PARÁ**, Príncipe do —
Ver PEDRO DE ALCÂNTARA
DE ORLEANS E BRAGANÇA.
- GRIECO**, Agripino, I: 315, 316.
- GROSS**, Carlos, II: 262.
- GUAÍ**, Barão de — *Ver* MARI-
NHO, Joaquim Elísio Perei-
ra, Barão de Guai.
- GUERRA**, Flávio, I: 54, 69,
82, 110, 113, 127.
- GUILHERME II**, Imperador da
Alemanha (então Príncipe
Imperial). I: 196.
- GUILHON**, Francisco Alberto,
I: 104.
- GUIMARÃES**, Pereira, II: 115.
- HASSLOCHER**, Germano, I:
387.
- HENRIQUE DE HOHENZOLLERN**,
Príncipe da Prússia, II:
323.
- HERCULANO**, Alexandre, I:
314.
- HERVAL**, Marquês de — *Ver*
OSÓRIO, Manuel Luís, Mar-
quês do Herval.
- HOMEM**, Francisco de Sales
Tôrres, Visconde de Inho-
merim, II: 79.
- HOMEM**, Tôrres (Professor),
I: 159.
- HOMEM DE MELO**, Barão —
Ver MELO, Francisco Iná-
cio Marcondes Homem de.
- HOONHOLZ**, Antônio Luís
von, Barão de Tefé, I: 65,
141, 158, 369.
- HORÁCIO**, João (pseud.) —
Ver — AMARAL, José Ave-
lino Gurgel do.

HUBNER, Barão, I: 193, 311, 320; II: 324.

HUDSON, Otaviano, I: 7.

HUGO, Victor, I: 316, 325.

IBITURUNA, Visconde de —
Ver SANTOS, João Batista dos, Visconde de Ibituruna.

INÁCIO, Joaquim (Alferes), II: 14, 16, 169, 170, 219, 240, 256.

INHOMERIM, Visconde de —
Ver HOMEM, Francisco de Sales Tôrres, Visconde de Inhomirim.

ISABEL, Princesa Imperial do Brasil, Condessa d'Eu. I: 42, 143, 147, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 189, 192, 194, 195, 196, 202, 204, 205, 207, 210, 211, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 229, 232, 242, 243, 245, 252, 254, 263, 267, 269, 271, 282, 287, 297, 325, 344, 345, 346, 366, 367, 369, 383, 386, 389, 391, 392, 395; II: 10, 35, 52, 104, 131, 153, 155, 181, 199, 203, 210, 212, 241, 303, 304, 309, 310, 322, 323, 324, 325, 327, 328, 334, 339, 340, 341, 347, 348, 349, 353, 355, 363, 402, 405, 406, 407, 408, 410, 412, 413, 414, 420, 421, 422, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 434, 438.

ITABORAÍ, Visconde de — Ver TÔRRE, Joaquim José Rodrigues, Visconde de Itaboraí.

ITAMARATI, Conde de — Ver ROCHA, Francisco José da, Conde de Itamarati.

ITAMARATI, Condessa de — Ver ROCHA, Maria Romana Bernardes da, Condessa e Marquesa de Itamarati.

ITAPARICA, Visconde de — Ver FERRÃO, Alexandre Gomes de Argolo, Visconde de Itaparica.

IVINHEIMA, Barão de — Ver PINTO, Francisco Pereira, Barão de Ivinheima.

JACEGUAÍ, Barão de — Ver MOTA, Artur Silveira da, Barão de Jaceguai.

JACOBINA, Eduardo, I: 362.

JAGUARI, Visconde de — Ver RAMOS, Ildefonso de Sousa, Visconde de Jaguari.

JAGUARIBE, Domingos José Nogueira, Visconde de Jaguaribe, I: 133; II: 384.

JANUÁRIA DE BRAGAÇA E BOURBON, Princesa do Brasil, Condessa de Aquila, I: 197.

JAPURÁ, Barão de — Ver LISBOA, Miguel Maria, Barão de Japurá.

JARDIM, Antônio da Silva, I: 175, 209, 224, 266, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 285, 327, 392, 393, 394; II: 52, 57, 58, 59, 60, 98, 99, 108, 111, 125, 126, 128, 130, 131, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141,

- 142, 361, 363, 371, 372, 373, 374.
- JARVIS, Thomas (Ministro), I: 180, 298.
- JAVARI, Barão de — *Ver* DODSWORTH, Jorge João, 2.º Barão de Javari.
- JEFFERSON, Thomas, II: 63.
- JOÃO VI, Rei de Portugal, II: 39, 64, 65, 66, 412.
- JOÃO HORÁCIO (pseud.) — *Ver* AMARAL, José Avelino Gurgel do.
- JORDÃO, Augusto César de Miranda, II: 430.
- JORDÃO, Polidoro da Fonseca Quintanilha, Visconde de Santa Teresa, I: 57.
- JORGE III, Rei da Inglaterra, I: 317.
- JUNDIAÍ, Baronesa de — *Ver* FONSECA, Ana Prado, Baronesa de Jundiaí.
- KIPLING, Rudyard, II: 42, 252.
- KNOWLES, casa bancária, I: 164.
- LACERDA, Pedro Maria de, Arcebispo do Rio de Janeiro, I: 235; II: 382.
- LACOMBE, Lourenço Luís, I: 363; II: 193, 194.
- LACORDAIRE, Jean, II: 238.
- LADÁRIO, Barão de — *Ver* AZEVEDO, José da Costa, Barão de Ladário.
- LAFAYETTE — *Ver* PEREIRA, Lafayette Rodrigues (Conselheiro).
- LAFITE Pierre, II: 2.
- LAGO, Coronel, I: 224.
- LAHMEYER, Rodolfo, I: 191.
- LAJE, Cipriano, I: 270, 277.
- LAPER, Batista, II: 108.
- LASSANCE, Guilherme, II: 326, 334, 414, 415, 416, 419, 421.
- LEÃO XIII, Papa, I: 237, 253.
- LEÃO, Honório Hermeto Carneiro, Marquês de Paraná, I: 52, 152, 225, 300, 301, 336.
- LEÃO, José, I: 267, 272, 273, 393, 395; II: 57, 141, 142, 294, 361, 370, 371, 372.
- LEÃO, Luís Filipe de Sousa, II: 384.
- LECLERC, Max, I: 192.
- LÊDO, Gonçalves, II: 67.
- LEITE, Leopoldo Teixeira, I: 289; II: 108.
- LEITE, Sousa, I: 147.
- LEME, Vicente Machado da Silva, II: 116.
- LEME, Pedro Dias Pais, II: 116.
- LEMONS, Miguel, I: 33, 101; II: 1, 2, 6, 7, 9.
- LEONARDOS, Oton (Comendador), I: 186, 191; II: 368.
- LEOPOLDINA DE BRAGANÇA SAXE-COBURGO, Princesa do Brasil, Duquesa de Saxe, I: 76, 189, 197; II: 181.
- LEOPOLDINA, Barão de — *Ver* MONTEIRO, José de Rezende, Barão de Leopoldina.
- LESSA, Clado Ribeiro, I: 198; II: 47.
- LESSA, Pedro, II: 318.
- LEVERGER, Augusto, Barão de Melgaço, I: 65.
- LIMA, Alceu Amoroso, I: 315, 323.

- LIMA, Francisco Peixoto de Abreu e, I: 104.
- LIMA, Hermes, II: 95.
- LIMA, Luis Alves de, Duque de Caxias, I: 40, 49, 50, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 62, 105, 112, 208, 290, 353, 407; II: 42, 60, 77, 78, 79, 80, 123, 158, 334.
- LIMA, Manoel de Oliveira, I: 55, 173, 420; II: 38, 71, 311.
- LIMA, Pedro de Araújo, Marquês de Olinda, I: 77, 300, 364; II: 71, 72, 158.
- LIMA, Pedro José de, Capitão, I: 44.
- LIMA DUARTE, Visconde de — *Ver* DUARTE, José Rodrigues de Lima, Visconde de Lima Duarte.
- LINS, Ivan, I: 266, 414, 416, 417; II: 417.
- LISBOA, Coelho, II: 114, 116, 125, 137, 177.
- LISBOA, Joaquim Marques, Marquês de Tamandaré, I: 357; II: 333, 417, 420, 429, 431.
- LISBOA, Miguel Maria, Barão de Japurá, II: 326, 412.
- LISBOA, Miguel Ribeiro, II: 326, 327.
- LÔBO, Aristides, I: 3, 6, 12, 13, 32, 37, 38, 39, 110, 287, 288, 389, 411; II: 5, 22, 24, 52, 114, 125, 126, 127, 128, 136, 140, 145, 147, 161, 164, 189, 193, 202, 205, 240, 261, 289, 290, 294, 353, 364, 365, 366, 370, 374, 375, 376, 378, 379, 381.
- LÔBO, Gusmão, I: 172; II: 220.
- LÔBO, Silveira, I: 333.
- LOPES, Castro, I: 194.
- LOPES, Ildefonso Simões, I: 385, 386.
- LOPEZ, Francisco Solano, I: 45, 46, 55, 406.
- LORENA, Frederico, II: 198, 199, 200, 218.
- LORETO, Barão de — *Ver* DÓRIA, Franklin Américo de Meneses, Barão de Loreto.
- LORETO, Baronesa de — *Ver* DÓRIA, Amanda de Paranaçuá Meneses, Baronesa de Loreto.
- LOTT, Henrique Teixeira, I: 60.
- LUCENA, Henrique Pereira de, Barão de Lucena, I: 53, 54, 70, 82, 111, 112, 113, 114, 115, 123, 125, 126, 217, 250, 254, 260, 329, 353, 354; II: 45, 373.
- LUÍS I, Rei de Portugal, I: 157, 158; II: 179.
- LUÍS XIV, Rei de França, I: 377.
- LUÍS DE ORLEANS E BRAGANÇA, Príncipe do Brasil, II: 348.
- LUÍS CARLOS FILIPE DE ORLEANS, Duque de Nemours, I: 147, 276, 332; II: 11, 155, 182.
- LUÍS, Pedro — *Ver* SOUZA, Pedro Luís Pereira de.
- LUÍS, Washington — *Ver* SOUSA, Washington Luís Pereira de.
- LUÍS FILIPE I, Rei dos Franceses, I: 272.

- LUZ, Ribeiro da, I: 96, 108, 124; II: 352.
- LYRA, Heitor, I: 171, 347; II: 324, 408, 409, 412.
- LYRA, Pereira de., I: 294, 394, II: 96, 97.
- MAC DONNELI., Ministro, I: 148, 149, 153, 154, 156, 158, 164, 165, 169, 193.
- MACDOWELL, Ministro, I: 124, 223.
- MACHADO, Ambrósio, I: 394; II: 97.
- MACHADO, Antônio Cândido da Cruz, Visconde de Sêrro-Frio, II: 384.
- MACHADO, J. C. Pinheiro, II: 105.
- MACHADO, João da Mata (Conselheiro), I: 20.
- MACHADO Manuel, II: 240.
- MACHADO, Nunes, I: 15; II: 75.
- MACIEL, Antônio Dias, 2.º Barão de Araguari, II: 200.
- MACIEL, Olegário, II: 200.
- MADUREIRA, Alfredo, I: 101.
- MADUREIRA, Sena, I: 30, 49, 50, 51, 66, 67, 68, 69, 71, 78, 79, 80, 83, 84, 86, 89, 92, 94, 100, 102, 108, 114, 117, 119, 125, 134, 137, 140, 141, 262, 405; II: 23, 138, 139, 141, 337.
- MAGALHÃES, Benjamin Constant Botelho de, I: 73, 75, 76, 77, 78, 84, 87, 90, 101, 108, 140, 141, 255, 262, 266, 305, 339, 407, 408, 409, 410, 412, 413, 415, 417, 419, 420, 421, 423; II: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 12, 13, 14, 15, 17, 23, 24, 146, 147, 148, 150, 162, 163, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 193, 194, 196, 198, 199, 206, 207, 209, 212, 213, 218, 219, 221, 230, 233, 239, 246, 253, 254, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 277, 281, 282, 285, 286, 287, 288, 289, 294, 295, 297, 298, 327, 341, 353, 360, 362, 363, 364, 365, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 376, 377, 379, 381, 411, 412, 414, 415, 416, 417, 419, 425.
- MAGALHÃES, Couto de, II: 352.
- MAGALHÃES, Gabriel de Almeida, II: 94.
- MAGALHÃES, Marciano de (Major), I: 108, 141, 417; II: 148, 224, 287.
- MAGALHÃES FILHO, Benjamin Constant Botelho de, I: 416; II: 282.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo, I: 68, 82, 83, 101, 103, 107, 121, 167, 214, 254, 257, 259, 339, 374, 377, 381, 388, 401, 407; II: 193, 206, 304, 310, 400, 401, 419.
- MAGALHÃES NETO, Benjamin Constant Botelho de, I: 271.
- MAIA, Aristides de Araújo, II: 393, 394.
- MAIA, Cláudio Velho da Mota, Conde de Mota Maia, I: 146, 158, 162, 187, 202, 373; II: 153,

- 155, 303, 304, 305, 306,
307, 329, 330, 414, 417,
420, 429, 434, 439.
- MAIA, José Joaquim da, II:
63.
- MAIA, Manuel Antônio Velho
da Mota, II: 305, 439.
- MAIA MONTEIRO, Barão de —
Ver ESTRÊLA, Antônio Ma-
ria Monteiro d', Barão de
Maia Monteiro.
- MALLET, João de Medeiros
(Tenente-Croonel), II: 18,
19, 170, 415, 416, 419,
420, 421, 422, 423, 424,
425, 427, 431.
- MALLET, Parda, I: 387, 388;
II: 361, 363.
- MAMANGUAPE, Barão de —
Ver FREIRE, Flávio Cle-
mentino da Silva, Barão de
Mamanguape.
- MAMORÉ, Barão de — *Ver*
CUNHA, Ambrósio Leitão
da, Barão de Mamoré.
- MANSO, Antônio Monteiro, I:
276, 277, 278; II: 61, 92.
- MANTESE, Almirante, I: 136,
172, 195, 208.
- MANUEL, João (Padre) —
Ver CARVALHO, João Ma-
nuel de.
- MANZONI, Alessandro, I: 252.
- MARACAJU, Visconde de —
Ver GALVÃO, Rufino Enéias
Gustavo, Visconde de Ma-
racaju.
- MARANHÃO, Pedro Velho de
Albuquerque, II: 114.
- MARIA II, Rainha de Portu-
gal, I: 158, 208; II: 307.
- MARINHO, Joaquim Elísio Pe-
reira, Barão de Guai, II:
111.
- MARINHO, Joaquim Saldanha,
I: 2, 6, 7, 12, 268, 285,
286, 287, 289; II: 64, 81,
88, 125, 126, 128, 137,
138, 147.
- MAROIM, Barão de — *Ver*
MELO, João Gomes de, Ba-
rão de Maroim.
- MARTINS, Gaspar da Silveira,
I: 39, 68, 72, 73, 121, 122,
124, 128, 129, 131, 133,
204, 241, 256, 262, 294,
317, 318, 330, 356, 405;
II: 19, 28, 81, 95, 148,
172, 318, 335, 336, 337,
338, 339, 340, 341, 343,
344, 349, 351, 352, 353,
354, 356, 366, 367, 368,
371, 385.
- MARTINS, José Júlio da Sil-
veira, I: 318, 330.
- MARTINS JÚNIOR, Isidoro, I:
394; II: 59, 60, 96, 97, 98,
136, 137, 142, 143, 397.
- MARTUSCELLI, I: 247.
- MASCARENHAS, Manuel de,
II: 79.
- MASCARENHAS, Sebastião, I:
231.
- MATOS, Ernesto Augusto da
Cunha (Coronel), I: 43,
44, 45, 46, 47, 48, 49, 68,
69, 72, 78, 87, 88, 92, 94,
100, 101, 102, 108, 114,
117, 119, 125, 137, 167,
373; 374, 405; II: 23.
- MATOS, Francisco de (Al-
mirante), II: 288.
- MATOS, Manuel Gomes de, I:
277, 394; II: 97.
- MAURO, Sérgio, II: 190.
- MAXIMILIANO, Carlos, II: 37.
- MAZZINI, Giuseppe, I: 306.
- MEDEIROS, Viriato de, I: 119.

- MEDEIROS E ALBUQUERQUE, *Ver* ALBUQUERQUE, Medeiros e.
- MEIRA, Albino, II: 96, 97, 114, 115.
- MEIRELES, Pedro Soares de, I: 13.
- MELGAÇO, Barão de — *Ver* LEVERGER, Augusto, Barão de Melgaço.
- MELO, Bernardo Vieira de, II: 62.
- MELO, Custódio de, I: 141.
- MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de, Barão Homem de Melo, II: 37.
- MELO, João Gomes de, Barão de Maroim, I: 133.
- MELO, José Maria de Albuquerque, I: 3, 12; II: 97.
- MELO, Macário Figueira, I: 269.
- MELO, Plácido de, I: 387.
- MELO JÚNIOR, Joaquim Cardoso, I: 257.
- MENDES, Raimundo Teixeira, I: 33, 76, 101, 266, 310, 415, 419; II: 2, 3, 4, 6, 7, 262, 361, 372.
- MENDONÇA, Carlos Sússekind de, I: 2, 6, 14, 38, 54, 326.
- MENDONÇA, Lúcio de, I: 38, 210, 293; II: 91, 92.
- MENDONÇA, Salvador de, I: 2, 3, 6, 7, 11, 13, 15, 16, 30, 38, 54, 280, 325, 326, 340, 341, 342, 344, 348; II: 153, 237, 289, 297, 367.
- MENESES, Rodrigo Otávio Langaard de, II: 179.
- MENESES, Trajano de, II: 148.
- MESQUITA, Júlio de, II: 89.
- METTERNICH, Príncipe de, I: 193.
- MIGUELINHO, Padre, I: 238.
- MIRANDA, Cardoso de, II: 59, 136, 142.
- MIRANDA, Gonçalves, II: 104.
- MIRANDA, Jorge de, I: 22; II: 88.
- MIRANDA REIS, Barão de — *Ver* REIS, José de Miranda da Silva, Barão de Miranda Reis.
- MONTEIRO, José Joaquim de Maia, Barão de Estrêla, I: 186, 191, 192, 202.
- MONTEIRO, José de Resende, Barão de Leopoldina, I: 289.
- MONTEIRO, Maciel, II: 97, 114, 142.
- MONTEIRO, Mozart, I: 97.
- MONTEIRO, Tobias, I: 48, 49, 50, 70, 93, 96, 101, 110, 115, 120, 125, 190, 316, 351; II: 17, 22, 203, 205, 207, 208, 209, 222, 231, 267, 304, 319, 342, 380, 416, 418, 421, 424, 427, 431, 434, 439.
- MORAIS, Prudente de, I: 22, 26, 276, 290, 297, 410; II: 52, 61, 84, 89, 163, 372, 373.
- MORAIS, Tito de, I: 345.
- MOREIRA, A. Ilha, I: 68, 70, 74, 78, 81, 82, 105, 135; II: 258, 261, 273, 364, 369.
- MOREIRA, Francisco Inácio Carvalho, Barão de Penedo, I: 240, 241, 330.
- MORENO DE ALARCÓN, Maria Candelária, I: 7.
- MOTA, Artur Silveira da, Barão de Jaceguai, I: 4, 65,

- 73, 74, 78, 80, 133, 141;
II: 334, 367, 424, 425,
426, 427, 429.
- MOTA MAIA, Conde de —
Ver MAIA, Cláudio Velho
de Mota, Conde de Mota
Maia.
- MÜLLER, Lauro, II: 150, 151,
259, 277.
- MURAT, Luís, II: 363.
- MURITIBA, Barão de — Ver
TOSTA FILHO, Manuel Viei-
ra, Barão de Muritiba.
- MURITIBA, Baronesa de — Ver
TOSTA, Maria José Velho
de Avelar, Baronesa de
Muritiba.
- MUSSOLINI, Benito, I: 253.
- NABUCO, Joaquim, I: 20, 41,
181, 218, 228, 276, 309,
310, 322, 323, 330, 333,
349, 354; II: 52, 71, 72,
73, 75, 188, 189, 405,
409.
- NAPOLEÃO I, Imperador dos
Franceses, I: 53, 66, 178.
- NAPOLEÃO III, Imperador dos
Franceses, I: 199, 272,
343.
- NASCIMENTO, César, II: 52.
- NASCIMENTO, Francisco, I:
50.
- NATAL, Guimarães, II: 116.
- NEIVA, João, I: 403.
- NEMOURS, Duque de — Ver
LUÍS CARLOS FILIPE DE
ORLEANS, Duque de Ne-
mours.
- NEVES, José Joaquim de An-
drade, Barão do Triunfo, I:
55, 68.
- NEVES, José Teixeira, II: 91.
- NIETO, Félix, II: 406.
- NIOAC, Conde de — Ver
FARIA, Manuel Antônio da
Rocha, Conde de Nioac.
- NIOAC, Condessa de — Ver
FARIA, Maria Fernandes
Braga da Rocha, Condessa
de Nioac.
- NOGUEIRA, Joaquim, II: 113.
- NOGUEIRA DA GAMA, Viscon-
de de — Ver GAMA, Nico-
lau Antônio Nogueira Vale
da, Visconde de Nogueira
da Gama.
- NOVAIS, Elias Dias, Barão de
Novais, II: 417.
- OLEGÁRIO, Conselheiro, II:
333, 334, 341, 346, 347,
349, 352.
- OLINDA, Marquês de — Ver
LIMA, Pedro de Araújo,
Marquês de Olinda.
- OLINTO, Antônio — Ver Pi-
RES, Antônio Olinto dos
Santos.
- OLIVEIRA, Cândido de, I: 72,
116, 117, 118, 130, 131,
133, 370; II: 12, 18, 19,
35, 220, 224, 225, 227,
229, 232, 246, 248, 250,
298, 337, 353, 385, 386,
389.
- OLIVEIRA, João Alfredo Cor-
reia de (Conselheiro), I: 5,
21, 54, 115, 123, 124, 125,
126, 221, 226, 254, 255,
258, 260, 263, 275, 276,
278, 280, 281, 282, 283,
284, 287, 296, 300, 329,

- 334, 335, 337, 338, 340, 341, 346, 353, 354, 358, 374, 377, 378, 387, 394, 396; II: 8, 51, 55, 62, 158, 167, 241, 352, 385.
- OLIVEIRA, Machado de, I: 65.
- OLIVEIRA, Pedro Ferreira de, I: 65.
- ORIBE, II: 40.
- ORICO, Osvaldo, II: 241.
- ORTIGÃO, Ramalho, II: 323.
- OSÓRIO, José Basson de Miranda (Conselheiro), I: 386; II: 183, 212, 214, 215, 216, 244, 245, 246.
- OSÓRIO, José Basson de Miranda (Conselheiro), I: 386; II: 183, 212, 214, 215, 216, 244, 245, 246.
- OSÓRIO, Manuel Luís, Marquês de Herval, I: 39, 40, 53, 55, 57, 58, 59, 62, 68, 105, 112, 209, 294, 406, 407, 420; II: 81, 95.
- OTÁVIANO, Francisco — *Ver ROSA, Francisco Otaviano de Almeida* (Conselheiro).
- OTÁVIO, Rodrigo — *Ver MENESES, Rodrigo Otávio Langaard de*.
- OTTONI, Cristiano Benedito (Conselheiro), I: 3, 4, 5, 6, 7, 10, 12, 30, 34, 36, 64, 133, 217, 359, 366, 398; II: 70, 81, 384.
- OTTONI, Teófilo Benedito, I: 4; II: 91.
- OURIQUE, Jaques, II: 173, 174, 175, 218, 224, 268, 270, 273, 287.
- OURO PRÊTO, Visconde de — *Ver FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis, Visconde de Ouro Preto*.
- PAIVA, Osório de (Capitão), II: 148.
- PALHA, Garcez (Tenente), II: 201.
- PANFRAI, Comendador, I: 251, 253.
- PARANÁ, Marquês de — *Ver LEÃO, Honório Hermeto Carneiro, Marquês de Paraná*.
- PARANAGUÁ, João Lustosa da Cunha, 2.º Marquês de Paranaguá, I: 147, 358, 362, 364; II: 158, 333, 347, 352, 354, 384.
- PARANAPIACABA, Barão de — *Ver SOUSA, João Cardoso de Meneses e, Barão de Paranapiacaba*.
- PARANHOS, José Maria da Silva, Visconde do Rio Branco, I: 19, 300, 301, 305; II: 158.
- PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva, Barão de Rio Branco, I: 170, 172, 196, 202; II: 35, 36, 37, 417.
- PATROCÍNIO, José do, I: 33, 227, 264, 268, 286, 287; II: 241, 289, 359, 361, 362, 363, 364, 371.
- PAULO FILHO, M., I: 369, 370; II: 298, 318.
- PAZ, Campos da, II: 363.
- PEÇANHA, Alcibiades, II: 96, 397.
- PEÇANHA, Nilo, I: 270; II: 96, 116, 137.
- PECCI, Cardeal, Arcebispo de Perugia — *Ver LEÃO XIII, Papa*.
- PEDERNEIRAS, Dr. II: 353.
- PEDRO I, Imperador do Brasil, I: 15, 120, 272, 323,

352, 399; II: 64, 66, 67, 68, 69, 70, 121, 122, 407, 412.

PEDRO II, Imperador do Brasil, I: 46, 53, 54, 55, 57, 61, 62, 76, 77, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 101, 103, 107, 110, 113, 114, 116, 119, 136, 137, 139, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 207, 208, 213, 215, 219, 220, 221, 225, 231, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 251, 254, 256, 264, 267, 269, 275, 276, 283, 288, 297, 298, 304, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 329, 330, 333, 334, 335, 336, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 357, 358, 359, 362, 367, 368, 369, 370, 371, 374, 383, 386, 387, 388, 389, 413; II: 14, 15, 17, 20, 22, 25, 35, 38, 48, 52, 64, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 104, 119, 122, 123, 129, 131, 137, 140, 146, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 166, 167, 169, 170, 171, 173, 180,

181, 182, 190, 192, 193, 195, 196, 202, 207, 212, 231, 238, 241, 248, 255, 259, 279, 280, 282, 284, 285, 289, 291, 294, 295, 297, 298, 300, 301, 303, 304, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 312, 314, 315, 317, 318, 320, 321, 323, 324, 328, 330, 331, 333, 334, 335, 336, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 364, 365, 366, 367, 369, 370, 377, 379, 381, 382, 389, 398, 399, 400, 401, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 420, 421, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440.

PEDRO DE ALCÂNTARA DE ORLEANS E BRAGAÇA, Príncipe do Grão Pará, I: 147, 170, 189, 195, 196; II: 153, 325.

PEDRO AUGUSTO DE SAXE-COBURGO E BRAGAÇA, Príncipe do Brasil, I: 76, 147, 160, 161, 162, 170, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 237, 386; II: 47, 181, 200, 255, 355, 413, 414, 420, 421, 427.

PEIXOTO, Afrânio, I: 369.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral, II: 168.

- PEIXOTO, Carlos, II: 383, 385
- PEIXOTO, Floriano, I: 6, 55, 86, 214, 363, 372, 375, 382, 388, 400, 403, 407, 415; II: 17, 177, 178, 185, 188, 189, 194, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 244, 246, 247, 252, 262, 266, 267, 268, 270, 273, 274, 275, 278, 279, 298, 299, 301, 311, 312, 319.
- PEIXOTO, Manuel Pinto, I: 418.
- PELOTAS, Visconde de — *Ver* CÂMARA, José Antônio Correia da, 2.º Visconde de Pelotas.
- PENEDO, Barão de — *Ver* MOREIRA, Francisco Inácio Carvalho, Barão de Penedo.
- PENHA, Adolfo (tenente), II: 261, 275, 276.
- PENHA, Maria Eugênia, II: 324, 326, 333, 417, 420.
- PENHA, Maria Elisa, II: 324, 333, 417, 420.
- PENHA, Visconde da — *Ver* COSTA, João de Sousa da Fonseca, Visconde da Penha.
- PENIDO, João, I: 275, 281.
- PEREIRA, Batista, II: 192.
- PEREIRA, José Clemente, I: 105.
- PEREIRA, Lafayette Rodrigues, I: 3, 4, 5, 7, 30, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 280, 294, 296, 356; II: 14, 81, 87, 92, 154, 352, 385.
- PEREIRA, Rodrigo Delfim, II: 324.
- PERNAMBUCO, Almeida, II: 24, 59, 97, 125, 128, 289, 363.
- PERUGIA, Arcebispo de — *Ver* LEÃO XIII, Papa.
- PESSOA, José (Comandante), I: 202; II: 440.
- PESSOA, Pinto (Conselheiro), I: 394.
- PESTANA, Francisco Rangel, I: 2, 3, 7, 13, 29; II: 52, 81, 88, 137, 138, 163.
- PETER, Professor, I: 184.
- PINHEIRO, João, II: 91, 93, 393.
- PINHEIRO, Maciel, I: 394.
- PINHEIRO, Martins, I: 150, 191.
- PINHO, Wanderley, I: 222, 241, 324.
- PINTO, Andrade, I: 78; II: 215, 244, 245.
- PINTO, Carlota de Carvalho Moreira de Andrade, II: 324.
- PINTO, Moreira, I: 209, 325.
- PINTO, Oliveira, II: 108.
- PINTO, Pereira (Alferes), II: 331.
- PINTO, Francisco Pereira, Barão de Ivinheima, II: 326, 331, 417, 420.
- PIO IX, Papa, I: 251, 252, 253; II: 412.
- PIO XI, Papa, I: 253.
- PIQUET, Luís Maria, Barão de Santa Marta, II: 287.
- PIRES, Antônio Olinto dos Santos, II: 393.
- PIRES, Luiz, II: 111.
- POLIDORO, General — *Ver* JORDÃO, Polidoro da Fon-

- seca Quintanilha, Visconde de Santa Teresa.
- POMBO, Rocha, I: 109, 263, 419; II: 40, 41, 43, 66, 169, 335.
- POMPÉIA, Raul, I: 175, 177, 245, 246; II: 428.
- PONTES, Carlos, II: 384, 387.
- PONTES, Felisberto Caldeira Brant, Marquês de Barbacena, I: 65.
- PORCIÚNCULA, Tomás da, I: 33; II: 108.
- PORTELA, Frederico, II: 108.
- PORTELA, Machado (Conselheiro), I: 218, 289; II: 108.
- PÔRTO ALEGRE, Conde de — *Ver* SOUSA, Manuel Marques de, Conde de Pôrto Alegre.
- PÔRTO, M. E. de Campos, II: 170, 382, 397, 414.
- PRADO, Antônio (Conselheiro), I: 221, 292, 328, 329.
- PRADO, Eduardo, I: 417.
- PRADO, Ivo do, II: 282.
- PRADO, José de Almeida, I: 23, 24, 28, 29; II: 84.
- PRESTES, Walter, II: 262.
- PROVENZANO, (Sapateiro), II: 290.
- QUEIRÓS, Clarindo de (General), II: 15.
- QUEIRÓS, Eça de, I: 212, 309, 311, 420; II: 54, 159.
- QUEIRÓS, Maria Vicentina Pereira de, II: 88.
- QUESADA, Vicente, I: 315, 318, 319, 331.
- RAMIZ, Barão de — *Ver* GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz, Barão de Ramiz.
- RAMOS, José Ildefonso de Sousa, Barão das Três Barras, 2.º Visconde de Jaguarari, I: 5.
- RAMPOLLA, Cardeal, I: 237.
- RANGEL, Alberto, I: 135, 185, 207, 222, 246, 332, 358, 391; II: 11, 13, 14, 155, 174, 182, 363, 369.
- RAUNIER, Casa, I: 194.
- REBOUÇAS, André, I: 198, 202, 316, 318, 327, 346; II: 328, 333, 435, 440.
- RÊGO, Melo (Coronel), II: 167, 168.
- REIS, Antônio Dias Coelho Neto dos, Conde de Carapebus, I: 162; II: 326, 329, 333, 402, 403, 404, 405, 414, 417, 430.
- REIS, Francisca Jacinta Nogueira da Gama dos, Condessa de Carapebus, I: 162, 326, 333, 402, 403, 430.
- REIS, José de Miranda da Silva, Barão de Miranda Reis, I: 308; II: 333, 417, 420.
- REIS, Miranda (Marechal), II: 15, 17, 429.
- RESENDE, Estêvão Ribeiro de Sousa, Barão de Resende, I: 292.
- RESENDE, Simplício Coelho de, I: 44, 47.
- RETUMBA, João (Tenente), II: 201.
- RIBEIRO, Cândido Barata, I: 25; II: 125.

- RIBEIRO, Cremildo Barata, I: 25.
- RIO APA, Barão de — *Ver* CALVÃO, Antônio Enéias Gustavo, Barão do Rio Apa.
- RIBEIRO, Frederico Solon Sampaio (Major), II: 137, 145, 146, 147, 148, 166, 167, 168, 171, 185, 188, 193, 198, 221, 234, 239, 240, 241, 255, 256, 283, 286, 316, 374, 406.
- RIBEIRO, Demétrio, I: 33; II: 8, 105, 373, 375, 380.
- RIBEIRO, João, I: 323; II: 67, 71, 411.
- RIBEIRO, João Gomes, II: 115.
- RIBEIRO, Tomás, I: 311.
- RIO BRANCO, Barão de — *Ver* PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva, Barão do Rio Branco.
- RIO BRANCO, Visconde de — *Ver* PARANHOS, José Maria da Silva, Visconde de Rio Branco.
- ROCHA, Francisco José da, Conde de Itamarati, II: 276.
- ROCHA, Maria Romana Bernardes da, Condessa e Marquesa de Itamarati, I: 154.
- ROCHFORD, Henri, II: 127.
- RODRIGUES, A. Coelho, I: 303, 344, 354.
- RODRIGUES, Pantoja, II: 282.
- ROJAS PAUL, Presidente, I: 315.
- ROMA, Padre, I: 238.
- ROMERO, Sílvio, II: 115, 128, 289.
- RONDON, Cândido, II: 277, 281, 288, 298.
- ROSA, Francisco Otaviano de Almeida, I: 128, 130, 229, 325, 326; II: 158, 159.
- ROSA, Santos, II: 215.
- ROSAS, Manuel, I: 166; II: 40.
- ROXO, Augusto, I: 141.
- SÁ, Franco de, I: 49, 51, 66, 95, 117, 129, 130, 131, 133; II: 352.
- SÁ, Manuel Pereira de, I: 418.
- SABÓIA, Vicente Cândido Figueira de, Visconde de Sabóia, I: 162.
- SAIÃO, Joaquim Manso, I: 418.
- SALES, Campos, I: 22, 28, 29, 37, 110, 276, 291, 339, 383; II: 18, 51, 52, 61, 84, 89, 137, 138, 161, 162, 163, 164, 165, 193, 353, 374, 375, 376.
- SALGADO, João Mendes (Almirante), Barão de Corumbá, I: 396; II: 403.
- SAMPAIO, Francisco Bettencourt, I: 3, 12.
- SANTA MARTA, Barão de — *Ver* PIQUET, Luís Maria, Barão de Santa Marta.
- SANTA TERESA, Visconde de — *Ver* JORDÃO, Polidoro da Fonseca Quintanilha, Visconde de Santa Teresa.
- SANTOS, Antônio Felício dos, I: 34, 35, 289; II: 94, 393.
- SANTOS, Carlos Américo dos, II: 303.
- SANTOS, Filipe dos, II: 63.
- SANTOS, João Batista dos, Visconde de Ibituruna, II: 393.

- SANTOS, João Felício dos, II:** 392.
- SANTOS, Joaquim Felício dos, I:** 288, 289, 294; **II:** 61, 90, 91, 92.
- SANTOS, José Maria dos, I:** 7, 9, 19, 23, 24, 28, 32, 33, 54, 223, 224, 229, 284, 287, 292, 312; **II:** 80, 84, 86, 87, 122, 162, 280, 282, 283, 392, 394, 395.
- SÃO VICENTE, Marquês de — Ver BUENO, Pimenta, Marquês de São Vicente.**
- SAPUCAÍ, Marquês de — Ver VIANA, Cândido José de Araújo, Marquês de Sapucaí.**
- SARAIVA, José Antônio (Conselheiro), I:** 120, 128, 132, 301, 322, 329, 330, 338, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 354, 356, 359, 362, 364, 371; **II:** 110, 158, 311, 317, 318, 333, 340, 346, 348, 351, 352, 354, 355, 383, 384, 402, 403.
- SAXE, Duque de — Ver AUGUSTO DE SAXE-COBURGO-GOTHA, Duque de Saxe.**
- SAXE, Duquesa de — Ver LEOPOLDINA DE BRAGANÇA SAXE-COBURGO, Duquesa de Saxe.**
- SCHREINER, Ministro, I:** 176.
- SEILLER, Barão, I:** 148, 150, 155, 162.
- SENA, Costa, II:** 93.
- SENA, Ernesto, II:** 16, 30, 147, 169, 170, 184, 188, 207, 219, 221, 223, 235, 237, 241, 253, 255, 258, 260, 261, 277, 283, 285, 286, 287, 367, 372.
- SEPETIBA, Visconde de — Ver COUTINHO, Aureliano de Souza.**
- SEREJO, João de Albuquerque (Alferes), II:** 206, 264, 282.
- SERRA NEGRA, Barão da — Ver CONCEIÇÃO, Francisco José da, Barão da Serra Negra.**
- SERRANO, Comandante, II:** 429.
- SÊRRO-FRIO, Visconde de — Ver MACHADO, Antônio Cândido da Cruz, Visconde de Sêrro-Frio.**
- SILVA, Araújo (Comendador), II:** 326.
- SILVA, Carlos Magno da (Coronel), II:** 184.
- SILVA, Carlota Guilhermina de Lima e, Baronesa de Suruí, II:** 334.
- SILVA, Francisco da Fonseca e (General), II:** 225.
- SILVA, Francisco de Lima e (General), II:** 69.
- SILVA, Gastão Pereira da, I:** 298.
- SILVA, João Manoel Pereira da (Conselheiro), I:** 142, 143.
- SILVA, Joaquim Antônio de Araújo e, Barão do Catete, II:** 326, 329, 330, 334.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e, I:** 266, 323.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada Machado e (O môço), II:** 80.

- SILVA, José Rodrigues da, II: 113.
- SILVA, Luís Antônio Vieira da, Visconde de Vieira da Silva, I: 36, 337, 338, 365, 366, 368; II: 352, 385.
- SILVA, Luís Barbosa da, I: 16.
- SILVA, Martim Francisco de Andrada e (Conselheiro), I: 266.
- SILVA, Rodrigo Augusto da (Conselheiro), I: 242; II: 385.
- SILVA, Rosa e (Conselheiro), I: 396.
- SILVEIRA, Xavier da, II: 130, 137.
- SIMEÃO, José (General), I: 86; II: 415, 416, 419, 420, 421, 425.
- SINIMBU, João Lins Cansação de, Visconde de Sinimbu, I: 36, 37, 40, 41, 300, 314, 356, 357, 360; II: 158, 385.
- SIQUEIRA, José Joaquim de, II: 336.
- SOARES, Joaquim Mariano de Macedo, I: 77.
- SOARES, Manuel Teixeira, II: 111.
- SOARES, Nogueira (Ministro), I: 365.
- SODRÉ, Alcindo, I: 46.
- SODRÉ, Lauro (Tenente), II: 112, 185.
- SODRÉ, Nelson Werneck, II: 32.
- SOLON, Frederico (Major) — Ver RIBEIRO, Frederico Solon Sampaio (Major).
- SOMBRA, Severino, I: 414, 418, 420; II: 73.
- SOUSA, Antônio de, I: 313.
- SOUSA, Antônio Enes de, I: 1; II: 113.
- SOUSA, Carlos José de, II: 186, 261, 268, 272, 275.
- SOUSA, Francisco Belisário Soares de, I: 124, 341; II: 385.
- SOUSA, João Cardoso de Menezes e, Barão de Parana-piacaba, I: 54.
- SOUSA, Manuel Marques de, Conde de Pôrto Alegre, I: 55, 57, 406.
- SOUSA, Paulino Soares de, Visconde de Uruguai, I: 301; II: 107, 158, 383.
- SOUSA, Paulino Soares de (Conselheiro), I: 123, 124, 249, 337, 338, 339, 341; II: 294, 347, 351, 383, 384, 385, 386, 403.
- SOUSA, Pedro Luís Pereira de, I: 380; II: 64.
- SOUSA, Teixeira de, II: 372, 373.
- SOUSA, Tibúrcio de (General), I: 41, 43, 57, 59, 215, 402; II: 14, 33.
- SOUSA, Washington Luís Pereira de, II: 27.
- SOUSANDRADE, — Ver ANDRADE, Joaquim de Sousa.
- SPOLVERINI, Monsenhor, I: 177.
- STOCKLER, Alexandre, II: 125, 137.
- STOLL, M. II: 434, 440.
- SURUÍ, Baronesa de — Ver SILVA, Carlota Guilhermina de Lima e, Baronesa de SURUÍ.

- TAMANDARÉ, Marquês de — *Ver LISBOA, Joaquim Marques, Marquês de Tamandaré.*
- TAUNAY, Alfredo de Escra-
gnolle, Visconde de Tau-
nay, I: 64, 130, 163, 172,
186, 187, 191, 198, 200,
201, 202, 205, 206, 329,
334, 336, 337, 338, 361,
363, 368, 372; II: 130,
131, 152, 159, 303, 305,
306, 307, 323, 328, 329,
333, 334, 346, 348, 350,
351, 377, 384, 405, 413,
425, 429.
- TAUTHOEUS, Barão de, II:
289.
- TEFÉ, Barão de — *Ver HO-
ONHOLTZ, Antônio Luís
von, Barão de Tefé.*
- TEIXEIRA, Cândido, II: 129.
- TEIXEIRA, Múcio, I: 325, 343.
- TEIXEIRA JÚNIOR, Jerônimo
José, Visconde de Cruzeiro,
I: 336; II: 346, 347, 352,
884.
- TELES, Silva (General), II:
148, 177, 178, 220, 235,
240, 241, 246, 254, 257,
259, 263, 272, 274, 315.
- TERESA MARIA CRISTINA, Im-
peratriz do Brasil, I: 147,
148, 159, 162, 190, 248,
252, 377, 404; II: 180,
182, 324, 330, 331, 333,
334, 355, 408, 413, 414,
417, 420, 426, 431, 437,
439, 440.
- TERESÓPOLIS, Barão de — *Ver
ABREU, Francisco Ferreira
de, Barão de Teresópolis.*
- TIBIRIÇÁ, João, I: 25, 28, 29;
II: 84
- TIBIRIÇÁ, Jorge, I: 22, 24.
- TIBÚRCIO, General — *Ver
SOUSA, Tibúrcio de (Gene-
ral).*
- TIRADENTES — *Ver XAVIER,
Joaquim José da Silva (Al-
feres).*
- TITINHA — *Ver CALÓGERAS,
Mariana.*
- TÓRRES, Alberto, II: 108,
109, 130, 137, 363.
- TÓRRES, João Camilo de Oli-
veira, I: 208, 229, 234,
313, 420; II: 4, 26, 52,
156.
- TÓRRES, Joaquim José Rodri-
gues, Visconde de Itaboraí,
I: 300, 301; II: 80, 107,
158, 383.
- TOSTA, Maria José Velho de
Avelar, Baronesa de Muri-
tiba, II: 324, 326, 329, 330,
334, 335, 345, 356, 406,
407, 408, 415, 417, 425,
426, 429, 439.
- TOSTA FILHO, Manuel Vieira,
Barão de Muritiba, II: 158,
324, 326, 327, 328, 329,
330, 334, 346, 352, 363,
384, 408, 417, 430, 434,
439.
- TOURINHO, Cleto, II: 110.
- TRAIL, Charles B., I: 298.
- TRAVASSOS, Silva (Capitão),
II: 148, 149.
- TRIUNFO, Barão do — *Ver
NEVES, José Joaquim de
Andrade, Barão do Triunfo.*
- TROMPOWSKI, Major, II: 355,
356, 402.
- TROVÃO, Lopes, I: 264, 273,
285, 287, 288, 385; II:
24, 52, 125, 126, 127, 130,
131, 189, 289, 363.

- URUGUAI, Visconde de — *Ver*
SOUSA, Paulino Soares de,
Visconde de Uruguay.
- VALADÃO, Oliveira (Major),
II: 236, 273.
- VALE, Adriano do, I: 387.
- VALE, Raimundo Sá, II: 125.
- VASCONCELOS, Andrade (Co-
ronel), II: 167.
- VASCONCELO, Barão de, I:
378.
- VASCONCELOS, Bernardo de,
II: 70.
- VASCONCELOS, Nelson de, II:
201.
- VASCONCELOS, Zacarias de
Góis, I: 61, 62, 301, 356,
364; II: 42, 77, 78, 79, 80,
158.
- VEIGA, Evaristo da, II: 70.
- VELOSO, J., II: 203.
- VELOSO, Leão, I: 41; II: 352,
384.
- VERAS, Martiniano, I: 394;
II: 97, 397.
- VERGUEIRO, Campos (Senador),
II: 70.
- VIANA, Antônio Ferreira, I:
3, 4, 6, 7, 287, 327, II:
155.
- VIANA, Cândido José de
Araújo, Marquês de Sapucaí,
II: 158.
- VIANA, Hélio, I: 163; II: 67.
- VIANA, Manuel Batista, I:
104.
- VIANA, Maria Cândida de
Araújo, II: 334.
- VIANA, Oliveira, I: 8, 49, 204,
208, 231, 297, 298, 305,
306, 339, 353, 401, 422;
II: 4, 8, 27, 33, 34, 36,
46, 51, 55, 58, 117, 118,
119, 129, 224.
- VIANA, Ulisses, II: 355.
- VIANA FILHO, Luís, II: 192.
- VIDAL, Fôster, II: 266.
- VIEIRA DA SILVA, Visconde de
— *Ver* SILVA, Luís Antônio
Vieira da, Visconde de
Vieira da Silva.
- VIEIRA, Hermes, I: 167.
- VILAR, Frias (Coronel), I:
213, 214, 215.
- VILLAMIL BLANCO, Manuel,
II: 251, 252, 255, 281,
290, 296, 317, 437.
- VILLEROY, Ximeno (Tenente),
II: 175, 282, 283.
- VILLIOT, Rosa, II: 302.
- VINHAI, José (Tenente), I:
73, 74; II: 328, 376, 392,
394, 395, 398, 401.
- VITÓRIA, Rainha da Inglaterra,
I: 156, 208, 221, 222.
- VÍTOR MANUEL II, Rei da
Itália, I: 252.
- VIVEIROS, Ester de, II: 277,
282, 288.
- VORGES, Domet de, I: 309.
- XAVIER, Agliberto, II: 282.
- XAVIER, Joaquim José da Sil-
va, o Tiradentes, II: 64.
- XAVIER, Lindolfo, I: 101.
- WANDENKOLK, José Maria
Eduardo, 1.º Barão de
Araguari, I: 50, 86, 141;
II: 198, 199, 200, 203,
218, 287, 288, 296, 353,
374, 381, 382, 419, 424,
437.

ÍNDICE ONOMÁSTICO — 475

- WANDERLEY, João Maurício,
Barão de Cotegipe, I: 48,
54, 67, 68, 70, 71, 72, 79,
80, 82, 90, 93, 95, 96, 97,
98, 99, 100, 103, 107, 111,
112, 113, 114, 115, 116,
117, 118, 119, 121, 122,
123, 124, 125, 126, 128,
129, 131, 135, 136, 143,
144, 152, 155, 156, 159,
160, 161, 162, 165, 166,
167, 170, 175, 179, 180,
181, 183, 214, 215, 216,
217, 218, 219, 220, 221,
222, 224, 225, 226, 240,
249, 255, 258, 300, 306,
310, 324, 329, 354, 358,
379, 405; II: 22, 36, 110,
158, 167, 339.
- WASHINGTON, George, I: 316.
- WEGNER, Francisco, I: 191.
- WEISERSCHEIMB, Conde de,
II: 345, 437, 438.
- WERNECK, Américo, II: 139.
- WERNECK, Furquim, I: 287,
288.
- WERNEK, Santos, II: 109.
- WHITE, Maestro, I: 175; II:
325.
- ZAMA, César, I: 281; II: 389,
390.
- ZANETTI, Francesco, I: 252.

•

.

*

Obra executada nas oficinas da
SÃO PAULO EDITORA S. A.
São Paulo 6, SP - Brasil